

Marcos Vinicius Ribeiro

# A HISTÓRIA DA CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINO-AMERICANA DURANTE AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL (1972-1979)

Marcos Vinicius Ribeiro

# A HISTÓRIA DA CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINO-AMERICANA DURANTE AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL (1972-1979)

| São Paulo | 2021 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 o autor.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do autor, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela <i>Universidade Católica do Paraná, Brasil</i>	Breno de Oliveira Ferreira <i>Universidade Federal do Amazonas, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil</i>	Carla Wanessa Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alexandre Antonio Timbani <i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Alexandre Silva Santos Filho <i>Universidade Federal de Goiás, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Aline Daiane Nunes Mascarenhas <i>Universidade Estadual da Bahia, Brasil</i>	Daniel Nascimento e Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Pires de Moraes <i>Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Danielle Aparecida Nascimento dos Santos <i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</i>
Ana Carolina Machado Ferrari <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Delton Aparecido Felipe <i>Universidade Estadual de Maringá, Brasil</i>
Andre Luiz Alvarenga de Souza <i>Emill Brunner World University, Estados Unidos</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Doris Roncareli <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Católica de Pernambuco, Brasil</i>	Elena Maria Mallmann <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade Católica de São Paulo, Brasil</i>	Emanoel Cesar Pires Assis <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Erika Viviane Costa Vieira <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>
Beatriz Braga Bezerra <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>	Everly Pegoraro <i>Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil</i>
Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Fábio Santos de Andrade <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>

Fauston Negreiros

*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Fernando Barcellos Razuck

*Universidade de Brasília, Brasil*

Francisca de Assiz Carvalho

*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Gabrielle da Silva Forster

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Guilherme do Val Toledo Prado

*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Hebert Elias Lobo Sosa

*Universidad de Los Andes, Venezuela*

Helciclever Barros da Silva Vitoriano

*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira, Brasil*

Helen de Oliveira Faria

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Heloisa Candello

*IBM e University of Brighton, Inglaterra*

Heloisa Juncklaus Preis Moraes

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Ismael Montero Fernández,

*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Jeronimo Becker Flores

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia

*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Josué Antunes de Macêdo

*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Júlia Carolina da Costa Santos

*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Julia Lourenço Costa

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Juliana de Oliveira Vicentini

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Julierme Sebastião Morais Souza

*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Karlla Christine Araújo Souza

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Laionel Vieira da Silva

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Leandro Fabricio Campelo

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Lidia Oliveira

*Universidade de Aveiro, Portugal*

Luan Gomes dos Santos de Oliveira

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Lucila Romano Tragtenberg

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Lucimara Rett

*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*

Marceli Cherchiglia Aquino

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Marcia Raika Silva Lima

*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Marcos Uzel Pereira da Silva

*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Marcus Fernando da Silva Praxedes

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil*

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos

*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Maria Angelica Penatti Pipitone

*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Maria Cristina Giorgi

*Centro Federal de Educação Tecnológica*

*Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria de Fátima Scaffo

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Maria Isabel Imbronito

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Maria Luzia da Silva Santana

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Sandra Montenegro Silva Leão

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Michele Marcelo Silva Bortolai

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Miguel Rodrigues Netto

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Nara Salles

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Neli Maria Mengalli

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patricia Biegung

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Patrícia Oliveira

*Universidade de Aveiro, Portugal*

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite

*Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil*

Paulo Augusto Tamanini

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Priscilla Stuart da Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Radamés Mesquita Rogério

*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Ramofly Bicalho Dos Santos

*Universidade de Campinas, Brasil*

Ramon Taniguchi Piretti Brandao

*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Rarielle Rodrigues Lima

*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Raul Inácio Busarello

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Renatto Cesar Marcondes

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Ricardo Luiz de Bittencourt

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Rita Oliveira

*Universidade de Aveiro, Portugal*

Robson Teles Gomes

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis

*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina

*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Sebastião Silva Soares

*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Simone Alves de Carvalho

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista

*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Tania Micheline Miorando

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcisio Vanzin

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Thiago Barbosa Soares

*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto

*Universidade de Brasília, Brasil*

Thyana Farias Galvão

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Valdir Lamim Guedes Junior

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Valeska Maria Fortes de Oliveira

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Wagner Corsino Enedino

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Wanderson Souza Rabello

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Washington Sales do Monte

*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Wellington Furtado Ramos

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

### Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Adilson Cristiano Habowski

*Universidade La Salle - Canoas, Brasil*

Adriana Flavina Neu

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Aguimario Pimentel Silva

*Instituto Federal de Alagoas, Brasil*

Alessandra Dale Giacomini Terra

*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Alessandra Figueiró Thornton

*Universidade Luterana do Brasil, Brasil*

Alessandro Pinto Ribeiro  
*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*

Alexandre João Appio  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Corso  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Marques Marino  
*Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil*

Aline Patrícia Campos de Tolentino Lima  
*Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil*

Ana Emídia Sousa Rocha  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Ana Iara Silva Deus  
*Universidade de Passo Fundo, Brasil*

Ana Julia Bonzanini Bernardi  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

André Gobbo  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Andressa Antonio de Oliveira  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Andressa Wiebusch  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Angela Maria Farah  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Anísio Batista Pereira  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Anne Karynne da Silva Barbosa  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Antônia de Jesus Alves dos Santos  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Antonio Edson Alves da Silva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Ariane Maria Peronio Maria Fortes  
*Universidade de Passo Fundo, Brasil*

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Bianca Gabrieli Ferreira Silva  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Bianka de Abreu Severo  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos  
*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Bruna Donato Reche  
*Universidade Estadual de Londrina, Brasil*

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Camila Amaral Pereira  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Carlos Eduardo Damian Leite  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Jordan Lapa Alves  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Carolina Fontana da Silva  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Carolina Fragoso Gonçalves  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Cássio Michel dos Santos Camargo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil*

Cecília Machado Henriques  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Cíntia Morales Camillo  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Claudia Dourado de Salces  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Cleonice de Fátima Martins  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Cristiane Silva Fontes  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Cristiano das Neves Vilela  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Daniele Cristine Rodrigues  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Daniella de Jesus Lima  
*Universidade Tiradentes, Brasil*

Dayara Rosa Silva Vieira  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Dayse Rodrigues dos Santos  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*

Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*

Diogo Luiz Lima Augusto  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil*

Ederson Silveira  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Elaine Santana de Souza  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Elias Theodoro Mateus  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Elisiene Borges Leal  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Elizabeth de Paula Pacheco  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Eliizânia Sousa do Nascimento  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Elton Simomukay  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Emanuella Silveira Vasconcelos  
*Universidade Estadual de Roraima, Brasil*

Érika Catarina de Melo Alves  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Everton Boff  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Fabiana Aparecida Vilaça  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Fabiano Antonio Melo  
*Universidade Nova de Lisboa, Portugal*

Fabricia Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Fabício Nascimento da Cruz  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Francisco Geová Goveia Silva Júnior  
*Universidade Potiguar, Brasil*

Francisco Isaac Dantas de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Gean Breda Queiros  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Germano Ehlert Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Glaucio Martins da Silva Bandeira  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Graciele Martins Lourenço  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Handerson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Heliton Diego Lau  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*

Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Ivan Farias Barreto  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Jacqueline de Castro Rimá  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Jeane Carla Oliveira de Melo  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

João Eudes Portela de Sousa  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*

João Henriques de Sousa Junior  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Joelson Alves Onofre  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*

Juliana da Silva Paiva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Lais Braga Costa  
*Universidade de Cruz Alta, Brasil*

Leia Mayer Eying  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marcos dos Reis Batista  
*Universidade Federal do Pará, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Michele de Oliveira Sampaio  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Miriam Leite Farias  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Natália de Borba Pugens  
*Universidade La Salle, Brasil*

Patricia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Raick de Jesus Souza  
*Fundação Oswaldo Cruz, Brasil*

Railson Pereira Souza  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Samuel André Pompeio  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Simoni Urna Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Valdemar Valente Júnior  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Wallace da Silva Mello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

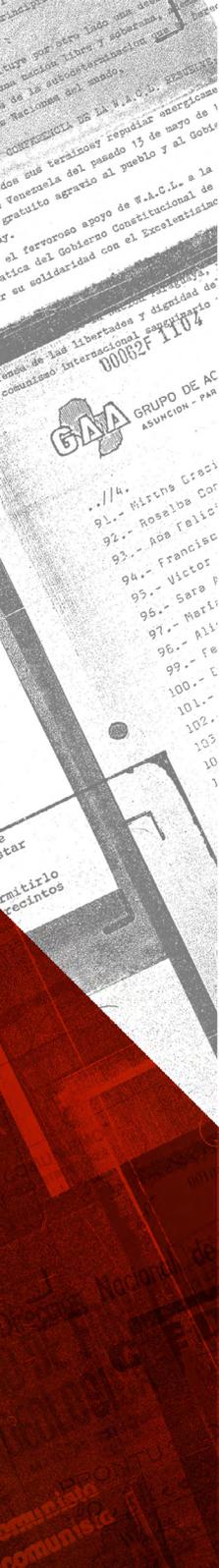
Wellton da Silva de Fátima  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Weyber Rodrigues de Souza  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Wilder Kleber Fernandes de Santana  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial Patricia Biegling  
Raul Inácio Busarello

Diretor de sistemas Marcelo Eyng

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Elson Morais

Editoração eletrônica Lígia Andrade Machado

Imagens da capa Acervo do autor

Editora executiva Patricia Biegling

Assistente editorial Peter Valmorbidia

Revisão Carla Luciana Souza da Silva, Gilberto Calil,  
Paulo José Koling, Enrique Serra Padrós,  
Jussaramar da Silva.

Autor Marcos Vinicius Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484a Ribeiro, Marcos Vinicius -  
A história da confederação anticomunista latino-americana  
durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979).  
Marcos Vinicius Ribeiro. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.  
462p..

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-5939-036-6 (brochura)  
978-65-5939-034-2 (eBook)

1. História. 2. Comunismo. 3. Ditadura. 4. Segurança.  
5. Estado. 6. Violência. I. Ribeiro, Marcos Vinicius. II. Título.

CDU: 93  
CDD: 980

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.342

**PIMENTA CULTURAL**  
São Paulo - SP  
Telefone: +55 (11) 96766 2200  
livro@pimentacultural.com  
www.pimentacultural.com



2 0 2 1

# Sumário

Prefácio ..... 12

Introdução ..... 16

## CAPITULO I

Estado e a violência da gestão capitalista ..... 28

### 1.1 Marx e Rosa Luxemburgo:

A violência no contexto da acumulação primitiva  
e ampliada do capital.....42

1.2 Antônio Gramsci e os aspectos gerais da organização  
do papel da violência na história do capitalismo .....59

1.2.1 Estado e Violência: Americanismo, fordismo  
e revolução passiva .....79

1.3 O Ciclo da Violência no Conesul das Ditaduras  
de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado..... 107

## CAPITULO II

Anticomunismo e ação orgânica:  
cooperações repressivas e conexões internacionais ..... 154

2.1 A Liga Anticomunista Mundial..... 168

2.2 A Carta de Princípios da Liga Anticomunista Mundial:  
a preparação para a ação anticomunista radical..... 187

2.3 A Luta Contra o Comunismo na América Latina  
e a Estruturação da Confederação Anticomunista  
Latino-americana (CAL) .....206

2.4 Leis fundamentais da Confederação Anticomunista Latino-americana: princípios e especificidades da organização do anticomunismo latino-americano .....	229
2.4.1 Estatuto da CAL: Da captura/assimilação da subjetividade antagonista à defesa do capitalismo infalível .....	246
2.5 CAL e LAM: unidade programática contra o comunismo na América Latina .....	261

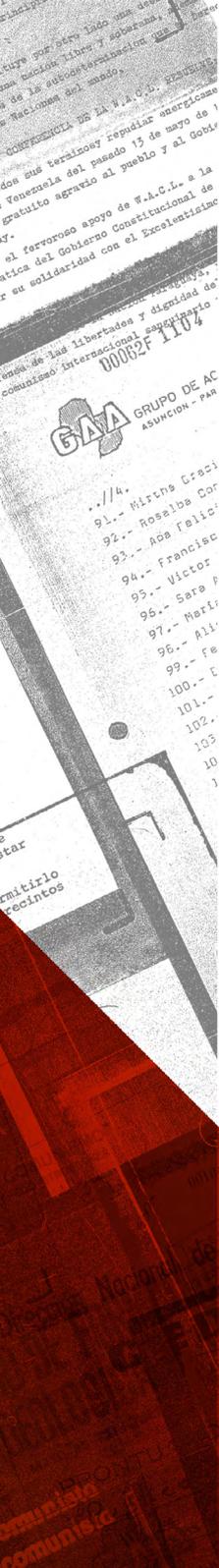
### CAPITULO III

## **A história da Confederação Anticomunista Latino-Americana durante a Operação Condor ..... 296**

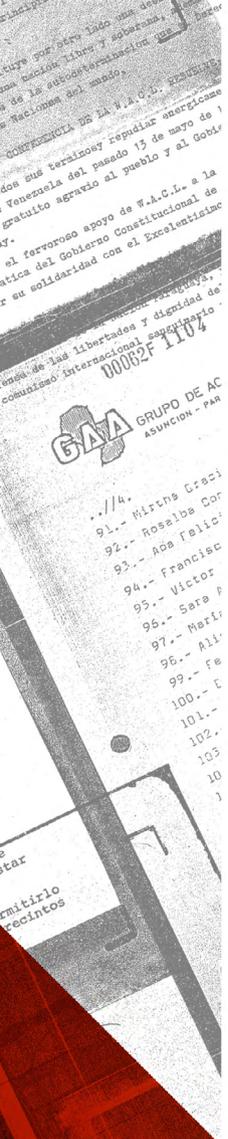
3.1 A reunião de Santiago do Chile, outubro de 1975: marco de formalização da Operação Condor .....	304
3.2 O Terceiro Congresso da CAL, Assunção (1977) e as Premissas da Luta Anticomunista durante a Operação Condor .....	316
3.2.1 <i>Sujeitos e protagonistas da ação anticomunista subcontinental</i> .....	316
3.2.2 <i>Resoluções apresentadas durante o Congresso da CAL de 1977</i> .....	365
3.2.3 <i>Resoluções do Grupo de Trabalho sobre Partidos Políticos do 3º Congresso da CAL, 1977</i> .....	384
3.3 A Atuação da CAL na LAM: o fim do 3º Congresso da CAL e os estudos de Campos Alum nos circuitos de colaboração policial regional .....	392

**Conclusão..... 433**

**Referências bibliográficas..... 442**



Sites pesquisados .....	449
Fontes/documentos.....	452
Sobre o autor .....	456
Índice remissivo.....	457



## PREFÁCIO

A obra que temos em mãos é fruto de um extenso e cuidadoso trabalho de pesquisa de seu autor. Marcos Vinicius Ribeiro, neste livro, traz aos leitores e leitoras um objeto novo, relevante e necessário. A Liga Anticomunista Mundial e a Confederação Anticomunista latino-americana até então apareciam vagamente em alguns trabalhos. Coube a esse livro deslindar, aprofundar e problematizar LAM e CAL como objetos historiográficos e como sujeitos políticos. Esse esforço se soma aos estudos sobre a Operação Condor, que foi uma articulação concreta das forças repressivas. A CAL foi complementar, trabalhando sobretudo em formas de produção de consenso, e em outras instâncias, organizando e ampliando as formas de violência e do Terrorismo de Estado.

O estudo da dura realidade das Ditaduras de Segurança Nacional ganhou importante impulso nas últimas décadas. Mas são recentes as pesquisas que aprofundam aspectos sobre as articulações internacionais. Os estudos fundadores de René Dreifuss, ainda durante a Ditadura situavam os vínculos internacionais dos Golpes de estado, e a monumental obra *Internacional Capitalista* jogava pistas firmes sobre as formas articuladoras das burguesias nacionais com os Estados e organizações extra-nacionais. Apenas para citarmos os trabalhos de membros da banca que avaliou a tese que deu origem esse livro, Enrique Padros estudou o Terrorismo de Estado no Uruguai, mostrando a relevância de situar esse conceito e as relações de repressão no Conseul; Jussaramar da Silva mostrou as articulações práticas das conexões repressivas internacionais. As técnicas e práticas de violências foram estudadas e ensinadas internacionalmente.

O tema do anticomunismo, por sua vez, esteve por um período de tempo abafado na falsa ideia de que “sem comunismo”

não se corriam mais riscos, não era possível ressurgir organizações anticomunistas. Nada mais falso que isso foi, como evidencia o cenário atual, sobretudo no Brasil em que se elegeu um presidente que usa a ideologia anticomunista como um dos articuladores do seu discurso político. Isso apenas reforça a relevância e atualidade do livro que temos em mãos.

Nesse livro, temos o estudo de uma organização que tinha como finalidade articular e somar forças anticomunistas que atuaram não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Brasil e Paraguai foram muito importantes para essa finalidade. E o país vizinho nos ofereceu a sorte de ter guardado a documentação no seu Archivo del Terror. O grande mérito do historiador foi ter localizado essa documentação em meio a todo o material da Operação Condor e outros processos disponíveis naquele arquivo. Soube muito bem pinçar o objeto que originou esse belo livro.

O texto de Marcos Vinicius, que constituiu sua Tese de Doutorado e foi por mim orientada é expressão da autonomia do pesquisador que procurou se posicionar diante de uma vasta e densa bibliografia teórica, lida e absorvida pelo autor. Recuperar o peso da violência no processo histórico e as leituras marxistas que situam as relações sociais onde a violência é instrumento de poder foi uma contribuição do livro.

Mas não é apenas como violência que o problema é colocado. Marcos apresenta a ideia de cooperação das classes dominantes, naquilo que considera uma grande ofensiva anticomunista. Lembramos que “não se pode escolher as armas da guerra”, mas o momento ofensivo está também permeado pelo defensivo, a elaboração, o planejamento, o adiantar-se à ação do inimigo. Esse parece ser o foco daquela organização, a CAL, articulando as formas de expressão do anticomunismo, apontando caminhos organizativos e buscando ocupar espaços em sintonia com o Estado vigente.

O Brasil chegou a sediar um Congresso dessa organização, ainda durante o governo Geisel, enquanto se prendia, batia, torturava, violava, dentro dos órgãos oficiais do país orgulhoso pelas façanhas no futebol, e que propagandeava o Milagre Econômico. O caráter de busca de consenso está muito presente, e nesse campo, a produção e reprodução de informações era essencial. Não se trata diretamente de informações de segurança, mas de convencimento da população e de formação das forças repressivas. Todas as formas de violência seriam mantidas, e aprimoradas para evitar o avanço de um “perigo socialista”, mesmo que não houvesse qualquer sombra de perigo comunista no país “que vai pra frente”.

As hipóteses de trabalho de Marcos vão sendo desenvolvidas ao longo do trabalho, com uma cuidadosa apresentação da documentação. Não apenas conclui, mas permite aos leitores visualizarem a origem de sua interpretação, e ler esses documentos nos mostra o poder persuasivo dos membros da CAL, que acreditavam estar em uma missão quase civilizatória.

A ideia de que a América Latina era um posto na produção e difusão de notícias de interesse anticomunistas está totalmente inserida no contexto da Aliança para o Progresso, da Guerra Fria, da Doutrina de Segurança Nacional, do Terrorismo de Estado e do medo da expansão das revoluções antiperperialistas dos anos 1960 e 70. Cuba, Portugal, os processos de independência africanos e asiáticos, todos eram mostrados como grandes ameaças.

Além disso, o livro traz a colaboração a partir de ações paralelas às Doutrinas de Segurança Nacional. São ações que lembram as formas de ampliação seletiva do Estado. Os delegados presentes nos congressos da CAL eram também políticos, administradores, membros de outras associações de classe. Há uma vasta amplitude de envolvidos.

O anticomunismo é um eixo agregador, e as investidas no campo do consenso são evidentes. Mas o anticomunismo sempre tem que nos inspirar a buscar seus sujeitos produtores, não apenas nos sentidos dos discursos produzidos, mas também nos interesses de classe que estão em jogo. Nesse sentido, a violência volta a aparecer com força, pois manter os governos de ditadura requer o uso controlado e às vezes incontrolado. Ela aparecerá não apenas nas delegacias e prisões, mas se ampliará a olhos incrédulos nos Esquadrões da morte, na violência doméstica, na fome, na seca, nos massacres indígenas e camponeses. E isso por toda a América Latina.

Do ponto de vista internacional, a Operação Condor coroaria a colaboração da repressão. Havia uma década que o governo brasileiro exigia mais colaboração dos governos latino-americanos. O país que “cresceu” de costas para a América Latina, descobrira de repente que a colaboração da classe trabalhadora estava ocorrendo ali, numa pequena ilha, no atravessar da Cordilheira dos Andes ou no navegar do Rio da Prata. Enquanto essas formas de repressão não se tornaram efetivas, os Centros de Inteligência se debelavam em ações repressivas que pediam sempre mais colaboração internacional.

Não se trata apenas de uma organização de malucos anticomunistas. Eles amarravam articulações para prestar serviços aos governos, discutir opções, apresentar propostas e ajudar na execução de novas formas de violência.

Tudo isso vai aparecendo ao longo do livro, que é cuidadoso, bem escrito, informativo e reflexivo. A historiografia ganha uma bela contribuição. Não foi à toa que sua banca de doutorado recomendou sua publicação!

Carla Luciana Silva  
Marechal Rondon, julho de 2020

# INTRODUÇÃO

A Liga Anticomunista Mundial (LAM) foi fundada na Ásia em 1966. Na América Latina, a LAM iniciou seus trabalhos no ano de 1972, quando ajudou a fundar no subcontinente a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL). Nessa ocasião, aconteceu o seu primeiro Congresso na Argentina e, no mesmo ano, ocorreu uma reunião geral da CAL no México. Esses dois países foram a ponta de lança de uma organização anticomunista subcontinental e multinacional. Antes da fundação da CAL, a Argentina já contava com um anticomunista orgânico, o padre Julio Meinville. O padre Meinville, além de militante anticomunista, foi um intelectual ativo e produziu muitos livros sobre a questão. Por seu lado, o México já contava com sua organização anticomunista surgida contra as medidas educacionais de Lázaro Cárdenas nos anos de 1930. Tratava-se do grupo *Los Tecos*.<sup>1</sup>

Quando a CAL passou a atuar na América Latina, muitos países encontravam-se sob controle de ditaduras civil-militares de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado. O quadro contextual dessas ditaduras foi fundamental para a sustentação e crescimento da CAL, já que constava no seu estatuto a intenção de “apoiar governos anticomunistas.”<sup>2</sup> A prática da violência e a cooperação foram reivindicadas pelas duas organizações como forma mais assertiva para deter o avanço do comunismo mundial. O que procuramos demonstrar aqui nesse livro é que, seguindo a linha de ação da LAM,

- 1 A atuação do Padre argentino Julio Meinville e do grupo anticomunista mexicano Los Tecos chefiado pelo professor Rafael Guerrero que presidiu a CAL até o Congresso da organização em 1977, analisados no segundo capítulo junto com a história do processo de estruturação da LAM e da CAL.
- 2 No segundo capítulo do livro analisamos mais detidamente a fundação da CAL a partir do seu Estatuto e da bibliografia que trataram de sua história.

a proposta histórica da CAL sempre foi a de se constituir como uma organização anticomunista ofensiva e contrarrevolucionária dedicada a vigiar, alarmar e combater o avanço do comunismo mundial.

Na prática, tanto a LAM quanto a CAL foram organizações burocráticas que compartilhavam das mesmas ações que eram discutidas e definidas em seus Congressos. Tinham como pressuposto de sua existência o terror como base para o combate contra o comunismo e a intenção deliberada de serem “organizações de organizações” para cooperar e agir em prol de seus objetivos. Muitos quadros da repressão ditatorial latino-americana, intelectuais, jornalistas, professores, padres e empresários foram associados da CAL e, conseqüentemente, da LAM, já que as duas organizações cooperavam para garantir o crescimento e sucesso de suas ações.

No ano de 1974, já no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu o 2º Congresso da CAL em meio a uma série de eventos que marcaram a cooperação das ditaduras brasileira e paraguaia. Naquele ano, o ditador paraguaio Alfredo Stroessner foi recebido pelo ditador brasileiro Emilio Garrastazu Médici para a assinatura de um tratado de princípios internacionais entre as ditaduras brasileira e paraguaia. No ano anterior, mais precisamente no dia 26 de abril de 1973,<sup>3</sup> os ditadores assinaram o tratado de cooperação que demarcou o início da construção da Usina Binacional de Itaipu. A CAL, por seu lado, anunciou em 1974, durante o seu 2º Congresso, a seguinte ação: “(...) crear un centro de informaciones anticomunistas sobre actividades, agentes, personas, aliados de los comunistas en los distintos países.”<sup>4</sup>

Depois do 2º Congresso da CAL, sediado no Rio de Janeiro, o Paraguai se transformou no principal epicentro da entidade, contando

3 Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/positionpapers/itaipu-o-tratado-que-uniu-vizinhos-e-e-exemplo-para-o-mundo>. Acesso em: 18/09/2018.

4 CAL. Manuscritos do repressor paraguaio Antonio Campus Alum durante o 2º Congresso da CAL no Rio de Janeiro, 1974. (ARCHIVO DEL TERROR, R0237 F0748)

com os aparatos repressivos daquele país, bem como com quadros da repressão e empresários na composição e organização da entidade. No ano de 1977, o país sediou o 3º Congresso da CAL. Já em 1979, sediou o 12º Congresso da LAM. Ambos os eventos foram prestigiados por quadros do anticomunismo internacional. Os eventos foram apoiados e frequentados pelo então ditador e general do Exército paraguaio, Alfredo Stroessner. Até chegar a estes dois eventos, a CAL e a LAM continuaram agindo e fortalecendo suas entidades.

O auge das atividades da CAL ocorreu em meio ao surgimento e consolidação da Operação Condor, a partir do ano de 1975. Para combater a “subversão”, a Operação Condor, formalizou mecanismos de cooperação paralelos e clandestinos entre os países que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Além de ser um marco de formalização dos critérios de cooperação repressiva subcontinental, a Operação Condor apresentou novas possibilidades de atuação para os anticomunistas que se organizavam na CAL e na LAM. Parte significativa destas premissas apareceram desenhadas nas propostas dos congressistas que participaram e propuseram ações durante o 3º Congresso da CAL de 1977.<sup>5</sup>

Durante a pesquisa realizada no mês de abril de 2016, no *Archivo del Terror* em Assunção, Paraguai, me deparei com um conjunto expressivo de documentos sobre as ações da CAL. Estas ações foram fartamente documentadas no período de sua atuação e depois foram arquivadas junto aos documentos pessoais do repressor paraguaio Antonio Campos Alum. Alum foi um delegado de polícia paraguaio e membro da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT). Alum foi conhecido por praticar perseguição, prisão e tortura à oposição latino-americana às ditaduras, e, possivelmente isso resultou no acervo que guardou, no que há um material significativo sobre a CAL.

5 É o que procuramos demonstrar no 3º capítulo deste livro.

Stela Calloni, jornalista argentina radicada no México, publicou um excelente estudo sobre a Operação Condor. Calloni pesquisou os *Archivos del Terror*, localizados em Assunção, Paraguai, e mencionou em seu livro “Operación Condor: Pacto Criminal” algumas referências a uma carta publicada em fevereiro de 1993, por uma organização chamada de *A Causa*. Esta organização pertenceu à seita Moon, de origem sul-coreana, que ostentou o nome de seu mentor, o reverendo Sung Myung Moon, financiador e fundador da LAM. Na carta, a *Causa* ameaçou a rearticulação da LAM e outros aparatos relacionados à Operação Condor.

A carta veio a público exatamente um ano depois da descoberta do *Archivo del Terror* por Martin Almada, o que movimentou os setores ligados à repressão das ditaduras, bem como aumentou a expectativa em torno da punição dos violadores dos Direitos Humanos que atuaram na Operação Condor. Martin Almada, ele mesmo um ex-preso da Operação, foi quem mobilizou a busca e a tutela dos documentos da Operação. Segundo Calloni, a *Causa* solicitou aos “anticomunistas união para não abandonar amigos com problemas”.<sup>6</sup> Trata-se de um indício sobre a atuação da LAM/CAL e demais variantes regionais anticomunistas na Operação Condor. Para a jornalista, o conteúdo da carta se referiu às investigações realizadas contra dois repressores paraguaios que atuaram na Liga Anticomunista Mundial e foram indiciados como depoentes para testemunhar sobre crimes da ditadura paraguaia. Os dois repressores são Campos Alum e Nery Zaldívar.

No entanto, muito antes da fundação da CAL na América Latina, ou mesmo da LAM, a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI) já atuava como órgão de vigilância e difusão de boletins informativos sobre o comunismo, com viés marcadamente anticomunista. Tais boletins possuíam um formato informativo. Sua estrutura, ao que

6 CALLONI, S. *Operación Condor: Pacto criminal*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005. p. 264

tudo indica, seguiu os parâmetros de atuação de uma agência de difusão de notícias subcontinental. Muitos boletins de notícias da SEI foram recebidos pela repressão paraguaia durante os anos de 1960<sup>7</sup> e foram arquivados juntos aos documentos da CAL e da LAM, tutelados por Campos Alum. A estrutura multinacional da SEI conectou anticomunistas pelo mundo com o intuito de informar (alarmar) sobre o expansionismo soviético. Em grande parte de suas notícias foi analisado as preocupações com as divisões do comunismo, bem como seu expansionismo e atividades orgânicas. Esta tendência de vigilância e difusão das possíveis divisões do comunismo soviético, também apareceram como matéria de preocupação tanto da LAM quanto da CAL. Estas entidades tinham como pressuposto usar essas divisões para promover a ruína do chamado “socialismo real”.

Outro documento que encontramos nos *Archivos del Terror* de Assunção, datado de 14 de julho de 1961, também se insere na lógica multinacional e cooperativa de difusão de notícias anticomunistas. Trata-se de um boletim de informações, intitulado “Boletín Noticioso Diario”, do “Servicio de Informaciones de los Estados Unidos de América”. Esse boletim estampou um selo com os seguintes dizeres: “Servicio de Noticias para Prensa y Radio”, e encontra-se rubricado por Campos Alum. O sumário do boletim anuncia as seguintes informações: “EE.UU Assitirá a Montevideo a la Conferencia

- 7 Dentre os boletins da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI) figuram notícias com os seguintes títulos: “Reunión Secreta de los Partidos Comunistas de Europa.” Confidencial – Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Roma, 01/60. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2333); “Injerencia Soviética en el PC Mejicano.” Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Méjico, 01/60. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2335); “Nueva Agencia de Noticias Soviética para América Latina.” Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Montevideo, 05/60. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2336); “Conferencia Internacional sobre la Guerra Psicológica.” Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Paris, 05/61. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2333); “El Movimiento Revolucionario Agrario en América Latina.” Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Santiago del Chile, 05/61. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2341); “Viajeros Latino-Americanos en la China Comunista.” Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Hong Kong, 08/61. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2345).

Economica para Impulsar el Plan 'Alianza para el Progreso'; "La Juventud Cubana Sigue en Pie de Lucha' Declaró el Líder Estudiantil Manuel Salvat"; "Son Excelentes las Fotos Televisadas del Nuevo Satelite Tiros III"; Los Presidentes de EE.UU y Pakistán Coinciden en la Opinión Sobre las Tácticas Comunistas en el Asia."<sup>8</sup>

Com isso: 1) pode-se dizer que a nossa primeira hipótese é a de que as formas de cooperação e as propostas que vieram à tona com as organizações anticomunistas da CAL e da LAM já partiram de um posto historicamente experimentado na América Latina. Como comprovam os vários dossiês de notícias organizados e arquivados em meio aos documentos da CAL e da LAM, estas duas entidades atuaram no Conesul a partir das ações de quadros ativistas do anticomunismo com experiência na organização e difusão de notícias anticomunistas. No entanto, o grau de organização e o teor das propostas da CAL para o Conesul demonstram o alcance de complexidade e a especificidade na atuação desta entidade em relação às outras que a antecederam.

Nesse sentido: 2) outra hipótese com a qual trabalhamos foi a de que a LAM/CAL foram complexos de cooperações multinacionais que atuaram paralelamente aos aparatos ditatoriais, e que contaram com a participação de alguns quadros da repressão latino-americana entre seus membros para garantir o alto grau de profissionalismo e conhecimento técnico necessário para explorar ao máximo a potencialidade das ações destas entidades. Por isso, demonstramos a aproximação entre essas organizações anticomunistas por meio da análise dos documentos oficiais da LAM e da CAL, e os próprios aparatos de repressão, utilizando como fonte, nesse último caso, as anotações e manuscritos dos estudos de inteligência realizados por Antonio Campus Alum. Surgiu, assim, uma hipótese teórica derivada das outras hipóteses já anunciadas, que é a de que as organizações

8 Boletín Noticioso Diario: Servicio de Informaciones de los Estado Unidos de América. Washington, 14 de julio de 1961. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2354).

anticomunistas: LAM e CAL cooperaram, propuseram e usaram de violência para garantir a acumulação e reprodução ampliada do capital, mantendo a luta de classes em níveis alarmantes. Além disso, também sustentamos a hipótese de que essas organizações anticomunistas cooperaram paralelamente para a sustentação das ditaduras latino-americanas, promovendo e alarmando conflitos com caráter de classes. A partir da análise dos documentos das entidades, bem como das anotações de estudos de inteligência do repressor paraguaio Antonio Campus Alum, pôde-se notar, com clareza, que, a partir de algumas premissas comuns com os órgãos de repressão, a LAM e a CAL agiram de forma a pressionar países e quadros de sua militância para não aceitar qualquer forma de convivência com o “inimigo” (comunista).

Várias entidades se articularam com as propostas do anticomunismo aparelhado em torno da CAL e da LAM e cooperaram com governos anticomunistas. Trataram-se de setores empresariais, associações de classe, institutos de estudos sociais e econômicos, organizações religiosas e educacionais, estruturas clandestinas e paralelas aos aparatos de repressão dos Estados com a participação de quadros desta repressão e juristas, dentre outros.

A partir da documentação da LAM e da CAL, conseguimos mapear as seguintes instituições: Liga Anticomunista Mundial (LAM)/ World Anticommunist Confederation League (WACL); Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL); Capítulo Norte Americano (EUA); Sociedad de Estudios Interamericanos (SEI) – (Órgão transcontinental); Agencia de Informaciones Especiales (AIE); Grupo de Acción Anticomunista (GAA) (Cuba); Federación de Entidades Democráticas de América Latina (FEDA); Antibolchevick Bloc of Nations (ABN); Coordinadora de Agrupaciones Latinoamericana (CAL); Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES) (Brasil); ODESSA (organização de apoio aos nazistas sobreviventes – profundamente

infiltrada na WACL); Liga Anticomunista Europeia (EUROWACL); Liga Mundial Juvenil Anticomunista (LIMJA)/ World Youth Anticommunist League (WYACL); Latin American Youth Association (LAYA); Falange Patria Nova (Uruguai); Cercle d'Information Civique et Sociale (França); ALPHA 66 (Cuba); Latin America Bureau; Federación Mexicana Anticomunista (FEMACO) (México); Fondo Editorial Latinoamericano (Editora membro da CAL) (México).

A extensão das ações do anticomunismo organizado na LAM e na CAL demonstrou a força das estruturas e propostas para a ação destas entidades. Por isso, foi necessário delimitar nosso foco na CAL. Nosso objetivo principal foi o de problematizar a história da CAL durante as Ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado. Os objetivos secundários foram: analisar o papel desempenhado pela violência na história do capitalismo como uma ação prática no terreno das lutas sociais entendidas como um campo de relações políticas; demonstrar o surgimento e afirmação da LAM e da CAL a partir dos documentos produzidos por estas organizações em consonância com a violência como forma de ação contra o “inimigo” (comunista); analisar a atuação da CAL no contexto do surgimento e afirmação da Operação Condor em pleno contexto das Ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado; demonstrar o projeto anticomunista da CAL a partir de sua proposta de cooperação com governos e demais lutas anticomunistas pelo mundo; identificar os principais sujeitos envolvidos com a CAL; avaliar as formas de combate ao comunismo propostas pela LAM e CAL a partir das propostas levadas à plenária dos Congressos da CAL.

O banqueiro Carlo Barbieri Filho, e atual empresário do “Oxford Group” instalado na Flórida, EUA, foi um dos principais articuladores da CAL e da LAM ao lado do já mencionado policial paraguaio Antonio Campus Alum. Ambas atuações foram fundamentais para a estabilização de relações comerciais entre Taiwan (que foi durante

muito tempo sede mundial da LAM) e alguns países latino-americanos, especialmente o Paraguai. Além disso, Barbieri se envolveu com a ditadura brasileira quando solicitou concessões de rádio, e até mesmo com a própria repressão durante a Operação Bandeirantes (OBAN)<sup>9</sup>. Barbieri foi dono do jornal “O Expresso” e do canal de rádio “Novo Mundo”. Também teve seu nome envolvido com o interrogatório do jornalista Marcos Antônio Rocha, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Rocha foi interrogado sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, mas durante a sessão de interrogatório, seu algoz perguntou-lhe sobre uma matéria publicada envolvendo dados da falência do Banco Aplik, de propriedade de Barbieri. Segundo o jornalista Fernando Pacheco Jordão, a pergunta surgiu do nada, sendo que esta teria sido encomendada por Barbieri aos interrogadores de Marcos Antônio Rocha. Barbieri Filho presidiu a LAM durante os anos de 1970 e 1980.

As fontes usadas para demonstrar e analisar o desenvolvimento, afirmação e ação da LAM e da CAL foram pesquisadas no acervo do *Archivo del Terror*, que guarda boa parte da documentação já conhecida e pesquisada sobre a Operação Condor. Os documentos de trabalho dos Congressos da CAL e os estatutos da LAM e da CAL e demais documentos usados nessa análise, foram guardados em meio a estes documentos que contam a história da Operação Condor. Campus Alum foi presidente da CAL durante o Congresso de 1977, enquanto o professor mexicano Rafael Guerrero presidiu o Congresso, análise que realizamos no capítulo 3.

Dentre os documentos da LAM e da CAL guardados por Campos Alum, encontram-se correspondências oficiais das organizações, Resoluções de Congressos das entidades, recibos de pagamentos e balanços financeiros das entidades. Além disso, encontram-se documentos manuscritos. Tratam-se de anotações redigidas por

9 A atuação de Carlo Barbieri Filho na LAM e na CAL consta nas análises apresentadas nos Capítulos 2 e 3.

Campos Alum durante as reuniões dos Grupos de Trabalhos da LAM e da CAL que se desenvolveram nos Congressos das respectivas organizações. Além desse conteúdo supracitado, encontramos também manuscritos de estudos de inteligência realizados pelo repressor. Neles foi possível reconhecer a similaridade entre as proposições da LAM e da CAL em consonância com o que era difundido em meio a treinamentos da repressão.

Estas fontes, quando utilizadas para a composição dos capítulos, foram introduzidas seguindo um itinerário de descrição com a data à qual se referem, e não com a data em que foram confeccionadas, pois muitos documentos foram redigidos após os debates realizados pelos membros das organizações. As citações das fontes foram realizadas em recuo obedecendo ao paradigma de catalogação dos documentos, e nomeadas em nota de rodapé seguindo a organização previamente realizada pelo *Archivo del Terror*. Os documentos encontram-se digitalizados em rolos e folhas e foram citados da seguinte forma: (ARCHIVO DEL TERROR, R000 F000), sendo que “R” indica o número do rolo e “F” o número da folha do documento. Também se optou por nomear os documentos seguindo o critério de temas enunciados nos mesmos, ou, quando este não é identificado, pelo tema de análise mais evidente e/ou mais citado quando o documento não possuía título.

A problematização, hipóteses e objetivos foram distribuídos em três capítulos organizados a partir do recorte cronológico e a disponibilidade de fontes sobre a ação da LAM e da CAL. O livro foi estruturada com um Primeiro Capítulo teórico e dois outros capítulos contextuais e históricos, com análise de fontes relacionadas à atuação da LAM e da CAL e alguns documentos sobre a Operação Condor (no 3º Capítulo).

O primeiro capítulo é composto por uma análise teórica denominado de “Estado e a Violência da Gestão Capitalista”. Nosso

principal objetivo foi compreender a ação histórica desempenhada pela violência na história do capitalismo. Optei pela teoria marxista sobre a história do capitalismo para o delineamento da análise. Nossa análise foi estruturada procurando compreender a permanência dos métodos de acumulação e reprodução ampliada do capital, com foco na análise do uso da violência para garantir a permanência das formas de dominação capitalista. Os escritos de Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Antônio Gramsci e Nicos Poulantzas foram analisados para compreender o uso da força do Estado acionada a partir da sociedade civil. Além disso, fechamos o primeiro capítulo com uma análise conceitual sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e o uso do Terrorismo de Estado (TDE) durante as ditaduras de Segurança Nacional na América Latina. Para nós, as ditaduras, a DSN e o TDE foram os elementos propulsores da violência como expediente do método de combate e aniquilação do “inimigo”, no caso, Conesul latino-americano. O conceito de “Cesarismo”, trabalhado a partir da perspectiva gramsciana, se mostrou o mais eficaz para delimitar como golpes de Estado e ditaduras se apoiaram num projeto de hegemonia baseado na repressão.

No segundo capítulo intitulado de “Anticomunismo e Ação Orgânica: Cooperações Repressivas e Conexões Internacionais” analisei o surgimento e constituição da LAM e da CAL, a partir do surgimento da LAM em 1966 no contexto asiático, até a afirmação das ações da CAL no Congresso do Rio de Janeiro em 1974. O capítulo foi construído sobre a análise dos documentos destas organizações e da bibliografia que mencionou as atividades da LAM e da CAL. Nosso foco foi analisar as principais premissas e sugestões de ações produzidas pelas organizações desde o momento de sua constituição até a formulação de uma proposta concreta de cooperação esboçada nos 21 pontos para a construção de uma Agência de Comunicação Internacional (ACI), centralizada e difundida pelas organizações envolvidas com a CAL. O objetivo dessa análise é demonstrar que tanto

as premissas destas organizações, quanto a proposta de fundação da ACI, foram atividades multinacionais que combinaram qualidades de organização empresarial com métodos de difusão de inteligência militarizada que tiveram na cooperação internacional sua base de sustentação mais sólida.

O fio condutor entre o segundo e o terceiro capítulos foi o desenvolvimento de estratégias relacionadas aos objetivos das organizações que atuaram no contexto dos governos anticomunistas na América Latina. A divisão metodológica aplicada aos dois capítulos seguiu a análise das transformações históricas ocorridas em torno das ditaduras latino-americanas. Por isso, a proposta de cooperação apresentada pela LAM e a CAL, analisada no segundo capítulo, foi separada da análise da ação da CAL em meio à Operação Condor, pois esta análise compõe o terceiro capítulo.

No terceiro capítulo denominado de “A História da Confederação Anticomunista Latino-americana Durante a Operação Condor”, analisei o surgimento da Operação Condor a partir de 1975, e as atividades promovidas pela CAL até o ano de 1977, quando ocorreu o seu 3º Congresso na cidade de Assunção no Paraguai. Nosso objetivo foi demonstrar a aproximação entre sujeitos e organizações que atuaram na CAL em consonância com os objetivos traçados pela Operação Condor e presente, também, nos manuais da repressão que circularam entre os membros da CAL e das agências e dos agentes de repressão do Conesul da época. O foco da problematização e do estabelecimento de sua hipótese foi construído tendo em vista o papel desempenhado pela indústria bélica a partir dos interlocutores que levaram suas propostas de ação à Plenária do Congresso.

658  
CEDOG  
Asuntos Técnicos

ONTUARIOS  
G  
Confederación

N.  
Confederación

monista Latinoamericano  
C.A.L.

00190F 2247

00190F 2247  
VII CONGRESO DE LA LIGA MUNDIAL  
7th WORLD YOUTH ANTI-COMMUNIST CONFERENCE



Seoul, Korea

SEPTIMO CONGRESO DE LA LIGA MUNDIAL ANTI-COMUNISTA, LIMA-WYACL, SEUL, COREA. ABRIL 30-MAYO 4, 1976.

RESOLUCION No. 4

CONSIDERANDO:

Que la educación es el mejor instrumento con que cuentan los países libres para inculcar a la juventud el amor a la Patria, a la libertad, a la justicia social, al progreso y a los valores eternos del espíritu, y que el destino de los pueblos depende en gran parte del contenido y desarrollo de su educación presente;

Que el comunismo marxista, consistente de la infiltración de la educación por la manipulación y utilización como medio de indoctrinación de niños, jóvenes y adultos en las universidades para apoderarse de ellas, es un hecho comprobado y los acontecimientos de los últimos años demuestran como el marxismo utiliza a la juventud universitaria en acciones subversivas que atentan contra el orden civilizado;

Que la infiltración comunista en las universidades de la mayoría de las universidades del mundo, es un hecho comprobado y los acontecimientos de los últimos años demuestran como el marxismo utiliza a la juventud universitaria en acciones subversivas que atentan contra el orden civilizado;

Que por las características propias de la mayoría de las universidades, es en ellas donde pueden los comunistas infiltrarse con relativa facilidad y ganar adeptos ingenuos para la subversión, y

EL SEPTIMO CONGRESO DE LA LIGA RESUELVE:

1. Que todas las organizaciones nacionalistas y anticomunistas deben luchar por impedir que el comunismo se apodere de las universidades que aún no han caído bajo su dominación, utilizando entre otras las siguientes medidas:
  - a) Localizar, aislar y en caso necesario expulsar de la universidad a los agitadores marxistas, así como para contrarrestar sus actividades.
  - b) Localizar a las personas a la universidad y no permitirles su ingreso.
  - c) Evitar el acceso de las personas a la universidad dentro de los recintos universitarios.



... como resultado de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...

... de la...  
... de la...  
... de la...



ESTADO  
E A VIOLÊNCIA  
DA GESTÃO  
CAPITALISTA

Este capítulo apresenta uma discussão teórica e possui como objetivo principal problematizar e discutir o uso da violência/repressão, delimitado em um referencial marxista. Para compreender a dinâmica histórica do recurso à violência como uma ação política no período contemporâneo, escolhemos conectar o tema da repressão com o desenvolvimento das relações de produção capitalista, trazendo para o debate autores marxistas que se dedicaram ao tema. Com o intuito de desenvolver as premissas teóricas proporcionadas inicialmente por Marx e Engels, autores dedicaram-se a pesquisar para compreender e desenvolver, segundo sua própria perspectiva, o expediente da violência no contexto das relações sociais de produção no mundo do trabalho capitalista.

Justifica-se a importância da discussão pelo protagonismo adquirido pela violência no Terrorismo de Estado (TDE) enquanto política de combate à “subversão”, que possuiu como consequência a irradiação do terrorismo a partir do Estado e de Estado, debate que desenvolvemos no último tópico deste capítulo. A violência foi o fator central do TDE e foi definida como ponto nodal e fator de combate à “subversão” por meio da adesão à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na América Latina entre os anos de 1950, até o final da década de 1980, e, em alguns casos, até o início dos anos de 1990. Essa estrutura foi abalada (mas nunca foi abandonada) com a progressiva luta em favor dos Direitos Humanos, o fortalecimento de redes de ativistas pela memória e reivindicação pela abertura de arquivos, bem como pelo trabalho incansável de organizações de vítimas (assim como de seus familiares) do TDE.

Essas possibilidades de se defrontar com o passado das Ditaduras de Segurança Nacional, por seu turno, proporcionou aos pesquisadores dimensionar o refinamento da DSN, e como isso foi possível, por meio da adesão (naquele momento histórico), à chamada

“guerra contrarrevolucionária” da doutrina francesa.<sup>1</sup> A imposição desses métodos às sociedades, a formação teórica e a consequente difusão nos centros de treinamentos destinados à reunião dos quadros militares latino-americanos, e o anticomunismo aplicado como *realpolitik*, serviram de base para a estabilização da correlação de forças em favor do capital, mobilizando, inclusive, *adidos* militares como “embaixadores das armas”. Portanto, é importante deixar claro que este é um dos focos que embasou nossas hipóteses de trabalho.

A Doutrina Francesa da Contra-insurgência, por exemplo, aplicada inicialmente na Argélia e depois na Indochina, foi amplamente usada nos países de ditadura civil-militar do Conesul contra as resistências. O arcabouço jurídico preparado com meticulosidade nos períodos que antecederam a tais ditaduras permitiu que práticas de tortura, durante interrogatórios, e desaparecimentos, quando necessário, fossem praticados de forma regular e racionalizada, dentro das características do terror planejado, característica fundamental do TDE. Isso nos levou a seguinte problematização: - Qual o papel e o uso da violência no capitalismo?

A correlação de forças que instituiu a dominação burguesa nos séculos XX e XXI fez da violência seu sustentáculo. A transcendência das técnicas bélicas e o uso das armas no cenário político econômico construiu novos itinerários de dominação de classes, mas também revelou o papel do “Estado democrático de direito” na garantia da reprodução do protagonismo burguês, por meio da violência e da repressão, bem como do consenso/convencimento, imprimindo novas dinâmicas à luta de classes no período contemporâneo. Não propomos, nesse sentido, uma adesão à leitura weberiana, em que

1 Nesse sentido, é preciso destacar os trabalhos de jornalistas como Marie-Monique Robin e Leneide Duarte-Plon. Cf.: ROBIN, M. M. *Escuadrones de la muerte, la escuela francesa* – 1ª Ed – Campana, Argentina, 2014. e DUARTE-PLON, Leneide. *A Tortura como Arma de Guerra – Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

o Estado é visto como o “monopólio legítimo da força”. Ao contrário, nosso intuito aqui é problematizar essa relação.

Essa problematização, que foi amadurecida durante os debates com professores e colegas do Programa de Pós Graduação em História da Unioeste, nos levou a retomar algumas leituras. Por exemplo, de certa forma, o dirigente comunista Antônio Gramsci dedicou parcela significativa dos chamados “Cadernos do Cárcere” ao debate sobre as principais características e estratégias de dominação de classes no contexto da ascensão do fascismo e da derrota histórica (mas não definitiva) do comunismo como projeto hegemônico na Itália. O autor expôs, sobretudo, os mecanismos que garantem a hegemonia burguesa.

As diversas estratégias que poderiam mudar o destino das classes subalternas, no contexto da transição para o comunismo, foram entusiasticamente discutidas por Gramsci. Ao mesmo tempo em que produziu tendo como horizonte a revolução proletária, o autor inseriu o marxismo na “alta cultura” intelectual da Europa.<sup>2</sup> A coerção e o consenso, assim como uma gama variada de conceitos que deram suporte ao debate proposto pelo autor, nos ajudaram a qualificar a importância da violência na gestão do capital, sem, contudo, perder de vista a importância da produção capitalista e seus mecanismos de ampliação e reprodução.

Nicos Poulantzas em “O Estado, o Poder e o Socialismo”, problematizou a relação do Estado com/e as classes sociais. Para

2 Todo o volume I, que contém os cadernos 10: “A filosofia de Benedetto Croce” (escrito entre 1932-1935) e 11: “Introdução ao estudo da filosofia” (escrito entre 1932-1933), foi (foram) dedicado(s) ao desenvolvimento desta estratégia. Neste volume, constam, também, 16 cadernos miscelâneos escritos entre 1929 e 1936. Nele(s), Gramsci escolhe os principais interlocutores da filosofia de sua época para produzir sua crítica e desenvolver as principais potencialidades de renovação do marxismo. Figura entre os filósofos escolhidos por Gramsci para esgrimir, o intelectual burguês Benedetto Croce. Cf.: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 1. Introdução ao Estudo da Filosofia de Benedetto Croce. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

o autor a importância do arcabouço teórico marxista não pode se restringir a reproduzir velhas ortodoxias inquestionáveis, mas dedicar-se à construção de um marxismo concatenado com a atualização das lutas no processo histórico. Mais do que admitir algumas máximas que contornam a relação do Estado capitalista com o exercício de dominação burguesa, para o autor, é preciso avançar no que concerne à possibilidade material de participação das classes subalternas na política. Assim, “Em sã consciência, quem se preocuparia ainda em negar a relação entre o poder e as classes dominantes?”<sup>3</sup>

Essa ossatura (própria da estrutura do Estado) compreende a identificação das atribuições da instituição estatal. A relação entre as classes delimita a autonomia relativa do Estado e entre classe dominante e classe subalternizada que caracteriza a hegemonia capitalista.<sup>4</sup> E, como consequência, temos o primado das lutas sociais, elemento constitutivo do resultado expresso na correlação de forças que mobiliza a construção de projetos de hegemonia que possuem como meta o poder do Estado. Segundo Poulantzas,

Deve-se procurar o fundamento da ossatura material do Estado nas relações de produção e na divisão social do trabalho, não no sentido que se entende habitualmente (...). Não se trata aí de uma estrutura econômica em que as classes, os poderes e as lutas estariam ausentes. A busca deste fundamento já estabelece uma relação entre o Estado, com as classes e as lutas, embora não passe de um primeiro passo.<sup>5</sup>

3 POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. 4 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000. p. 10

4 O próprio Marx já alertava para o fato de que, para a superação do capitalismo, é necessário acabar com as classes sociais. Ainda segundo Marx, só a classe proletária é capaz de acabar com a sua própria classe e, por consequência, eliminar a própria estrutura de dominação capitalista no processo histórico de uma revolução.

5 POULANTZAS, Op. Cit. p. 13

Para se entender a crítica ao economicismo operada por Poulantzas, podemos relembrar as preocupações do autor em outro livro, também seminal, no qual se refere ao poder de Estado. Nos referimos à obra “Fascismo e Ditadura”.<sup>6</sup> Ao discutir uma forma específica de regime político, o fascismo, Poulantzas problematizou muitas interpretações da 3ª Internacional, dominada por estalinistas, que realizaram uma (re)leitura reducionista do papel do Estado em relação ao determinismo econômico.

Para Poulantzas, “Este ‘economicismo’ é acompanhado pelo seu inevitável corolário, a *ausência de linha de massa*, e articula-se com o *progressivo abandono do internacionalismo proletário (...)*”. Dessa forma, como se sabe, justificou-se o abandono da revolução mundial e demarcou a mudança de projeto evidenciado na burocracia stalinista “características que marcam, de resto, não só a linha geral seguida pela Internacional Comunista, mas também a linha seguida pelo partido bolchevique e pela sua direção, na própria União Soviética”.<sup>7</sup>

Porém, a importância da questão bélica integrada ao circuito de reprodução ampliada do capital foi problematizada por Rosa Luxemburgo<sup>8</sup>, que já identificava a importância de considerar a questão militar desde o ponto de vista da produção capitalista. Nesse sentido, as possibilidades que a autora deslindou possuem certa relevância para entender como e o porquê a reprodução do capitalismo necessita da violência. Este dilema se apresentou à 2ª Internacional Comunista com relação à 1ª Guerra Mundial, contexto que levou a ala soviética ao poder ainda durante a Guerra.

O proletariado fora levado à frente de batalha para defender os interesses imperialistas do Czar. Como consequência às terríveis

6 POULANTZAS, Nicos. Fascismo e ditadura. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

7 POULANTZAS, Nicos. Fascismo e ditadura. São Paulo, Martins Fontes, 1978. p. 18

8 O debate proporcionado pela autora será retomado e desenvolvido no próximo tópico deste capítulo.

condições de sobrevivência na Rússia, além da fome e o massacre proporcionado pela ampliação do circuito de reprodução da acumulação capitalista, os trabalhadores russos e a ala bolchevique do Partido Operário Social Democrata Russo protagonizaram a maior Revolução social do “Breve Século XX”, como dito por Eric Hobsbawm.

O imperialismo ampliou o raio de dominação e acumulação capitalista, abrindo perspectivas que, em alguma medida, possuíam paralelo com o período de livre concorrência experimentado no século XVI durante a colonização do continente americano, da África e da Ásia. Mas já no final do século XIX e sobretudo no início do XX, se aprofundou a face violenta da dominação ao produzir, por meio da força, a destruição de certas relações de dominação no contexto da imposição dos interesses capitalistas sobre as sociedades tradicionais e não capitalistas no mundo “neocolonial” em todos os continentes. Com isso, pode-se dizer que o texto clássico de Vladimir Ilitch Ulianov, o Lenin, sobre o imperialismo, “Imperialismo: Fase superior ao capitalismo”, já contivesse menções explícitas sobre uma concepção de poder mais ampla do que as interpretações economicistas que a 3ª Internacional passou a empregar como principal tese.<sup>9</sup>

Contudo, o contexto do pós guerra, e a introdução da disputa entre hegemonias que demarcou a guerra fria, delimitou novas necessidades ao exercício da violência. *Pari passu*, o processo histórico sedimentou novas formas de relações entre as classes sociais. O capital renovou experiências de dominação baseado em velhas fórmulas. Outros territórios foram incorporados ao circuito capitalista como parte da estratégia de conservar certos exercícios de dominação e demonstrou a brutalidade do imperialismo na Coreia e no Vietnã, bem como o poder da resistência guerrilheira, o que demarcou novas formas de luta no contexto da imposição de

9 A inspiração para o debate já foi demonstrada pelo próprio Poulantzas. Cf.: POULANTZAS, Nicos. Fascismo e ditadura. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

determinada hegemonia. Mas, não se pode deixar de reconhecer que o capital também reorganizou as lutas e ampliou a necessidade de contatos sociais que se revelaram demasiado complexos. O processo histórico no pós 2ª Guerra Mundial abriu outras possibilidades de dominação e resistência, direcionados, sobretudo, pela disputa por hegemonias na sociedade civil. Segundo Octávio Ianni,

A mesma fábrica global, ou máquina do mundo, com a qual se forma a sociedade civil mundial, compreendendo estruturas mundiais de poder e configurando a globalização pelo alto, essa mesma fábrica global conforma-se como novo palco da história, palco de outras e novas guerras e revoluções. Aí se fermenta um novo ciclo da revolução burguesa, com o qual se fermenta, simultaneamente, um novo ciclo da revolução socialista, vistas como revoluções mundiais.”<sup>10</sup>

Em períodos de crise, determinadas soluções são homogeneizadas, como se houvesse, obrigatoriamente, uma história universal, uma “fábrica global”, como sugerido por Octávio Ianni. Mas, como nos lembra Karl Marx, “A história universal não existiu sempre. A história, como história universal, é um resultado.”<sup>11</sup> Sob esta indicação podemos tecer a seguinte problematização: qual é o fundamento da “história universal”? Como o Estado, e em especial o Estado burguês, se transformou no arcabouço teórico/prático e organizador das classes e, portanto, da história? Essa problematização, nos levou a considerar o exercício da violência em todos os aspectos da organização das sociedades capitalistas e perceber, na atuação do anticomunismo, uma forma de “universalização” da história a serviço da gestão do capital e ao trabalho.

A luta de classes é marcada pelo entrelaçamento entre economia e política para que soluções violentas, ligada a contextos variados e nunca homogêneos, apareçam como soluções inexoráveis e

10 IANNI, O. Capitalismo, Violência e Terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 17

11 MARX, Karl. Apud IANNI, O. Id. Ibid.

sempre no sentido de organizar certa racionalidade específica. São possibilidades encadeadas justamente por força da repetição da ideia de uma “história universal”. Nessa perspectiva, compreende-se como uma hipótese que a prática da violência se relaciona à garantia da perpetuação da dominação burguesa no exercício efetivo de hegemonia capitalista. Assim, o (possível) arcabouço (teórico) revolucionário do proletariado é violentado para garantir a continuidade do exercício efetivo do poder burguês, não como um dado absoluto, mas como produto transitório das relações históricas. Frederick Engels analisou a importância do papel da violência no Anti-Dühring da seguinte forma,

Tal é a teoria do Sr. Dühring. Teoria que, neste como em muitos outros trechos, ele se limita a formular e, quase poderíamos dizer, a decretar. Em nenhum dos três tomos de sua obra, apesar de tão volumosos, pode ser encontrada a mais leve intenção de demonstrá-la ou de refutar a opinião contrária à sua. Ainda que os argumentos fossem baratos como amoras, o Sr. Dühring não nos forneceria nenhum em apoio à sua tese. Para que fornecê-los se tudo está tão suficientemente demonstrado pelo famoso pecado original, em que víamos Robinson escravizar Sexta-feira? Esta escravização era um ato de violência e, portanto, um ato político. E, como esse ato de dominação é o ponto de partida e o fato fundamental de toda a história até os nossos dias, introduzindo nela o pecado original da injustiça, embora um pouco atenuado ao se converter mais tarde nas formas bem mais indiretas da dependência econômica”, e, como desse avassalamento primitivo brota toda a propriedade baseada na força”, que vem até hoje imperando, é evidente que os fenômenos econômicos têm a sua raiz em causas políticas e, mais concretamente, na violência. E quem não se conformar com essas deduções é um reacionário camuflado.<sup>12</sup>

A violência é uma marca significativa do capitalismo que carrega consigo todas as relações de modos de produção anteriores. A maior parte da desqualificação encontrada no papel do Estado, por

12 ENGELS, Friederich. Anti-Dühring. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>, acesso em abril de 2016.

exemplo, reduzindo-o ao monopólio legítimo da violência, tendência avaliada pela teoria weberiana, destitui as relações de dominação das contradições do processo histórico que é a própria persistência de traços característicos de modos de produção anteriores ao capitalismo nesse sistema. Nessa vertente, o Estado seria a dominação excepcionalmente asséptica de uma força *ex-machine*. Entretanto, como veremos mais adiante com a análise de Antônio Gramsci, o Estado é uma relação social não submetido exclusivamente ao exercício de dominação por meio da força, como uma discussão sobre o papel da violência possa aparentar. A violência nunca desapareceu, pois, a relação política e econômica de dominação imposta pelo capital é, como vimos no próprio Engels, a contradição fundamental do modo de vida capitalista. Com isso, a equidade apregoada pelo lema da revolução burguesa se transformou na materialização da injustiça como forma de arregimentar a definição dos papéis sociais desempenhados pelas classes sociais no sistema capitalista.

Concordamos com Florestan Fernandes que, ao parafrasear Engels no debate relacionado ao livro “As origens da propriedade privada, da família e do Estado”, considera que,

Seria o caso de lembrar Engels: “O Estado não é pois um poder imposto fora da sociedade; ele não é também ‘a realidade da ideia moral’, a imagem e a realidade da razão’, como pretendia Hegel. Ele é antes um produto da sociedade em um estado determinado de seu desenvolvimento; ele é uma confissão de que esta sociedade está tolhida por uma contradição insolúvel com ela própria, cindindo-se em oposições inconciliáveis que ela é impotente para conjurar. Mas para que os antagonistas, as classes com interesses econômicos opostos, não se destruam, a si e à sociedade, deve dissipar o conflito, mantendo-o nos limites da ‘ordem’; e esse poder, nascido na sociedade, mas que se coloca acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho, é o Estado”.<sup>13</sup>

13 FERNANDES, F. Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo. São Paulo, Hucitec, 1979. p. 12

Nesse caso, considerar o Estado como uma relação social nos permite não retirá-lo da história, do processo material que configura a história da hegemonia capitalista, como uma instância da realidade isolada em que as soluções engendradas pela violência poderiam ser confundidas com dinâmicas personalistas de poder, ou simplesmente ao desejo tacanho de ditadores, muito embora, também o sejam. Mas mais do que isso, a violência é identificada como um componente constitutivo do que Fernandes chamou de “passagem para um momento de crise e de possível desmoronamento”, e, podemos acrescentar, a violência é um processo constante, e não só constituída nos momentos de crise. Nesse sentido, Nicos Poulantzas já advertia para as especificidades da crise como elemento estrutural do fascismo e, portanto, histórico.

Mas para Fernandes, nesse caso, a sociedade já engendra formas de dominação presentes na garantia do exercício de dominação burguesa que se identificam, segundo o autor, com o “autoritarismo”. Trata-se de certa garantia última, e em progressão, estruturada pela violência/coerção, que é experimentada pontualmente para reprimir possíveis mecanismos de luta da classe trabalhadora. Segundo Florestan Fernandes,

A autodefesa cria um enrijecimento inevitável, nasce ela dos riscos de uma greve geral, das ameaças do movimento operário ou da viabilidade de uma revolução socialista. Automaticamente, os requisitos do contrato, do consenso e da representação sofrem um debilitamento, que se traduz por uma exacerbação das formas de dominação burguesa. O componente autoritário oscila, as relações autoritárias ganham saliência e a democracia fica um privilégio dos mais iguais (ou das elites do poder).<sup>14</sup>

A reflexão de Fernandes parte do princípio de que as formas autoritárias da dominação burguesa são implantadas gradualmente e não surgem de uma hora para outra. Para nós, o autor permite

14 Id. Ibid. p. 13

perceber, por meio da análise sociológica, histórica e relacional, a maneira pela qual a política, sua prática e desenvolvimento nas instituições do Estado burguês, não permite o avanço das massas populares em direção à efetivação radical da democracia.<sup>15</sup> Quando esta dominação é minimamente ameaçada, concomitantemente são preparadas formas de dissolução dos conflitos classistas pelo acionar repressivo contra uma das classes em luta, que no exercício da dominação burguesa, mira, sobretudo, a possibilidade de sublevação revolucionária da classe subalternizada.

O Estado no capitalismo, como diria Nicos Poulantzas, possui equilíbrio institucional relativo que permite o exercício da dominação burguesa e se apoia nos diversos meios de proliferação do próprio Estado burguês. A materialidade institucional do Estado burguês e o exercício da hegemonia capitalista permanentemente praticam a violência, pois não há hegemonia sem ela. A violência dotada (em aparência) de conteúdo civilizacional (como se quisesse nos impor uma “história universal”) amplia e efetiva a hegemonia burguesa, pois, como discutido por Edmundo Dias, impede a unificação do pensamento difuso da classe trabalhadora, que é própria da “visão de mundo” dos subalternos<sup>16</sup> agindo no plano da hegemonia. O “aparelho do Estado”, na tradição liberal, encarna certa racionalidade histórica no jogo político cujo conteúdo civilizacional<sup>17</sup> é a hegemonia capitalista imposta com violência. Isso permite que os artifícios da dominação

15 De certa forma, em “A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, Karl Marx iniciou a exploração do tema ao que mais tarde daria origem à crítica do mecanismo da alienação (em “O Capital”) como centro nevrálgico da dominação de classes em meio ao aparato político burguês.

16 DIAS, Edmundo. Hegemonia: Racionalidade que se faz história. In: O Outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.

17 Edmundo Dias discute a política como fator central da dominação de classe e realização da hegemonia. Nesse sentido, o autor ressalta que: “A capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma.” E complementa indicando a centralidade das lutas sociais: “Para tal, é fundamental ter a capacidade de estruturar o campo de lutas a partir do qual ela poderá determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças.” Id. Ibid. p. 10

sejam naturalizados e embora a hegemonia seja produto transitório das relações históricas, o capitalismo e a violência se inscrevem na materialidade institucional do Estado capitalista. Segundo Poulantzas,

O aparelho do Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nessa materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso não são constitutivamente marcadas.<sup>18</sup>

Esta referência a Poulantzas, no quadro do debate teórico/temático aqui proposto, nos possibilita considerar a política como elemento central do contexto histórico, pois a burocracia e os espaços destinados aos burocratas de Estado são espaços de disputas. Disso resulta a dialética de nosso objeto. Os binômios dominação/resistência, violência-repressão/revolução, são corolários que produzem relações históricas, mas podem ser conectados à produção capitalista e o anticomunismo como produto destas relações históricas e como produto de articulações políticas entre Estado, violência e acumulação capitalista.

As ditaduras civil-militares na América Latina delimitaram que os “inimigo(s) a ser(em) combatido(s)” perpassavam os diversos contextos históricos, como se existisse uma linha condutora de todos os processos. Justificaram a aplicação da DSN e da Doutrina Francesa da Contra-insurgência baseados no combate a um inimigo com articulações internacionais (o comunismo). Com isso, escamoteavam as contradições que caracterizam o capitalismo como processo histórico (e transitório) dotando-o de certo poder de permanência atemporal e a-histórico. Esse processo, embora envolvesse especificidades

18 POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Op. Cit. p. 12

regionais, foi aplicado como um projeto de cooperação repressiva efetivamente elaborado em meio a crises de dominação. A Operação Condor, inaugurada em outubro de 1975, foi um desses planos de cooperação. As ditaduras que cooperaram nessa Operação, já alarmavam suas sociedades com a construção do inimigo a ser combatido (o comunismo, a “subversão”, os “terroristas”, os marxistas, etc.). A difusão do terror em meio à ditaduras, nesse sentido, é uma das trincheiras de manutenção da hegemonia capitalista.

Nos próximos subcapítulos seguiremos o debate sobre o papel da violência a partir de alguns autores marxistas com a intenção de aprofundar alguns aspectos dessa abordagem. Os temas que nos preocupam são os que se relacionam ao Estado, violência, acumulação capitalista e o papel do anticomunismo como constituidor destas relações em nosso objeto, pois a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) e a Liga Anticomunista Mundial (LAM) realizaram Congressos para avaliar a conjuntura histórica dos anos de 1970 e produziram sua interpretação sobre as formas de combater o avanço do comunismo. Ao alarmar o expansionismo comunista, propuseram a violência como *realpolitik* para garantir o processo de acumulação capitalista, sendo que o Estado e a política foram reivindicados como fatores determinantes para a efetivação da hegemonia capitalista. Portanto, o debate a seguir buscou referências críticas ao processo de acumulação capitalista para melhor compreender o papel desempenhado pela CAL e LAM durante a construção de mecanismos de cooperação e de difusão da Doutrina de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado durante as ditaduras latino-americanas.

## 1.1 Marx e Rosa Luxemburgo: A violência no contexto da acumulação primitiva e ampliada do capital

No “Capital”, mais especificamente no capítulo XXIV intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, ao debater com historiadores e economistas burgueses, que consideravam a economia política a força motriz e idílica da história capitalista, ironicamente Marx adverte que,

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempo imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se, sempre, é claro, “este ano”. Na verdade, os métodos da acumulação podem ser qualquer coisa, menos idílicos.<sup>19</sup>

Com isso, Marx acrescenta ao contexto da historiografia a base real do processo histórico, pois, como avaliou Carnoy, “Marx considerava as condições materiais de uma sociedade como a base de sua estrutura social e da consciência humana”<sup>20</sup>, e ironiza a abordagem dos economistas clássicos sobre o papel idílico (e civilizador) desempenhado pelo capital na história. Os elementos históricos que afiançam a hegemonia capitalista não abandonam os modelos de submissão pela violência. Pelo contrário, a necessidade do capitalismo de se estabelecer como modo de vida hegemônico despojou as massas de trabalhadores de sua força de trabalho, transformando-a ela mesma em mercadoria, e arregimentou a violência como fio condutor do processo histórico de expropriação, além de relação fundamental entre as necessidades de ampliação da acumulação capitalista e a transformação do despojo progressivo das massas. A violência tornou-se uma necessidade

19 MARX, K. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 786

20 CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas: Papius, 2007. p. 65

do capitalismo e condição última da separação entre dominantes e dominados, pois: “Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior”.<sup>21</sup> Segundo Marx,

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres.<sup>22</sup>

A acumulação primitiva é, segundo Marx, a pré-história do capitalismo, período de ajuste necessário tanto à libertação da força de trabalho necessária ao capital, quanto à transformação do trabalhador em sujeito e objeto desta transformação. A divisão entre burguesia e proletariado não se estabeleceu de maneira definitiva e configurase como produto transitório da história. O confronto entre as classes fundamentais possuiu intermináveis relações, muitas permanecem e se transformam seguindo a dinâmica do processo histórico, mas sempre violentas. O elemento da violência é cada vez mais amplo e cresce na mesma proporção em que expropria os trabalhadores de seus meios de existência e resistência.

A violência está umbilicalmente ligada à reprodução da burguesia como classe política sob o capitalismo. Portanto, diferente dos escritos hegelianos, a violência não é produzida por um agente ativo em relação a outro passivo na sociedade. Os sujeitos em movimento no processo histórico e a necessidade crescente da classe dominante no capitalismo transforma a violência em fator permanente do despojo da classe dominada.

21 MARX, K. Op. Cit. p. 786

22 Id. Ibid. p. 787

O uso da violência é essencial ao capitalismo e não uma fatalidade externa ao seu “processo civilizador” que nada tem a ver com a sua história. Sua atuação revela a necessidade permanente de recomposição da dominação burguesa, imposta com violência. A dominação não é um fato em si, mas um elemento que elabora o contexto da correlação de forças e sintetiza-se na violência.

Como discutido por Marx, a história do capitalismo não é idílica, mas, sim, produto e sujeito de uma elaboração complexa das relações entre as classes alicerçada pela violência. A violência não é natural e mecanicamente exterior às classes sociais, mas historicamente determinada pela ação dos sujeitos.

Voltando a Marx, um elemento distintivo do capitalismo, no que concerne à terra, por exemplo, tem relação com a Reforma protestante. Ao eleger a Inglaterra para estudo de caso sobre a acumulação primitiva de capital, Marx evidencia a relação entre a Reforma e o capitalismo da seguinte forma: “Na época da Reforma, a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos mosteiros etc. lançou seus moradores no proletariado.”<sup>23</sup>

Claro está, nesse sentido, que os fatores que condicionam, portanto, a gênese do capitalismo, nesse caso, são econômicos e produzem a burguesia como classe politicamente dominante. Na atualização das relações de dominação que caracterizam a sanha capitalista a partir do fim do século XIX, a violência protagoniza a libertação da força de trabalho. Assim, a Reforma foi um dos elementos responsáveis pela desarticulação da propriedade comunal e de lançar levas de camponeses que dela viviam no mercado de trabalho. Muitas leis<sup>24</sup> foram criadas para assegurar violentamente a instituição do trabalho compulsório aos pobres que se negassem a se adaptar às novas demandas.

23 Id. Ibid. p. 793

24 Marx as denomina de “legislação sanguinária a vagabundagem”. Id. Ibid. p. 806

Como o próprio Marx qualifica, o nascimento do proletariado urbano-industrial foi violento. Na avaliação de nosso autor, houve o emprego de uma “disciplina sanguínea” que os transformou em trabalhadores assalariados. Esse quadro foi completado pela “sórdida ação do Estado, que por meios policiais” elevou o “grau de exploração do trabalho, e com ele, a acumulação de capital”<sup>25</sup>. Uma ação arquitetada por capitalistas em que as necessidades de imposição de um modo de vida atribuíram ao mercado o consumo de bens de subsistência retirando a referência à terra como determinação do trabalho e da vida do trabalhador substituindo-a pelo trabalho assalariado.

A acumulação de renda materializada em fundos monetários, aprofunda a tendência inicial da acumulação capitalista já que a exploração do trabalho em benefício do capitalista individual aprofunda a separação entre proletariado e meios de produção. Como se sabe, a polarização entre proletariado e burguesia industrial foi usada por Marx para explicar o caráter sistêmico do capitalismo. Marx não se refere, portanto, ao contexto da luta de classes como uma fórmula existencial que condiciona o movimento da história. Se trata da história como resultado de tensionamentos produzidos dialeticamente.

Essa referência se faz necessária na medida em que o objetivo aqui é estabelecer a possibilidade de leitura existente entre os escritos marxianos e a interpretação marxista de Rosa Luxemburgo, sem, contudo, incorrer ao engodo ideológico ocasionado por leituras social-democratizantes, que capitularam com relação ao papel exercido pela burguesia no imperialismo. Muitos revisionistas da época, situados no campo do marxismo, propuseram certo papel civilizador relegado ao imperialismo. No caso latino-americano, é conhecida a postura de Juan B. Justo, argentino responsável pela primeira edição de “O Capital” traduzido para a língua espanhola, que produziu uma visão etapista e evolucionista do capitalismo. Cabe mencionar, ainda, a crítica tecida por

25 Id. Ibid. p. 813

Lukács a outros casos semelhantes, principalmente a Bauer e Eckstein que criticaram Rosa Luxemburgo por diagnosticar um problema de ordem catastrófica no mecanismo de acumulação capitalista. Problema este que tais intelectuais se recusaram a reconhecer, principalmente em relação ao uso extensivo do militarismo. Como nos alertou Lukács:

Essa recusa de todo o problema está estreitamente ligada ao fato de que os críticos de Rosa Luxemburgo ignoraram a parte decisiva do livro (“As condições históricas da acumulação”) e, por conseguinte, formularam a questão da seguinte forma: são corretas as fórmulas de Marx, que se baseiam no fundamento de uma hipótese metodologicamente isolante de uma sociedade composta apenas de capitalistas e proletários? Qual a melhor maneira de interpretá-las? Os críticos ignoravam por completo o fato de que essa hipótese, em Marx, é apenas uma hipótese metodológica para compreender o problema em relação à totalidade da sociedade. Ignoraram o fato de que o próprio Marx deu esse passo no primeiro volume de O Capital, a propósito do que se chama a acumulação primitiva. Ocultaram – consciente ou inconscientemente – o fato de que, justamente em relação a essa questão, todo O Capital é apenas um fragmento incompleto, que se interrompe no momento em que esse problema deveria ser solucionado. Neste sentido, o que Rosa Luxemburgo fez foi retomar o fragmento de Marx e completá-lo conforme seu espírito”.<sup>26</sup>

Não se pode deixar de mencionar que Eduardo Mariucci também partiu da premissa de Lukács para desfazer algumas críticas tecidas contra Luxemburgo<sup>27</sup>. O trecho da obra de Rosa Luxemburgo ao qual se refere Lukács é o seguinte:

O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende

26 LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 11-112

27 Cf.: MARIUCCI, E. Rosa Luxemburgo: capitalismo, reprodução ampliada e violência. Instituto de Economia da Unicamp, 2014.

sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo da produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.<sup>28</sup>

Seguindo a indicação de Rosa Luxemburgo, nota-se que até mesmo a questão da violência na obra marxiana foi interpretada segundo o método dialético histórico. Nesse sentido, Marx avaliou os traços gerais e orgânicos da produção capitalista da seguinte forma:

A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, a dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro de certos limites favoráveis à produção de mais valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva.<sup>29</sup>

Ao salientar o uso da violência direta, Marx detectou, portanto, outras formas de coerção necessárias à perpetuação da dependência do trabalhador ao capitalista, por um lado, e sua íntima relação com os mecanismos de dependência do trabalhador ao capitalista

28 LUXEMBURGO, R. *Acumulação do Capital: Contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 285

29 MARX, K. Op. Cit. p. 808-809

permeado pela ação das instituições no processo de criação de valor, bem como de valorização e ampliação da acumulação, por outro. O salário se transforma na coerção econômica que prende o trabalhador economicamente e o subalterniza politicamente.

Contudo, na obra marxiana, o destino dos homens é por eles construído. Não há espaço para o empuxo articulado externamente. A sociedade é regida pela contradição sistêmica, e a violência é o produto das relações sociais capitalistas. Para Marx, “A violência é a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova.” (MARX, 2013 p. 821). O papel de dominação desempenhado pela burguesia através da violência é ao mesmo tempo político e econômico. Segundo Marx:

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa de miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também da revolta da classe trabalhadora, que cada vez mais numerosa é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados.<sup>30</sup>

O trecho se refere, principalmente, às contradições gestadas no interior do sistema capitalista que possuem potencial catastrófico. Trata-se do processo da acumulação e conseqüente centralização dos meios de produção. Nesse processo, a burguesia demonstra sua face monopólica que é uma das lógicas (racionalidade) da acumulação ampliada. A classe dominante é organizada ao sabor da opressão

30 Id. Ibid. p. 832

exercida sobre a classe dominada e pela necessidade da acumulação ampliada de centralizar os meios de produção.

No mesmo sentido, a opressão sobre a classe trabalhadora reorganiza a resistência que outrora fora desorganizada pelo ciclo da acumulação primitiva. *Pari passu*, monopolização dos meios de produção e ampliação da miséria, fome, exploração, ou seja, a gama variada de qualidades degenerativas que é inerente ao processo de monopolização, ampliam as dificuldades em torno da sobrevivência dos trabalhadores e se transformam na possibilidade organizativa capaz de enfrentar a opressão sob a qual se assenta o sistema. A revolução, portanto, entra no horizonte do proletariado.

Por seu turno, ao produzir certa crítica ao esquema da reprodução ampliada em Marx, Rosa Luxemburgo avaliou que a abstração das duas classes fundamentais do capitalismo metodologicamente realizada por Marx, qual sejam, burguesia e proletariado, não permitiu estabelecer uma perspectiva concreta da correlação de forças que compõem a sociedade. Ao analisar o peso produzido na obra marxiana pela abstração da sociedade capitalista fundamentada na análise da oposição entre burguesia e proletariado, Marx teria deixado de lado a ação de outras classes que complementam o quadro da história do capitalismo. Segundo Rosa Luxemburgo:

(...) para Marx, no “atual estado de coisas”, o movimento geral do capital só depende de três categorias de consumidores: capitalistas, operários e “as classes não produtivas”, ou seja, os dependentes da classe capitalista (“rei, padre, professor, prostituta e soldado”) que aparecem no volume II, com todo direito, aliás, apenas como representantes do poder de compra derivado, e por isso como consumidores solidários de mais-valia ou de salário.<sup>31</sup>

Essa citação da obra de Rosa Luxemburgo sistematiza conclusões sobre a análise de algumas passagens da obra marxiana

31 LUXEMBURGO, R. Op. Cit., p. 229

em que aparecem a oposição de classes entre burguesia e proletariado. Seu interesse é demonstrar que as demais contradições presentes na relação social derivada do sistema capitalista escapam à crítica marxiana sobre os limites da reprodução ampliada, da acumulação simples e ampliada. Segundo Rosa Luxemburgo:

Não resta pois, a menor dúvida de que Marx queria descrever o processo de acumulação de uma sociedade constituída exclusivamente de capitalistas e operários, sob o domínio geral e exclusivo do modo de produção capitalista. De acordo com esses pressupostos, no entanto, seu esquema não permite nenhuma outra interpretação a não ser a da produção pela produção.<sup>32</sup>

Porém, o problema detectado por Rosa Luxemburgo se refere ao esquema da reprodução ampliada e foi avaliado da seguinte forma:

A questão que, antes de mais nada, se coloca é a seguinte: Para quem produzem os capitalistas quando não consomem ou se abstêm, ou seja, quando acumulam? Há razão menor ainda para afirmar-se que o objetivo da acumulação ininterrupta do capital seja a manutenção do contingente cada vez maior de operários. Do ponto de vista capitalista o consumo dos operários é uma consequência da acumulação, jamais seu fim, seu pressuposto, sob pena de subversão total das bases da produção capitalista. De qualquer forma, os operários não podem consumir um centavo a mais além da parte do produto que corresponde ao capital variável.<sup>33</sup>

E continua:

Quem realiza, então, a mais-valia, que cresce sem parar? O esquema responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam-na para ampliar a sua produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Mandam

32 Cabe mencionar, no entanto, que Rosa Luxemburgo não teve acesso aos Grundrisse.

33 Id. Ibid. p 231

construir máquinas novas para, com elas, construir outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade; é que esse incansável carrossel que se situa no vazio seja um fiel retrato da realidade capitalista, uma consequência real da teoria marxista.<sup>34</sup>

O tema da valorização produzida pelo trabalho é introduzido como crítica ao esquema da reprodução de Marx por Rosa Luxemburgo. Além disso, por meio dessa crítica, Rosa Luxemburgo insere na análise marxista o problema inerente às crises de acumulação gestadas pelo processo capitalista. De certa forma, os indícios desta crise já foram demonstrados por Marx, como no trecho citado anteriormente no que se refere ao aprofundamento das desigualdades sociais. Porém, na obra de Rosa, a crise ganha um novo aspecto, atrelado à sobrevalorização do capital, inerente à valorização do trabalho, que se materializa sob o aspecto de mais-valia, e que não retorna ao circuito de acumulação, pois este não pode absorvê-lo. Trata-se de uma dimensão mais ampla sob o conceito de crise. Nele podemos perceber uma série de complementações ao circuito da produção, como a criação de um setor de acumulação ligado àquele, mas com premissas de valorização próprias e, conseqüentemente, progressivas.

O próprio progresso técnico acaba por receber alguns excedentes de capital criados pelo processo de acumulação e reprodução ampliada, ainda que este progresso não seja suficiente para explicar as crises. Porém, num contexto de grande valorização, produzida pelo trabalho com sua base social alocada na produção, portanto, nem mesmo o progresso técnico, com a adoção de meios mais avançados do ponto de vista tecnológico, é capaz de absorvê-lo por completo. O mecanismo de valorização, portanto, que é conduzido pela base social da produção, cria novas formas de sobrevivência em meio à crise.

34 Id. Ibid.

Rosa Luxemburgo demonstrou, com certo rigor, como o capitalismo necessita estabelecer contatos com formas não capitalistas de produção para garantir o processo de acumulação. Nesse sentido, o recrutamento forçado de formas de trabalho servis em países localizados fora do eixo geopolítico central do capitalismo é uma exigência do período de exportação de capitais.<sup>35</sup> As formas de submissão aos interesses capitalistas em sociedades tradicionais e a luta contra a “economia natural” derivada dessa necessidade, estabelece formas de subalternização semelhantes às engendradas pelo processo de acumulação primitiva. Segundo Luxemburgo:

O mais importante no entanto é o seguinte: em todas as formas de produção de cunho econômico-natural existe sempre algum vínculo com os meios de produção e com a mão de obra. Tanto a comunidade camponesa comunista como a propriedade agrícola feudal e outras formas congêneres estabelecem como base de sua organização econômica a sujeição dos principais meios de produção – terra e força de trabalho – ao direito e à origem. Nesse sentido, a economia natural cria dificuldades sérias às exigências do capital. Eis porque o capitalismo, onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se: luta contra a economia camponesa patriarcal. Os principais métodos dessa luta são a violência política (revolução, guerra), e a pressão fiscal do Estado e o barateamento das mercadorias, que ora caminham juntos, ora se sucedem ou se apoiam reciprocamente. Se a violência da luta contra o feudalismo europeu se manifesta sob a forma de revolução (as revoluções burguesas do século XVII, XVIII e XIX, nela se incluem, em última análise), nos países não-europeus o mesmo acontece na luta contra as formas sociais mais primitivas, e essa luta assume a

35 Emprestamos aqui o conceito de Lenin que, ao nosso ver, melhor traduziu o contexto econômico e social do capitalismo no período imperialista. Em “Imperialismo Fase Superior ao Capitalismo”, Lenin avalia a força da política imperialista e os descobrimentos do processo de acumulação ampliada no contexto do imperialismo. No que se refere ao conceito de exportações de capitais, Lenin avalia que: “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”. LENIN, V. Imperialismo: Fase superior ao capitalismo. Lisboa-Moscovo, Editorial Avante! - Edições Progresso, 1984.

forma de uma política colonial. O sistema fiscal que aí se pratica, assim como o comércio, especialmente o estabelecido com as comunidades primitivas, constitui uma miscelânea de violência política em ligação estreita com fatores econômicos.<sup>36</sup>

A atualização do marxismo construída por Rosa Luxemburgo no que se refere aos mecanismos de subjugação de comunidade primitivas pelo sistema capitalista, no período neocolonial/imperialista<sup>37</sup>, resulta no reconhecimento do peso da violência política como método para quebrar eventuais resistências culturais ao processo histórico de ampliação da hegemonia capitalista. Sob as mais variadas matizes, o processo de submissão, seja por meio do Estado, seja por meio do processo militar, conjugou fatores de violência para garantir os interesses dos capitalistas no que se refere à expropriação de sociedades não capitalistas.

Portanto, a tendência ao uso da força revela-se um mecanismo eficiente como necessidade histórica face à resistência. O objetivo do capitalismo, seguindo o caminho aberto por Rosa Luxemburgo, permanece o mesmo já discutido por Marx. Qual seja, a necessidade histórica de transformação da força de trabalho e dos meios de produção em capital, e considera que: “É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que será capaz de obter por via comercial”.<sup>38</sup>

36 LUXEMBURGO, R. Op. Cit. p. 254

37 Sobre a crítica de Rosa ao imperialismo, e o projeto político representado pela posição da revolucionária, Mariucci nos alerta que: “Assim, o esgotamento desta forma de expansão – a subordinação do mundo todo à lógica do capitalismo plenamente constituído – não implica automaticamente o fim do capitalismo (e, muito menos, a instauração do socialismo) mas, seguramente, reduz o leque de alternativas ao seu dispor. Deste modo, o fim iminente da ‘zona não-capitalista’ aproxima o capitalismo do ponto de conversão da contradição entre o capital e o trabalho em um antagonismo que, em conjunto com a crescente socialização da produção (o único elemento objetivo e automático realizado pelo capitalismo), cria a possibilidade efetiva de uma revolução socialista como alternativa à generalização da violência e regressão social. É somente partindo deste ponto de vista que se pode compreender as reflexões de Rosa sobre o imperialismo.” MARIUCCI, E. Op. Cit. p. 57

38 LUXEMBURGO, R. Op. Cit. p. 254

Para Rosa, esperar o processo gradual de desagregação das economias naturais é algo fora das capacidades engendradas pelo processo de ampliação da lógica de acumulação. Assim, como a burguesia não pode esperar o consenso dos explorados, a violência se transforma no *modus operandi* que garante a otimização do sistema. Além disso, a dominação retalha toda e qualquer forma de reação imediata na direção contrária.

Esperar pelo resultado do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que este resulta-se na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. Isso explica porque o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção desses territórios. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não-capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias.<sup>39</sup>

Da mesma forma, com relação à formação da força de trabalho capitalista, a reprodução biológica do trabalhador não atende às necessidades imediatas de formação do exército industrial de reserva requeridas pelo capital.

Assim como a acumulação capitalista não se dispõe a aguardar o crescimento natural da população operária, devido a sua capacidade de expansão por saltos repentinos, da mesma forma ela também não se dispõe a esperar pela desagregação lenta e natural das formas não-capitalistas e por sua transição para a economia mercantil. O capital não conhece outra solução senão a violência, um método constante da acumulação capitalista no

39 Id. Ibid.

processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje.<sup>40</sup>

Os exemplos dessa lógica de destradicionalização<sup>41</sup> de comunidades primitivas e a imposição do modo de vida capitalista por meio da violência foi usado pelas Ditaduras de Segurança Nacional. Os massacres indígenas no Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Chile foram constantemente acionados para garantir a progressão da reprodução ampliada do capital. O promotor dessas ações contra os povos originários da América Latina foi o Estado por meio das forças repressivas que o compõem. Camponeses também foram alvos das investidas terroristas do Estado ditatorial latino-americano. As Ligas Camponesas no Brasil e o assassinato de suas principais lideranças fazem parte deste quadro de terror contra a resistência ao processo de acumulação ampliada. Nos outros países do Conesul latino-americano os mesmos mecanismos repressivos aplicados contra a resistência indígena e camponesa também se repetiram.

O acionar repressivo das ditaduras latino-americanas foi amplo e atingiu toda forma de oposição e resistência. Rosa Luxemburgo também avaliou o processo de acumulação ampliada no fortalecimento da indústria bélica, apoiado pela transmissão dos custos dessa ampliação à classe trabalhadora. O Estado e a imposição da cobrança de impostos foram responsáveis por esse crescimento. Ao se apropriar da geração de valor operada pelos trabalhadores na produção

40 Id. Ibid. p. 255

41 Mariucci avaliou que: "(...) a consolidação do capitalismo envolveu a criação do mercado mundial e uma "história universal", e são estes dois elementos interligados que alteraram radicalmente as condições de vida e de luta social, no sentido de romper potencialmente todos os limites à mercantilização da vida. Neste sentido preciso, mediante a combinação entre a concorrência de capitais e a violência, o capitalismo tende a destruir e a tentar incorporar todos os modos de vida estranhos a ele. Para tanto, ele é capaz de recorrer a mecanismos de exploração herdados de outros modos de produção, os quais tendem a ser intensificados e, finalmente, integrados à sua dinâmica autodestrutiva. Esta é, a meu ver, a forma mais sensata de abordar o pensamento de Rosa Luxemburgo (...)". MARIUCCI, E. Op. Cit. p. 60

capitalista, o Estado burguês constitui o gendarme que garante a ordem da produção. Segundo Rosa Luxemburgo:

O militarismo desempenha, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. No período da chamada “acumulação primitiva”, ou seja, nos primórdios do capital europeu, o militarismo desempenhou papel decisivo na conquista do Novo Mundo e dos países fornecedores de especiarias das Índias; desempenhou-o também mais tarde, na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação dos seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital (europeu em regiões não europeias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução de dívidas resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento da concorrência entre os países capitalistas visando à conquista de culturas não capitalistas.<sup>42</sup>

Ao desempenhar a repressão em favor da continuidade da exploração e ampliação da acumulação, os militares agem de acordo com os interesses do capitalismo e da classe dominante. A disciplina exigida pelo sistema capitalista se impõe aos trabalhadores para garantir o crescimento da exploração de seu excedente na lógica da acumulação. Assim, a continuidade do processo é garantida com o uso extensivo da violência, que garante a progressiva centralização dos meios de produção e leva o trabalhador ao nível da sobrevivência (quase inanição).

O salário e a vida do trabalhador são calculados segundo uma lógica que não é controlada por ele. Nesse cálculo, o que se impõe como unidade de medida é a própria reprodução ampliada e a garantia

42 LUXEMBURGO, R. Op. Cit. p. 311

de continuidade do processo de produção capitalista. O papel político desempenhado pela burguesia no capital possui como premissa impor a sobrevivência como meta ao trabalhador. Em outro trecho de sua obra, Rosa Luxemburgo menciona que: “Para o capitalista individual o operário é um consumidor ou comprador tão bom quanto qualquer outro: tão bom quanto o capitalista, o Estado, o camponês, “o estrangeiro” etc.”<sup>43</sup> Assim, tendo-se em conta o papel político conferido à burguesia na produção e a economia determinada por esta produção mencionada pela autora como “capital total” e que é responsável pela expropriação dos trabalhadores por meio da elevação de impostos. Luxemburgo avalia que,

Não esqueçamos, no entanto, que para o capital total a alimentação da classe operária não passa de um mal necessário, um meio para atingir de forma indireta o objetivo propriamente dito da produção: a geração e a realização da mais valia. Podendo se extrair a mesma quantidade de mais valia sem oferecer em troca o mesmo equivalente em meios de subsistência, melhor será o negócio. Seria como se o capital houvesse conseguido (sem o encarecimento dos meios de subsistência) rebaixar os salários, sem reduzir os rendimentos dos operários. De fato, a redução contínua dos salários acaba acarretando, com o tempo, uma redução da produção dos meios de subsistência. Da mesma maneira que não causa preocupação alguma ao capital ter de produzir menos meios de subsistência para os operários sempre que mete a mão nos seus salários – mas, pelo contrário, o mesmo realiza de bom grado esse tipo de operação -, tampouco incomoda o fato da classe operária representar menor demanda de meios de subsistência graças aos impostos indiretos, que não são compensados por uma elevação dos salários. Na verdade, quando ocorre a redução direta de salários, o capitalista apropria-se da diferença de capital variável daí resultante, aumentando sua mais valia relativa, desde que os preços das mercadorias se mantenham inalterados. No caso apontado, essa diferença vai para a caixa do Estado. Contudo, em todas as épocas, só raramente tem sido possível realizar reduções de salários em dinheiro, gerais e

permanentes, particularmente havendo organizações sindicais em alto grau de desenvolvimento. Os bons propósitos dos capitalistas então encontram grandes obstáculos de natureza social e política. Em compensação, a compressão dos salários por meio da tributação indireta se verifica de forma rápida e desimpedida; a resistência costuma manifestar-se somente após algum tempo e apenas no campo político, sem efeitos diretos de ordem econômica. Caso daí resulte uma diminuição na redução dos meios de subsistência, esta será encarada como perda de mercado, do ponto de vista do capital total, mas como economia de custos de produção de mais valia. A fabricação de meios de subsistência para operários é condição *sine qua non* da produção de mais valia, especificamente da reprodução da força de trabalho viva, jamais porém um meio para a realização de mais valia.<sup>44</sup>

Com isso, podemos concluir que a violência é o mecanismo repressivo constantemente associado às disputas políticas, cujo nascedouro é a tendência à ampliação da acumulação e sua consequente centralização dos meios de produção. Como podemos abstrair das avaliações de Rosa Luxemburgo, inspiradas na rigorosa análise marxiana da história do capitalismo, é a extração de mais valia que justifica o papel político da burguesia na produção. Essa mesma burguesia, ao encarar a vida do trabalhador como um elemento alienado à lógica da acumulação ampliada, executa a violência. A vida do trabalhador, como observou Luxemburgo, torna-se mais um entrave à ampliação da produção e enquanto tal deve ser eliminada ou mantida no nível da inanição.

As ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado agiram com violência e mataram parte significativa de uma geração combativa e opositora. Estado e burguesia cumpriram esse papel e agiram contra a garantia mínima de sobrevivência ao trabalhador. O acionar repressivo reivindicado por organizações anticomunistas como a LAM e a CAL durante esse período sustentaram, justificaram

44 Id. Ibid. p. 315-316

e ampliaram o papel da violência como forma de combater as resistências. Nos próximos subcapítulos aprofundaremos o debate sobre o papel do Estado e da violência na acumulação capitalista tendo como horizonte o papel do anticomunismo.

## 1.2 Antônio Gramsci e os aspectos gerais da organização do papel da violência na história do capitalismo

Seguindo a indicação para o debate sobre o papel da violência na história do capitalismo, propomos partir das premissas de organização do sistema capitalista e sua relação com a violência analisando a construção e aplicação do aporte teórico-conceitual marxista de Antônio Gramsci. A importância da organização (seu caráter orgânico) perpassou os estudos de Gramsci e resultou em profunda análise da história do capitalismo, escrita durante sua prisão em meio à ascensão do fascismo na Itália, e servirá de ponto nodal de nossas preocupações em torno do tema da violência capitalista.

Gramsci aprofundou aspectos centrais da produção marxista sobre o Estado, o partido, o papel dos intelectuais (orgânicos e tradicionais), a cultura popular, a revolução e a contrarrevolução (Revolução Passiva) e construiu, sobretudo, o conceito de Hegemonia. Para Gramsci, o marxismo (ou “filosofia da práxis”) era uma forma de “historicismo absoluto” devido ao peso da história na elaboração de seu método e arcabouço conceitual. Sua obra foi dividida de acordo com temas e eventuais desenvolvimentos conceituais que deles pudessem surgir.

No Caderno 12, que consta no 2º volume dos *Cadernos do Cárcere*, da edição brasileira, Gramsci produziu reflexões indicadas sob o título: “Apontamento e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”, e se referiu ao papel organizativo

dos intelectuais (tema mais evidente deste caderno). Com vistas à ampliação do conceito de sociedade civil, Gramsci procurou na história da formação dos intelectuais sua transformação em grupos especializados, sendo que a política e a economia tiveram um papel determinante. Segundo Gramsci:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até os nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias de intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica, que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade. Mas o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos (disso nasceu a acepção geral de “intelectual”, ou de “especialista”, da palavra “clérigo”, em muitas línguas de origem neolatina ou fortemente influenciadas, através do latim eclesiástico, pelas línguas neolatinas, com seu correlativo de “laico” no sentido de profano, de não-especialista) não foi exercido sem luta e sem limitações; e por isso, nascera, sob várias formas (que devem ser pesquisadas e estudadas concretamente), outras categorias, favorecidas e ampliadas pelo fortalecimento do poder central do monarca, até o absolutismo.<sup>45</sup>

45 GRAMSCI, A. Apontamento e Notas Dispersas para um Grupo de Ensaio Sobre a História dos Intelectuais. In: Cadernos do Cárcere - Volume 2. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. P. 16-17

A função organizativa dos intelectuais é um aspecto fundamental do processo histórico-dialético entre sociedade civil e Estado na obra gramsciana. Seu estudo da responsabilidade de organização dos grupos dirigentes levou-o à ampliação do conceito de sociedade civil, bem como de intelectuais e, também, de Estado.

Os intelectuais, ao contrário do que supunham as leituras conservadoras, não são entes super-humanos dotados de capacidade inata para a solução dos problemas relacionados à existência humana. Ao contrário, para Gramsci, cada sociedade marcada pela luta de classes gera uma categoria especializada de intelectuais capaz de produzir confiança e organizar a sociedade em geral, inclusive o aparelho estatal, como a ação dos empresários, intelectuais orgânicos, denota. Ao intelectual, portanto, cabe o objetivo de “criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos deve possuir a capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa”.<sup>46</sup> Trata-se aqui de evidenciar o nexo entre os componentes do grupo dirigente, o Estado e a importância da organização.

Sob a perspectiva da organização para a garantia da expansão da própria classe, aos intelectuais é confiada certa tarefa orgânica. Para Gramsci, os empresários representam, em sua atividade profissional cotidiana, a forma mais completa do intelectual orgânico (organizador). Isto se deve ao fato de que sua relação com o mundo da produção aparece permeada de outras atividades que visam, ao mesmo tempo, garantir a expansão da sua própria classe e promover a manutenção do domínio e direção (Hegemonia) sobre as demais classes. Neste intento, os empresários assumem a função política de organizadores coletivos de uma hegemonia (capitalista), relacionada ao processo histórico de afirmação do sistema/modo de vida do capitalismo.

46 Id. Ibid. p. 15-16

Pode-se dizer que Gramsci possuiu no horizonte de sua análise dois representantes desta hegemonia: Henry Ford e Taylor.

O exercício da hegemonia pressupõe certas atividades especializadas/organizativas que conferem prestígio ao papel do intelectual como articulador e difusor de certa faculdade organizativa da cultura. Porém, o conceito de cultura empregado na obra gramsciana é amplo e em nada se aproxima da concepção erudita da cultura como sugere seu debate com Benedetto Croce durante boa parte dos “Cadernos do Cárcere”. Debate, aliás, marcado por uma dupla perspectiva, qual seja, a de demonstrar o caráter eficiente e revolucionário do materialismo histórico, e, por outro lado, o caráter de alijamento das classes subalternas do exercício intelectual demarcado pela atuação de intelectuais idealistas, revisionistas e conservadores, dentre eles os próprios marxistas influenciados pelo positivismo e o stalinismo (como Bukharin), e ainda, o posicionamento radicalmente contrário de Croce com relação ao partido.

Já em controvérsia com Taylor, Gramsci define a matéria da seguinte forma, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectual”.<sup>47</sup> Ou seja, mesmo que a metáfora do gorila amestrado de Taylor traduza uma determinada expectativa sobre a anulação da intelectualidade e certa captura da subjetividade do trabalhador manual, e sua consequente supressão completada pelo exercício de repetição no trabalho físico, mesmo nesse caso, é necessário, segundo Gramsci, um mínimo de instrução técnica, portanto, intelectual.

A conexão entre as funções superestruturais, entendida a sociedade civil no nexos dialético de unidade e distinção com o Estado restrito aos moldes gramscianos, relega o exercício de domínio do Estado, tendo em vistas a ampliação da própria classe à atividade

47 Id. Ibid. p. 18

de grupos especializados de intelectuais. É a ampliação e teorização do conceito de intelectual que complexifica a leitura gramsciana da cultura, do Estado e do exercício da hegemonia.

Portanto, produzir condições para a expansão de uma classe é, nesse contexto, proporcionar formação especializada aos intelectuais e difundir determinado projeto de cultura, além de estabelecer um nexo de unidade e distinção com o Estado e, por consequência, com o aparato oficial de repressão. Não há possibilidade alguma de afirmar que este movimento é harmônico, ou destituído do exercício de coerção. Trata-se do resultado da correlação de forças que significa o mesmo que o contexto real de desenvolvimento da luta de classes e sua consequente complexificação nas sociedades contemporâneas reorganizadas pelas guerras mundiais.

Com a leitura deste processo violento de formação e afirmação de determinada categoria de dirigentes, Gramsci reelabora o conceito de sociedade civil e sociedade política da seguinte forma:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é mediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”.<sup>48</sup>

Fixada a função e importância dos intelectuais para o projeto de sociedade em questão, é necessário estabelecer a metodologia de análise do Estado. Nesse caso, Gramsci opera com uma perspectiva que divide metodologicamente os momentos de análise e formação dos grupos dirigentes sem, contudo, determiná-lo como algo absoluto, posto que esta divisão se encontra diluída no processo histórico real, ela é nada mais do que uma estratégia de exposição. Ao retomar a metáfora marxiana da superestrutura, Gramsci confere a esta a

48 Id. Ibid. p. 20

característica de lugar onde se organiza a dominação através das leis, ideias, coerção e consentimento, o lócus privilegiado da luta de classes. A política é, também, na sociedade burguesa, parte da superestrutura e a base material está dialeticamente relacionada com aquela.

No desenvolvimento do raciocínio, ou ritmo do pensamento de Gramsci, encontra-se o seguinte critério de análise,

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.<sup>49</sup>

A superestrutura aparece, portanto, como momento de interação dialética entre “sociedade política” e “sociedade civil”. E mais, desta dialética resultando o exercício efetivo da hegemonia. O binômio coerção-consenso é sedimentado e organizado através do fluxo e ação dos intelectuais, categoria histórica e, ao mesmo tempo, sujeito histórico que possui em sua atividade certo prestígio depositado pelas demais classes, certa “aura de confiança” na capacidade intuitiva e de leitura da realidade por parte dos grupos intelectuais.

Os intelectuais são os “funcionários” de certa ordem preestabelecida por todo o aparato de formação e educação conduzido tendo em vista a afirmação e ampliação de certos projetos de sociedade, neste caso, o capitalista, ainda que este processo não seja restrito ao capitalismo, o surgimento da burguesia como classe transformadora das relações de produção e de sua relação com a superestrutura é a característica do capitalismo. Não são, os intelectuais, como vimos anteriormente, um grupo autônomo, ainda

49 Id. Ibid. p. 20-21

que sua atividade e papel organizativo lhe confirmam uma “autonomia relativa”. Sua inserção na luta de classes é orientada pelo estímulo constante dos grupos sociais dos quais fazem parte. Nos momentos de crise sua organicidade pode ser desvelada, porém nunca é secundarizada ou deixada à parte durante todo o processo histórico.

Mais do que isso, os intelectuais são, segundo Gramsci, os “prepostos” do exercício efetivo da hegemonia. Organizam e definem o papel relegado à estrutura jurídica, pois condicionados por esta têm “obrigação” de defendê-la, perpetuá-la. Como definido anteriormente, estão a serviço da expansão e reprodução/perpetuação de determinada classe. Sua leitura do processo histórico apresenta-se a serviço da ideologia e projeto efetivo da classe de que são oriundos, ou frequentadores, devido aos círculos sociais de afirmação de enlace por meio do prestígio social.

Segundo Gramsci, os intelectuais organizam e conferem legitimidade aos dois movimentos centrais de organização da cultura, que são,

1) Do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.<sup>50</sup>

Os dois momentos relacionados ao exercício da hegemonia pelos grupos dominantes, quais sejam, o do consenso espontâneo e do aparelho de coerção, são intrinsicamente ligados e complementares e, por vezes, devido ao caráter explosivo adquirido pela luta de classes

50 Id. Ibid. p. 21

estas funções são fundidas. Gramsci menciona em muitas passagens dos Cadernos o papel exercido pelo “senso comum”, modo de interpretação da realidade ligado às diversas tradições educativas formais e informais, como a escola e a Igreja, por exemplo, que, por sua vez, são planificadas e estruturadas através do arcabouço teórico-metodológico cujos intelectuais representam.

Ao contrário do que se supõe, o “senso comum” tem valor histórico. É o que melhor representa a influência exercida pelo processo histórico na formação da subjetividade e intelectualidade dos homens comuns, também eles intelectuais ainda que não exerçam este papel na sociedade. É a principal arma de defesa dos sujeitos históricos. Manifestação de tempo difuso que compete aos vários momentos de formação e organização de concepção de mundo na qual a Igreja<sup>51</sup>, devido à especificidade do projeto cultural italiano discutido por Gramsci, ou até mesmo sua ausência de projeto, é a principal artífice de certas concepções secularizadas no senso comum ocupando o papel, ou até mesmo dividindo este papel com o estado.

Porém, quando o consenso “espontâneo” entra em crise ou falha, sintoma de crise geral que pode representar um momento de “crise de hegemonia”, é assegurada certa reserva coercitiva relegada ao domínio estatal tão importante e complementar ao exercício de dominação quanto à organização do consenso espontâneo. Sua crise pode representar a passagem ao “bom senso”, que poderia representar uma oposição aberta ao status quo dominante, colocando em xeque toda organização da dominação burguesa. Trata-se do momento em que o novo quer nascer e, por muitas vezes, não tem força suficiente para se afirmar, tal qual se apresenta no léxico gramsciano.

51 A discussão relacionada ao “senso comum” e ao “bom senso” será retomada e aprofundada adiante. Por hora, é necessário mencionar sua pertinência ao debate.

Para estes momentos, é assegurada pela organização de toda a cultura a garantia de permanência dos grupos dirigentes pelo exercício da hegemonia, a reserva de força bruta, violenta, que perpassa o conjunto dos aparelhos que organizam a difusão da hegemonia. Ainda que esta reserva seja organizada pelo Estado, sua prática não se restringe a ele, pois a retomada do consenso “espontâneo” é trabalhada pelos organismos “privados” durante todo o processo. Trata-se de uma prospecção para assegurar a retomada do “exercício normal da hegemonia”, que é, para Gramsci,

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção dos seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em caso de perigo eminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias.<sup>52</sup>

Como discutido por Gramsci, as relações de dominação nunca deixam de acionar a violência (força) para garantir a difusão de certa concepção de mundo com o fim de dirigir outros projetos de hegemonia e até mesmo sabotá-los quando se apresentam em oposição ao “exercício ‘normal’ da hegemonia. Significa que a presença constante da violência (mesmo que “apoiada pelo consenso”) é um dos elementos de “paralisação do antagonista ou dos antagonistas”.

52 GRAMSCI, A. Breves Notas Sobre a Política de Maquiavel. In: Cadernos do Cárcere - Volume 3. Maquiavel - Notas Sobre o Estado e a Política. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 95

Outras formas de paralisação permeiam a continuidade do “exercício normal da hegemonia” “pela absorção dos seus dirigentes”. Violência e cooptação são duas formas de acionar o “consenso” quando a hegemonia (capitalista) se encontra em vias de contestação.

Até aqui, podemos constatar inúmeros eventos históricos que nos permitem analisar o contexto de nossa pesquisa e as especificidades de nosso objeto. Os países latino-americanos de Ditaduras de Segurança Nacional acionaram intelectuais (técnicos) e usaram a violência extensivamente para garantir o exercício da hegemonia capitalista. A diminuição dos espaços de consenso ativo com o acionar repressivo e o projeto saneador das forças armadas da região criaram formas terroristas de multiplicação de organizações e órgãos da sociedade civil para dar continuidade ao seu projeto de dominação e aniquilar ou absorver (jogando a confusão e a desordem nas fileiras adversárias) projetos antagonistas. A própria CAL e a LAM, como veremos nos próximos capítulos, foram ativadores, sujeitos e produtos da “artificial multiplicação” dos órgãos de opinião pública, pois, em inúmeros debates para o planejamento de suas ações, discutiram a necessidade de criar seu próprio espaço de difusão de ideologia anticomunista. Portanto, aqui ideologia deve ser entendida como uma junção de formas de visão de mundo, consenso e a legitimação de formas de coerção e violência, ou seja, como hegemonia.

Além disso, o processo de consolidação do capitalismo sugeriu o fortalecimento e disciplina de grupos intelectuais preparados para a perpetuação da classe burguesa. Por outro lado, os grupos antagonistas também trabalharam incansavelmente para a consolidação de seus extratos sociais e ao fazê-lo renovaram seu próprio campo teórico. A renovação de um campo teórico pressupõe a formação de novos intelectuais, ou então, nos termos de Edmundo Dias, a “captura da subjetividade” de amplos extratos intelectuais. Uma determinada órbita de atração, cujos pressupostos desta reforma moral se aproximem

dos homens comuns, criando nexos com capacidade para elevar o senso comum ao bom senso. Esta tarefa, para Gramsci, só pode ser realizada pelo materialismo histórico. Daí a perseguição e coerção impostas aos intelectuais que procuram se deslocar para fora da órbita de atuação das ideologias conservadoras, bem como a construção por estas ideologias de diversos obstáculos que impeçam a formação e execução da consciência do papel intelectual pelos subalternos, cuja subjetividade lhe é negada na disputa com a hegemonia burguesa. Este embate entre projetos hegemônicos, parafraseando Edmundo Dias, é constatado por Gramsci no papel sobre a religião desempenhado pelos intelectuais tradicionais em relação às massas,

A religião popular é crassamente materialista, mas a religião oficial dos intelectuais tenta impedir que se formem duas religiões distintas, dois estratos separados, para não se separar as massas, para não se tornar oficialmente, como o é realmente, uma ideologia de grupos restritos. Mas, deste ponto de vista, não se deve confundir a atitude da filosofia da práxis com a do catolicismo. Enquanto aquela mantém um contato dinâmico que tende a erguer continuamente novos estratos de massa a uma vida cultural superior, este último tende a manter um contato puramente mecânico, uma unidade exterior, baseada especialmente na liturgia e no culto mais aparatosamente sobre as grandes multidões.<sup>53</sup>

O rompimento com a religião oficial criado pela entrada em cena de novos intelectuais religiosos comprometidos com a visão de mundo das classes populares foi possível na Europa durante a Reforma Protestante e o conjunto de eventos transformadores que a acompanhou nos campos político e econômico. No entanto, Gramsci detectou a ausência de uma ruptura com o passado cultural e político da Itália protagonizado pelos grupos subalternos. Trata-se de um ponto de inflexão para a elevação moral coletiva do povo italiano

53 GRAMSCI, A. Temas de Cultura. 1º, In: Cadernos do Cárcere - Volume 4. Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 38-39

impedindo a formação de uma “vontade nacional popular”. Na Itália, o que fora experimentado por outras sociedades europeias no contexto das lutas religiosas e revoluções que principiaram o período moderno e contemporâneo, reconfigurando por completo a relação entre a organização de concepções fundamentais do capitalismo, tais como: a iniciativa individual; a probabilidade de mudança no destino imediato; a organização da propriedade; a relação entre cultura material e espiritual (prosperidade, frugalidade); a supressão de antigas classes dirigentes ou sua subalternização, dentre outras, não ocorreram. Por isso, a tendência italiana foi a da manutenção do processo de alijamento das classes populares em relação à religião oficial mantendo a unidade da Igreja católica durante o seu processo de dissolução e divisão experimentado por outros contextos europeus.

Esta atitude de alijamento da cultura popular, e até mesmo dos próprios subalternos, é um problema de grande vulto para Gramsci, tanto na análise do poder exercido pela Igreja, quanto em relação à atitude mesquinha de alguns intelectuais que mantêm distância em relação à apropriação dos subalternos da própria filosofia, construindo mecanismos de “apassivamento” que constituem o cerne de certos rituais que procuram tornar o exercício efetivo de uma filosofia alienada ao homem comum. Daí a importância de um evento de ruptura como a Reforma. Protagonizada pelos subalternos, no que diz respeito à contestação e aprofundamento da crise de hegemonia da Igreja católica, acirrada pelos movimentos de camponeses na Europa, a Reforma foi um momento de ruptura com tal alijamento, apresentando, inclusive, novos intelectuais oriundos das classes subalternas.

O interesse de Gramsci na cultura dos subalternos é parte de seu projeto revolucionário. A questão do Estado se entrelaça numa trama dialética com o interesse pela cultura popular. O nexo dialético entre sociedade política e sociedade civil que resulta no Estado, é matéria permanente das preocupações de nosso autor, pois é parte do

arranjo que constrói a possibilidade concreta dos grupos subalternos tonarem-se grupos dirigentes na construção de uma nova hegemonia. O partido, acepção ampla do termo (conceito) aplicada por Gramsci, é o espaço de formação da reserva intelectual capaz de agir de acordo com as transformações que interessam à classe subalternizada.

Por seu lado, a continuidade e aprofundamento do exercício intelectual (com conseqüente alijamento das massas) correspondeu, no caso italiano, às especificidades de sua própria história e ao discuti-las Gramsci produziu a seguinte passagem sobre a história do capitalismo: “No desenvolvimento da história moderna, aquela casta vira ser atacado e destruído um monopólio de função social que explicava e justificava sua existência, o monopólio da cultura e da educação”.<sup>54</sup> Já o Estado fascista e sua particular imbricação com a Igreja católica foi avaliado da seguinte forma:

Se o Estado (mesmo no sentido mais amplo de sociedade civil) não se expressa numa organização cultural segundo um plano centralizado e não pode sequer fazê-lo, porque sua legislação em matéria religiosa é o que é e porque seu caráter equívoco não pode deixar de ser favorável à Igreja, dada a maciça estrutura desta e o peso relativo e absoluto que deriva de tal estrutura, e se se equipara o estatuto dos dois tipos de universidade é evidente que se formará a tendência no sentido de que as universidades católicas sejam o mecanismo seletivo para os elementos mais inteligentes e capazes das classes inferiores a inserir no pessoal dirigente.<sup>55</sup>

Embora nesta passagem Gramsci tenha como preocupação debater a cisão entre intelectuais laicos e intelectuais religiosos oriundos do contexto formativo proporcionado pelas diversas reformas educativas do fascismo, fica claro o projeto de classe do fascismo italiano. Como mencionado anteriormente, a formação dos intelectuais, a hegemonia em curso, poderíamos dizer, recorre às

54 Id. Ibid. p. 44

55 Id. Ibid. p. 45-46

instâncias educativas tradicionais para oferecer a educação tendo em vistas o exercício da dominação. O projeto de cultura nacional do estado fascista italiano retroagiu a estrutura educacional a contento dos grupos conservadores quando abriu mão do projeto de cultura centralizado em favor da atuação da Igreja, pois, Segundo Gramsci:

Se o Estado renuncia a ser centro ativo e permanentemente ativo de uma cultura própria, autônoma, a Igreja não pode deixar de triunfar substancialmente. Mas o Estado não só não intervém como centro autônomo, mas destrói todo o opositor da Igreja que tenha capacidade de limitar-lhe o domínio espiritual das multidões.<sup>56</sup>

O triunfo de um projeto organizativo-cultural é cimentado pela ação/omissão do Estado, e até mesmo os projetos de Estado estão em disputa, sendo que a educação e a organização de uma determinada cultura está em disputa. É elementar o papel da repressão no desgaste e eliminação das oposições. Não se trata de uma reserva de forças, simplesmente. É mais do que isso. Trata-se de uma tática deliberada de uso da violência para dar base de sustentação a um projeto de cultura nacional que alija os subalternos de ações, tendo em vistas a tomada do Estado. Uma ação educativa exemplar de longo alcance que delinea o projeto de acumulação de sociedades (capitalistas), mas limita a revolução.

Com a violência como carro chefe do impedimento da tomada de consciência da classe subalternizada pelas sociedades burguesas, qual seja, os trabalhadores, a iniciativa de criação de uma “vontade nacional popular” que fere o mecanismo intrínseco da alienação da produção capitalista, pode ocorrer o que Gramsci denomina de períodos de “dissolução moral”. Não se trata de uma crise revolucionária ou crise de hegemonia, mas, sim, do sintoma mais claro de que a correlação de forças é ativada de forma explosiva e deixa clara a insuficiência da

56 Id. Ibid. p. 48

dominação de classes no âmbito do “normal”, do “terreno clássico” do exercício da hegemonia. Trata-se de um momento de crise que Gramsci define da seguinte forma:

Períodos de dissolução moral muitas vezes se verificaram na história, ainda que a mesma concepção moral geral mantivesse seu domínio, e originaram-se de causas reais concretas, não de concepções morais: eles muitas vezes indicam que uma concepção envelheceu, desagregou-se, tornou-se pura hipocrisia formalista, mas tenta se manter em pé coercivamente, forçando a sociedade a uma vida dupla; precisamente à hipocrisia e à duplicidade reagem, de forma exagerada, os períodos de libertinagem e dissolução, que anunciam quase sempre que uma nova concepção está se formando.<sup>57</sup>

Tomadas a partir da referência gramsciana sobre os “períodos de dissolução moral”, as Ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado usaram de forma irrestrita a violência, e, inclusive, modificaram os setores pertencentes aos judiciários nacionais para legitimar o uso da violência. A própria justiça, portanto, foi “sequestrada”, modificada e usada para fazer valer a violência contra a oposição. Dissolveram os mecanismos clássicos de luta pela hegemonia que caracterizam as sociedades ocidentais e impuseram o Estado capitalista (terrorista) e sua violência com quadros militares e civis especializados na prática da tortura e desaparecimento forçada. Completaram esse quadro de dissolução moral da própria corporação e do Estado capitalista com um plano deliberado de eliminação dos antagonistas (“inimigos” internos e/ou externos). Como vimos anteriormente, são os intelectuais que tornam possível o consenso em torno da atuação da violência e da coerção. De tempos em tempos, seu suporte perpassa o âmbito da legitimação para o da organização precisa de certas condutas repressivas. Nesse caso, o apoio ativo de organizações dedicadas ao alarmismo, com a difusão artificial de órgãos da opinião pública, acionados para apoiar

57 Id. Ibid. p. 54

e gerar consenso em torno do papel da violência como a CAL e a LAM e seus associados, são agentes e produtos desse processo histórico.

A retomada de métodos de intimidação “anacrônicos”, toma o espaço do debate político ao suprimir a possibilidade de manifestação autônoma dos grupos subalternizados. Como se trata de um projeto repressivo, as condições de sua aplicação nas sociedades latino-americanas seguiram o itinerário contrarrevolucionário do pós-guerra. É importante lembrar que estas sociedades, segundo Gramsci, adquirem uma característica peculiar para o exercício da luta política. A metáfora do campo de batalhas aberto, cujo espaço de confronto entre dois exércitos é amplo, é complexificado pela adoção da guerra de trincheiras, cuja organização dos “aparelhos privados de hegemonia” transforma algumas instituições em verdadeiras “casamatas do capitalismo.”

Como demonstrou a experiência fascista, vivida por Gramsci, o terrorismo pode se tornar a mola propulsora do exercício da hegemonia. A própria superestrutura jurídica, pelo caráter da divisão dos poderes no estado moderno, transforma-se para adequar-se ao processo de coerção presente na sociedade burguesa contemporânea. Transformam-se os papéis dos sujeitos que exercem o poder nas instâncias jurídicas da sociedade para o resguardo do *status quo*, e, também, pode ocorrer certa degeneração (dissolução moral) na prática de tarefas investigativas. O próprio judiciário, por sua vez, se transforma em irradiador de certa consciência histórica atribulada pelo pós-guerra, e a violência adquire importância fundamental. Neste sentido,

Deve-se observar que o renovamento do direito processual, que também teve uma importância não secundária na esfera política, determinando um reforço a tendência de divisão dos poderes e à independência da magistratura (logo, à reorganização geral da estrutura do aparelho governamental) enfraqueceu-se em muitos países, trazendo de volta em muitos casos os velhos

métodos da polícia americana, com os interrogatórios em que se admite a coação física, são bastante conhecidos.<sup>58</sup>

A instigante reflexão de Gramsci sobre pontos específicos da atualização das relações de dominação, no caso aqui em debate, do direito processual, demonstra, por um lado, certo alijamento do grupo dos intelectuais em relação aos subalternos, e, por outro, a permissividade com métodos de subalternização característicos de outros períodos históricos, desembocando na legitimação da tortura. Disso resulta uma forma precisa de aumento da concepção difusa de tempo nas classes subalternas, inclusive com a ativação de certo consenso espontâneo em torno de mecanismos de tortura, por exemplo, aprofundando o alijamento destas classes em relação ao poder.

Os mecanismos de “apassivamento” dos subalternos foram uma preocupação constante nos escritos do revolucionário italiano. Ao responder o questionamento sobre o porquê da derrota histórica do movimento operário italiano com a instalação do fascismo, ele mesmo mencionou uma das formas de manifestação da revolução passiva. A análise e o fluxo de construção das categorias históricas gramsciana adquiriu contornos de definição da estratégia revolucionária.

A questão da formação dos intelectuais subalternos, preocupação central nos escritos do revolucionário italiano, estabelece o problema do alijamento da classe operária da política, processo de alienação, que é a própria estratégia de dominação burguesa presente nas sociedades contemporâneas. A atividade política, o exercício dos debates realizados para a definição de pautas e interesses do conjunto da classe, ou até mesmo o processo de formação teórica dos quadros subalternos, podem sofrer ingerências relacionadas ao debate e prática efetiva experimentada no terreno do inimigo, qual seja, o das “escolhas” eleitorais características da “democracia” burguesa.

58 Id. Ibid. p. 65

Como uma das estratégias de “captura da subjetividade” dos subalternos perpassa o âmbito da organização do exército industrial de reserva, com a coação característica da pressão pela garantia dos mecanismos elementares da sobrevivência, ela, a própria sobrevivência, torna-se objeto de disputas oportunistas com o objetivo de confundir a estratégia revolucionária dos grupos subalternos. A própria política é transformada em arena de discursos escatológicos, mas não de forma accidental, mas sim, como tarefa deliberada, planejada e alarmista.

A proposição de Gramsci sobre o “mal menor” para barrar a tomada de consciência das classes subalternizadas, que é uma das estratégias de convencimento elaborada tendo em vista a afirmação da hegemonia burguesa é a materialização da correlação de forças nos períodos de “libertinagem”, como se fosse possível o exercício efetivo de uma verdadeira “anarquia” política que caracterizou a justificativa dos golpes civis-militares dos anos de 1960-1970 e 1980 na América Latina. Da consciência degenerada dos sujeitos, representada e repetida *ad nauseam* pelos intelectuais, deriva o campo de opções de projetos hegemônicos. O transformismo, categoria histórica trabalhada por Gramsci, adquire preponderância sobre a atitude dos intelectuais e militantes podendo ser “molecular” (pessoal) ou “de grupo” (partido). Segundo Gramsci, a estratégia do mal menor ocorre da seguinte forma:

Um mal é sempre menor do que um mal maior que lhe sucede, e um perigo é sempre menor do que um possível outro, maior, que se siga. Todo o mal se torna menor em comparação com outro que se apresenta como maior, e assim ao infinito. Portanto, a fórmula do mal menor, do menos ruim, é tão-somente a forma que assume o processo de adaptação a um movimento historicamente regressivo, movimento cujo sentido é dirigido por uma força corajosamente eficiente, enquanto as forças antagônicas (ou melhor, os dirigentes destas), decidiram capitular progressivamente, por pequenas etapas, e não de um só golpe (o que teria um significado inteiramente diverso em razão do efeito psicológico condensado e poderia gerar uma

força ativa concorrente daquela que passivamente se adapta à “fatalidade”, ou reforçá-la, se já existe).<sup>59</sup>

Em nota, os editores alertam que Gramsci desenvolveu esta reflexão do “mal menor” a partir da avaliação contida no prefácio à primeira edição de “O Capital” sobre a correlação de forças entre nações que já experimentam certo progresso técnico e outros de progresso técnico incipiente. Segundo a avaliação de Marx, a prospecção dos menos desenvolvidos é o que apresentam os mais desenvolvidos em seu contexto imediato, para a planificação da dominação e sua justificativa. Para nós, o anticomunismo usou da estratégia do mal menor para alarmar as sociedades latino-americanas por meio da CAL. Segundo Gramsci,

Uma vez que é justo o princípio de método segundo o qual os países mais avançados (no movimento de progresso ou regresso) são a imagem antecipada dos outros países onde o mesmo movimento está no início, a comparação é correta neste campo no que servir (e servirá sempre do ponto de vista educativo).<sup>60</sup>

No sentido do que foi analisado por Gramsci, cabe a seguinte formulação: Sempre que avaliaram o comunismo, CAL e LAM o fizeram sob certa comparação entre os blocos capitalista e socialista, mesmo que negassem a política econômica de blocos em meados dos anos de 1970, como veremos nos próximos dois capítulos. Mas avaliaram estabelecendo critérios de comparação com a realidade sobre a qual atuaram, tendo como paradigma de ação a defesa do “mundo livre”, e, por consequência, dos problemas gerados pelo capitalismo como o “mal menor”. E sempre que abordaram o inimigo comunista o fizeram sob a premissa de que se tratava de um “mal maior” a ser combatido.

59 Id. Ibid. p. 74

60 Id. Ibid.

Por outro lado, ao refletir sobre a análise mecânica e reacionária de transposição de realidades e equiparações descontextualizadas presentes na premissa do “mal menor”, Gramsci analisou a correlação de forças políticas, mesmo que a economia seja o problema mais profundo. Com o alerta sobre a dimensão educativa da reflexão, pode-se aferir que o sentido do movimento histórico que se apresenta na questão do “mal maior” se relaciona à atitude de seus dirigentes, contando com preparo prévio, ou não, pois a questão da formação é uma dimensão imprescindível para o comunista italiano, diante da possibilidade concreta de realização de um objetivo determinado. Não se pode confundir esta reflexão com qualquer possibilidade de análises teleológicas. Aqui está contida a reflexão que ocupará todo o caderno 19 (parte do volume 5 da edição brasileira também composto pelo caderno 25), no que se refere aos grupos dirigentes com os conceitos de “transformismo” e “revolução passiva” também do “Americanismo e Fordismo”. Podemos observar ainda a questão relacionada aos movimentos históricos progressivos, ou regressivos, contidas mais especificamente, entre outras, no desenvolvimento da categoria histórica do “cesarismo” durante a construção das “Notas sobre a política em Maquiavel” dos cadernos 13 e 18 (volume 3 da edição brasileira).

Trata-se do processo histórico de afirmação de uma força política dirigente que permanece, se impõem sobre as demais pelo fato de já sê-la. No cálculo das probabilidades, desenvolvido sob a análise do próprio processo histórico, a reflexão sobre o “mal menor” está contida na base da ação do “senso comum” como forma de evitar o exercício de autonomia, com a avaliação do menor risco possível, com uma certa relevância no que tange à afirmação da contrarrevolução. Pode-se dizer que é o “mal menor” a barreira que se apresenta em termos de convencimento dos grupos subalternos no que se refere ao impedimento do seu exercício de autonomia. Mas também é um indício claro do desfecho do processo de afirmação do período de

“dissolução moral” em que as forças revolucionárias, por toda a instrução prévia e o preparo efetivado no contexto da luta de classes, usa em seu favor para pôr em prática sua linha como uma possibilidade histórica concreta.

Como se trata da combinação de diversos fatores de capitulação, não se pode afirmar que se trate do capítulo definitivo de uma crise orgânica, ou crise revolucionária. O seu tempo de afirmação é lento, porém, progressivo. Os elementos de crítica e ação, com a efetivação da práxis, ou, como dizia Gramsci sob censura no cárcere fascista, “filosofia da práxis”, em confronto com outras formas de filosofias morais servem mais como elemento de contraposição e consequente construção, do que na organização de sua avaliação ser capaz de se tornar a conduta moral com força para unificar o difuso, ou seja, a realização da revolução, ou implantação do comunismo.

### *1.2.1 Estado e Violência: Americanismo, fordismo e revolução passiva*

Para Gramsci, a Revolução é um projeto de transformação radical do modo de viver e de se relacionar em sociedade e esse tema ocupou boa parte de suas reflexões. No entanto, o capitalismo produz suas próprias transformações ao ampliar o circuito de acumulação, como demonstrado pelo autor no estudo do americanismo–fordismo. Como se sabe, o pano de fundo desta preocupação, para Gramsci, era a ascensão do fascismo que representaria a adesão ao americanismo. As especificidades do contexto italiano se manifestaram na adesão parcelar do americanismo, pois a recalitrância das classes dominantes formou óbices à adesão completa.

O projeto de acumulação de capital, ou da passagem de uma forma de acumulação capitalista concorrencial para o de tipo monopolista, baseado na organização de uma economia de tipo

moderna, programática, é o que Gramsci denominou de “passagem do velho individualismo econômico”. Significa a redefinição da estrutura econômica com resultados imediatos na sociedade política, estabelecendo a dinâmica da luta de classes no processo histórico com amplas consequências retroativas, pois a hegemonia dos grupos dominantes se impõe sobre os subalternos que possam colocar em risco tal exercício de dominação, sendo que a resistência dos subalternos e a recalcitrância de parte da classe dominante se interpõem como barreira ao processo. Segundo Gramsci:

Estes problemas nascem da forma de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução, formas que provem das dificuldades presentes na *societas rerum* e na *societas hominum*. Que uma tentativa progressista seja iniciada por uma ou por outra força social não é algo sem consequências fundamentais: as forças subalternas, que teriam de ser “manipuladas” e racionalizadas de acordo com as novas metas, necessariamente resistem. Mas resistem também alguns setores das forças dominantes.<sup>61</sup>

Essa indicação de Gramsci para a análise que propomos, sobre o anticomunismo organizado na CAL e na LAM, nos possibilitou entender as diferentes formas de conceber as contradições do processo de ampliação da acumulação capitalista. Em muitos momentos de suas avaliações sobre as formas de apropriação do trabalho e sua consequente exploração, essas organizações difundiram o anticomunismo para se diferenciar da resistência popular ao processo, inclusive alarmando-a e criminalizando-a.

A resistência dos subalternos é distinta qualitativa e organicamente da recalcitrância dos grupos dominantes. Aos grupos dominantes, a conexão com o mundo da produção é mediada por fatores de ordem estrutural que não se estabelecem de forma imediata, mas

61 GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: Cadernos do Cárcere - Volume 4. Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 242

mediata com o mundo da produção construindo os nexos especializados que resultam no papel organizador dos intelectuais: Por isso, a questão demográfica italiana (meridional) criou certas especificidades históricas no exercício da hegemonia. Este processo é marcado pela existência de amplos setores da classe dominante que não exercem qualquer função produtiva. Segundo Gramsci, são rentistas que se afirmam no plano econômico nacional por sua “passividade” em relação a produção. Especuladores que herdaram propriedades e produziram seus próprios intelectuais destinados ao exercício da hegemonia no Estado e na produção.

Gramsci investigou os problemas de ordem política, econômica e cultural enfrentados na Europa quando da adesão ao ritmo de trabalho e consequente estrutura social exigida pelo modo americanista. Dentre eles, a questão da demografia racional estadunidense como contraponto ao contexto italiano ossificado pela história milenar com a presença de uma classe de “parasitas rentistas” que dominam o plano da distribuição fundiária e vivem da especulação de cotas de renda fictícia, especulativa e financeira sem exercer nenhuma atividade direta no ramo da produção. Certa racionalização como a do tipo americanista exigiria, portanto, a eliminação desta classe social remanescente da nobreza feudal italiana que dificultou e/ou impediu efetivamente o melhor posicionamento da produção italiana na concorrência do mercado mundial. Como se sabe, a pequena burguesia que se alinhou oportunamente ao fascismo era hegemonizada por aquela classe parasitária e foi alarmada pela ação paramilitar fascista. Gramsci caracterizou a racionalidade histórica da hegemonia europeia da seguinte forma,

A “tradição”, a “civilização” europeia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela “riqueza” e pela “complexidade” da história passada, que deixou grande número de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal

estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército, o qual foi inicialmente profissional e depois passou a basear-se no recrutamento, mas é ainda profissional no nível do oficialato. Aliás, pode-se dizer que, quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do “patrimônio” dos “avós”, destes pensionistas da história econômica.<sup>62</sup>

A transmissão da apropriação de “renda” e a sedimentação de numerosas classes parasitárias, incluiu o oficialato das forças armadas. Além da definição de sua defesa de posição no contexto da luta de classes, os próprios militares são incluídos no que Gramsci denominou de “extratos da população economicamente passiva”, ou seja, dos que não praticam nenhuma atividade diretamente produtiva, mas que vivem à custa do trabalho produtivo e abocanham parte significativa do sobre trabalho industrial<sup>63</sup>, por exemplo.

Outra fonte de parasitismo mencionada pelo autor é a administração do Estado, com o pagamento de polpudas aposentadorias ou indenizações a burocratas que controlam a administração estatal. Esta capa improdutiva é mantida de forma anacrônica com relação à estrutura geral, mas se revela ainda mais parasitária se comparada com a condição de trabalho e as formas de expropriação às quais está submetida a classe proletária. É outro

62 Id. Ibid. p. 243

63 É importante lembrar da importância de outro estudo de Gramsci antes do cárcere. Trata-se da “Questão Meridional” que não será aprofundado aqui pelas limitações de nosso objeto, porém é uma referência importante para a ordem do debate de Gramsci, além de ser o único texto que pretensamente fora organizado para publicação, mas interrompido pelo cárcere fascista. Nele, Gramsci deslindou o desenvolvimento nacional desigual da Itália. De forma didática, é importante lembrar que o desenvolvimento desigual do capitalismo na Itália relegou ao Norte o papel de desenvolvimento industrial e tecnológico e ao Sul, o chamado mezzogiorno, a reserva latifundiária, e camponesa, em conexão com o desenvolvimento do Norte.

elemento contrastante com a iniciativa americana<sup>64</sup>, contexto em que um sujeito abastado, “dotado de espírito de iniciativa”, ou seja, preparado pelo apassivamento proveniente da ideologia americanista, pode trabalhar até o fim de seus dias. Inclusive, para este último, baseado na difusão do puritanismo, por exemplo, cumpre deveres morais ao promover sua própria “prosperidade” até os seus últimos dias. Mas as condições de trabalho no contexto americanista precisam ser relativizadas com relação ao contexto europeu. Segundo Gramsci,

A América não tem grandes “tradições históricas e culturais”, mas tampouco está sufocada por esta camada de chumbo: é esta uma das principais razões – certamente mais importante do que a chamada riqueza natural – de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o nível de vida de suas classes populares ser superior ao europeu. A inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio, possibilitando a redução cada vez maior da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma real atividade subordinada à produção, ou melhor, a tentativa de incorporar estas atividades à própria atividade produtiva.<sup>65</sup>

Os problemas revelados pela adesão à forma de produção racionalizada representada pelo fordismo sob a ideologia americanista, transformou o contexto europeu num grande laboratório

64 Gramsci analisou o mecanismo de destruição dos sindicatos em favor da sociabilidade burguesa presente nos diversos clubes de classe da burguesia difundidos no território americano que atuam como “estados maiores” de organização do projeto burguês de sociedade baseado no princípio da moralidade das relações sociais e na difusão da ideologia da livre iniciativa voltada para a construção de economias de mercado. É o caso do Rotary, YMCA, Maçonaria. São os “aparelhos privados de hegemonia” da burguesia que ocupam um papel fundamental na construção das trincheiras de enfrentamento no interior da sociedade civil, verdadeiros portadores de projeto de hegemonia. A difusão desta ideologia proporcionou aos EUA um terreno propício para a afirmação de uma mentalidade capitalista adaptada ao contexto monopolista. São fatores culturais relacionados ao processo histórico que determinam valores morais e impregnam a afirmação de uma modalidade bem específica de cosmopolitismo.

65 GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: Cadernos do Cárcere - Volume 4. Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 247

da universalização da história mundial recente e remete à primeira metade do século XX. O ônus da racionalização e do processo de planificação da produção recaiu sobre o conjunto da sociedade como um processo de destradicionalização das relações de produção porque, “a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”.<sup>66</sup> São essas adaptações psicofísicas e sociais que se levadas a cabo em um “período de dissolução moral” engendram violentas formas de reestruturações no nível da produção, podendo se ampliar ao conjunto mais geral da sociedade.

As formas de organização política da sociedade civil também necessitam adaptar-se às novas formas de produção, pois no projeto de acumulação de tipo fordista, baseado na recuperação de capitais com um modo de vida americanista, a questão da hegemonia aparece relacionada ao plano superestrutural. Ou seja, o horizonte é o Estado e sua complexa organização. Isso explica a participação de representantes da educação técnica na organização anticomunista convocada pela CAL no Congresso de 1977, como veremos no terceiro capítulo. Aqui nos interessa indicar quais são as bases políticas num contexto de reestruturação da produção, da sociedade e do Estado. No trecho que citamos a seguir, Gramsci avaliou o alto grau de alienação e “fetichização” presente no pressuposto da qualificação técnica em meio ao processo de ampliação do circuito de acumulação engendrando a necessidade de criação de um “novo homem”,

A qualidade deveria ser atribuída aos homens e não às coisas: a qualidade humana eleva-se e se refina na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades e, portanto, torna-se independente delas. O alto preço do pão, devido ao fato de pretender se manter um número maior de pessoas ligado a uma determinada atividade, leva à destruição. A política da qualidade determina quase sempre seu oposto: uma quantidade desqualificada.<sup>67</sup>

66 Id. Ibid. p. 248

67 Id. Ibid. p. 261

Ao atender ao mecanismo de ampliação do exército industrial de reserva para pressionar os trabalhadores a aceitar as piores condições de trabalho, levados inteiramente de trabalhadores semiquilificados ou desqualificados são violentamente inseridos na produção capitalista. A própria inserção do trabalho feminino e as lutas políticas derivadas deste processo constam na história do capitalismo e suas contradições nevrálgicas.

A inserção da mulher no mercado de trabalho da indústria “fordizada” trouxe consigo, às próprias mulheres, a luta feminina e de classes da sua participação na política. Este foi um elemento fortemente controlado pelas estruturas tradicionais de dominação. Os extratos sociais herdeiros da nobreza feudal (oligarquia) e a Igreja Católica (conservadora), por exemplo, foram aliadas no combate aos direitos políticos femininos. Por isso, a transformação do ambiente de sociabilidade política, necessidade histórica da participação feminina nos sindicatos, por exemplo, proporcionou um salto qualitativo na militância e trouxe elementos de transformação qualitativa no papel político desempenhado pelos trabalhadores. Elemento eminentemente humano que se tornou um ponto de inflexão em relação à produção quantitativa desqualificada. Conectando violentas experiências históricas a partir do tema das transformações econômicas da história capitalista, Gramsci indicou que,

Até agora todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os literalmente.<sup>68</sup>

68 Id. Ibid. p. 263

A violência seletivamente praticada contra os extratos subalternos na história do capitalismo, engendrou novas racionalidades históricas que se efetivaram como produto das lutas no plano da produção irradiando-se para a conjunto mais geral da sociedade. A adaptação a esse processo não foi passiva, mas seus mecanismos de imposição visaram ao apassivamento dos setores antagonistas. A ação violenta proposta por organizações anticomunistas visou aplicar esses mecanismos de apassivamento mantendo a luta de classes em níveis alarmantes e irradiando para fora do plano da produção os mecanismos de controle aplicados contra os trabalhadores.

No entanto, o exercício efetivo da hegemonia e de imposição de uma certa racionalidade histórica apresentou possibilidades que se traduzem na direção moral. Ao mencionar a questão da hegemonia no processo de unificação do Estado italiano no século XIX, Gramsci produziu a seguinte reflexão:

(...) a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”.<sup>69</sup>

Para o capitalismo impõe-se a necessidade de dirigir e dominar, e isso comporta ações determinadas visando apassivar os grupos antagonistas no confronto entre as classes pela hegemonia. A violência é uma das variantes constantes no processo histórico previstas por Gramsci para a ampliação da direção moral e da dominação (hegemonia) de uma classe sobre as demais. Essa

69 GRAMSCI, A. Risorgimento Italiano. In: Cadernos do Cárcere. Volume 5. O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 62-63.

imposição é o resultado dos mecanismos de apassivamento que são aplicados contra o grupo adversário sendo a violência um traço marcante do processo histórico. A anulação do grupo rival representa a consolidação da Revolução Passiva quando o confronto acontece no terreno da luta de classes. São formas violentas de imposição da direção moral e dominação visando aniquilar os grupos adversários, trabalho sistemático, silencioso, organizado, de manter os preceitos da hegemonia capitalista, assim como realizaram a CAL e a LAM.

Pensar as formas de direção e domínio determinados pela história do capitalismo, remete ao tema da hegemonia em Gramsci registrado nos Cadernos 13 (Breves notas sobre a política de Maquiavel) e 18 (Nicolau Maquiavel III) organizados no 3º volume da edição brasileira. Ao refletir sobre a construção do partido (principal tema de interesse desse caderno), baseado na revisão sobre os escritos de Nicolau Maquiavel, Gramsci observou alguns princípios gerais do papel da organização na formação da “vontade coletiva”, por vezes denominada “vontade nacional-popular”. O diálogo proposto por Gramsci com a obra clássica de Nicolau Maquiavel tem um propósito implícito de situar o marxismo na tradição literato-cultural europeia e de desenvolver sua concepção sobre o papel do partido na Revolução.

A Revolução é um projeto de sociedade que deve ocupar o lugar das tradições seculares na organização de uma “vontade nacional-popular”, ou ser o partido o organizador de uma “vontade coletiva”. Este seria, para Gramsci, o “livro vivo” de Maquiavel: “O Príncipe” capaz de suscitar nos sujeitos o despertar de uma tarefa histórica imediata, mas com fôlego de sobra para transcender o tempo presente e tornar-se uma premissa de ação permanente. Segundo Gramsci,

O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços

característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, o que põem em forma mais concreta às paixões políticas.<sup>70</sup>

Com essa indicação para a pesquisa sobre o papel dos grupos sociais na organização da “vontade coletiva” inserida no contexto de uma ação efetiva como *realpolitik*, entende-se o porquê para Gramsci “O Príncipe”, de Maquiavel, “é um livro vivo”. O papel do Partido é justamente o de oferecer à organização uma linha organizativa para que os sujeitos da ação possam conduzi-la segundo seus interesses de classe. O partido deve ser o espaço de formação dos extratos mais avançados de uma hegemonia, reserva moral consciente e elevada. A práxis marxista em Gramsci, assim como todo o arcabouço teórico do marxismo, para o autor, possui como critério de aplicação e avaliação para ação: criar, renovar e reformar uma nova cultura e sociedade. Essa premissa leva em consideração que a ausência de um organizador coletivo (o Partido) constrói para os grupos subalternizados uma perspectiva avaliativa difusa do terreno da hegemonia que é o terreno da luta de classes. Esse movimento conduzido pela dominação e direção burguesa impede a organização de um programa revolucionário pela classe subalternizada. Esta avaliação é produzida pela revisão gramsciana do príncipe de Maquiavel da seguinte forma:

Em todo o pequeno volume, Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado, e o tratamento é conduzido com rigor lógico, com distanciamento científico: na conclusão, o próprio Maquiavel se faz povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo “genericamente” entendido e sim com o povo que Maquiavel convenceu com seu tratamento precedente, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual ele se identifica: parece que todo o trabalho “lógico” não é mais do que uma auto-reflexão do povo, do que um raciocínio interior que se realiza na consciência popular e acaba num grito

70 GRAMSCI, A. Breves Notas Sobre a Política de Maquiavel. In: Cadernos do Cárcere - Volume 3. Maquiavel: Notas Sobre o Estado e a Política. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13

apaixonado, imediato. De raciocínio sobre si mesma, a paixão transforma-se em “afeto”, febre, fanatismo de ação. Eis porque o epílogo do Príncipe não é algo extrínseco, “imposto” de fora, retórico, mas deve ser explicado como elemento necessário da obra, ou melhor ainda, como aquele elemento que reverbera sua verdadeira luz em toda a obra e faz dela algo similar a um “manifesto político”.<sup>71</sup>

Os elementos descritos por Gramsci na revisão de “O Príncipe” trazem novos elementos sobre os critérios de organização que confluem na construção de uma “vontade coletiva”. Além disso, podemos perceber que os escritos de Maquiavel representam o amadurecimento e tradução dessa vontade coletiva, e por isso o livro é um manifesto político e não um manual construído de fora da história como se pode verificar se comparamos o trecho acima com o que foi anteriormente citado que fazia referência às “(...) investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação (...)”.<sup>72</sup>

Por meio dessa avaliação da obra, Gramsci conduz-nos à uma interpretação inovadora e comunista dos escritos de Maquiavel. Disso se abstrai que o *Príncipe* de Maquiavel é apropriado por Gramsci como a personificação da organização coletiva. É o intelectual coletivo que organiza a vontade (nacional popular), ou seja, o partido.

Trata-se do sujeito de uma ação coletiva, fundada na ligação orgânica e dela produtor, perpetuador e sujeito que simboliza a prática de um novo homem em uma nova sociedade. Reserva moral que proporciona a elevação do plano intelectual da massa em conexão com ela mesma e seus interesses. Produtor de uma realidade que rompe com os vínculos de dominação econômica e social mecanicamente reproduzidos pelas premissas de perpetuação da hegemonia burguesa irradiada pelos intelectuais organicamente ligados à classe dominante.

71 Id. Ibid. p 14

72 Id. Ibid. p. 13

O *Príncipe*, ou o partido, é a personificação do mito da vontade coletiva organizada. Produto da luta de classes que não deixa esta vontade esmorecer ou degenerar, pois está organicamente (organizado) ligado aos princípios e premissas do proletariado. Por isso, o mito e a vontade coletiva, a fé na revolução, diríamos, é um processo dialético de destruição e reconstrução violenta. Violência evitada à mão de ferro (e com violência) pela classe dominante, uma espécie de *fight fire with fire*, que no caso da burguesia serve para *apassivar* os subalternos, bem como no caso do proletariado é uma destruição relacionada à tarefa de reconstrução da sociedade sobre outras bases (sem classes), qual seja, as bases revolucionárias. Gramsci, por sua vez, ao criticar Sorel, avalia a questão da seguinte forma,

Mas pode um mito ser “não construtivo”, pode-se imaginar, na ordem de intuições de Sorel, que seja produtor de realidades um instrumento que deixa a vontade coletiva na fase primitiva e elementar de sua mera formação, por distinção (por “cisão”), ainda que com violência, isto é, destruindo as relações morais e jurídicas existentes? Mas esta vontade coletiva, assim formada de modo elementar, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades singulares que, na fase positiva seguem direções diversas e contrastantes? E isso para não falar que não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido “metafísico”, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido, neste caso, pode-se ver que se supõe por trás da espontaneidade um puro mecanicismo, por trás da liberdade (arbitrio-impulso vital) um máximo de determinismo, por trás do idealismo um materialismo absoluto.<sup>73</sup>

Para que o objetivo de reconstrução revolucionária possa ser um plano amplo de reforma intelectual, a tarefa histórica em tela não pode ser relegada a uma personalidade, o que colocaria a ação política num plano imediato e sem consequências a longo prazo. Por isso, o *Príncipe*, assim entendido por Gramsci, deve perpassar objetivos

73 Id. Ibid. p. 15

imediatos presentes no espaço de uma conjuntura. Deve articular as categorias históricas de uma época e sistematizá-las num programa de amplas proporções. Esta tarefa deve ser confiada a uma reserva moral, apta a concretizar as avaliações de maneira orgânica (organizadas segundo as expectativas de seu grupo social) e ser capaz de torná-las conscientes, históricas e permanentes. Trata-se da construção e afirmação de um projeto capaz de tornar-se Revolução, “vontade coletiva” já existente, mas desorganizada, difusa e confundida com o projeto da classe hegemônica. Segundo Gramsci,

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.<sup>74</sup>

Se uma personalidade protagonizasse a ação, não haveria possibilidade de construir uma revolução. Seria, sim, uma restauração, Revolução Passiva capaz de comprometer o protagonismo dos subalternos, pois no ritmo do raciocínio empreendido visando a consecução destes objetivos, seria escamoteado o projeto da vontade coletiva em razão da afirmação de uma personalidade. Personificação expressa no programa de conservação da ordem, referenciada na ação de apassivamento, e não como tarefa catalizadora da revolução. Essa personificação completa o quadro da violência constante do capitalismo, pois pode adquirir contornos cesaristas como veremos mais adiante.

Como dissemos anteriormente, além de submeter suas avaliações ao contexto histórico, Gramsci produziu sua análise baseada no entendimento dos mecanismos implementados pela classe dominante

que propiciaram a derrota histórica da revolução (e da classe revolucionária – o proletariado e sua organização, o Partido Comunista) na Itália. O ano de 1922, que demarcou a ascensão do fascismo, é o marco histórico desta reflexão retomada por Gramsci na prisão. Sabe-se que o culto à personalidade e a retórica nacionalista proporcionou ao fascismo, dentre outros elementos determinantes, a adesão das massas, além de promessas de cunho imediato e sem compromissos com a transformação social. Esta ascensão foi marcada, também, por certa ojeriza ao partido. Benedetto Croce, e seu antipartidarismo, por exemplo, ainda que no campo liberal, representou esta tendência e foi o principal intelectual burguês combatido por Gramsci.

A retomada do *Príncipe* por Gramsci tendo como horizonte a organização do partido revolucionário, possuiu como peculiaridade a capitulação de extratos intelectuais diante do fascismo. Mussolini foi o condutor desta derrota histórica, e a personificação da capitulação de uma época configurada como derrota histórica, mas não definitiva. Apesar de empreender a organização do fascismo através das premissas organizativas de um partido, a ausência de um projeto de sociedade amplo e progressivo não foi a marca preponderante do fascismo italiano. Ao contrário, sob a sombra pujante do crescimento da esquerda italiana, mais do que um projeto de sociedade de amplo alcance, uma das tarefas imediatas e urgentes do fascismo foi justamente o apassivamento do movimento operário italiano, sendo que a violência foi a mola propulsora do anticomunismo. Assim, o culto à personalidade e o anticomunismo foram os substitutos, portanto, da vontade coletiva, e engendraram o projeto de sociedade do fascismo. Na avaliação de Gramsci,

No mundo moderno, só uma ação histórica-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante pode se encarnar miticamente num indivíduo concreto: a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente,

de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter “carismático” do *condottiero* (o que ocorreu na aventura de Boulanger). Mas uma ação imediata desse tipo, por sua própria natureza, não pode ser ampla e de caráter orgânico: será quase sempre do tipo restauração reorganização, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais (como era o caso no *Príncipe* de Maquiavel, onde o aspecto de restauração era só um elemento retórico, isto é, ligado ao conceito literário da Itália descendente de Roma), será de tipo “defensivo” e não criativo original, ou seja, no qual se supõe que uma vontade coletiva já existente tenha se enfraquecido, dispersado e sofrido um colapso perigoso e ameaçador, mas não decisivo e catastrófico, sendo assim necessário reconcentrá-la e fortalecê-la; e não que se deva criar uma vontade coletiva *ex novo*, original, orientada para metas concretas e racionais, mas de uma concreção e racionalidade ainda não verificadas e criticadas por uma experiência histórica efetiva e universalmente conhecida.<sup>75</sup>

Gramsci se refere à fórmula de tomada de poder por meio de um Golpe de Estado. Além disso, também indicou as insuficiências estruturais de construção de uma racionalidade ainda não verificada na história italiana, como a experimentada na Rússia a partir de 1917. Ou seja, a práxis revolucionária. Vê-se claramente no trecho acima que a dificuldade de afirmação do projeto revolucionário na Itália esteve diretamente ligada à capacidade de articulação, precedida de avaliação, entre os intelectuais/dirigentes para difusão de uma vontade coletiva racional e de acordo com as expectativas dos grupos dirigidos, estes, também dotados de capacidade de avaliação de acordo com o projeto da práxis criativa e original.

Ou seja, o elemento da alienação, nesse caso, aparece relacionado à função de direção. Com a ausência de capacidade articuladora do projeto revolucionário no seio do partido, ou seja, do “Moderno Príncipe”, ou seu apassivamento diante dos diversos

75 Id. Ibid.

mecanismos violentos e progressivos, a derrota histórica toma o espaço da criação revolucionária e, sabe-se que um dos elementos mais importantes desta criação, para Gramsci, reside exatamente na sua capacidade ao mesmo tempo destruidora, (re)criadora e inovadora.

Com isso, podemos dizer que os golpes de Estado na América Latina dos anos de 1960, 1970 e 1980 só puderam ser restaurações. Seus objetivos “saneadores” e “preventivos” não motivaram transformações que incluíssem premissas revolucionárias, mas sim contrarrevolucionárias. Ativaram mecanismos de apassivamento contra a resistência dos movimentos populares que pudessem disputar a direção do processo histórico em favor dos grupos sociais subalternizados. Seus objetivos foram além do golpe, se verificando na história dessas ditaduras a planificação do Terrorismo de Estado que trataremos no tópico seguinte deste capítulo.

A ideologia é um conceito permanentemente avaliado por Gramsci sobre a possibilidade de realização do contexto revolucionário. Ela é resultado da paixão que suscita a ação, elemento de persuasão moral que difunde a necessidade da ação. Por isso, outro elemento da análise gramsciana surge deste contexto, a metáfora da guerra para a prática política torna a avaliação do terreno da ação complexo e real, inextricavelmente ligado à prática, mas mediado pelo elemento de destruição total.

O elemento máximo de destruição pertencente ao terreno das armas, ou seja, a própria realização da violência com a guerra difunde a premissa de disputa da correlação de forças políticas que possuiu como corolário a existência da reserva de forças, nesse caso, os exércitos permanentes, mas também todo o aparato de repressão capaz de produzir a imposição do projeto sob a forma de repetição e complementação da ideologia preparada nos períodos de relativa paz.

A experiência histórica que fundamenta a realização da metáfora bélica da guerra na ação política para Gramsci, não é exatamente o da

1ª Guerra Mundial, mas sim o da Revolução Francesa. Embora para o terreno da ação bélica a presença permanente dos traumas das trincheiras, sua atuação na refundação das sociedades pós-guerra, elemento, portanto, que não fora abandonado no período de “paz”, pela mobilização permanente dos sujeitos na realização das tarefas revolucionárias desatadas a partir de 1789, e pela ação dos jacobinos como elemento de realização da vontade coletiva, se justifica a atenção delegada pelo autor à práxis proveniente do terreno de luta da Revolução Francesa. Podemos dizer que a sociedade civil é o elemento mais atual e menos anacrônico, portanto, de correspondência com a correlação de forças política das sociedades contemporâneas e não, como se pode abstrair do trecho citado anteriormente, as soluções de tipo personalista presentes na realização dos impérios da antiguidade, cujo exemplo usado foi Roma.

Porém, mesmo que depois de 1789 os elementos de difusão dos projetos revolucionários amadurecessem qualitativamente a ponto de tornar-se práxis efetiva, os elementos de complexificação da sociedade civil tendo em vista que a práxis revolucionária só amadureceram depois de 1870. É o período de expansão dos impérios coloniais que define, para Gramsci, o teor de superação da “revolução permanente”, fruto da elaboração política pós 1848, pelo correspondente político atualizado da “hegemonia civil”. Trata-se do elemento histórico da práxis capaz de concretizar a maturação, bem como possibilitar efetivamente, a realização do projeto atualizado de disputa política.

Na avaliação de Gramsci, todos estes elementos complexificados por diversos saltos qualitativos formam o terreno de lutas e refundam a correlação de forças para a realização dos projetos políticos no contexto contemporâneo da luta de classes. Cada elemento em disputa no terreno político e no terreno de sua realização na superestrutura encontra-se dialeticamente ligado com um correspondente que é, poderíamos dizer, seu próprio elemento de difusão na sociedade civil. Por isso, a existência contemporânea destes projetos, seja na

sociedade política, ela mesma um elemento da superestrutura, seja na sociedade civil, agora tornada superestrutura pela dialética dos Estados contemporâneos, se robustece com o elemento de força violenta que pode ser praticado em função da realização criativa e desalienada, ou, por outro lado, em função do apassivamento dos grupos subalternos. Este último, diga-se de passagem, é o expediente mais usado pelos governos burgueses e que vemos materializados nas ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado.

Mas como é, para Gramsci, a realização da política neste contexto? Ou seja, quais elementos de formação da vontade coletiva devem ser levados em consideração para que se possa avaliar o terreno de disputas? Pode-se dizer que quase tudo passa pela construção material do terreno que se disputa. Desta forma, extingue-se a possibilidade de realização de soluções imediatistas e pode se realizar, se o preparo dos intelectuais do grupo subalterno esteja de acordo com a realização da vontade coletiva, uma nova práxis criativa. Porém, sem o conhecimento do terreno de atuação, e conseqüente reconhecimento da estratégia da ação, não há práxis criativa, revolucionária, pois não é possível desconsiderar que a formulação do arcabouço teórico instrumentalizado para a luta perpassa o reconhecimento do terreno oferecido para a luta. Ou seja, atividade teórica e prática se fundem e são combatidas pelos grupos dominantes. Segundo Gramsci,

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar as “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc.<sup>76</sup>

Com isso, não é possível afirmar que o elemento da coerção seja anulado pelo consenso, sob a justificativa de que aquele seria característico da guerra de movimento enquanto este seja o mais apropriado para a guerra de posição. Pelo contrário, por ser parte preponderante, se não total, da estruturação do terreno em disputas, a coerção é um elemento permanente no plano da luta e as organizações que investigamos nos próximos capítulos foram trincheiras da hegemonia capitalista. Embora o elemento de complexificação da sociedade civil experimentado no pós-guerra traga possibilidades de estabelecer paralelos entre o terreno em disputas no campo de batalhas com o da luta de classes, a coerção permanece como ponto primordial da estratégia de dominação contrarrevolucionária, mas não só relegado aos períodos de crise, e sim como correspondente permanentemente difundido estrategicamente e preparado tendo em vista o apassivamento dos grupos subalternos.

Como resultado do plano de dominação e imposição de racionalização, o Estado atua de maneira decisiva na garantia da realização do planejamento da dominação. Gramsci nunca abandonou a premissa marxiana do Estado capitalista como órgão regulador e difusor da dominação de classe. Tanto para Marx, como para Gramsci e Lenin, o Estado é o mecanismo de dominação impositivo da burguesia em relação aos subalternos. Não deixa de sê-lo, portanto, mesmo que o mapeamento do terreno em disputas nas sociedades contemporâneas ocidentais estabeleça como premissa de atuação a guerra de posição como estratégia de ação para os grupos subalternos. Até mesmo porque, como se sabe, mesmo nesse terreno os mecanismos de coerção se fortalecem sobremaneira, pois são apoiados pela difusão do consenso nas “trincheiras” de luta, nas “casamatas” do capitalismo. E mesmo assim, a mobilização permanente, ou seja, a guerra de movimento propriamente dita, não deve ser abandonada.

O Estado capitalista torna-se elemento de difusão e implementação da estratégia de dominação. Elemento de alienação para os subalternos e afirmação da hegemonia burguesa. Qualificador do tipo de política que interessa ao exercício de dominação burguesa e desqualificador do papel político exercido pelos subalternos. Elemento de estranhamento para os grupos subalternos no terreno da política que ratifica a impossibilidade de hegemonia do proletariado à mão de ferro (com violência). Em última instância, trata-se do aparato mais poderoso em termos de força que garante a realização do projeto educador do qual os grupos dominantes são portadores. Elemento de racionalização indispensável para o exercício de dominação. Para Gramsci,

O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica.<sup>77</sup>

Nesse caso, pode-se realizar uma analogia com o universo de novos modos de vidas que são solapados pelas reestruturações produtivas características das sociedades ocidentais pós 1870 com o novo ciclo de expansões imperialistas coloniais. Gramsci refere-se aqui especificamente ao plano de adequação das leis ao novo contexto. Porém, para além de apresentar uma tendência conjuntural, descartável, portanto, quando se encerra a tarefa imediata, de “criação de um novo tipo de civilização”, como discutido anteriormente a partir da leitura e avaliação de Gramsci sobre o “Americanismo e Fordismo”, estes mecanismos se expandem para as sociedades ocidentais como um conjunto de medidas que buscam estabelecer a planificação da dominação burguesa.

77 Id. Ibid. p. 28

Com isso, as transformações dentro do capitalismo alcançam um estatuto distinto daquele relacionado à transição da sociedade feudal em capitalista. Não se quer, com isso, exagerar no peso histórico das transformações sociais de grande vulto, como exercício de mero historicismo desinteressado, mas sim lembrar de um elemento complexo do papel exercido pela burguesia no período contemporâneo. Papel político que oscilou entre a Revolução e a contrarrevolução de 1789 a 1870 na França como caso paradigmático. Retomando o caráter vivo da literatura “maquiaveliana”, a metáfora do Centauro presente na atuação do Estado ocidental, traduz certa duplicidade nos seguintes termos,

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação, da propaganda, da tática e da estratégia, etc.<sup>78</sup>

Como se pode observar no trecho acima, mais uma vez as duas formas de atuação do Estado, observando o exercício efetivo da hegemonia, são equivalentes, complementares e profícuas. Força e consenso é a dupla moral que estrutura a ação do Estado ocidental. A preponderância da sociedade civil, com a organização das “trincheiras” de luta, evidencia o papel estratégico do partido. Com isso, observa-se que o partido é uma instituição inserida no terreno da violência, pois, como vimos, é no debate sobre a organização do intelectual coletivo que Gramsci retoma o papel da violência na organização do Estado ocidental, preocupação, diga-se, presente em toda avaliação das sociedades ocidentais contemporâneas.

78 Id. Ibid. p. 53

Na contracorrente dos aspectos mais progressistas da política que podem traduzir o caráter mais adiantado da construção da vontade nacional popular, ou seja, a Revolução necessária discutida por Gramsci para o contexto nacional italiano, se encontra outro tipo de governo que possui a peculiaridade “apassivadora”, retrógrada ou progressista, ainda que não revolucionária. Trata-se do *Cesarismo*, variante do *Bonapartismo* estudado por Marx e desenvolvido por Trotsky, mas retomado por Gramsci<sup>79</sup> para avaliar os mecanismos de atuação dos governos personalistas que marcaram contextos contrarrevolucionários.

O cesarismo é uma categoria histórica de análise das formas assumidas pelo poder do Estado em contextos de crise. Trata-se da correlação de forças em disputa no desenvolvimento da luta de classes, cujo Estado é conquistado por um elemento “aparentemente” alternativo entre duas ou mais forças em equilíbrio. Geralmente o exercício de poder é relegado a uma personalidade com algum apelo popular, ou surgida do movimento de definições inerentes à construção da força dirigente. Uma via “alternativa” ao contorno político apresentado por definições antagônicas.

Pode ser progressivo ou regressivo. No curso da hegemonia, o cesarismo pode ser interpretado como o elemento de força capaz de definir a vitória de um projeto que contemple parte das reivindicações dos grupos que representam as forças progressivas, ou, por outro lado, pôr um ponto final à ascensão de tais forças. Nesse sentido, o caráter ou forma de cesarismo não pode ser transformado em uma categoria estática, mas suas variantes devem ser verificadas na própria história. Segundo Gramsci:

79 Guido Liguori afirmou que, “Diferentemente de ‘bonapartismo’, sempre entendido de modo negativo, G. (Gramsci) parece fornecer, com relação a ‘cesarismo’, um espectro interpretativo mais variado, mesmo que a diferença entre os dois termos não seja nunca citada.” LIGUORI, Guido. *Verbetes: Cesarismo*. In: LIGUORI, G., VOZA, P. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 110

Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em última análise, o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico. O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado daqueles do caso anterior. Cesar, Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck, de cesarismo regressivo. Tratava-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás e não existem restaurações *in toto*.<sup>80</sup>

A ação política dos militares latino-americanos oscilou, historicamente, entre movimentos de cesarismo progressivo e regressivo. Porém nos anos de 1940 até 1950 pode ser incluído na categoria de cesarismo progressista. Mas os outros golpes de Estado e as ditaduras que se seguiram a estes golpes nos anos de 1960 e 1970 na Argentina, O *Onganiato* e a ditadura de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado são exemplos de cesarismos regressivo.

Poderíamos elencar outros exemplos históricos de Cesarismo, tais como alguns governos populistas na América Latina (Brasil, Argentina, México, dentre outros), ditaduras civis-militares de terrorismo de Estado (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai), bem como estabelecer seus diversos graus de implantação, se personalista ou de grupos. Gramsci alerta para o fato de que o cesarismo pode ser personalista ou de grupo, assim como o transformismo, categoria histórica tratada por Gramsci na análise do *Risorgimento*.

Porém, em outro trecho do Caderno 13, Gramsci situa historicamente o cesarismo que ganha espaço no seio da luta de classes das

80 GRAMSCI, A. Breves Notas Sobre a Política de Maquiavel. In: Cadernos do Cárcere - Volume 3. Maquiavel: Notas Sobre o Estado e a Política. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 76-77

sociedades ocidentais. Forma específica de dominação que produz um efeito imediato na relação entre os grupos subalternizados e dominantes. A organização da repressão em torno da atuação dos grupos subalternos produz uma solução arbitrária, baseada nos diversos mecanismos de repressão que caracterizam os esforços de apassivamento da classe dominante. Para Gramsci, o antagonismo de classe é insolúvel através das formas cesaristas,

No mundo moderno, os fenômenos de cesarismo são completamente diferentes tanto daqueles do tipo progressista César-Napoleão I, como também daqueles do tipo Napoleão III, embora se aproximem deste último. No mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última instância, poderiam fundir-se e unificar-se, ainda que depois de um processo penoso e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insolúvel historicamente e que, ao contrário, se aprofunda com o advento de formas cesaristas.<sup>81</sup>

Portanto, o cesarismo é uma solução acionada em momentos de equilíbrio entre forças opostas, como dito antes, mas a peculiaridade do contexto moderno é a impossibilidade de conciliação entre forças antagônicas. Gramsci situa o conceito na história do desenvolvimento capitalista, bem como na passagem do papel revolucionário exercido pela burguesia para o protagonismo contrarrevolucionário desta mesma classe. Portanto, o cesarismo deve ser pensado na relação dialética entre direção e dominação presentes no contexto da hegemonia.

Seu ativismo militante nos leva à seguinte hipótese: se por um lado o cesarismo é uma possibilidade real, por outro sua realização só é possível devido à incapacidade dos grupos dirigentes do proletariado, única classe que pode tornar-se revolucionária no contexto contemporâneo, de levar adiante a conscientização e concretização da vontade coletiva. Isso pode ocorrer se a formação dos dirigentes foi equivocada, ou, por outro lado, levando em consideração o fluxo da discussão de Gramsci, o conjunto de

81 Id. Ibid. p. 78

relações sociais que permeiam a luta de classes não se tornou suficientemente explosivo, como uma crise de hegemonia poderia ser a ponto de permitir ao novo ganhar espaço.

Mesmo que o cesarismo seja/fosse progressivo, ainda assim não poderia ser em si mesmo revolucionário. Para consecução de tal tarefa, ele precisa contar com a maturidade dos grupos subalternos. Por isso, pode-se dizer que o cesarismo é uma solução arbitrária, pois não rompe com a premissa liberal individualista da disputa de forças no campo político. Trata-se de um mecanismo apassivador da classe subalternizada, avalio, uma vez que, apesar de arbitrária é paliativa e incapaz de estabelecer por si mesmo um campo mais propício para o surgimento de uma força revolucionária da classe subalterna.

O cesarismo só favorece a continuidade da classe dominante no exercício da hegemonia. Por isso, cesarismo não é Revolução e sim contrarrevolução. Seu retrospecto nas experiências históricas mencionadas por Gramsci revela que a solução cesarista foi sucedida pela restauração da dominação sob as bases já definidas anteriormente, com certos prejuízos às classes parasitárias, mas sem progredir em direção ao poder conformado a partir de uma vontade coletiva do proletariado.

Pela complexificação da estratégia de dominação nos estados de tipo ocidental, àqueles em que se observa a chamada "hegemonia da sociedade civil", o cesarismo elabora uma estratégia de apassivamento com desdobramentos catastróficos para as classes subalternas. As formas de dominação assumem um caráter eminentemente repressivo, seja pela formação dos intelectuais, verdadeiros cirurgiões da violência, seja pelo conjunto bélico proporcionado pelos avanços tecnológicos tanto em termos de estratégia de enfrentamento, quanto em termos de desproporcionalidade do arcabouço material de enfrentamento. Nesse contexto, observa-se o crescimento de uma forma específica de cesarismo,

Todavia, o cesarismo no mundo moderno ainda encontra uma certa margem, maior ou menor, conforme os países e seu peso relativo na estrutura mundial, já que uma forma social tem “sempre” possibilidades marginais de desenvolvimento e de sistematização organizativa subsequente e, em especial, pode contar com a fraqueza relativa da força progressista antagonista, em função da natureza e do modo de vida peculiar dessa força, fraqueza que é preciso manter: foi por isso que se afirmou que o cesarismo moderno, mais do que militar, é policial.<sup>82</sup>

Como se pode abstrair do trecho citado, além de verificar uma estrutura personalista, mesmo que de grupo, sem romper com os preceitos da política liberal, com a supremacia do indivíduo sobre a vontade coletiva, Gramsci permite-nos aprofundar a análise dos mecanismos arbitrários de solução “conciliadora” gestados pelo cesarismo. Como os antagonismos de classes são insolúveis, o cesarismo coloca como protagonista da dominação burguesa a repressão contrarrevolucionária elaborada e difundida através do treino especializado de uma facção.

O exercício da violência, objetivando o apassivamento e desmobilização dos movimentos de oposição, funciona como moeda de pressão sobre qualquer possibilidade de organização antagonista no campo da política burguesa. Os limites são observados na medida em que entram em cena os períodos de crise orgânica. Porém, essas crises são controladas através da organização da repressão nas instâncias policiais que por sua vez foram qualificadas para tal empreendimento nos períodos de “paz”. Nesse sentido, entende-se que a analogia gramsciana entre guerra e política no período moderno é extremamente relevante para a compreensão e tomada de consciência para a ação por parte dos grupos subalternos.

Mais do que complemento ao “exercício normal da hegemonia”, a violência cesarista-policial, estrutura moderna de manutenção

82 Id. Ibid. p. 79

da inanição dos grupos progressistas, presente nos diversos mecanismos proibicionistas não só de cunho moral, mas material, sintetiza a probabilidade de construção da hegemonia proletária. Ou seja, a hegemonia burguesa é protagonizada por meio dos aparelhos repressivos do Estado, sendo que a fórmula da hegemonia cesarista reside na direção moral (do “Cesar”) e a violência dos aparelhos repressivos policiais.

No cesarismo policial, a hegemonia é organizada segundo a premissa de controle sobre as principais instituições educativas que são relegadas ao conjunto das sociedades ocidentais. Daí provém a atualidade da teoria marxista da luta política de Gramsci, pois: “No período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório”<sup>83</sup> e o cesarismo complexificado por meio dos aparatos policiais tornam-se óbices ao processo de tomada de consciência para a ação dos grupos subalternos.

Junto com a imagem do campo de batalhas inaugurado com os conflitos mundiais do século XX, a analogia com o campo político burguês, por consequência, com a estruturação das “trincheiras”, as “casamatas” de defesa do capitalismo, o personalismo do cesarismo policial evidencia certa hegemonia baseada na difusão da estratégia castrense como exercício efetivo de hegemonia. As ditaduras civis-militares se transformaram em cesarismos policiais na década de 1970 concomitantemente à estruturação da Operação Condor. O elemento do cesarismo policial sempre esteve presente na adoção dos militares latino-americanos da DSN e da Doutrina Francesa de Contra insurgência e seus aspectos foram aprimorados com a influência de organizações anticomunistas como a CAL e a LAM.

Cabe ainda a seguinte reflexão: o cesarismo policial é o processo histórico de imposição de uma determinada hegemonia que atualiza

83 Id. Ibid. p. 95

(reestrutura) os mecanismos de repressão que são característicos das corporações policiais e que seguem o itinerário mais geral de reestruturação capitalista da própria sociedade. Um exemplo disso, para o estudo de caso que realizamos aqui, é a complexificação do papel político desempenhado a partir das ações de vigilância e perseguição das oposições realizadas pelo serviço de inteligência e captura das oposições pelas polícias latino-americanas. Assim, enquanto o cesarismo militar remete à autocracia burguesa, formulação de dominação que garante o exercício de poder pelos militares em favor da manutenção da hegemonia burguesa, o cesarismo policial se configura como um mecanismo de reestruturação da repressão que está na base dessa dominação/direção, ou seja, da própria hegemonia, agindo de forma direta e sem mediações na luta de classes.

A aplicação da categoria histórica do cesarismo policial fundamenta a análise dos mecanismos de apassivamento diretamente conectada, como a premissa gramsciana pressupõe, à extração da mais-valia nos Estados latino-americanos reestruturados pelas ditaduras. O controle sobre a força de trabalho através do exercício da coerção, complementar e paralelo aos diversos mecanismos de apassivamento presentes na fórmula fordista-americanista de produção de consenso, e com o advento do corporativismo burguês inerente ao exercício das representações sindicais moldadas pelo trabalhismo, por exemplo, constituem uma fórmula ampla de defesa do capitalismo nas sociedades ocidentais contemporâneas e, no caso dos países de Ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado, foram aplicadas com violência.

O exercício de formação e educação do exército industrial de reserva segundo a lógica da obediência às transformações dentro da ordem, conjugado aos conceitos liberais que fracionam a consciência de classe proletária na participação dos sujeitos históricos nestas transformações através da cidadania e do consumo, pressionada pela sombra da hegemonia cesarista policial, completam um quadro de

derrota histórica, mas não definitiva, dos movimentos revolucionários no quadro da política burguesa contemporânea. Mesmo após as aberturas políticas, o cesarismo policial continua crescendo.

Porém, os diversos contextos de lutas atuais que vão do amplo espectro da defesa de direitos sociais conquistados historicamente pela classe operária, à contestação dos preceitos de defesa da propriedade privada capitalista em sua fase imperialista nos movimentos que reivindicam as diversas culturas originárias, passando pela formulação da consciência política na prática das lutas estudantis em meio às pressões exercidas pelo neoliberalismo baseadas na aplicação da fórmula cesarista-policial, evidenciam a fragilidade do controle e a possibilidade de ruptura revolucionária no quadro da “derrota histórica”. Sobretudo, trata-se de um campo em disputas, a possibilidade de uma outra racionalidade capaz de construir/fazer história, capaz de romper o véu de consenso que recobre o neoliberalismo que é, avalio, o cesarismo-policial-financeiro.

Até aqui, debatemos o tema da violência seguindo indicações de autores marxistas que nos ajudaram a compor certo quadro das relações entre capitalismo e violência. No tópico seguinte, procuramos contextualizar algumas das indicações a respeito deste debate no Conesul das ditaduras de Segurança Nacional.

### 1.3 O Ciclo da Violência no Conesul das Ditaduras de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi formulada a partir do final dos anos de 1940 nos centros de treinamentos militares tutelados pelos EUA. Forma de controle social para aplicação de Golpes de Estado, foi experimentada na América Latina desde a

segunda metade dos anos de 1950.<sup>84</sup> A política de Terrorismo de Estado (TDE), por sua vez, em seu contorno violento e planejado a partir do Estado, foi ativada pelas ditaduras de Segurança Nacional no Conesul (1960-1990) e se transformou na estrutura de transformação das atividades policiais e militares da América Latina principalmente durante a década de 1970.

Os anos de 1950 foi caracterizado pela afirmação do Complexo Militar Industrial (CMI) e teve como principal representante mundial os EUA. A indústria bélica do pós 2ª Guerra exigiu a ampliação dos circuitos de acumulação expandindo um conjunto sistemático de medidas de adequação aos mais diversos contextos sociais. Os militares foram escolhidos para operar tais transformações e adequações às demandas políticas, econômicas e sociais daquele período. Nesse quadro histórico, os anos de 1970 representaram o auge daquelas investidas, ativando ações de treinamento e novas formas de repressão.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ativou e delineou o TDE. A DSN foi aplicada como política de contenção das oposições que pudessem se colocar em desacordo (com potencial ativação da militância dissonante) a este contexto de dominação capitalista em plena Guerra Fria. Sua aplicação, portanto, correspondeu ao Terrorismo de Estado (TDE), forma política da DSN. Na avaliação de Enrique Serra Padrós, a DSN obedeceu ao delineamento operacional militar e atingiu às sociedades latino-americanas em sua totalidade. Segundo Padrós, a DSN,

84 O Golpe de Estado contra Jacobo Arbenz protagonizado pela junta militar chefiada por Carlos Castillo Armas em 1954, foi a primeira experiência de aplicação da DSN para a derrubada de um governo popular. Cf.: SOLARES, Jorge. Jacobo Arbenz: "soldado del pueblo", "coronel de la primavera". Guatemala : Universidad de San Carlos de Guatemala, Dirección General de Investigación, Unidad de Publicaciones y Divulgación, Dirección General de Extensión Universitaria, TV USAC, 2015.

No seu funcionamento, flexibilizou a figura do “inimigo interno” e transformou numerosos setores da população em potenciais inimigos, aumentando o desconcerto, perturbando as situações mais cotidianas, alterando pautas de conduta social e naturalizando formas de controle disseminadas tanto na dimensão pública (espaços escolares, profissionais e lazer), quanto no âmbito privado da cidadania. Além das ações direcionadas a alvos seletivos (a luta armada, os partidos de esquerda, as direções e organizações sociais), sensações de medo e paralisia atingiram a população em geral, através de canais condutores de uma “violência irradiada”, o que facilitou a manutenção do *status quo*.<sup>85</sup>

Um dos elementos centrais da DSN na aplicação do TDE foi a construção meticulosa e ampla do “inimigo interno”. O alvo foi a sociedade interna, que experimentou medidas de violência militar, submetendo-a à homogeneização que garantiu formas específicas de controle social tendo em vista a paralisia de toda atividade opositora ou questionadora ao *status quo*. Os interesses da fração militar industrial, hegemônica durante o período de divisão dos blocos econômicos-sociais que caracterizou a Guerra Fria, ditou o ritmo das transformações contrarrevolucionárias, planejadas para o contexto latino-americano das ditaduras. O dado contextual mais relevante acerca do emprego do TDE como política da DSN, vem do exemplo argentino, tratado por Alejandra Pascual como caso paradigmático de TDE.<sup>86</sup>

O mais amplo experimento da repressão baseado na doutrina da contra insurgência na América Latina, estratégia contrarrevolucionária aplicada à oposição, foi acionado na Argentina em 1975, mais precisamente na Província de Tucumán, quando o conjunto do Poder Executivo daquele país permitiu a intervenção direta das Forças

85 PADRÓS, Enrique. Terrorismo de Estado: Reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur e RUBERT, Sylvania. Entre a Memória e o Esquecimento: Estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. pp. 13 a 36.p. 13

86 PASCUAL, A. L. Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976-1983. Brasília: Editora UNB, 2004.

Armadas para aniquilar a atividade guerrilheira urbana/rural do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP): “Con el fin de ‘aislar’ a los elementos guerrilleros y evitar todo apoyo de la población, se ‘escarmienta’ en los civiles mediante torturas, secuestros y fusilamientos en los poblados cercanos de la zona de operaciones.”<sup>87</sup>.

Esta intervenção violenta e terrorista do Estado revelou um aspecto importante do modelo de repressão que chegou nos anos de 1970 com certa bagagem histórica, sobretudo no que se refere ao contorno institucional que a DSN e o TDE requereu, pois, segundo Duhalde, no caso argentino: “El propio decreto del P.E. [Poder Ejecutivo] contiene los tres aspectos en que basa sus planteamientos el programa de contrainsurgencia enseñado en la Escuela del Panamá: 1) Represión Física; 2) Acción Cívica; 3) Acción Psicológica.”<sup>88</sup>

A “Instrucción de Lucha Contra Elementos Subversivos”, datada de 23 de agosto de 1976 confeccionada pelos militares argentinos, evidenciou o processo repressivo latino-americano da segunda metade dos anos de 1970. Nesta instrução, que podemos considerar um manual da repressão, é possível avaliar o conceito de “subversão” interpretado pelos militares argentinos que foi rubricado pelo General Roberto Eduardo Viola, que, à época, ocupou o cargo de Presidente da Junta de Publicações do Exército. Posteriormente, Viola foi presidente da ditadura, já em 1981. Segundo o manual, por definição, subversão,

Se entenderá por tal, a la acción clandestina o abierta, insidiosa o violenta que busca la alteración o la destrucción de los criterios morales y la forma de vida de un pueblo, con la finalidad de tomar el poder e imponer desde el una nueva forma basada en una escala de valores diferentes.<sup>89</sup>

87 DUHALDE, D. L. El Estado Terrorista Argentino. Quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 234.

88 Id. Ibid.

89 JUNTA DE PUBLICACIONES DEL EJÉRCITO. Instrucción de Lucha Contra Elementos Subversivos. Buenos Aires: 1976. p. 1

Além da ampla interpretação acerca do conceito de “subversão”, este manual definiu a “contra subversão”. A lógica binária, pautada na construção de um jogo de oposições simplificadoras – tais como “claro x escuro”, “preto x branco”, “ordeiro x subversivo”, “honestidade x corrupção”, “corruptores x salvadores” -, caracterizou esta publicação militar influenciada por conceitos ideológicos difundidos nos treinamentos corporativos durante a Guerra Fria sob a difusão da DSN. Buscou-se alarmar e definir os contornos gerais da ação “contra subversiva” da seguinte forma,

Se entenderá por tal, al conjunto de medidas, acciones y operaciones que desarrollarán las Fuerzas Legales en todos los campos de la conducción nacional, através de sus elementos componentes (Instituciones y organismos del Estado, Fuerzas Armadas, Fuerzas de Seguridad y Fuerzas Policiales), a fin de eliminar las causas y superar las situaciones que hubieran dado origen a la reacción subversiva y neutralizar o aniquilar el aparato político-militar del enemigo.<sup>90</sup>

Estas ações se basearam na ideia de combate e foram descritas como “Aspectos básicos de la acción educadora”. Segundo a Instrução,

La acción educadora, que normalmente se concreta através de aspectos ético-espirituales, sociales, técnico-profesionales y físicos, para lograr una eficiente formación del personal que interviene en operaciones contrasubversivas deberá tener en cuenta básicamente los siguientes aspectos:

- a. Las operaciones de contrasubversión deberán tener un carácter eminentemente ofensivo.
- b. Deberá darse especial importancia a los conceptos de persecución y aniquilamiento.
- e. Las características especiales que impone la lucha contra los elementos subversivos, determinan la necesidad de emplear procedimientos y técnicas particulares de combate.<sup>91</sup>

90 Id. Ibid.

91 Id. Ibid. p. 1-2.

O treinamento dos militares latino-americanos, proferido pelos comandantes estadunidenses nas escolas de guerra, se espalharam pelo subcontinente permitindo que a Ideologia de Segurança Nacional<sup>92</sup> penetrasse entre os quadros militares e fosse irradiada a ponto de se tornar um *modus operante* descrito em manuais e instruções técnicas. Desta forma, o anticomunismo aplicado à definição de “inimigo interno” considerou potencialmente perigosa toda atividade que pudesse “colocar em risco” a segurança interna dos países que orbitavam em torno dos interesses estadunidenses. Nesse caso, a DSN foi um elemento externo que procurou arremeter os contextos internos na América Latina.

Segundo Tápia Valdez, os EUA reconstruíram sua política de intervenção direcionada à América Latina tendo por princípio o treinamento e suporte militar que foi responsável pela difusão do anticomunismo da seguinte forma: “El peligro comunista, real o falso, no fue catalogado como un problema de carácter nacional, concierne exclusivamente a la política interna del país en cuestión, sino como un problema de carácter internacional que legitimaba la intervención [estadunidense] en otros países.”<sup>93</sup>

A violação das soberanias nacionais foi condição sem a qual o sucesso da DSN não se efetivaria, e para isso, os militares estadunidenses contaram com a colaboração e ativismo dos militares latino-americanos responsáveis pela aplicação da DSN nos diversos contextos nacionais. Portanto, ao aplicar os preceitos norteadores da DSN, conjugada com a perspectiva da hegemonia militar estadunidense sobre comandantes e exércitos latino-americanos, passaram a definir o “inimigo interno” (dos EUA, mas nos contextos nacionais latino-americanos) como alvo.

92 COMBLIN, J. A Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1980.

93 TAPIA VALDÉS, J. A. El Terrorismo de Estado: La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cone Sur. Ciudad de Mexico: Editorial Nueva Imagen S.A., 1980. p. 55

Sua definição correspondeu à imposição das premissas do Departamento de Estado dos EUA durante a Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1954, ocorrida em Caracas na Venezuela. Nesta ocasião, o secretário de Estado, John Foster Dulles, irmão de Allen Dulles que foi diretor e agente da CIA (e ajudou no golpe de Estado de 1954 na Guatemala contra Jacobo Arbenz), pronunciou-se a favor das intervenções militares estadunidenses por meio dos exércitos locais, segundo a hipótese de que: “La dominación o control de las instituciones políticas de cualquier Estado Americano por el movimiento comunista internacional [...] constituiría una amenaza para la soberanía e independencia política de los Estados Americanos [...]”.<sup>94</sup>

Os golpes de Estado que antecederam às ditaduras, inspiradas na DSN, seguiram à risca os objetivos hegemônicos do bloco capitalista durante a Guerra Fria na América Latina. Tratou-se de um contexto de violação das soberanias nacionais sem precedentes na história do subcontinente, e serviu de base para a escalada repressiva que aniquilou parte significativa dos quadros combativos da região, além de garantir o sucesso dos preceitos econômicos e sociais de “norte-americanização” das economias latino-americanas.

Para Ananda Simões, a DSN possuiu objetivos econômicos muito claros, conectados aos políticos. Ao levar em consideração os passos adotados pela DSN no contexto subcontinental, a autora delimitou os interesses que determinaram o pragmatismo político que gerenciou a violência de Estado e correspondeu a um mote organizativo. Nesse caso, a criação do inimigo (interno), estabeleceu-se como parâmetro de um projeto. Segundo Simões,

A Doutrina de Segurança Nacional foi concebida pelos Estados Unidos e difundida principalmente para os países de Terceiro Mundo. O objetivo maior desta ideologia era a “contenção

94 BARNET, Richard. Intervention and Revolution. America's Confrontation with Insurgent Movement's Around the World. Cleveland: Median Books, 1968. p. 231 Apud, TAPIA VALDÉS, Op. Cit. p. 55.

ao comunismo”, que significava, na prática, qualquer ato que interferisse nos interesses políticos, sociais e econômicos dos Estados Unidos. Dessa forma, a Doutrina de Segurança Nacional era “um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”.<sup>95</sup>

Juan Bosch, denominou esta fase de dominação estadunidense sobre a América Latina de “pentagonismo”<sup>96</sup>. Segundo o autor, este processo se iniciou durante a 2ª Guerra Mundial, e se alastrou pelo subcontinente no pós guerra. A partir deste período, o papel das forças armadas foi ressignificado, assim como a perspectiva de exploração imperialista. A partir de então, o alvo da exploração passou a ser as sociedades nacionais, e as forças armadas transformaram-se no gestor da violência que correspondeu ao crescimento demandado pela indústria bélica no bojo de sua expansão. Portanto, é uma violência requisitada pelos setores dominantes da burguesia nacional associada aos interesses imperialistas.

A partir da leitura de Juan Bosch, por outro lado, é possível avaliar que para explorar a força de trabalho nos contextos nacionais, não se usou mais uma intervenção direta e estrangeira, como experimentado durante a 1ª Guerra Mundial, mas, sim, uma nova modalidade de intervenção que Bosch denominou de pentagonismo: “El pentagonismo no explota colonias: explota a su propio pueblo.” Sendo que, “Efectivamente, no ha cambiado el uso del poder militar; lo que ha cambiado es su finalidad.”<sup>97</sup>

95 SIMÕES, A. A Coordenação Repressiva entre a Ditadura Civil-Militar Brasileira e o Uruguai (1954-1973). In: PADRÓS, E. S. Cone Sul em Tempos de Ditadura: Reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: EVANGRAF-UFRGS, 2013. p. 179-194. p. 179-180

96 BOSCH, J. El Pentagonismo. I. ed. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1968.

97 Id. Ibid. p. 11

Bosch esclarece que,

Las fuerzas militares de un país pentagonista no se envían a conquistar dominios coloniales. La guerra tiene otro fin; la guerra se hace para conquistar posiciones de poder en el país pentagonista, no en un territorio lejano. Lo que se busca no es un lugar donde invertir capitales sobrantes con ventajas; lo que se busca es tener acceso a los cuantiosos recursos económicos que se movilizan para la producción industrial de guerra; lo que se busca son beneficios donde se fabrican las armas, no donde se emplean, y esos beneficios se obtienen en la metrópoli pentagonista, no en el país atacado por él. Rinde varias veces más, y en tiempo mucho más breve, un contrato de aviones de bombardeo que la conquista del más rico territorio minero, y el contrato se obtiene y se cobra en el lugar donde está el centro del poder pentagonista. Los ejércitos operan lejanos del país pentagonista, pero los aviones se fabrican en él, y es ahí donde se ganan las sumas fabulosas que produce el contrato. Esas sumas salen del pueblo pentagonista, que es al mismo tiempo, la metrópoli y por lo tanto asiento del poder pentagonista.<sup>98</sup>

Embora o autor trabalhe com a hipótese de que o pentagonismo se diferencie (na forma) da dominação colonial, os termos de exploração da força de trabalho e de matérias-primas na periferia aproxima o pentagonismo (e o país pentagonizado) dos métodos de exploração colonial. A violência e a exploração da força de trabalho conjugada aos interesses da classe dominante capitalista, são termos de aproximação entre a exploração colonial e o pentagonismo. No entanto, o pentagonismo é contextualmente distinto da exploração colonial por se inserir nas estratégias de dominação conectadas aos interesses do Complexo Militar Industrial (CMI).

O crescimento da indústria bélica, conjugado aos desmandos da violência militarista, (re)elaborou a gestão das sociedades americanas, nos anos de 1960 a 1980, como resultado das investidas capitalistas no campo militar. A reestruturação social que delineou a imposição

98 Id. Ibid. p. 12

da DSN conjugou fatores violentos de controle social, baseados no anticomunismo constituidor da figura do “subversivo” como “inimigo interno”. Isso só foi possível porque acionou métodos de controle social baseados na necessidade de vigilância, alarmada pela possibilidade de que um ataque comunista poderia vir de qualquer membro do contexto nacional. Segundo Padrós:

A DSN associou diretamente, o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por ideias e influências “estranhas” (externas), com o comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. Extrapolando a leitura da Guerra Fria, a América Latina, durante os anos 60 e 70, foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes locais. Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que o socialismo e a democracia eram incompatíveis. Outra associação identificou as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista. A força desta relação se expressaria, mais tarde, na afirmação da embaixadora dos EUA na ONU, Jeane Kirkpatrick: “As revoluções são feitas com os fuzis dos terroristas”. Consequentemente, a constante ampliação do guarda-chuva do anticomunismo fez com que aumentasse, o espectro dos suspeitos de tentar agredir o “mundo livre”.<sup>99</sup>

Os “espectros da Revolução”, aliados a outros fatores de crise no interior das Forças Armadas, foi radicalizado e alarmado no golpe e consequente ditadura brasileira, seguindo as já consolidadas premissas da DSN. No Brasil, o governo progressista e popular de João Goulart foi questionado por setores conservadores da sociedade brasileira quanto às reformas de base, que levariam o país a uma revisão de suas instituições políticas ao ponto de transformar a

99 PADRÓS, Enrique. Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 2 v. 875 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 55

realidade desigual do estatuto da propriedade privada. Contra esses interesses os militares reagiram e aplicaram um golpe de Estado em 1964 atendendo uma organização prévia dos setores dominantes da sociedade civil. Ao destacar seu aspecto contrarrevolucionário, e a ocupação de cargos que caracterizou o início da ditadura brasileira, James Green avaliou que.

Na realidade, as Forças Armadas levaram a cabo uma espécie de contrarrevolução com o objetivo de bloquear as reformas moderadas apresentadas por João Goulart no começo de 1964. Prometeram extirpar a corrupção no governo, controlar a inflação e deter o alegado avanço rápido do país em direção ao comunismo.

Embora tivessem alijado Goulart do poder, os militares argumentaram que ele na verdade abandonara o palácio presidencial e violara a Constituição ao sair do país sem autorização do Congresso. Não importava o fato de que Goulart ainda estava em sua fazenda, em território brasileiro, os adeptos leais dos generais no Congresso rapidamente elegeram Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados como presidente provisório, e o embaixador norte-americano Lincoln Gordon insistiu para que a Casa Branca reconhecesse imediatamente o novo governo. Com a velocidade-relâmpago, o presidente Johnson prontamente apoiou Mazzilli, em 2 de abril. A breve mensagem remetida pelo gabinete da presidência assim começava: “Por favor, aceite meus votos mais calorosos por sua investidura como presidente dos Estados Unidos do Brasil. O povo norte-americano acompanhou com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas que seu grande país tenha atravessado e admirou a decisão resoluta da comunidade brasileira para resolver essas dificuldades em termos constitucionais e sem enfrentamento civil”.<sup>100</sup>

Renato do Couto Lemos também avaliou os aspectos contrarrevolucionários do golpe e da ditadura brasileira. Para o autor, a percepção entre os militares de que uma “Revolução Comunista

100 GREEN, J. N. Apesar de Vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estado Unidos (1964-1985). São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 50.

era iminente” não fora de todo descabida. Ao apresentar os aspectos conjunturais, os militares faziam crer na possível derrota do capitalismo se as reformas de Jango avançassem. O autor apresentou aspectos significativos das lutas sociais empreendidas entre os trabalhadores e a burguesia brasileira do período. Segundo Renato Lemos:

O inédito nível de mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo se combinava com importantes divisões no interior das Forças Armadas e configurava uma situação perfeitamente perceptível como pré-revolucionária, invocando o espectro da revolução comunista. Afinal, as revoluções anticapitalistas bem-sucedidas, como a Russa (1917) e a Chinesa (1949), só o foram quando combinaram esses dois elementos. Eles eram necessários à preparação da fase decisiva de uma revolução, ainda que não suficientes. O que, essencialmente, distinguiu a nossa conjuntura de crise política dessas experiências vitoriosas foi a ausência de um partido que pudesse se apresentar e ser reconhecido como a direção revolucionária, papel que nem o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nem o Partido Comunista Brasileiro (PCB), os dois mais influentes junto à classe trabalhadora, tinham condições político-ideológicas de cumprir. Havia, entre os opositores ao governo, quem tivesse consciência dessa limitação da turbulência social e militar, mas é razoável supor que um expressivo setor tenha agido por real temor da “ameaça comunista”, vendo na oficialidade e nos subalternos identificados com o governo nacional-reformista de João Goulart (1961-1964) a sua principal fonte.<sup>101</sup>

O alcance das medidas militares visando estabelecer os parâmetros “(re)fundacionais” das sociedades latino-americanas sob as ditaduras de Segurança Nacional, atingiram setores críticos (oposicionistas). O campo acadêmico, por exemplo, e o campo educacional como um todo, sofreu com essa intervenção. Visando destruir a autonomia, pensamento crítico e oposição

101 LEMOS, R. L. Contrarrevolução, Ditadura e Democracia no Brasil. In: SILVA, C.; CALIL G.; BOTH, M. Ditaduras e Democracias: Estudos sobre Poder, Hegemonia e Regimes Políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre/Marechal Cândido Rondon: FCM, 2014. p. 71-86. p. 73

que surgiram (e pudessem surgir) naquele contexto, a simples presença do pensamento crítico foi alarmada pelo anticomunismo. Ao criminalizar o pensamento crítico, as ditaduras tentaram cercear as possibilidades de transformação social, fossem elas (as transformações) possíveis ou não.

As universidades foram submetidas à imposição de duras medidas de cerceamento dos preceitos democráticos, a exemplo do que também ocorreu entre os setores sindicais mais combativos. A perseguição aos docentes; os “desaparecimentos forçados” e torturados; os afastamentos e aposentadorias compulsórias; o esvaziamento dos conteúdos críticos; a desqualificação da política; o ataque ao caráter laico da educação pública, dentre outras medidas, objetivaram transformar a realidade educacional e cultural dos países latino-americanos. Segundo Padrós, analisando o caso uruguaio e indicando uma situação mais ampla acerca do problema,

A educação foi um alvo particular. Incorporando ou adaptando as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ou do integrismo católico, os setores dominantes nacionais, que se sentiam ameaçadas com o clima de instabilidade resultante da crise e do avanço das reivindicações populares, passaram a perceber a laicidade, gratuidade igualdade, fatores basilares do sistema de ensino, como “subversivo” e formador de “subversivos”. Desta forma, Universidade, as escolas secundaristas, a comunidade escolar e as atividades culturais vinculadas, foram identificadas como espaços e instituições de formação de “inimigos internos”, concretos ou potenciais, e como tal foram tratadas. Tal situação pode ser colocada sob uma perspectiva histórica maior, hemisférica, no bojo das complexas relações de subordinação e dependência entre a América Latina e Estados Unidos. A experiência confirmou: a educação e a cultura foram alvos estratégicos na imposição das ditaduras de segurança nacional.<sup>102</sup>

102 PADRÓS, E. S. A Universidade sob Ataque: ensino e autoritarismo no Uruguaio da Segurança Nacional. In: SILVA, C; CALIL G; BOTH, M. Estado e Poder: Ditadura e Democracia. Cascavel: Edunioeste, 2011. p. 13-38. p. 13-14

A própria política de perseguição das oposições que caracterizou as ditaduras, e os planos econômicos de crescimento de determinados setores aliados aos interesses imperialistas, ou de desindustrialização, em alguns casos, reformulou o quadro populacional destes países. Jorge Christian Fernández analisou o fluxo migratório das sociedades sob ditaduras, abordando a questão do exílio por motivos econômicos e políticos. Este último, caracterizando a avalanche de perseguidos políticos pelas ditaduras, o que construiu um quadro multifacetado de trajetórias imigratórias. Tratava-se de um dado novo para a mobilização de sujeitos de origem diferentes daqueles que imigraram em busca de emprego. Ao mencionar a especificidade da emigração argentina para o Brasil no contexto das ditaduras, Fernández avaliou que,

Os argentinos encontravam-se entre esses novos imigrantes, parte deles profissionais seduzidos pelo denominado “milagre brasileiro”, mas também havia entre eles inúmeros perseguidos políticos. Embora tal mão-de-obra tecnicamente qualificada pudesse ser necessária para o projeto desenvolvimentista brasileiro (...) a chegada dos argentinos (mas também dos chilenos e uruguaios, principalmente) colocava o governo militar em situação de alerta no tocante a um dos pilares do regime: a segurança nacional. Pois para os militares, a chegada desses estrangeiros despertava demônios há muito presentes no imaginário coletivo do grupo, embora reavivados no contexto da Guerra Fria. Assim, temia-se que tais imigrantes pudessem representar a ponta de lança de uma suposta “infiltração subversiva internacional”, efetuando uma transposição dos conflitos internos dos vizinhos a terras brasileiras.<sup>103</sup>

Os planos de desindustrialização das ditaduras no Chile e Argentina, durante os anos de 1970, pautaram-se nas receitas (neo)/liberais do economista Milton Friedman, e estiveram na base dos

103 FERNÁNDEZ, J. C. Entre a Coerção e o Consenso: os emigrados argentinos e a relação com a ditadura brasileira. In: SILVA, C. L.; CALIL, G.; BOTH, M. Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: FCM Editora, 2016. p. 109-138. p. 136-137

deslocamentos (econômicos) dos sujeitos que, ao imigrar, também se transformaram em alvos da vigilância e da repressão das ditaduras. As receitas de Friedman foram implantadas com mais agressividade no caso chileno. Neste país, o economista chegou a participar da equipe econômica e propôs as transformações e reestruturações que resolveram os conflitos de classes, em favor dos setores da burguesia aliada ao imperialismo. O TDE foi a política que garantiu o amplo sucesso do receituário neoliberal de Friedman no Chile.

No entanto, o receituário neoliberal não se restringiu ao Chile, já que, na década de 1970, Friedman espalhou-o em alguns Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante pela América Latina. Em 1977, deu uma entrevista à revista *Visão* sobre as possibilidades de implantação do receituário econômico proposto por ele na América Latina. O estudo de mestrado de Gervásio Cezar Junior trouxe alguns importantes recortes desta entrevista. Nela, ao usar negativamente o exemplo da Índia, com certa dose de anticomunismo, Friedman argumentou que,

A ideia de sociedade livre que esposo é aquela em que cada indivíduo separadamente possa ter a oportunidade de controlar seu próprio destino. Esse é o único tipo de sociedade onde se pode ter também liberdade política. Se considerarmos, por exemplo, o caso da Índia atualmente... a Índia é um país que tem procurado seguir uma linha política socialista, um país que se apoiou durante anos na fonte do pensamento político de Harold Lasky, da London School of Economics. E isso conduziu a quê? Conduziu a uma ditadura. Esse não é certamente o cunho para a liberdade política... o caminho para a liberdade política é uma maior confiança no mercado e uma menor dependência com relação ao aparato estatal.<sup>104</sup>

104 *Visão*, 24 de Janeiro de 1977, p. 69 Apud: CEZAR JUNIOR, Gervasio. *Revista Visão: Construção, Organização e Difusão do Projeto Neoliberal no Brasil na Década de 1970*. 211 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon 2011. p. 179

Embora este receituário econômico nunca chegasse a ser hegemônico no Brasil, até os anos de 1990, em outros países da América Latina a política de austeridade e “encolhimento” do Estado, pelo menos no plano social, - com exceção do campo da “segurança” - ocasionou o processo de desindustrialização. O achatamento dos salários e o fechamento de postos de trabalhos, obrigou muitos trabalhadores a reelaborar seus planos de vida, optando pela imigração. Mas também é importante dizer que, na mesma medida em que o Estado encolheu nas políticas e funções sociais, como saúde, educação e emprego, os gastos com segurança, marcadamente os capitais que se transferiram para a indústria bélica, continuaram crescendo, revelando a dialética ampliada do capital para a sustentação das ditaduras.

A pesquisa de mestrado de Alexandre Arienti Ramos, situou o projeto histórico da indústria bélica para o Brasil, entre os anos de 2003 e 2013. Para o pesquisador, as décadas de 1970 e 1980, foram de grande atividade no setor. Segundo Ramos, ao identificar os problemas tecnológicos gerados pelo descompasso da indústria bélica brasileira com a indústria multinacional, ainda no pós 2ª Guerra, os militares brasileiros foram subalternizados diante de sua iniciativa de aumentar o produto nacionalizado para a fabricação de armas. Ramos mencionou que neste período houve “Um momento de inflexão deste projeto [que] se dá após a Segunda Guerra e a Guerra da Coreia, quando muito material bélico usado, principalmente estadunidense, passa a ser desmobilizado. Este equipamento (...) é destinado aos países de periferia, já no contexto de Guerra Fria (...)”.<sup>105</sup>

O historiador Osvaldo Coggiola situou a questão do armamentismo, e a corrida que se seguiu à consideração do setor como um dos principais fatores de *status* e concorrência em plena

105 RAMOS, Alexandre Arienti. O Projeto De Incentivo Da Indústria Bélica Brasileira (2003-2013). 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015. p. 214

Guerra Fria, envolvendo os blocos capitalista e socialista. Nesse caso, os anos de 1970 são marcados pela queda do orçamento estadunidense com gastos em armas propriamente ditas, embora os gastos militares ocorressem tergiversados por fatores que iam ao encontro da sustentação e apoio às ditaduras. Segundo Coggiola,

Relatórios do Sipri (Instituto de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo) informam que em 1980 os gastos militares no Terceiro Mundo, que superavam os 80 bilhões de dólares, já eram maiores que os das superpotências em 1969, quando os Estados Unidos e a URSS consumiam aproximadamente 8,5% do seu PIB (conjunto) em gastos de defesa, o Egito consumia 13,3%, o Iraque, 10%, e Israel... 25,1%. A queda percentual dos gastos militares dos Estados Unidos e da Otan durante a década de 1970 não correspondia a uma tendência "pacifista": tratou-se de uma racionalização do gasto, depois da derrota norte-americana no Vietnã, paralela a um intervencionismo político crescente dos Estados Unidos que superaram a URSS como os maiores exportadores de armas do Terceiro Mundo, ao mesmo tempo que alimentavam as sangrentas ditaduras militares da América Latina.<sup>106</sup>

No entanto, no quadro subcontinental e regional, o Conesul apresentou dados relativos mais preocupantes e que corroboraram a crescente ampliação do TDE em termos práticos, atendendo à lógica da DSN. Foi um complemento interno para a promoção de conflitos que refletiam o deslocamento regional em relação aos conflitos de alta intensidade. Os conflitos de alta intensidade, caracterizaram a intervenção da indústria bélica durante a Guerra Fria, no oriente e na África. Levando em consideração essa realidade, é possível afirmar que:

Os gastos militares na América do Sul se concentravam em poucos países. Em 1977, apenas três países – Argentina, Brasil e Chile – absorveram 76,2% dos gastos totais. Se tomarmos o período de 1970-1977, observamos que os mesmo três

106 COGGIOLA, O. Governos Militares na América Latina. São Paulo: Contexto, 2001. p. 36

países concentravam 73,1% dos gastos, se juntarmos a eles a Venezuela e o Peru, chegamos a 92,2% dos gastos militares regionais. Uma proporção crescente desses gastos estava representada pela *importação* de armamentos (em detrimento da produção armamentista nacional) – entre meados da década de 1960 e meados da década de 1970, essas importações cresceram na Argentina, Peru e Venezuela em 96,3%, 199%, e 673,5%, respectivamente.<sup>107</sup>

Os países do Conesul, atingiram o máximo de seus gastos militares durante o período de consolidação do monopólio do Complexo Militar Industrial (CMI), chefiado pelos EUA, justamente no auge do questionamento a respeito das soluções de intervenções militares que marcaram conflitos diretos durante a Guerra Fria. Dentre estes conflitos, a guerra dos EUA contra o Vietnã atingiu grande parte daquela mobilização. Nesse caso, a própria ideologia de concorrência, traduzida na corrida armamentista, mas também em outros campos da intervenção estatal, revelou o caráter coercitivo do Estado capitalista na sua fase extremada de militarização. O binômio Estado/força envolveu o conjunto das classes sociais, revelou o papel de grupo social desempenhado pelos militares e as ditaduras no Conesul. Ao fazer isto, o Estado capitalista recuperou certas características orgânicas do que já havia se consolidado no auge do imperialismo, durante as mobilizações militares que marcaram tanto a 1ª quanto a 2ª Guerras Mundiais.

Edmundo Dias analisou, sob o ponto de vista da teoria gramsciana, a concepção de Estado capitalista que surgiu daquele contexto. A luta de classes que emergiu no período entre guerras, desafiou o controle (moral e espiritual) da burguesia. Assim, tendo em vista a direção (moral e espiritual, mas também econômica e social) da sociedade, e a necessidade de controlar a mobilização dos

107 Id. Ibid. p. 37

trabalhadores, o Estado capitalista se tornou o espaço de organização de estratégias para a contenção dos trabalhadores. Segundo Dias:

O Estado é apresentado como uma articulação de dois campos da vida social: a atividade econômica e a atividade espiritual. Anteriormente, Gramsci se referia ao Estado como a “fábrica dos capitalistas” e assim ele pensa o Estado, na época imperialista, como o *máximo da unidade econômica e do político do ponto de vista da burguesia*. Mais: *esse estado mostra como a violência básica da economia revela-se na violência aberta da política*. “A produção assume a forma do monopólio centralizado nas finanças, não por acaso, não por razões contingentes, não em consequência da guerra: é essa a sua tendência orgânica, a sua *normalidade*”. Para a burguesia, deter o Estado significa ter, “no momento decisivo, o mecanismo administrativo que regula a vida da nação, lançando assim o país no caos e tumulto, criando as condições que permitirão a uma minoria que vê levantar-se diante dela o espectro da fome”<sup>108</sup>.

Os dados da indústria bélica no contexto latino-americano, as reflexões a respeito da tendência orgânica do Estado (presente no binômio Estado-força) referenciada acima, constituíram a relação de poder após o alerta de Eisenhower a respeito do poderio político e social, atingido pelo CMI. Para Luis Alberto Muniz Bandeira, esse poderio influenciou sobremaneira os rumos da democracia estadunidense, revelando-se um fator determinante também nos países fora do eixo central do capitalismo. Esta tendência está em processo de consolidação. Para Muniz Bandeira:

A característica da “military democracy”, sob a regência de um presidente da república com mais poderes que um monarca absolutista, acentuou-se cada vez mais ao longo do tempo, com a mutação estrutural do capitalismo, aumentando a desigualdade na apropriação da renda nacional e alcançando níveis sem precedentes, entre os anos 1970 e 1980. A partir de 1982, a desigualdade ainda mais se ampliou. As famílias mais

108 DIAS, E. F. Gramsci em Turim: a concepção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000. p. 122

ricas, 1% da população, que em 1982 recebiam 10,8% de todos os rendimentos antes da incidência de impostos (pretax), e 90%, com 64,7%, passaram a receber 22,5%, em 2012, enquanto a participação das demais caiu de 90% para 49%.<sup>109</sup>

As consequências das transformações decorrentes do circuito de reprodução ampliada do capital, para a democracia estadunidense e a exploração da força de trabalho - que encaminhou a crítica do modelo fordista de organização da produção -, colaboraram para o aumento da repressão sobre as sociedades latino-americanas. Parte de um plano estrutural de ajuste às novas demandas do capital, a implantação do modelo produtivo que mais se intensificou no período, levou em consideração as necessidades de ampliação dos lucros de setores potencialmente influentes na órbita dos países centrais.

Os objetivos do TDE e das ditaduras de Segurança Nacional se ampliaram. Se levamos em consideração o contexto mais amplo da economia do período, estas novas relações de produção não se restringiram ao papel desempenhado somente pela indústria bélica na organização da violência. Portanto, registrou-se alterações mais amplas das economias capitalistas, atendendo aos interesses estadunidenses. Segundo Padrós,

(...) considerando o contexto da Guerra Fria vigente, o exame do terrorismo de Estado na América Latina da Segurança Nacional precisa relacionar o fenômeno concreto com a visão global que os EUA detinham sobre os problemas de segurança de cada um dos países da região, entendendo-os como “questões de sua própria segurança interna”. Tal percepção não se restringia a fatores ideológicos ou militares (dentro da lógica das relações bipolares de embate com a URSS), mas se estendia à dimensão econômica – comércio, produção, finanças -, no contexto da reconversão capitalista da região e da consolidação hegemônica planetária do capitalismo estadunidense.<sup>110</sup>

109 MONIZ BANDEIRA, L. A. A Desordem Mundial. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 135

110 PADRÓS, 2014. Op. Cit. p. 15

Disso resultou a orientação contra-insurgente que se baseou na habilitação de uma “dinâmica repressiva inédita para os padrões latino-americanos, que devia ser capaz de enfrentar a mobilização e a radicalização social dos anos de 1960-1970.”<sup>111</sup> Um dos maiores exemplos disso foi o processo que colocou fim à experiência histórica da luta “nacionalizante” no setor de gás natural e petróleo na Bolívia. As nacionalizações daquele setor, só foram retomadas a partir de 2006, com o governo de Evo Morales. Ainda nos anos de 1970, o golpe perpetrado pelo general Hugo Banzer e a posterior instauração da ditadura banzerista (1971-1978), demonstrou o alinhamento das Ditaduras de Segurança Nacional com os interesses estadunidenses e associados. Ademais, nesse caso, é possível entender como a DSN ajudou a identificar os preceitos “nacionalizantes” com o “comunismo”. Ao revogar as medidas de nacionalização das empresas petrolíferas, que atuavam na Bolívia, Banzer atendeu (principalmente) às pretensões do capitalismo. Tratava-se de uma das maiores expropriações já realizadas pelo nacionalismo boliviano no século XX, e que foi radicalmente revertida por Banzer. Segundo o pesquisador Aldo Gil,

A primeira nacionalização do petróleo em 1937, que provocou a criação da estatal petrolífera boliviana (YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) e a expulsão da Standar Oil, teve uma importância política (sem precedentes na história do país) que denotava a crise de hegemonia da antiga burguesia mineira. Ao contrário do discurso nacionalista de recuperação dos recursos energéticos do país, em 1953, o governo do MNR inicia um processo de desnacionalização do setor petrolífero ao conceder terras fiscais ao capital estadunidense para exploração do patrimônio energético (o arrendamento de 350 mil hectares ao aventureiro Glenn McCarthy). Esse processo se consolida com o Código do Petróleo de 1956 de cunho liberalizante que faz parte da política de abertura da economia imposta pelo plano Bohan no governo Siles (1956-1960). A indignação de setores nacionalistas reformistas (categorias sociais de Estado: militares, burocracia civil, intelectuais etc.), com a perda da

111 Id. Ibid.

soberania do Estado e com a entrega dos recursos naturais à voracidade do capital estrangeiro (isto é, ao processo de desnacionalização de caráter acelerado na década de 1960), deságua na segunda nacionalização do petróleo em 1969, sob governo militar Ovando (1969), com a expulsão do país da firma estadunidense Gulf Oil, sendo a medida ratificada pelo governo Torres (1970-1971). Por seu turno, este último governo nacionaliza também outra firma estadunidense, a Matilde Mines Corp. As duas firmas estrangeiras são nacionalizadas sem indenização. Contudo, estas passam imediatamente a retaliar o Estado boliviano de duas maneiras: financiam a derrubada do governo Torres, em 1971, com o golpe de Estado perpetrado pelos militares de direita (setor banzerista), e recorrem a um tribunal internacional para obrigar o governo boliviano a pagar indenização extorsiva (sobrefaturada). A ditadura banzerista (1971-1978) reverte o processo de nacionalização e paga indenização sobrefaturada; e tais firmas voltam ao país com o outro nome. O número de firmas estrangeiras do setor petrolífero que passam a operar no país chega a 15, das quais mais de 10 eram estadunidenses. Vemos assim que há um retorno ao processo de desnacionalização, desta vez mais acelerado, sendo também acelerado o processo de pilhagem (exportação) do petróleo boliviano. Em menos de oito anos as reservas petrolíferas são esvaziadas e saqueadas pelo capital estrangeiro e o país torna-se um importador de petróleo. A estatal petrolífera boliviana chega à falência por volta de 1975-1976, tendo a COMIBOL a mesma sorte no final dessa década.<sup>112</sup>

Como consequência destes ajustes, surgiu a premissa da contra-insurgência, que correspondia ao debate sobre as instituições políticas e interesses privados nos EUA, mas que foi aplicada na América Latina para exterminar oposições. Desse debate surgiram novas orientações à Segurança Nacional, oriundas das novas relações de dominação que eram irradiadas para a América Latina. Combinada aos fatores econômicos, a contra-insurgência foi aplicada como política de TDE. Com ela, os militares perseguiram, torturaram e eliminaram focos de

112 GIL, A. Bolívia: duas Revoluções Nacionalistas? Perspectivas, São Paulo, v. 33, p. 157-189, jan./jun. 2008. p. 163-164

tensões que pudessem competir com os interesses em disputa. Na prática, correspondeu a um método de eliminação dos grupos armados, aplicando força desproporcional, e aniquilando junto com aqueles grupos outras formas de oposição.

Essas orientações incluíram a prática de novos fatores de desestabilização das próprias ditaduras, pois ao aplicar o TDE e a contra insurgência de forma ampla, as ditaduras endividaram-se. Dados da economia argentina discutida pelo historiador Osvaldo Coggiola, endossam a dimensão do problema que representou esse reajuste para as economias dependentes. A fórmula do endividamento foi complementar às medidas de desnacionalização e desindustrialização e acirrou o quadro da luta de classes na América Latina. Os gastos militares, tomados como exemplo pelo autor -, seguindo a definição do setor (militar) para gestar a crise econômica do período - se conectaram com a crise do petróleo de 1973. Segundo Coggiola, a nova política de juros dos EUA concretizada em 1979, atestou que,

O incremento dos gastos militares chegou a se transformar em fator de crises econômicas: o economista argentino Aldo Ferrer observou, em 1981, que os gastos militares do orçamento nacional coincidiam exatamente com o déficit do balanço de pagamentos (7,5 bilhões de dólares). Os objetivos desses gastos eram a chamada “contra-insurgência” e os eventuais conflitos regionais, isto é, situações que tendiam a pôr as forças armadas no primeiro plano da cena política. A expansão dos gastos militares latino-americanos foi também parte da corrida armamentista mundial: os pesquisadores Varas e Portales observaram que, no novo espaço político que se abriu desde o final dos anos de 1960, desenvolveu-se uma competição crescente entre os países industriais por ganhar mercados para a sua produção de armamentos sofisticados.<sup>113</sup>

113 COGGIOLA, Op. Cit. p. 38

Nesse sentido, mais do que uma competição, estancada entre as ideologias e economias que faziam parte dos blocos (capitalismo X “socialismo real”), representaram as principais soluções para o pós II guerra. Uma competição armamentista acirrada se desenvolveu entre os próprios países capitalistas. Isso não quer dizer que o protagonista da hegemonia política (os EUA) sobre os militares latino-americanos tenha mudado, mas revelou que a própria dinâmica do circuito ampliado do capital, no campo da violência (militar-policial), coordenou novas investidas multinacionais no campo da indústria militar como um todo. Na continuação da análise de Coggiola, essa questão apareceu da seguinte forma,

Assim, entre 1970 e 1976, os quatro maiores fornecedores para a América do Sul foram os Estados Unidos (29%), o Reino Unido (24%), a França (19%) e a Alemanha Federal (12%). Além disso, dos seis países que mais receberam armas durante esse mesmo período, os Estados Unidos foram o principal fornecedor de apenas dois: Brasil (33%) e Peru (25%). O Reino Unido foi o maior fornecedor da Argentina (28%) e do Chile (47%), enquanto a França foi da Venezuela (35%) e a Alemanha do Equador (29%).<sup>114</sup>

Embora a disposição dos conflitos externos tenha influenciado no aumento dos gastos militares (principalmente para Argentina, Chile, Bolívia e Paraguai), reside na percepção dos conflitos internos (com o combate a “subversão”) a implantação do TDE. Os conflitos internos foram muitas vezes alarmados de tal forma que a sociedade se transformou em refém do Estado Terrorista. A contra insurgência derivou da posição extremada adquirida pelos militares para a solução dos conflitos de classes em favor do capital. Para isso, usaram estratégias de guerra para eliminar focos de tensão. Mesmo que a guerra, nesse caso, não possa ser delimitada como medida (equilibrada) de combate, pois o poderio militar das ditaduras não foi atingido.

114 Id. Ibid. p. 138-139

Os números relacionados ao quadro econômico das ditaduras, principalmente os gastos militares, revelam a posição do Estado e do grupo social que o ocupou na resolução dos conflitos nas décadas de 1960, 1970 e 1980. A desigualdade de acesso à tecnologia (militar) também é um elemento de imposição do militarismo como modelo para a resolução dos conflitos internos. Nesse sentido, não se pode equiparar o poderio militarista do Estado com outras oposições a este quadro de regressão social instalado pelas ditaduras, mesmo que essa oposição fosse, de fato, legítima politicamente, equipará-las desembocaria na denominada “teoria dos dois demônios”. Os combatentes das diversas guerrilhas que enfrentaram esse poderio e outras adversidades, portanto, estavam em desigualdade absoluta em relação às ditaduras, e disso resulta, também, o caráter terrorista das ditaduras. Ao noticiar a luta contra a “subversão”, além de exagerar o poderio das resistências para justificar a brutalidade das medidas terroristas implementadas pelo Estado, as ditaduras procuraram manter os interesses capitalistas em segurança. Essa segurança era propagandeada como a única segurança possível. A dimensão política da DSN que é o TDE reside nesse aspecto. Segundo Padrós:

Os cidadãos que acabam convencidos pelo discurso oficial da existência de uma ameaça permanente representada por agentes decididos a destruir as bases societárias conhecidas – convencimento fomentado pelo tom “apocalíptico” dos meios de comunicação associados/cooptados pelo sistema, ou pelo discurso oficial apologético da intervenção saneadora das Forças Armadas – tornam-se vítimas de uma *armadilha política*. Esta consiste em que, para acabar com tal ameaça (sempre superdimensionada), exige-se o aumento de segurança, ou seja, em seu nome, certos setores sociais, convencidos ou confundidos pelo discurso oficial ou pelo bombardeio midiático, tornam-se reféns de um “posicionamento” (parcialmente produzido) onde parecem *concordar, ao menos inicialmente, em restringir parte de seus direitos e de suas liberdades para garantir segurança e proteção, sem dar-se conta da profunda contradição em que incorrem*. Entre liberdade e a segurança,

optam pela última, *conferindo, assim, legitimidade à espiral crescente da instalação/expansão do TDE*. Caem, então, no paradoxo de sofrer a proteção dos “excessos de proteção” das forças de segurança.<sup>115</sup>

As várias ramificações da DSN, com desdobramentos imediatos na vida das pessoas que viveram sob as ditaduras, também endossaram o quadro de controle social exercido pelos militares que atenderam aos interesses dos grupos econômica e socialmente dominantes. Sobre o aspecto da vigilância, a propósito das atividades mais elementares da vida social, as ditaduras trocaram informações pertinentes à eliminação do “inimigo interno”, mas também usaram estratégias de intimidação visando cooptar apoio. O debate sobre a criação de uma “cultura do medo” realizado por Padrós indica que o papel de convencimento da mídia conjugada à política de TDE foi constituído de mecanismos eficientes para alcançar os objetivos das ditaduras: “Assim, foi o objetivo do TDE não só o combate e a destruição do inimigo direto, como também a obtenção, em cidadãos temerosos e desesperançados, de um comportamento passivo, submisso, indiferente e, se possível, colaboracionista.”<sup>116</sup>

O tom alarmista da luta ideológica foi repercutido na troca de informações entre as ditaduras que passaram a vigiar com rigor exilados e, por consequência, cidadãos que possuísem algum vínculo com aqueles, ou simplesmente fossem considerados suspeitos. Além disso, a ação de vigilância serviu de pretexto para a interferência nos mecanismos de repressão entre os países sob ditaduras. Por mais esforço que o indivíduo pudesse fazer para resistir: “A imprevisibilidade de regras e de violência desorientou, dificultando uma avaliação mais precisa e realista das consequências dos atos individuais, reforçando

115 PADRÓS, 2014. Op. Cit. p. 19 (grifos nossos).

116 Id. Ibid. p. 24

a sensação de desamparo e de vulnerabilidade (alimentando e retroalimentando-se, simultaneamente, a “cultura do medo”).<sup>117</sup>

A implantação da “fronteira ideológica”, variante da DSN que se desdobrou nos países limítrofes do Conesul foi pesquisada pela historiadora Marla Barbosa Assumpção. Partindo da descrição do projeto de “contra-insurreição” que influenciou a adaptação da DSN nas ditaduras do Conesul, Assumpção demonstra como o fator de vigilância extremada que recaiu sobre os habitantes das fronteiras entre Brasil, Argentina e Uruguai, especialmente na região fronteira do Rio Grande do Sul, seguiu os parâmetros gerais da DSN no que se refere ao combate do “inimigo interno”, com interferência do anticomunismo doutrinário, reverberado entre os militares latino-americanos nas escolas de treinamento chefiadas pelos EUA. Segundo Marla Assumpção,

Com o advento do processo revolucionário cubano, em 1959, e o seu decorrente êxito, a política externa estadunidense, que historicamente se caracterizou pela interferência nos assuntos internos dos países do subcontinente latino-americano, adotou a contra-insurreição como estratégia primordial, que pautou as relações com a América Latina, disseminando-a através das escolas de guerra. Vale ressaltar que a Revolução Cubana impactou sobremaneira aos países do continente americano: por um lado figurou como um exemplo para a luta de outros países; e, por outro, aguçou a necessidade de conter estas possíveis explosões revolucionárias. Assim, a partir de 1959, os gastos dos Estados Unidos com o subcontinente aumentaram progressivamente – principalmente em comparação com o que tinha sido investido no continente europeu no contexto imediatamente pós-Segunda Guerra Mundial.<sup>118</sup>

117 Id. Ibid. p. 21

118 ASSUMPÇÃO, M. B. Fronteiras Territoriais Versus Fronteiras Ideológicas: A Geopolítica do Anticomunismo no Marco das Discussões sobre o Terrorismo de Estado no Conesul. In: PADRÓS, E. S.; RIBEIRO, M. V. Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado. Revista Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 2012. p. 130-142. p. 131

O anticomunismo repercutido no subcontinente, nos anos de 1960-70, se baseou nas premissas do combate à subversão. Foi ensinado durante o treinamento dos militares, realizado segundo a DSN, nas escolas chefiadas pelos EUA. Quando implantado durante as ditaduras no contexto latino-americano, entre as décadas de 1960-1970 e 1980, correspondeu a uma estratégia policial que visou o combate e eliminação do “inimigo interno”, mas que correspondeu a um experimento de longa data. O contexto citado por Marla Assumpção, também é mencionado pela pesquisadora Patrice MacSherry. Ao analisar as origens da Operação Condor e o anticomunismo que serviu de base para as ações extraterritoriais que a caracterizaram, MacSherry avaliou que:

Na década de 1940, os EUA e os comandos aliados criaram e financiaram exércitos paramilitares na Europa, e mais tarde na Ásia e na América Latina, para promover a causa anticomunista. Uma breve revisão dessa história mostra que a gênese do conceito estratégico e do modelo da Condor pode ser encontrada nessas redes militares e de inteligência anteriores, especialmente nos exércitos clandestinos de anticomunistas que se formaram por toda a Europa Ocidental nas décadas de 1940 e 1950.<sup>119</sup>

As Ditaduras de Segurança Nacional foram cenários privilegiados para o desenvolvimento de ações (terroristas) articuladas por grupos de extrema-direita. Essa articulação talvez seja anterior, em termos de América Latina, ao recorte definido por MacSherry, pois alguns grupos mexicanos, por exemplo, se organizaram em meio aos conflitos que demarcaram o auge e declínio da Revolução Mexicana,

119 MACSHERRY, P. *Predatory States, Operation Condor and Covert War in Latin America*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005. P. 66-67. No original: “Beginning in the 1940’s, U.S. and allied commands created and financed paramilitary armies in Europe, and later in Asia, and Latin America, to advance the anti-communist cause. A brief review of this history shows genesis of the strategic concept and model of Condor may be found in these earlier military and intelligence networks, especially the clandestine anti-communist “stay-behind armies” formed throughout Western Europe in the 1940s and 1950s.”

especialmente durante a guerra *cristera*.<sup>120</sup> Mas não se pode negar que as ditaduras apoiaram e foram apoiadas pelas redes da extrema-direita, e o TDE foi a política que permitiu a aproximação destes ideais de combate ao “inimigo interno”, segundo as diretrizes da DSN.

A criação e manutenção dos setores da extrema-direita, encarregados de enaltecer as ditaduras e alarmar a influência do comunismo<sup>121</sup>, correspondeu à junção de setores heterogêneos, com diversos matizes ideológicos. Aparentemente, a unificação em torno de uma pauta comum foi proporcionada pela DSN e a contenção do “inimigo interno”. As ditaduras se transformaram em exímias representantes de combate ao comunismo, por isso também foram fator de unificação entre os grupos da extrema-direita, e, para tanto, contaram com apoio direto destes grupos. Ao trabalhar com algumas hipóteses sobre a problemática em torno do surgimento da Operação Condor, o Jornalista Fernando Lòpez analisou a influência da extrema-direita nos anos de 1960 na América Latina. Segundo Lòpez, a iniciativa (terrorista) destes setores foi sustentada pela reunião da direita em torno da agrupação *Radical Latin American Right* (RLAR),

Na América Latina, essa linha de pensamento se materializou na forma de organizações e indivíduos que abraçaram a prática de atividades armadas e terroristas como meios legítimos de combater o marxismo. Um grupo de indivíduos de diferentes origens sociais, econômicas e profissionais,

120 Trata-se da guerra civil que se seguiu no México pós-Revolução Mexicana. Entre os anos de 1926 e 1929 alguns grupos radicais do catolicismo mexicano se reuniram em milícias de guerra para combater a laicidade do Estado instaurada desde a Constituição liberal promulgada pelo presidente Benito Juárez em 1860 que previu a aplicação da Ley de Libertad de Culto. Contrariados com as medidas do governo de Plutarco Elías Calles, já no ano de 1926, que procurou garantir a aplicação da lei, os Cristeros se reuniram em grupos de oposição para retomar a luta armada e se transformaram milícias de combate contra as medidas de Calles. Cf.: MIRAS, Eugenia. La Guerra de los cristeros, la terrible masacre civil y la deshonrada participación norteamericana. In: ABC.es. Disponível em: [https://www.abc.es/historia/abci-guerra-cristeros-terrible-masacre-civil-y-deshonrada-participacion-norteamericana-201804171815\\_noticia.html](https://www.abc.es/historia/abci-guerra-cristeros-terrible-masacre-civil-y-deshonrada-participacion-norteamericana-201804171815_noticia.html). Acesso em: 04/10/2018

121 Este foi um dos objetivos atribuídos à Confederação Anticomunista Latino-americana como veremos nos próximos capítulos.

incluindo empresários, proprietários de terras, membros das classes média e trabalhadora e clérigos, deu à RLAR uma [base de] adesão distintamente heterogênea. Este último tem sido caracterizado, mais ou menos, como conservador, virulentamente anticomunista e pró-ocidental. A maioria de seus membros mantinha fortes visões religiosas associadas ao catolicismo conservador. Eles condenaram veementemente a linha progressista adotada por alguns setores da Igreja Católica depois do Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência dos Bispos Latino-Americanos de 1968 em Medellín, Colômbia. Todos os incluídos no RLAR, sem exceções, embora com várias gradações, acolheram, apoiaram ou até mesmo trabalharam com os regimes militares anticomunistas que se espalharam pelo continente da década de 1960. Além disso, os setores mais conservadores e reacionários do RLAR desempenharam um papel importante na criação de um ambiente que facilitasse e encorajasse a implementação e a transnacionalização do terrorismo de estado.<sup>122</sup>

Na prática, os elementos ideológicos e de reunião dos grupos de extrema-direita mencionados por Lòpez, foram fundamentados por uma intervenção terrorista violenta nas sociedades latino-americanas. Jorge Rafael Videla, primeiro “presidente” e chefe da Junta Militar que liderou o golpe de Estado de 1976 na Argentina, admitiu ao jornalista Ceferino Reato a influência do projeto “redentor”, “cruzadista” religioso

122 LOPES, F. *The Feathers of Condor, Transnational State Terrorism, Exiles and Civilian Anticommunism in South America*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2016. p. 252. No original: “In Latin America this line of thought materialised in the form of organisations and individuals who embraced the practice of armed and terrorist activities as legitimate means to combat Marxism. A pool of individuals from different social, economic and professional backgrounds, including businessmen, landowners, members of the middle and working classes and clergymen, gave the RLAR a distinctly heterogeneous membership. The latter has been characterised, more or less, as conservative, virulently anti-communist and pro-western. Most of its members held strong religious views associated with conservative Catholicism. They strongly condemned the progressive line embraced by some sectors of the Catholic Church after the Second Vatican Council (1962–1965) and the 1968 Conference of Latin American Bishops in Medellín, Colombia.<sup>4</sup> All those included in the RLAR, with no exceptions, though with various shades and degrees, welcomed, supported or even worked with the anti-communist military regimes that spread throughout the continent from the 1960s. Furthermore, the RLAR’s most conservative and reactionary sectors played an important part in creating an environment that facilitated and encouraged the implementation and transnationalisation of state terrorism.”

e “saneador” da sociedade que a Junta se auto atribuiu, e que apareceu como uma das características de reunião da extrema-direita latino-americana.

A dimensão arbitrária do Terrorismo de Estado se constituiu numa ação política influenciada diretamente pelos aspectos reacionários da religião, operando nas sociedades a partir de certos preceitos ideológicos bem delineados. A própria composição do Ministério da Educação na Argentina, sob a política de TDE, foi um exemplo da convergência entre tais projetos. O trecho citado a seguir, menciona também o Ministro da Economia, mas a composição do Ministério da Educação chamou nossa atenção pela decisão de acolher um nome sugerido por um clérigo para a ditadura terrorista,

Ese objetivo coincidía con la opinión del sector empresarial encabezado por José Alfredo Martínez de Hoz, “Joe”, quien junto con Ricardo Bruera, fueron los únicos civiles del primer elenco de ministros de Videla. Bruera fue propuesto para Educación por Monseñor Adolfo Tortolo, arzobispo de Paraná, vicario castrense y titular del Episcopado.<sup>123</sup>

Apesar da influência da Igreja Católica ser diretamente admitida na indicação de Bruera para o Ministério da Educação, a mesma influência foi admitida pelo ditador terrorista no que se refere à indicação para o Ministério da Economia. Em outro trecho da entrevista de Videla (preso) concedida ao jornalista, a questão da nomeação de Martínez de Hoz para o Ministério da Economia é sugerida pelo ditador da seguinte forma,

La verdad es que a Martínez de Hoz lo nombró el Ejército, es decir yo. El 24 de marzo de 1976 yo “era el Ejército”, y contaba, además, con la consideración y el respeto de las otras dos fuerzas. En este momento había unidad, cohesión, afinidad en todo el sector castrense.<sup>124</sup>

123 REATO, C. Disposición Final: La confesión de Videla sobre los desaparecidos. Buenos Aires: Sudamericana, 2012. p. 157

124 Id. Ibid. p. 160

Embora o egocentrismo do General Ditador seja destacado pela edição de Reato, Videla assumiu a culpa pelo desastre econômico que se seguiu ao golpe de 1976 na Argentina. Os laços ideológicos e de camaradagem com o amigo “Joe”, Martinez de Hoz, tecem uma proteção sobre a figura que articulou aquele desastre econômico que, entre outras questões, levou o país a uma guerra (derrotada) contra a Inglaterra pelas Malvinas. O elemento de fusão entre o desastre econômico (também chamado de Terror Econômico pelos argentinos) e o insucesso da guerra, reside no problema de sustentação da ditadura terrorista diante de seu fracasso e queda anunciada.

Já o Paraguai enfrentou o desfecho de uma luta e início de outra quando Stroessner se tornou ditador. A luta que se acabou foi a que desestabilizou a política do país após a Guerra do Chaco, contra a Bolívia pelo controle da região. Nesse sentido, a ditadura de Alfredo Stroessner acabou com a instabilidade no poder que representava a crise permanente de composição dos governos anteriores. Segundo Paz, Gonzales e Palau,

Desde el final de esta cruenta contienda en la que los militares institucionalistas respaldados por los partidos de oposición (liberal, febrerista y comunista) fueron derrotados por los militares “moringuistas” apoyados por los *pynandi* colorados, los gobiernos se habían sucedido golpe tras golpe y la falta endémica de instituciones sumía al Paraguay en la miseria y la incertidumbre. Quizás por eso, importantes segmentos políticos del país se aceptaron como un mal menor al advenimiento de una mano militar que pusiera fin al desorden político y pacificara la Republica. (...)

[Stroessner] Desconfiado hasta el extremo, tuvo una habilidad para identificar certeramente primero, y golpear despiadadamente enseguida (...).

La tortura era utilizada de modo rutinario. Los presos eran procesados judicialmente en raras ocasiones. El destierro

y el confinamiento eran utilizados con asiduidad para castigar a opositores.<sup>125</sup>

A avaliação histórica e de conjunto dos autores acima citados, definiram a especificidade do caso paraguaio. Stroessner liderou o primeiro golpe de Estado na América Latina que se transformou em ditadura de Segurança Nacional, muito embora não seja possível precisar com exatidão quando ocorrera essa transformação. No entanto, em relação à repressão e ao TDE, os mesmos autores mencionam como a figura do “inimigo interno”, identificada com os comunistas, foi usada para “legitimar” ações de TDE pela Polícia Técnica da Capital, Assunção.

Em algumas das ações planejadas para desarticular a resistência do Partido Comunista Paraguaio (PCP), a partir de 1966, a polícia paraguaia usou uma infinidade de práticas anticomunistas. Traço marcante das ações repressivas desenvolvidas por *La técnica*, a desqualificação dos comunistas virou uma senha de permissividade para sessões de perseguição, captura, tortura e desaparecimento. Imagem recorrente nos arquivos da polícia paraguaia, o anticomunismo foi avaliado da seguinte forma por Paz, Gonzales e Palau,

El apelativo de “comunista”, tan fácilmente endilgado por una Policía que hacía del anticomunismo su justificación fundamental, significaba para el afectado un estigma difícil de borrar. La conservadora y temerosa sociedad paraguaya toleraba más fácilmente los desmanes policiales si éstos se cometían contra “agente del comunismo internacional”.<sup>126</sup>

Para o caso chileno não foi diferente. Ao dividir as etapas de implantação e desenvolvimento da política de TDE no país, sob inspiração da DSN, Sílvia Sônia Simões mencionou pelo menos três períodos de implantação do terror planificado a partir do Estado.

125 PAZ, A. B.; GONZÁLEZ, M.; PALAU, R. Es mi Informe.- Los archivos secretos de la Policía de Stroessner. 5ª. ed. Asunción: Servilibro, 2006. p. 53-54-55

126 Id. Ibid. p. 102-103

Segundo a pesquisadora, o primeiro período corresponde aos meses iniciais após o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 a 31 de dezembro do mesmo ano. Nesse primeiro momento, a ditadura se consolidou e o terror não apareceu de forma ordenada, mas sim difuso e amplo, caracterizado pelas prisões massivas e fuzilamentos coletivos.

O segundo período abarcou os anos de 1974 a 1977, quando se fundou a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA). Esta segunda etapa, representou a estruturação das etapas de funcionamento da repressão com a criação de Centros Clandestinos de Repressão e a aplicação de técnicas de tortura. O terceiro período correspondeu ao recorte temporal de setembro de 1977 a 11 de março de 1990. Nesta terceira etapa passou a funcionar o Centro Nacional de Informações (CNI), que operou maior seletividade na aplicação da tortura, diferentemente do que fora praticado pela DINA na etapa anterior.

No entanto, as premissas do combate ao “inimigo interno” foram aplicadas com a distinção entre chilenos e não chilenos. Segundo Simões, o preceito da vida do “ser chileno” foi demarcado pela sua oposição e combate ao “não ser chileno”. Disso resultou a distinção brutal entre os “cidadãos” que conservavam os “mais altos valores da vida nacional” como base ideológica para o combate aos que fossem considerados “estrangeiros”, verdadeiros opositores ao funcionamento “normal” daquela sociedade. Segundo Sílvia Sônia Simões, os chamados valores da *chilenidad*,

(...) deveriam ser resguardados por qualquer meio, a fim de preservar a identidade histórico-cultural e moral da Pátria, o que possibilitaria a reconstrução de sua grandeza espiritual e material, que havia se deteriorado com o governo da *Unidad Popular*. No discurso golpista, havia um “inimigo interno” que se valia da violência, infiltração, manipulação e penetração clandestinas, e que estaria sempre ativo, podendo, por isso, ser qualquer um. Daí a justificação dos meios utilizados para atingir

os “fins sagrados”, fundamentado, desse modo, as práticas do Terror de Estado.<sup>127</sup>

Como podemos observar, a partir do debate entre os autores, foi a construção do “inimigo interno” que proporcionou às Forças Armadas latino-americanas o pretexto para dirimir os conflitos sociais. Ao se colocar como a solução ao contexto de mobilização social crescente, e ao golpear governos progressistas, os militares aplicaram o cesarismo militar-policial.

O cesarismo militar, foi uma alternativa construída sob a sombra das guerras mundiais, como alternativa para a resolução dos conflitos inerentes aos próprios resultados da guerra. Agiu, sobretudo, para equilibrar as lutas sociais em favor do capitalismo no cenário de crescente reivindicação por liberdades democráticas que se seguiu à II Guerra Mundial. O Cesarismo militar-policial se consolidou durante a I Guerra com “uma enorme expansão do poder executivo.”<sup>128</sup>

A crescente reivindicação das classes subalternizadas levou as burocracias estatais europeias a controlar boa parte das decisões dos governos. Contextualmente, a recuperação soviética, após a crise de 1929, apresentada pelo crescimento econômico e político exponencial da URSS, representou ganho significativo à participação do proletariado na política e pressionou os EUA. Mas foi após a 2ª Guerra Mundial que a alternativa cesarista militar ganhou força no contexto latino-americano. Esta tendência já se observava nos EUA, quando, na iminência de tomar partido diante da I Guerra, foi possível a “Roosevelt vangloriar-se do caráter absolutamente solitário de suas decisões em política externa”.<sup>129</sup>

127 SIMÕES, S. S. O Golpe de Estado e a Primeira Fase da Ditadura Civil-Militar no Chile. In: PADRÓS, E. S.; RIBEIRO, M. V. Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado. Revista Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2012. p. 143-155. p. 144

128 LOSURDO, D. Democracia ou Bonapartismo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004. p. 170

129 Id. Ibid. 164

Perón, Cárdenas e Vargas são casos clássicos do populismo latino-americano, mas o modelo peronista, sobretudo após o golpe de 1943, foi bonapartista/cesarista (militar), embora depois tenha se transformado em um caso de bonapartismo clássico. O controle (personalizado) do executivo, apresentou feições progressistas América Latina no pós 2ª Guerra, principalmente no caso argentino durante as duas primeiras experiências peronistas no poder. Com a formação das bases desenvolvimentistas elaboradas pelo peronismo, não resta dúvidas de que os trabalhadores foram considerados como atores políticos. Portanto, bonapartismo/cesarismo remete, também, ao exercício de uma ditadura. Sua conceituação foi oferecida por Karl Marx em “O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte”.

Em Marx, o sentido de bonapartismo em detrimento ao uso corrente do termo cesarismo<sup>130</sup>, ocorreu por perceber, - já nos seus escritos entre 1848 e 1851, que tomaram por base a realidade francesa no que concerne aos elementos constitutivos da política de Estado no capitalismo -, que cesarismo era, até então, uma categoria histórica limitada, pois seu uso referia-se à luta de classes na Roma antiga. Naquele caso, o erro de cálculo político se limitava a compreender aquela sociedade a partir da cisão de interesses entre homens ricos e trabalhadores livres. Essa redução, não revelava as contradições mais profundas da sociedade. Segundo Poulantzas, Marx compreendeu que

130 Como visto anteriormente, o termo cesarismo é retomado por Gramsci durante seus escritos para a composição (e organização) posterior dos Cadernos do Cárcere. Não se pode afirmar que Gramsci tenha feito isso para retomar o sentido clássico do conceito já amplamente discutido pela Ciência Política, pois nos seus escritos a atualização do conceito sofre grande influência do conceito de bonapartismo de Marx sem, contudo, citá-lo. Uma das hipóteses é a de que, assim como o marxismo não é mencionado por Gramsci para referir-se aos escritos marxistas e marxianos, sendo substituído por “filosofia da práxis”, assim como o próprio Marx não é mencionado, mas sim referenciado na obra como o “filósofo da práxis”, o cesarismo não é mencionado como bonapartismo para burlar a censura fascista durante o cárcere. Além disso, Guido Liguori chegou a afirmar que, “Diferentemente de ‘bonapartismo’, sempre entendido de modo negativo, G. (Gramsci) parece fornecer, com relação a ‘cesarismo’, um espectro interpretativo mais variado, mesmo que a diferença entre os dois termos não seja nunca citada.” LIGUORI, Guido. Verbete: Cesarismo. In: LIGUORI, G., VOZA, P. Dicionário Gramsciano São Paulo: Boitempo, 2017. p. 110

a oposição entre homens ricos e trabalhadores livres desconsiderava a grande massa de escravos. Estes, por sua vez, eram considerados meros expectadores passivos, além de base econômica destituída de resistência política para aquele modo de produção.

Desta forma, para Poulantzas<sup>131</sup>, assim como para Lênin, o bonapartismo foi apresentado nos escritos de Marx e Engels como um conceito inerente à forma de governo do capitalismo pós Revolução Francesa. Naquele contexto, é possível verificar certa tendência da burguesia em não governar diretamente, mas delegar funções de governo ao Estado. Para Poulantzas, as funções de governo delegada pela burguesia ao Estado capitalista, forjaram certa autonomia relativa do Estado na resolução dos conflitos sociais. Ou então, corroboram os interesses da luta econômica entre duas ou mais classes sociais que se encontram em equilíbrio (catastrófico) na pugna econômica e política. Surge daí o bonapartismo, governo árbitro das lutas sociais que representa a tentativa de retomar o equilíbrio entre as classes para que a crise não ganhe feições catastróficas a ponto de se transformar em crise de hegemonia ou crise revolucionária.

A variante latino-americana do cesarismo (bonapartismo) militar-policial, começou a desenhar-se a partir da estratégia estadunidense de segurança nacional em 1954, com a já mencionada Declaração de Caracas. Seu ápice, aos moldes propostos, ocorreu a partir de 1975 com a declaração de Allen Dulles, durante um congresso de Ciência Política em Oaxtepec, México. Foi naquele contexto que a relação entre o pessoal técnico-militar e o grupo social militarista fusionou-se e orientou-se pela necessidade dos militares se apresentarem na composição dos mecanismos de sustentação do Estado capitalista e da pauta da contrarrevolução.

131 POULANTZAS, N. Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007.

O aprofundamento dos preceitos autoritários-terroristas que arraigaram a tendência cesarista reivindicada por certos grupos sociais para os militares (estes mesmos transformados em grupos sociais para além da expertise técnica e burocrática) – como reivindicado por Dulles, exímio representante da pauta hegemônica dos interesses do Complexo militar-industrial -, determinou a importância das armas para a luta de classes, força eficaz para evitar qualquer oposição forjada no terreno do debate parlamentar. O quadro alarmista em torno do projeto de influência soviético sobre a América Latina, completou o campo da contrarrevolução com um conceito amplo de anticomunismo, consolidando o caminho do combate à “subversão” por meio do TDE.

Aqui reside a especificidade do cesarismo militar (policial) que se produziu como projeto histórico de dominação burguesa na América Latina das ditaduras. Em termos de hegemonia, o cesarismo representa a personalidade (ou grupo social) capaz de resolver o equilíbrio relativo (e catastrófico) entre duas ou mais classes e/ou grupos. No caso latino-americano, o cesarismo foi implantado seguindo a fórmula de poder a ser evitada, sem negociação, de forma contrarrevolucionária. Ou seja, criminalizou e subjugou os projetos antagônicos ao Estado capitalista, conferindo longevidade ao processo de acumulação ampliada/espoliação baseada na máxima exploração da força de trabalho.

Esse projeto político que perpassou os anos de 1950-60 e 1970, não esteve unicamente localizado, como se poderia esperar, apenas nas agremiações empresariais. Mas, sim, e sobretudo, com a aplicação do cesarismo, no próprio pessoal técnico-militar, tornado grupo social portador de um projeto “cruzadista” para salvaguardar o desenvolvimento do processo de acumulação ampliada pretensamente identificado com o Estado (capitalista) e difuso na sociedade a partir do papel redentor das armas (multinacionais) e dos militares (latino-americanos).

A própria DSN carregou em seu bojo um projeto cesarista/bonapartista. Nela, a consideração das contradições sociais inerentes ao capitalismo foram escamoteadas pela aura redentora da sociedade que se buscou arregimentar com a contrarrevolução. Com uma perspectiva particularizada dos sujeitos (a-históricos), a sociedade foi literalmente enquadrada nos interstícios de um projeto homogeneizador que rasgou a possibilidade de contestação ao *status quo* vigente. Segundo Padrós,

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é a rejeição da ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa o que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das demandas.<sup>132</sup>

Outro elemento do cesarismo pode ser detectado nos escritos de Tápia Valdez. As indicações deste autor corroboram com a especificidade do contexto. Mesmo que o papel histórico dos militares, enquanto grupo social capaz de intervir na política seja alertado pelo autor de forma contundente, reside na modalidade de sua intervenção no período de vigência da DSN algumas das formas mais concisas e elaboradas do cesarismo militar. Ao atender o chamado à intervenção alarmado pela disputa entre blocos econômicos que caracterizou a Guerra Fria, os militares o fizeram inaugurando uma relação particularmente controladora dos mecanismos políticos que, mesmo em aparência, era possível reivindicar-se (aos militares) neutra, capaz de resolver o conflito em favor do capitalismo e dos mecanismos de superexploração da força de trabalho, suplantando qualquer característica mais desenvolvimentista que os militares pudessem carregar em períodos de intervenção pretéritos:

132 PADRÓS, 2005. Op. Cit. p. 52

No es una novedad, por cierto, la intervención de los militares en la política, y ni siquiera lo es la concepción de los militares como una fuerza política de desarrollo y cambio. Lo peculiar y diferente es el uso y abuso de la fuerza militar y la intensificación de la intervención militar en los procesos políticos regulares, sobre la base de una doctrina política más o menos coherente y con pretensiones de universalidad e internacionalidad.<sup>133</sup>

Por outro lado, Alejandra Pascual tratou da aplicação da DSN na concretização do TDE e também mencionou alguns elementos que nos ajudam a entendê-lo a partir de sua premissa para a ação cesarista. Para esta autora, os mecanismos arbitrários implantados a partir do Estado (terrorista) foram radicalizados, tendo em vista o controle amplo e delimitador do papel desempenhado pela sociedade (civil) na sociedade política, pelo menos em termos democráticos. Assim, coube aos mecanismos repressivos (militares e policiais) do Estado disciplinar as resistências ao projeto de acumulação ampliada, regido pela superexploração do trabalho. Assim, o TDE fraturou formas organizadas de resistência àquele projeto,

O terrorismo de Estado neutralizou as organizações populares e intimidou potenciais opositores, transformando-se em um estendido mecanismo de controle social. Os casos de desaparecimento forçado, os centros clandestinos de detenção, as prisões sem processo constituíam um “castigo exemplar” para uma parte da sociedade, mas também representavam um espelho que o restante das pessoas podia, a todo momento, ver sua imagem refletida. Quem era o inimigo interno, qual a conduta considerada “subversiva” pelas autoridades militares, quais os limites entre o permitido e o proibido eram questões difíceis de definir.<sup>134</sup>

Os elementos interpretados por Pascual, também foram mencionados por Eduardo Duhalde, e nos permitem interpretar na prática os contornos adquiridos pelo cesarismo militar-policial. Segundo

133 APIA VALDEZ, Op. Cit. p. 25

134 PASCUAL, Op. Cit. p. 20

Duhalde, os militares ressurgem em meio ao processo cruzadista anticomunista que caracterizou a polarização interna das sociedades latino-americanas. No entanto, não o fazem mais como um mero grupo técnico, mas sim como grupo social alimentado em suas expectativas pelos treinamentos e instruções que caracterizaram o alinhamento entre as premissas contra-insurgentes e contrarrevolucionárias dos militares (estadunidenses e latino-americanos). Disso resultou que,

Las Fuerzas Armadas resultan ser, dentro de este esquema de ideas, la única fuerza organizada capaz de actuar como integradora de la nación. Son la “única alternativa posible” frente a la agresión extranjera, capaz de dar una respuesta nacional en cada país a sus propios problemas de seguridad y desarrollo.<sup>135</sup>

Duhalde cita um depoimento do chefe da junta militar que comandou o TDE argentino (Jorge Rafael Videla) que corrobora, sobretudo, a ação violenta dos militares para derrotar a “subversão”, por um lado, mas que também nos permite compreender o caráter cesarista militar-policial, por outro. Segundo Videla: “(...) la subversión no es un problema que requiere solamente una actuación militar, es un fenómeno global que requiere también una estrategia global de lucha en todos los campos: de la política, de la economía, de la cultura y el militar.”<sup>136</sup>

Aos militares como grupo social foi relegada a sua identificação com as aspirações mais profundas das sociedades latino-americanas, como se fossem portadores de uma vontade coletiva redentora e negadora veemente da luta de classes. No caso uruguaio das ditaduras de Segurança Nacional estudado pelo historiador Enrique Padrós, os elementos constituidores desta vontade perpassaram a sociedade nacional (cristã e ocidental), em meio à guerra fria, e foi capturada pelos militares sem que houvesse possibilidade de pensar (quicá articular)

135 DUHALDE, Op. Cit. p. 223

136 Conferencia de prensa, Diario La Nación, Buenos Aires, 14-4-1976, Apud DUHALDE, Op. Cit. p. 223

outros projetos de sociedade. Assim, o elemento de identificação entre os militares e sociedade nacional, para o caso uruguaio, (re)surgiu citado no documento de 1977 que foi redigido pela própria junta militar que governava o país desde 1973 da seguinte forma,

La amenaza más grave contra el cuerpo de la Nación es el peligro de intrusión de ideologías extrañas a la mentalidad popular que [...] pretende propiciar y justificar la destrucción total de lo existente como precio de un mañana utópico nunca bien definido. El pueblo debe entonces asumir la responsabilidad de su propia defensa para desenmascarar y destruir las múltiples formas de tal clase de agresión.<sup>137</sup>

Como grupo social, os militares representaram o corolário do Estado capitalista por meio da implantação da DSN na materialização política do TDE. Nesta seara de eventos que demarcaram conflitos internos com o uso do TDE, toda forma de oposição foi considerada uma ameaça e deveria ser arbitrada tendo em vista como, relembramos aqui, nas palavras de Enrique Padrós: "(...) a América Latina, durante os anos 60 e 70, foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes locais."<sup>138</sup>

As razões pelas quais os militares foram identificados com o anticomunismo, derivam da sua formação e percurso na instituição, mas também do próprio clima favorável de difusão da intolerância gerada pela criação da Guerra Fria pelos EUA. As demandas do pós 2ª guerra, especialmente no que se refere à fabricação de armas e difusão das novas bases do conflito contra a URSS, materializada na Guerra Fria, mas extrapolando, e muito, aquele contexto, determinaram que o treinamento dos militares correspondesse às instruções emanadas pelo Pentágono, Departamento de Estado e Complexo Militar Industrial (CMI). Isso exigiu um esforço concentrado de atração

137 JUNTA DE COMNDANTES EN JEFE, 1977 Apud PADRÓS E. S., 2005. Op. Cit. p. 53

138 Id. Ibid. p. 55

dos quadros militares na identificação do inimigo a ser combatido, gerando a possibilidade histórica encaminhada pela resolução do cesarismo militar-policial, variante da adesão das Forças Armadas latino-americana à pentagonização.<sup>139</sup> Para Moniz Bandeira, a questão se apresentou da seguinte forma:

Os Estados Unidos até então haviam rejeitado, formalmente, os conceitos de esferas de influências e balanço de poderes, para defenderem uma era de paz, baseada na segurança coletiva da ONU, aberta às nações democráticas. Porém, em 1947, induziram os países da América Latina a assinar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tratado do Rio de Janeiro) e, em 1948 criaram a Organização dos Estados Americanos, que remontava à extinta União Internacional das Repúblicas Americanas, 1889-1890. Destarte, da mesma forma que a União Soviética não admitia a eleição de um governo anticomunista nas “democracias populares” da Europa Oriental, sob seu domínio, os Estados Unidos passaram a estimular golpes militares na América Latina e a reconhecer e cultivar “relações amistosas com as piores ditaduras de direita”, segundo a análise da embaixada do Brasil, chefiada pelo embaixador Roberto Campos. “Do ponto de vista dos setores militares de Washington”, salientou a análise, “tais governos são muito mais úteis aos interesses da segurança continental do que os regimes constitucionais”. Nelson Rockefeller também os considerava “a major force for constructive social change in the American Republic.” Essas ditaduras militares inspiradas na Doutrina de Segurança Nacional, assemelhavam-se ao tipo especial de regime em permanente contrarrevolução, assentado no princípio de absoluto poder do Estado, sobreposto ao indivíduo e em contínua guerra contra o inimigo interno, a subversão comunista, representada pelos sindicatos, greves, etc., que ameaçavam a segurança do *Free World*. E a segurança do *Free World consistia na segurança dos interesses do Free Market*, do business e dos bancos americanos, contra qualquer ameaça nacionalista, identificada com o comunismo, e configurava o fundamento das políticas

139 O historiador Enrique Padrós também a denominou de “pentagonismo”. Id. Ibid.

de qualquer governos dos Estados Unidos – fosse do Partido Republicano ou Democrata – *vis-à-vis* da América Latina.<sup>140</sup>

O anticomunismo, traço marcante do cesarismo militar-policial-contrarrevolucionário, que vigorou durante as ditaduras de Segurança Nacional, foi determinante para a implantação do TDE. Ao aplicar o conceito de “subversão”, criando a figura do “subversivo”, pode-se dizer que as estratégias de guerra (externa) foram modificadas para garantir o controle das sociedades sob ditaduras. Isso ocorreu para que as transformações e eventuais rupturas com o Estado capitalista fossem sufocadas. Mais do que isso, a construção de um inimigo potencialmente perigoso, como no caso do “subversivo”, procurou criminalizar amplamente quaisquer projetos de transformação, reforma ou revolução. O TDE emergiu como produto e instrumento das classes dominantes e da luta de classes, marcado pela ilegalidade e violência arbitradas pelo Estado capitalista. Segundo Padrós,

(...) quando a violência institucional do poder estatal extrapola os atributos coercitivos constitucionais, é porque se reconhece que os mecanismos da mesma são insuficientes na ação persuasiva e de neutralização dos descontentamentos sociais. O recurso ao TDE e a intensidade da sua implementação está diretamente relacionada à dimensão da percepção da ameaça a que se vêm expostos os setores dominantes frente ao questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundamentado a dominação de classe. Ou seja, enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do TDE tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do status quo da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas.<sup>141</sup>

Essa dimensão terrorista do Estado, cesarista e militar, foi aprofundada até as últimas consequências. Ao interferir decisivamente

140 MONIZ BANDEIRA, Op. Cit. p. 82

141 PADRÓS, 2005. Op. Cit. p. 76

nas lutas sociais, o TDE revelou, em muitos casos, ser o instrumento para garantir o projeto da classe dominante. As lutas sindicais, por exemplo, sofreram grandes intervenções da repressão visando a solução de conflitos por meio do uso sistemático de técnicas de guerra contra a população civil no interior dos países que sofreram com a intervenção política do TDE.

Nesse sentido, é importante lembrar as táticas praticadas pela repressão argentina. Concomitante ao uso do terror (planejado a partir do Estado), a cumplicidade patronal, e a interferência repressiva do Estado nas lutas sindicais, muitas vezes (a maioria, talvez) resolveu os conflitos de interesses no ramo da produção em favor do capital. O informe organizado por Ricardo Rodrigues Molas sobre a “Historia de la tortura y el orden represivo en la Argentina” trouxe o seguinte esclarecimento sobre o uso da inteligência militar aliada à repressão e aos interesses patronais durante os conflitos que marcaram as jornadas sindicais no estaleiro metalúrgico da empresa Acindar S.A. na década de 1970,

Para facilitar la actividad represiva, *Acindar* ordenó a fines de 1975 que sus 5.500 operarios realizaran el trámite para la obtención de la cédula de identidad que expide la Policía Federal y un nuevo carnet de fábrica, para lo cual se procedió a fotografiar a los trabajadores. Todo ese material luego fue utilizado para realizar allanamientos, secuestros y detenciones de activistas sindicales.<sup>142</sup>

Nesses casos é possível observar como o Terrorismo de Estado, ao se apresentar como instrumento político das classes dominantes e da DSN, e ao ser interpretado e aplicado em cada caso, serviu como força motriz para a implantação da ordem (organização) policial, militar e contrarrevolucionária das sociedades latino-americanas. Ou seja, o próprio cesarismo policial (militar) se deslocou da órbita puramente técnica (da corporação militar em si) para reproduzir na

142 MOLAS, R. R. Historia de la Tortura y el Orden Represivo en la Argentina. Buenos Aires: EUDEBA, 1985. p. 245

sociedade certa forma de operar para resolução dos conflitos de classes, pois, provocou as:

(...) transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes.<sup>143</sup>

Em grande medida, trata-se de reconhecer que a correlação de forças mudou ao sabor das investidas policiais. Os elementos constituidores deste cesarismo foram a DSN e o TDE, principalmente no que se referiu à significação do “inimigo interno”, agregando elementos anticomunistas à contrarrevolução e centrando fogo na eliminação do “inimigo interno”. Essa transformação no alvo das investidas militares reconfigurou as sociedades latino-americanas que sofreram a repressão ampliada das ditaduras de Segurança Nacional.

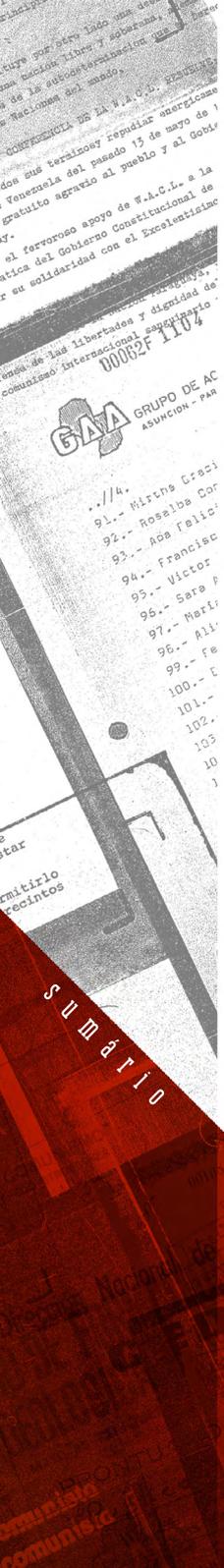
Na esteira deste processo, surgiram formas orgânicas de intervenção na luta de classes daquele período. A reativação do ativismo anticomunista por meio da estruturação de grandes redes de informações e troca de informações e serviços repressivos, foi uma delas. A Liga Anticomunista Mundial atuou naquele contexto de ditaduras a partir das ações orgânicas da Confederação Anticomunista Latino-americana. Ambas tinham, como veremos nos próximos capítulos, interesses em comum com as ditaduras. Por isso, se transformaram em apoiadores formais, informais e clandestinos daqueles governos.

Neste capítulo lançamos mão da reflexão teórica para estabelecer algumas categorias históricas e conceitos que avaliamos delimitar nossa intenção de pesquisa. Por isso, ao pesquisar na bibliografia teórica algumas formulações sobre o papel da violência e da gestão da violência na “resolução” dos problemas do capitalismo, procuramos

143 GRAMSCI, Antônio. Nicolau Maquiavel. In: Cadernos do Cárcere. Volume 3. 3ª Edição. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. p. 78

evidenciar que a criação de um inimigo correspondeu à necessidade de manutenção da hegemonia burguesa agindo como mecanismo de apassivamento das oposições. Ao semear e gerir a violência como solução de conflitos, os anticomunistas da CAL e da LAM colaboraram, como veremos, para a imposição do cesarismo militar e policial. Além disso, mesmo em meio às ditaduras, continuaram agindo para a manutenção da luta de classes em níveis alarmantes.

Tendo a violência como principal mecanismo de solução dos conflitos criados pelo capitalismo, os anticomunistas se uniram em organizações multinacionais para promover reuniões periódicas e troca de informações a partir do compartilhamento de um anticomunismo radical como base de sua ação. Promoveram mecanismos de cooperação para defender governos marcadamente anticomunistas e garantiram uma ação permanente visando a intervenção na luta de classes. Nos próximos capítulos aprofundaremos na leitura histórica sobre o surgimento da LAM e da CAL tendo como foco os principais preceitos e pautas que mobilizaram essas entidades a cooperar em prol da manutenção da violência como mecanismo de ação e propaganda a favor de governos anticomunistas contra os “inimigos” (internos).



# 2

**Anticomunismo  
e ação orgânica:  
cooperações repressivas  
e conexões internacionais**

00190F 2247

VII CONGRESO DE LA LIGA MUNDIAL  
7th WORLD YOUTH ANTI-COMMUNIST CONFERENCE



SEPTIMO CONGRESO DE LA LIGA MUNDIAL JUVENIL ANTI-COMUNISTA, LIMA-PYACU, SEUL, COREA, ABRIL 30-MAYO 4, 1976.

RESOLUCION No. 4

CONSIDERANDO:

- Que la educación es el mejor instrumento con que cuentan los países libres para inculcar al progreso y a los valores eternos del espíritu, y que el destino de los pueblos depende en gran parte del contenido y desarrollo de su educación presente;
- Que el comunismo marxista, consciente de la importancia de la educación, cooperante manipuladora y utilizarla como medio de indoctrinación de la niñez y juventud estudiantil;
- Que la infiltración comunista en las universidades para apoderarse de ellas es un hecho comprobado y los acontecimientos de los últimos años demuestran como el marxismo utiliza a la juventud universitaria en acciones subversivas que atentan contra el orden civilizado;
- Que por las características propias de la mayoría de las universidades, es en ellas donde pueden los comunistas infiltrarse con relativa facilidad y ganar adeptos ingenuos para la subversión, mediante el estudio.

EL SEPTIMO CONGRESO DE LA LIGA RESUELVE:

- Que todas las organizaciones nacionalistas y anticomunistas deben luchar por impedir que el comunismo se apodere de las universidades que aún no han caído bajo su dominación, utilizando entre otras las siguientes medidas:
  - Localizar, aislar y en caso necesario expulsar de la universidad a los agitadores marxistas, ya sean estudiantes, profesores o funcionarios.
  - Localizar a los agitadores anticomunistas, para que ellos no permitan que el comunismo se apodere de las universidades que aún no han caído bajo su dominación, utilizando entre otras las siguientes medidas:
    - Localizar, aislar y en caso necesario expulsar de la universidad a los agitadores marxistas, ya sean estudiantes, profesores o funcionarios.
    - Localizar a los agitadores anticomunistas, para que ellos no permitan que el comunismo se apodere de las universidades que aún no han caído bajo su dominación, utilizando entre otras las siguientes medidas:



A Operação Condor não foi a primeira iniciativa internacional de trabalhos de vigilância e captura segundo a lógica experimentada, formalmente, a partir de 1975, quando a Operação, ou *Plan Condor* foi oficialmente criado. Outras ações de cunho repressivo colaboraram para que a Operação obtivesse êxito. Nesse capítulo, também discutimos alguns casos de colaboração repressiva internacional que ocorreram mesmo antes da Operação Condor. As fontes históricas usadas para a discussão são documentos arquivados no “Arquivo do Terror” e outras publicações que trataram do tema. A seguir, contextualizamos o período pós 2ª Guerra Mundial, com ênfase no crescimento da indústria bélica e na preparação intelectual do consenso ativo que sustentou a “pentagonização” do mundo ocidental em plena Guerra Fria.

Segundo René Dreifuss,<sup>1</sup> os primórdios de uma ação organizada sob os auspícios do imperialismo estadunidense foram delineados no início do século XX. A constituição do *Council on Foreign Relations* (CFR), a partir de 1918, foi uma das premissas delineadas pela necessidade de ações coordenadas por meio da elaboração de conselhos técnicos empresariais que revelaram o modelo de formação de estados maiores (reunião de grupos técnicos) inclinados a produzir estudos econômicos e sociais baseados na tentativa de influenciar políticas de Estado mundo afora. Cabe dizer que “Estado Maior” é uma terminologia de origem militar que busca explicar onde está o comando das ações no processo de hegemonia.

Mais tarde, no ano de 1931, surgiu no contexto britânico o *Political and Economic Planning* (PEP). A matriz britânica de estudos econômicos e sociais, propositalmente alinhada com os objetivos da CFR, surgiu no contexto do sistema parlamentarista inglês, como oposição ao avanço do Partido Trabalhista. Segundo Dreifuss, o PEP era mais do que um instituto de pesquisa, era um grupo de grupos, eminentemente orientado para a ação.

1 DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

O contexto de ampliação da indústria bélica estadunidense, ligada à lógica da acumulação ampliada, obteve significativo avanço com o fim da 2ª Guerra Mundial e início da Guerra Fria, com o Plano Marshall<sup>2</sup>. O imperialismo estadunidense ganhou feições militaristas, sobretudo, no que se refere ao plano de hegemonia organizado e destinado aos países da América Latina. O contexto interno estadunidense que garantiu a ampliação do arsenal industrial em questão foi sustentado ideologicamente pelo anticomunismo.

A Aliança para o Progresso, também financiada pelo multimilionário estadunidense Nelson Rockefeller, foi implantada nos anos de 1960 na América Latina como uma medida de contenção frente à Revolução Cubana. Segundo Vicente Gil da Silva, a Aliança Para o Progresso foi estruturada porquê: “Os aliados de Kennedy acreditavam que a lição ensinada por este episódio não deveria ser esquecida: seria preferível uma ‘revolução controlada’ a uma revolução comunista.”<sup>3</sup>

O anticomunismo mundial que baseou as ações da Aliança para o Progresso foi o ápice do processo histórico que acelerou os gastos militares estadunidenses após a II Guerra Mundial. O jornalista Michel Parenti denunciou, por meio da publicação do livro “A Cruzada Anticomunista”<sup>4</sup>, a construção do consenso em torno do militarismo estatal crescente no contexto estadunidense a partir de 1948. Segundo o autor, uma gama de intelectuais reconhecidos no

- 2 Plano de reestabilização das economias europeias do pós II guerra. Levou o nome de seu mentor, o general estadunidense George Marshall. Com ele, Marshall foi acusado de defender o expansionismo imperialista estadunidense, a qual respondeu que o objetivo do plano era a criação de um mundo que “permitisse o surgimento de condições políticas e sociais em que instituições livres pudessem existir.” ALLEN, J. S. O Plano Marshall. Marxists. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/02/plano.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/02/plano.htm) Acesso em: 22/05/2017.
- 3 SILVA, Vicente Gil da. A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista a Instrumento de Intervenção Política (1961-1964). 2008. 241f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS.
- 4 PARENTI, Michael. A Cruzada Anticomunista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

contexto estadunidense, dentre eles historiadores, aderiram à iniciativa militarista anticomunista.

Segundo Parenti, um exemplo da crescente investida pode ser observada nos manuais escolares estadunidenses que estavam recheados de valores anticomunistas. Os jornalistas que aderiram ao plano ideológico anticomunista apregoaram investidas contra a iniciativa soviética de estabilizar relações comerciais com países americanos revelando uma posição radicalmente contrária à política de convivência com o bloco soviético. Em 1965, uma comitiva de jornalistas estrangeiros constataram a “ortodoxia anticomunista dos *mass media* americanos”.<sup>5</sup> Segundo o autor, qualquer iniciativa opositora à política centralizada no plano das agências de segurança do país, era julgada como comunista.

Os *experts* científicos, os soviétólogos e Kremlinólogos das diversas universidades, foram tão ativos quantos os jornalistas comuns na propagação dos estereótipos anticomunistas. Muitos deles eram emigrantes da Europa Oriental, como Zigniev Brzezinski, ou ex-comunistas, como Bretan Wolfe, que já eram profundamente anti-soviéticos muito antes de decidirem tornar-se especialistas em assuntos soviéticos.<sup>6</sup>

Segundo Parenti, não houve qualquer compromisso com a informação, pois a tônica era a manipulação dos dados relativos ao contexto soviético, revelando, assim, certo alinhamento entre a grande imprensa, parcela da universidade e agências de segurança no que se refere a objetivos de desqualificação do comunismo como proposta de organização. Porém, a operação ideológica transformou-se na construção de um consenso ativo (ativação dos intelectuais) nos EUA na década de 1950 ao ampliar as possibilidades de investimento bélico, como notou o jornal de grande circulação mundial *The New York Times* em 1962.

5 Id. Ibid. p. 70

6 Id. Ibid. p. 71

O anticomunismo tem sido a pedra angular da concessão de prioridades em inúmeras outras esferas da vida americana. “Cegou a tal ponto”, lamentou James Reston, “que é impossível conseguir dinheiro do Congresso para uma escola ou estrada sem argumentar que o fracasso na construção de tais coisas significaria um êxito do comunismo...”.<sup>7</sup>

Parenti trabalha com a perspectiva de que o anticomunismo foi incorporado ao “estilo de vida americano”, o que, em nossa avaliação parece correto sob o ponto de vista de uma ação orgânica. Como resultado disso, houve uma ampliação significativa do Estado. Praticamente todas as indústrias pesadas do país tinham contrato com o governo estadunidense. Portanto, a expansão da indústria bélica, incorporada ao “modo de vida americano” como modo de organização dos modos de vida, com base no anticomunismo como fator de convencimento, transformou-se no modelo de sustentação do circuito ampliado do capital para a expansão do militarismo e dos artefatos de violência convencionalmente produzidos para enfrentar a guerra fria.

“Poucos fenômenos”, escreve um estudioso dos serviços armados, “simbolizam de modo tão dramático o novo status na década do pós guerra como a estreita associação que elas estabeleceram com a elite de negócios da sociedade americana. Como resultado, dessa nova associação, enormes parcelas do poder aquisitivo americano foram sugadas pelo governo, por meio de impostos, e em seguida canalizadas para as maiores corporações (as dez maiores empresas recebendo dois quintos do total dos contratos de fornecimento bélico), centralizando ainda mais a riqueza.”<sup>8</sup>

A transnacionalização da indústria bélica dos EUA transformou o país na vanguarda anticomunista e contrarrevolucionária da Guerra Fria. O projeto foi conjugado em duas frentes principais, sendo que a primeira sustentada no convencimento interno, com a articulação entre

7 NEW YORK TIMES, 14 de março de 1962, APUD, PARENTI, Op. Cit. p. 73

8 Id. Ibid. p. 76

pesquisa acadêmica e consenso jornalístico, e outra sustentada pela ampliação da acumulação pautada no crescimento exponencial dos investimentos bélicos. A base intelectual do pós guerra, que alicerçou a reconstrução dos países envolvidos com os conflitos, foi fornecida pelos EUA. Porém, com o custo crescente de alinhamento com a pauta ideológica definida pelos organismos de defesa.

“Os cientistas acadêmicos”, observa Cathy McAffe, “se vêem diante de crescente dificuldade para prosseguir sua carreira sem contribuir para os trabalhos (de defesa). (...)”

Um número crescente de cientistas sociais participa de programas financiados pelos órgãos federais de guerra-fria, programas que incluem estudos psicológicos, sociológicos, econômicos e políticos sobre as técnicas de contrarrevolução e de manipulação da opinião pública americana e estrangeira. Em centenas de conferências e milhares de livros, brochuras e artigos escritos por membros da comunidade intelectual direta ou indiretamente pagos pelo governo, a propaganda da guerra fria recebe uma auréola de objetividade acadêmica, completada com ornamentos estatísticos e sociológicos.<sup>9</sup>

Ainda que o trabalho de Parenti forneça dados significativos sobre o contexto de imposição da hegemonia estadunidense, e, por consequência, da pauta do imperialismo em plena guerra fria, não podemos deixar de reconhecer as insuficiências da leitura do autor, principalmente no que se refere às possibilidades orgânicas presentes numa leitura mais ampla entre o casamento da pauta econômica e ideológica do pós guerra. Apesar de o autor não extrapolar o contexto estadunidense, muito se avançou com relação ao preparo da hegemonia capitalista no contexto do pós guerra. Senão, vejamos.

A preparação da intelectualidade para trabalhar as dimensões necessárias da hegemonia estadunidense frente ao Ocidente em plena guerra fria, criou os *think tanks*. Tratava-se de iniciativas promovidas

9 Id. Ibid. p. 77

pelos estados imperialistas, num primeiro momento, a Grã Bretanha, e, posteriormente, em especial, os EUA, mas também de outros países alinhados com a proposta de “pentagonização” do mundo ocidental, em direção à criação de entidades especializadas na difusão da hegemonia capitalista. É a constituição da exacerbação do imperialismo com bases nacionais que a historiadora Virginia Fontes denominou de capital-imperialismo. Segundo a autora, podemos qualificar o capital imperialismo da seguinte forma: “A expressão capital-imperialismo permite capturar o movimento peculiar ocorrido após a Segunda Guerra mundial que aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo tal como formulado por Lênin.”<sup>10</sup> Segundo a historiadora:

Novas características resultariam exatamente de sua dilatação em nova escala. A perpetuação da violência de classe se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível. Violência e convencimento seguem conjugados, na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (*think tanks*). Nunca foi indispensável, no entanto, a violência clássica do imperialismo, com repetidas e devastadoras agressões militares e imposição de ditaduras contra inúmeras revoltas populares em diferentes países.<sup>11</sup>

Virginia Fontes abordou o imperialismo e projetou uma atualização dos conceitos de Lênin e Gramsci sobre a questão. Assim, a autora pôde apreender importantes mudanças na estratégia do imperialismo no mundo pós 2ª guerra. Fontes avalia, o capital-imperialismo, forma específica do imperialismo surgido no pós 2ª guerra. Esse processo se afirmou como um conjunto de ações direcionados aos interesses da classe dominante e se encontra ainda em funcionamento.

10 FONTES, V. O Brasil e o Capital-Imperialismo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010. p. 14

11 Id. Ibid.

O robustecimento da polarização violenta do mundo ocidental do pós 2ª guerra mundial criou as bases de ampliação do capital-imperialismo e provocou a estruturação de uma miríade de iniciativas explosivamente anticomunistas conduzidas pelo aumento dos gastos militares, provocando o enriquecimento das agências de defesa por todo o mundo. O modelo estadunidense seguiu dando a tônica do processo. Suas principais expressões, o Pentágono e a Central de Inteligência Americana (CIA), se transformaram num empreendimento multimilionário capaz de conduzir uma tendência militarista crescente pelo mundo ocidental. Em dados objetivos, as agências de segurança se transformaram na base do estado militarista estadunidense.

Já em 1960, o Pentágono possuía mais de trinta e dois milhões de acres de terra nos Estados Unidos e 2,6 milhões em países estrangeiros – área superior a dos estados de Delaware, Connecticut, Rhode Island, New Jersey, Massachusetts, Maryland, Vermont e New Hampshire reunidos. (...) “Armas e equipamento militar”, nota a revista *Forbes*, “constituem um dos mais importantes itens das exportações dos Estados Unidos. Sem isto, poucas empresas de material bélico ganhariam todo o dinheiro que atualmente ganham”. De 1953 a 1967, os Estados Unidos venderam ou deram a outras nações cerca de trinta e cinco bilhões de dólares, a título de assistência militar; com isto, eles se constituíram no maior produtor e fornecedor de violência.<sup>12</sup>

Em grande medida, a crítica da violência nos fornece uma chave de interpretação sobre a ampliação da receita militar, com a circulação dos artefatos bélicos de origem estadunidense pelo mundo. No entanto, se não a conjugarmos à crítica do capitalismo, fica difícil qualificar as características do processo, sendo que nos interessa apreender no campo da luta de classes a dinâmica do capital-imperialismo. O fortalecimento das receitas das agências militares estadunidenses e o auge do processo de distribuição de dinheiro em forma de assistência

12 PARENTI, Op. Cit. p. 80

militar (1953-1967) coincidiu com a primeira temporada de golpes e implantação de Ditaduras de Segurança Nacional.

A atuação das entidades cosmopolitas, dotadas da organização do projeto de hegemonia capitalista, recuperou o sentido de totalidade presente na rearticulação do projeto de acumulação capitalista. Uma das insígnias desse processo foi problematizada por Perry Anderson. Baseado na crítica aos projetos de rearticulação das economias capitalistas do pós 2ª guerra, Anderson avaliou a polarização presente entre os projetos capitalistas representados, por um lado, na fórmula Keynesiana do *Welfare State*, e por outro, a neoliberal, presente nos escritos de Hayek.

A partir da reunião de *Mont Pelerin*, Suíça, estruturou-se um bloco de intelectuais neoliberais cujo objetivo era atacar o *Welfare State* europeu e o *New Deal* estadunidense, baseados, em grande medida, nas ideias de John Maynard Keynes. Dentre seus participantes, Anderson mencionou: “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros”.<sup>13</sup>

13 ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09

O economista austríaco Friedrich Hayek foi um dos expoentes do que se convencionou denominar “neoliberalismo”. A obra “O Caminho da Servidão”<sup>14</sup>, foi um dos manifestos desta tendência e veio a público no ano de 1944, portanto, três anos antes da reunião dos intelectuais articulados em *Mont Pelerin*, que ocorreu em 1947.

A reconstrução dos países europeus envolvidos com a guerra foi patrocinada pelos excedentes econômicos conquistados pelos EUA durante a II Guerra Mundial com a constituição do *Welfare State*. Ao redistribuir o capital para o retorno das principais economias europeias e asiáticas à órbita do bloco capitalista, os EUA impuseram condições.

- 14 Perry Anderson fez a seguinte avaliação sobre o livro “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek: “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”. Id. Ibid. p. 09. Mais adiante, o mesmo Anderson citou a experiência chilena durante o pinochetismo como a porta de entrada efetiva do neoliberalismo na América Latina. Mas não só isso, o pinochetismo foi a primeira experiência neoliberal. Segundo Anderson, “No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80. O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra.”. ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 18-19. Mais adiante, Anderson faz referência à Bolívia, “Se o Chile, nesse sentido, foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, a América Latina também proveu a experiência-piloto para o neoliberalismo do Oriente pós-soviético. Aqui me refiro, bem entendido, à Bolívia, onde, em 1985, Jeffrey Sachs já aperfeiçoou seu tratamento de choque, mais tarde aplicado na Polónia e na Rússia, mas preparado originariamente para o governo do general Banzer, depois aplicado imperturbavelmente por Victor Paz Estenssoro, quando surpreendentemente este último foi eleito presidente, em vez de Banzer. Na Bolívia, no fundo da experiência não havia necessidade de quebrar um movimento operário poderoso, como no Chile, mas parar a hiperinflação. E o regime que adotou o plano de Sachs não era nenhuma ditadura, mas o herdeiro do partido populista que havia feito a revolução social de 1952. Em outras palavras, a América Latina também iniciou a variante neoliberal “progressista”, mais tarde difundida no sul da Europa, nos anos de euro-socialismo. Mas o Chile e a Bolívia eram experiências isoladas até o final dos anos 80.” Id. Ibid. pp. 19-20.

A reativação da produção foi dirigida pela exigência de contenção de revoluções que foi traduzida na composição da Doutrina Truman e do Plano Marshall. Segundo Padrós:

O medo de turbulências sociais e a possibilidade de avanços dos partidos de esquerda no velho continente levaram o tesouro americano a uma intervenção cirúrgica nas frágeis economias europeias e japonesa do pós-guerra. Para revitalizar o capitalismo dessas regiões. Era fundamental desobstruir os canais do comércio mundial e afastar o perigo de qualquer fantasma revolucionário. Em relação a esta última afirmativa, deve-se lembrar que, durante os primeiros anos do pós-guerra, enquanto a União Soviética consolidava a sua posição no Leste europeu, a esquerda mostrava-se muito forte na França, Itália e Grécia. Esta situação levou-se EUA a elaborar a Doutrina Truman, eixo norteador da sua política externa no alvorecer da Guerra Fria e que antecedeu em alguns meses o Plano Marshall, do qual não pode dissociar-se. No dia 5 de junho de 1948, o Secretário de Estado George Marshall, discursando na Universidade de Harvard, defendeu o aumento da ajuda econômica à Europa. Os objetivos do Plano Marshall eram: a) reconstruir a sociedade capitalista global; b) recompor a economia europeia; c) integrar o Ocidente europeu à economia americana; d) adequar a imensa defasagem entre os dólares e ouro existentes nos EUA e a falta deles entre os aliados ocidentais.<sup>15</sup>

O historiador da diplomacia sul-americana, Luiz Alberto Moniz Bandeira dedicou-se ao estudo dos acordos firmados entre Brasil e Argentina, sob influência dos EUA, nos anos de 1960. Neste período, as pautas do FMI e Banco Mundial, controladas pelos EUA, foram impostas aos dois países que passaram por um entendimento de cooperação que definiu, sob certa aparência “neutralista” com relação a Revolução Cubana e a URSS, a ampliação da influência estadunidense sobre suas economias.

15 PADRÓS, Enrique. Capitalismo, Prosperidade e Estado de Bem-estar Social. In: REIS FILHO, Daniel Arão. O Século XX. Rio de Janeiro: Record. 2000.

Os acordos de Uruguiana, alcançados por Quadros e Frondizi em 1961, constituíram a pedra angular dessa variante de neutralismo, uma vez que a aliança com o Brasil propiciava à Argentina o necessário suporte externo para que pudesse ensaiar, com a questão de Cuba, uma política de relativo descomprometimento na guerra fria, mantendo certa independência e equidistância crítica no conflito ideológico e militar entre os EUA e a URSS.<sup>16</sup>

A base de cooperação econômica estabelecida nos acordos de Uruguiana, e endossada pela reunião de *Punta del Leste* foram, sob o ponto de vista da manutenção da hegemonia estadunidense, o catalisador de uma nova onda de golpes de Estado e quarteladas. Tradicionalmente interessados pelos assuntos que afligem o contexto econômico latino-americano, os EUA agiram, segundo Bandeira, com a conviência dos militares, mais do que com o apoio da Chancelaria.

Podemos conectar a avaliação de Bandeira com o tema da neutralidade nas relações internacionais entre Brasil e Argentina. Influenciados pela vigilância estadunidense para garantir a imposição do capitalismo como alternativa, levou ao aspecto já mencionado na avaliação de Parenti sobre o tema da objetividade nos estudos sobre questões relacionadas às realidades sociais promovidas por grupos financiados pelos EUA. Tratava-se da histórica preocupação daquele país com a tutela política, sob influência sobre a América Latina. Segundo Franck Gaudichaud,

Em 1924, Robert Lansing, secretário de Estado do presidente Woodrow Wilson, observava: “Devemos abandonar a ideia de instalar um cidadão norte-americano na presidência mexicana, pois isso nos conduziria fatalmente a uma nova guerra. A solução não será imediata. Temos de abrir as portas de nossas universidades a jovens mexicanos ambiciosos e ensinar-lhes nosso modo de vida, nossos valores e o respeito à nossa ascendência política. [...] Ao fim de alguns anos, esses jovens

16 BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003) 2º Ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 334

ocuparão cargos importantes, a começar pela presidência. Sem que os Estados Unidos precisem desembolsar um único centavo ou disparar um único tiro, eles farão aquilo que queremos – e o farão melhor e com mais entusiasmo do que se poderia esperar de nós mesmos”. As universidades se abrem, mas os militares não baixaram as armas. Em 1927, na Nicarágua, os fuzileiros navais criaram a Guarda Nacional, entregando seu comando a ninguém menos que o futuro ditador Anastasio Somoza... Com a Guerra Fria, Washington desenvolveu uma nova doutrina, a da “segurança nacional”. A onda de choque da Revolução Cubana (1959), a propagação das guerrilhas marxistas – principalmente em El Salvador e na Colômbia – e da teologia da libertação, a tentativa de uma “via chilena rumo ao socialismo” (1970-1973) e a insurreição sandinista na Nicarágua (1979) inspiraram a cruzada anticomunista dos Estados Unidos.<sup>17</sup>

Como podemos observar, a partir desta problematização, o ponto de toque entre a análise de Bandeira e Parenti aparece como um dado conjuntural, ligado à Guerra Fria, mas com uma metodologia profundamente histórica e estrutural em Gaudichaud. Parenti estudou a questão da objetividade conferida por acadêmicos e jornalistas à pauta anticomunista. Já Bandeira, sublinhou o tema da neutralidade nas relações internacionais como uma pressão diplomática, de defesa de interesses geopolíticos, ou seja, de controle das relações internacionais no bloco de poder capitalista frente ao avanço de revoluções socialistas na América Latina marcada, sobretudo, pela Revolução Cubana e sua aproximação com a URSS. Por seu turno, Gaudichaud avalia a orquestração de golpes de Estado como uma política de contenção necessária para a manutenção da ordem capitalista no subcontinente.

As doutrinas formuladas nas instituições estadunidenses voltadas para a manutenção da hegemonia capitalista, como mencionado por Gaudichaud, e já trabalhada pelo pesquisador Enrique Padrós, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) estiveram

17 GAUDICHAUD, F. De Santiago a Caracas, o golpismo de Washington. Disponível: <http://diplomatique.org.br/de-santiago-a-caracas-o-golpismo-de-washington/>, Acesso em 01/07/2017.

entre as principais formulações contrarrevolucionárias do pós 2ª guerra. A DSN foi a linha de apoio estadunidense aos golpes civis-militares na América Latina durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. A DSN foi o mote de organização que conquistou “corações e mentes dos militares.”<sup>18</sup> Ademais, instituiu práticas de combate ao comunismo por meio da ampliação da noção de “inimigo interno”. No Brasil, por exemplo, erigiu-se em 4 de abril de 1935, durante o primeiro governo de Vargas, a Lei de Segurança Nacional (LSN) ou “lei monstro”, que passou a punir “crimes contra a ordem política e social”, cujo método de atuação se baseava em “transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais.” O Brasil chegou a contar com o “Tribunal de Segurança Nacional”.<sup>19</sup>

Para nós, no entanto, o que fica claro é a imposição do Estado capitalista no ocidente, sem outras alternativas que não aquela tutelada pelo capital-imperialismo. Nesse sentido, mais do que observar os fatos ideológicos e geopolíticos da dominação – o primeiro, segundo a proposta de Parenti, e o segundo, a partir da avaliação de Bandeira -, e, sem deixar de considerá-los no momento de ampliação das bases da hegemonia capitalista, sustentada tanto na guerra de posição quanto na guerra de movimento. Por isso, a história do capitalismo na América Latina, especialmente no Conesul, está recheada de exemplos organizativos no que se refere à dominação capitalista.

A proposição de vigiar constantemente os rumos econômicos, políticos e sociais da América Latina se associou à perspectiva historicamente assumida por EUA e Grã Bretanha, principalmente a partir do fim da 2ª Guerra Mundial, de reformular estratégias da hegemonia capitalista, a partir de grupos de estudos de conjuntura

18 PADRÓS, Enrique. Como el Uruguay no hay... Op. Cit. p. 118

19 Lei de Segurança Nacional (LSN). CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-7/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional> Acesso em: 02/10/2018.

e realidade. René Dreifuss mencionou dois dos principais grupos, - no caso estadunidense o CFR, e no caso britânico, o PEP - como já mencionamos no início deste tópico.

Objetivamente, Dreifuss demonstrou a ampliação, e consequente variação de aparelhos de análise da realidade estrategicamente alinhados aos interesses do capital-imperialismo. Através da promoção dos interesses de uma “elite orgânica” delineada pelo que chamou David Rockefeller de “casamento entre cérebro e dinheiro”<sup>20</sup>, esses grupos foram organizadores da hegemonia capitalista no pós guerra, sendo que os grupos empresariais se encarregariam de concatenar propostas acerca da “necessidade dos Estados Unidos de assumirem uma posição dominante no mundo do pós-guerra.”<sup>21</sup>

A posição dominante dos EUA no pós-guerra refere-se, sobretudo, à forçosa manutenção da hegemonia capitalista que garantiria não só a este país, mas também a todos os outros alinhados ao interesse em questão, um fôlego a mais na luta incessante contra as formas de organização autônoma dos trabalhadores. Pela necessidade constante de estabelecer meios de dominação que pudessem opor-se ao contexto explosivamente contraditório das soluções engendradas no campo capitalista, a linha anticomunista, desencadeada contra todas as formas de organização dos trabalhadores, transformou-se na linha dominante das formas de organizar o liberalismo.

## 2.1 A Liga Anticomunista Mundial

*Nuestra tarea actual consiste en forjar la unidad del Mundo Libre a fin de derrotar al bloque comunista que hoy por hoy se encuentra dividido y sumido en un mar de contradicciones.*

(Chiang Kai-shek – Presidente honorário da LAM)

20 DREIFUSS, R. Op. Cit. p. 33

21 Id. Ibid. p. 40

Neste tópico trataremos da fundação da LAM. Nosso itinerário se baseou nas fontes consultadas no Archivo del Terror. Além disso, cotejamos as fontes em comparação com os escritos do jornalista e ativista político pelos Direitos Humanos, Thierry Meyssan, e outras fontes bibliográficas encontradas sobre o tema. Na medida em que seja necessário, estaremos em constante diálogo com a reflexão teórica, buscando aprofundá-la à luz das fontes históricas.

Chiang Kai-shek foi um militar anticomunista e se transformou no primeiro presidente da LAM. Sua biografia está repleta de serviços militares prestados ao *Kuomintang*, ala nacionalista opositora à ala revolucionária estabelecida pelo *Komintern* na China. Podemos dizer que Kai-shek representou uma força de organização diametralmente oposta a Mao Tse Tung na luta de classes na China durante a primeira metade do século XX. Por um lado, Kai-shek se alinhou, no decorrer dos eventos que marcaram a libertação nacional chinesa, ao lado dos grandes proprietários de terras e representantes dos interesses multinacionais, enquanto Mao decidiu lutar ao lado dos camponeses pela Revolução apoiado pelo *Komintern*. Em meio ao tensionamento prático gerado pela oposição de projetos mencionada, o imperialismo se alinhou a Kai-shek. Mao realizou a Revolução ao lado dos camponeses e demais forças progressistas da China. Kai-shek, a partir de então, se transformou no preposto dos interesses anticomunistas.

A violência como recurso definitivo contra a emancipação dos trabalhadores é uma das formas de organização da hegemonia capitalista e incidiu seu rigor no campo de batalha chinês demarcado pela correlação de forças entre nacionalistas burgueses e trabalhadores revolucionários. Sob um amplo espectro de tendências relacionadas aos debates para a saída não negociada com os trabalhadores, o anticomunismo chinês estabeleceu a Liga Anticomunista Mundial (LAM) como organizador da ação (pragmática) e disputa de posição

e movimento. Nos anos de 1970, a LAM iniciou suas atividades no Cone Sul e passou a atuar na América Latina.<sup>22</sup>

A LAM serviu de reserva moral dos intelectuais e ativistas envolvidos com crimes de guerra. Uma reportagem sobre a atuação da LAM no Paraguai encontrada em meio aos documentos arquivados pelo *Archivo del Terror*, veiculada no jornal *Hoje*<sup>23</sup> de Cascavel-PR, mencionou a atuação da *Odesa* na LAM. Trata-se de uma organização que abrigou nazistas, criminosos de guerra.

Una organización que se infiltró hondamente en la WACL es la nazista “Odesa”, empeñada en la financiación y coordinación de las actividades de los numerosos nazis sobrevivientes. Las consecuencias de esas infiltraciones llevaron a la liga a realizar sus congresos, sobre todo en América del Sur y conservar en este continente, especialmente en el Paraguay, sus bases más sólidas.<sup>24</sup>

A LAM desencadeou uma luta sem tréguas à resistência organizada contra o capitalismo, abrigando parcela significativa da intelligentsia nazi fascista do pós II guerra. Criada em 1966 na Ásia<sup>25</sup>, mais especificamente em Taiwan, a LAM articulou funcionários de diversos serviços de Inteligência no plano mundial, principalmente criminosos de guerra com serviços prestados nos conflitos de intensidade e anticomunistas.

22 Este tema será tratado no tópico seguinte.

23 Nos chamou a atenção o fato da reportagem veiculada no jornal ter sido escrita em 1979. Naquela ocasião, aconteceu o congresso da LAM em Assunção, Paraguai. No entanto, não encontramos registro bibliográfico algum anterior a esta data. Uma iniciativa jornalística primorosa, mas o autor não está identificado no documento que foi traduzido para o Espanhol.

24 *Jornal Hoje*, Cascavel-PR. O Paraguay Protege a Asesinos Buscados por Interpol. p.23. ARCHIVO DEL TERROR, R00099 F0152.

25 Há certa divergência com relação aos documentos e os escritos de Meyssan. Essa divergência refere-se à estrutura reivindicada pela LAM nos documentos, principalmente sobre locais e sujeitos envolvidos com a criação da LAM. De certa forma, esta divergência será apresentada ao longo do itinerário de fundação da LAM descrito por nós.

Segundo o jornalista francês Thierry Meyssan, a Liga foi o resultado de um processo da reunião de agentes de inteligência que durou cerca de 23 anos, abarcando o período de 1944 a 1967. Reunidos na rede clandestina *stay behind*, agentes nazistas, fascistas e ustachis foram organizados para trabalhar na defesa da hegemonia capitalista, e fazer frente ao serviço de inteligência soviético, sendo que alguns deles migraram dos países presentes no bloco soviético. Muitos destes agentes foram integrantes da primeira iniciativa intercontinental de características anticomunistas já no fim da 2ª Guerra. Trata-se do Bloco Antibolchevique de Nações, ou *Anti Bolshevik Bloc of Nations* (ABN) criado em 1946 com o intuito de agir no campo da vigilância militar e produzir inteligência em relação às ações de cunho opositoras à iniciativa do bloco capitalista no início da Guerra Fria. Segundo Meyssan:

Fascistas ucranianos, húngaros, rumanos, croatas, búlgaros, eslovacos, lituanos, etc. se reunieron bajo la dirección de Yaroslav Stetsko. Ex líder colaboracionista en Ucrania, Stetsko es considerado como responsable de la masacre de 700 personas, en su mayoría judíos, cometida en Lvov el 2 de julio de 1941.<sup>26</sup>

Com um contingente expressivo de especialistas em estratégias terroristas de combate, um conjunto variado de ativistas de extrema direita passou a atuar sob as ordens da Central de Inteligência Americana (CIA), ainda que sob a liderança formal do membro da Organização dos Ucranianos Nacionalistas (OUN), Yaroslav Stetsko. Stetsko foi uma figura destacada da extrema direita ucraniana e se transformou no principal líder da OUN após a morte de Stefan Bandera em 1959.<sup>27</sup> Mas, segundo Meyssan,

26 MEYSSAN, Thierry. La Liga Anticomunista Mundial, Internacional del Crimen. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article123397.html>. Acesso em: 02/10/2010.

27 BELLANT, Russ. Seven Decades of Nazi Collaboration: America's Dirty Little Ukraine Secret. In: ROSENBERG, Paul H. An interview with Russ Bellant, author of "Old Nazis, the New Right, and the Republican Party." Disponível em: <https://pif.org/seven-decades-nazi-collaboration-americas-dirty-little-ukraine-secret/>. Acesso em: 21/02/2018.

foi durante o governo de Eisenhower nos EUA que a LAM toma contornos objetivos,

Ocho años más tarde, al término de la guerra de Corea, Estados Unidos reemplaza a Francia en Indochina. El presidente Eisenhower establece un sistema regional de defensa dirigido contra la URSS y China. El 8 de septiembre de 1954, siguiendo el modelo de la OTAN, se crea la OTASE que reagrupa a Australia, Nueva Zelanda, Pakistán, Filipinas, Tailandia, el Reino Unido, y Estados Unidos. El 2 de diciembre se completa el dispositivo con un tratado bilateral de defensa entre Estados Unidos y Taiwán.<sup>28</sup>

Os tratados de cooperação econômica serviram para estreitar relações políticas. Trata-se de mecanismos de formalização de posições, principalmente os que foram estabelecidos durante a Guerra Fria. A Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE) foi um desses acordos erigidos em plena Guerra Fria. Apesar do nome, países da Oceania e os Estados Unidos se juntaram ao tratado. As formas complementares de atuação secreta se baseiam na orquestração diplomática conferida a estes tratados. A partir do estabelecimento do tratado, outras agências secretas passam a investir tempo, dinheiro, intelectuais e, principalmente, mercenários na tomada de posição dos países envolvidos. Alguns agentes são exportados aos países envolvidos nesse tipo de tratado para organizar o *bureau*.

A CIA, por exemplo, a partir da atuação do agente Allen Dulles, estruturou os serviços de inteligência daqueles países e preparou-os para o alinhamento junto aos interesses capitalistas para enfrentar a URSS e a China, o que explica, em parte, o surgimento de instituições destinadas à organização de anticomunistas na Ásia. Nesse contexto, mais especificamente em Taiwan se constituiu a Liga Anticomunista dos Povos da Ásia ou *Asian People's Anti Communist League* (APACL). Por fim, Meyssan destaca que,

28 Id. Ibid.

Además del presidente taiwanés Chiang Kai shek, la APACL cuenta entre sus miembros a Paek Chun hee, futuro presidente de Corea del Sur; Ryiochi Sasakawa, un criminal de guerra convertido en millonario y benefactor del partido liberal japonés; y al reverendo Sun Myung Moon, profeta de la Iglesia de la Unificación. Figuran también en las filas de la APACL el general Prapham Kulapichtir (Tailandia), el presidente Ferdinand Marcos (Filipinas), el príncipe Sopsaino (Laos), el coronel Do Dang Cong representante del presidente Nguyen Van Thieu, de (Vietnam), etc.<sup>29</sup>

L'APACL se encuentra bajo el control total de Ray S. Cline, entonces jefe de la estación de la CIA en Taiwán, y publica el Asian Bulletin, cuya redacción está a cargo de Michael Lasater, futuro responsable del departamento de Asia en la Fundación Heritage.<sup>30</sup>

Com um Estado maior minimamente organizado, os fascistas alinhados na organização que ganhou notoriedade no pós guerra com a criação da LAM, implantaram táticas de mercenarismo conectadas com ações de inteligência. Tratava-se de uma metodologia experimentada na Guerra da Manchúria, mais especificamente após a invasão japonesa em 1931, em que o Japão permitiu a atuação de grupos de interesses no campo de batalhas, e chegou a estabelecer prêmios de guerra, uma espécie de botim que garantiria os interesses capitalistas dos mercenários que atuassem no front de batalha, de forma direta, ou mediada por meio de financiamento a grupos mercenários.

Sobre Ryiochi Sasakawa, o jornalista Denis Boneau argumentou que se tratou de um paramilitar de extrema direita com serviços prestados para duas das mais influentes organizações anticomunistas da Ásia, a *National Defense Society* e a *Mass Party of the Patriotic Peoples*. Segundo o jornalista, Sasakawa atuou com outro membro da extrema direita asiática, Kokusui Taihuto. Juntos, Sasakawa e Taihuto chegaram a contar com cerca de 150.000 mercenários que atuaram na guerra da Manchúria, principalmente na frente de pilhagem, uma espécie de botim de guerra. Sasakawa era um milionário que enri-

29 Id. Ibid.

30 Id. Ibid.

queceu com a especulação em torno do preço do arroz no Japão no período do entre guerras.<sup>31</sup>

Outro aspecto importante relacionado à formação da LAM é a participação de uma base integrista cristã, oferecida sobretudo pela ação organizada do intelectual orgânico do terrorismo intercontinental reverendo Sun Myung Moon.<sup>32</sup> Empresário milionário radicado na Coreia do Sul dono do *Toungil Group*, reverendo Moon cooperou estrategicamente com anticomunistas pelo mundo, por meio da ampliação da igreja da Unificação, fundada para estabelecer uma forma específica de homem, criado segundo os ideais da seita. Trata-se de um dado que nos leva a considerar os aspectos públicos da organização face a sua organização clandestina. Com a estruturação de instituições dedicadas à desestabilização de toda e qualquer iniciativa que pudesse enfrentar o crescimento planejado do anticomunismo, como projeto de

31 Cf.: BOUNEAU, Denis. Sasakawa, a Respected War Criminal. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article30028.html>. Acesso em: 27/10/2018.

32 A atuação do reverendo Moon e a igreja da Unificação foi importante para a fundação e desenvolvimento da Liga Anticomunista Asiática (APCL) e resultou na formação e desenvolvimento da LAM. Pela pouca informação bibliográfica consistente a respeito da trajetória de Moon na América Latina, não foi possível aprofundar a descrição de seu itinerário contrarrevolucionário no subcontinente. Para nós é importante estabelecer sua presença na formação da LAM, mas levando em consideração que seus objetivos não se restringiam a LAM. Portanto, a seita de Moon pode ser considerada como uma das formas de sobrevivência do cristianismo típicas do pós Revolução Francesa, como avaliado por Gramsci em relação a "Ação Católica" na Itália. Naquele caso, o Dicionário Gramsciano organizado por Guido Liguori e Pasquali Voza, apresenta a seguinte avaliação introduzida pelo comunista sardo, "G. atribui grande importância histórica à Ação Católica porque ela 'assinala o início de uma época nova na história da religião católica: de uma época em que ela de concepção totalitária (no duplo sentido: de que uma concepção total do mundo de uma sociedade em sua totalidade), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve dispor de um partido próprio' (Q. 20, 2, 2.086 [CC, 4, 152]). A Ação Católica se apresenta aos olhos de G. como um verdadeiro e próprio partido, suscitado e organizado pela Igreja nos tempos modernos para conter o processo de 'apostasia de amplas massas [...] a superação de massa da concepção religiosa do mundo' iniciado com a Revolução Francesa". LA RÓCCA, T. Verbete: Ação Católica. In: LIGUORI, G., VOZA, P. Dicionário Gramsciano São Paulo: Boitempo, 2017. p. 30. De certa forma, Moon e a igreja da Unificação guardam semelhanças com uma infinidade de igrejas neopentecostais do mundo atual. São elas partidos também, mas no sentido Gramsciano de intelectual coletivo, organizador de uma vontade. Ademais, Meysan menciona que Moon rompeu laços com a LAM nos anos de 1970, justamente no período em que a Liga conheceu seu auge, "Su financiación es generosamente asegurado mediante la Iglesia de la Reunificación. Sin embargo, esta realidad deja de ser públicamente reconocida a partir de 1975. El reverendo Sun Myung Moon afirma entonces haber roto sus nexos con la Liga, pero sigue ejerciendo su liderazgo a través de su representante japonés Osami Kuboki." MEYSSAN, Op. Cit.

interesse ligado ao capitalismo, estruturou-se nexos orgânicos entre mentores intelectuais e Estados capitalistas que desvelam uma face oculta complementar às ações públicas, como no caso do reverendo Moon, ou dos agentes da CIA e criminosos de guerra acolhidos em organizações clandestinas.

É possível considerar, portanto, a unidade de ação entre o público e o secreto. Na prática do terrorismo de Estado das ditaduras de Segurança Nacional no Conesul, por exemplo, Enrique Serra Padrós trabalhou com a hipótese seminal que retomamos aqui. Ao avaliar a “metodologia de desaparecimento” do Terrorismo de Estado das Ditaduras de Segurança Nacional, o historiador alerta-nos para que:

No caso das ditaduras de SN do Cone Sul, dois planos de ação repressivos se estabeleceram: um publicamente legislado e outro de conteúdo secreto, portanto, clandestino, gerando total impunidade. O não reconhecimento das ações repressivas e a desresponsabilização sobre o destino das pessoas foram uma reedição das técnicas nazistas, particularmente daquelas que resultaram da aplicação do Decreto Noite e Nevoeiro (Nachtund Nebel Erlass).<sup>33</sup>

A partir desta indicação, é possível observar, já no início da “coalizão” anticomunista, certa racionalização entre as demandas do combate ao comunismo e a proliferação de iniciativas concretas de recrutamento, como, por exemplo, por meio da igreja da Unificação do reverendo Moon. São atividades mescladas à atuação do Estado, produtores e organizadores de iniciativas ocultas baseadas no *modus operandi* típico da contrainsurgência. É importante ressaltar que a contrainsurgência, como base do Terrorismo de Estado, só foi materializada tempos mais tarde, durante a aplicação da doutrina francesa na Indochina, com uma carga repressiva historicamente ancorada nos serviços prestados pela extrema direita à instabilidade de iniciativas populares e a favor da estabilização do capital.

33 PADRÓS, 2005. Op. Cit. p. 618. Este tema será retomado no próximo capítulo.

No entanto, os ativistas encarregados de articular os blocos anticomunistas, ocupando a função de elaboração de estratégias de colaboração aplicadas à organização de instituições, foram Yaroslav Stetsko e o agente da CIA Ray S. Cline. Segundo Meyssan,

Desde 1958, el presidente del Bloque Anti bolchevique de Naciones (ABN) participa, en Taipei, en las conferencias anuales de la Liga Anticomunista de los Pueblos de Asia (APACL). Cline y Stetsko supervisan la fundación de la Political Warfare Cadres Academy de Taiwán, institución encargada de adiestrar a los cuadros del régimen de Chiang Kai shek para la represión anticomunista.<sup>34</sup>

Embora o peso das relações de organização possa recair sobre uma ou outra personalidade notadamente anticomunista, sabemos que é importante não perder de vista a hegemonia e o papel “mediado” pelos interesses do processo de produção capitalista, afinal, no contexto da Guerra Fria, a luta por imposição do anticomunismo correspondeu ao projeto de imposição do modo de produção capitalista. Portanto, as relações militares seja de Forças Armadas, seja dos aparelhos de repressão policial, necessitam de aparelhos que alarmem a ação antagônica, como o exemplo usado por Meyssan sugere sobre a *Political Warfare Cadres Academy*.

Quando a LAM se estabeleceu, no ano de 1966, já contava com expressiva experiência forjada na luta de classes, e com um objetivo especificamente claro de ter no combate ao comunismo seu projeto de hegemonia capitalista. Onde quer que a Liga se apresentasse, a disciplina militarmente difundida em seus quadros deveria se impor, com rigor militante, às premissas do anticomunismo, como projeto de uma hegemonia dada, no caso, a capitalista burguesa.

Mas porque a LAM não partiu de uma iniciativa estadunidense? Nossa hipótese é a de que a experiência asiática permitiu à LAM,

34 MEYSSAN, Op. Cit.

no período de sua fundação, atuar a partir do epicentro da luta de classes, baseada na violência como forma de conceber a luta contra o comunismo aplicando os conceitos da *realpolitik*, pois a Ásia apresentou ao capital-imperialismo seus piores reverses no campo de batalhas. A guerra da Indochina francesa (1945-1954), que envolveu o Laos, Camboja e Vietnã contra a França - e resultou na descolonização franco-nipônica e consequente emancipação dos países asiáticos e divisão do Vietnã entre norte e sul -, e do Vietnã contra os EUA, são indícios de que a esquerda avançou significativamente no continente, conquistando vitórias nos fronts de batalha sobre os países do epicentro capitalista.

Nos EUA, o ponto de contato entre a criação da Liga e os organismos de governo estadunidense foi realizado pelo *American Security Council (ASC)*. O senador James William Fulbright, do Estado do Arkansas, e defensor do expansionismo militarista estadunidense, foi um dos principais organizadores do *Council*. Membro do Partido Republicano, Fulbright incentivou a articulação de uma rede de informações pró-militarista que vinculou-o a Liga.<sup>35</sup>

No cenário estadunidense, Alexander E. Ronnet, que chegou a ser conselheiro ético da campanha Bush-Reagan, em 1984, despontou como quadro da LAM. Ronnet saiu da Romênia após 1941, a chegou aos EUA após a 2ª Guerra. Além disso, Ronnet serviu no exército americano na Coreia. Além da LAM, Ronnet integrou a chamada *Freedom Front* que lutou pela liberação Romena da URSS e foi presidente do congresso romeno-americano.

35 O autor Russ Bellant qualifica a LAM como uma organização guarda-chuva, e menciona o seguinte aspecto sobre a Liga: "(...) é (a Liga) um grupo guarda-chuva para líderes de esquadrões da morte latino-americanos, colaboradores de Hitler, seguidores do Rev. Sung Myung Moon, ditaduras de direita e atividades antissemitas, algumas que estão conectadas ao Lobby da Liberdade quase-nazista." No original: "(...) is (the League) an umbrella group for Latin American death squad leaders, Hitler collaborators, followers of the Rev. Sung Myung Moon, rightist dictatorships, and anti-Semitic activity, some who are connected to the quasi-Nazi Liberty Lobby". BELLANTT, R. *Old Nazis, the New Right, and the Republican Party: Domestic fascist networks and their effect on U.S. cold war politics*. Boston, MA : South End Press, 1991, p. 65

Russ Bellant mencionou que nos anos de 1960, as teorias raciais e eugênicas que persistiram ao fim do *Reich* nazista foram recebidas com entusiasmo nos EUA. O principal objetivo dessa recepção, segundo Bellant, não foi simplesmente a persistência do antissemitismo, mas um conjunto de debates que permeou a constituição do Partido Republicano no período, além da injunção entre as teorias raciais e o nacionalismo americano.<sup>36</sup>

Nesse período, o ASC incentivou publicações com o objetivo de difundir ao maior número de pessoas possíveis as premissas do nacionalismo chauvinista estadunidense. Um dos exemplos é a revista *Right*, aparelho privado de hegemonia organizador do consenso em torno do *American Nazi Party*, mas também organizador de relacionamentos importantes ao estabelecimento da extrema-direita nos EUA. O Inglês Robert Pearson, por exemplo, membro da LAM com livre trânsito na Casa Branca e conselheiro de Ronald Reagan nos anos de 1980, foi reconhecido pela *Right* como um dos principais articuladores da “supremacia branca” no contexto estadunidense dos anos de 1960,<sup>37</sup> e veio ao país no final dos anos de 1950 a convite da revista. Pearson foi organizador da *North League*, e se mudou para os EUA em 1966. Bellant menciona que Pearson se mudou para Washington em 1975.<sup>38</sup>

36 BELLANT, Russ. Entrevista. In: ROSENBERG, Paul H. *Seven Decades of Nazi Collaboration: America's Dirty Little Ukraine Secret*. Disponível em: <https://fpif.org/seven-decades-nazi-collaboration-americas-dirty-little-ukraine-secret/>. Acesso em: 02/10/2018

37 BELLANT, Op. Cit. 60

38 Segundo Bellant, Pearson foi um organizador que: “Em um ano, seu Conselho de Assuntos Americanos patrocinou seminários e publicou monografias com pessoas como Edwin Fuelner, presidente da Heritage Foundation; Ray Cline, ex-vice-diretor da CIA; e outros que mais tarde se tornariam altos funcionários do governo Reagan. Seu Conselho também se tornou o capítulo norte-americano da Liga Mundial Anti-Comunista (WACL), uma rede internacional que inclui fascistas, seguidores do líder sul-coreano Rev. Sung Myung Moon e neonazistas.” No original: “Within a year his Council on American Affairs was sponsoring seminars and publishing monographs with persons such as Edwin Fuelner, president of the Heritage Foundation; Ray Cline, former CIA deputy director; and others who would later become high officials of the Reagan Administration. His Council also became the U.S. chapter of the World Anti-Communist League (WACL), an international network including fascists, followers of the authoritarian Korean cult-leader Rev. Sung Myung Moon, and neo-Nazis.” Id. Ibid. p. 61

Para Bellant, o auge da LAM nos EUA ocorreu ao final dos anos de 1970. A vertente americana foi particularmente influente no país justamente no período em que o neoliberalismo tornou-se hegemônico. Tanto que alguns de seus membros tornaram-se importantes conselheiros da campanha de Ronald Reagan à presidência do país. Além do prestígio político adquirido por seus membros, a Liga promoveu em 1978, na cidade de Washington, um dos seus encontros mundiais.

Não se pode deixar de mencionar a participação ativista do banqueiro brasileiro de origem paulista, Carlo Barbieri Filho. Sua trajetória política nos anos de 1970 esteve totalmente atrelada à LAM. Barbieri foi o entreposto brasileiro e latino-americano da LAM. Desenvolveu várias atividades anticomunistas desde 1960 quando participou da SEI mencionada na introdução do livro. Além disso, tinha negócios financeiros no Paraguai com o repressor Campos Alum (como veremos no próximo capítulo). Chegou a presidir a LAM em 1974, quando ocorreu o 2º Congresso da CAL no Rio de Janeiro.

Alguns aspectos da criação da Liga são ressaltados em um documento que foi entregue aos pares latino-americanos da CAL durante sua fundação nos anos de 1970. Trata-se de um histórico da LAM, não datado, mas arquivado em Assunção entre os documentos do *Archivo del Terror*. O documento recebeu o título de *El desarrollo de la WACL y de la APACL*, e se dirigiu aos membros da CAL desejando-lhes “*la más cordial de las bienvenidas*.”,<sup>39</sup> e se tratava de uma carta de boas-vindas à fundação da CAL. No entanto, nos interessa, aqui, extrair algumas informações sobre a criação da LAM, pois o documento continua da seguinte forma: “A continuación, tendremos sumo placer en presentarles un breve informe sobre el desarrollo de la Liga Anti-comunista de los Pueblos Asiáticos y de la Liga Anti-

39 Documento: El desarrollo de la WACL y de la APACL, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F1841)

comunista Mundial.”<sup>40</sup> A estruturação inicial do anticomunismo é narrada da seguinte forma,

La APACL fue resultado del llamado que hicieron los Jefes de Estado de la República de China, Generalísimo Chiang Kai-shek; de Corea, Sr. Shyngman Rhee, y de Filipinas, primero, y en Cheong-hai, Corea, después, para tratar sobre la organización de una alianza anti-comunista en el extremo Oriente. En respuesta de los comunicados conjuntos que emitieran, y gracias a esos esfuerzos desplegados por activos dirigentes anti-comunistas de los diversos sectores cívicos de la República de China y de la República de Corea, y después de los trabajos preparatorios, declararon el establecimiento de la Liga Anti-comunista de los Pueblos Asiáticos en Cheong-hai, Corea, el 15 de junio de 1954. Al acto inaugural asistieron delegados procedentes de cinco naciones: La República de China, la República de Corea, la República de Vietnam, la República de Filipinas y Tailandia, y de tres territorios: Hong Kong, Macao y las islas Ryu-Kyu, totalizando ocho unidades representativas.

Para el año 1967, la APACL contaba ya con 27 miembros representantes de cada uno de los continentes y territorios del mundo entero, a excepción del continente asiático. La APACL era ya por entonces una auténtica, vigorosa y firme organización anti-comunista de vastos alcances mundiales.<sup>41</sup>

Embora o documento não seja datado é possível supor que seja de 1972, pois se trata do ano de fundação da CAL. Como se pode observar, aqui o peso de organização do anticomunismo na modalidade proposta pela LAM recaiu sobre o apadrinhamento das organizações congêneres do meio asiático. É importante destacar que se trata de um documento oficial e, por isso, podemos entender porque a responsabilidade sobre a urgência de sua organização recaía sobre chefes de Estado sem, contudo, mencionar nomes de possíveis membros da Liga na sociedade civil e sem deixar de mencionar sua existência.

40 Id. Ibid.

41 Id. Ibid.

A intenção de ampliação dos trabalhos fica clara no tom comemorativo em relação ao expansionismo da Liga. Ao destacar a iniciativa de ampliação de seus trabalhos, o documento destaca os três pilares principais que são os objetivos de sua existência. Não há, contudo, nenhuma menção formal de criação da LAM, pois o documento menciona que sua urgência está relacionada à necessidade de combate ao comunismo, que é o motivo de sua criação.

Os pilares básicos da atuação da LAM também são mencionados, mas da seguinte forma,

En el transcurso de su primera conferencia, la APACL formuló el Acta para el establecimiento de La Liga, aprobando sus Estatutos y fijando sus tres grandes objetivos, a saber:

1. Combatir al imperialismo comunista, detener la expansión del comunismo internacional y buscar los medios para conseguir extirparlo desde sus propias raíces.
2. Promover la cooperación de los pueblos asiáticos con el resto del Mundo Libre; descorrer a la brevedad posible la Cortina de Hierro asiática, restablecer la libertad de los pueblos actualmente sojuzgados, haciendo que los países ahora divididos logren nuevamente su reunificación.
3. Cooperar con el Mundo Libre a fin de construir una nueva Asia, en donde imperan la libertad, la democracia, la paz, y en donde florezca la prosperidad.<sup>42</sup>

A LAM surgiu da APACL e carregou a experiência do anticomunismo asiático. Por outro lado, ao abrigar criminosos de guerra entre seus sócios e conselheiros, podemos dizer que também carregou (como experiência) o legado militarista do fascismo e do nazismo, que foi escondido (e até perseguido) no pós 2ª guerra. Parece-nos claro que este legado foi subsumido pela LAM.

42 Id. Ibid. F1842

Com a defesa de projetos relacionados a Estados capitalistas em oposição às demandas democráticas que pressionaram os governos liberais-capitalistas, a LAM surgiu para oferecer uma espécie de contraponto e combate às iniciativas produzidas por formas emancipatórias de lutas dos trabalhadores. O grande laboratório deste experimento foi a África a Ásia. A América Latina, por questões claramente contextuais, também se tornou um alvo privilegiado destes anticomunistas. Completa-se o itinerário de criação da LAM em 1966, na cidade de Seul, Coréia do Sul, conforme podemos observar no trecho do documento a seguir,

Después de varios años arduos de preparativos, y teniendo en cuenta la tendencia anti-comunista del mundo, se adoptó, en el curso da duodécima conferencia de la APACL celebrada en Seúl, Corea, en noviembre de 1966, la decisión de establecer la Liga Anti-comunista sobre la base de la APACL. La conferencia eligió al doctor Ku Cheng-kang, presidente de este Capítulo, como Presidente del Primer Congreso de la WACL, siglas en inglés de la Liga Anticomunista Mundial. La WACL celebró con todo éxito su primera conferencia en Taipéi, del 25 al 29 de septiembre de 1967. Asistieran a los mismos delegados de 64 naciones y territorios del mundo entero, así como líderes de 12 organizaciones anti-comunistas internacionales. La conferencia formuló una Declaración y un Programa de Acción para la WACL.<sup>43</sup>

E continua,

Es evidente que la formación de este gran frente global anti-comunista significó que todas las fuerzas libres del mundo entero, sin consideración de razas, áreas, nacionalidades, ocupaciones, credos ni sexos, se habían unido bajo la bandera de la lucha por la libertad enarbolada por la WACL.

Los principales objetivos de La Liga Anticomunista Mundial son:

1. Unir todos los pueblos amantes de la paz y la libertad del mundo para detener y contrarrestar las actividades agresivas y

43 Id. Ibid.

de subversão de los comunistas, desarrollando y soldando una férrea unidad anticomunista entre los pueblos, para convertirla en una cooperación anti-comunista a nivel de gobierno.

2. Prestar activo apoyo espiritual y material a las luchas anticomunistas que libren los pueblos ya a todos los movimientos que tengan por objetivo lograr la liberalización de los pueblos esclavizados.

3. Establecer un frente unido anti-comunista que abarque al mundo entero, con el objeto de poner término a la agresión comunista y salvaguardar la libertad de la especie humana en defensa de la paz mundial.<sup>44</sup>

O estabelecimento dessas metas no início da LAM são o resultado de muitas tendências ideológicas<sup>45</sup> debatidas no campo da direita que foram absorvidas pela extrema direita com a criação da Liga, pois o anticomunismo, segundo Rodrigo Patto Sá, pode corresponder a outras matizes políticas, inclusive anarquistas (MOTTA, 2000).<sup>46</sup> De certa forma, há um apelo à unidade nas elaborações adotadas, principalmente no que se refere à organização de entidades anticomunistas sendo que o chamado para a ação é evidente.

O elemento da “luta pela liberdade” aparece com certo destaque, lembrando, inclusive, o lema anti-estatismo de Hayek em “O Caminho da Servidão”, apesar de não fazer referências diretas ao texto. A “luta pela liberdade” nos parece cimentar a unidade para a ação. Mas há uma clara defesa da violência, contraposta à “subversão” comunista,

44 Id. Ibid. F1843

45 A concepção de ideologia que levamos em consideração aqui foi trabalhada por Fabio Frosini no artigo “Ideologia em Marx e em Gramsci”. Para Frosini, proceder a leitura da realidade a partir da noção de ideologia como “falsa consciência” é um reducionismo. A Ideologia tem duas acepções, sendo que a primeira é marcada pela noção de superestrutura, e a segunda incide diretamente na correlação de forças como um sistema de ideias que substitui a práxis. Trabalhamos aqui a dupla dimensão da ideologia discutida pelo autor. Cf.: FROSINI, Fabio. Ideologia em Marx e em Gramsci. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 559-582, jul./dez. 2014.

46 Cf.: MOTTA, R. P. Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo No Brasil (1917-1964). Tese de Doutorado. São Paulo - SP, São Paulo, 2000.

como elemento indireto, para o estabelecimento da “paz”. Este último elemento, claramente influenciado pela DSN, principalmente no que concerne ao combate ao “inimigo interno” e à “subversão”. A simbiose entre os preceitos do neoliberalismo (da escola austríaca) e o militarismo (estadunidense, mas também da contrainsurgência francesa, como veremos no próximo capítulo), aparecem como base fundamental para a ação da LAM.

De certa forma, uma concepção de liberdade como essa, mediada pela expectativa de difundir uma unicidade (direção) moral (militar), atrelada aos desígnios da humanidade, fundamenta-se na experiência histórica de ideologias expansionistas presentes nos modos de vida representados por Estados capitalistas (imperialistas) contemporâneos. Desta forma, entidades anticomunistas como a LAM e a CAL alarmaram a disputa pela liberdade como contraponto ao expansionismo soviético. A “paz mundial” é o apelo moral, mas não o objetivo em si uma vez que a própria avaliação do comunismo é agressiva. Assim, “liberdade” e “paz” são costuradas à humanidade, ou “espécie humana” (operando certa naturalização do campo da luta de classes), mesmo que o comunismo não seja visto como um aspecto dessa humanidade nas avaliações da organização.

Mesmo assim, a LAM não deixou de construir sua história a partir dos Congressos e Reuniões de Trabalho, criando uma certa “tradição” para a organização. As conferências realizadas pela LAM mundo afora, serviram para criar um ambiente de difusão das ações entre membros estabelecidos e futuros membros. Além disso, a ampliação das unidades organizativas da LAM se transformou no principal elemento de justificativa para sua existência. Como podemos observar, a cronologia das conferências periódicas ilustram esse quadro a seguir:

De acuerdo a la Carta de la WACL, este organismo convocará a conferencia generales una vez al año. La primera conferencia se llevó a cabo en Taipéi, asiento de la Republica da China,

em 1967; a segunda em Saigón, Vietnam, em 1968; a terceira em Bangkok, Tailândia, em 1969; a quarta em Kioto, Japón, em 1970; a quinta teve lugar em Quezón, Filipinas, em 1971; a sexta teve lugar em la Ciudad de México, México América Latina em 1972; a sétima e mais recente conferência se levou a cabo em Washington D. C., Estados Unidos de Norteamérica, em el mes de abril de 1974.<sup>47</sup>

O expansionismo do anticomunismo viabilizado com a criação da LAM proporcionou uma linha de atuação a diversas entidades que já existiam e se reuniram unificando-se sob a LAM. Neste sentido, Bellant<sup>48</sup> tem razão quando menciona a LAM como uma entidade guarda-chuva. As sete primeiras conferências mundiais mantiveram certa periodicidade, sendo que durante a sexta conferência de 1972, na Cidade do México, criou-se a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL), e o ano de 1973 não registrou nenhuma conferência. A sexta conferência (sediada em 1972 na Cidade do México) também nos chama a atenção pelo fato de ser a primeira realizada fora da Ásia. Trata-se, precisamente, do momento em que houve a transcontinentalização da LAM e a América Latina foi o cenário escolhido. Doravante, a LAM ganhou um importante aliado para o aprofundamento de suas atividades. A CAL seria uma de suas ramificações mais ativas, e proporcionou a ampliação desejada aos gestores de violência que se agruparam em torno da LAM.

Com o objetivo de conquistar “corações e mentes” (na feliz expressão utilizada por Enrique Padrós para se referir aos treinamentos de militares latino-americanos nas escolas de guerra estadunidenses) para a luta anticomunista, em 1969, em Bangkok, durante a terceira conferência da LAM criou-se a Liga Mundial da Juventude Anticomunista

47 Documento: El desarrollo de la WACL y de la APACL, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F1843)

48 BELLANT, Russ. Op. Cit.

(LMJAC)<sup>49</sup>. Mas, porque a LAM criou uma organização dedicada à juventude? A Liga Anticomunista da Juventude surgiu como resposta aos eventos que culminaram no maio de 1968 francês, situação em que o protagonismo da juventude foi evidente além de demonstrar o poder de articulação entre estudantes, partidos de esquerda e sindicatos combativos. A LMJAC surgiu para disputar a posição de organizador de uma faixa etária que protagonizou lutas libertárias mundo afora, e que demonstrou que a luta de classes é dinâmica não se podendo naturalizar e tampouco homogeneizar as diferentes possibilidades de disputar a hegemonia.

A Liga da Juventude se organizou nas conferências da LAM, e a partir de 1969 esteve presente em todas as conferências. A criação da Liga da Juventude albergou cerca de 43 países e 3 organizações internacionais, “Todo esto sirve para demostrar la creciente solidaridad que existe por el Movimiento de La Liga Anticomunista Mundial entre las nuevas generaciones”.<sup>50</sup>

Desde o início de suas investidas continentais, a LAM preocupou-se em fomentar nas gerações mais jovens a adesão ao anticomunismo engajado, o que denota sua planificação e progressão de futuro para a luta. A juventude se encarregaria de criar uma tradição em torno dos ideais absorvidos pela LAM, e na falta de uma bandeira histórica objetivamente forjada na luta de classes, as novas gerações tratariam de reproduzir o senso de luta da LAM. Além disso, a presença da juventude,

49 Retomando aqui alguns pontos de identificação da crise orgânica mencionados por Gramsci, podemos observar que a “chamada questão dos jovens”, caracteriza o seguinte dilema: “(...) uma ruptura tão grave entre massas populares e ideologias dominantes, como a que se verificou no pós guerra, pode ser ‘sanada’ como puro exercício da força que impede as novas ideologias de se imporem? O interregno, a crise cuja solução historicamente normal é assim impedida, será resolvida necessariamente em favor de uma restauração do velho? Dado o caráter das ideologias, isto deve ser excluído, mas não em sentido absoluto.” GRAMSCI, VOL 3. Op. Cit. p. 184.

50 Documento: El desarrollo de la WACL y de la APACL. Op. Cit.

(...) sirve asimismo para poner de manifiesto que la antorcha de la lucha anticomunista ha pasado a las manos de la juventud del mundo, lo cual permite abrir una más amplia y firme ruta para intensificar la lucha anti-comunista, ahora teniendo como pilar principal a toda la juventud mundial.<sup>51</sup>

A responsabilidade de continuar a exportar os ideais anticomunistas passou às gerações mais jovens, ainda que sob a tutela da intelectualidade organicamente perfilada na LAM. O rigor formativo, dotado de espírito corporativo com o capital, e moralmente cimentado no anticomunismo, reforçou a disciplina da organização. No próximo tópico analisamos os documentos de difusão de princípios da LAM.

## 2.2 A Carta de Princípios da Liga Anticomunista Mundial: a preparação para a ação anticomunista radical

*Nosotros, los pueblos amantes de la libertad en todo el mundo, dedicados a la causa de la dignidad humana, la paz y la democracia basada en la justicia, la autodeterminación e independencia de las naciones, y firmemente conscientes de la creciente amenaza que representa la agresión comunista en diversas partes del mundo, estamos resueltos a preservar la paz y la libertad y a combatir los contactos de los comunistas para esclavizar a la humanidad.*

*Tenemos la convicción, por nuestra experiencia pasada, de que los pueblos amantes de la libertad jamás podrán transigir con los comunistas. Sabemos igualmente que los conflictos dentro del bloque comunista no disminuyen la amenaza del imperialismo contra el mundo libre.*

*La Liga Mundial Anticomunista reconoce el derecho de todos los pueblos del mundo a la independencia nacional y condena todas formas de colonialismo e imperialismo. Por consiguiente, abogamos por el principio nacional de la organización política del mundo en contra del principio*

51 Id. Ibid. F1844

*imperialista como la mejor garantía de una paz duradera de seguridad para todas las naciones e individuos del mundo.*

*Por tanto, sostenemos que todos los pueblos amantes de la libertad deben trabajar en estrecha cooperación para vencer a las fuerzas diabólicas del comunismo y fortalecer su unidad, a fin de extender la esfera de la libertad y lograr la liberación eventual de todos los pueblos cautivos bajo el yugo comunista.*

*Para lograr estos propósitos, nosotros, los representantes de los pueblos amantes de la libertad del mundo, participando en la 12ª. Conferencia de la Liga Anticomunista de los Pueblos Asiáticos, reunida en Seúl, República de Corea, adoptamos solemnemente esta Carta de la Liga Mundial Anticomunista, basada en el espíritu original y los principios de la Liga Anticomunista de los Pueblos Asiáticos.*

(Carta da Liga Anticomunista Mundial – Preâmbulo – Adotada em Seul em 08 de novembro de 1966. Revisada na 2ª Conferência Geral da Liga em Saigon em 27 de maio de 1968 e revisada de novo na 4ª Conferência Geral da Liga em Kyoto em 17 de setembro de 1970)

Como organização reforçadora da posição capitalista no embate da luta de classes durante a Guerra Fria, a LAM delineou a ação direcionada à organização do anticomunismo. Tais objetivos deveriam ser difundidos aos interessados em participar das atividades da Liga para reforçar o seu caráter organizador coletivo. Nosso objetivo aqui é debater a *Carta de la Liga Anticomunista Mundial*. Trata-se de um documento confeccionado durante os congressos da Liga.

Ao citar conceitos liberais de Estado, tais como: justiça, liberdade, dentre outros, a LAM estabeleceu uma conexão histórica, e, ao mesmo tempo em que tomou posição em favor do capitalismo, organizou-se, embora a crítica ao imperialismo se situe no contexto da formulação de políticas anti-blocos. O imperialismo criticado pela LAM era o soviético e o estadunidense, como vemos mais adiante.

Portanto, partimos do pressuposto de que as ideias expostas pela LAM na Carta são o produto historicamente datado da iniciativa orgânica do anticomunismo. Nesse sentido, o cenário é, ao mesmo tempo, a Guerra Fria, e o acúmulo histórico do embate da luta de classes como a política anti-blocos.

No entanto, não podemos deixar de considerar que os aspectos históricos presentes nas premissas de organização especificamente engendradas em realidades diversas e temporalidades distintas, por vezes não reforçaram a unidade das premissas para ação estabelecidas na carta de princípios da LAM<sup>52</sup>. Nossa hipótese é a de que o grau de aprofundamento dos princípios presentes nesta carta foi determinado pela luta de classes, e não a obrigatoriedade de seguir rigorosamente seus princípios. Mas isso não significa, também, que o esforço despendido pela LAM na formulação de tais princípios não tenha adquirido algum peso na organização.

A epígrafe deste tópico demonstra que a Carta de Princípios foi construída ao longo de 12 Conferências da Liga. Dessa forma, ela representa a síntese do combate ao comunismo no período de constituição da LAM. Ao mencionar os Direitos Humanos (DH), por exemplo, a LAM delimitou o inimigo a ser combatido, qual seja: o comunismo. No entanto, o aval à prática da violência baseada em princípios anticomunistas não deixa de selar o destino da Liga, uma vez que contrapõe os DH à ação expansionista dos comunistas, estes sim, responsáveis por escravizar a humanidade segundo a perspectiva ideológica da LAM. No que se refere ao anticomunismo, ou melhor, aos anticomunismos, Rodrigo Patto Sá avaliou que,

O anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes

52 Mais adiante, apresentaremos a Carta de Princípios da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) para endossar algumas divergências e concatenar algumas convergências entre as entidades.

passa despercebida, isto se deve ao fato de que nos momentos de conflito agudo os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum. A cooperação resultou no esforço de afinar discurso e ação, o que contribuiu para nuançar as divergências existentes no interior das frentes anticomunistas. Mas a observação atenta é capaz de revelar as diferenças, mesmo durante os períodos de “união sagrada” contra o comunismo.<sup>53</sup>

Portanto, estamos considerando a cooperação como condição *sine qua non* à existência da LAM, mas também a heterogeneidade que os grupos reunidos nessa entidade possam apresentar, pois se o anticomunismo possui premissas amplas, como avaliado por Patto Sá Motta, é no elemento da cooperação que podemos identificar com mais precisão a matiz de anticomunismo encampado pela LAM. De alguma forma, é possível perceber de antemão que, para os anticomunistas da LAM, o mínimo contato com o comunismo é condenável, justamente porque estamos diante de uma organização marcada por sua radicalidade, e que não aceita nenhuma forma de convivência com o comunismo. A apologia à ação violenta, demonstra que estamos diante de um anticomunismo radical, exasperado pela necessidade de cooperação para o combate iminente.

No entanto, a violência descrita na Carta, sugere um tom cruzadista ao combate contra o comunismo. É necessário perscrutar as divisões do comunismo para a LAM, pois aí se concebem as melhores táticas, bem como a oportunidade de combatê-lo. Nesse sentido, podemos perceber que sua proposta não é exatamente propositiva, e sim reativa e se estabeleceu pela luta contra o comunismo, concluindo assim a necessidade de intervenção na realidade.

Assim, na visão dos anticomunistas da LAM, a possibilidade de instituir a liberdade é realizada desde fora, pois como podemos observar neste trecho da carta: “(...) estamos resueltos a preservar

53 MOTTA, R. Patto Sá. Op. Cit. p. 32

la paz y la libertad y a combatir los contactos de los comunistas para esclavizar a la humanidad mesmo que exista a contradicción que salvaguarda a autodeterminação dos povos.”<sup>54</sup> A intervenção é permitida para assegurar certa unidade nacional que é agredida pelo internacionalismo comunista.

Qual a possibilidade de compararmos esse discurso sobre a “contradição que salvaguarda a autodeterminação dos povos” com elementos da ação já experimentados na história latino-americana daquele contexto? A ditadura de René Barrientos<sup>55</sup> usou do mesmo argumento para justificar a presença de materiais bélicos estadunidenses e agentes da CIA para desatar a violenta repressão contra a guerrilha boliviana em 1966-67 e assassinar Che Guevara em 1967. O paradoxo em torno da autodeterminação, portanto, pode ser parte da estratégia de afirmação e exageração do inimigo. Nesse caso, a violência é a fórmula que combate o “mal maior”, contando que alianças extraterritoriais possam violar os limites nacionais, pois o preço da violação compensa na medida em que visa evitar o estabelecimento do “mal maior”.

As autoras Marie-Monique Robin<sup>56</sup> e Leneide Duarte-Plon<sup>57</sup> analisaram as ações desenvolvidas pelos adidos militares franceses na Argentina e Brasil, respectivamente. Segundo as autoras, estes militares foram responsáveis pela venda de equipamentos bélicos às ditaduras de Segurança Nacional, e concordaram sobre o papel da tortura para evitar o “mal maior”. Para Paul Assaures e Roger Trinquier, a tortura

54 LAM. Documento: Carta de princípio da Liga Anticomunista Mundial, Cidade do México:1972. (R00108 F1952)

55 A ditadura Barrientos foi o golpe de misericórdia dado contra o processo revolucionário boliviano de 1952. A Revolução boliviana instituiu a nacionalização das minas, o sufrágio universal e a reforma agrária. Barrientos assumiu o poder em 1964 e fez retroagir a maior parte das conquistas históricas da Revolução e instituiu, na prática, um governo pró estadunidense.

56 ROBIN, Marie-Monique. Op. Cit.

57 DUARTE-PLON, Leneide. A Tortura como Arma de Guerra: Da Argélia ao Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

pode (deve) ser usada pela inteligência para deter informações que possam evitar ataques “subversivos”, como “atentados terroristas”. Ambos os oficiais franceses atuaram na Argélia e foram colaboradores das ditaduras de Segurança Nacional, inclusive prestando ajuda e envidando esforços para o aperfeiçoamento técnico dos militares do subcontinente. Os militares franceses compartilharam, por aqui, sua experiência nas táticas de contrainsurgência.

Com isso, pode-se dizer que em aparência sustenta-se certa inclinação à autodeterminação dos povos, mas a própria cooperação para a ação nega, de forma veemente, aquele princípio transformando-o num paradoxo. Da mesma forma, se considerarmos a interferência do capital imperialismo no contexto da Guerra Fria por meio da venda de armas e consequente treinamento/doutrinação, fica difícil sustentar uma solução nacional a partir do suporte engendrado por franceses e estadunidenses.

Como veremos no próximo capítulo, o conteúdo descrito no trecho da Carta que citaremos a seguir, será efetivado como linha de ação da organização na década de 1970, principalmente durante o 3º Congresso da CAL (1977) e o 12º Congresso da LAM (1979). Contudo, a LAM definiu o seguinte na Carta: “Tenemos la convicción, por nuestra experiencia pasada, de que los pueblos amantes de la libertad jamás podrán transigir con los comunistas. Sabemos igualmente que los conflictos dentro del bloque comunista no disminuyen la amenaza del imperialismo contra el mundo libre.” Dois elementos importantes da ação da LAM aparecem nesse trecho da Carta, quais sejam, o da impossibilidade de convivência e aceitação de ideias do comunismo, e o de aproveitar as cisões no interior do bloco comunista para atuar contra.

Mas a violência é um elemento unificador? Talvez, mas até agora podemos dizer que a violência é uma metodologia de

combate, sendo que o Estado-nação é o “monopólio legítimo da força” de que a organização necessita para realizar a cooperação de luta contra o comunismo.

O nacionalismo reivindicado pela LAM pode ser um elemento de cooperação, como descrito neste trecho da Carta, “La Liga Mundial Anticomunista reconoce el derecho de todos los pueblos del mundo a la independencia nacional y condena todas formas de colonialismo e imperialismo”. Uma identificação entre os assuntos de Estado e o projeto de hegemonia capitalista anti-blocos.

Nesse caso, o Estado nacional pode ser visto como uma questão central do projeto de hegemonia capitalista reverberado pela LAM, reforçado pelo anticomunismo como ponto de cooperação. Assim, o Estado-nação aparece como a mediação da dominação sobre o todo parcelado que caracteriza a difusão de posições presentes na sociedade civil, e se transforma no elemento capaz de unificá-los, pois: “Por consiguiente abogamos por el principio nacional de la organización política del mundo en contra del principio imperialista como la mejor garantía de una paz duradera de seguridad para todas las naciones e individuos del mundo.”<sup>58</sup> O “bode expiatório” é o comunismo, mas o aparente reforço da soberania, e sua consequente importância, recoloca no centro o Estado, a militarização e o controle da nação ameaçado(a)s pelo comunismo nos parece uma possibilidade de projeto de hegemonia. Mas, por enquanto, é possível dizer que são questões que precisam de mais aprofundamento de pesquisa.

Os termos de violação da soberania nacional, e por consequência do Estado-nação, ademais, foram usados como argumentos para que crimes de lesa-humanidade fossem cometidos em nome da

Segurança Nacional<sup>59</sup>. Trata-se especificamente da apropriação do conceito de Nação estabelecido segundo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, para José Comblin<sup>60</sup> é concebida em termos estritamente utilitaristas.

A abordagem do comunismo, portanto, na interpretação proposta pela LAM, não pode e não deve ser dissociada de seu caráter prático. Portanto, a definição da arena de luta, sua metodologia e ação, são justificados pela LAM para conter o caráter cooperativo e internacional da práxis marxista, embora a própria LAM, ao que tudo indica, não chamassem tais iniciativas de cooperação. No artigo 2 da Carta, podemos observar o combate de posições estabelecidos pela LAM em relação a Nação e aos Direitos Humanos,

Manteniéndose sin ambigüedad de parte de la libertad basada en la democracia, la justicia y la dignidad humana, la Liga deberá:

1. Luchar y esforzarse por suprimir todas formas de totalitarismo, incluso el comunismo en cualquier lugar que sea de la faz del mundo; y
2. Sustener los derechos humanos, los más importantes de los cuales son la libertad, la libre creencia religiosa, la justicia social y la autodeterminación de todos los pueblos.<sup>61</sup>

Contraditoriamente, o contexto escolhido para a tomada de posição da LAM em relação aos conceitos de “democracia”, “dignidade

59 O jornalista Fernando Lópes, em recente publicação sobre a Operação Condor relacionou a questão da soberania nacional com véu de impunidade que favoreceu, dentre outros, agentes da repressão e chefes de Estado que instituíram o Terrorismo de Estado na América Latina. O autor menciona o caso do General Augusto Pinochet, que foi indiciado pelo juiz espanhol Baltazar Garzón. Como crimes de lesa-humanidade não prescrevem, a questão do princípio da soberania não pode ser evocado para garantir que um chefe de Estado não seja julgado nos tribunais internacionais sobre suas responsabilidades e arbitrariedades cometidas contra sua população, haja vista que se tratam de crimes que violam o princípio de garantia mínima de segurança ao conjunto da humanidade. Cf.: LÓPES, Fernando. Op. Cit. p. 07.

60 COMBLIN, José. Op. Cit.

61 LAM., Op. Cit. F1953

humana”, “liberdade de crença religiosa”, “autodeterminação dos povos” e “justiça social”, foi o de cerceamento das principais liberdades jurídicas liberais no mundo. A repressão desencadeada pelas ditaduras e a violência imposta as conquistas do pós II guerra, a partir da década de 1960, foram fatores de destruição da participação popular nas pautas de governos latino-americanos.

Ao reivindicar-se como fala autorizada sobre: “Sostener los derechos humanos, los más importantes de los cuales son la libertad, la libre creencia religiosa, la justicia social y la autodeterminación de todos los pueblos”<sup>62</sup>, a Liga corroborou para a adesão ao combate, qualificando o “mundo livre” como um objetivo maior. A LAM tentou estabelecer uma aliança selada por “objetivos nobres”, “superiores” ao processo histórico em si e, para isso, constitui-se como organização de fala autorizada. Ou seja, ao estabelecer objetivos em meio a conceitos genéricos e liberais, a LAM tentou se auto atribuir um papel organizativo único, e ajudou a qualificar o tipo de anticomunismo esperado pela Liga que inclusive convocou e contou com a participação de especialistas das mais diversas áreas nos seus Congressos subcapitulares, como veremos no próximo capítulo. De certa forma, os membros da Liga buscavam alcançar ativistas com características “sacerdotais”.

A LAM almejou desempenhar certo papel libertador, mas porquê? Contextualmente a LAM desenvolveu suas atividades em meio ao enfraquecimento das iniciativas comunistas. A própria LAM avaliou tal enfraquecimento, como sugere a sua carta de princípios em vários pontos. Mesmo assim, a questão da cooperação foi enunciada na sua Carta de Princípios, para o fortalecimento das entidades anticomunistas da seguinte forma: “sostenemos que todos los pueblos amantes de la libertad deben trabajar en estrecha cooperación para vencer a las fuerzas diabólicas del comunismo y fortalecer su unidad, a fin de extender la esfera de la libertad y lograr la liberación eventual

62 Id. Ibid.

de todos los pueblos cautivos bajo el yugo comunista.”<sup>63</sup> Seu foco, portanto, segundo a carta de princípios, era o de apoiar a libertação de países que se encontrassem sob a dominação do “imperialismo comunista”, como podemos constatar a seguir, pois em seu artigo 3, afirma-se que:

La Liga desempeñará las siguientes funciones para la realización de sus propósitos:

1. Instar a todos los pueblos del mundo amantes de la libertad a que se unan con el fin de adoptar las medidas más eficaces y necesarias para vencer y frustrar la agresión comunista y las actividades subversivas, dándose prioridad al problema donde sea más serio y urgente;
2. Prestar apoyo moral y material a los pueblos de las naciones libres en su lucha contra los comunistas;
3. Prestar apoyo moral y material a los movimientos de liberación de las naciones cautivas bajo el yugo comunista, incluyendo los movimientos para restablecer estados nacionales independientes;<sup>64</sup>

O ponto 1 reivindica a cooperação propondo a “união entre os países amantes da liberdade” e alarma os países membros ao nomear o inimigo comunista aumentando-o. O ponto 2 sugere ajuda material (econômica? bélica? política?) e oferece-se como direção moral. O ponto 3 novamente nomeia o inimigo (comunista) e menciona novamente ao apoio material, mas também homogeneiza experiências históricas sob a perspectiva do “jugo comunista” (que pode ser entendido como “fardo comunista”). Ainda sobre o ponto 3 ao indicar o apoio aos “movimientos para restablecer estados nacionales independientes”, no próximo capítulo veremos que no 3º Congresso da CAL, de 1977, participaram representantes da *Frente Nacional de Liberación de Angola* (FNLA).

63 Id. Ibid

64 Id. Ibid. F1954

Assim definidos os primeiros pontos de sua ação, a LAM delimitou uma estratégia para a defesa da soberania apoiada em valores universais como a liberdade e o amor à liberdade, para, em seguida, se apresentar como a espinha dorsal de uma direção moral contra a “servidão” sob o lema da “libertação”. A união (cooperação) é reivindicada como elemento orgânico para a ação, mas com o objetivo de achacar de qualquer maneira a “subversão” da atuação comunista.

A alegoria da luta se apresenta no imperativo à vitória da liberdade (nesse caso, capitalista), única certeza que deve mover iniciativas de desestabilização rigorosamente estudadas pelo *bureau* anticomunista alarmada pela Carta de Princípios, já que: “firmemente conscientes de la creciente amenaza que representa la agresión comunista en diversas partes del mundo”.

A libertação da África, por exemplo, abalou profundamente a dinâmica da luta de classes, e foi seguida pela luta pelo socialismo, como demonstrado nas trajetórias militantes de quadros dos Partidos forjados na luta contra o imperialismo e pela libertação nacional, tais como: Amílcar Cabral, Franz Fanon, Agostinho Neto, Holden Roberto, dentre outros, muitos dos quais movidos por ideais socialistas e nacionalistas. Portanto, o tema da liberdade e da soberania adquiriu certa conotação fortemente vinculada aos anseios da população africana, sobretudo por meio de seus interlocutores da esquerda. Contudo, os conceitos que lá dilaceraram a dominação colonialista, foram disputados pela LAM também, mas sob premissas estritamente reacionárias. A guerra discursiva apresentada pela LAM com a sua própria interpretação sobre os conceitos disputados, demonstra a tentativa de planificação do consenso pela Liga. O uso de recursos para desqualificar as ações atribuídas ao comunismo é mencionado na continuação da carta e consta como estratégia discursiva da prática anticomunista no ponto 4 da seguinte forma,

4. Desenvolver métodos de luta política e psicológica para desenmascarar e contrarrestar os diabólicos designios e intrigas do imperialismo comunista;
5. Promover o intercâmbio cultural e informativo e o mútuo entendimento entre os povos amantes da liberdade para combater a propagação da ideologia comunista, assim como suas estratégias e táticas.
6. Adiestrar dirigentes anticomunistas para sobrepor-se à ameaça comunista e adiantar a causa da liberdade.<sup>65</sup>

O treinamento de quadros para atuar na guerra psicológica contra o comunismo revela a faceta organizadora da Liga, mas qual a sua responsabilidade nessa ação? Enquanto um aparelho de hegemonia, podemos situar o papel da Liga antes das ações desempenhadas nos “tanques de pensamento” que tomaram forma já ao final do século XX. No entanto, quais elementos contextuais determinaram o surgimento e afirmação de entidade como a LAM? Nossa hipótese é de que a LAM atuou como reserva intelectual especificamente empenhada na formação de quadros de desestabilização de projetos progressistas.

Entendemos que a iniciativa anticomunista da Liga foi direcionada à ação. Sua preocupação, apresentava o ponto 5 da seguinte forma, “Promover el intercambio cultural e informativo y el mutuo entendimiento entre los pueblos amantes de la libertad para combatir la propagación de la ideología comunista, así como sus estrategias y táticas” demonstra que não eram exatamente as informações, mas sim a cooperação orgânica para a produção de informações.

A organização de uma estrutura para troca de informações com foco na troca de experiências entre os países “amantes da liberdade”, tomou como pressuposto a ação repressiva. Portanto, mais do que se dedicar ao conteúdo das informações, o que podemos detectar aqui

65 Id. Ibid.

é a tentativa de promover a cooperação na organização de agências de informações.

A iniciativa revelada pelo ponto 6 de “Adiestrar dirigentes anticomunistas para sobreponerse a la amenaza comunista y adelantar la causa de la libertad”, corrobora o aspecto pragmático da Liga. Sendo assim, não só se justifica a existência de uma entidade como a Liga, mas define-se com precisão suas principais características já que sua relação com a luta de classes é, como já mencionamos, reativa.

Para o funcionamento regular da Liga, a questão da definição de seus membros também foi mencionada pela carta da seguinte forma:

Las organizaciones de los pueblos de todos los países y territorios libres del mundo que se muestren firmes y activas en su posición contra las ideas y tácticas comunistas, que simpaticen con los fines de la Liga y deseen afiliarse, serán elegibles como miembros de la misma.<sup>66</sup>

O caráter cooperativo reivindicado pela LAM procurou flexibilizar os métodos de entrada na entidade. Mas quem eram os possíveis aderentes à Liga?

As formas de pertencimento à Liga eram a de “membro regular” e “membro associado”, sendo que a diferença entra o regular e o associado era o direito ao voto, resguardado, enfim, ao membro regular, que se definia de duas formas:

2. Los miembros regulares comprenderán dos categorías:

a. Una organización anticomunista reconocida por el Comité Ejecutivo como representando a un país o un territorio. Tal organización podrá ser admitida en calidad de miembro regular en la Liga, con tal de que, en cualquier caso, un país o territorio sea representado por una organización solamente;

66 Id. Ibid.

b. Una organización anticomunista internacional compuesta de dos o más filiales que no se encuentren en un mismo país podrá ser admitida en calidad de miembro regular por el Comité Ejecutivo, bajo recomendación de dos miembros que ninguna de sus filiales podrá ser admitida como miembro regular si lo solicita como filial de esta organización internacional. Las agrupaciones de la juventud anticomunista de todas partes del mundo libre, unidas en un cuerpo sólido podrán ser admitidas como una organización internacional.<sup>67</sup>

Para disciplinar a organização anticomunista, e para manter a unidade na ação, seguindo critérios organizadores, a Liga só permitiu o direito a voto a apenas uma organização por país, que seria reconhecida como membro regular. Como se pode observar, podemos dizer que, dessa forma, a Liga qualificou seus membros com direito a voto, ativando distinções práticas e hierárquicas em seu funcionamento. A participação no comitê executivo apresenta outra peculiaridade da organização, já que seus participantes poderiam ser admitidos automaticamente se possuísem uma matriz em uma região, e filiais em outros países.

Outra forma de ingresso, garantida por meio de participação como membro regular, era inviabilizada a organizações que possuísem vínculos de filiação com instituições/membros do conselho executivo. Podemos dizer que se buscou qualificar a participação na Liga sob a cooperação para a construção de um centro de decisões. Talvez por isso fosse necessário ter um maior número de entidades encarregadas por suas regiões. Um recurso ao aumento de entidades para cooperação elaborado como princípio de funcionamento da Liga.

Essas evidências nos levam a considerar o peso da burocracia na organização. A divisão do trabalho (burocracia) já é evidente na forma de organizar as graduações de permanência nas instâncias decisivas da entidade. As relações de pertencimento, portanto, nos

67 LAM. Estatuto, 1972. (R00108 F1954)

indicam que o caráter organizativo da Liga se aprofundou na medida em que o documento foi construído. Pela importância da participação nas instâncias deliberativas e executivas da entidade, a escolha de seus membros, e os níveis de gradação entre eles, são as características de organizações burocráticas.

Da assertiva acima, portanto, deriva seu interesse na juventude, já que a iniciação dos jovens nos preceitos anticomunistas estava conectada com o papel desempenhado pela burocracia. Além disso, a burocratização conectada ao trabalho com a juventude permitiria apartar seus extratos intelectuais da luta de classes, condição necessária para a construção do consenso sobre os métodos empregados na luta contra o comunismo e, principalmente, tirá-los da influência dos comunistas.

O anticomunista radical, portanto, demandou a burocratização. No horizonte da organicidade inerente à Liga estava a luta de classes. O avanço horizontal em direção aos mais diversos níveis de gradação só seria permitido por meio da permanência nos extratos inferiores da Liga, como se pode abstrair do trecho a seguir, “4. Un miembro asociado durante seis meses o más podrá ser admitido en calidad de miembro regular por mayoría de votos do Comité Ejecutivo, bajo recomendación de dos de sus miembros.”<sup>68</sup> O tempo de observação e de serviços prestados à Liga era de seis meses aos interessados em avançar na estrutura burocrática.

Os eventos da Liga também foram mencionados como fator de permanência na organização. As conferências gerais deliberativas que difundiam as premissas que das ações da Liga<sup>69</sup>, também foram mencionados como fator de continuidade na entidade, como podemos observar a seguir, num trecho do ponto 8 da carta de princípios:

68 Id. Ibid.

69 As conferências gerais da Liga serão discutidas em tópicos mais à frente do capítulo. Por enquanto, é importante mencionar a importância orgânica dos eventos, pois os documentos deliberativos de algumas conferências serão usadas como fonte para a análise.

Cualquier miembro-unidad que deje de concurrir a tres Conferencias Generales anuales consecutivas sin motivo justificado, o no cumpla con los principios y propósitos de la Liga, cesará de ser miembro de la misma por decisión de la mayoría del Comité Ejecutivo, sujeta a ratificación de la Liga.<sup>70</sup>

Assim, a organização se sobreporia a qualquer iniciativa isolada (como um partido?), e também garantiria a permanência das premissas da Liga entre seus iniciados controlados a “mão de ferro” pela burocracia da entidade, garantindo a disciplina na formação de seus quadros intelectuais. Além disso, já houve clara indicação para a importância das Conferências/Congressos. Neles a Liga apresentaria sua força de organização, comporia um quadro de solidariedade efetivamente construído com o propósito de manutenção da unidade da entidade. Assim, os propósitos da organização em relação às Conferências/Congressos foram apresentados da seguinte forma no artigo 11 da carta,

1. La Conferencia General tendrá la suprema autoridad en la Liga.
2. La Conferencia General se compondrá de delegados representantes de las unidades miembros regulares de la Liga y de miembros asociados sin derecho a voto.
3. Cada miembro regular tendrá un voto en la Conferencia General.
4. La simple mayoría de los miembros regulares constituye el quórum.

#### Artículo 12

1. La Conferencia General deberá reunirse una vez por año en el territorio de alguna de las unidades-miembros nacionales, sobre la base de rotación, a no ser que el Comité Ejecutivo decida de otra manera.

70 LAM. Estatuto, Op. Cit. (F1954-1956)

#### Artículo 13

El Presidente de la Conferencia y seis (6) Vicepresidentes, cada uno de los cuales representará a una de seis organizaciones regionales, serán elegidos por y entre las unidades-miembros presentes en la Conferencia General.

#### Artículo 14

La conferencia General tendrá autoridad para discutir y aprobar lo relativo a:

1. Adopción de principios, programas de sección, declaraciones y resoluciones de La Liga;
2. Enmiendas a la presente Carta y demás reglas de la Liga;
3. Elección del Presidente y el Secretario General de la Liga así como el Presidente y los Vicepresidentes de la Conferencia;
4. Informes presentados por las unidades-miembros de la Liga;
5. Decisiones tomadas por el Consejo o por alguno de los Comités;
6. Selección de la sede para la siguiente Conferencia General; y
7. Otros asuntos comprendidos dentro de los límites de la presente Carta.

#### Artículo 15

La Conferencia General podrá crear los organismos subsidiarios que considere necesarios para el desempeño de sus funciones.

#### Artículo 16

Se dictará por separado el reglamento interno de la Conferencia General.<sup>71</sup>

Ou seja, em aparência este documento intitulado de “Carta de Princípios”, durante os Congresso da Liga, a organização da entidade

71 Id. Ibid. (F1957-1959)

era coordenada para que seus associados pudessem elaborar planos de execução das ações anticomunistas, além de delimitar as posições radicais assumidas pela organização. Dessa forma, com a organização elaborada, mesmo que no papel, os associados teriam um documento orgânico à Liga, à qual poderiam recorrer sempre que algumas ações assim o necessitassem. As Conferências, portanto, eram parte da estratégia de impor regras entre seus membros como forma de preparação para enfrentar a luta.

No artigo 22 da Carta ressalta-se a importância estratégica da representação executiva máxima da Liga,

1. El Consejo constituirá un Comité Ejecutivo compuesto por no más de trece (13) miembros, elegidos entre los del Consejo, por un período de tres años o hasta la elección de un nuevo Comité durante la próxima reunión del Consejo, siendo el Presidente del Consejo miembro exoficio del Comité; a condición de que un representante debidamente autorizado de la organización internacional de la juventud sea uno de los trece (13) miembros elegidos, y a condición además, de que uno de los trece (13) miembros elegidos sea representante autorizado de las organizaciones de liberación nacional de pueblos subyugados por el imperialismo ruso y el comunismo en la Unión Soviética y países satélites.<sup>72</sup>

A relação entre a direção dos conselhos e o número de conselheiros demonstra a construção do centralismo em torno da aprovação das ações em nível planejado, usando do expediente do debate e votação. Uma marca histórica do anticomunismo asiático residiu no seu caráter militar, organizado no campo de batalhas, durante o período de disputas entre Kai Shek e Mao. Com a organização da carta, e com a necessidade de dispor de ferramentas burocráticas e hierárquicas de organização, estamos diante da consolidação de um “partido internacional” importante para a qualidade do ativismo anticomunista que se esperou construir por meio da Liga.

72 Id. Ibid. (F1960-1961)

Outro indício que corrobora a organização da Liga como um partido internacional encontra-se no capítulo VII, artigo 28 e 29 que versam sobre as finanças da Liga.

1. Los gastos requeridos para el mantenimiento del Secretariado serán cubiertos principalmente por la unidad-miembro en cuyo territorio se establezca dicho Secretariado.

2. Los gastos para proyectos y programas del Secretariado de la Liga serán sufragados por los otros miembros de la Liga por medio de las cuotas fijadas y otros subsidios.

#### Artículo 29

Los gastos requeridos para la preparación y celebración de la Conferencia General, excluyendo los gastos de viaje de los delegados participantes, deberán ser sufragados por la unidad-miembro en cuyo territorio tenga lugar la Conferencia.<sup>73</sup>

Mas quem financiava isso? Nossa hipótese é a de que os países em que se realizaram as Conferências e os sócios regulares arcavam com esses custos. A preocupação com a questão do financiamento evidencia outro flanco de pragmatismo (*realpolitik*) da Liga, mais um degrau alcançado em direção ao estabelecimento de um partido anticomunista internacional que se propôs a ser “a entidade de entidades”, pois

Las unidades-miembros de la Liga Anticomunista de los Pueblos Asiáticos pasarán a ser automáticamente unidades-miembros de la Liga Mundial Anticomunista conforme a la presente Carta, a menos que renuncien expresamente su condición de miembros.<sup>74</sup>

Fechava-se, desta forma, uma etapa importante de cooperação para ação. Assegurada a direção de entidades reconhecidamente anticomunistas no contexto asiático, pelo menos em tese, a Liga

73 Id. Ibid. (F1962)

74 Id. Ibid.

desencadeou um processo de recrutamento mundial de novas unidades-membros. Nesse processo de construção e materialização dos objetivos propostos nesta carta, a ampliação da região de atuação da Liga foi cimentada pelo imperativo da luta. A Liga, ao que pese seu estatuto, propunha-se, pelo menos no papel, a ser um partido internacional do anticomunismo. Em consonância com o estalido repressivo dos Golpes de Estados na América Latina, a Liga se fez presente no subcontinente.

A questão cooperação apareceu como um dos seus traços mais evidentes em meios aos pontos aprovados da Carta de Princípios. A ordem de ampliar a organização e estabelecer formas de cooperação visando construir um centralismo para a ação chegou a América Latina no ano de 1972 quando se constituiu a CAL. A seguir, analisamos o surgimento e consolidação da CAL.

### 2.3 A Luta Contra o Comunismo na América Latina e a Estruturação da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL)

Ao relatar um encontro com um dos membros da *mano blanca*<sup>75</sup>, o jornalista Scott Anderson detalhou o método de atuação dos esquadrões da morte que agiram em Honduras e na Guatemala, na América Central, no final dos anos de 1970 e por quase todos os anos de 1980. O itinerário de terror que recheou a entrevista, foi coroadado com o “doctor Lobo” mencionando que o *bureau* da repressão latino-americana se estabeleceu na prática da seguinte forma,

A história que surgiu na próxima hora com o médico foi incrível. Não só o ELA tem conexões com as forças militares e de segurança de Honduras (como o papel intermediário do agente secreto da polícia claramente atestado) e com um grupo de

75 Grupo paramilitar de extrema direita fundado em 1966 na Guatemala.

frente político para proteção e cobertura, mas tinha vínculos com outros esquadrões da morte em todo o continente. O nome de uma organização, no entanto, surgiu repetidamente na conversa: "Nossos movimentos são coordenados a partir do México. É aí que a CAL está localizada."<sup>76</sup>

O epicentro da luta contra insurgente foi exportado para a América Central no final dos anos de 1970.<sup>77</sup> Honduras, El Salvador e Guatemala foram laboratórios de desaparecimento forçada (mesma metodologia repressiva baseada no sequestro, tortura e assassinato de opositores às ditaduras que caracterizou o Terrorismo de Estado na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) deixando um rastro de milhares de desaparecidos.

Um dos pilares estratégicos da LAM consistiu em sua proliferação por todo o mundo. Trata-se, portanto, de uma entidade multinacional cuja base de atuação, como vimos, se expandiu conectada com experiências de repressão recolhidas por todos os continentes. Sendo assim, em 29 de agosto de 1972, estruturou-se a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL) na Cidade do México, capital do México. Tratava-se de um experimento que coroou a existência da Federação Mexicana Anticomunista (FEMACO).

- 76 ANDERSON, Scott; ANDERSON, Jon Lee. Inside the League. The shocking exposé of how terrorists, Nazis and Latin American death squads have infiltrated the World Anti-Communist League. Nova York: Dodd, Mead & Company, 1986. p. 16 No original: "The story that emerged over the next hour with the doctor was incredible. Not only did the ELA have connections with the military and security forces of Honduras (as the intermediary role of the secret police agent clearly attested) and with a political front group for protection e cover, but it had links to other death squads throughout the continent. The name of one organization, however, came up repeatedly in the conversation: "Our movements are coordinated out of Mexico. That's where CAL is located."." A ELA, citada por Anderson, era o Ejército de Luta Anticomunista da Guatemala.
- 77 A pesquisadora argentina Julieta Carla Rostica produziu um estudo sobre as conexões entre a repressão guatemalteca e argentina. Segundo Rostica, a metodologia da desaparecimento forçada e a política do Terrorismo de Estado experimentada na Argentina durante a ditadura de 1976 a 1983, foi exportada à Guatemala por meio dos treinamentos ofertados aos repressores guatemaltecos pelos repressores argentinos. Cf.: ROSTICA, J. (2018). La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). Desafíos, 30(1), 309-347. Doi: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.527>

A FEMACO foi o resultado de ações orgânicas do anticomunismo mexicano que se iniciaram nos anos de 1930. Em sua origem encontramos uma agrupação católica opositora ao governo do *Partido de la Revolución Mexicana* (PRM), principalmente recalitrante em relação ao projeto de educação popular no ano de 1933. A esta agrupação correspondeu o nome de *Tecos*, e suas principais reivindicações de oposição se erigiram sob bandeiras conservadores em relação à organização de demandas progressistas em âmbitos educacionais.

Los Tecos formaron parte de la amplia oposición católica que había combatido al proyecto de nación impulsado por los gobiernos emanados de la revolución mexicana. En la segunda mitad del siglo XX, los Tecos se incorporaron al movimiento anticomunista internacional mediante la FEMACO. A través de ella, criticaron a los obispos latinoamericanos que defendieron las reformas planteadas en el Concilio Vaticano II y a todos los miembros de la iglesia católica que mostraron comprensión hacia la lucha armada como método para combatir la injusticia y la desigualdad en Latinoamérica.<sup>78</sup>

A organização do anticomunismo mexicano baseou-se em princípios marcadamente conservadores. No caso de *los Tecos* percebe-se a necessidade de afirmação da rigorosa formação intelectual recebida pelos intelectuais da Igreja Católica. O Concílio Vaticano II, evento que marcou a tomada de posição da igreja católica frente às novas demandas políticas e sociais, foi escolhido como “bode expiatório”, ao lado do projeto de educação popular proposto pelo governo de Cárdenas. Duas premissas progressistas que envolveram um debate amplo nos rumos da sociedade mexicana. Los Tecos foram uma organização reacionária resultado da organização de “(...) jóvenes universitarios convocados por la orden de los jesuitas de la ciudad de Guadalajara, Jalisco (...).<sup>79</sup>

78 MACEDONIO, M. N. Historia de una Colaboración Anticomunista Transnacional: Los Tecos de la Universidad Autónoma de Guadalajara y el gobierno de Chiang Kai-Shek a principios de los años setenta. In: Historia y problemas del siglo XX, Volumen 1, Año 1, 2010, p. 133-158. p. 135.

79 Id. Ibid. p. 136

Apesar do apelo militante contra as obras de Cárdenas no México, e o levante contra a refundação de setores católicos proporcionados pelo Concílio Vaticano II, os Tecos foram particularmente resistentes em meio à universidade, onde estabeleceram sua atuação ainda nos anos de 1930. Por divergências em relação ao projeto estudantil que motivou a mobilização de setores populares em torno de uma reforma da educação com características populares, localizadas, principalmente nas demandas estudantis do *Consejo Universitario de la Universidad de Guadalajara*, os Tecos atuaram como oposição ao projeto, e foram guarnecidos em sua formação pelos jesuítas mexicanos, contra o estabelecimento do que interpretaram ser um “projeto de educação socialista”. O fracasso de suas investidas contra o movimento estudantil constituído em torno do *Consejo*, decretou a intervenção direta na criação da primeira universidade privada do México, a *Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG)*<sup>80</sup>, que contou com executivos de multinacionais que atuaram no seu conselho<sup>81</sup>. O projeto conservador dos *Tecos* foi permeado de apoio liberal,

La Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG) logró ser constituida oficialmente en 1935 y representó la primera

- 80 O posicionamento anticomunista da UAG é histórico e persiste como um valor compartilhado entre seus membros, como sustentado até hoje no site da UAG, mais precisamente no histórico de sua fundação: “El 3 de Marzo de 1935 un grupo de jóvenes encabezados por Carlos Cuesta Gallardo, Ángel Leño Álvarez del Castillo y Antonio Leño Álvarez del Castillo, apoyados por profesores universitarios y gran parte de la sociedad tapatía, se opusieron a la educación socialista y decidien formar la Universidad Autónoma de Guadalajara, naciendo así la primera universidad privada de México.” UAG. Nuestra Breve Historia. Disponível em: <http://www.uag.mx/Universidad/Historia> Acesso em: 02/10/2018.
- 81 Macedonio cita os seguintes empresarios em nota: “El Consejo de Directores, compuesto por treinta personas, en su mayoría empresarios: señor José Represas, presidente de la Comisión Nestlé; licenciado Agustín Legorreta, Banamex; señor Manuel Espinosa Iglesias, Bancomer; doctor José Luís Curiel, señor González Garza; señor Francisco Xavier Sauza, Compañía Sauza; arquitectos Fontané y Corona; señor Salvador López Chávez, dueño de la empresa de calzado Canadá. También reciben apoyo para programas especiales: OEA, Fundación Ford, Fundación Rockefeller, Fundación Jenkins, Banco de México; Ernesto Robles León, presidente de la Compañía Bacardí; Lic. Ballesteros, presidente de la Compañía de Aviación; los hermanos Leñero, uno de ellos presidente de la Asociación de Productores de Coco, L. Romero, “Los estudiantes entre el socialismo y el neoconservadurismo”, 172.” MACEDONIO, Op. Cit. p. 138

apuesta de los jesuitas en la educación superior. Apoyados por la burguesía local que rechazaba la política intervencionista del Estado en la economía y por un profesorado que reivindicaba las bondades de una educación liberal y la exaltación del individuo sobre los valores corporativos promovidos por el régimen, lograron fundar la primera y única universidad privada que se constituyó en México desafiando el proyecto revolucionario de nación. De esta manera, impidieron que la educación socialista rigiera todos los estudios de bachillerato y profesionales en Jalisco.<sup>82</sup>

O auge do trabalho anticomunista desempenhado pelos Tecos viria com a presidência de Lyndon Jhonson nos EUA (1963-1968). Sustentados pela cooperação educativa bem remunerada por meio da ajuda econômica de seu conselho diretor da UAG<sup>83</sup>, os Tecos ganharam o suporte necessário para a ampliação de suas atividades. A FEMACO foi criada em 1967, sob os auspícios dos esforços de

82 Id. Ibid. p. 136

83 Scott Anderson e John Lee Anderson também mencionaram o peso da UAG sob o comando dos Tecos: "Descobrimos que o capítulo mexicano da CAL foi chamado de Federação Mexicana Anticomunista (FEMACO) e que sua verdadeira base de poder e o lar de seus líderes estavam na cidade de Guadalajara, mais especificamente na Universidade Autônoma de Guadalajara. A escola foi controlada por uma sociedade secreta chamada Los Tecos. Os Tecos, anticomunistas e antisemitas virulentos, controlavam muitos dos alunos e funcionários que obrigavam as promessas de fidelidade e operavam sua própria rede de espões no campus. O professor Raimundo Guerrero ensinou na universidade Guerrero também foi chefe da FEMACO e presidente da CAL. Agora tivemos pistas tangíveis de que alguns dos esquadrões da morte da América Latina operavam em uma coordenação frouxa através de um organismo central - a Confederação Anticomunista Latinoamericana." ANDERSON e ANDERSON, Op. Cit. p. 17. No original: "We discovered that the Mexican chapter of CAL was called the Mexican Anti-Communist Federation (FEMACO) and that its real power base and the home of its leaders were in the city of Guadalajara, more specifically at the Autonomous University of Guadalajara. The school was controlled by a secret society called The Tecos (Owls). The Tecos, virulent anti-communists and anti-Semites, had control over many of the students and staff they forced loyalty pledges and operated their own spy network on the campus. Professor Raimundo Guerrero taught at the university Guerrero was also head of FEMACO and the chairman of CAL. We now had tangible clues that some of the death squads of Latin America operated in loose coordination through a central body-the Latin American Anti-Communist Confederation."

Johnson, e sua “Doutrina Mann”<sup>84</sup> de frear a possibilidade de criação de outras revoluções como a cubana na América Latina. Não se pode deixar de concatenar a criação da FEMACO com a criação da LAM, pois os *Tecos*, principal organização anticomunista do México no período, já possuíam vinculações internacionais, ainda que mediadas pela expectativa da intervenção estadunidense. Porém, como se pode avaliar até aqui, os *Tecos* possuíam uma função cosmopolita importante para a absorção dos ideais anticomunistas no México, e a FEMACO já surgiu com essa experiência.

O México foi o país que se antecipou à tendência expansionista da LAM. O estabelecimento da FEMACO assim o demonstra. A historiadora Monica Macedonio argumenta que a vinculação da FEMACO e da LAM são conjunturais, e pertencem a iniciativa da “Doutrina Mann” e ao anticomunismo do governo Johnson. De certa forma, é possível acrescentar que ambas foram iniciativas que se produziram em meio à ampliação do receituário cosmopolita presente em iniciativas dispersas que perpassaram a organização por intermédio de iniciativas regulares de resposta a mobilizações que pudessem ser percebidas como revolucionárias.

O anticomunismo mexicano, no entanto, foi delineado pelo catolicismo. Os próprios *Tecos* reivindicaram uma origem histórica de sua agremiação conectada com a resistência à reforma do Estado

84 A doutrina Mann teve objetivos marcadamente “apassivadores” e foi criada da seguinte forma: “El 19 de marzo de 1964, Thomas C. Mann, Secretario de Estado Adjunto para Asuntos Interamericanos durante la administración Lyndon B. Johnson, formuló una doctrina que marcó el quehacer hemisférico estadounidense entre 1963 y 1968. Fue conocida como la Doctrina Mann y advertía que los Estados Unidos no tolerarían que una “facción comunista” tomara el poder en algún lugar del hemisferio. Para evitarlo, emplearían todos los recursos a fin de resguardar a cualquier república “cuya libertad estuviera amenazada por fuerzas impuestas más allá de las costas del continente americano”; además, se comprometió a impulsar el crecimiento económico, mantener una actitud neutral respecto a las reformas sociales, proteger las inversiones privadas norteamericanas y no interferir en sus asuntos internos, Ana Rosa Suárez Argüello, “México, los Estados Unidos y la política interamericana durante el gobierno de Lyndon B. Johnson (1963-1968)”, *Revista de ciencias sociales y humanidades UAM 17* (1989).” MACEDONIO, Op. Cit. p. 139

mexicano propalada pelo governo de Plutarco Elias Calles (1924-1928) que atingiu a autonomia da igreja, pois reivindicando a constituição revolucionária de 1917, passou a exigir o registro de todos os sacerdotes na *Secretaria de Gobernación*. Nesse período, surgiu a chamada “política cristera recordando ese pasaje de la historia de México como un episodio de gran trascendencia, del que se sintieron parte y que los dotó de identidad: el valor de la violencia justa como principio rector de su práctica política.”<sup>85</sup> Os *Tecos* reivindicavam uma identidade histórica com a “política cristera”<sup>86</sup> a qual se diziam herdeiros diretos, sendo que o aparelho privado de hegemonia difusor de seus ideais foi a *Revista Replica*<sup>87</sup>. Como podemos observar, a identidade histórica do anticomunismo mexicano remete ao exercício da violência como imposição do projeto católico conservador, sendo que o elemento de conservação que unifica a luta é o autoritarismo.

Claro está, também, que não foi o México um caso à parte da dinâmica de constituição de entidades cujo objetivo foi o de organizar o anticomunismo. De certa forma, os elementos constituintes desta solução são reconhecidos nos documentos que foram apresentados pela FEMACO à CAL como resultado de propostas para colaborar ativamente com a CAL. Uma resolução apresentada pela FEMACO à CAL no seu 2º Congresso, delimitando a cooperação tendo em vista a necessidade de unidade para a ação, sugeriu a seguinte ação:

Todas las entidades miembros de la CAL se obligan a combatir al comunismo y a sus cómplices, sin importar cuál sea la

85 Macedonio, op. Cit. p. 141

86 A “política cristera” foi baseada na experiência histórica de luta de setores da Igreja Católica contra o artigo 130 da Constituição mexicana de 1917. A constituição foi resultado da Revolução naquele país. Sobre os eventos que envolveram a Guerra Cristera, também denominada de Cristiada há extensa bibliografia. Uma boa introdução ao tema da historiografia sobre a Guerra Cristera é o artigo de Damián López. Cf.: LÓPEZ, Damián. La guerra cristera (México, 1926-1929). Una aproximación historiográfica, *Historiografías*, 1 (primavera, 2011): pp. 35-52.

87 A *Revista Replica* surgiu em 1967 e existe até hoje. Conta com um rol de patrocinadores suntuosos, dentre eles podemos destacar as multinacionais Suzuki, Renault, Honda, Fiat e Toyota. Cf.: <http://www.revistareplica.com/index.php>. Acesso em 19/07/2017.

denominación religiosa, de partido político o de organización que adopten, empleando concretamente todos los tipos de medios, no menos eficaces que los que utiliza el comunismo internacional como los que se han mencionado en los considerandos de estas resoluciones; naturalmente atendiendo a las posibilidades reales de cada organización miembro de la CAL, pero procurando éstas oportunamente tomar todas las medidas adecuadas a su fortalecimiento interno y a su eficacia organizativa y de acción.<sup>88</sup>

A resolução da FEMACO demonstra a síntese dialética estabelecida pelo anticomunismo mexicano como trincheira de contenção dos movimentos particularmente voltados para a organização dos subalternos. Ao ampliar seu flanco de combate a toda agremiação, independentemente de sua sigla ideológica ou método de organização, a FEMACO reconhece, inclusive, o emprego da violência. Trabalhar pelo fortalecimento sem tréguas das entidades e outros pilares de ações organizativas são mencionados como objetivos. No entanto, o reconhecimento da importância sobre os métodos de avanço do anticomunismo pela FEMACO cimentou sua adesão à organização da CAL como entidade de organização e ação.

Não se pode superestimar a atuação da FEMACO na construção da CAL, ou, até mesmo, seu peso relativo, e não absoluto, na constituição do ideário anticomunista que demarcou a atuação das entidades, pois é a própria luta de classes que define estas dimensões reivindicadas, muito embora salte aos olhos o tom alarmista de suas proposições. No mesmo documento mencionado anteriormente, encontramos o reconhecimento da dinâmica do processo histórico que esteve presente nas preocupações da FEMACO, principalmente no que se refere aos limites da *práxis* anticomunista: “Que todas las entidades miembros de la CAL por propia iniciativa, estudien y

88 CAL. Resolución Aprobada por la Comisión de Asociaciones Cívicas en el II Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana. Presentada por la Federación Mexicana Anticomunista FEMACO. Rio de Janeiro, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R00094 F1102)

ejecuten en sus respectivos países las más adecuadas medidas de lucha contra el comunismo, equivalentes a las referidas en los considerandos de estas resoluciones.”<sup>89</sup> Este documento faz parte das resoluções de 1972 da CAL, e ao concluir sua intervenção no Congresso, podemos observar que não se trata de um salto qualitativo em termos de organização, pois reaparece a dimensão a-histórica da ação anticomunista que caracterizou a LAM e que já mencionamos anteriormente. A FEMACO admitiu,

Que todas las entidades miembros se obliguen a ejecutar las medidas concretas que en este sentido apruebe el Congreso General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, el Consejo Coordinador o la Secretaría General de la CAL en los periodos que transcurran entre las reuniones del Congreso General y del Consejo Coordinador.<sup>90</sup>

A configuração militante do anticomunismo reivindicada pela atuação da FEMACO na CAL demonstra os traços históricos que o anticomunismo adquiriu nos anos de 1970, cuja fundação da CAL é expressão. Mais do que a aplicação de premissas combativas ao comunismo especificamente contextualizadas, a nova dinâmica da ação orgânica adquirida pela CAL condicionou a ampliação das atividades militantes das entidades apesar da manutenção da violência no centro da metodologia de combate ao comunismo.

As dimensões formativas dos ativistas anticomunistas envolvidos com as entidades que representaram a CAL levaram o anticomunismo a um novo patamar histórico de hegemonia. O estudo e a execução das metodologias de combate, baseados na atuação do comunismo, como demonstram os documentos da CAL de 1974 a 1977 que veremos adiante sugerem que esta entidade manteve a premissa militarista da LAM, mas acrescentou-a com outras ações visando o estabelecimento de consenso a partir da sociedade civil. O pragmatismo é o contorno que definiu as expectativas em torno da construção de um projeto,

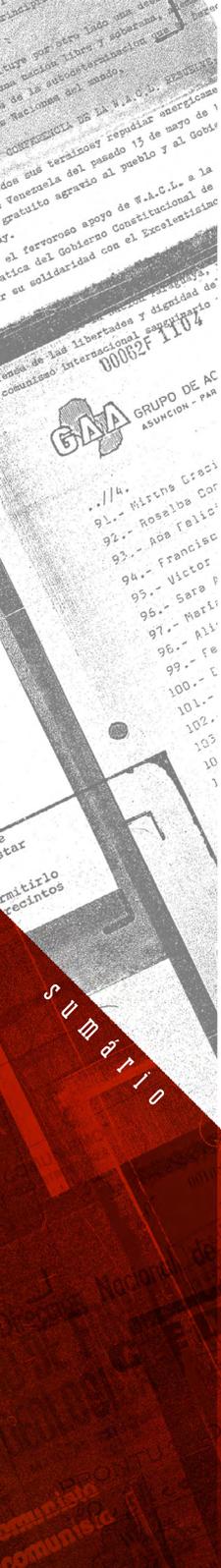
89 Id. Ibid.

90 Id. Ibid.

e a carga formativa reivindicada possui um aspecto de colaboração que já foi mencionado na fundação da LAM. Destarte, a colaboração é a tônica da construção de uma forma de solidariedade militante que fortaleceu a centralidade da coordenação por meio da CAL. No entanto, outras formas de produção de informações aparecem na base da CAL antes mesmo de sua fundação.

Neste caso nos referimos à conexão brasileira da CAL. O protagonismo do empresário paulista Carlo Barbieri Filho, membro histórico da CAL que chegou a presidir a LAM em 1974, demonstrou formas de cooperação com empresários, militares e representantes do sistema financeiro. Encontramos a seguinte referência sobre Carlo Barbieri Filho,

Na década de 1970, Carlos Barbieri Filho era praticamente desconhecido no Brasil. Como ultradireitista de trinta anos, a política de Barbieri Filho - e seu hábito de carregar uma pistola na cintura - era muito extrema para a maioria de seus compatriotas. Seu pedido de confronto violento com as forças do comunismo pareceu um pouco em descompasso com uma nação que não experimentou os horrores de uma guerra civil total e que não viu a necessidade de "matar ou ser morto". Também não poderia Barbieri encontrar muito apoio entre os militares direitistas, que, apesar de governar o Brasil, eram bastante benignos em comparação com as juntas vizinhas da Argentina, da Bolívia e do Uruguai. Mesmo a organização arqui-tradicional brasileira conservadora da Tradição, Família e Propriedade (TFP), com



o objetivo de retornar o Brasil a uma espécie de feudalismo católico medieval, considerou-o como um “louco volátil”.<sup>91</sup>

Apesar dos equívocos sobre o caráter “pacífico” da sociedade brasileira em comparação com outras realidades históricas, pois, como avaliou o autor o Brasil é: “uma nação que não experimentou os horrores de uma guerra civil total e que não viu a necessidade de ‘matar ou ser morto’”, Anderson demonstrou que Barbieri era uma figura subalterna<sup>92</sup> no contexto anticomunista brasileiro, sendo que a TFP apareceu com maior protagonismo. Carlos Barbieri foi membro fundador da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI). Sobre a SEI, encontramos muitos informes da entidade que estão arquivados no *Archivo del Terror*, como já mencionado na introdução do livro. Os documentos são boletins de estudos sobre a atuação do comunismo mundial, com ênfase nas atividades unificadas em encontros e congressos do PC.

91 “ANDERSON e ANDERSON, Op. Cit. p. 140. No Original: In the 1970's, Carlos Barbieri Filho was practically unknown in his native Brazil. An ultra-rightist in his thirties, Barbieri Filho's politics-and his habit of carrying a pistol on his hip-were too extreme for most of his countrymen. His call for violent confrontation with the forces of communism seemed a little out of step in a nation that had not experienced the horrors of an all-out civil war and that did not see the need to “kill or be killed.” Nor could Barbieri find much support among the rightist military, which, although ruling Brazil, was rather benign compared to the neighbouring juntas of Argentina, Bolivia, and Uruguay. Even the arch-conservative Brazilian organization Tradition, Family and Property' (TFP), with its goal to return Brazil to a kind of medieval Catholic feudalism, considered him something of a volatile madman.” O jornalista brasileiro Rubens Valente da Folha de São Paulo entrevistou Carlos Barbieri Filho em 2009. Segundo Valente, “Barbieri se envolveu com a CAL (Confederação Anticomunista Latinoamericana), mas disse que dela se afastou por suas ‘posições radicais’. '[A CAL] tinha uma posição antissionista e não tinha apreço pela democracia, que era nossa base doutrinária. VALENTE, Rubens. Célula anticomunista atuou no Brasil durante a ditadura. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1511200911.htm>. Acesso em: 04/10/2018.

92 Alfredo Buzaid, ministro da justiça do ditador Emilio Garrastazu Médici que presidiu a ditadura civil-militar brasileira entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974, também frequentou os Congressos da CAL e da LAM. Buzaid apareceu entre os membros do III Congresso da CAL de 1977 que foi nosso foco para a discussão do 3º capítulo da tese. O pesquisador Rodolfo Costa Machado produziu instigante dissertação de mestrado sobre o referido jurista brasileiro, detectando nos escritos e ações de Buzaid uma “Ideologia Autocrática do Estado”. Cf.: MACHADO, Rodolfo Costa. Alfredo Buzaid e a Contrarrevolução Burguesa de 1964: Crítica histórico-imanente da ideologia do direito, da política e do Estado de Justiça. Dissertação (Mestrado em História). 2015. 875 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PC-SP), São Paulo, 2015.

Catalogados sob o R00126 F2629 em diante, encontramos um índice com data de 1962<sup>93</sup> que leva a rubrica de “Confidencial: Exclusivo para o Brasil e os países Latino-Americanos” e se trata de um “Resumen de las publicaciones de la SEI del primer trimestre de 1962”. Trata-se de um índice dos principais assuntos analisados nos boletins da entidade em que há a indicação do número de publicações em forma de boletins, sendo que os assuntos com maior destaque de cada número são evidenciados. Não temos o número inicial, mas o número final corresponde a 665, o que dimensiona a vigilância e articulação das publicações sobre a organização do comunismo.

Ao que tudo indica, a SEI foi formada em 1960. Sua atuação orgânica foi pioneira junto ao Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPES). A SEI foi uma das primeiras associações de classe que receberam dinheiro do IPES durante o período de formação da ação organizada contra João Goulart, no Brasil. A atuação dos institutos de estudos foi preponderante no cerco da direita brasileira contra o governo Goulart e ocupou um papel significativo na guerra de posições que levou ao golpe de 1964. Uma infinidade de organizações “brotaram” em meio ao acirramento da pauta reformista de Goulart, mas mesmo antes disso, vigiaram e conspiraram contra o executivo brasileiro. A jornalista Denise Assis mencionou o oportunismo da SEI da seguinte forma,

(...) apresentando-se como empenhados na “*formação social, cultural e cívica das pessoas das mais diversas camadas sociais*”, obtinham [do IPES] imediatamente o que solicitavam. Foi o caso do senhor Wladimir Prereira, presidente da Sociedade de Estudos Interamericanos, que solicitou Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para a instalação de uma “*Colônia de Férias Permanente*” para formar, “*numa chácara alugada*

93 Sobre a proliferação de sociedades de classe com características marcadamente anticomunistas, Cf.: DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. Outra referência é: RAMÍREZ, Hernán. Corporaciones en el poder. Institutos y acción política en Brasil y Argentina. IPÉS, FIEL y Fundación Mediterránea. Buenos Aires: Lenguaje Claro Editora, 2007.

para esse fim, assistentes de Relações Sociais nas empresas, e dar orientação cívica e sindical a trabalhadores e cursos de caráter cívico-social para estudantes”. A SEI tornou-se uma das primeiras beneficiadas pelo IPES, em 4 de janeiro de 1962.<sup>94</sup>

A ação organizada do anticomunismo brasileiro contou com a participação do que Dreifuss denominou de “elite orgânica”<sup>95</sup> no contexto que antecedeu o golpe de 1964. Uma azeitada rede conspiratória foi estruturada em torno do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que atuou na cooptação de parlamentares brasileiros e seus respectivos partidos, e seu braço orgânico e intelectual IPES, entidade de produção de propaganda e formação tecnocrática, sendo que a SEI foi uma entidade que antecedeu o formato delineado no complexo IPES/IBAD.

O conteúdo dos boletins da SEI procuraram descrever informações detalhadas das atividades comunistas pelo mundo. Diversos assuntos interessavam à pauta de exposição da instituição, sendo que destacamos algumas delas tendo como foco a questão da organização coletiva dos “inimigos”. A SEI, que mais tarde integrou-se à CAL, não se restringiu a demonstrar as investidas do comunismo na América Latina, mas, sim, atuou para a produção de inteligência.

No boletim de número 358, que leva como indicação de sua difusão a cidade de Roma, na Itália, com a data de 1/60 (a qual supomos se tratar de janeiro de 1960), e que leva o título como indicação de assunto “*Reunión secreta de los partidos comunistas de Europa*”, a entidade demonstra-se particularmente interessada em alguns aspectos da atividade organizativa revolucionária no país, mas também menciona certa acuidade com relação a participação de

94 ASSIS, D. Propaganda e cinema: a serviço do golpe, 1962-1964. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2001. p. 51

95 DREIFUSS, 1981. Op. Cit.

outros países numa reunião dos Partidos Comunistas (PCs) ocorrida entre 21 e 24 de novembro de 1959 e indica que,

Informes obtidos en fuente fidedigna, en Roma, han hecho posible conocer numerosos detalles de los trabajos realizados y la importancia de la reunión. Entre todos, 60 dirigentes comunistas europeos han estado presentes. La mayor delegación fue la del partido italiano que, además de eso, estuvo incumbido de organizar la reunión. La representación italiana se componía de 22 delegados, entre los cuales se encontraba TOGLIATI, LONGO y AMENDOLA. De las delegaciones visitantes, la más numerosa fue del PC francés, con doce personas, entre las cuales destacamos JANETTE VERMAERSH (esposa de M. THOREZ), E. PAJON, R. GUYOT y L. CASANOVA.<sup>96</sup>

Apesar de não citar fontes, as atividades de vigilância focadas na organização comunista, com conteúdo internacionalmente difundido, e, ao que tudo indica, com serviço de espionagem, tornou-se a principal referência dos boletins da SEI a partir de 1960. Ao mencionar alguns nomes internacionalmente conhecidos da militância comunista, o boletim demonstra uma direção que marcaria os trabalhos da CAL. Ademais, na continuidade do informe, a SEI menciona que os participantes realizaram algumas reuniões no Instituto Gramsci, e se alojaram e terminaram seus trabalhos numa escola de formação do PC italiano que se encontrava próxima ao Instituto.

A estratégia de perseguição e espionagem seguida pelos informes entregues à SEI remontam a uma estrutura burocraticamente organizada, visando a um fim específico. Dessa forma, é possível observar o nível de profissionalização dos quadros de espionagem que atuaram a serviço da SEI. Mais um traço da constituição da CAL que aparece delineado em sua genealogia. As indicações técnicas e a precisão das informações são orquestradas para o melhor

96 SOCIEDADE DE ESTUDOS INTERAMERICANOS (SEI). BOLETIN nº1 de 1960. Reunión secreta de los partidos comunistas de Europa. Documento. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2333.)

aproveitamento do material difundido aos diversos países e entidades envolvidas no combate ao comunismo. O foco nas lideranças é uma das estratégias de ação que se evidencia nas conclusões a que se pode chegar a partir do serviço de vigilância que resultou no boletim documentado da seguinte forma: “TOGLIATTI y LONGO han sido los principales relatores”.<sup>97</sup> A conclusão deste informe nos dá uma indicação precisa sobre o conteúdo que preocupou os anticomunistas a partir desta reunião de comunistas sediada em ROMA:

CONCLUSION: En Europa, como en el mundo entero, los Partidos Comunistas están reajustando su nueva táctica para mayor flexibilidad, maniobra esa que contribuirá para aumentar la confusión en el campo democrático. La conferencia de los PC de Europa Libre constituye apenas uno de los muchos aspectos de esa operación de envergadura mundial. El manifiesto de Roma nada más hace que repetir las directrices de “Moscú” extendiendo la mano a los socialistas, católicos y nacionalistas.<sup>98</sup>

A forma de apresentação sucinta dos temas revela o pragmatismo do trabalho de informação realizado. De certa forma, a ênfase no caráter internacionalista da reunião dos PCs é praticamente uma convocação para a cooperação.

Ao tratar de partidos e dirigentes latino-americanos, os boletins da SEI, no entanto, não deixam de enfatizar o problema causado à organização pela ingerência do PCURS. O dirigente histórico do PC mexicano que ficou cerca de 20 anos na direção do partido, Dionísio Encima, é um desses exemplos. Ao relatar os eventos que envolveram a prisão do dirigente, a SEI avaliou que, “Exactamente en que el gobierno mejicano – es conveniente señalar – arrestaba DIONISIO ENCIMA, secretario general del PC en México, bajo la acusación de “fomentar agitación”, Moscú criticaba internamente la acción de dicho dirigente comunista.” (R00186 F2335). Como se pode observar, como descrito

97 Id. Ibid.

98 Id. Ibid. F2334

pelo líder máximo da LAM Chiang Kai-Chek, o objetivo de explorar ao máximo os conflitos internos inerentes à organização do comunismo já estava em linha com a SEI que veio a fazer parte da CAL.

Outra instituição brasileira que fez parte da fundação da CAL foi a Sociedade de Estudos Econômicos Políticos e Sociais (SEPES) que também foi fundada pelo já mencionado Carlo Barbieri Filho. A primeira conexão de Barbieri Filho com a LAM foi tecida a partir da fundação do SEPES. Ao que tudo indica, o propósito do empresário era defender seus interesses de classe. Sua família era proprietária do banco Aplik, e as atividades anticomunistas organizadas do empresário começaram com a estruturação da SEPES. De acordo com Anderson e Anderson (1986)<sup>99</sup>, Barbieri foi responsável pela conexão com o Paraguai<sup>100</sup>, haja vista que atuou no país por meio da empresa financeira Urundey de sua propriedade. No entanto, a atuação de Barbieri no Paraguai possuiu um sentido amplo, uma vez que o país foi historicamente um dos principais parceiros diplomáticos de Taiwan. Desta forma, Anderson avaliou que,

Barbieri foi oficialmente ungido presidente do capítulo representando a maior e mais poderosa nação da América Latina. Barbieri desempenhou um papel muito maior na Liga Anticomunista Mundial do que simplesmente participar de conferências. Ele é supostamente um agente importante na campanha do governo de Taiwan para ganhar influência na América do Sul.<sup>101</sup>

No terceiro capítulo trazemos mais informações sobre Barbieri e sua conexão com o repressor paraguaio Antonio Campos Alum.

99 ANDERSON; ANDERSON, Op. Cit.

100 O Paraguai, como veremos mais adiante, se transformou no principal bureau da CAL no ano de 1977 quando sediou o terceiro congresso da entidade. Em 1979, o país sediou o XII congresso da LAM. Ambos os eventos ocorreram sob a proteção do ditador Alfredo Stroessner e com a atuação protagônica do repressor Antonio Campus Alum.

101 ANDERSON; ANDERSON, Op. Cit. p. 140. No Original: "Barbieri was duly anointed chairman of the chapter representing the largest and most powerful nation in Latin America. Barbieri has played a much greater role in the World Anti-Communist League than merely attending conferences. He is reportedly an important agent in the Taiwanese government's campaign to gain influence in South America"

Por enquanto, seguimos a indicação de Anderson para quem Barbieri foi um dos expoentes da LAM que buscou representar os interesses de Taiwan na América do Sul. Portanto, mesmo que as aspirações políticas do empresário paulista tenham se voltado para a LAM em detrimento do trabalho realizado pela CAL, como Barbieri disse na entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, não se pode deixar de levar em consideração seu trabalho orgânico relacionado ao aprofundamento das relações comerciais entre Taiwan e países sul-americanos, principalmente o Paraguai.<sup>102</sup>

A atuação do Paraguai no estabelecimento da CAL foi fundamental e se inseriu na lógica de colaboração repressiva que tomou conta da América Latina, especialmente nos anos de 1970. As figuras mais emblemáticas que atuaram na CAL, capítulo paraguaio, foram: o ditador Alfredo Stroessner; os membros da Polícia da Capital, Campos Alum<sup>103</sup>, Guanés Serrano e Pastor Coronel; o chanceler Heladio Loizaga.<sup>104</sup>

Ao que tudo indica, o Paraguai foi protagonista do fortalecimento da CAL em meio à estruturação da colaboração repressiva da Ope-

102 Ao que tudo indica, as relações diplomáticas e comerciais entre Paraguai e Taiwan foram estabelecidas à época da ditadura Stroessner e até o governo de Fernando Lugo que as rompeu em favor do estabelecimento de tratados diplomáticos com a China.

103 Não se pode deixar de mencionar que parcela significativa dos arquivos sobre a LAM/CAL encontram-se no fundo documental que pertenceu a Campos Alum e hoje estão catalogados no Archivo del Terror.

104 A figura de Heladio Loizaga causou certo frisson quando Horacio Cartes assumiu a presidência do país. Após o golpe de Estado que encaminhou o impeachment de Fernando Lugo, que foi sucedido na presidência do país pelo seu vice-presidente, Frederico Franco, do Partido Liberal, Cartes venceu as eleições 2013 no Partido Colorado. Cartes nomeou Loizaga como ministro, que foi chanceler durante a ditadura de Alfredo Stroessner e secretário privado de Andres Rodrigues que conduziu o golpe que depôs Alfredo Stroessner. Sobre Loizaga, a jornalista Janaina Figueiredo mencionou que: "A acusação contra o novo ministro foi apresentada em 2005 pelo jornalista Nemesio Barreto. De acordo com Martin Almada, que em 1992 descobriu os Arquivos do Terror (documentos sobre a repressão na ditadura), "as informações apresentadas por Nemesio são graves, e a designação de Loizaga provocou preocupação". Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/sombra-da-ditadura-sobre-novo-chanceler-paraguaio-9592421#ixzz4nZtSaZ5sStest>>, Acesso em 22/07/2017.

ração Condor. O capital social dos repressores paraguaios junto aos aparatos internacionais de repressão estabelecidos na América Latina, garantiu um trânsito importante de informações colaborativas entre os organismos de repressão naquele contexto. A experiência dos repressores paraguaios, o livre trânsito de informações entre os diversos órgãos de colaboração, foram analisados pela jornalista Stella Calloni,

Guanes Serrano y, especialmente, Campos Alum por sus vínculos con la Liga Anticomunista Mundial, tenían excelentes relaciones con los dirigentes de los escuadrones de la muerte, los paramilitares y los ejércitos represivos de Centroamérica. En Guatemala, los servicios de inteligencia argentinos tenían una sede muy particular y desde allí trabajaban en toda región, muchas veces bajo el disfraz de agencias periodísticas, como fue el caso de una llamada BAIPRESS. Algunos de sus agentes llegaron a infiltrarse en las filas de los refugiados de los distintos países del área para realizar espionaje.<sup>105</sup>

A importância do Paraguai para a estabilidade da CAL reuniu qualidades que vão das ações do Estado *stricto sensu* ao estabelecimento de redes de propaganda e colaboração anticomunistas, sendo que podemos dizer que o empresário paulista Carlo Barbieri Filho foi uma espécie de embaixador da morte já que facilitou o estreitamento de relações estratégicas entre Taiwan e Paraguai na conexão LAM/CAL, além de atuar com muita proximidade com os repressores de Brasil e Paraguai. Apesar da escassez de estudos relacionados a esse tema, não se pode deixar de considerar o fato de que os agentes paraguaios da CAL tinham objetivos próprios que se conectavam com os interesses de Stroessner e sua manutenção no poder, como os de estreitar laços comerciais com nações participantes da CAL e fomentar a perspectiva de cooperação.

Uma tendência forte da atuação paraguaia na CAL foi a vigilância permanente do conteúdo televisivo veiculado na rede de televisão ABC

105 CALLONI, Op. Cit. p. 227

Color. Muitos documentos demonstram que a rede de comunicações e informações do Paraguai, como um todo, foram vigiadas e, de certa forma, influenciadas pelas deliberações discutidas na CAL. Durante os congressos da entidade se estabeleciam grupos de discussão sobre a produção de pautas direcionadas às redes de comunicação, como veremos nos próximos tópicos de análise.

Na Argentina, as redes de conexão anticomunistas que se materializaram na CAL possuíam um longo histórico de colaboração que remetem ao século XIX. No entanto, foi a partir do pós 2ª Guerra que o país protagonizou o aprofundamento de uma linha que demarcou sua atuação na CAL. Estamos nos referindo à cooperação formal e, principalmente, informal e secreta que o país estabeleceu com criminosos de guerra. O caso mais conhecido foi o de Otto Adolf Eichmann, que chegou ao país nos anos de 1960 a convite da Mercedes Benz para trabalhar na primeira filial da multinacional fora da Alemanha. No entanto, a colaboração argentina com criminosos de guerra não se restringiu a isso. Outros casos, como o dos Ustashi, são mencionados por Anderson,

Responsáveis pela matança de um milhão de seus compatriotas, os Ustashi conseguiram iludir a justiça através de uma combinação de incompetência aliada, cumplicidade do Vaticano, o caos da Europa do pós-guerra, as suspeitas mútuas dos Estados Unidos e da União Soviética, a assistência generosa dos governos argentino e espanhol e matam a solidariedade dos emigrados croatas em todas as partes do mundo.

Milhares de Ustashi recuaram com as tropas alemãs em maio de 1945 e tentaram se render às forças britânicas na fronteira austríaca. Quando os britânicos recusaram sua entrada, os Ustashi improvisaram. Ante Pavelic cortou suas sobranças reconhecíveis e espessas, vestiu uma barba e, com um passaporte argentino, entrou na Áustria sob o nome de "Ramirez". Ele se escondeu no convento de St. Gilgin, depois de ser ocupado pelas forças de ocupação britânicas. Ele foi libertado e apareceu dois anos depois, na Itália, como sacerdote

escondido em outro convento. Acredita-se que a partir daí, com um novo passaporte argentino sob o nome de “Pablo Aranyos”, navegou para Buenos Aires em 1948.<sup>106</sup>

Como podemos observar, os autores trabalham com a hipótese de que a fuga de Ante Pavelic, membro da organização nazifascista Ustashi, que teria fugido da Europa com passaporte argentino, após ter sua entrada na Inglaterra recusada. Sua rota de fuga envolveu um longo itinerário até seu estabelecimento em Buenos Aires, em 1948. Diferentemente de Eichmann, Pavelic se envolveu numa trajetória secreta e chegou a mudar seu nome para se estabelecer no país. Trata-se de um itinerário que, como veremos mais adiante, guarda relação com a atuação dos repressores que se envolveram com a Operação Condor. Segundo Anderson, a Argentina foi o destino de outro agente Ustashi. Trata-se de Stejpan Hefer, que:

Stejpan Hefer também escapou para a Áustria. Ele estava lá em 19 de agosto de 1946, quando o governo iugoslavo apresentou documentos que pediam seu retorno à Iugoslávia para julgamento por crimes de guerra. As autoridades americanas e britânicas foram aparentemente incapazes de localizar o ex-governador-geral entre aqueles nos campos das pessoas

106 ANDERSON; ANDERSON, Op. Cit. pp. 38-39. No original: “Responsible for the slaughter of a million of their countrymen, the Ustashi were able to elude justice through a combination of Allied incompetence, Vatican complicity, the chaos of post-war Europe, the mutual suspicions of the United States and the Soviet Union, the generous assistance of the Argentine and Spanish governments, and the solidarity of Croatian emigres in every part of the world.

Thousands of Ustashi retreated with the German troops in May 1945 and attempted to surrender to British forces at the Austrian border. When the British refused them entry, the Ustashi improvised. Ante Pavelic clipped his recognizable bushy eyebrows, donned a beard, and, with an Argentine passport, slipped into Austria under the name “Ramirez.” He hid in the Convent of St. Gilgin until picked up by British occupation forces. He was released and surfaced two years later in Italy rested as a priest and secreted in another convent. It is believed that from there, with a new Argentine passport under the name “Pablo Aranyos” he sailed to Buenos Aires in 1948.”

deslocadas, pois ele surgiu um ano depois na Itália. De lá, ele navegou para se juntar ao seu *spoglavnik* na Argentina.<sup>107</sup>

Ambas são trajetórias espetaculares que envolvem a especificidade do período recente ao pós II guerra e envolvem a Argentina. No caso específico de Hefer, Anderson menciona que ele foi ajudado pela instituição que cuidou das rotas de fuga dos criminosos de guerra croatas. Trata-se da *Instituto di Santa Jeronimus (Institute of St. Jerome)*, que atuou no interior da Igreja Católica e teria ajudado croatas que fugiram de julgamentos internacionais no pós II guerra. Medir o grau de influência objetiva de Hefer e Pavelic na estruturação da CAL não é possível, mas Anderson afirmou que ambos participaram ativamente da LAM.

A conexão argentina da CAL foi protagonizada pelo estreito contato entre anticomunistas argentinos e mexicanos, neste último caso, nos referimos especialmente aos membros do *Tecos*. O responsável por proporcionar os vínculos necessários para a estruturação das relações mencionadas foi o professor universitário Rafael Guerrero, escolhido por Carlos Cuesta Gallardo - líder histórico do anticomunismo mexicano que chegou a protagonizar relações de confiança com líderes do *Reich* - da FEMACO para ser a figura pública da instituição durante a segunda metade dos anos de 1940. Segundo os mesmo autores: "Em 1952, Guerrero foi despachado para Buenos Aires para representar o México em uma conferência da Organização

107 Id. Ibid. p. 39. No original: "Stejpan Hefer also escaped into Austria. He was there on August 19, 1946, when the Yugoslav government filed documents asking for his return to Yugoslavia to stand trial for war crimes. The American and British authorities were apparently unable to locate the former governor-general among those in the displaced persons camps, for he surfaced a year later in Italy. From there he sailed to join his *Spoglavnik* in Argentina."

Mundial Universitária.<sup>108</sup> Guerrero conheceu o padre Julio Meinville<sup>109</sup>, um anticomunista argentino.

Segundo Anderson, o encontro entre Guerrero e Meinville foi mais do que uma socialização de afinidades seletivas. Os livros de Meinville se tornaram a linha ideológica obrigatória aos *Tecos*. Parcela significativa do antissemitismo que caracterizou a atuação da entidade provinha, portanto, dos escritos de Meinville que foi líder do “Movimento Nacionalista *Tacuaras*”, que misturou o anticomunismo ao catolicismo integrista. O ativismo anticomunista de Meinville lhe rendeu o capital social necessário para se tornar um membro prestigiado da CAL, tanto que: “Os mexicanos frequentemente distribuíram os livros de Meinville nas conferências da Liga Anticomunista Mundial e o sacerdote de tempos em tempos foi convidado a ser o principal orador na primeira conferência CAL na Cidade do México em 1972.”<sup>110</sup>

108 Id. *Ibid.*, p. 74. No original: In 1952, Guerrero was dispatched to Buenos Aires to represent Mexico at a conference of the World University Organization. “”

109 Meinville escreveu muitos livros anticomunistas. Sobre esses livros, encontramos as seguintes referências: *Concepción Católica de la Economía*. Cursos de Cultura Católica, 1936. *Entre La Iglesia y el Reich*. Adsum, 1937. *Un Juicio Católico sobre los Problemas Nuevos de la Política*. Gladium, 1937. *Los Tres Pueblos Bíblicos en su Lucha por la Dominación del Mundo*. Biblioteca del Pensamiento Nacionalista Argentino, vol. III, Ediciones Dictio, 2ª edición, 1974. *Qué Saldrá de la España que Sangra*. J. A. C., 1937. *Hacia la Cristiandad*. Adsum, 1940. *De Lamennais a Maritain*. Ediciones Theoria, 1967. *Correspondance avec le R. P. Garrigou-Lagrange a Propos de Lamennais et Maritain*. *Nuestro Tiempo*, 1947. *Crítica de la Concepción de Maritain sobre la Persona Humana*. *Nuestro Tiempo*, 1948. *Respuesta a dos Cartas de Maritain al R. P. Garrigou-Lagrange*, O. P. *Con el texto de las mismas*. *Nuestro Tiempo*, 1948. *Conceptos Fundamentales de la Economía*. Editorial Universitaria de Buenos Aires, 21ª edición, 1973. *Política Argentina (1949-1956)*. Editorial Trafac, 1957. *El Judío en el Misterio de la Historia*. Ediciones Theoria, 4ª edición, 1964. *La Cosmovisión de Teilhard de Chardin*. Editorial Cruzada, 1960. *Concepción Católica de La Política*. Biblioteca del Pensamiento Nacionalista Argentino, vol. III, Ediciones Dictio, 4ª edición, 1974. *Teilhard de Chardin o la Religión de la Evolución*. Ediciones Theoria, 1965. *La Iglesia y el Mundo Moderno*. Ediciones Theoria, 1967. *De la Cábala al Progresismo*. Editora Calchaquí, Salta, 1970. *El Poder Destructivo de la Dialéctica Comunista*. Cruz y Fierro Editores, 2ª edición, 1973. *El Comunismo en la Argentina*. Biblioteca del Pensamiento Nacionalista Argentino, vol. III, Ediciones Dictio, 2ª edición recopilada, 1974. *El Comunismo en la Revolución Anticristiana*. Cruz y Fierro Editores, 4ª edición, 1982.

110 ANDERSON; ANDERSON, Op. Cit. pp. 74-75. No original: “The Mexicans frequently distributed Meinville’s books at World Anti-Communist League conferences and the aging priest was even invited to be the main speaker at the first CAL conference in Mexico City in 1972.”

Os escritos de Meinville eram anticomunistas e analisá-los não é o objetivo de nossa problematização, pois poderíamos dar primazia aos aspectos obscurantistas que recobriram a conexão entre o intelectual e os aprendizes. Pelo contrário, para nós é fundamental perscrutar o enrijecimento de uma tendência de cooperação para a ação que já estava presente no anticomunismo mexicano e que foi aprofundada pela adesão daqueles anticomunistas e demais anticomunistas da CAL, com o contato estabelecido com Meinville, pois "(...) a "interpretação da história" que ele deu aos Tecos foi de violência, ódio e paranoia."<sup>111</sup> A mistura de paranoia, ódio e violência, que segundo Anderson, fazia parte do revisionismo anticomunista do grupo, levou os *Tecos* a considerar, de forma exagerada, uma linha histórica sionista presente na economia e na política.

Para eles, praticamente todos os líderes estabelecidos, seja nos campos econômicos ou políticos religiosos, eram traidores e ferramentas do sionismo internacional. Franklin Roosevelt Harry S. (Salomão, de acordo com os Tecos) Truman e Nelson Rockefeller, eles acreditavam que eram todos judeus. Assim também, vários líderes dos carlistas espanhóis eram um movimento mais conhecido por seu ardente catolicismo e apoio inabalável ao generalíssimo Francisco Franco, e também políticos conservadores e católicos em toda a América do Sul e Central. Os Tecos viram e continuam a ver todos os seus inimigos como desempenhando papéis atribuídos para o plano judeu secreto de dominação global.<sup>112</sup>

O revisionismo nazifascista de Meinville coadunou com a perspectiva cruzadista dos *Tecos* e instalou-se no interior da CAL. A

111 Id. Ibid. p. 75. No original: "the 'interpretation of history' that he gave the Tecos was one of violence, hatred and paranoia."

112 Id. Ibid. No original: "To them, practically all established leaders, whether in the religious economic or political fields were traitors and tools of international Zionism. Franklin Roosevelt Harry S. (Solomon, according to the Tecos) Truman and Nelson Rockefeller, they believe were all Jews. So too, were several leaders of the Spanish Carlists a movement best known for its ardent Catholicism and unwavering support of Generalissimo Francisco Franco, and so were conservative and Catholic politicians throughout South and central America. The Tecos saw and continue to see all their enemies as performing assigned roles toward the secret Jewish plan of global domination."

confiança para a ação alicerçada na violência, dirigiu os esforços de criação da CAL. A base ideológica do projeto de hegemonia capitalista defendido pela LAM e a CAL sob o esvaziamento político e social dos conceitos de liberdade se enraizou numa perspectiva a-histórica, como se pode esperar desse tipo de revisionismo. O contorcionismo histórico operado pela perspectiva nazifascista de Meinville que encontrou adesão entre os membros dos *Tecos*, encerra um capítulo de esforço para delimitação das bases de atuação da CAL que seguiu seu itinerário adequando-se às demandas da luta de classes. No próximo e último tópico, analisamos o estatuto e alguns documentos confeccionados durante o segundo Congresso da CAL ocorrido em 1974, no Rio de Janeiro.

## 2.4 Leis fundamentais da Confederação Anticomunista Latino-americana: princípios e especificidades da organização do anticomunismo latino-americano

*1. La Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL) es una organización continental destinada a agrupar y coordinar la actividad de las personalidades y entidades que, no siendo partidos políticos, se mencionan en el artículo octavo de los presentes Estatutos.*

(...)

*8. Serán miembros Asociados Numerarios de la CAL, las siguiente Entidades que realicen una labor anticomunista:*

*I. Las Organizaciones Cívicas Anticomunistas de fuerza nacional.*

*II. Las Confederaciones o Federaciones de Sindicatos De Obreros de fuerza nacional en un país, y los sindicatos de obreros de extensión nacional con secciones en las principales ciudades do país.*

III. *Las Confederaciones o Federaciones de Sindicatos de Empleados de fuerza nacional de un país.*

IV. *Las Confederaciones o Federaciones de Uniones o Sindicatos de trabajadores del campo.*

V. *Las Confederaciones o Federaciones Estudiantiles Anticomunistas, de extensión nacional.*

VI. *Las Universidades o Institutos Tecnológicos.*

VII. *Las Asociaciones de Laicos o de Clérigos, de magnitud nacional, que se dediquen a combatir al clero comunista o cómplice de la subversión en la América Latina.*

VIII. *Las Asociaciones de Intelectuales, Técnicos, Profesionistas, Artistas y Profesores Anticomunistas de amplitud nacional.*

IX. *Las Asociaciones de Banqueros, Industriales y Comerciantes Anticomunistas y de Pequeños propietarios agrícolas, de amplitud nacional.*

X. *Toda Confederación o Federación de Asociaciones Anticomunistas, que agrupen a determinados sector social y que tengan extensión nacional.*

XI. *Las Cadenas de Periódicos Diarios o de Revistas.*

XII. *Las Cadenas de Estaciones de Radio o Televisión.*

XIII. *Las Cadenas de Salas de Cinematógrafo.*

XIV. *Las Compañías Productoras de Película.*

(CAL – Estatutos: Disposiciones relativas a los miembros.

29 de agosto de 1972)

Da citação acima cabe retomar a análise no texto a seguir. O primeiro documento escolhido para análise sobre a CAL intitulou-se: “Leyes Fundamentales de la Confederación Anticomunista latino-americana”. O primeiro ponto a esclarecer é que ele se dividiu em duas partes. Na primeira parte é apresentada a “Carta de Principios

da CAL”. Na segunda, encontramos o “Estatuto” da entidade. A ordem da análise será mantida segundo a sequência de apresentação do documento. Neste tópico, procuro retomar o contexto histórico de fundação da CAL e analisar as definições contidas nas duas partes do documento procurando, a partir da análise histórica, conceitual (e estratégica), qualificar o projeto da CAL. Portanto, segue-se a análise da *Carta de Principios*, e no tópico a seguir analiso o *Estatuto*.

A partir de 1968, o mundo viveu certo recrudescimento da repressão sobre todas as formas de oposição, mas a América Latina já havia passado pelos seguintes golpes seguidos de ditaduras que iniciaram ou aderiram à Doutrina de Segurança Nacional ao longo de sua consolidação: Paraguai e Guatemala (1954), Brasil e Bolívia (1964), República Dominicana (1965), Argentina (1962 e 1966). Após uma onda de golpes civis-militares, e a regressão social imposta por governos eleitos em meio à democracia burguesa fragilizada pela resistência dos trabalhadores organizados em sindicatos, o contexto latino-americano não passou ileso à onda de manifestações progressistas que se abateu sobre o mundo mesmo estando sob tutela militarista.

De certa forma, o ano de 1968 foi o baluarte de uma oposição questionadora que adquiriu contornos amplos e variados. Segundo Robert Ponge, ao citar Bruno Groppo: “Sem sombra de dúvidas, 1968 foi um ano ímpar. Não por uma acumulação fortuita de coincidências, não por um puro acaso. Foi a expressão de que, naquele ano, “houve realmente um movimento internacional”.<sup>113</sup> Groppo se referiu ao movimento internacional entre as tendências progressistas.

Segundo Balvé e Balvé<sup>114</sup>, na Argentina, durante o ano de 1969, a mobilização dos trabalhadores demonstrou poder de organização

113 GROPPA Apud PONGE, Robert. 1968, Dos Movimientos Sociales à Cultura. In: Organon, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, 2009, p.39 – 55. p. 17

114 BALVÉ, C. Beba & BALVÉ, Beatriz S. El ' 69; huelga política de masas. Rozariazoo-Cordobazo- Rozariazoo. Buenos Aires: Ediciones ryr – CICSO. 2005.

durante os eventos que envolveram o desgaste da ditadura de Juan Carlos Onganía. O *Cordobazo* e o *Rozariozo* foram expressões do poder de organização dos trabalhadores e estudantes. Ambos os movimentos chegaram a tomar as cidades em que ocorreram e foram capazes de demonstrar a fragilidade da repressão diante da força de organização e formas de autonomia dos setores sociais que encabeçaram o movimento.

Para João Roberto Martins Filho<sup>115</sup>, no Brasil em 1968, a “Marcha dos cem mil”, convocada pelo movimento estudantil brasileiro contra a ditadura após a morte do estudante Edson Luiz no restaurante “calabouço” na cidade de São Paulo, estabeleceu novas preocupações à ditadura civil-militar brasileira representando um novo ciclo de lutas, mas também de repressão. O número expressivo de manifestantes que tomaram as ruas do país foi um duro golpe na ditadura brasileira. Começava aí uma onda de protestos contra a ditadura, repressão, dor e esperança para os lutadores sociais que almejavam o fim da ditadura.

Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira<sup>116</sup>, a partir de 1968, no Chile, Salvador Allende reuniu condições de articulação do projeto revolucionário da Unidade Popular Chilena para a disputa eleitoral de 1970. Depois do revés enfrentado pela esquerda do país nas eleições de 1964, quando Eduardo Frei Montalva, da “Democracia Cristã”, conseguiu vencer Allende usando dos artifícios propagandísticos desqualificadores contra a esquerda chilena, amplamente apoiado pela CIA.

Para Aldo Gil<sup>117</sup>, na Bolívia, a ditadura comandada por Rene Barrientos pusera fim às conquistas históricas da Revolução Boliviana

115 FILHO, J. R. M. *Rebelião Estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

116 MONIZ BANDEIRA, L. A. *Fórmula para o Caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

117 GIL, Aldo. Op. Cit.

dos anos de 1950. Instituída em 1964, a ditadura direcionou forças para desarticular o forte movimento dos trabalhadores mineiros do país que impuseram resistência à ditadura por meio de paralisações e greves gerais. No ano de 1966, a guerrilha de libertação nacional iniciou seus trabalhos sob o comando de Che Guevara, que foi assassinado em outubro de 1967 pelo exército boliviano com a ajuda dos EUA.

Neste contexto, o congresso constitutivo da CAL ocorreu na Cidade do México em 1972, sendo que os Tecos foram os anfitriões. No dia 29 de agosto daquele ano, seus membros aprovaram, em regime de votação, o documento-chave da entidade intitulado Carta de Princípios. Tratou-se de uma votação que seguiu o ritual da entidade, que inclusive resguardou um ponto específico de seu estatuto para esclarecer sobre os votos dos seus ativistas, representantes das várias entidades que aderiram a CAL.<sup>118</sup> A Carta de Princípios, ao que tudo indica, encerrou a iniciativa de uma organização do anticomunismo latino-americano, não o inventou, enfim, mas lhe forneceu um estatuto que especificou o amplo espectro do anticomunismo contextualizado nos anos de 1970. Nesse período, não haviam grandes indicativos sobre o aumento do poder da esquerda na América Latina.

Apesar da vitória de Allende no Chile, em 1972 a direita já demonstrara seu poder de articulação rumo ao golpe que se concretizou em 1973. Na Argentina, Cámpora ganhou a eleição com o apoio da esquerda peronista, mas foi obrigado a renunciar e convocou novas eleições. O dado histórico que explicou a renúncia de Cámpora foi a presença de Perón. Ao retornar do exílio, Perón disputou e venceu as eleições, mas não a direção política de fato,

118 No ponto 9 do Estatuto da CAL, lê-se a seguinte indicação a respeito do voto para a apresentação das Resoluções em Plenária: "Los miembros asociados numerarios, (...) podrán mandar a los Congresos de la CAL una delegación integrada por un número de una a cinco personas, pero cualquiera que sea el número de delegados que envíen a dichos Congresos, tendrán quince votos en el Pleno de los mismo y em sus Comisiones." CAL. Estatuto: Disposiciones relativas a los miembros, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR R00108 F1554)

já que a direção do processo era manobrada pela extrema-direita, especialmente pela *Trilpe A* que apareceu com força após a morte de Perón já durante a sucessão de seu governo a cargo de Isabelita. Lopez Rega, a partir do Ministério de Bem Estar, dedicou dinheiro à organização de grupos paramilitares armados como a *Triple A*. Foi no tempo de paz que a CAL articulou-se.

O Congresso no México aprovou o documento quatro anos depois em que ocorreu o “Masacre de Tlatelolco” na praça das Três Culturas, Cidade do México, mesma cidade em que ocorreu o 1º Congresso da CAL. O Massacre foi protagonizado pela repressão mexicana que atirou contra manifestantes reunidos na praça – tratavam-se majoritariamente de estudantes, professores, operários e funcionários públicos que em agosto de 1968 decretaram uma das maiores greves gerais da história mexicana.

O saldo de centenas de mortos e desaparecidos foi o desfecho de um capítulo histórico de manifestações que procurou publicizar as duras condições de exploração direcionadas aos trabalhadores mexicanos em plena véspera dos jogos olímpicos que ocorreram na Cidade do México em outubro de 1968. O presidente Gustavo Diaz Ordás demonstrou que não toleraria qualquer forma de manifestação contra seu governo que pudessem expor internacionalmente as mazelas enfrentadas pela exploração do trabalho no país. O México encerrou, assim, um capítulo de lutas históricas, haja vista que, desde 1964, quando Diaz Ordás assumiu a presidência, procurou colocar o movimento dos trabalhadores na defensiva.

Outro dado relevante é que a CAL aprovou seu estatuto e foi fundada no ano em que o socialismo venceu as eleições chilenas. Salvador Allende e a coalizão de esquerda representada pela Unidade Popular demonstraram força e organização suficientes para que a paranóia anticomunista fosse aprofundada. Portanto, além da

Revolução Cubana, a Revolução Chilena foi outro dado contextual importante para que a CAL emergisse.<sup>119</sup>

Foi no México, neste contexto de lutas históricas dos trabalhadores que a CAL surgiu. A Carta que materializou seu manifesto foi nomeada também de *Leyes Fundamentales de la Confederación Anticomunista Mundial* e procurou localizar com precisão os objetivos de sua ação em meio à definição dos quadros que poderiam participar da organização. Como a fonte usada aqui como epígrafe deste subcapítulo sugere, podemos dizer que os anticomunistas da CAL foram escolhidos e alguns autonomearam-se a partir da leitura da luta de classes realizada pelos organizadores da Confederação. Essa identificação foi sustentada pelas doutrinas historicamente anticomunistas, como demonstra o seguinte trecho da Carta de Princípios: “La Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL) es una organización continental destinada a agrupar y coordinar la actividad de las personalidades y entidades que, no siendo partidos políticos, se mencionan en el artículo octavo de los presentes Estatutos.”<sup>120</sup> Entre os aspectos que delimitaram as características pretendidas pela organização anticomunista são os de agrupar e coordenar ações práticas que apresentassem o grau de cooperação almejado. Além disso, menciona como objetivo dessa coordenação a união entre personalidades e entidades anticomunistas que não fossem partidos políticos.

Mas como sugere a fonte citada na epígrafe deste subcapítulo, o alvo preferido da Confederação foram os trabalhadores organizados. Segundo a Carta de Princípios,

8. Serán miembros Asociados Numerarios de la CAL, las siguiente Entidades que realicen una labor anticomunista:

119 Mais adiante, quando tratarmos da unidade programática entre a LAM e a CAL, apresentaremos e discutiremos algumas circulares da LAM que endossam a preocupação da organização com ambos os casos de revolução na América Latina.

120 CAL. Estatuto. Op. Cit. (F1551)

- I. Las Organizaciones Cívicas Anticomunistas de fuerza nacional.
- II. Las Confederaciones o Federaciones de Sindicatos De Obreros de fuerza nacional en un país, y los sindicatos de obreros de extensión nacional con secciones en las principales ciudades do país.
- III. Las Confederaciones o Federaciones de Sindicatos de Empleados de fuerza nacional de un país.
- IV. Las Confederaciones o Federaciones de Uniones o Sindicatos de trabajadores del campo.
- V. Las Confederaciones o Federaciones Estudiantiles Anticomunistas, de extensión nacional.
- VI. Las Universidades o Institutos Tecnológicos.<sup>121</sup>

A orientação *sui generis* era disputar espaço nos sindicatos nacionais com representação nas principais cidades de cada país. A CAL foi caudatária da correlação de forças pós 1968. Foi naquele contexto que se fortaleceu a aliança operário-estudantil (o *Cordobazo* argentino foi a maior insígnia desse processo na América Latina). Por isso, além dos sindicatos, a CAL e seus membros anticomunistas observaram a necessidade de investir esforços também em meio aos estudantes.

Outros setores que são avaliados de forma alarmista pela organização anticomunista foram os que vinculavam ao posicionamento alavancados pelas diretrizes do Concílio Vaticano II. Por isso, observa-se na Carta de Princípios certa preocupação com estes setores, “VII. Las Asociaciones de Laicos o de Clérigos, de magnitud nacional, que se dediquen a combatir al clero comunista o cómplice de la subversión en la América Latina.” A CAL investiria esforços de organizar os anticomunistas em setores profissionais que foram apresentados com potenciais objetivos da cooperação anticomunista, dentre eles uma tendência forte de acompanhamento reativo da imprensa, entretenimento e setores da pequena burguesia,

121 Id. Ibid. (F1553-1554)

VIII. Las Asociaciones de Intelectuales, Técnicos, Profesionistas, Artistas y Profesores Anticomunistas de amplitud nacional.

IX. Las Asociaciones de Banqueros, Industriales y Comerciantes Anticomunistas y de Pequeños propietarios agrícolas, de amplitud nacional.

X. Toda Confederación o Federación de Asociaciones Anticomunistas, que agrupen a determinados sector social y que tengan extensión nacional.

XI. Las Cadenas de Periódicos Diarios o de Revistas.

XII. Las Cadenas de Estaciones de Radio o Televisión.

XIII. Las Cadenas de Salas de Cinematógrafo.

XIV. Las Compañías Productoras de Película.<sup>122</sup>

Com relação à forma de organizar-se, a CAL aprofundou-se na especificidade regional e local das entidades que viessem a associar-se a ela, como demonstrado no ponto 3 da Carta de Princípios: "Declara no ser una súper-organización ni un súper-gobierno, sino simplemente una alianza de ORGANIZACIONES e instituciones, en la lucha contra el comunismo y los socialismos procomunistas, que respeta la independencia de cada uno de ellas."<sup>123</sup> União e cooperação são traços marcantes dos objetivos da organização.

A neutralidade apareceu como princípio orgânico da Confederação. Como podemos observar no trecho a seguir, o princípio da neutralidade objetivou manter o foco anticomunista da Confederação e serviu como elemento de unificação, já que mencionou o respeito aos territórios nacionais de onde pudesse partir as iniciativas de cada organização,

Se declara neutra y al margen de toda controversia territorial, política o ideológica, entre los Estados y Organizaciones Latinoamericanas que luchen sincera y eficazmente contra el

122 Id. Ibid. (F1554).

123 Id. Ibid. (F1547).

comunismo, quedando prohibido a los miembros de la CAL tratar de estas diferencias dentro de la misma, ya que hacerlo debilitaría la lucha anticomunista de la CAL y, por otra parte, existen otros organismos intercontinentales donde pueden dirimir estos conflictos.<sup>124</sup>

Diferentemente da Liga, a CAL não poupou esforços para fomentar a cooperação de entidades e personalidades anticomunistas. Antes de continuarmos nosso itinerário de análise sobre o surgimento e afirmação da CAL, é necessário dizer que, na prática, a LAM se manifestou contra o que avaliou ser uma cisão promovida por determinadas organizações anticomunistas no mês de fevereiro do ano de 1975, quando a Liga da Juventude Anticomunista Mundial se reuniu na Cidade da Guatemala. Por meio das resoluções aprovadas no VII Congresso, da Liga Mundial da Juventude Anticomunista (LJMA), pode-se aferir a seguinte diretriz:

Expresar su total y más decidido apoyo y simpatía a la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL), y a la Federación Mexicana Anticomunista (FEMACO), por su positiva, firme y enérgica acción en la lucha contra el comunismo internacional y sus cómplices; frente a la insidiosa campaña de calumnias que contra estas ameritadas organizaciones, han lanzado el American Council for World Freedom (ACWF) y el Foreign Affairs Circle (FAC), de Geoffrey Stewart Smith, actualmente exmiembros de la Liga Mundial Anticomunista (WACL), secundados por sus satélites de la autollamada Sociedad para la Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad (TFP), de Plinio Correa de Oliveira.

Considerando que mediante esa malévola campaña de calumnias, el American Council for World Freedom (ACWF), el Foreign Affairs Circle (FAC) de Geoffrey Stewart Smith y la TFP, de Plinio Correa de Oliveira, han pretendido destruir o al menos anular la eficaz lucha auténticamente anticomunista de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL) y la Federación Mexicana Anticomunista (FEMACO).

124 Id. Ibid. (F1547-48)

Expresar, consecuentemente, su más enfática condenación al American Council for World Freedom (ACWF), al Foreign Affairs Circle (FAC, y a sus incondicionales aliados de la autollamada Sociedad para la Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad (TFP), por la perniciosa labor divisionista que han venido realizando entre los miembros de la WACL, orientada a provocar el rompimiento de la unidad interna en la Liga Mundial Anticomunista (WACL), propalando todo género de intrigas y calumnias contra las organizaciones real y eficazmente anticomunistas, con el avieso propósito de apoderarse del control de la WACL y luego desnaturalizar los nobles y elevados fines que inspiraron la creación de la Liga Mundial Anticomunista y que guían sus actividades en la lucha contra el comunismo internacional y en favor de la libertad y la dignidad humanas.

Expresar definitivamente la decisión de que la Liga Mundial Juvenil Anticomunista (WYACL), está también dispuesta a emplear todos los medios y recursos a su alcance, respetando plenamente lo establecido en la Carta y demás normas de la Liga Mundial Anticomunista (WACL), para impedir el ingreso de la autollamada Sociedad para la Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad (TFP) a la WACL por considerar indigno que la Liga Mundial Juvenil Anticomunista (WYACL) pueda aparecer vinculada a cualquier organización o entidad que cuente entre sus miembros o asociados a la TFP.<sup>125</sup>

O documento acima menciona a cisão promovida pela TFP e outros sujeitos (anticomunistas) que já fizeram parte da LAM, como Geoffrey Stewart Smith, membro do Partido Conservador britânico que chegou a ser parlamentar ao derrotar o vice presidente do Partido Trabalhista Inglês, George Brown. Como indicado no documento, a TFP e outras organizações citadas já não faziam mais parte da LAM e passaram a promover uma campanha difamatória contra a LAM no contexto internacional. Ao que tudo indica, a influência da seita Moon na LAM desagradou a TFP que carregava em seu bojo muitas premissas do catolicismo conservador intransigente. O contexto histórico das

125 LAM. Informes: Reunión de Jovenes Anticomunistas, 1975. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F2574-2575.)

atividades da LAM e da CAL no ano de 1975 será discutido mais adiante. Por enquanto, a avaliação que podemos realizar do trecho acima citado é a de que a LAM, por meio da Liga da Juventude Anticomunista Mundial (LJAM), procurou reivindicar a disciplina de seus membros numa cooperação para garantir que não houvesse cisões na entidade. Ademais, é importante lembrar que a LAM recebeu grande incentivo da seita Moon, e a TFP era uma organização do catolicismo conservador.

Tal qual a Liga, a CAL controlou a circulação do debate com rigor. A disciplina dos intelectuais foi controlada com “mão de ferro”. Essa postura é endossada pela necessidade de deixar outros assuntos a margem de suas preocupações, a fim de manter o foco no anticomunismo como elemento central da preparação para a luta, evitando a circulação de debates, potenciais criadores de divergências entre seus membros. Por seu turno, a neutralidade da Confederação não significou margem de negociação com relação ao método de luta,

Se declara respetuosa y al margen de las ideas religiosas, filosóficas, políticas y sociales de las organizaciones que, adhiriéndose a la CAL, LUCHEN SINCERA Y EFICAZMENTE contra el marxismo; como único medio de lograr una condición suficientemente amplia y poderosa que pueda detener y frustrar los avances del marxismo (...).<sup>126</sup>

Como se pode observar, sob certa neutralidade, a organização objetivou a produção do consenso. Não se pode deixar de mencionar que a estratégia demandou tempo e disposição. O alarmismo presente no seguinte trecho: “Lutem sincera e eficazmente contra o marxismo”, demandou dedicação progressiva de seus quadros. Por isso, pode-se dizer que estamos diante de um aparelho de hegemonia que se dedicou, em tempo integral, à luta anticomunista. A estratégia da Frente Ampla que, segundo a CAL, deveria ser acionada pela Confederação, pois: “la CAL es una réplica necesaria que se abstiene de ostentar cualquier

126 CAL. Estatuto. Op. Cit. (F1548.)

ideología religiosa, filosóficas o políticas propias”.<sup>127</sup> Explicitando, assim, o sentido de união para cooperação internacional.

A relação com os conceitos liberais de liberdade contrapostos à “escravidão” – poderíamos mesmo ler “servidão” – também são mencionados nas premissas da CAL, assim como já vimos mencionados nos preceitos da LAM. No entanto, ao contrário do que vimos na Liga, aqui a mensagem é diretamente relacionada às economias de tipo planificada. Como veremos no trecho que citamos a seguir, a base material da propriedade privada é camuflada no conceito de soberania. Concomitantemente, pode-se observar a unidade e a cooperação, sendo que a CAL reivindica-se como única forma eficientemente orgânica de anticomunismo. Além disso, a Confederação construiu sua perspectiva sobre a democracia. Sua concepção de democracia possui limites claros. Reivindicando, repetitivamente, a tomada de posição contra o socialismo e o marxismo, os conceitos trabalhados na carta da CAL fusionam-se com a luta. A violência é passionalmente defendida como método. Como podemos observar no trecho a seguir, a CAL,

Se declara contra el socialismo marxista y todo colectivismo que esclavice a los pueblos y en favor de la democracia y la libertad; pero en contra de todo libertinaje que lesione los intereses del pueblo. Respects el derecho que las naciones concede su soberanía, para dar a la democracia y a la libertad la interpretación y las modalidades que exijan las circunstancias especiales de cada nación; dando a sus gobiernos la estructura necesaria que juzgue más adecuada para asegurar el desarrollo y el progreso de la nación y el bienestar y aumento del nivel de vida de su pueblo, así como para impedir que éste sea conducido el caos y la esclavitud por la subversión del socialismo marxista y de sus cómplices.<sup>128</sup>

127 Id. Ibid.

128 Id. Ibid. (F1548-1549.)

Aqui nesse trecho vemos mais claramente a proposta defensiva da CAL como “réplica” do marxismo, muito embora essa seja uma pauta opositora aos valores da democracia como um conceito universal presente nas premissas do Eurocomunismo, por exemplo. Em aparência, o conceito de liberdade foi subsumido à democracia. No entanto, a democracia é restritiva, vigiada, subjugada à moral ideológica da CAL que é programática e projetiva na difusão do anticomunismo e na não convivência com este inimigo. No discernimento da entidade, não há espaço para democracia no socialismo, quiçá no marxismo e talvez aqui resida o sentido de ser uma “réplica necessária”, mas que só pode ser entendida dessa forma como oposição à democracia, principalmente no que se referiu aos termos de uma convivência com o comunismo. A desconfiança para com a democracia é tergiversada pela presença do inimigo no campo das opções políticas. Pela postura de “não convivência”, a CAL não defenderá em hipótese alguma a democracia radical. Portanto, não defenderá, também, a política como um campo de possibilidades, a não ser como um campo para a realização do anticomunismo radical.

Apesar de, na história, tais conceitos serem datados historicamente, a CAL os transformou em formas absolutas, cristalizadas, e daí deriva a defesa da violência como método de garantia de sua realização. Talvez isso justifique a imposição desses conceitos em uma Carta de Princípios e as contradições do capitalismo não sejam reconhecidas pela CAL. Como demonstrado no último trecho da citação anterior, a CAL se apresenta como entidade garantidora da “harmonia” necessária para assegurar o “progresso” e “desenvolvimento” da “nação”. São formalidades contrapostas ao “caos” e “escravidão” da “subversão” do “socialismo marxista” avaliados pela organização. No entanto, *pari passu* a sustentação da ordem capitalista estavam os próprios interesses da CAL, pois:

Ni la CAL ni ninguna Potencia Extranjera o Organismo Internacional tienen derecho a violar la soberanía de los Estado tratando de imponerles su forma de concebir e interpretar la democracia y la libertad. Cualquier intento de imponer a otros gobiernos o organizaciones de América Latina las propias interpretaciones de democracia y libertad, además de ser un caso inaceptable de imperialismo ideológico y doctrinal, DIVIDIRIA CATASTROFICAMENTE EL CAMPO ANTICOMUNISTA quebrando su unidad que es indispensable para salvar a nuestros pueblos de la horrible esclavitud.<sup>129</sup>

O trecho citado condensa os conceitos mencionados anteriormente, dentre eles o de defesa do anticomunismo radical, e relega às estruturas nacionais a responsabilidade de interpretá-los. Mas, como uma entidade baseada em preceitos reativos como a CAL poderia confiar às estruturas nacionais o papel de garantir a ordem mesmo durante o combate anticomunista? Primeiro, para sugerir uma hipótese a esta problematização, é necessário dizer que a CAL é uma “entidade de entidades”, portanto, autoproclama-se como uma organização para a unidade e cooperação. Segundo, como veremos nos próximos tópicos deste (e no próximo) capítulo, os Congressos da CAL reuniram sujeitos e organizações que provinham de países sob (ou em vias de) tutela das ditaduras de Segurança Nacional.

Mesmo assim, no que se refere à carta de princípios, pelo menos em aparência, a questão da ação direta no Estado não se configurou na principal linha da entidade, ainda que, como veremos mais adiante, o *Estatuto* delineasse uma proposta de ação direta através da atuação de figuras reconhecidas do poder estatal na CAL, esta permaneceu uma questão que a CAL deixou em aberto em seus documentos, mas o indício é de que ela respeitaria o Estado Nação. De certa forma, no empenho em definir-se como a única via possível de combate ao comunismo, a CAL não descartou a possibilidade de alianças táticas

129 Id. Ibid. (F1549).

que pudessem, enfim, proporcionar maior eficiência de sua proposta, como demonstrado no capítulo IV de sua carta de princípios,

Conociendo la CAL que en gran parte los Partidos Políticos y organizaciones cívicas y militares que luchan con mayor eficacia contra el comunismo en América Latina son de tendencia nacionalista, considera que es ayudar al comunismo el combatir a estos nacionalismos, que no deben ser confundidos con los movimientos marxistas o pro-marxistas cubiertos con la máscara de un falso nacionalismo. Por eso la CAL impedirá el ingreso a la misma, y condena resueltamente, a toda la organización nacional o internacional que, diciéndose anticomunista, se dedique a combatir el nacionalismo anticomunista en la América Latina, aunque utilice la gastada táctica comunista de llamar calumniosamente fascistas a los eficaces luchadores contra el comunismo.<sup>130</sup>

O elogio ao nacionalismo é uma das questões que demarcam a posição da CAL na sua Carta de Princípios. No próximo capítulo, veremos que esse nacionalismo de matiz anticomunista ganhou contornos “antibloquista”. A CAL constituir-se-á, mais tarde, como veremos no terceiro capítulo, em defesa das soberanias nacionais contra a ingerência dos EUA e da URSS no contexto das relações bipolares que demarcaram parte significativa da Guerra Fria. A defesa do capitalismo está conjugada à defesa do nacionalismo, pois demonstra a própria incapacidade do capitalismo em “ser nacional” e, ao mesmo, não poder abrir mão do Estado Nação.

A subsunção do nacionalismo aos trabalhos da CAL não foi despropositada. Encontramos aí uma das propostas de hegemonia da entidade. Ao ofertar a direção nacional às ideologias nacionalistas, desde que se demonstrassem seguramente anticomunistas, evidencia-se mais do que apenas uma aliança estratégica visando a derrota do inimigo comum, embora a CAL nunca tenha abandonado a construção desse inimigo como parte de seu projeto reativo.

130 Id. Ibid.

Entretanto, tanto a CAL quanto o nacionalismo mencionado são formas de anticomunismo multifacetados. A CAL carrega isso no seu posicionamento orgânico. O internacionalismo representado pela cooperação anticomunista é o único “internacionalismo” válido. Elemento capaz de unificar, pelo menos sob o ponto de vista da CAL, os dois movimentos, quais sejam, anticomunismo e nacionalismo ou nacionalismo anticomunista.

Perry Anderson demonstrou uma conceituação sucinta sobre o tema do nacionalismo que nos ajudou a pensar os termos de aliança entre a CAL e o nacionalismo. Antes de tudo, é necessário esclarecer que, como sustentou Hobsbawm, estamos diante de uma questão que reúne qualidades de um “nós imaginário” e um “eles simbólico”<sup>131</sup> que caracterizou os nacionalismo do final do século XX. Mas, como adverte Anderson, “Foi Masaryk, grande líder nacional, que uma vez sugeriu a mais clara e simples definição de nacionalismo. Nacionalismo significava, pensava aquele líder (dissociando-se dele), qualquer perspectiva que trate a nação como valor político máximo.”<sup>132</sup>

A conexão entre a LAM e a CAL reside no anticomunismo radical como valor político máximo. Por outro lado, o nacionalismo está historicamente ligado a uma variação militar, o “patriotismo”<sup>133</sup> e, nesse sentido, encontramos uma conexão histórica com o anticomunismo propalado pela Liga, e que reaparece na CAL para valorizar a unidade e cooperação com os nacionalistas. Esta entidade alcançou o auge de suas conexões efetivas em meios às ditaduras de Segurança Nacional, o elemento militarista se robusteceu como linha prática da proposta reativa da CAL. No próximo tópico analisamos o Estatuto da CAL.

131 HOBBSAWN, Eric j. Nações e Nacionalismo desde 1870: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 195.

132 ANDERSON, Perry. Nacionalismo: Um breviário. In: WEBER, Regina; SCHMIDT, Benito Bisso. Dossiê Etnicidade. Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.13-42, jan./dez. 2005. p. 15.

133 Id. Ibid. p. 17

### 2.4.1 Estatuto da CAL: Da captura/assimilação da subjetividade antagonista à defesa do capitalismo infalível

Se na Carta de Princípios a CAL estabeleceu algumas ações inegociáveis, no Estatuto o foco é a qualificação de seus participantes. O Estatuto da CAL é um manual reativo e contém elementos de cooperação centrais para o anticomunismo. Também serviu de guia para a reunião dos associados, pois ele (o Estatuto) chegou, de fato, a ser evocado na organização dos Congressos.

Nesse contexto, um estatuto serve para regulamentar e orientar, juridicamente, a prática. Os capítulos e subitens deste estatuto definiram a orientação colaborativa dos associados, além de fornecer um código ideológico, disciplinador e compartilhado. Portanto, a natureza de sua função é qualificadora. Para um partido continental como a CAL, um estatuto imprime certa dinâmica intelectual, pois é o resultado de seu esforço e tentativa de selecionar e, ao mesmo tempo, dar-se função a elementos difusos da organização. A consolidação de uma base estatutária, portanto, serve para dimensionar historicamente os contornos gerais da natureza de uma ação.

A intenção do público ao qual se destina a CAL foi delimitada no início do Estatuto. Esperou-se construir uma base de associados que permitisse consolidar uma cooperação continental. Prestou-se especial reverência ao uso do governo e das forças armadas para a luta contra o comunismo, pois sua natureza é cooperar com "(...) quienes por el poder que tienen pueden destruir al comunismo, como son los gobiernos y sus fuerzas armadas y los movimientos cívicos y militares que tienden a liberar sus pueblos del yugo marxista (...)”<sup>134</sup>. Como podemos ver, o Estado, neste trecho, é o protagonista das investidas de cooperação, mas não o lugar de ocupação direta. Além disso, a valorização do patriotismo, por meio da propaganda positiva

134 CAL. Estatutos. ARCHIVO DEL TERROR, Op. Cit. (R108, F1551).

do civismo, demonstra a inclinação ao militarismo como principal linha de ação, mas com a complementação de sua faceta civil de atuação.

A pretexto de produzir a luta, o marxismo é (subjetivamente) julgado e sentenciado como o principal inimigo dos anticomunistas. Para garantir o tom alarmista típico de discursos radicalmente violentos, o marxismo, para a CAL, é o cabresto, espécie de canga que alinha animais de tração num carro de bois. Portanto, trata-se de uma violência, a qual só pode ser rompida com violência (mas reativa), já que os sujeitos (“cabresteados”) aceitam passivamente aquela situação. Por isso, o Estado é legítimo monopólio da força (armada), e ao se confundir com o poder (da violência) instrumentaliza o combate eficiente. Mas qual a função histórica do Estado presente nessa formulação?

O Estado é transformado em *ente*. A CAL interpreta o papel do Estado como o eixo fundamentador de uma cultura dada, que não se altera, salvo acidentes de percurso, que são produzidos pela manipulação (comunista). O que o processo histórico demonstrou, no entanto, é que são esses sujeitos (apassivados) que constituem a genealogia do Estado. Se assim for, o engodo produzido pela CAL não é despropositado, já que:

La CAL, por su naturaleza debe funcionar públicamente, ya que en su lucha contra el comunismo y sus cómplices, y en el apoyo que brinde a los Gobiernos, Fuerzas Armadas, Partidos Políticos, Organizaciones Cívicas y otras entidades que luchen decisivamente contra el comunismo y sus satélites empleará, entre otros medios, los de prensa, radio, televisión, libros folletos y propaganda diversa, contrarrestando el uso que hace el enemigo de estos medios de publicidad y difusión para favorecer al comunismo y a sus cómplices y calumniar, desprestigiándolos, a quienes luchan con mayor eficacia y firmeza contra ellos.<sup>135</sup>

135 Id. Ibid. (F1552-1553).

A importância dos meios de comunicações, como sugere o planejamento da CAL, se relaciona ao exercício da hegemonia, conceito central na obra gramsciana. A difusão de ideias é uma das etapas cruciais para a consolidação da hegemonia, processo responsável pela fusão da dominação com a direção, mas com a particularidade de que a dominação pode se difundir antes da consolidação da direção.

De fato, ao pesquisar nos arquivos da CAL, nos deparamos com muitos recortes de jornais e notícias de revistas que sugerem a vigilância dos meios de comunicação. Talvez, ao difundir suas ideias, e ao estabelecer a vigilância sistemática dos meios de comunicação, a CAL tenha atuado para disputar a consciência dos sujeitos históricos por meio da difusão da propaganda anticomunista.

Parte das intenções da CAL, com relação à ampliação de seu raio de atuação, e, por consequência, de sua assimilação de quadros, foi demonstrada em outra parte do Estatuto. A instrumentalização da assimilação dos quadros foi direcionada pela ação que demarcou a importância dos congressos da entidade.<sup>136</sup>

Los miembros asociados numerarios, mencionados en el artículo anterior, podrán mandar a los Congresos de la CAL una delegación integrada por un número de una a cinco personas, pero cualquiera que sea el número de delegados que envíen a dichos Congresos tendrán quince votos en el Pleno de los mismos y en sus Comisiones.<sup>137</sup>

A questão da racionalização dos trabalhos deliberativos/executivos se materializou por meio do funcionamento de comissões, estruturadas a partir de eixos que preocuparam a CAL durante seus eventos. Por se tratar de uma entidade organizadora, a estruturação de comissões seguiu o parâmetro deliberativo e formulador das teses que serviram

136 Alguns documentos de trabalho produzidos durante os congressos da CAL serão analisados no próximo capítulo.

137 CAL. Estatutos. Op. Cit. (F1554).

de guia para a atuação da entidade. Nessas comissões, os membros das mais variadas agremiações anticomunistas trocavam experiências e formulavam estratégias de ação. Em seguida, essas teses eram levadas à plenária que realizava a leitura das mesmas, como veremos na análise do 3º Congresso da CAL de 1977 no terceiro capítulo.

Seguindo o parâmetro de assimilação de anticomunistas para cooperação com outros associados da CAL, mencionados sob a rubrica de *Miembros Asociados Ordinarios de la CAL*, são descritos a seguir,

Las Escuelas o Facultades con más de ochocientos alumnos, que no formen parte de Universidades o Tecnólogos miembros de la CAL u las Sociedades Estudiantiles de Escuelas o Facultades de más de ochocientos alumnos, que estén dirigidos por anticomunistas; cuando no pertenezcan a una Federación o Confederación de la CAL.

Los periódicos diarios con un tiraje de más de diez mil ejemplares o de menos tiraje pero que sean de gran importancia nacional.

Los periódicos semanarios, quincenales y mensuales con un tiraje pero que sean de comprobada influencia nacional.

Las Estaciones de Radio y Televisión de alcance nacional o regional que cubran zonas de más de 5 millones de habitantes.

Las salas de Cinematógrafo con un cupo mayor de mil asientos.

Las Compañías Teatrales de actividad internacional y aquellas de alcance nacional que actúen en zonas de más de veinte millones de habitantes.

Las empresas editoras de libros de distribución internacional o aquellas de distribución nacional que hayan editado al menos cinco títulos anticomunistas, o por lo menos dos títulos si su tiraje sobrepasó los veinte mil ejemplares.

Las Bibliotecas Públicas con más de veinte mil volúmenes.<sup>138</sup>

138 Id. Ibid. (F1556-57).

A ampla possibilidade de adesão à CAL é parte de seu caráter amplo, que se mescla à proposta de constituição de uma “instituição de instituições”. Mesmo assim, a ampliação de sua atuação perpassou a preocupação de formação de seus quadros e, em grande medida, os Congressos serviram para isso. Aos prováveis membros foi exigido certo grau de influência/difusão. Aos jornais um número mínimo de tiragem, às estações de rádio e televisão a amplitude nacional, e até mesmo às editoras, preferencialmente as que apresentassem amplitude internacional e nacional, caso já tivessem publicado, comprovadamente, pelo menos 5 títulos anticomunistas, além de bibliotecas com mais de 20.000 exemplares. A atenção delegada aos organismos de difusão da cultura, também aparece na definição de membros como faculdades, universidades, companhias teatrais, sempre com comprovado grau de influência medido, sobretudo, pelo seu grau de difusão. Essa última estratégia de atuação veremos consolidada no 3º Congresso de 1977 no próximo capítulo.

A intenção do manifesto da CAL, como podemos aventar a partir da citação, era engendrar um processo de organização da sociedade civil com base num projeto de difusão da propaganda anticomunista. Dada a elasticidade de suas ações, direcionadas aqui para a definição de seus membros, podemos dizer que o anticomunismo da CAL foi investido de um projeto persistente. Contudo, por mais que as instituições apareçam em primeiro plano, o que se disputou foi a consciência dos sujeitos. Por vezes essa disputa foi para conservar determinadas posições na sociedade (como quando a CAL convocou a cooperação de todas as organizações anticomunistas do mundo a se levantar contra a política de Direitos Humanos de Carter no Congresso de 1977), e por vezes ela engendrou uma nova roupagem, mais agressiva, a depender de seu flanco de disputas. Trata-se da ampliação dos objetivos de uma entidade que surgiu do militarismo, mas que, ao se modificar, conservou certa metodologia de vigilância e uma linguagem agressiva que corrobora o seu projeto de sociedade.

“Capturar” membros de governos marcadamente anticomunistas para o interior de seus quadros, e também membros proeminentes de aparelhos de hegemonia que se enquadrassem nas exigências da CAL é o que podemos observar no trecho do *Estatuto* que recortamos a seguir em que a CAL sugere a consolidação desta ação na definição dos membros colaboradores numerários<sup>139</sup> como:

Los altos Gobernantes o Ex-Gobernantes de las naciones y miembros importantes de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial.

Los Generales, Coroneles, Almirantes, Contralmirantes y otros jefes o Altos Oficiales de las Fuerzas Armadas.

Dirigentes políticos o sociales que no dirijan asociaciones miembros de la CAL.

Ex-Rectores de Universidades o Tecnológicos; Ex-Directores de Escuela, Ex-Presidentes de Federaciones y Sociedades Estudiantiles o de Profesores.

Clérigos anticomunistas y dirigentes laicos dedicados a combatir la subversión del clero rojo; que no pertenezcan a asociaciones miembros de la CAL. Y Directores de periódicos y boletines que combatan al clero comunista y subversivo cuando sus periódicos no sean miembros de la CAL.

Ex-Presidentes de Confederaciones, Federaciones, Sindicatos o Uniones Obreros, empleados o campesinos.

Autores de libros contra el comunismo, las fuerzas secretas que dirigen y propalan o sus cómplices. Y Proprietarios o Gerentes de Editoras de libros o imprentas que editen propaganda, cuando sus empresas no estén adheridas como tales a la CAL.

Intelectuales, hombres de ciencia, técnicos, profesionistas y artistas destacados en las bellas artes, de gran influencia nacional o internacional.

139 Os membros numerários eram os que sustentavam a CAL materialmente por meio de uma doação realizada solenemente nos Congressos da entidade. Eram representantes dos capítulos e subcapítulos da organização.

Filántropos que estén dispuestos a dar y den, para el sostenimiento de la CAL o de alguna de sus Asociaciones Latinoamericanas un donativo mensual por lo menos de mil dólares.

Directores, Redactores y Administradores de periódicos cuando estos últimos, como tales, no estén adheridos a la CAL. Y los Editorialistas y Comentaristas de los periódicos diarios y revistas, que tengan un tiraje mayor de tres mil ejemplares, aunque dichos periódicos ya estén adheridos como tales a la CAL.

Corresponsales de Agencias de Noticias y de periódicos diarios o revistas de importancia, estén o no las primeras y los segundos adheridas a CAL.

Locutores y Comentaristas de radio y televisión, estén o no adheridas a la CAL y las estaciones en que trabajan. Y los Administradores, Propietarios o miembros del personal directivo de las Estaciones de Radio y Televisión, cuando éstas como tales, no estén afiliados a la CAL.

Propietarios, Directores, Administradores o miembros del personal directivo de Compañías productoras de películas, Compañías de Teatro, Cadenas de Cines, Salas Privadas de Teatro, Salas de Cinematógrafo, cuando todas éstas, como tales, no estén adheridas a la CAL. Y Artistas y Técnicos de cine y teatro, aunque trabajen en compañías adheridas a la CAL, incluyéndose a Directores y Artistas de conjuntos teatrales de aficionados, cuando realicen o se comprometan a realizar, un labor anticomunista.<sup>140</sup>

A concepção de assimilação de dirigentes, protagonistas na direção de organismos que vão do escopo da guerra manobrada à guerra de posição, são sintomas do projeto de sociedade da CAL. Para um aparelho de hegemonia com as características da CAL, o mais importante é disputar as consciências para evitar que elas superem o elemento difuso (alienação) que as compõem no capitalismo. Por

140 CAL. Estatutos. Op. Cit. (F1557-1558-1559).

isso trata-se de um aparelho de hegemonia contrarrevolucionária, capitalista. Pois, do contrário, seu papel deveria promover a superação da alienação.

Com a delimitação dos investidores da CAL (associados numerários), selou-se a origem do aporte material almejado pela organização. Podemos dizer que se trata de um momento de cooperação. Nesse sentido, o *Estatuto* delimitou o recebimento de contribuições financeiras aos membros com certo prestígio na sociedade capitalista, sejam os que ainda ocupam cargos de gestão do Estado e da cultura ou sejam os que já ocuparam. Estes são os preceptores da ação política. Estrategicamente escolhidos para colocar em funcionamento uma entidade defensora de ideais anticomunistas.

Só eram admitidos como membros da CAL os sujeitos que pudessem comprovar “Tener una comprobada actuación anticomunista por lo menos durante cinco años, acompañando la solicitud documentos que lo comprueben.”<sup>141</sup> A afiliação na entidade era encaminhada por meio de uma carta escrita, sendo que em seguida, o candidato a membro era investigado. Mas o que chama a atenção no estatuto é a previsão de entrega de um dossiê de comprovada atuação anticomunista. Além disso, outras questões são mencionadas no quesito direção da CAL, a qual se exigia:

No estar dirigida o representada por personas:

- a) Que hayan militado en organizaciones comunistas, anarquistas o socialistas marxistas de cualquier matriz, aunque aleguen haber renunciado a ellas y combinado al campo anticomunista.
- b) Que hayan colaborado con comunistas y socialistas de distinto matiz.

141 Id. Ibid. (F1560).

c) Que hayan atacado a nacionalismos anticomunistas de la América Latina.<sup>142</sup>

O conteúdo alarmista direcionado à impenetrabilidade de qualquer ideologia dotada de senso de autonomia como projeto para a classe trabalhadora, revela o rechaço da CAL com relação a qualquer ideologia progressista. A aferição do conteúdo progressista de seus inimigos era mensurado pela CAL a partir de critérios de afinidade com o anticomunismo. Pois, como vimos, ao definir conceitos de defesa de seu projeto, tais como: soberania nacional, democracia, liberdade, dentre outros, e defender certa ossificação desses conceitos, a CAL delimitou seu próprio critério de aferição das ideologias inimigas. A partir daqueles conceitos era possível detectar, pelo menos a partir do estatuto, a margem de progressismo que delimitava um inimigo em potencial. Dessa forma, podemos entender que as premissas anticomunistas da CAL se direcionavam à assimilação da arena de luta dos opositores, mas vetava radical e violentamente qualquer possibilidade de ingresso de sujeitos que pudessem ter pertencido a organismos de comprovada ideologia progressista. Como a CAL procurou alarmar o avanço do comunismo, seus critérios de aferição eram anticomunistas.

No entanto, existiu um espaço fluido, programático poderíamos dizer, sobre os candidatos a sócio da CAL. O trecho que cito a seguir, demonstra os mecanismos centralizadores da entidade. Trata-se das atribuições conferidas ao *Secretario de Seguridad*. Uma espécie de vigilante da organização com poder de veto ao pleito de novos associados. Sua função apresentou algumas especificidades com relação aos contornos da organização, já que o candidato a sócio deveria,

Ser admitido su ingreso por la Comisión de Membrecía integrada por el Secretario General de la CAL, el Secretario de

142 Id. Ibid.

Seguridad y dos miembros más designados por el Consejo Coordinador, quienes deberán resolver la admisión por voto unánime. En caso de voto de rechazo deberá este ser fundamentado ante la Comisión, pero si la oposición procede del Secretario de Seguridad, éste podrá no mencionar sus fuentes de información.<sup>143</sup>

O tom policialesco da entidade é constantemente mencionado como medida de segurança que garante a unidade e coesão identificados com seu projeto de classe, sendo que o Secretário de Segurança apareceu como uma figura centralizadora e com poder de veto sem necessitar justificar-se aos demais membros da comissão. Está claro que sua metodologia de adesão/associação era recheada de vigilância macarthista. Durante o levantamento de fontes, encontramos alguns manuscritos, materiais de anotação pessoal que provavelmente pertenceram a Campos Alum, e que endossam a metodologia macarthista da CAL. Nesse material, manuscrito durante a 2ª Conferência da CAL, ocorrida no Rio de Janeiro de 1974<sup>144</sup>, menciona-se a intenção de “Sobre el Proyecto de Brasil. Pto [Punto] 6º: Crear un centro de informaciones anticomunistas sobre actividades, agentes, personas, aliados, del comunistas en los distintos países”<sup>145</sup>, sendo que, logo a seguir, encontramos alguns nomes anotados após a rubrica “Designar”. Os nomes são os seguintes: “Fernández = Ecuador, Alberto Laos = Peru, Olga Nazario = Alpha 66, Julio Tapia = Chile, Gustavo Alessandri = Chile, Armando Peres”. Tais evidências demonstram o nível de preparação e articulação entre o estatuto e a prática da CAL. Ademais, como se pode observar no trecho citado, tratou-se de uma organização que atuou entre tecnocratas, militares e outros funcionários de Estado.

143 Id. Ibid.

144 Algumas questões relacionadas a este encontro serão tratadas no tópico a seguir.

145 CAL. Manuscritos redigidos por Antonio Campus Alum durante o 2º Congresso da CAL no Rio de Janeiro, 1974. (ARCHIVO DEL TERROR, R237 F0748).

Ainda sobre o quadro das atribuições especiais destinadas ao Secretário de Segurança são concluídas da seguinte forma,

Quando el Secretario de Seguridad tenga motivos fundados para justificar la suspensión de algún miembro, pedirá al Secretario General o en su ausencia al Sub-Secretario adjunto, que decrete dicha suspensión, en tanto que completa la investigación del caso para informar a la Comisión de Membrecía, la que determinará si procede o no mantener la expulsión o inocencia del inculpado.<sup>146</sup>

Como podemos aferir do trecho citado, a organização polícial da CAL resguardou o poder supremo de veto dos participantes à cúpula da organização aos quadros mais altos da organização, uma vez que, como prevê o Estatuto, já tivessem passado pelo escrutínio minucioso da organização para a ocupação de tais cargos. É um indício significativo da metodologia jurídica seguida pela entidade. Tratam-se de relações de vigilância e veto que se construíram sob a insígnia da possível traição aos ideais da CAL. Ressalta-se que a função polícial exercida pelo alto escalão da CAL, permitiu aos seus membros uma miríade de confabulações acerca dos possíveis desvios morais de seus membros. Tanto é verdade que, para além do que se possa esperar com relação às funções mencionadas acima sobre a direção da entidade na prática, o que ocorreu foi que estas funções foram delimitadas tendo em vista a possível punição dos membros que se desviassem da linha sustentada pela entidade.

Já em 1979, a francesa Suzane Labin, ex-militante do Partido Socialista francês e, à época, anticomunista associada ao capítulo francês da LAM, foi vítima de uma campanha difamatória por parte do antropólogo britânico Roger Pearson (presidente do capítulo Inglês da LAM). Em documento de circulação interna da LAM, Suzane Labin contesta os ataques de Pearson. Em carta endereçada a CAL, mas

146 CAL. Estatutos. Op. Cit. (F1561-1562).

com difusão em todas as instâncias e capítulos da LAM, Suzana Labin esclareceu que:

En una carta circular remitida a todos los miembros del Consejo de la WACL, donde el señor Roger Pearson desparrama toda suerte de puntos de vista malos e insinceros acerca de la recientemente formada organización europea de la WACL, él trata de crear dudas sobre la autenticidad de anticomunismo del capítulo francés, bajo mi presidencia. Él lo hace basado en que pertenecí en el pasado al Partido Socialista Francés. Este ataque no es propio de un caballero, no solamente porque el señor Pearson olvida la situación de los cientos de otros miembros de las diez y seis valerosas organizaciones anticomunistas que integran el Capítulo Francés sino también porque presenta mi propia historia en una forma viciosamente distorsionada. El señor Person conoce perfectamente la verdad sobre la historia de un documento mío que yo redacté para refutar la misma tontería afirmada hacia dos años atrás, documento que yo personalmente lo manejé hacia sus manos. El actuó así, no por mera ignorancia, con una consiente mala fe de perjudicarme.<sup>147</sup>

Como se pode observar, no caso do problema entre Person e Labin, houve a execução das indicações do estatuto da LAM que se repetiram no Estatuto da CAL. Pearson supostamente contestou a posição de dirigente máxima do capítulo francês da Liga exercido por Labin em função das suas atividades de militância no Partido Socialista francês. Sobre esta questão, Labin ainda escreveu um esclarecimento sobre sua atividade no PS francês em documento redigido em 1977 para se defender se semelhantes ataques,

El citado documento está a disposición de cualquiera, es un resumen de mi lucha anticomunista durante los últimos 25 años. Una lucha que es conocida mundialmente y que sobrepasa 100 veces más el anticomunismo mundano del señor Pearson. En mi documento se ha dicho que fue un miembro del partido socialista francés, cuando en ese tiempo este partido era fuertemente anticomunista que así fue votado en un Congreso

147 LAM. Declaración de Suzane Labin Acerca de Un Incorrecto Ataque Proveniente del Dr. Pearson. In: Correspondencias. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F0997).

em Toulouse, mi propuesta de estudiar un código cívico que intente poner fuera de la Ley al partido comunista francés. Un único paso en Francia apoyado por una campaña mía en el Diario oficial del partido socialista francés (Le Populaire), y que condujo a la aprobación del Art. 4º de la presente construcción francesa. Si fuera este artículo aplicado, el partido comunista francés sería ilegal.<sup>148</sup>

Ao que tudo indica, Pearson tentou executar o estatuto da LAM no que se refere ao pertencimento e direção da LAM, capítulo francês, contra Suzane Labin que respondeu convictamente de seu anticomunismo, pois saiu do PS francês sob as circunstâncias de: “Tan pronto como aparecieron los primeros signos de un cambio con respecto a la línea del Partido Socialista Francés y que conducía hacia una alianza con el partido comunista, yo renuncié.”<sup>149</sup> Ao que tudo indica, a CAL não passou por episódio semelhante.

Em outro trecho do estatuto que destacamos a seguir, a perspectiva sobre a conduta que desviaria o membro da entidade de seus pressupostos morais é endossada. Chamou-nos a atenção, sobretudo a punição como forma de ressaltar os laços cooperativos aos que fossem considerados aptos a conduzir os anseios coletivos da organização, pois seriam expulsos da CAL os membros que: “Ataquen a entidades miembros de la CAL o provoquen graves problemas o ataquen gobiernos sinceramente anticomunistas, después de que el Consejo Coordinador les haya exhortado a no hacerlo”.<sup>150</sup>

A violência foi constantemente acionada no Estatuto da CAL. Além disso, o tom alarmista endossou a violência com a qual a entidade nutriu o anticomunismo. Portanto, mais do que uma direção para a luta, a delimitação dos espaços de defesa do anticomunismo é determinada pela convicção de que o combate deveria ser travado

148 Id. Ibid.

149 Id. Ibid.

150 CAL. Estatuto. Op. Cit. (F1561).

nos distintos espaços sociais, sendo que, se fosse detectada direta ou indiretamente qualquer ameaça à ordem capitalista, seria obrigação do sócio,

Luchar por impedir que los comunistas y sus cómplices se apoderen de la dirección de la Institución, Empresa o Sector Político o Social, en que dichos miembros actúen; o por desalojar de esa dirección a los rojos que ya la tuvieran en sus manos, propugnando porque sean substituidos en ella por elementos patriotas o anticomunistas.<sup>151</sup>

A associação dos membros a CAL, delimitou, entre outras coisas, a percepção de funcionamento da sociedade que seus membros deveriam seguir. São preceitos aprazíveis à entidade noções como associação (imagem da sociedade), solidariedade (cooperação) e harmonia (capitalista), que foram constantemente acionadas para alarmar sobre o comunismo e responde-lo com violência. Todas as premissas foram cimentadas pelo espírito de cooperação forjado pela percepção do papel desempenhado pela violência na história do próprio anticomunismo, pois, cabe ao membro da CAL, “Ayudar a otros miembros de la CAL, en el trabajo mencionado en la fracción anterior, cuando dichos miembros o la propia CAL se lo pidan, entendiendo que en reciprocidad, los que impartan tal ayuda mayor derecho tienen de recibirla, cuando la necesiten y soliciten.”<sup>152</sup> Ou seja, é no trabalho de cooperação que as entidades organizadas na CAL se fortaleceram, inclusive sinalizando laços de maior solidariedade para com as entidades que produzam ações de obediência ao estatuto.

Além disso, caberia aos membros cooperar para: “Ayudar a otros miembros de la CAL, a impedir que los comunistas y sus cómplices los desalojen de los puestos directivos que ocupan en la Entidad que dirigen. Los que impartan tal ayuda, mayor derecho tendrán de recibirla

151 Id. Ibid. (F1562).

152 Id. Ibid.

en reciprocidad cuando la necesiten.”<sup>153</sup> Novamente, a querela entre Pearson e Labin ganha sentido no contexto de definição do Estatuto da CAL, pois, como podemos observar no trecho citado, constou entre as obrigações dos membros a manutenção e cooperação mútua de seus postos contra ameaças externas ao anticomunismo reivindicado pela organização.

Ainda sobre o patriotismo, constantemente usado como recurso para a constituição do consenso ativo, já que se trata de um conceito que remete à soberania nacional por meios militares, é uma forma específica de linguagem que se reveste do projeto de hegemonia capitalista encampado e aderido pela CAL. A manutenção e a conquista de posições propugnada pela CAL, se reveste de um projeto de classe amplo, que fusiona uma dada concepção de mundo, de cultura, de dominação e direção, de hegemonia à metodologia de combate ao comunismo com o uso da violência.

Sendo assim, os termos de cooperação da organização, dotada de uma atividade escalonada e progressiva de fortalecimento da CAL, presente na manutenção e conquista de novas posições, com conseqüente impedimento ou desalojo dos comunistas – ou poderíamos ler trabalhadores? – cimentou a imposição das premissas constituidoras do anticomunismo presente na entidade para além de seu interior. No próximo tópico, analisam-se alguns documentos relacionados ao 2º Congresso da CAL.

153 Id. Ibid.

## 2.5 CAL e LAM: unidade programática contra o comunismo na América Latina

Em 1972, a LAM enviou alguns telegramas e documentos aos seus associados dando continuidade ao trabalho de oferecer uma linha anticomunista aos seus militantes espalhados pelo mundo. Estes documentos retratam algumas metodologias de cooperação com governos, e até mesmo exigências com relação à oposição a governos não desejosos. São informes que circularam em diversas línguas e em muitos países. Seu conteúdo central é a difusão do anticomunismo (ativo) que interessou a CAL. São peças anticomunistas, com orientações sobre a construção de alianças e afirmação de apoio a determinadas posturas no combate ao comunismo. É o caso da circular de número 4 da LAM de 1972, em que:

Se pide a las entidades miembros de la WACL y a todos los que aprueban su lucha anticomunista que manden telegramas felicitando por su reelección al presidente Nixon y al vicepresidente Agnew, pidiéndoles paz Honorable en Vietnam y cumplimiento de los tratados con China Nacionalista.<sup>154</sup>

Tratam-se de telegramas que deveriam ser endereçados a administração Nixon, cujo conteúdo transcrevemos a seguir:

[La] Liga Anticomunista Mundial (WACL), representando instituciones y organizaciones anticomunistas de sesenta y cuatro naciones del mundo felicita su excelencia por reelección, deseándole éxito nuevo mandato. Y esperando gestiones paz Vietnam, incluyan retirada de ejércitos invasores Hanói, del territorio sud vietnamita, y abandono idea imponer gobierno coalición con comunistas, entregaría país a estos. Esperamos también su excelencia, mantenga con honor, tratados Estados Unidos celebró con China nacionalista, evitando consolidar esclavización, setecientos cincuenta millones chinos, mediante

154 LAM. Circular nº 4, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R198, F2579).

reconhecimento como governo legítimo de ditadura totalitária, usurpa poder em Pekín contra voluntades majoritárias populares.

Civilização e progresso sim – comunismo, não.<sup>155</sup>

O documento foi assinado pelo mexicano professor Raymundo Guerrero, presidente em exercício da LAM. O objetivo da circular é bem claro quanto à necessidade de demonstrar força de unidade frente à administração Nixon. Se tratou de mais uma tentativa de aproximação da LAM com o governo de Richard Nixon dos EUA, mas no sentido de pressioná-lo a abandonar qualquer iniciativa minimamente progressista (se é que isso fosse possível) com relação ao conflito na Ásia entre nacionalistas e comunistas, no caso chinês, e contra os comunistas no caso do Vietnã. O jornalista Fernando Lopes mencionou no seu livro *The Feathers of Condor, Transnational State Terrorism, Exiles and Civilian Anticommunism in South America*<sup>156</sup> que a atuação da LAM e da CAL preocupou o presidente Nixon. Segundo Lopes, a administração Nixon preocupou-se sobretudo com o nível de conexão atingido pela LAM, e conseqüentemente a CAL.

Encontramos na mesma circular outra parte confeccionada pela FEMACO, endereçada ao mesmo destinatário, o governo Nixon, mas pessoalmente destinado ao seu vice-presidente, Spiro Agnew, e assinado pelo seu presidente em exercício Jorge Gonzalez Davilla. Nele, a FEMACO fez questão de endossar as palavras da CAL, e aprofundar o alarde anticomunista de suas preocupações. São evidências do acúmulo de funções, muitas vezes centralizadas nos mesmos organismos, mas com diferentes siglas, como se a organização, ou organizações, quisessem demonstrar maior poder de aglutinação, passando uma imagem de poderio e controle em torno do anticomunismo. A redundância dos temas, e a linguagem peculiar usada pelas entidades são evidenciadas no documento a seguir:

155 Id. Ibid.

156 LOPES, F. Op. Cit. p. 294.

Federación mexicana anticomunista (FEMACO) manifiesta su excelencia felicitación reelección vicepresidencia Estados Unidos. Respetuosamente pedimos su excelencia interceda ante presidente Nixon honorables arreglos paz Vietnam incluyan retiro invasores Hanói de Vietnam del Sur, abandonando planes de establecer gobierno coalición con comunistas, conduciría implantación esclavitud marxista al pueblo. Suplicamos también su excelencia gestione Estados Unidos mantenga con honor tratados celebrados con China nacionalista, evitando consolidarse esclavización setecientos cincuenta millones chinos mediante reconocimiento dictadura asesinos imperialistas Pekín.

Por el pueblo do México, contra el comunismo.<sup>157</sup>

A repetição das palavras, o ordenamento dos temas e o conteúdo declaradamente pró-Taiwan, demonstram a consolidação, neste momento, da linha oriental emanada pela figura central da organização anticomunista encabeçada pela LAM, qual seja, Chiang Kai Shek. O perfilamento da FEMACO com a LAM ocorreu em função de que a sede de onde partiram ambas as manifestações de felicitação/pauta encontrava-se na Cidade do México. Foi de lá que partiram os telegramas, e foi lá que se organizou, em primeira mão, o *bureau* anticomunista latino-americano.

Na sequência, o documento endossa a posição de fortalecimento das entidades em torno do mesmo objetivo, qual seja, o de se fazer presente, mesmo que simbolicamente, na posse da administração Nixon. O trecho a seguir finaliza as indicações do telegrama, deixando entrever a urgência dos trabalhos de representação, e o objetivo concreto da ação,

La presidencia de la Liga Mundial Anticomunista, en consecuencia, exhorta a todas unidades miembros e instituciones y personalidades simpatizadoras de la lucha anticomunista que realiza la Liga a que manden similares

157 LAM. Circular nº 4, 1972. Op. Cit. (F2579-2580).

mensajes a los aquí reproducidos; en la inteligencia, de que no obstante hacerse el envío de los mismos dos o tres semanas después del resultado electoral, los mensajes enviados pueden ser leídos de seguro por sus destinatarios; cosa que no hubiera sido posible en los días siguientes a la elección, en que ambos gobernantes norteamericanos estarían recibiendo cientos de miles de telegramas de felicitación que físicamente les resultará imposible leer.<sup>158</sup>

Para endossar a indicação proposta pela LAM, a CAL foi mencionada como exemplo do tipo de conduta esperada para as demais organizações. O trecho descrito ao fim do telegrama é de lavra da CAL, e demonstra a especificidade das pautas que preocupavam a organização. Além disso, é importante salientar que o conteúdo do telegrama faz referência aos ajustes da luta anticomunista diante da correlação de forças na América Latina,

Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL), expresa su excelencia, felicitaciones cordiales por reelección, esperando mayor colaboración en lucha latino-americana por salir subdesarrollo, dando trato especialmente favorable, a gobiernos que luchan enérgica y eficazmente, impedir sus pueblos sean esclavizados por comunismo; y evitando fortalecimiento dictadura totalitaria, ejercido el notorio criminal Fidel Castro con levantamiento sanciones, o reconocimiento.<sup>159</sup>

O texto segue basicamente a mesma linha dos anteriores, mas com uma atualização necessária. Trata-se da referência ao inimigo latino-americano, e principal alvo dos ataques do grupo terrorista *Alpha 66*, composto por dissidentes cubanos treinados pela CIA. Trata-se da campanha contra Fidel Castro, líder da Revolução Cubana e presidente do país. A referência expressa à correlação de forças latino-americana e surgiu justamente ao mencionar Cuba e a liderança de Castro. Isso demonstra a autonomia da CAL diante dos preceitos míni-

158 Id. Ibid. (F2590-2581).

159 Id. Ibid. (F2581).

mos estabelecidos à época. A menção ao “subdesenvolvimento” e ao “ditador” Fidel Castro demonstram o apoio declarado aos embargos proferidos pelos EUA a Cuba, além de localizar as causas de possíveis irradiações do “exemplo Cuba” no subdesenvolvimento.

Já o memorando de número 6 da LAM investe, mais uma vez, na análise do contexto asiático. O documento é um manifesto de unidade contra qualquer possibilidade de resolução do problema estabelecido no Vietnam. A LAM era radicalmente contra qualquer forma de acordo com entre o governo de Nguyen Van Thieu e os seguidores de Ho Chi Min, no que se refere ao apaziguamento dos conflitos remanescentes da guerra com a formação de um governo de coalizão dividido entre Thieu e os comunistas. O temor era que essa solução desse forças aos comunistas, já que a LAM operava sob a hipótese de que ao inimigo não se poderia oferecer o mínimo de espaço para a ação. Mais uma vez, a LAM expressou seu sentido de unidade conclamando a todos os seus associados a enviar pedidos ao governo Nixon para intervir em favor do “mundo livre” contra a “escravidão”,

Consideramos que es en estas situaciones decisivas en la lucha contra el comunismo, cuando la Liga Mundial Comunista (WACL) debe demostrar que es una organización realmente eficaz de lucha contra el comunismo. Pero para que la WACL lo sea así, no basta con que sus dirigentes pongan todos los medios a su alcance para lograrlo; sino que es necesario que todos los miembros de la Liga secunden los planes de acción elaborados con tal fin. Rogamos por lo mismo a los miembros de la Liga y a todos los amigos y aliados a quienes dirigimos esta circular N.º 6, que envíen a los Excelentísimos Señores Presidentes Richard M. Nixon y Nguyen Van Thieu los telegramas ante la solicitados y que además promuevan entre los miembros de las organizaciones anticomunistas lo hagan también; con el fin de ver si conseguimos que sean remitidos de distintos países del mundo libre algunos millares de telegramas en los sentidos antes indicados.<sup>160</sup>

160 LAM. Circular nº 6, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R198, F2583).

A ênfase no trabalho de organização das entidades esparsas e membros da LAM é evidenciada para que não reste dúvidas com relação ao caminho de exclusão do comunismo como única forma viável de manutenção da ordem. O chamado mencionado no memorando de nº 6 faz parte de uma metodologia de combate que visou manter mobilizadas e atuantes as entidades que por ventura se encontrassem ociosas diante das demandas pela defesa de governos anticomunistas. A questão asiática demonstrou a força com que a linha taiwanesa arrebatou os esforços da entidade no início dos anos de 1970. Parece-nos importante salientar que as entidades situadas no México seguiram a mesma linha, como podemos observar em outro trecho do memorando descrito a seguir, que direciona a ação das organizações anticomunistas pelo mundo,

Aclaremos a Ustedes que tanto esta Presidencia de la Liga Mundial Anticomunista, como la Secretaria General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL) y la Presidencia de la Federación Mexicana Anticomunista (FEMACO) están mandando ya los telegramas antes mencionados, la FEMACO además está promoviendo que las organizaciones – que la integran y sus miembros, así como sus amigos, envíen telegramas en el sentido indicado a ambos Presidentes. Si se realiza esta campaña de telegramas, La Liga Mundial Anticomunista demostrará que en todas – las situaciones decisivas como ésta; sabe actuar a la altura de las circunstancias.<sup>161</sup>

Por intermédio da LAM, CAL, FEMACO - todas entidades com sede no México à época - a pauta taiwanesa se irradiou em meio às entidades organizadas no complexo orgânico anticomunista dirigido pela LAM. No entanto, é bom lembrar que a premissa que mobilizou os esforços destas entidades foi a cooperação com governos anticomunistas. Essa postura foi radicalmente defendida pela entidade contra todas as formas de conciliação que pudessem surgir como necessida-

161 Id. Ibid.

de da política externa mundial, ou das relações internacionais naquele momento. Sempre atuando em prol da manutenção do conflito, a LAM foi intransigente com relação aos assuntos de resolução de conflitos por meios diplomáticos e blindou de violência/exclusão toda forma de relação com o comunismo.

Uma das estratégias seguidas pela LAM ao deslocar da Ásia para a América Latina seu centro diretivo foi a tática permanente de ataque aos meios de comunicação centralizados nas agências europeias. Essa metodologia de atuação já anunciava a necessidade de criação de organismos próprios para realizar a contrapropaganda anticomunista em alguns assuntos que fossem do interesse da LAM. Como demonstrado no memorando de nº 7, ainda de 1972, a metodologia de defesa de governos anticomunistas criou a necessidade de vigiar os meios de informações que apresentassem qualquer forma de crítica aos desígnios radicalmente anticomunistas da administração Nixon. A LAM alertou os seus associados para que produzissem pautas de oposição a qualquer forma de manipulação comunista dos meios de comunicações, mas não sem antes alertar para o conteúdo de seu trabalho de organização diante deste campo de disputas,

La prensa mundial controlada o fuertemente influida por comunistas, ha desatado una campaña publicitaria en contra el Presidente de los Estados Unidos, Richard Nixon, por haber ordenado la reanudación de los bombardeos sobre objetivos militares en Vietnam del Norte; lo cual está desorientando a la opinión publica mundial acerca de la justificaciones tales medidas; haciéndolas aparecer como un ataque criminal contra la población indefensa.<sup>162</sup>

O tensionamento da retomada dos conflitos bélicos no Vietnam foi capturado pela LAM de forma particularmente intransigente sobre outros métodos de resolução dos conflitos que não envolvessem o bombardeio da região. Para a organização, não era particularmente

162 LAM. Circular nº 7, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R198, F2584).

importante tecer críticas às formas belicosas de resolução dos conflitos, pois, ao contrário, a metodologia do combate militar só se tornou um problema por conta da influência comunista nos meios de comunicação capaz de produzir uma comoção confusa (difusa) na opinião pública. Para contrapor a esta campanha “difamatória” produzida (por comunistas) contra a administração Nixon nos meios de comunicação, a LAM acionou, mais uma vez, as entidades organizadas sob sua órbita para trabalhar em prol da oposição à manipulação comunista dos meios de comunicação tendo em vista a opinião pública da seguinte forma,

Quien cuente con un periódico o boletín propios, o pueda disponer de las columnas de algún periódico, que publique o promueva la publicación, de uno o más artículos, que orienten a la opinión pública, sobre la justificación de la nueva política de firmeza, del Presidente Nixon hacia los criminales invasores de Hanói; refutando las calumnias difundidas, por la prensa, radio y televisión que está consciente o inconscientemente al servicio del comunismo.<sup>163</sup>

A organização da crítica aos meios de comunicação teve um objetivo claro de criar o consenso interno (ativo) em torno da necessidade de se estruturar uma forma de difusão de notícias próprias que só se materializou com o trabalho da CAL em 1974, como veremos mais a frente. No entanto, essa tendência já apareceu no ano de 1972 na LAM e, é importante dizer que, mesmo aqui é uma novidade no que se refere às características gerais de atuação desta entidade dedicada, por tradição, à criação de oposição em termos de política externa e dedicada ao combate militar direto priorizando a guerra de movimento, ainda que esta linha não tenha sido abandonada até este momento.

Outro assunto que apareceu em alguns memorandos da LAM, agora direcionado ao contexto latino-americano, foi a preocupação com o “caos” chileno. A entidade acionou seu próprio arsenal de

163 Id. Ibid.

entidades para acompanhar as eleições parlamentares que definiram o destino da Unidade Popular dirigida por Salvador Allende. A transcrição a seguir é extraída de uma circular que conclamou as organizações associadas a LAM para acompanhar com atenção o desenvolvimento dos conflitos no caso chileno. É peculiar a avaliação que encontramos a seguir acerca da situação, pois a LAM convocou suas entidades para apoiar a oposição fazendo pressão sobre a administração Allende em duas etapas:

Circular N.º 8

Series de 1972-1973

PARA: TODAS LA UNIDADES MIEMBROS DE WACL Y PERSONALIDADES E INSTITUCIONES ANTICOMUNISTAS QUE SIMPATIZAN CON SU LUCHA.

ASSUNTO: SE INFORMA DEL COMUNICADO EMITIDO POR LA PRESIDENCIA DE LA LIGA MUNDIAL JUVENIL ANTICOMUNISTA (WYACL) EN RELACION A LA CRITICA SITUACION DE CHILE Y SE PIDE SE ENVIEN LOS MENSAJES SOLICITADOS POR LA JUVENTUD ANTICOMUNISTA.

El pasado 19 de febrero, la Presidencia de la Liga Mundial Juvenil Anticomunista (WYACL) emitió un comunicado en relación a la trágica situación política chilena y en vista de las próximas elecciones parlamentarias del 4 de marzo, que decidirán la suerte y futuro de Chile.

Dada la importancia del asunto, y del enorme interés y trascendencia que para la causa de la libertad representan las elecciones parlamentarias del 4 de marzo en Chile, esta Presidencia de la Liga Mundial Anticomunista (WACL) hace un llamado a todas las unidades miembros de la Liga e instituciones y personalidades anticomunistas del mundo para que:

Primero: Se envié un telegrama urgente al Presidente Salvador Allende, alto dirigente de la internacional comunista OLAS (Organización Latinoamericana de Solidaridad) y máximo líder del gobierno minoritario marxista de la “Unidad Popular”, para que cese de intimidar y amenazar con desatar la violencia de

sus huestes marxistas a fin de imponer su ley a sangre y fuego, en desacato total a los designios y anhelos del Pueblo chileno, y respete la decisión popular en los próximos comicios electorales del 4 de marzo, reconociendo que el Pueblo chileno jamás aceptará la imposición del totalitarismo marxista, habiendo ya experimentado el rotundo fracaso de su fementida fórmula de la "vía chilena al socialismo".

Segundo: Se mande un telegrama urgente al General Carlos Prats Gonzáles, ministro del interior y Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas, exhortándolo a que termine su complicidad con los marxistas de la "unidad Popular" o que, haciendo honor a la gloriosa tradición de las Fuerzas Armadas Chilenas, renuncie al Comando en Jefe de las mismas, a fin de que estas cumplan con sus deberes e derechos asignados por la Constitución y así evitar que las camarillas marxistas que han engañado a un tercio del electorado chileno violenten la voluntad de la gran mayoría del Pueblo chileno por mantener las instituciones democráticas y libertades en el país.

ATENTAMENTE

"Civilización y Progreso, Sí, Comunismo no"

Prof. Lic. Raimundo Guerrero

WACL Chairman.<sup>164</sup>

O texto acima é datado de 1972/1973. A dedicação da LAM com relação ao Chile da Unidade Popular está alinhada aos preceitos mais genéricos do anticomunismo reivindicado pela entidade, o que nos parece em linha com as demais iniciativas de desestabilização do governo Allende que, como sabemos, sofreu um golpe militar, precedido de *lockouts* e todas as práticas de desestabilização acionadas a partir da sociedade civil com amplo apoio dos EUA e das entidades patronais do Chile. Parece-nos claro que a LAM, desde que iniciou os trabalhos a partir da América Latina, já estava completamente inserida na lógica perpetrada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A passagem

164 LAM. Circular nº 8, 1973. (ARCHIVO DEL TERROR, R198, F2587).

acima, referente ao Chile, e direcionada a dois personagens chave da sustentação do aparato democrático que elegeu a Unidade Popular, endossa essa hipótese.

Ao se dirigir a Salvador Allende com um tom pretor, a LAM demonstrou o seu caráter vigilante, violento. O conteúdo objetivamente anticomunista do memorando, procurou salientar a divisão de posições entre o Estado, visto como detentor do monopólio legítimo da força (a serviço do comunismo), e os anseios da população chilena visando aprofundar os problemas de ordem prática da via socialista no país. Como sabemos, tratou-se de uma estratégia já antevista na Carta de Princípios da LAM que mencionou a prontidão e vigilância da entidade em torno do aproveitamento dos conflitos que fragilizassem os comunistas e seus aliados.

Por seu turno, o trecho direcionado ao general Carlos Prats, que foi assassinado por uma cooperação internacional no ano de 1974 em Buenos Aires, já demonstrou a falta de compromisso da LAM com os preceitos mais elementares da institucionalidade e democracia chilena, assim como sua disposição em acionar meios ortodoxos de violência para garantir a cooperação anticomunista. O conteúdo do memorando foi incisivo com relação aos ânimos em torno do militarismo e a inclinação ao golpe de estado, ainda que esta solução não seja anunciada abertamente, pois sabe-se que à sombra de Prats estava o general golpista e ditador Augusto Pinochet, mandante da execução de Prats. Nesse sentido, podemos dizer que a LAM antecipou o desfecho golpista no Chile e se antecipou à cooperação que assassinou Prats, além de produzir apoio à solução desencadeada a partir de 11 de setembro de 1973 com o golpe.

Como se pode aferir, o comunicado é um chamado geral à ação orgânica contra o governo de Salvador Allende com o intuito de intimidar a Unidade Popular durante as eleições de 1973, que ocorreu

às vésperas do Golpe. Podemos considerar uma tentativa de intervir no processo político chileno antes do Golpe, já que, como se sabe, mais tarde, o país foi palco de um Golpe Militar e de uma ditadura de Terrorismo de Estado que aderiu ao neoliberalismo. A menção ao General Carlos Prats, que mais tarde foi assassinado, se faz de forma intimidatória. A evocação das Forças Armadas sela o apoio incontestado às batalhas forjadas pelo anticomunismo latino-americano contra governos populares de apoio à luta dos trabalhadores.

Como já mencionamos anteriormente, no mês de agosto de 1974 celebrou-se o 2º Congresso da CAL na cidade do Rio de Janeiro. Um dos principais eixos da discussão ocorreu em torno do acirramento da crítica à imprensa. A reunião de representantes do anticomunismo latino-americano aconteceu no Brasil durante a Ditadura de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado no país. O clima amistoso entre as ditaduras latino-americanas foi celebrado entre os ditadores Emilio Garrastazu Médici, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai, que viajou ao Brasil para tratar de assuntos relativos aos interesses das ditaduras. Concomitantemente à realização do congresso da CAL, no Rio, em Brasília, Médici e Stroessner assinaram um tratado de princípios internacionais entre os ditadores. Além disso, foi neste ano que se assinou o tratado de cooperação que demarcou o início da construção da Usina Binacional de Itaipu.

O esforço contra-insurgente das ditaduras brasileira e paraguaia estava baseado na prática do Terrorismo de Estado como política inspirada na Doutrina de Segurança Nacional. As ditaduras se irmanaram no combate à “subversão” sustentando a cooperação e assinatura de tratados segundo premissas comuns para garantir o sucesso dos planos ditatoriais estabelecidos por ambas as ditaduras. Essa colaboração demonstrou o clima de cooperação que seguiu delimitando iniciativas das ditaduras que se uniram profundamente

através da doutrina contra-insurgente e de Segurança Nacional. Outras colaborações baseadas no mesmo plano, portanto, seriam bem vindas.

Neste clima de amizade entre as ditaduras, uma das principais medidas discutidas pela CAL foi a criação de uma base de informações para alimentar o combate contra o comunismo, preocupação que, como vimos anteriormente, já figurava entre os preceitos da LAM quando se transferiu para a América Latina. A iniciativa laureava o esforço da FEMACO na manutenção da CAL, e foi justamente aquela entidade que redigiu o projeto de criação de uma Agência de Comunicação Internacional (ACI). A falta de confiança nos meios jornalísticos centralizados nas grandes agências de informações foi anotado como o principal empecilho para a confiança no conteúdo das informações, como podemos aferir segundo a resolução da CAL a seguir:

PROYECTO PARA FUNDAR UNA “AGENCIA DE COMUNICACION INTERNACIONAL” (ACI) aprobado por el II Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, y que fuera presentado por la FEMACO Federación Mexicana Anticomunista (FEMACO)

Hasta ahora la inmensa mayoría de los diarios latinoamericanos han dependido, para su información internacional, de agencias no latinoamericanas, que naturalmente tienen puntos de vista ajenos – y frecuentemente parciales – a los intereses de los países Latinoamericanos.

En gran parte a eso se debe que haya una deficiente y a veces una capciosa información de lo que ocurre en las naciones latinoamericanas.

Y esa imagen deformada impide que se forme una vigorosa Opinión Pública continental y que surja una más firme solidaridad para sortear y resolver problemas comunes.<sup>165</sup>

165 CAL. Proyecto para Fundar una “Agencia de Comunicación Internacional” (ACI), Aprobado por el 2º Congreso de la CAL, y que fue presentado por la FEMACO, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R108, F1720).

A agência de informações projetada pela FEMACO para a CAL, portanto, buscou ocupar um lugar de Estado maior da informação, para competir com os conglomerados midiáticos que, segundo a entidade, não atendiam às expectativas do anticomunismo latino-americano chefiado pela CAL. Apesar da falta de menção explícita a algum conteúdo específico noticiado nos meios atacados pela CAL, a diretriz apareceu desenhada tempos depois, num documento que expõe as diretrizes da Comissão Política que foi à Plenária do 12º Congresso da LAM ocorrido em Assunção em 1979. Nesse documento, o cerco ao “comunismo”, e o controle da informação são descritos por meio da crítica aos tratados de transferência de tecnologia: *“Por la que solicita a traves de los capítulos se influya ante los gobiernos libres a cancelar aquellos acuerdos comerciales con países comunistas que apoyen su desarrollo y signifiquen transferencia tecnológica”*.<sup>166</sup> Naquela ocasião, argumentou-se que a transferência de tecnologia necessária para continuar avançado sobre o controle das informações não poderia abrir espaço ao comunismo.

Além disso, é interessante lembrar que, no caso brasileiro a efetividade do que foi projetado pela LAM já havia ocorrido com relação à compra de turbinas e tecnologia soviética para a usina de Itaipu. O diplomata José Jobim foi a *Asunción* para acertar os detalhes da compra das turbinas pelo Brasil junto à URSS. Mas o projeto foi interrompido após o golpe de 1964, e Jobim foi removido da pasta que cuidou do processo de compra das turbinas. Segundo o site Documentos Revelados:

Em 1964, José Jobim foi enviado pelo presidente João Goulart ao Paraguai para acertar junto ao governo daquele país a compra de turbinas russas. José Jobim foi um diplomata experiente com longa carreira no Itamaraty e ocupou cargos nas embaixadas da Colômbia, Vaticano, Argélia e outras. Após o golpe civil-militar de 64, o consórcio brasileiro e paraguaio

166 LAM. Comisión de Asuntos Políticos, 1979. (ARCHIVO DEL TERROR, R108, F1586).

responsável pela obra cancelou as negociações com os russos e comprou equipamentos da multinacional Siemens. O projeto ‘Sete Quedas’ de João Goulart, orçado em 1,3 bilhão de dólares, foi substituído por outro que custou dez vezes mais, R\$ 13 bilhões de dólares.<sup>167</sup>

O caso da compra de turbinas seria denunciado por Jobim em um livro de memórias que, segundo o relato do jornalista Aluizio Palmar, o diplomata não teve tempo de escrever porque foi assassinado pela ditadura brasileira em 1979, após comentar sobre seu projeto em uma cerimônia de transmissão da presidência para João Batista Figueredo. De qualquer forma, é interessante observar o *modus operandi* da LAM em comparação com o que já teria sido antecipado pela ditadura civil-militar brasileira no caso da morte do diplomata José Jobim, pois, segundo reportagem do jornalista Luis Nassif, Pio Correa, adido militar brasileiro e presidente da empresa alemã Siemens no Brasil, teria interferido nas negociações depois do golpe de 1964 e definiu a compra das turbinas junto a empresa alemã em detrimento do contrato com os soviéticos. Jobim foi considerado o primeiro assassinado da presidência do ditador Figueredo e só recentemente teve seu obituário mudado, pois onde antes constava suicídio passou a constar que Jobim “apareceu morto”.<sup>168</sup>

Sobre a ACI, ainda é possível avaliar alguns conceitos emanados pela entidade aos seus associados no sentido de criar o consenso (ativo). A percepção da entidade sobre o significado da “opinião pública”, por exemplo, é mencionada na sequência do documento que avaliou a necessidade de estruturação de uma agência internacional de informações. O arcabouço irracionalista é usado para não operar

167 PALMAR, A. Corrupção na Construção da Usina de Itaipu pode ter Motivado a Morte do Embaixador José Jobim. In: Site Documentos Revelados. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/corruptao-na-construcao-da-usina-de-itaipu-pode-ter-motivado-a-morte-do-embaixador-jose-jobim/> Acesso em: 11/10/2018.

168 NASSIF, Luis. Exclusivo: as denúncias do diplomata Jobim, morto pela ditadura militar. 22/09/2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/exclusivo-as-denuncias-do-diplomata-jobim-morto-pela-ditadura-militar-0>. Acesso em: 03/11/2018.

conceitos que pudessem contradizer o tom alarmista com que a entidade procurou convencer seus quadros intelectuais, mas não sem abordar o tema de forma patriótica/militar:

Es bien sabido que la opinión pública de un país es patrimonio nacional. Es un factor decisivo de orden y progreso: de repulsión a lo malo y de adhesión a lo positivo. El concepto de respecto al bien común, de adhesión a la libertad, de garantías para el ciudadano y para las creencias religiosas, forman parte de una opinión pública sana, y esta opinión es una fuerza que se opone a todo lo anárquico o destructivo.<sup>169</sup>

A CAL exagerou a percepção da “opinião pública” dentre outras formas de interpretar as sociedades latino-americanas sob o viés patriótico/militarista. O maniqueísmo raso de sua interpretação, ao contrário do que possa parecer, tem uma fonte organizada previamente, inclusive teorizada por tecnocratas e militares, inseridos na lógica da Doutrina de Segurança Nacional. Estamos nos referindo à Ideologia de Segurança Nacional que, dentre outras possibilidades, interpretou as sociedades e os Estados que passaram por golpes civis-militares, e ditaduras, de forma particularmente biologista/sanitarista, como se a política corrompida fosse o sintoma de um corpo malsão, mas com certa propensão à manutenção de suas fronteiras geográficas e até uma inclinação a sua expansão. A Ideologia de Segurança Nacional tomou emprestado da Geografia, mais especificamente da Geopolítica de Frédéric Ratzel (1844-1904) esse preceito e o aplicou. Segundo José Comblin:

Ratzel divulgou uma concepção biológica do Estado. Para ele o Estado é um organismo que precisa de espaço e de expansão como qualquer ser biológico. Retomou e regeu a ideia do “espaço vital” que encontrou em H. G. von Treitschke (1834-1896), o autor da famosa frase: “A guerra é o único remédio para

169 CAL. Proyecto para Fundar una “Agencia de Comunicación Internacional” (ACI). Op. Cit. (F1720).

as nações doentes”. Ratzel defendia a superioridade da raça germânica e a absoluta necessidade de possuir colônias!<sup>170</sup>

A aproximação da CAL com a ideologia da Segurança Nacional é identificada nos conceitos e no formato da militância que procurou implementar contra o comunismo. Mas se analisarmos o conceito de opinião pública transcrito na citação anterior e a base teórica mencionada por Comblin para a ideologia de segurança nacional, os termos “opinião pública” e “patrimônio nacional” são considerados sinônimos e conjugados aos fatores de “ordem e progresso”. Detecta-se que ao se referir à opinião pública, a CAL concentrou esforços em difundir o fracasso da opinião pública, manipulada por comunistas e seus simpatizantes, segundo a CAL, como assunto de Estado. Portanto, Estado, patrimônio, opinião pública e ordem e progresso são considerados como abstrações perfeitas, mas corrompidas pela manipulação comunista, sendo que o Estado é considerado como organismo são e em expansão.

Em outra passagem, a noção de guerra total se desenha da seguinte forma, “*La actual politización de la prensa en el mundo es una forma de guerra: actúa contra el cuerpo físico de la nación.*”<sup>171</sup> Tanto a imagem da guerra como remédio, quanto a noção de corpo são atrelados ao conceito de nação. Trata-se de uma evidência a mais sobre a noção biologista de Estado, confirmada pela tentativa de desqualificar a politização da imprensa. São formas características de conceber o cerceamento da oposição crítica como uma guerra a ser travada pela posição capitalista e anticomunista na sociedade civil. Nesse sentido, a doença a ser erradicada é uma forma de manipulação que deixa enfermo um corpo em expansão que é o próprio Estado, sendo que a opinião pública manipulada é o seu sintoma e a guerra total é o remédio.

170 COMBLIN, José. Op. Cit. p. 25

171 CAL. Proyecto para Fundar una “Agencia de Comunicación Internacional” (ACI). Op. Cit. (F1720).

Nessa fase da CAL, a cooperação internacional ficou mais evidente. Sob a premissa de superação das diferenças nacionais e eventuais rivalidades para derrotar um inimigo em comum, desenhando uma unidade programática entre CAL e LAM, a proliferação do combate ao inimigo comum, tal qual a premissa do inimigo interno da DSN, exigiu esforço de colaboração. Mas a definição da estratégia de ataque ao inimigo passou pela definição do campo de batalhas. Nesse caso, a opinião pública é mais uma vez retomada para criar aprofundamento à justificação de estruturar um organismo de difusão de informações com características especificamente anticomunistas, como assunto de Estado e de defesa nacional:

Si en lo nacional es tan importante conservar una Opinión Pública sana, al abrigo de la manipulación enemiga, también en lo internacional se ha vuelto urgente para los países latinoamericanos cuidar la opinión que mutuamente se tienen entre sí. Durante toda nuestra azarosa historia no habíamos tenido tiempo de cuidar este aspecto internacional. Pero ahora que surgen amenazas y problemas continentales es más evidente – junto con el auge de los medios de comunicación – la necesidad de crear una agencia informativa nuestra, especializada en nuestros propios problemas y que se ocupe con mayor amplitud y profundidad de todo lo que nos concierne.<sup>172</sup>

O indicativo da transnacionalização, e a premissa de colaboração informativa, são claramente justificados pela necessidade de combater certa campanha informativa manipulada pelos comunistas. Com isso, podemos dizer que a CAL subsumiu a DSN, no que se refere aos preceitos de guerra interna, baseada na guerra externa, para elaborar uma imagem de unidade em torno do consenso ativo para a defesa do Estado capitalista, sobretudo no que se refere ao capital-imperialismo. A acuidade com a imagem externa entre os países latino-americanos é mencionada como um dos pontos de contato entre as nações do subcontinente para a tarefa comum de combate ao avanço do comunismo. A este avanço, contrapõem-se a expansão

172 Id. Ibid. (F1720-21).

do Estado (capitalista), e a constituição de um mecanismo de controle máximo sobre os corações e mentes latino-americanos, com profundidade e amplitude a altura dos problemas subcontinentais.

Os problemas são extraterritoriais, mas atingem os contextos nacionais, com a subsunção da lógica do “inimigo interno” (comunista) da DSN. Daí a necessidade de cooperação, redesenhando os marcos punitivos que possam impedir uma colaboração mais estreita e prática entre os países envolvidos. Contudo, a definição do raio de atuação para uma proposta como essa não poderia ignorar a extensão territorial e a dispersão geográfica e logística dos países alvos da investida. Foi assim que a CAL delimitou duas sedes para o funcionamento das agências centrais de informação. Uma localizada em Assunção no Paraguai, e outra na *Ciudad de Guatemala*, como mencionado na resolução do 2º Congresso da CAL, em 1974, que versou sobre a constituição da ACI:

Para la concentración y redistribución del material informativo, editorial y fotográfico se crearán dos sedes, equidistantes de dos grandes grupos de países. Tales sedes podrían ser Asunción, Paraguay, y Ciudad de Guatemala (Guatemala). Asunción daría servicio a Uruguay, Argentina, Chile, Bolivia, Brasil y Perú (Con excepción de Lima, las demás capitales de país se encuentran en un radio de 1600 kilómetros máximos).

Guatemala podría ser el otro centro receptor y redistribuidor de material. Daría servicio a Ecuador, Colombia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Santo Domingo y México. (Las capitales de estos países se hallan dentro de una radio aproximadamente de 2400 kilómetros). La ubicación de las dos zonas (Norte y Sur) se determinaría definitivamente después de hacer un estudio de las comunicaciones.<sup>173</sup>

Parece-nos muito claro que o desenho do projeto de difusão de notícias/informações da CAL, é um projeto de cooperação para construção e difusão de notícias. Como podemos perceber, não se

173 Id. Ibid. (F1721-22).

trata apenas de uma colaboração internacional, mas sim um projeto de escalonamento geográfico da vigilância, com o objetivo claro de promover a centralização e difusão das informações. O cuidado com a escolha das sedes centrais se justificou pela estratégica posição geográfica das cidades escolhidas. A divisão das nações seguiu um parâmetro de divisão Norte/Sul, sendo que o projeto seria implantado simultaneamente nas regiões Norte e Sul do subcontinente, com um prazo a contar a partir da resolução do 2º Congresso, como descrito a seguir: “La Comisión Organizadora se dividirá en dos grupos para realizar su trabajo simultáneamente en las zonas Sur y Norte, en un plazo de 40 a 60 días. Luego se reuniría a coordinar la forma de poner en acción la Agencia de Comunicación Internacional.”<sup>174</sup> Segundo a divisão das duas regiões delimitadas pela CAL para a ACI, o Brasil estaria na região dirigida pelo Paraguai.

A escolha dos difusores de notícias, selecionados entre jornalistas profissionais, também se apresentou como preocupação para a CAL. O sucesso da Agência de Comunicação Internacional (ACI) dependeria do rigoroso processo de recrutamento de profissionais capacitados para o trabalho de recepção, análise, edição e difusão das notícias. Como todo o processo que envolveu recursos humanos na CAL, os profissionais seriam escolhidos segundo critérios de serviços prestados e declarado alinhamento ideológico com o anticomunismo, sendo que os trabalhos seriam conduzidos por uma comissão central:

Dicha Comisión contrataría los servicios de un director para la Zona Norte y otro para la Zona Sur. Es ESSENCIAL que para esto escoja a periodistas muy capacitados, con amplia experiencia en el diarismo, en el manejo de noticias, en la técnica del reportaje, en el arte de los encabezados, etc., y que a la vez tengan una adecuada formación ideológica. Esos dos directores serán el Eje sobre el cual girará el trabajo de la Agencia. En sus sedes recibirán la información, los reportajes y los editoriales de siete

174 Id. Ibid. (F1722).

y de once países, respectivamente, para luego seleccionar y editar lo que habrán de difundir a los diarios asociados.<sup>175</sup>

A determinação do trabalho editorial corroborou os objetivos de luta da CAL. O estabelecimento de uma comunidade de informações certamente fortaleceu a troca de experiências na luta contra o comunismo, além de permitir aos sócios uma agilidade de ação sem precedentes na história da vigilância latino-americana. Em grande medida, a iniciativa internacional da comunidade de informações foi possível porque, como discutimos anteriormente, a CAL partiu de uma posição mais avançada que a LAM no que se refere ao nível de organização para a luta. De certa forma, a proposição dos Congressos foi fundamental para a estruturação de um projeto de colaboração centrado na troca de informações. Contudo, no quesito colaboração, as ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado foram terrenos profícuos para a proliferação destas iniciativas.

O jornalista Fernando Lòpez também mencionou a iniciativa da CAL em torno da criação da comunidade de informações que discutimos até aqui. Para Lòpez, essa iniciativa teve êxito, sendo que ela se transformou num dos alicerces de colaboração que se materializou três anos mais tarde na Operação Condor. Ao que pese nossa concordância com o autor no que se refere ao peso da iniciativa da CAL para a materialização de uma cooperação internacional, é importante alertar para os erros cronológicos cometidos pelo jornalista ao descrever as datas e locais, além da ordem dos congressos da CAL. Segundo Lopez:

No 2º Congresso da CAL de 1973 no México, a FEMACO anunciou um projeto de 21 pontos para a criação da Agencia de Comunicación Internacional (ACI) (Agência Internacional de Comunicações). Este ACI, no entanto, exigiu recursos logísticos e financeiros consideráveis e exigiu uma grande coordenação. Por essa razão, esse empreendimento tornou-

175 Id. Ibid.

se uma das principais preocupações da Confederação e seus capítulos ao longo dos anos seguintes. O ACI combateria a informação negativa sobre os regimes anticomunistas latino-americanos que se originaram, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos. Para cobrir eficientemente todo o continente, a região seria dividida em duas zonas principais (Norte e Sul). Inicialmente, o Congresso da CAL sugeriu que a sede da Zona Norte deveria estar localizada na Guatemala e no Sul em Assunção. O primeiro servirá o Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Santo Domingo e México, enquanto o último servirá Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Brasil e Peru.<sup>176</sup>

Como alertamos anteriormente, o jornalista cometeu alguns equívocos no que se refere à cronologia e a ordem dos Congressos da CAL. Antes de prosseguirmos, portanto, é interessante demarcar esses erros. Para Lopez, o 2º Congresso da CAL teria ocorrido no México. Entretanto, como já assinalamos no início deste subcapítulo, o 2º Congresso ocorreu no Rio de Janeiro, como atesta a programação do evento arquivada sob o rolo 108, folha 1566 do *Archivo del Terror*, no ano de 1974. O I Congresso da entidade, oficialmente reconhecido enquanto tal, ocorreu na Argentina em 1972 e, no mesmo ano, teria ocorrido uma reunião geral da entidade no México, mas não sob a forma de Congresso. Dito isto, é importante reconhecer outros aspectos do programa de 21 pontos para a estruturação da ACI discutidos por

176 LÓPEZ, F. Op. Cit. p. 294. No original: "At the 1973 CAL II Congress in México, FEMACO announced a 21-point project to establish the Agencia de Comunicación Internacional (ACI) (International Communications Agency). This ACI, however, required considerable logistical and financial resources and demanded a great deal of coordination. For that reason, this venture became one of the main concerns of the Confederation and its chapters throughout the following years. The ACI would counter the negative information about the Latin American anti-communist regimes that originated, mostly, in Europe and the United States. To efficiently cover the entire continent, the region would be split into two main zones (North and South). Initially, the CAL Congress suggested that the North Zone's headquarters should be located in Guatemala and the South's in Asunción. The former would service Ecuador, Colombia, Venezuela, Panama, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Santo Domingo and Mexico, while the latter would service Paraguay, Uruguay, Argentina, Chile, Bolivia, Brazil and Peru."

López, mas a proposta de criação da ACI só foi apresentada em 1974 durante o 2º Congresso da entidade no Rio de Janeiro.

Parece-nos correta a afirmação do autor sobre a premissa que norteou a iniciativa em torno da ACI, de que se tratou de um contraponto à propaganda contra os governos (ditaduras) anticomunistas latino-americanas na Europa. Como vimos anteriormente, constou no estatuto da entidade o esforço por apoiar os governos marcadamente anticomunistas, sendo que a ação em torno da difusão de informações foi uma das principais preocupações da CAL. Como vimos também, essa iniciativa aconteceu em função da caracterização da ação da CAL, voltada para a estruturação de uma cooperação para disputar posições na sociedade civil. Entretanto, Lopez não demonstra e tampouco aprofunda os 21 pontos, e isso acaba por estancar sua análise do processo.

A iniciativa de organizar uma agência de informações subcontinental se relacionou com a expectativa de vigilância e cooperação almejada pela CAL desde sua fundação. De certa forma, foi a partir do 2º Congresso, realizado no Rio de Janeiro e organizado pela SEPES sob o comando de Carlo Barbieri Filho, que o plano de ação da ACI foi, finalmente, estruturado. A proposição da ação guardou relação com a possibilidade de estabelecer contatos entre jornalistas que pudessem garantir acesso ao material de edição dos jornais locais de atuação nas capitais das principais regiões que fossem de interesse da CAL, segundo critério de divisão das regiões já mencionado. O ponto 4 que citamos a seguir atesta a importância de escolha dos colaboradores para agilizar a edição de informações pertinentes ao trabalho da CAL:

En cada capital de país se contratará un Corresponsal para la información y un Corresponsal para los artículos editoriales o colaboraciones firmadas. Es imprescindible que estos corresponsales trabajen en un periódico y que tengan acceso a toda la información. Ellos harán una selección, de acuerdo con el instructivo que les dé la Comisión Organizadora, y

transmitirán el material al director de su respectiva zona. (Los dos directores de zona habrá la selección y edición definitiva para luego transmitir el material publicable.)<sup>177</sup>

A rede de informações, nessa fase de organização da ação, foi fundamentada nas tarefas de conexões entre a CAL e os seus entrepostos vinculados ao trabalho de editoração praticado nas capitais, mas o objetivo foi ampliado a outras demandas da entidade visando coligir a maior área de cobertura de imprensa possível. Nesse sentido, a segunda etapa do trabalho foi mencionada no ponto 5 da seguinte forma: "Inicialmente se buscaría uno o varios periódicos miembros en cada capital de país. Después la ACI se extendería en una segunda etapa, a las ciudades más importantes de cada nación."<sup>178</sup>

A logística que envolveu a estruturação da ACI foi planejada para que houvesse melhor circulação e troca de experiências possíveis. Houve certa delimitação e hierarquização das informações circuladas, sendo que essa metodologia ajudaria a rapidez para a definição para o uso da informação. O conjunto de atividades que envolveu a logística da ACI foi mencionado no ponto 6 da resolução, que foi descrito da seguinte forma,

Los dos corresponsales mencionados (en cada capital de país) se encargarían de hacer cuatro tipos de envíos a la sede de su Grupo, que consistirían en lo siguiente:

- a) Informaciones transcendentales de gran actualidad, que por su carácter deben transmitirse cablegráficamente.
- b) Informaciones interesantes, pero que no pasan de actualidad en varios días y que pueden enviarse por correo aéreo o exprés aéreo.

177 CAL. Proyecto para Fundar una "Agencia de Comunicación Internacional" (ACI). Op. Cit. (F1722).

178 Id. Ibid.

c) Reportajes especiales, explicativos de tal o cual problema nacional, parecido a los problemas de los demás países, o bien, interesantes por motivos culturales o de sentido humano.

d) Editoriales o artículos firmados de interés para Latinoamérica, ya sea por el análisis que hagan de problemas comunes a todos, de planteamiento de soluciones, o bien, por su contenido cultural. Su envío también puede hacerse por correo aéreo o exprés aéreo. (En la Comisión Organizadora hay un experto para planear la forma más rápida de envíos).<sup>179</sup>

A agilidade do processo de cooperação, a importância do material e a equipe de logística foi tema de preocupação do planejamento da ACI, sendo que a gerência e o contato com os membros externos ficou a cargo do diretor de seção regional. As outras atividades foram descritas da seguinte forma, “En la sede del Grupo Sur (por ejemplo, en Asunción), operaría un director, un secretario de Redacción y un mensajero para recibir, editar y retransmitir el material recibido de cada capital de su zona de influencia. Lo mismo se haría en el Grupo del Norte.”<sup>180</sup> Como se pode observar, além de denominar funções aos sujeitos da logística, a CAL planejou construir uma conexão de informações que ia muito além do espaço de ação de suas centrais, estabelecendo a necessidade de manutenção da informação em trânsito entre as duas regiões delimitadas entre Norte e Sul, esclarecendo que, “Además, se operaría un canje de información entre el Grupo del Norte y el Grupo del Sur. Así quedaría unificada la información para los dieciocho países.”<sup>181</sup>

A dedicação ao projeto da ACI foi mencionada no ponto 8 da resolução onde podemos perceber que o tempo de dedicação e a troca de informações foram fatores decisivos para a qualidade do material que se planejou coletar tendo em vista a composição das

179 Id. Ibid.

180 Id. Ibid.

181 Id. Ibid. (F1723)

reportagens. Além disso, o apoio às ações anticomunistas continuou sendo o ponto central entre vigilância e produção de informações e sustentou a conexão regional, o que proporcionaria nova dinâmica de colaboração entre os membros da CAL, principalmente no que se refere à dedicação ao trabalho dos responsáveis pelas regiões. A centralização das informações e a definição dos materiais mais importantes foram mencionados da seguinte forma:

Los dos directores de zona (Sur y Norte) trabajarán tiempo completo para mantenerse suficientemente informados de la situación de los países que le corresponde. De esa manera tendrán comunicación frecuente con sus respectivos corresponsables a fin de sugerir reportajes y artículos que aclaren, complementen o profundicen la información internacional común y corriente. Por ejemplo, si en la Zona Norte alguna agencia internacional difunde noticias negativas sobre ciertos sucesos en Uruguay, Chile o Brasil, el Director de esa Zona pedirá al de la Zona Sur que le envíe información sobre el particular. Y esta información, según el caso, incluirá fotografías, declaraciones autorizadas, entrevistas, editoriales, etc., que precisen la realidad de lo sucedido.<sup>182</sup>

O conjunto de materiais que interessaram a CAL para a manutenção/alimentação da ACI também são mencionados no ponto 9 da seguinte forma, “Los directores de las zonas Sur y Norte recibirán periódicos y libros editados en los países de su jurisdicción.”<sup>183</sup> Além disso, a autoridade de definir os assuntos mais importantes de pesquisa para difusão de informações foi mencionado a seguir: “Se mantendrán constantemente informados y, por decirlo así, les llevarán el pulso a dichos países a fin de poder sugerir y seleccionar el material periodístico más interesante y de actualidad.”<sup>184</sup> Essa metodologia de trabalho foi planejada segundo qual expectativa? A última observação nos levou a considerar a hipótese de que a

182 Id. Ibid.

183 Id. Ibid.

184 Id. Ibid.

confiança na perspicácia do diretor/investigador não é colocada em dúvida porque a CAL, a esta altura, já planejava contar com quadros da repressão Latino-americana entre seus pares, sendo que outra observação mencionada no mesmo ponto 9 definiu o trabalho da ACI de forma complementar ao que se poderia comunicar de traço pessoal na sua condução da seguinte forma: “La ACI debe mantener un ritmo acelerado de diarismo y no caer en el anquilosamiento de un organismo burocrático fuera de noticia.”<sup>185</sup>

Não bastou manter um olhar tecnicamente apurado sobre as notícias com potencial informativo que pudessem opor-se ao anticomunismo. Para a estratégia da CAL se concretizar, era necessário um objetivo maior. Além da estrutura de serviços, visando a investigação e estruturação de dossiês sobre as notícias, foi necessário estabelecer metas de convencimento para difundir sua própria “visão de mundo”. Trabalho em que a organização e o controle (repressivo) e a coerência máxima com os objetivos da Confederação deram certa tônica ao dispêndio de recursos necessários para a manutenção da ACI, que foi descrito na definição do trabalho de seleção dos materiais, que consta no ponto 10, “En la selección del material informativo se procurará un considerable grado de objetividad y de elasticidad periodística para que el servicio sea llamativo, congruente, convincente y por tanto formativo de una Opinión Publica Latinoamericana.”<sup>186</sup> Seguindo essa linha, a CAL definiu a importância do trabalho técnico, preparado por profissionais treinados e comprovadamente “competentes”, como discutido no ponto 11:

Para el manejo de la propaganda de las buenas causas es esencial el tacto periodístico. Debe mantenerse un equilibrio adecuado a las circunstancias cambiantes. El fracaso de las oficinas de prensa de diversos gobiernos se debe a su evidente falta de objetividad y a su manifesto y a veces burdo propósito

185 Id. Ibid.

186 Id. Ibid. (F1724).

de elogiar a los funcionarios. Las agencias noticiosas que han logrado más prestigio y penetración en la opinión pública internacional no son precisamente imparciales ni neutrales, pero tienen tacto y sutileza para deslizar su propaganda y hacerla verosímil y asimilable. Diversos países latinoamericanos son frecuentemente víctimas de esos recursos propagandísticos. Para contrarrestarlos se requiere también capacidad y tacto.<sup>187</sup>

O olhar técnico, o treinamento burocrático (estilo estatal) e a projeção dos temas de interesse da CAL por meio da ACI, procuraram se estabelecer por meio de uma metodologia especificamente alinhada aos interesses da entidade promotora e sustentadora da ACI. Dessa forma, a CAL não se propôs a seguir um caminho inovador no que se refere à difusão das informações, mas apoiou-se nos trabalhos investigativos já realizados nos meios de informações já existentes, como mencionado no ponto 12, sendo que, segundo a CAL: “Debe cuidarse que en las informaciones y en los reportajes haya un matriz de aquiescencia, de reprobación o de recelos objetividad que induzca al lector hacia la interpretación correcta.”<sup>188</sup> Ou seja, tratou-se de um planejamento arquitetado segundo as características reativas da organização. De forma complementar ao que foi mencionado, a CAL produziu sua própria interpretação sobre o trabalho realizado por jornais e jornalistas na sequência do ponto 12:

El periodismo, en su función immanente – o sea en la parte informativa – se debe aproximar a una severa objetividad de los sucesos, pero sin caer en la esterilidad. La absoluta objetividad periodística es uno de los engaños fraguados por sospechosos sectores. Toda información transcendente debe llevar un matriz que induzca al lector hacia la dirección correcta. En el editorial o en el artículo firmado ese matriz se vuelve más categórico y directo, ya sea en apoyo o en reprobación.<sup>189</sup>

187 Id. Ibid.

188 Id. Ibid.

189 Id. Ibid.

Após mais uma avaliação sobre o que a CAL entendeu pelo trabalho jornalístico no trecho citado, e a função dos meios de comunicação, o ponto 13 planejou o papel desempenhado pela ACI tendo em vista os objetivos almejados pela CAL por meio do trabalho realizado para o estabelecimento de uma comunidade de informações. O ponto 13 é um desdobramento imediato do ponto 12 já mencionado. A interpretação dos fatos, particularmente alinhados aos objetivos da CAL, é aludido a partir da desqualificação do que a agência não deverá tornar-se, e, ao mesmo tempo, delimita sua posição frente ao contexto mais amplo da “Opinião Pública”:

En consecuencia, la Agencia de Comunicación Internacional no será una simple transmisora de sismos, inundaciones o boletines oficiales, sino una agencia periodística trascendente, que profundiza por un lado sus raíces para penetrar en la significación de los acontecimientos políticos, sociales, económicos, etc., en tanto que por otro yergue sus antenas y alza su mirada hacia la solidaridad, la defensa y el progreso de Latinoamérica.<sup>190</sup>

A disposição da ACI no contexto da Opinião Pública construiu-se paralelamente aos objetivos da CAL. A preferência pelas notícias de caráter político, social e econômico, demonstraram prioridade aos assuntos a que se referem os projetos de sociedades. Por isso, a desqualificação da notícia e, por consequência, a definição de sua maneira correta de ser difundida foi usada como recurso pela CAL para se posicionar como o verdadeiro representante de interesses particulares e dispersos no meio social.

O ponto 14 complementa a definição do papel desempenhado pela CAL, por meio da ACI, que foi definido como mais um entreposto a luta anticomunista com caráter organizador, além de informativo, ou, ainda, usando a informação de forma organizativa com vista à cooperação, “En esa forma la ACI logrará un dinamismo y una alma

190 Id. Ibid.

internacional, al cabo de un tiempo razonable, la prestigie y la convierta en un medio eficaz de unificar y poner en movimiento la voluntad – ahora dispersa – de las elites y de las masas latino-americanas.”<sup>191</sup> Mais uma vez, os objetivos da CAL se sobrepõem aos objetivos individuais que possam pôr em risco o trabalho da ACI. Esta agência, segundo o programa estabelecido pela CAL, como definido no ponto 15:

Una vez que la ACI haya normalizado sus servicios realizados realizará una campaña a fin de venderlos al mayor número posible de periódicos. Se procurará que de este modo la Agencia vaya cubriendo gradualmente sus gastos y liberando los donativos para encauzarlos hacia una nueva actividad. Por ejemplo, la fundación de una gran revista continental.<sup>192</sup>

O expediente da ACI foi estipulado para estruturar sua própria revista<sup>193</sup>, uma vez atingido o objetivo material de autossuficiência da agência que seria particularmente importante para a CAL ampliar seu raio de atuação ao ponto de não depender de outros jornais e revistas para a difusão do seu projeto, mas, sim, transformar-se numa matriz da informação intercontinental. A necessidade de um órgão particularmente controlado pela CAL foi idealizado no ponto 16 da seguinte forma: “La revista ‘Latinoamericana’ tendría una gran variedad de artículos sobre temas artísticos, políticos, económicos, científicos, históricos y atractivas ilustraciones”.<sup>194</sup> (ARCHIVO DEL TERROR, R108, F1724).

O planejamento da ação em torno da ACI, incluiu a localização de uma editora completa, com máquinas a serviço do projeto e profissionais conectados as mais diversas áreas que iam desde o

191 Id Ibid.

192 Id. Ibid.

193 No catálogo virtual da biblioteca da Universidade de Buenos Aires (UBA) encontra-se catalogada a Revista Horizonte Asiático. Trata-se de uma publicação da LAM com o ano de 1974.

194 CAL. Proyecto para Fundar una “Agencia de Comunicación Internacional” (ACI). Op. Cit. (F1724).

trabalho de planejamento, confecção e distribuição do material, como podemos observar na continuação do ponto 16:

Incluiría colaboradores de todos los países. Podría formarse en la Zona Norte, por ejemplo, en offset-color, y los negativos se enviarían por exprés aéreo a la Zona Sur, a fin de que se imprimiera y se distribuyera simultáneamente en ambas las regiones. En esa forma su costo se abarataría. Una vez demostrada su circulación internacional, sería factible obtener anuncios para que se autofinanciara. Entonces los donativos quedarían liberados para investirse en otra nueva actividad.<sup>195</sup>

As tarefas da agência foram programadas de maneira que os objetivos da produção da ACI fossem ampliados a tal ponto que ela se transformasse numa central de difusão de notícias multinacional. Com essa intencionalidade, a ACI seria o ponto inicial para outros projetos mais audaciosos, sempre inscrito sob a necessidade de constituir-se um modelo empresarial ramificado em outras seções com o mesmo objetivo, como mencionado no início do ponto 17, “Otra empresa de la ACI consistiría en editar un suplemento cultural dominical para los periódicos asociados e incluso para venderlo a otros diarios”.<sup>196</sup>

Com este objetivo no horizonte, a ACI, órgão de difusão de informações atrelado à CAL, cumpriria a função de se estabelecer como um entreposto de novas formas de interpretar os acontecimentos mundiais. Essa premissa encontramos na sequência do que foi mencionado no ponto 17 da seguinte forma:

Sería un nuevo medio de dar a conocer continentalmente a valores artísticos o científicos que ahora son deliberadamente ignorados por agencias internacionales que sólo favorecen a las corrientes procomunistas. Al igual que la revista, este suplemento buscaría publicidad para

195 Id. Ibid.

196 Id. Ibid.

completar su costo de producción y liberar los donativos a fin de reinvertirlos en otra empresa.<sup>197</sup>

O modelo empresarial, que em tese deveria ser autossustentável, mas nunca chegou, de fato a sê-lo, permitiu a ACI ampliar as relações conectivas da CAL. Mas e a menção ao “pró-comunismo”? Trata-se da justificativa para sustentar o projeto empresarial da CAL materializado na ACI. Para os ativistas da CAL, a proposta de uma revista latino-americana não bastou para os trabalhos editoriais almejados. Queriam ir além, ter o seu próprio *staff* empresarial da notícia criado para esta finalidade. Para isso, foi necessário operar no campo da produção dos materiais editoriais propriamente ditos. No ponto 18, a ACI foi projetada sobre o mercado editorial de livros seguindo a mesma lógica de autonomia financeira que foi reivindicada para a revista, o que permitiria à ACI: “Una nueva rama de la ACI sería la fundación de una Editorial para publicar libros.”<sup>198</sup> É importante acrescentar o salto qualitativo que a CAL proporcionou ao anticomunismo militaristas apregoados pela LAM. Ao planejar atuar no mercado editorial, a CAL ampliou a ação anticomunista ao campo do convencimento.

Além da estruturação de um bureau da informação, as duas sedes Norte e Sul como desdobramento desse bureau, a revista e a editora, a ACI ampliaria o braço da CAL a outras atividades. É o caso do campo artístico-musical. A perspectiva da ACI com relação a este campo é particularmente alinhado aos interesses de difusão de ideologia, já que a intenção, como vimos no ponto 17 e outros pontos, era oferecer em todos os campos a sua própria percepção do trabalho informativo. Seguindo essa premissa, o ponto 19 destaca que:

Un quinto puente de comunicación latino-americana (además de los cuatro ya enumerados), se tendería mediante la organización de grupos artísticos-culturales, integrados por

197 Id. Ibid. (F1725)

198 Id. Ibid.

conjuntos de música y de bailes regionales, así como por unos dos conferenciantes. Contando con un inicial patrocinio económico se haría publicidad para que en las funciones se cobraría la entrada, a fin de que las giras se autofinanciaran.<sup>199</sup>

Os dois últimos pontos (20 e 21) do documento se referem ao trabalho prático da ACI. Tratam-se de instruções organizativas e gerenciais que evidenciam a metodologia de trabalho da ACI como desdobramento da CAL. O ponto 20 menciona as estratégias de atuação para produção de materiais de difusão nos mais variados âmbitos, estendendo o trabalho realizado pela ACI até o limite possível. A perspectiva pragmática para a ACI, sua estruturação empresarial no que se refere ao gerenciamento de recursos e seu objetivo de ampliação são mencionados da seguinte forma,

La mecánica para la expansión de la Agencia de Comunicación Internacional es que cada una de sus actividades se realice en sentido práctico a fin de que vayan costeándose a sí mismas. Y así el subsidio se destina sucesivamente a crear nuevas actividades. Otros puentes de comunicación serían los siguientes:

- a) La filmación de cintas de video para T.V.
- b) La filmación de cortos cinematográficos.
- c) La grabación de programas de Radio.
- d) La promoción de convenciones sobre diversos temas a fin de crear y fortalecer enlaces entre grupos culturales, económicos, científicos o políticos.<sup>200</sup>

O item (d) nos chama a atenção pelo nível de cooperação almejado para a ACI. Ela praticamente se transformaria num tentáculo da CAL, com capacidade própria de planejar e trabalhar com o público alvo de sua investida. Sua investida se ampliaria ao difundir os preceitos

199 Id. Ibid.

200 Id. Ibid. (F1726).

do anticomunismo a todas as formas de manifestação ativa no que se refere ao contexto da organização social. Nele podemos perceber que a proposta/programa da CAL por meio da ACI era conquistar os difusores de cultura.

No ponto 21, ao fechar o programa/proposta de uma Agência de Comunicações Internacionais, a CAL deixou claro a superação dos limites estipulados pela estrutura definida no início de seu planejamento, estendendo suas atividades aos países que se encontravam fora do subcontinente latino-americano. Pelas características descritas nesse ponto, podemos estabelecer, hipoteticamente, que sua intenção se assemelha ao trabalho dos conglomerados midiáticos, ao adotar um modelo empresarial de organização para a difusão da prática anticomunista, estabelecida a opção pela constituição de um *bureau* interessado, sobretudo, na manutenção e ampliação de certa imagem latino-americana no exterior,

Desde que la ACI regularice su servicio informativo, que será su primer puente de comunicación, se enviarán corresponsales viajeros a Estados Unidos, Europa, Asia y África para hacer contactos que vayan permitiendo, con el tiempo, difundir en aquellos países la verdadera imagen de Latinoamérica.

EL CAMPO ES AMPLISIMO para más de doscientos millones de latinoamericanos con orígenes comunes, con problemas y asechanzas comunes y con muchos rasgos de hermandad que llevan más de 160 años de esperar el momento de entrar en una unión más íntima y actuante.

PARA LA REALIZACION de este plan hay DOS PUNTOS FUNDAMENTALES que atraen particularmente nuestra atención:

I. Es necesario lograr desde ahora un financiamiento suficiente que garantice la vida de la Agencia por un tiempo considerable, hasta que pueda penetrar los medios de información y rendir frutos ideológicos y económicos.

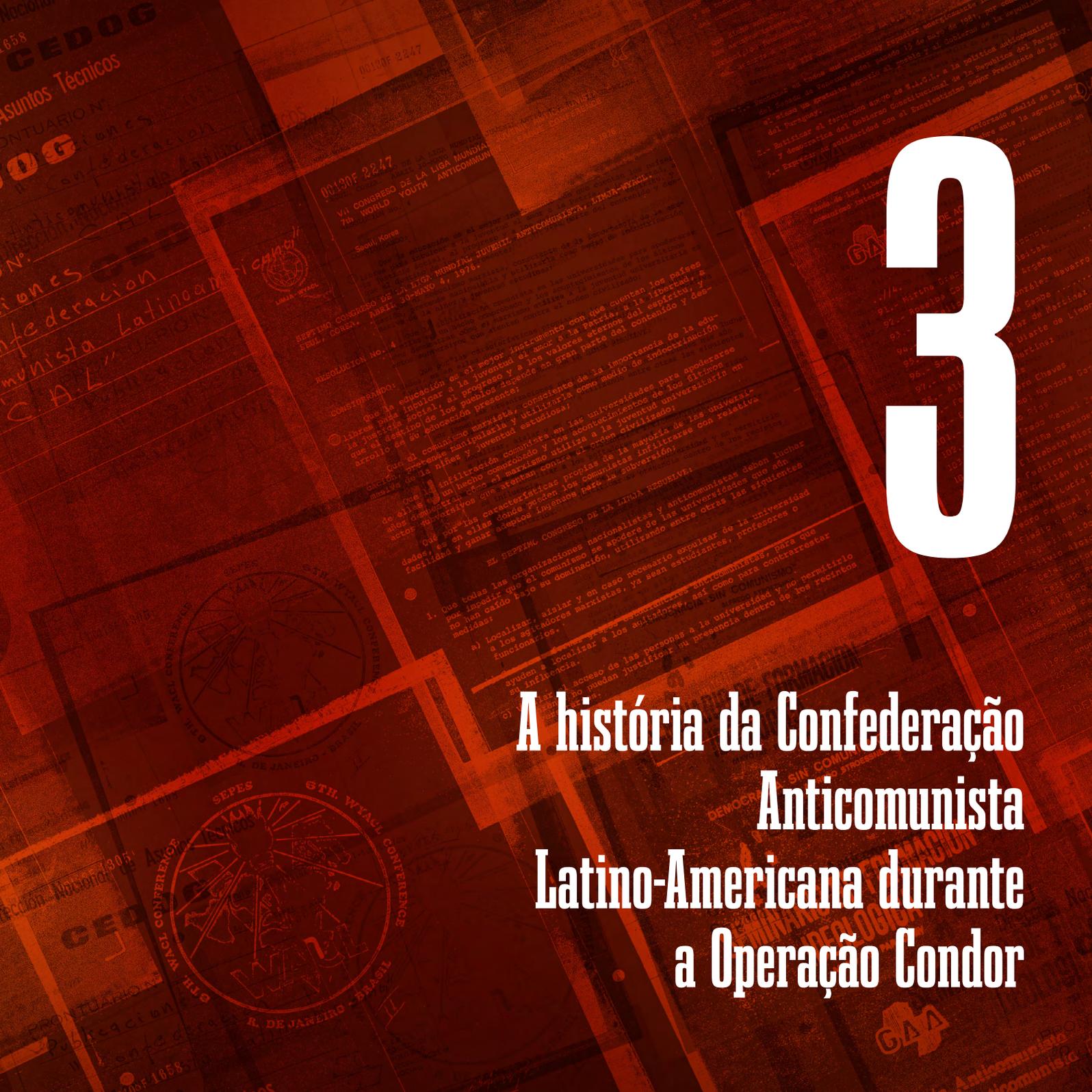
II. No menos importante es lograr una acertada elección del personal dirigente, capaz de ejecutar el plan con sentido práctico, adaptándolo a las necesidades de la acción, pero sin deformarlo en sus metas.<sup>201</sup>

Foi assim que uma das atividades práticas da CAL encaminhou o fechamento do ano de 1974, com um plano estratégico (empresarial) para o conjunto de entidades alinhadas ao seu propósito. O ano de 1975 foi diferente. A reunião de interesses em torno do projeto repressivo intercontinental das ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado, ganhou expressão de organização/cooperação concomitantemente com a Operação Condor. Contudo, para a CAL, houve muito trabalho interno antes do estabelecimento da operação.

O próximo capítulo reúne aspectos da atividade da CAL durante o contexto e desenvolvimento da Operação Condor. Para tanto, discutiremos as ações da CAL concomitantemente ao desenvolvimento das atividades repressivas da Operação Condor procurando atender-se para as possíveis conexões entre as atividades da CAL com a estrutura arquitetada pela repressão durante a Operação Condor.

Como vimos, a fundação da LAM e sua ampliação para a América Latina, trouxe consigo mudanças significativas no que se refere ao foco das ações anticomunistas planejadas pelas duas entidades. A CAL planejou ampliar a ação anticomunista das entidades para campos de disputas da sociedade civil reconhecidos pela luta em torno do consenso e do convencimento. A ACI é o maior indício desse pressuposto. No entanto, na prática, as pautas de defesa das ditaduras tomou o maior tempo a CAL entre os anos de 1972-1979. Com isso, as propostas de atuação em meio a sociedade civil não se concretizaram tal qual propuseram, como veremos no capítulo a seguir.

201 Id. Ibid.



3

# A história da Confederação Anticomunista Latino-Americana durante a Operação Condor

O sistema de cooperação entre os países latino-americanos formalizado na Operação Condor, no mês de outubro de 1975, foi estabelecido em meio às especificidades históricas de combate ao comunismo no subcontinente, como a presença da LAM e da CAL e seus Congressos. Quando a Operação Condor se estabeleceu, já havia sido desenhada pela CAL uma forma de cooperação que correspondesse à tentativa de conectar o anticomunismo latino-americano, tendo por princípio uma política radical e violenta.

As cooperações, por meio de tratados governamentais que pudessem conceder certa margem de autonomia necessária às decisões nacionais, e que envolvessem questões econômicas (comerciais), políticas e sociais, foram experimentos constantes na política latino-americana. Nesse campo, atuaram associações e empresas com perfis variados, mas conectados pela pauta de manutenção e ampliação da exploração capitalista.

A presença das associações de classes e empresas foi fator determinante para o papel desempenhado pelo Estado em cada conjuntura nacional. Mais específico ainda, foi o papel desempenhado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) aplicada pelos Estados latino-americanos durante as ditaduras como fator amplo de difusão do projeto de acumulação ampliada do capital que delineou o uso da violência como política planejada na aplicação do Terrorismo de Estado (TDE).

A DSN foi parte importante da atuação das formas organizativas anticomunistas como constituidora de premissas ideológicas, principalmente no que se refere à construção do “inimigo interno”, sendo que tanto a LAM, CAL, quanto a Operação Condor convergiram neste aspecto. Enquanto tal, sua difusão atendeu a certas especificidades nacionais a depender da interpretação que realizaram ativistas, ditaduras

e ditadores<sup>1</sup>. Mesmo assim, como elemento organizador e unificador de ações repressivas, a DSN manteve conexões entre os países que a aplicaram. Nesse sentido, propomos a seguinte problematização: o Estado (e sociedade civil como unidade na distinção) reproduziu nos agentes regionais e nacionais certo alarmismo na luta anticomunista, precipitando mecanismos de cooperações repressivas e violentas?

Nossa hipótese é que quando surgiu a Operação Condor o histórico das relações de cooperação já estava consolidado. No entanto, a especificidade exigida para o seu funcionamento não pode ser formalizada em meio às estratégias de dominação estritamente econômicas, sendo necessário estendê-la à dominação política. Foi necessário acionar um espírito de cooperação de outra natureza, baseado numa ação de cruzada militarista contra um inimigo comum alarmado e definido por meio da ação concreta, embora sua ação fosse vista com preocupação pelo anticomunismo.

A dinâmica da cooperação latino-americana, entrelaçada com a violação dos Direitos Humanos, seguiu uma lógica própria? A nossa hipótese é a de que sim, se considerarmos o anticomunismo como um dos elementos pretores da hegemonia capitalista e relacionado ao contexto mais amplo das mudanças estruturais nas formas de acumulação e repressão engendradas pelos regimes de ditaduras civis-militares. O que só terá sentido se levarmos em conta o subsídio técnico dado pela DSN que cresceu em importância após a derrota estadunidense no Vietnã e foi antecedida pelas dificuldades francesas na manutenção das colônias da península indochinesa, além do fracasso na contenção do movimento Frente Libertação Nacional da Argélia e a entrada em cena de outro fator de preocupação real de

1 Durante o 3º Congresso da CAL, por exemplo, a política de relações internacionais voltada para os Direitos Humanos aplicada por Jimmy Carter nos EUA foi considerada potencialmente complacente com o avanço do comunismo e a desestabilização da soberania nacional na América Latina. Abordaremos o tema da recalitrância anticomunista relacionada a esse tema nos próximos subcapítulos.

lutas de libertação nacional na América Latina, a Revolução Cubana (1959), que em 1961 se declarou socialista e, mais tarde, o processo revolucionário chileno (1970-1973).

Como analisou Noam Chomsky no artigo: “Por que a segurança nacional dos EUA nada tem a ver com segurança”, em muitos momentos catastróficos da “Era das Armas Nucleares (EAN)”, os interesses da indústria armamentista se sobrepôs à segurança. Levando em consideração os elementos de constituição da Guerra Fria, Chomsky avaliou que: “Há uma ampla evidência, no entanto, de que a doutrina da segurança nacional não acompanha a segurança da população.”<sup>2</sup> O autor destaca fatores reais que determinaram o alarmismo de ataques nucleares durante a Guerra Fria que poderiam ter determinado uma catástrofe de dimensões mundiais. Ou seja, por diversas vezes a “paranoia” anticomunista atingiu níveis catastróficos, mas nem a CAL e nem a LAM se posicionaram a favor da convivência com o bloco comunista. Pelo contrário, permanentemente acionaram o alarmismo em favor da ação violenta como um chamado à guerra.

No campo militar, essas questões alarmaram a necessidade de cooperação militar, não como complemento aos tratados de cooperação/subalternização econômica, mas com lógica orgânica própria e complementar à transferência de apoio bélico sustentado pela pulverização de um conjunto de conhecimentos adquiridos nos campos de batalha da Guerra Fria, com a cooperação estadunidense-francesa para treinamento de quadros militares latino-americanos. Segundo Padrós,

A pedido dos governos dos EUA, preocupado com a evolução dos acontecimentos no Vietnã e os desdobramentos do caso cubano, especialistas franceses retransmitiram sua experiência

2 CHOMSKY, N. Por Que a Segurança Nacional dos EUA nada tem a ver com segurança. In: Carta Maior: Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Por-que-a-seguranca-nacional-dos-EUA-nada-tem-a-ver-com-seguranca/6/31585>, acesso em 03/12/ 2016.

à oficialidade estadunidense e latino-americana. Trinquier, Assaureses e outros veteranos da Argélia foram distribuídos em distintas escolas militares dos EUA e passaram a ensinar as técnicas repressivas desenvolvidas em Argel a alunos que as aplicariam no Sudeste Asiático e na América Latina.<sup>3</sup>

Os estertores profundos da Operação Condor discutidos pelo historiador Enrique Padrós, mencionam, também, a *Operação Phoenix* aplicada no Vietnã contra a resistência popular do país opositora ao domínio estadunidense. Os mecanismos usados contra os opositores vietnamitas se assemelham em qualidade aos aplicados pelo Terrorismo de Estado unido pela DSN na América Latina. Pelo menos dois desses mecanismos mencionados por Padrós na *Operação Phoenix* no Vietnã foram extensivamente usados nas Ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado na América Latina: “A eliminação física de pessoas suspeitas de interagirem na infraestrutura Vietcong era antecedida por práticas de sequestro e tortura”, e, além disso: “A fase final constituía no assassinato e desaparecimento da identidade da vítima”.<sup>4</sup>

O protagonismo militar nas iniciativas de cooperação que monopolizaram algumas reuniões realizadas sob o comando estadunidense após o ataque a Pearl Harbor, reconheceu certa vulnerabilidade do território estadunidense frente a possíveis ataques externos, mas principalmente no que se refere ao abalo de sua confiança no domínio hemisférico e subcontinental, o que superou a expectativa de defesa do capitalismo como projeto no interior de suas fronteiras nacionais. Lopes, por exemplo citou que uma das consequências deste fato foi a instituição da *Inter-American Defense Board* (IADB) após o acerto entre os EUA e demais países latino-

3 PADRÓS, Enrique. Conexão Repressiva Internacional: O Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: FERNANDES, Ananda; PADRÓS, Enrique; LOPEZ, Vanessa; BARBOSA, Vânia. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985). Volume III. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 55

4 Id. Ibid. p. 55

americanos reunidos no Rio de Janeiro em 1942 quando foi acordada uma nova reunião com caráter deliberativo e organizativo, na cidade de *Washington D.C.* Segundo Lopes:

Um dos resultados mais importantes da reunião de Washington DC foi a formação oficial da Junta Interamericana de Defesa (JID), que passou a desenvolver estratégias e mecanismos para melhorar a defesa continental. Este conselho permitiu aos EUA influenciar e doutrinar as forças armadas da América Latina e manter a região estreitamente alinhada aos EUA. A JID e sua Conferência anual dos exércitos americanos (CEA), em conjunto com outros programas militares dos EUA, reduziram lentamente ou enfraqueceram os laços doutrinários entre as forças armadas da América Latina e da Europa. Após o final da Segunda Guerra Mundial e nas décadas seguintes, os EUA se tornaram um dos principais fornecedores de hardware militar para a região com programas como o Programa de Assistência Militar (PAM). Também treinou pessoal militar latino-americano no Colégio Interamericano de Defesa (CIAD), a Escola Americana de Exército das Américas (EAEA) - mais conhecida como A Escola das Américas - na Zona do Canal do Panamá e outras instalações de ensino militar nos EUA. Os EUA também usaram equipes de treinamento móvel (MTTs) e conselheiros para treinar pessoal em países que a acolhessem.<sup>5</sup>

A própria dissidência cubana que se instalou em Miami, EUA, nos anos de 1960, após a derrota da ditadura de Fulgêncio Batista, se transformou numa sucursal terrorista cujo objetivo foi promover

5 LÓPEZ, F. Op. Cit. p. 42. No original: "One of the most important outcomes of the Washington DC meeting was the official formation of the Inter-American Defense Board (IADB), which proceeded to develop strategies and mechanisms to improve continental defence.<sup>37</sup> This board enabled the US to influence and indoctrinate Latin American armed forces and keep the region closely aligned to the US.<sup>38</sup> The IADB and its annual Conference of American Armies (CEA), in conjunction with other US military programs slowly reduced or weakened the doctrinal ties between the Latin American and European armed forces.<sup>39</sup> After the end of WWII and in the following decades, the US became one of the main providers of military hardware for the region with programs like the Military Assistance Program (MAP). It also trained Latin American military personnel at the Inter-American Defense College (IADC), the US Army School of the Americas (SOA)—better known as The School of the Americas—in the Panama Canal Zone, and other military teaching facilities on US soil. The US also used Mobile Training Teams (MTTs) and advisors to train personnel in host countries."

atos beligerantes para manutenção do clima de medo em represália à continuidade dos atos revolucionários em Cuba. De certa forma, a atuação do primeiro grupo anticubano denominado paradoxalmente de Movimento Nacionalista Cubano (MNC) foi constituído em Nova York, EUA, e difundiu o que o jornalista Jose Mendèz definiu a partir da investigação rigorosa desses grupos como “La guerra por los caminos del mundo”, que, segundo Mendèz: “Su plataforma fue desde sus inicios el terrorismo y su filosofía la fascista”.<sup>6</sup>

Não se pode deixar de considerar, como demonstrado no capítulo anterior, que a atuação da Liga Anticomunista Mundial, através da Confederação Anticomunista Latino-americana, foram antecedidas por diversas entidades de caráter anticomunista que já sinalizavam em direção ao apoio da hegemonia capitalista nos países que posteriormente se agruparam na LAM e na CAL ao enviar representantes aos seus Congresso e reuniões. Estas entidades/ organizações não mediram esforços no sentido de colaborar com os governos anticomunistas em momentos alarmantes da luta de classes, promovendo a fusão entre trabalho técnico/militar e trabalho intelectual/orgânico (organizativo), inclusive acolhendo criminosos de guerra transformados em “freelances” terroristas. A cooperação dos trabalhos militares encabeçados pelas escolas de treinamento interessadas na difusão da DSN, também protagonizou ações que reunissem elementos de cooperação difusos que iam da defesa aos mecanismos repressivos a ideologia, à construção da ideologia repressiva.

A partir da década de 1960 os tratados de cooperação foram radicalizados tendo em vista a cooperação militar, mas com elementos apreendidos por organizações militares nacionais em contextos extra-territoriais. Já na década de 1970, mais precisamente a partir de 1973 com o Chile e o Uruguai sob intervenção militar, outros elementos de cooperação foram ativados. Num primeiro momento, no caso chileno,

6 MENDÉZ, Jose Luiz. Bajo las Asas del Condor. Habana: Editorial Capitán San Luis, 2010. p. 7

a atuação das redes privadas colaboradoras do golpe de Estado que derrubou Salvador Allende, que se transformaram em facilitadores da difusão ideológica da contrarrevolução. O próprio Uruguai foi alvo da Aliança para o Progresso, assim como o Brasil.

Porém, sob o ponto de vista militar, e, levando-se em consideração o papel desempenhado pelas forças armadas estadunidenses na América Latina, (e sua participação no circuito de ampliação da apropriação dos excedentes explorados pelo capitalismo), além da formulação de estratégias de subalternização de estados e grupos econômicos sócios/clientes subalternos, novas possibilidades de cooperação se abriram para a repressão e demarcaram, também, uma linha e atuação dos/para os grupos anticomunistas.

A Operação Condor, por exemplo, foi ativada quando os altos investimentos direcionados à construção da Usina de Itaipu (no caso da cooperação “brasiguai”) estavam a todo o vapor. O projeto de cooperação bilateral planejado desde a segunda metade da década de 1960, sinalizou possibilidades reais de cooperação entre ditaduras terroristas e seus grupos financeiros associados. Com esses elementos aparentemente difusos em tela, a Operação Condor foi delineada como aparato repressivo-técnico-militar/organizativo da produção de inteligência e ataque aos focos de resistência que pudessem partir de fora dos países tutelados por ditaduras civis-militares e foi assim que a primeira reunião sob as bases da cooperação repressiva internacional denominada de Operação Condor ocorreu em 1975.

### 3.1 A reunião de Santiago do Chile, outubro de 1975: marco de formalização da Operação Condor

O ano de 1975 foi marcado pelo início (formal) da Operação Condor. Foi precisamente no dia 29 de outubro de 1975 em que o alto comando da inteligência policial e castrense subcontinental (latino-americana) se reuniu na cidade de Santiago del Chile. Nessa reunião participaram representantes dos países profundamente envolvidos na luta contra a “subversão”, sendo que todos os participantes representaram ditaduras militares, ou democracias tuteladas militarmente (como a Argentina) que conduziam, respectivamente, o poder político subcontinental. Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai enviaram representantes a esta reunião de trabalho, cujo objetivo final foi demarcar uma atuação profícua e colaborativa entre os organismos de inteligência e a repressão latino-americana. Documentos desclassificados pelo Departamento de Estado dos EUA e muitos outros digitalizados no “Arquivo do Terror”, explicitam os objetivos e justificativas da cooperação sinalizadas a partir daquela reunião,

La subversión, ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras. A manera de ejemplo podemos citar la Conferencia Tricontinental de la Habana, la Junta Coordinadora Revolucionaria para el Sur, etc., todo ello amenizado con toda suerte de Comités de Solidaridad con; de Congresos para; de Tribunales de; de Encuentros; de Festival; de Conferencias, etc.<sup>7</sup>

Duas organizações que justificaram, portanto, a reunião para afinar os interesses de cooperação militar, foram alardeadas pela atuação cubana na geopolítica internacional, principalmente entre as regiões dos países deslocados dos centros financeiros capitalistas,

7 CONDOR. Primera Reunión Nacional de Inteligencia. Santiago del Chile, octubre de 1975. (ARCHIVO DEL TERROR, R00143 F0014).

mas com importância estratégica reconhecida. A primeira reunião “Tricontinental”, por exemplo, realizada em 1966, estabeleceu aspectos de cooperação para os processos de libertação e soberania nacionais entre Cuba e os países da África, América e Ásia que assim necessitassem. Não é à toa, portanto, que a própria LAM surgiu em 1966, e que a CAL tenha convidado, em seu congresso de 1977, como veremos adiante, representantes dos três continentes mencionados.

Já a Junta Coordenadora Revolucionária (JCR) foi mencionada como uma organização guerrilheira que atuaria no contexto latino-americano, iniciando suas atividades no Conesul, mas com expectativas e objetivos mais amplos. Uma das guerrilhas latino-americanas que foi acusada de articular a JCR, o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), braço armado do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), foi usada como justificativa para a suspeita da repressão paraguaia sobre a articulação guerrilheira regional. Um de seus líderes históricos, Amílcar Latino Santucho, foi preso no Paraguai em 16/05/1975 sob a acusação de passar pelo país em direção a uma reunião no Perú. Na ocasião, a repressão paraguaia mencionou documentos que versavam sobre a articulação guerrilheira e que estavam com Amílcar Santucho:

#### CASO EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO

4.- AMILCAR LATINO SANTUCHO JUARES O JUAN MANUEL MONTENEGRO: Detenido 16-V-75 en el Puerto de Itá Enramada en ocasión de ingresar al País con documento falso a nombre JUAN MANUEL MONTENEGRO, y encontrarse en su poder abundante documentaciones de carácter secreta perteneciente al grupo guerrillero denominado EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP), que opera en forma clandestina en la Argentina, siendo uno de los principales dirigentes de esa Organización. Manifestó que deseaba trasladarse al Perú a una reunión de alto nivel de dirigentes izquierdistas de todos

los pueblos sudamericanos. El abundante material subversivo portaba en el trasfondo de su valija.<sup>8</sup>

A menção aos documentos que Amílcar Santucho portava quando foi preso serviu de justificativa para o alarde em torno da JCR, embora essas evidências não tenham sido anexadas ao seu “processo”, arquivado no *Archivo del Terror*. O conteúdo desses documentos, segundo a repressão latino-americana, já organizada em torno de um objetivo de cooperação, foi usado como justificativa de que havia uma articulação guerrilheira internacional na região. A contrapartida da repressão em cooperação, portanto, se estabeleceria da seguinte forma:

En cambio los países que están siendo agredidos Política-Económica y Militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras), están combatiendo solos o cuando más con entendimientos bilaterales o simples “acuerdos de caballeros”.

Es para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, hemos estimado que debemos contar con el ámbito Internacional no con Mando centralizado en su accionar interno, sino que con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los jefes responsables de la Seguridad.<sup>9</sup>

A proposta que circulou entre os participantes da primeira reunião de trabalho que estruturou a Operação Condor, buscou contemplar alguns aspectos primordiais da colaboração. O contorno da ação arquitetada foi definido pela colaboração profissional entre os diversos escritórios militares dedicados à investigação e produção de material resultado do processo de elaboração de dossiês preparados a partir de interrogatórios de desaparecidos forçados (“subversivos”) e do processo de espionagem/infiltração nos movimentos de luta contra as

8 POLICIA DE LA CAPITAL. Nómina de Detenidos: Caso Ejército Revolucionario del Pueblo. 1978. (ARCHIVO DEL TERROR, R00011 F1526).

9 CONDOR. Primera Reunión Nacional de Inteligencia. Op. Cit. (F0014).

ditaduras. A centralidade na circulação de informações ocupou algum espaço na proposta, pois, segundo indicação da pauta da reunião, “Para materializar los intercambios de información se proponen las siguientes acciones a la digna consideración de los honorables delegados, consistente en una Oficina de Coordinación y Seguridad.”<sup>10</sup> A estrutura para a circulação e intercâmbio de informações proposta contou com a seguinte definição:

#### Banco de Datos.

Establecer en un País de los que aquí se encuentran representados, un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión.

En líneas generales, algo similar a lo que tiene INTERPOL., en París, pero dedicado a la Subversión.

Desde luego este Banco de Datos, debe ser manejado financiado y alimentado por los Servicios de Seguridad de los Países interesados, de acuerdo a un Reglamento Orgánico y de Funcionamiento aprobado por los Delegados.

#### Central de Informaciones.

Para Obtener un eficaz rendimiento en el uso del Banco de Datos, es necesario contar con un Sistema de Comunicaciones moderno y ágil, que permita cumplir con los principios de rapidez y oportunidad en la entrega de la información. A modo de ejemplo, el sistema podría conformarse a base de:

- 1.- Transmisión por Telex.
- 2.- Medios de Criptografía.
- 3.- Teléfonos con inversores de voz.
- 4.- Correos.

10 Id. Ibid.

Este Sistema debe ser manejado, financiado y alimentado por los Servicios de Seguridad de los Países interesados, de acuerdo a un Reglamento.

#### Reunión de Trabajo

Con el fin de ir evaluando los servicios prestados por la Oficina de Coordinación de Seguridad, tratar problemas específicos; realizar contactos de coordinación o conocimiento personal, deben programarse Reuniones de Trabajo en los Países cuyos servicios de Seguridad serán parte de este Sistema. También deben estimularse Reuniones de Trabajo bilaterales o extraordinarios cuanto la situación así lo exija.

Para evitar cargas onerosas o compromisos, este tipo de reuniones deben estar regidas por un Reglamento de funcionamiento, que permita un ordenamiento de las mismas.

Estos tres elementos básicos: Banco de Datos, Central de Informaciones y Reuniones de Trabajo, forman el Sistema de Coordinación de Seguridad propuesto.<sup>11</sup>

Além da proposição de uma coordenação colaborativa para produção de material, e conseqüente circulação dos mesmos, os organizadores da reunião de trabalho também confeccionaram um organograma de funcionamento da estrutura almejada, conforme consta no Anexo A do documento transcrito que reproduzimos a seguir,

11 Id. Ibid. (F0015-16).

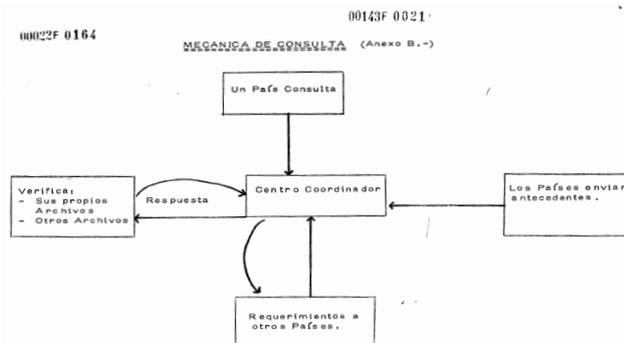
FIGURA 1: Reprodução do Organograma de funcionamento do sistema de coordenação de ações de inteligência para troca de dados apresentado na Primeira Reunião de Trabalho da Operação Condor em Santiago do Chile, no dia 25 de outubro de 1975.



Fonte: (ARCHIVO DEL TERROR, R0022 F0163).

Além do organograma de funcionamento da coordenação foi reproduzido um organograma da consulta ao arquivo criado pela coordenação a partir da troca de materiais entre os diversos órgãos de inteligência e repressão que reproduzimos a seguir:

FIGURA 2 Reprodução do Organograma de funcionamento do repositório de informações apresentado na Primeira Reunião de Trabalho da Operação Condor em Santiago do Chile no dia 25 de outubro de 1975.



Fonte: ARCHIVO DEL TERROR, R0022 F0163

A participação dos países que almejassem entrar na Operação foi definida sucintamente: “Pueden ingresar todos los países que quieran, siempre y cuando, no representen a países marxistas”. E ainda, quanto à definição de admissão dos países foi sugerida: “La admisión desde luego debe estar sujeta a la Reglamentación del Sistema.” (ARCHIVO DEL TERROR, R0146 F0016). A definição do pessoal técnico envolvido com o trabalho prático, o estabelecimento da sede de operações, a localização do arquivo para consulta, bem como a possibilidade de trânsito de pessoal especializado também foram mencionados,

#### SEDE DE SISTEMA Y VISION GENERAL.

A. – La Dirección de Inteligencia Nacional, está en condiciones de ofrecer como Sede del Sistema a Santiago del Chile, pero se somete a cualquier tipo de acuerdo que exista entre los Países participantes.

B. – La Dirección del Sistema debe ser ejercida en la forma que los países lo acuerden, ya sea en forma rotativa, por elección y conforme a un periodo determinado.

C. – Los Países deben concurrir en forma igualitaria y proporcional al mantenimiento del Sistema, conforme a los acuerdos que se determinen.

D. – El personal técnico del Sistema debe ser proporcionado en forma igualitaria o proporcional por los servicios involucrados, y solo el personal no técnico puede ser contratado localmente previa Investigación de confiabilidad.

El Personal Técnico debe tener inmunidad diplomática y estar agregado a su respectiva Representación de acuerdo a las normas que le fije cada País, aunque es deseable que ellos dependan directamente de sus Servicios.<sup>12</sup>

Com relação à participação dos militares (também eles sujeitos) na Operação Condor, cabe observar que, por se

12 CONDOR. Primera Reunión Nacional de Inteligencia. Op. Cit. (F0016)

tratar de um projeto de cooperação secreto, muitas vezes a participação de um país ocorreu de forma clandestina, sendo que a institucionalização da ação não era formalizada e o sujeito da própria ação era transformado numa unidade de combate. Portanto, os casos de repressão relacionados à Operação Condor permitiam a participação de agentes da repressão fora de sua jurisdição que já não corresponderia ao Estado de origem do agente, mas, sim, a lógica própria da Operação Condor. Cada sujeito era uma unidade de combate permanente pertencente a um Estado paralelo.

A excessiva preocupação com relação aos repressores que atuaram na conexão repressiva subcontinental, guarda certa relação com os dados já levantados no capítulo anterior sobre a atuação da CAL e da LAM. Estas organizações escolhiam com cuidado seus membros que só ingressavam ou permaneciam nas organizações uma vez que já tivessem e mantivessem uma ação anticomunista significativa. De certa forma, a partir da comparação entre evidências estruturais que nortearam o trabalho de organização de ambas as entidades anticomunistas, e a Operação Condor, pode-se dizer que, de alguma forma, estas experiências se conectam.

Ao que tudo indica, o arquivo (banco de dados) da Operação, que guardou parcela significativa da atuação da conexão repressiva, foi, enfim, sediado pelo Paraguai. As evidências que comprovam a indicação foram encontradas junto aos documentos que ganharam repercussão em 1991, quando Martin Almada, professor que foi vítima da Operação, levou juízes e policiais até o distrito de *Lambaré* na grande *Asunción*, local em que se encontravam milhares de folhas comprovando a existência da conexão repressiva.

Não menos importante, e relacionado ao caso de cooperação inédito (se levarmos em conta as características de cooperação anteriores, majoritariamente propostas pelos EUA), foi o processo de construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (consorciada

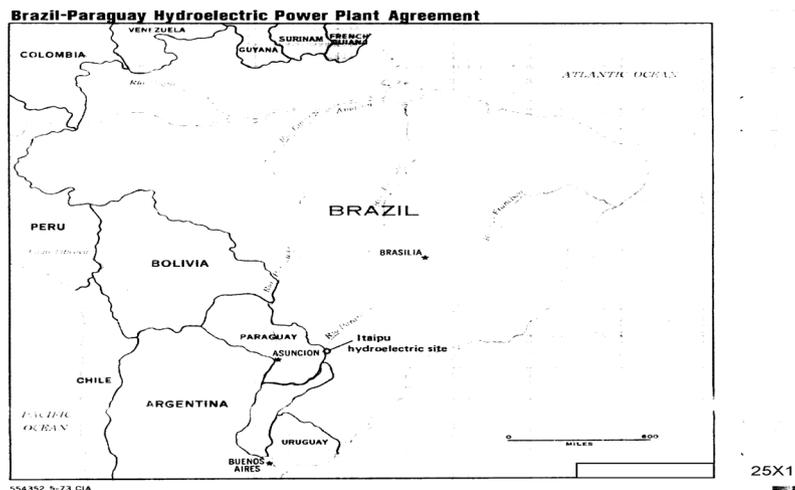
entre Brasil e Paraguai). Nesse caso, um relatório de observação da CIA datado de 1975 demonstrou como a superação de rivalidades históricas foi possível, pois o ditador Ernesto Geisel visitou o Paraguai para acertar os detalhes sobre a construção da Usina ainda em 1973, dois anos antes da visita oficial de Stroessner ao Brasil;

O presidente Geisel recebeu a mais alta condecoração que o Paraguai atribui a um funcionário estrangeiro e devolveu um livro de ouro inestimável capturado pelos brasileiros na Guerra da Aliança Tripla há cerca de 100 anos. As conquistas mais concretas incluíram a liquidação de uma disputa de fronteira, a concessão ao Paraguai de US \$ 3,5 bilhões em créditos para a construção do projeto hidrelétrico de Itaipu e a assinatura de um novo tratado de amizade e cooperação que exige grande envolvimento brasileiro no desenvolvimento do paraguaio.<sup>13</sup>

O relatório demarcou certa preocupação com as relações conturbadas com a Argentina, sabido que o Paraguai, por questões “linguísticas e culturais”, normalmente se aproximaria da Argentina, que rejeitou o processo de construção da Itaipu, segundo o mesmo relatório. Sobretudo, o interesse passou a ser no processo de efetiva cooperação, ainda que isso fosse controlado, observado e regido pelos interesses capitalistas na região.

13 CIA. Report, 1975. CIA-RDP79T00865A002300240001, 1975. No original: “The President Geisel received the highest decoration Paraguay bestows on a foreign official, and returned a priceless gold book captured by the Brazilians in the War of the Triple Alliance some 100 years ago. More concrete accomplishments included the settlement of a boundary dispute, the grating to Paraguay of \$3.5 billion in credits for construction of the Itaipú hydroelectric project, and the signing of a new treaty of friendship and cooperation calling for extensive Brazilian involvement in Paraguay development.”

FIGURA 3: Mapa da região em que se construiu a Usina Binacional de Itaipu que consta no relatório desclassificado da CIA



Fonte: CIA-RDP79T00975A024400020001, 1973

A questão da luta armada e a resistência democrática contra as ditaduras, também mobilizou possíveis conexões em torno do tipo de colaboração repressiva que se constituiu na Operação (Plan) Condor. À época, a Junta Coordenadora Revolucionária (JCR), como já mencionamos anteriormente, chamou a atenção dos serviços de inteligência em torno do trânsito de militantes pelas fronteiras do Conesul. Os militares brasileiros do Centro de Inteligência do Exército (CIEX), representado pelo Adido Militar do Exército (ADIEX), enviado à cidade de Assunção, no Paraguai, produziu um informe ampliando informações sobre as atividades da JCR. O documento foi recolhido pelo Grupo de Trabalho sobre a Operação Condor da Comissão Nacional da Verdade (CNV) brasileira. Dentre as informações recolhidas pelos pesquisadores encontram-se às seguintes passagens:

A Junta, a partir do mês de MAR/75, estabeleceu contatos em GENEVRA-SUIÇA com ilustres membros de organizações

internacionais que dão cobertura a refugiados políticos, e através da JCR obtém informações de seus países (AMÉRICA LATINA), especialmente aqueles cujos governos possam ser alvo de campanhas de fundo psicológico, tendo em vista a posição anti-comunista de seus governos (BRASIL; URUGUAI; CHILE; PARAGUAI; ARGENTINA e BOLÍVIA). Dessa maneira conseguiram um acordo com a COMISSÃO INTERNACIONAL DE JURISTAS (C.I.J) para uma investigação de caráter reservado sobre a violação dos direitos humanos na Argentina, designando para essa missão HELENO FRAGOSO, brasileiro, e FERNANDO FOURNIER ACUÑA, costarricense, que viajaram com destino a ARGENTINA, com financiamento total a cargo da JCR., havendo um delegado do ERP pago a soma de 6 mil dólares, os quais foram depositados na conta da CIJ em NOVA YORK. Estes mesmos delegados têm o propósito de realizar idêntica investigação reservada no PARAGUAI, URUGUAI e BOLÍVIA. A JCR mantém relações estreitas com elementos marxistas do governo. Membros do ERP e TUPAMAROS, realizando programas de adestramento de grupos latino-americanos e portugueses. Seu escritório em PORTUGAL possui uma agência de imprensa, denominada APAL (Agência de Prensa de América Latina) que publica um boletim semanal, com notícias sobre atividades das organizações revolucionárias que atuam nos vários países de América Latina.

A JCR possui, também, um centro de informações, através do qual realiza um intercâmbio permanente com as organizações subversivas vinculadas à JCR e às que lhe são diretamente subordinadas. Cada organização deve obrigatoriamente enviar um estudo da situação do seu país. (...)

Estas ações têm como propósito criar uma consciência de que existem na América Latina governos fascistas e que o desenvolvimento da luta contra estes regimes, não é fruto de extremismos ideológicos, e sim sua ação é a sua única resposta à opressão e tem um conteúdo fundamentalmente liberal.<sup>14</sup>

A JCR, ao que tudo indica, não prosperou, pelo menos não como descrito pela inteligência brasileira que chegou a mencionar um

14 SIEX. Informe sobre Atividades na Fronteira, 1975. (ARCHIVO DEL TERROR, R00143 F0319).



## 3.2 O Terceiro Congresso da CAL, Assunção (1977) e as Premissas da Luta Anticomunista durante a Operação Condor

### 3.2.1 *Sujeitos e protagonistas da ação anticomunista subcontinental*

Se o ano de 1975 marcou a inauguração formal da Operação Condor, bem como foi ano em que se realizou o primeiro congresso da LAM no Rio de Janeiro, e, concomitantemente, o segundo Congresso da CAL, o ano de 1977 demarcou um divisor de águas para a organização. Na cidade de Assunção, Paraguai, os delegados subcapitulares da CAL se reuniram para fazer alguns balanços a respeito da atuação da organização, e também estabelecer novas metas de atuação para os anos seguintes. O presidente de honra do Congresso, o professor mexicano Rafael Rodriguez, proferiu as seguintes palavras iniciais em seu discurso de abertura,

Hemos venido a Paraguay los que propusimos – en la jerarquía de valores – por la supremacía de los del espíritu y los que creemos que los conceptos de Patria, Nacionalismo, Honor, Justicia y Dignidad deben ser el fundamento del valor nacional y del valer humano, tal como lo sustentaron los héroes de la independencia de América cuando nacimos a la libertad (...)

(...) Desde que fundamos la CAL, en agosto de 1972, el comunismo ha extendido su dominio en Asia, en África y en Europa, pero ha retrocedido en América Latina, lo que prueba la fortaleza de nuestras defensas y de nuestras reservas si se emplean a fondo.<sup>15</sup>

15 CAL. Discurso del Licenciado Rafael Guerrero Rodriguez, Secretario General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana Durante la Cerimonia de Apertura del 3º Congreso. 1977. (R0145 F0953).

As palavras de Rodriguez não foram mero recurso de retórica. Em 1977, praticamente todos os países do Conesul latino-americanos estavam sob governos de ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado. O anticomunismo, nesse período, encontrou (como não poderia ser diferente) na América Latina certa “liberdade” para se desenvolver em consonância com o aparato repressivo das ditaduras. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai aplicavam (em maior ou menor grau, a depender de cada conjuntura) as práticas de desaparecimento forçada como política de Estado. Também encaminhavam alguns de seus quadros aos Congressos da CAL a fim de trocar experiências sobre o trabalho ideológico/repressivo (material) das ditaduras.

Antonio Campos Alum, um dos principais repressores paraguaios, reconhecido como articulador forte de Stroessner e chefe da repressão paraguaia, era presidente da CAL à época do Congresso. Alum foi um dos principais articuladores das propostas apresentadas durante a Plenária daquele Congresso, sendo que sua atuação na CAL se deveu ao trabalho anticomunista realizado na repressão paraguaia. O papel desempenhado por ele na CAL foi paralelo e só aparentemente independente de seu trabalho na repressão. Suas anotações manuscritas encontram-se depositadas no *Archivo del Terror*, e nelas foi possível encontrar alguns nomes proeminentes da repressão latino-americana. Alguns destes nomes constam nas anotações reproduzidas a seguir:

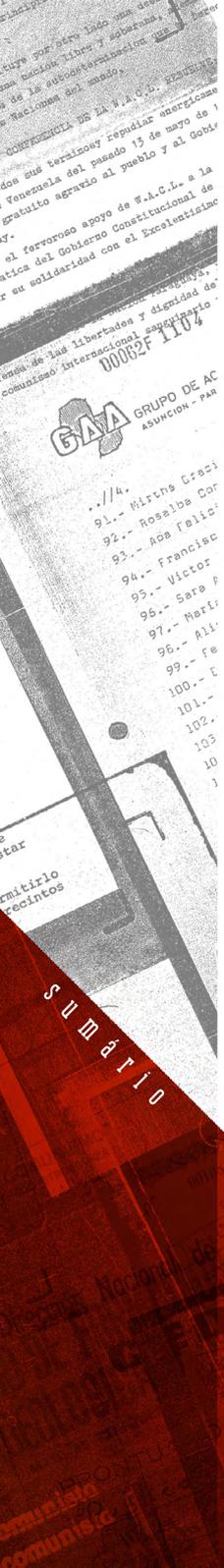


FIGURA 5: Anotações do repressor paraguaio Antonio Campos Alum realizadas durante o Congresso da CAL de 1977 que foi sediado na cidade de Assunção, Paraguai.

Ed. Campos Alum  
0237F 0747  
Comisión 4 -  
Alfere la sesión - el Srío de  
la CAL - Prof. Rafael Rodríguez  
Presidente de Debates  
Prof. Hernán Heigt - Pres  
Presidente de Honor  
URBINA = Costa Rica  
Rubén Sánchez = El mundo  
Nuevo - Hernán Landívar Flores, Dip.  
II Sánchez Alonso - Costa Rica  
Olego Nazari = Alta Gde  
Julio Tapire = Chile  
Gustavo Alessandri = "  
Armando Pérez

Fonte: ARCHIVO DEL TERROR R0237 F0747

O nome de Campos Alum, chefe da repressão de Stroessner no Paraguai, foi mencionado por Martin Almada, durante o Seminário Internacional "Operação Condor" da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara de Deputados brasileira no dia 05/07/2012. Segundo Martin Almada, Campus Alum e o advogado brasileiro Carlo Barbieri Filho, foram responsáveis pelo financiamento de parte significativa da Operação Condor. Segundo Almada,

(...) no Paraguai, funcionou, ou funcionava, uma financeira que se chamava Urundey, que funcionava como uma financeira normal, mas, na verdade, servia para proteger os membros da Operação Condor.

Quem era o presidente dessa empresa financeira? Um brasileiro, Carlo Barbieri Filho, e o vice-presidente era Antonio Campos Alum, o chefe da repressão no Paraguai. Quando caiu a ditadura, Carlos Barbieri Filho saiu do Paraguai e foi para Miami, onde hoje ele é protegido pelos cubanos.

Antonio Campos Alum, mais ou menos há 6 meses, faleceu.

Quanto ao financiamento da Operação Condor, em 1977, houve um problema com os Estados Unidos, e Carter resolveu retirar a CIA, então entrou a seita Moon. A seita Moon, juntamente com uma liga anticomunista, continuou a financiar o trabalho dessa empresa financeira.<sup>16</sup>

A indicação de Almada sugere que o suporte financeiro recebido pela Operação Condor foi proveniente da LAM, por intermédio da empresa financeira Urundey. Mas, mais do que isso, indica a vinculação de dois personagens com trajetórias aparentemente distintas no cenário das ditaduras civis-militares dos anos de 1970. Por um lado, Campus Alum, conhecido repressor paraguaio e por outro, Carlo Barbieri Filho, banqueiro, advogado anticomunista e atual diretor executivo do “Oxford Group”, localizado no Estado da Florida, EUA. Tratam-se de dois membros atuantes da LAM/CAL. Mas, do 3º Congresso da CAL de 1977, somente encontramos referências a Campus Alum.

No entanto, mesmo sem estar presente no Congresso, ou pelo menos, sem se apresentar oficialmente como componente de alguma delegação, os vínculos de Barbieri com a repressão já eram profundos no Brasil, principalmente com a Operação Bandeirantes (OBAN). Em trabalho investigativo de profundidade sobre a morte de Vladimir

16 ALMADA, Martin. Depoimento. In: Comissão de Direitos Humanos e Minorias: Seminário Internacional “Operação Condor”, 2012. p. 55

Herzog, o jornalista Fernando Pacheco Jordão mencionou Barbieri. Segundo Jordão, Barbieri foi citado em uma pergunta realizada durante o interrogatório do jornalista Marco Antonio Rocha ocorrido nas dependências do DOI/CODI, no Quartel General do II Exército, São Paulo, que consta nos autos da morte de Herzog.

O depoimento do jornalista Marco Antônio Rocha foi anexado aos autos do Inquérito Policial Militar (IPM) sobre a morte de Herzog. Durante o seu interrogatório, arquivado nos autos do IPM com a data de 04 de dezembro de 1975, o jornalista Marcos Antonio Rocha foi perguntado sobre uma matéria publicada no “Jornal da Tarde” relacionada à venda do Banco Aplik, uma das empresas da família Barbieri. Segundo Jordão,

Para sua surpresa, Marco Antonio foi interrogado em dado momento sobre uma notícia que o Jornal da Tarde publicara em março daquele ano, envolvendo a financeira de Carlo Barbieri Filho, conhecido militante de extrema direita, presidente da Liga Anticomunista, dono do semanário Expresso (1974) e presenteado pelo governo federal, na mesma época, com um canal de rádio em São Paulo (Rádio Novo Mundo). Com toda probabilidade, o empresário, ao saber pelos jornais que Marco Antonio estava sendo interrogado, encomendou ao DOI que descobrisse o que não conseguira saber na época da publicação, isto é, a fonte da notícia sobre a venda de sua empresa. Que outra explicação para a inclusão do caso numa investigação sobre o PCB?<sup>17</sup>

A hipótese de Jordão para a explicação de tal desfecho é a de que Barbieri, ao saber pelos jornais que Marco Antonio seria interrogado, entrou em contato com o responsável pelo interrogatório e pediu para que o mesmo “apertasse” o jornalista para saber a informação. Mais do que se perguntar o porquê da pergunta fora de contexto, podemos nos indagar sobre: o que Barbieri teria feito com tal informação? No

17 JORDÃO, Fernando Pacheco. Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil. São Paulo: Global Editora, 2015. pp. 166-167.

fim, Marco Antonio não “caguetou” a sua fonte alegando que a ética do jornalista não permite, mas que a informação era segura.

O Congresso da CAL de 1977, por sua vez, foi marcado pela insígnia da prática, e personagens como Barbieri e Alum, cada um ocupando um espaço diferente e convergindo em organizações anticomunistas, são “homens da prática”. Quadros da repressão latino-americana como Campos Alum, por exemplo, foram especialmente importantes para a organização nesse momento. Tratavam-se de representantes exemplares das expectativas da CAL, como alertou Rafael Rodrigues ao final de seu discurso de abertura, pois os anticomunistas esperavam que a prática (*realpolitik?*), e não a teoria, marcassem as preocupações dos anticomunistas reunidos no Congresso, como podemos observar no trecho a seguir, reproduzido a partir dos documentos elaborados durante o Congresso que foram arquivados no *Archivo del Terror*,

Los miembros de la CAL debemos compenetrarnos de nuestras obligaciones en este Congreso. Necesitamos resoluciones de aplicación práctica, no utopías. Profundicemos en lo eficaz, no en las teorías. Seamos dignos del ejemplo, conocido o ignorado, de los millares de líderes anticomunistas sacrificados en esta lucha. Pensemos en los correligionarios que se pudren en las mazmorras de los países comunistas, como en Cuba y afirmémosnos en la convicción de que es honor nuestra militancia en esta causa, de que vale la pena todo sacrificio por ella y de que estamos aún lejos de ser dignos de ese privilegio.<sup>18</sup>

Quais eram, portanto, os homens sacrificados na luta? A quem se referiu Rafael Rodrigues quando mencionou o caráter prático e não utópico das resoluções que pudessem ser tecidas durante aquele Congresso? Quais identidades exemplares foram reverberadas pelas palavras de Rodrigues? Em outro momento de seu discurso alguns nomes conhecidos foram reivindicados como exemplos pelo

18 CAL. Discurso del Licenciado Rafael Guerrero Rodriguez. Op. Cit. (ARCHIVO DEL TERROR, R0094 F0020).

presidente de honra da entidade e do Congresso, como demonstrado no trecho que citamos a seguir:

(...) grandes líderes de la causa anticomunista cuyo recuerdo es preciso evocar en este histórico momento. Recordemos, entre los que se fueron, al Coronel Carlos Castillo Armas, de Guatemala; al General Humberto Castelo Branco, de Brasil; al Generalísimo Chiang Kai Shek, de China; al Presidente Sygman Rhee de Corea, al Presidente Ngo Din Diema de Vietnam; al Generalísimo Franciso Franco, de España; al Rey Feisal de Arabia Saudita; al Cardenal Joseph Mindzenty de Hungria... Entre los líderes de hoy, vaya nuestra adhesión y saludo respetuoso para el Presidente Park Chung Hee de Corea, para el Presidente Yen Chia de China Nacionalista, para el Presidente Augusto Pinochet de Chile, para el Presidente Ernesto Geisel de Brasil, para el Presidente Anastasio Somoza de Nicaragua, para el Presidente Eugenio Kjell Laugerud de Guatemala y con admiración especial y con nuestra mayor gratitud, la CAL saluda al Excelentísimo señor General Alfredo Stroessner, Presidente Constitucional de Paraguay.<sup>19</sup>

A menção de honra aos ditadores e o perfilhamento de nomes tecidos por Rodrigues, demonstrou a estratégia e tradição prática reivindicadas pela CAL, uma espécie de *realpolitik*. A seleção de nomes que, mais do que reivindicar certo corporativismo, reivindicou certa qualificação das ações planejadas pela CAL, e, sobretudo, o apelo à prática como fio condutor dos debates que se sucederam durante o Congresso, esteve consorte com os objetivos da LAM que foram discutidos no capítulo anterior. O que houve em comum entre os ditadores mencionados no discurso de Rodrigues foi o anticomunismo como estratégia global de ação, inserida na Doutrina de Segurança Nacional entre os latino-americanos, e o Terrorismo de Estado como desdobramento desta política. A ligação com a moral cristã (conservadora), e a reação orgânica e planificada da violência acionada contra a oposição, aproximou as trajetórias dos líderes

19 Id. Ibid.

reivindicados por Rodrigues. Além disso, é marcante a preocupação com a “batalha das ideias” mencionada da seguinte forma no discurso de Rodrigues:

(...) es profunda en nuestros países la penetración de las avanzadas marxistas que tiene por misión ganar la batalla de las ideas y de las conciencias. Se enseña en escuelas y universidades; se difunden noticias de interés marxista en la prensa, la radio y la televisión; libros marxistas se editan por centenares de millares y, para colmo, se predica marxismo en muchos púlpitos.<sup>20</sup>

Outra liderança repressiva convidada a discursar durante o congresso foi o General Gustavo Leigh Guzman, comandante da Força Aérea e membro da Junta de Governo do Chile que derrubou Salvador Allende e o socialismo da Unidad Popular. Gustavo Leigh realizou diversos cursos militares representando a aeronáutica chilena nos EUA entre os anos de 1940-1950. Durante a arquitetura do golpe e edificação da ditadura pinochetista Gustavo Leigh foi nomeado para o alto comando da Força aérea chilena. Seu histórico de colaboração com o golpe contra Allende e sua trajetória militar simpática ao anticomunismo, o credenciou como figura destacada do Congresso. Depois de saudar a iniciativa anticomunista pioneira da ditadura Stroessner no Conesul, Gustavo Leigh referiu-se ao convite para frequentar o Congresso da CAL da seguinte forma,

(...) he sido invitado a concurrir a este Congreso por la Confederación Anticomunista Latinoamericana, prestigiosa organización de acción política libertaria que desarrolla una valiente labor contra un adversario poderoso, que dispone de ingentes recursos materiales e innumerables organizaciones públicas y secretas para difundir su doctrina, alén de los Partidos Comunistas y Socialistas que combaten por dentro de las Democracias.<sup>21</sup>

20 Id Ibid. (F0018)

21 CAL. Discurso del General Gustavo Leigh Guzman, Comandante de la fuerza Aérea y Miembro de la Junta de Gobierno de Chile, en la Apertura del 3º Congreso de la CAL, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00094 F0021).

O prestígio de Gustavo Leigh, representante exemplar de uma ditadura terrorista e da luta anticomunista nos anos de 1970, que golpeou e derrubou uma experiência de governo socialista no Conesul latino-americano, produziu certa aura triunfalista entre os frequentadores do Congresso e endossou o tom de alarde em torno da necessidade da violência como forma de contenção e a cooperação para derrotar um inimigo em comum. Ao brindar a luta da CAL contra o comunismo e ao justificar as práticas ilegais e clandestinas de atuação contra o comunismo (práticas irradiadas a todos os setores das sociedades sob intervenção militar), o general apresentou-se como testemunha de um processo histórico. O tom triunfalista de seu discurso não poupou elogios aos métodos de desestabilização usados contra a Unidade Popular no Chile, mas ocultou aspectos vitais daquela experiência que, doravante, seria considerada um dos entrepostos da luta contra o “imperialismo” soviético. Segundo Gustavo Leigh,

Mi Pueblo tiene, por tanto, una experiencia que relatar y un ejemplo para exhibir al mundo, es el único que, hasta ahora, ha logrado salir incólume de las tenazas del imperialismo soviético y de la oscuridad de la política comunista. No vengo, en consecuencia, a esta magna Asamblea a exhibir tan solo una experiencia personal, sino que vengo como testimonio de la acción de un pueblo que, junto a sus Fuerzas Armadas, ha sido capaz de rescatar, del abuso, del desorden, de la prepotencia y el caos, los elementos esenciales de su ser nacional.<sup>22</sup>

Algumas questões exemplares da luta anticomunista chilena, primeiro laboratório neoliberal latino-americano, como discutido no capítulo anterior, endossam a posição de Gustavo Leigh. O processo pinochetista contou com a assessoria neoliberal para derrotar a oposição e as forças armadas se encarregaram de aniquilar os projetos opositores. O Terrorismo de Estado foi a tônica do processo chileno e recebeu grande incentivo do governo brasileiro a partir do ano de 1974, quando um acordo de transferência de armamento foi assinado entre

22 Id. Ibid.

o Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) brasileira e o Ministério da Defesa chileno.

De acordo com matéria produzida pelo jornal “O Globo” (2012), assinada pela jornalista Junia Gama, um acordo articulado pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e executado durante os primeiros anos do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) “(...) repassou à ditadura chilena milhares de fuzis, espingardas, cartuchos de munição, carregadores e outros equipamentos bélicos, como “material destinado à manutenção da ordem interna.”<sup>23</sup>

Segundo Gama, além de repassar fuzis FAL e FAP das Forças Armadas brasileiras às Forças Armadas chilenas, a ditadura brasileira ordenou a raspagem dos emblemas que identificavam as armas como pertencentes ao Brasil. Além disso, “O senhor presidente da República autorizou a abertura de um crédito, no prazo de quinze anos, de US\$ 40.000.000 (quarenta milhões de dólares), para a aquisição de material bélico e equipamentos militares de produção nacional ou em disponibilidade no país”.<sup>24</sup> A cooperação bélica favoreceu empresas de armamentos sediadas no Brasil, como a Engesa S.A e Mayrink Veiga S.A. Contextualizado em meio a essa iniciativa, o discurso de Gustavo Leigh ganhou ressonância, e, como podemos observar, a ajuda brasileira não se restringiu ao golpe.

O representante chileno ainda endossou a necessidade de cooperação que ocupou espaço significativo durante o 3º Congresso da CAL. Segundo Gustavo Leigh, o alinhamento estratégico para derrotar o comunismo era parte de um projeto maior, sendo que as gerações foram evocadas segundo princípios de defesa comum para a erradicação/eliminação de um inimigo articulado internacionalmente.

23 GAMA, Junia. Ditadura forneceu armas para repressão no Chile. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ditadura-forneceu-armas-para-repressao-no-chile-5361897>. Acesso em: 30/12/2016.

24 Id. Ibid.

(...) solo a acción de Gobiernos dotados de autoridad, de prestigio, decisión y patriotismo pueden derrotar definitivamente al flagelo de nuestro tiempo.

(...) Chile ha iniciado una cruzada de redención para excluir, de las relaciones humanas, el odio, y la violencia, para preservar los derechos del hombre, para combatir el oscurantismo soviético, para permitir que los pueblos se desarrollen y crezcan de acuerdo a sus particulares características ideales, para sustraer al mundo de la acción desquiciadora de las bombas, de los secuestros, del genocidio.<sup>25</sup>

Tais afirmações, proferidas durante o funcionamento de um acordo de transferência de créditos, e armamentos clandestinos, justificou o Terrorismo de Estado como política de favorecimento de determinados grupos atrelados à indústria armamentista, e a DSN foi o fio condutor da estratégia bélica e intelectual. A justificativa da violência foi difundida por meio da projeção das ações de oposições que não foram nomeadas, bastando o prestígio/status de um representante alicerçado na experiência de um país sob intervenção militar/terrorista para insuflar a ação dos anticomunistas reunidos no Congresso da CAL.

Como se pode observar do trecho citado, uma das matérias que preocupou (mais uma vez) os representantes da CAL foi o tema dos direitos (humanos) que, como veremos durante boa parte deste capítulo, foi retomado muitas vezes durante o Congresso. No que se refere aos planos de ações construídos a partir das reuniões de Grupos de Trabalho, a proposta da delegação da Nicarágua que compôs a *Comisión de Entidades Civicas Anticomunistas del III Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana*, indicou a seguinte ação:

1. Solicitar un pronunciamiento de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, en el sentido de que la Administración actual

25 CAL. Discurso del General Gustavo Leigh Guzman. Op. Cit. (F0022).

de los Estados Unidos se abstenga de continuar utilizando el tema demagógico de los Derechos del Hombre para intervenir en la política interna de cada país en América, como un medio de mantener cohesión del continente.

2. Reconocimiento público de la CAL para las fuerzas armadas de Nicaragua por su valiosa y decisiva contribución al fomento y mantenimiento de la paz, el progreso y el respeto a la persona humana.

3. Petición al actual gobierno de los Estados Unidos para que la ayuda financiera que facilita esa potencia a la América Latina no sea condicionada en el aspecto político ni económico.

4. Emplazar al Gobierno de los Estados Unidos para que inicie una política de integración social y económica de los derechos del indio norteamericano y de los discriminados radicalmente.

5. Enviar al Gobierno de Carter un documento con bases jurídicas, exponiéndole la falta de sustento legal de su inconsistente política de protección de los Derechos Humanos, y que este documento sea firmado por cada uno de los asistentes a este magno Congreso.

6. Dirigir expectativas a los Gobiernos, Fuerzas Armadas, Organizaciones Políticas, Movimientos populares y Democráticos, Consejos Estudiantiles y Alas Femeninas de los países del continente americanos, a fin de que cierren filas para mantener permanentemente la campaña y luchar, condenar y destruir toda tendencia intervencionista de los Estados Unidos.

7. Que la Confederación Anticomunista Latinoamericana eleve a la consideración de todos los países miembros de la CAL la creación de un instituto de formación ideológica anticomunista a nivel mundial.<sup>26</sup>

O documento segue assinado pelo secretário de seção, Mario Oviedo, e pelo presidente de seção, Antonio Campos Alum. Alguns elementos citados nas propostas foram experimentados

26 CAL. Acuerdo Presentado por la Comisión de Entidades Cívicas Anticomunistas: Propuesta de la Delegación de Nicaragua, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00094, F0024).

em anos anteriores. Por exemplo, a estratégia de enviar cartas aos presidentes (e vice) estadunidenses, como realizado à época de Nixon pela LAM, encontra paralelo na atividade proposta pela CAL durante o 3º Congresso da entidade, sendo que, tanto naquele período (1974/75), como à época do 3º Congresso (1977), o tema dos Direitos Humanos apareceu como pano de fundo de uma ação orgânica de pressão anticomunista. Agora, o alvo das investidas da CAL seria o governo Carter.

Nos anos de 1970, mais precisamente a partir do memorando 68<sup>27</sup> do Conselho de Segurança Nacional (CSN) dos EUA, o aumento com gastos militares foi acompanhado por cortes de investimentos na área social. A tendência enunciada pela CAL, de que a prática deveria conduzir as preocupações dos debates e resoluções do 3º Congresso, se alinha perfeitamente com a expectativa de defesa hemisférica presente no memorando visando a proteção das reservas de matérias-primas (na América Latina). Neste ínterim, temas de apelo popular, com o dos Direitos Humanos, que foram amplificados a partir da Guerra dos EUA contra o Vietnã, poderiam atrapalhar o planejamento militar dos EUA na América Latina.

Além disso, o possível desdobramento da transferência de renda/investimento nos programas sociais para a indústria bélica,

27 Segundo Noam Chomsky, uma das figuras destacadas do Departamento de Estado dos EUA até os anos de 1950, George Kennan, foi o redator do memorando 68. É interessante notar que o pragmatismo da CAL, como proposta condutora para o 3º Congresso, guarda evidente paralelo com a perspectiva reivindicada por Kennan em um pronunciamento realizado por este tecnocrata no documento "Estudo do Planejamento Político 23". Segundo Kennan, "Nós temos cerca de 50% da riqueza mundial, mas somente 6,3% de sua população... Nesta situação, não podemos deixar de ser alvo de inveja e ressentimento. Nossa verdadeira tarefa, na próxima fase, é planejar um padrão de relações que nos permitirá manter esta posição de desigualdade... Para agir assim, teremos de dispensar todo sentimentalismo e devaneio; nossa atenção deve concentrar-se em toda parte, em nossos objetivos nacionais imediatos... Precisamos parar de falar de vagos e... irreais objetivos, tais como direitos humanos, elevação do padrão de vida e democratização. Não está longe o dia em que teremos de lidar com conceitos de poder direto. Então, quanto menos impedidos formos por slogans idealistas, melhor." CHOMSKY, Noam. O Que o Tio Sam Realmente Quer. 2ª ed. Brasília: UnB, 1994. p. 4.

poderia irromper novas frentes de resistência. Porém, é necessário mencionar a intenção de criticar o governo Carter dos EUA. Já em 1979 o Congresso de 1977 da CAL foi novamente mencionado nos documentos da 12º Congresso LAM também realizada em Assunção, Paraguai, em 1979, mais precisamente nas atas do Congresso, logo no início, reconhecendo a atenção dada ao governo de Carter nos EUA e as posições assumidas com relação ao contexto em questão da seguinte forma,

Quando en el Tercer Congreso que la Confederación Anticomunista Latinoamericana celebró en esta ciudad de Asunción, en marzo de 1977, denunciarnos al Carter-comunismo como la más grave amenaza que se cernía sobre el continente, no solo no estábamos equivocados ni exagerábamos, como alguno amonestó, sino más bien nos quedamos cortos en previsiones. En los años transcurridos Moscú, La Habana, y Washington mantiene a nuestras naciones bajo el fuego cruzado de la guerrilla, la calumnia, la intriga, la agresión ideológica, la disolución moral y la ruptura de pactos de ayuda militar y económica.<sup>28</sup>

Mais adiante retomaremos a questão dos Direitos Humanos mencionada aqui que enuncia um dos temas de influência sobre a avaliação iniciada no Congresso de 1977 da CAL e finalizada em 1979 durante o XII Congresso da LAM. A insistência em se distanciar das duas posições concorrentes no plano da constituição de blocos econômicos assumidas pela CAL e LAM, seguiu como certa possibilidade de constituir outras formas de cooperação, principalmente no que tange a instituições financeiras, como veremos mais adiante.

Ainda no que se refere aos 7 pontos anunciados anteriormente, outras questões de cunho legalista chamam a atenção, como, por exemplo, a preocupação da entidade com relação ao direito dos índios

28 LAM. Reporte sobre América Latina Pronunciado por el Profesor Rafael Rodrigues, Secretario General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana ante el 12º Congreso de la liga Mundial Anticomunista, 1979. (ARCHIVO DEL TERROR, R108 F1094).

norte-americanos, que adquire certo sentido de pressão organizada se levarmos em consideração o ponto seguinte, que mencionou a necessidade de organização para dirimir o intervencionismo estadunidense. A estratégia de pressão, por adesão a pautas que pressionassem sobre algumas contradições legais experimentadas pelo governo dos EUA, situou argumentos de pressão que procuraram demonstrar o paradoxo que representou a política de Direitos Humanos incentivada pela diplomacia estadunidense.

O ponto 7, que mencionou a criação de um centro de doutrinação anticomunista internacional, pode ser lido como uma defesa do papel progressivo da CAL diante das outras opções que se apresentavam naquele contexto. Reforçar a entidade por meio da criação de um centro especificamente destinado à produção de treinamento/doutrinação anticomunista, visou a ampliação do papel intelectual orgânico exercido pela entidade. Além disso, colocou em primeiro plano a necessidade de formação intelectual especializada, o que, de certa forma, pôde ser observado na composição das delegações e delegados que se reuniram durante o Congresso. Os dois documentos que reproduzimos a seguir, catalogados sob a inscrição de R00094, F0029-0030, demonstram os nomes de delegados que participaram do III Congresso, bem como suas respectivas delegações.

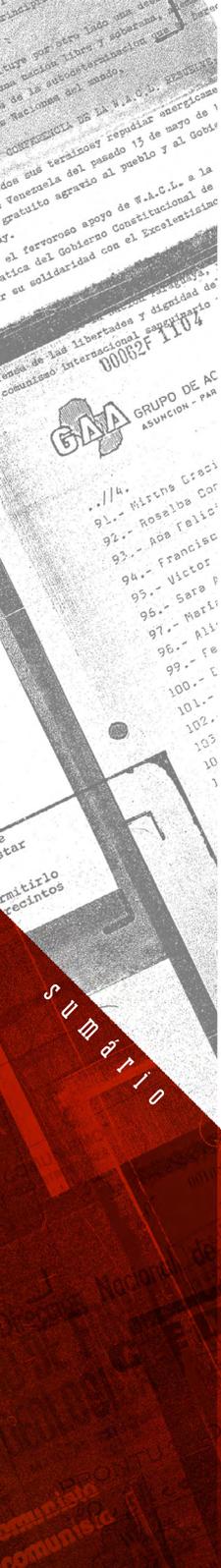


FIGURA 6: Relação de delgados e delegações  
presentes no 3º Congresso da CAL (1977)

00145F 1030

87

CONFEDERACION ANTICOMUNISTA LATINOAMERICANA  
III Congreso. Asunción-Paraguay, 28/30-III-77

OFICINA DE DOCUMENTACION

DELEGADOS PARAGUAYOS

Dr. Juan Manuel Frutos	Don José Afara
Dr. Rubén Darío Ossorio	Don Roberto Servín
Dr. Antonio Campos Alum	Don Rodolfo López Olmedo
Dr. Benito Guanes Serrano	Mons. Angel Mussolén
Don Pastor M. Coronel	Sacerdote Pablo Vega Gorostiaga
Lic. Carlos Podestá	Dr. Martín Chiola
Dr. Salvador Rubén Paredes	Dr. Julio César Frutos
Dr. Nicanor Fieitas	Don Héctor Velázquez
Dr. Bernardo Ocampos Arbo	Don Gerardo Halley Mora
Dr. Américo Velázquez	Don Adolfo Granada
Dr. Fabio Rivas	Don Jorge Pirovano
Dr. Miguel Angel Bestard	Dr. Eduardo Pereira
Dr. Carlos A. Ortiz Ramírez	Ing. Julio León Bojanovich
Dr. Angel Roberto Seifart	Amado Luis Prieto
Dr. Raúl Fernández Gagliardone	Dr. Vicente Battaglia
Dra. Ida Fieitas de Hermosa	Don Rubén Sosa Arrua
Dr. Antonio Salum Flecha	Don Luis Alderete Gorostiaga
Dr. Raúl Nogués	Dra. Marina Aquino de Ortiz
Dr. Vicente L. Piñanez	Víctor Candia Gómez
Don Silvio Meza Brites	Desideria Rojas de Romero
Don Vidal Benítez Alarcón	Alberto Brisco López
Don Salomón Melgarejo	
Dr. César Cáceres Alcaraz	
Don Juan Darío Castillo	
Dr. Faustino Miguel Lamas	
Dr. Celso Isidro Melgarejo P.	
Dr. Oscar Zacarías Cubilla	
Don Rigoberto Caballero	
Ing. Esteban Medina	
Don Miguel Angel López J.	
Dr. Armando Alvarez	
Sacerdote Enrique Torrijos	
Dr. Juan Angel Dellavedova	
Dr. Leandro Prieto Yegros	
Dr. Francisco Solano Benítez	
Dr. Mario Oviedo	
Comisario Sixto Burgos	
Don Eligio Vargas	
Srta. Isabel Arrúa Vallejos	
Srta. Agustina Miranda	
Sra. Leonidas Pérez de Virgili	
Sra. Námia Sosa de Pereira	
Dr. César Rodríguez	
Sra. Carmen Cáceres de Thomas	
Sra. Aurora Melgarejo de Mussi	
Dr. Antonio Vera Valenzano	
Dr. Manfredo Ramírez Russo	
Dr. Enrique Cantero González	
Dr. Casiano Ayala	
Dr. Pedro H. Doidán	

00084F 0029

DELEGACIONES EXTRANJERAS

ARGENTINA

Sr. Carlos Pedro Spedone  
Sr. Germán Justo Aranda  
Sr. Joaquín Aparicio González  
Sr. Ricardo Bach Cano  
Dr. Raúl Zardini  
Dr. Osvaldo R. Vidal  
Dr. Ricardo Fabris  
Dr. Horacio Bustos  
Cap. de Frag. Claudio Febré  
Sra. Martha Giménez de Justo  
Emilio F. Gallo Martínez  
Norma Daicy Rodríguez

MEXICO

Prof. Humberto Dávalos  
Prof. Arturo Deustda  
Lic. Pablo Huerta  
Lic. Luis Vega y Monroy  
Prof. Jorge Velazco Medina  
Prof. Guillermo Hernández  
Sr. Alfonso Aguilar  
Pbro. Luis Arroyo  
Prof. Ramón Rodríguez  
Prof. Héctor J. Salcedo  
Sr. Joaquín Robles Palomar  
Sr. Enrique Salinas  
Sra. Paz Margarita Aguilar  
Sra. Rosa María Corona  
Sra. Refugio Moreno

BRASIL

Prof. José Alfonso de Moraes P.  
Sr. Joaquim Visaira Ferreira  
Dr. Alfredo Buzaid  
Mons. Geraldo Crescenti  
Mons. José Guedes  
Pbro. Holadio Alvarez  
Comis. Geraldo Araujo Motta

CHILE

Dr. Carlos Ceruti Gardeazabal  
Dr. Gustavo Alessandri Valdez  
Dr. Carlos Montt  
Silvia Pintos  
Daniel Galliquillos  
Prof. Hernán Leigh  
RP José Riveros  
RP Florencia Infante  
Coronel Julio Tapia  
Comis. Héctor Castro Estevez

REPUBLICA DOMINICANA

Sr. Tomás Reyes Carda

Orlando Meza Lira  
Alejandro Mejía Ferrey  
Flor María de Mejía  
Héctor Gutiérrez  
Juan P. Arco  
León Cortés  
Lorena de Cortés

BOLIVIA

Ing. Julio Vera Sosa  
Sra. Margarita González  
Dr. Alfredo Candiá Guzmán  
Roberto Zapata  
Guillermo González  
Wilfrido López Suarez

DELEGACION DEL URUGUAY

Dr. Martín Gutiérrez  
Dr. Diego Ferreira  
Dr. Buenaventura Cavaglia  
Sr. Fernando Bosch  
Sr. Juan José Mazzeo Rocha  
Juan José Scapusio  
Coronel Roque Moreira  
María A. Yante de Ferreira  
Sr. Mariano Sendic  
Sr. Gonzalo Aznarez  
Dr. Oscar Varela  
Sra. Lía H. de Cavaglia

INVITADO ESPECIAL

Félix Psonichnik Staresinic (Croacia)

PUERTO RICO

Iván Ramos Cubano

EL SALVADOR

Sr. Luis Lagos  
Ing. Ernesto Kuri Asprides  
Sr. Luis F. Romero Guerrero  
Sr. Roberto Manjiver  
Cnel. Adolfo A. Ramírez Peña

COLOMBIA

Dr. Enrique Gómez Hurtado  
Luis Francisco Cuervo  
Sr. Pascual Giraldo

HONDURAS

Moises Ulloa Duarte

VENEZUELA

Lic. Alejandro Gomez Silva  
Dr. Nicolás Noguera  
Sr. Orlando Royes

PERU

Dr. Juan Bautista Gardelli  
Sr. Roberto Vicuñas

CUBA

Armando Pérez Roura  
Andrés Nazario  
Dr. Arturo Caraballo

GUATEMALA

Ing. Roberto Cordón  
Lic. Guillermo Valdez Tihle  
Lic. Alfredo López Estrada

ECUADOR

General Angel Fernández  
Coronel Mariano Cevallos Vega  
Jacinto Aguilera Ferreiro

COSTA RICA

Redolfo Orlich  
Dr. Fernando Trejos Escalante  
Sr. Alberto Pinto

NICARAGUA

Orlando Montenegro  
Chester Escobar

GRUPO DE AC  
ASUNCIÓN - PAR

- 91.- Mirna Grassi
- 92.- Rosalbe Cor
- 93.- Ada Felici
- 94.- Francis
- 95.- Victor
- 96.- Sara P
- 97.- Natli
- 98.- Ali
- 99.- Fe
- 100.- E
- 101.-
- 102.-
- 103-
- 10
- 1

SUMARIO

Asuntos

DOG

Figuram entre os delegados alguns militares, padres, empresários, e profissionais liberais. Outro esclarecimento necessário sobre o documento diz respeito à ortografia dos nomes que aparecem nas listas. Possivelmente, algumas letras dos nomes foram modificadas para que os participantes do Congresso não fossem reconhecidos. Trata-se de uma impressão, pois a seguir mencionaremos alguns possíveis participantes do Congresso e sua trajetória que investigamos a fim de saber quem eram e quais os possíveis interesses dos sujeitos que participaram desse Congresso. Ou ainda pode ser que seja apenas um erro. Apesar do maior número de delegados serem paraguaios, nosso foco, com relação a essa delegação foi Campos Alum, sendo que mencionaremos a seguir alguns delegados estrangeiros.

Podemos iniciar com o primeiro nome da lista, representante que encabeçou a delegação argentina, “Carlos Pedro Spadone”. Possivelmente se trata de Carlos Pedro Spadone, líder do grupo empresarial argentino “Spadone”. Segundo informações coletadas a partir do site do grupo, Carlos Spadone e seu irmão Lorenzo iniciaram suas atividades empresariais nos anos de 1960. Suas atividades se concentram em três áreas: itens de entretenimento, mercado imobiliário e logística. Mas Carlos, também possui uma trajetória singular e descolada do grupo. Desde 1992, Carlos Spadone se tornou empresário bem-sucedido nas áreas de meios de comunicações, agronegócio e indústria alimentícia, representações internacionais e turismo. Trata-se, portanto, de uma figura destacada do capital imperialismo latino-americano, com atuação transnacional.

Spadone ostenta na página do grupo algumas fotos históricas. Dentre elas, uma em que aparece ao lado de Juan Domingo Perón, durante o exílio do ex-presidente na Espanha franquista. Spadone foi considerado um nacionalista pelo jornalista Horácio Verbitsky que o mencionou como integrante da delegação argentina no Congresso da CAL, que por sua vez foi descrita da seguinte forma,

La delegación argentina estuvo integrada por representantes de un sector nacionalista y vinculado con el Lefevbrismo, que participó en el gobierno de Isabel Perón y José Lopez Rega: el empresario Carlos Pedro Spadone, el director del boletín de noticias de Inteligencia Ricardo Bach Cano, el ex decano de la Facultad de Ciencias Exactas Raúl Zardini (quien durante la misión Ottalagano en la Universidad Nacional de Buenos Aires proclamó su identidad con la Italia fascista), el genealogista de clases altas Osvaldo R. Vidal, entre otros.<sup>29</sup>

O importante trabalho investigativo do jornalista Horácio Verbitsky indicou a vinculação da delegação argentina com o “Lefevbrismo”, linhagem católica tradicionalista vinculada a Fraternidade Sacerdotal São Pio X, inspirada nas ideias do arcebispo francês Marcel Lefebvre. O arcebispo Lefebvre se notabilizou pela sua postura recalcitrante em relação às reformas da Igreja Católica propostas pelos Concílio Vaticano II. Ainda Segundo Verbitsky, a CAL foi responsável por pulverizar e garantir a aplicação do plano Banzer na América Latina desde 1975.

Além da afinidade religiosa lefevbrista do empresário, as vinculações de Spadone com a CAL foram consortes com os objetivos da entidade. Pode-se dizer que o ramo de atuação de Spadone e os objetivos da CAL entraram em sintonia, já que Spadone se tornou uma das figuras empresariais destacadas no contexto argentino e transnacional, e a diversificação de suas atividades empresariais incluiu, já no ano de 1977, a compra de um teatro. Como vimos no capítulo anterior, tanto a CAL quanto a LAM possuíam interesses nas

29 ERBITSKY, Horacio. Historia Política de la Iglesia Católica: La Mano Izquierda de Dios. Tomo IV. La Última Dictadura (176-1983). Buenos Aires: Sudamericana, 2013. p. 180.

áreas do entretenimento e jornalismo.<sup>30</sup> Atualmente, Spadone continua atuando no meio político argentino e é especialmente influente no ramo do comércio exterior.

Outro membro da delegação argentina que nos chamou a atenção foi Raúl Zardini. Tratou-se de um professor decano da Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires (UBA). Sua história durante o período de Terrorismo de Estado no país, o vinculou a desaparecimentos forçados e formação de “listas negras”, uma espécie de ficha de perseguição que orientou a repressão para que pudessem capturar, torturar e fazer desaparecer professores, estudantes e eventuais frequentadores da Faculdade. Algo comparável aos expurgos ocorridos nas principais universidades brasileiras durante a ditadura.

Zardini foi diretor da Faculdade de Ciências Exatas durante a penúltima ditadura, mais especificamente durante o ano de 1972, durante o *Onganiatto*. Nesse período, perseguiu estudantes e tentou acabar com a militância estudantil na Faculdade. Segundo o relato da professora de Química Sara Aldabe, que foi estudante da faculdade entre os anos em que o país se redemocratizou (1973-1976), Zardini pode ser definido como um peronista de direita.<sup>31</sup> A ex-estudante, atual

30 O grupo Spadone reativou o jornal de circulação nacional na Argentina La Razón em 1992. O jornal foi fundado no início do século XX, e foi recuperado pelo grupo Spadone depois que seu líder, Carlos Spadone, se envolveu no escândalo de repercussão nacional de compra de 47 toneladas de leite em pó estragado pelo Estado argentino, que foi distribuído por meio do programa Materno-Infantil a toda a grande Buenos Aires, e foi desmantelado pela fiscalização do Ministério de Saúde Pública e Ação Social da Nação. À época, Spadone ocupou o cargo de assessor da presidência e secretário de Estado do ex-presidente Carlos Saúl Menem durante seu primeiro mandato. Segundo a jornalista Suzana Viau, “La leche marca Jorgiano es elaborada por la fábrica Sastre, con sede en Santa Fe y distribuida por la empresa Summum, uno de cuyos propietarios es el asesor presidencial Carlos Spadone.” VIAU, Suzana. Con la Mano en la Caja. Disponível em: [https://www.pagina12.com.ar/especiales/20aniversario/con\\_la\\_mano\\_en\\_la\\_caja.html](https://www.pagina12.com.ar/especiales/20aniversario/con_la_mano_en_la_caja.html). Acesso em: 17/10/2018. O jornal La Razón foi adquirido pelo grupo Spadone logo após o escândalo envolvendo uma das empresas do grupo. Atualmente, Spadone é presidente da Câmara Argentino-China da presidência de Mauricio Macri.

31 ADALBE, Sara. Recuerdos de la Muerte. Entrevista. Disponível em: <https://exactas.uba.ar/noticias/recurdos-de-la-muerte/>. Acesso em: 17/10/18.

professora universitária e investigadora do INQUIMAE, relatou os anos de militância durante o período em que Zardini foi diretor da Faculdade. Antes do golpe de 1976, durante a fugaz redemocratização do país, mais especificamente no ano de 1973 em diante, período em que se constatou a atuação da *Trilpe A*, Aldabe relatou que,

Me acuerdo que ese año hubo una gran toma porque Zardini cesanteó a 67 docentes, la mayoría del Pabellón I. Yo estaba acostumbrada a militar entre trotskistas, maoístas, stalinistas, algún socialista y en esa toma, de repente, dos tipos, ya más grandes, matemáticos, empezaron a cantar la marchita y todo el mundo se quedó sorprendido ¡¿Hay peronistas en Exactas?! Después, en el 73, todo el mundo era peronista. También había peronistas de derecha. Zardini mismo era peronista.<sup>32</sup>

Depois disso, a Faculdade de Ciências Exatas da UBA foi tomada pelas articulações internas impostas pela direita peronista. Foi o período em que Ivanissevich se tornou ministro da educação e Ottallagano se tornou reitor da Universidade. Tratou-se de uma manobra da *Trilpe A* que foi sentida em todos os setores da UBA. Para os estudantes da Faculdade de Ciências Exatas, 1975 foi o período que representou novo fechamento da atividade militante, com o retorno de Zardini à direção da Faculdade,

Volvió Zardini. En el año 75 todavía pudimos hacer elecciones de Centro. Clandestinas, por supuesto. Hubo acuerdo entre las agrupaciones, y entonces las urnas pasaban por las aulas. Las urnas eran sobros que las chicas entrábamos en la panza, escondidas debajo de esas túnicas medio “hipposas” que usábamos. Incluso hubo un acuerdo con la policía por el cual cuando nosotros pasábamos por el subsuelo, ellos hacían la ronda por el 4to. piso. Hubo, por supuesto, poca cantidad de votantes.<sup>33</sup>

32 Id. Ibid.

33 Id. Ibid.

No que se refere à orientação ideológica de Zardini, Sara Aldabe disse que se ouvia o decano mencionar a existência de um poder internacional para corromper a juventude. No relato de Adalbe, Zardini “Era antisemita, hablaba de la sinarquía internacional.”<sup>34</sup> O conceito de “sinarquía Internacional” é impreciso, servindo mais como elemento de unidade para a ação. Chegou a ser mencionado por Juan Domingo Perón em seu livro “La hora de los Pueblos”,<sup>35</sup> ainda que, para o líder justicialista, a interpretação e crítica da “sinarquía internacional” apareça como uma possibilidade de conformação da chamada “terceira via” que caracterizou a tessitura da Doutrina Justicialista de Perón, com elementos de desenvolvimento autônomo na periferia do capitalismo.

Em artigo intitulado “La geopolítica internacional de los apoyos económicos”, o sociólogo e ex-Chanceler argentino Jorge E. Taiana, comenta que a definição dos aportes financeiros internacionais, bem como parcerias estratégicas que envolvessem altas somas de dinheiros desde o exterior e o governo argentino durante a última ditadura, foram definidas tendo como horizonte os conceitos e arcabouços teóricos, político e ideológico da geopolítica econômica desenvolvida durante a Guerra Fria. Os fatores fundamentais foram a Doutrina de Segurança Nacional e a divisão bipolar das áreas de influência, sendo que a definição das parcerias público-privadas do período foi condicionada ao alinhamento argentino com a liderança do bloco capitalista liderado pelos EUA. Além disso, o sociólogo explica da seguinte forma a política da Terceira Posição desenvolvida por Perón,

El núcleo del no alineamiento o da Tercera Posición, como su nombre lo indica, es el rechazo a la política de bloques. No se trataba, naturalmente, de negar su existencia, sino de plantear que esa política respondía a los intereses de las grandes

34 Id. Ibid.

35 PERÓN, Juan Domingo. La Hora de los Pueblos. Madrid: Editorial Norte, 1968.

potencias y, por lo tanto, un país que quisiera ser soberano no debía subordinarse a ella.<sup>36</sup>

A Terceira Posição voltou ao debate aliada ao conceito de “sinarquía internacional”. O banqueiro Diego Ramiro Guelar, embaixador da Argentina na China, negou a existência desse poder que, na perspectiva da agrupação nacionalista “Aurora”<sup>37</sup>, por meio de artigo veiculado em site próprio, a “sinarquía internacional” é a reunião de setores aparentemente divergentes para dividir a exploração do chamado “terceiro mundo”, o que reforça a tese, já mencionada nos documentos da CAL e da LAM, discutidos no segundo capítulo, da disputa de dois imperialismos (americano e soviético)<sup>38</sup>. Por fim, pode-se dizer que é um conceito caracteristicamente tecido no período da Guerra Fria, e que foi apropriado de maneira contraditória pelo conjunto heterogêneo da militância peronista, que envolve setores que vão da esquerda desenvolvimentista à extrema direita.

De certa forma, a política anti-blocos econômicos, presente no conceito de “sinarquía internacional”, orientou as resoluções apresentadas pela delegação argentina no Congresso de 1977. No documento que foi levado à sessão Plenária do Congresso, a proposta de rompimento com a política de blocos foi mencionada em quatro pontos e da seguinte forma:

1. Que se recomiende a los países de América Latina a través de sus gobiernos, así como a los países en vías de desarrollo, que

- 36 TAIANA, Jorge E. La geopolítica internacional de los apoyos económicos. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; VERBITSKY, Horacio. Cuentas Pendientes: Los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores S.A, 2013. p. 68.
- 37 A “Aurora” é uma organização nacionalista argentina que reivindica o desenvolvimento nacional contra o poder econômico internacional. No site da organização encontram-se algumas palestras do peronista Carlos A. Dissandri. Trata-se do intelectual peronista que deu profundidade ao conceito de “sinarquia internacional”. Para mais referências sobre o assunto, C.f.: <http://aurora-arg.blogspot.com.br/2009/06/carlos-disandro-y-una-conferencia-de.html>
- 38 Sobre a retomada do conceito pela agrupação “Aurora”, C.f. <http://ciriaco-cuitinio-vuelve.blogspot.com.br/>. Acesso em 18/01/2018.

limiten en cuanto le sea posible, sus operaciones comerciales con Estados Unidos y con los países comunistas que con centros de explotación.

2. Que las naciones de América Latina en general todas aquellas que luchan por su desarrollo, promuevan como compensación y para contrarrestar la acción de la mafia de los consorcios internacionales y la explotación de que son objeto de las finanzas de Estados Unidos como de la Unión Soviética, un comercio intenso con naciones de la sólida economía, como Francia, Alemania Federal, Japón, etcétera, tratando directamente con los productores.

3. Que América Latina, para contrarrestar la aberrante maniobra del gendarme de los derechos humanos al servicio del comunismo internacional James Carter, busque alianzas económicas y políticas al margen de los consorcios internacionales que se manejan desde los Estados Unidos y al margen también del comunismo internacional con sede en Moscú, como única forma para lograr las defensas de los productos básicos, y para evitar mediante arreglos con otros países como Francia, por ejemplo..., caer en la dependencia de los soviéticos adquiriendo armamento y otras ayudas en otras fuentes ajenas a Rusia y Estados Unidos.

4. Que los países de América Latina expongan la verdadera naturaleza del chantaje y extorsión del hipócrita James Carter, al querer hacer caer a Iberoamérica en la nefasta telaraña marxista, como ya ha sucedido en el caso ejemplarizantes del Medio Oriente.<sup>39</sup>

Nesse período as denúncias de violação aos Direitos Humanos na Argentina já tinham adquirido grande repercussão no panorama internacional, já que no nacional eram mais do que evidentes os efeitos do Terrorismo de Estado. Segundo Chomsky, a defesa dos Direitos Humanos por Carter serviu, sobretudo, para a transferência dos investimentos/empréstimos destinados à aquisição de armamentos

39 CAL. Acuerdo Presentado por la Comisión Plenaria a Propuesta de la Delegación Argentina, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00094 F0028).

pela Argentina para outros países que agissem com maior eficácia para ocultar os efeitos de estratégias violentas de combate a opositores. Não se pode dizer que esta transferência da ajuda estadunidense seguisse uma estratégia de ocultação sistemática da violação aos Direitos Humanos pela política cartista, afinal, essa política salvou do TDE muitos opositores. Contudo, o fato é que se o país receptor da ajuda econômica estadunidense conseguisse ocultar o emprego sistemático do Terrorismo de Estado (ao contrário do caso argentino), mesmo que já houvessem passado pelas práticas de desestabilização, golpe e emprego evidente do TDE, como a República Dominicana,<sup>40</sup> tornava-se apto a estabelecer relações amistosas com os EUA.

Dos outros dois integrantes da delegação argentina mencionados por Verbitsky, Ricardo Bach Cano, Osvaldo Rene Vidal, que também constam na lista de nomes das delegações participantes

40 Para o esclarecimento desta questão, continua atual e importante ferramenta de compreensão desta “guinada” de investimentos o artigo de Noam Chomsky e Edward Herman intitulado “Os Estados Unidos contra os Direitos Humanos no Terceiro Mundo”. Sobre a Argentina, por exemplo, e o clima almejado para investimentos estadunidenses, os autores discutiram os efeitos do Relatório da Anistia Internacional sobre a violação aos Direitos Humanos na Argentina e outro apresentado no Congresso estadunidense, “Tanto as fontes oficiais como as da ‘Amnesty International’ estimam que houve mais de 1.300 homicídios na Argentina, somente em 1976, a maior parte dele cometidos pela polícia e pelos esquadrões da morte parapoliciais. Em troca, o Escritório de Combate ao Terrorismo do Departamento de Estado calcula um total global de 292 mortes causadas pelo terrorismo entre 1975-1976.” CHOMSKY, N. & HERNAN, Edward S. Os Estados Unidos contra os direitos humanos no Terceiro Mundo. In.: ASSMANN, H. A trilateral: nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1986. pp. 189-190. Já em outro contexto, o mais favorável para os investimentos estadunidenses encontrado na República Dominicana, encontramos a seguinte passagem: “No seu relatório sobre Direitos Humanos ao Congresso, em março de 1977, o Departamento de Estado comenta suavemente que a ‘República Dominicana’ não possui uma tradição de democracia política’. O relatório passa por alto o período posterior a era Trujillo, o qual, ao ser destituído em 1961, ‘deixou uma herança de brutalidade e desprezo pelos direitos humanos’, até ‘a atual constituição de 1966’, sob a qual a ‘República Dominicana é uma democracia representativa’. Não existe nenhuma referência à invasão norte-americana de 1965 ou às suas consequências. Apesar de ter havido violações dos direitos humanos nos últimos anos da década de 60 e nos primeiros anos da de 70, o relatório admite no entanto que, ‘o direito à vida, à liberdade e à segurança do indivíduo é, de um modo geral, respeitado na República Dominicana, exceto para casos de pessoas suspeitas de violência ou de procurar a derrubada do regime pela violência. Nestes casos, os direitos legais dos indivíduos nem sempre serão cumpridos’”. Id. Ibid. p.198.

do Congresso da CAL de 1977, reproduzida anteriormente, não há maiores informações. Apenas consta-nos que Cano foi editor do jornal *Prensa Libre* e chegou a ser preso pela ditadura em 1976. Já Osvaldo Rene Vidal, escreveu dois livros. Um sobre a classe dominante argentina, cujo título sugere a qualificação de “genealogista de clases altas” dado por Verbitsky, “Los Patricios y demás apellidos de las altas clases argentinas”, e outro que contou com financiamento do Conycet escrito em parceria com outros dois autores, Lucrecia Miranda Almagro, Gianluca Brigandi, cujo título é “Acuerdos binacionales de cooperación en ciencia y tecnología suscriptos por la República Argentina”.

Outros dois nomes arrolados pelo documento, que constam na delegação argentina no Paraguai, são os de Ricardo Fabris e Horácio Bustos. Trata-se de políticos da direita peronista com estreita relação com Isabelita Perón. Na historiografia, tanto Fabris quanto Bustos são qualificados como peronistas com passado nacionalista, mas com posicionamentos à direita durante o período que se encerrou com a caída da ex-presidente e o golpe que institucionalizou o TDE em 1976.

Fabris, por exemplo, chegou a ocupar o cargo de Secretário de Imprensa da Nação durante o governo de Isabelita, e só deixou o cargo em 24 de março de 1976, data do golpe. Era um jornalista com certo prestígio no que se referiu a assuntos técnicos de divulgação de informações oficiais. Foi com esse currículo que, já no ano de 1981/82 retornou aos préstimos de Isabelita, durante o julgamento da ex-presidente pela Junta Militar, acusada de corrupção e apropriação de bens imóveis do Estado argentino, justamente enquanto a Junta Militar preparou e executou o fracassado Plano da Guerra das Malvinas. O jornalista e ex-secretário de inteligência do Estado argentino durante o menemismo, Juan B. Yofre, relata que, nesse período, houve uma operação de blindagem a qualquer declaração que pudesse vir de Isabelita sobre o caso. O responsável por esta blindagem foi justamente o jornalista Ricardo Fabris. Segundo Yofre:

La gestión declinante del gobierno militar parecía haber revalorizado el papel de Isabel en la política. Todos querían verla, imploraban por entrevistarla, en especial cuando se estableció en San Vicente, por lo tanto, Arriola nombró a Ricardo Fabris, un periodista ortodoxo, con un pasado nacionalista (a pesar de que un famoso columnista de un matutino intentó emparedarlo con la KGB), que había sido secretario de Cultura del intendente porteño Leopoldo “Polo” Frenkel y luego director de Prensa de la Presidencia de la Nación hasta el 24 de marzo de 1976.<sup>41</sup>

Em outra publicação sobre o tema da prisão, soltura e “exílio” de Isabelita, Yofre menciona Ricardo Fabris e Horácio Bustos (o outro membro da delegação argentina citado no documento da CAL),

Tras cinco años de prisión en distintos lugares de la Argentina, el 9 de julio María Estela Martínez de Perón salió del país rumbo a España. Había sido incluida en el Acta de Responsabilidad Institucional, y sus bienes interdictos en 1976, y en julio de 1981 fue condenada por un juez federal a ocho años de prisión, pero resultó excarcelada. Viajó a Madrid en compañía de su abogado Julio Arriola, Ricardo Fabris, ex director de Prensa de la Presidencia de la Nación, y Horacio “Chacho” Bustos.<sup>42</sup>

Em outro trabalho, Horácio Verbitsky mencionou a participação de Fabris e Bustos nos feitos que marcaram o retorno de Perón a Argentina, depois de seu exílio na Espanha, e a vitória de Hector Càmpora nas eleições de 1972 que marcaram o retorno do peronismo ao cenário eleitoral argentino após 21 anos de impedimento. Tanto Fabris, quanto Bustos estiveram presentes no cenário de guerra que marcou a disputa entre as sempre divergentes tendências do peronismo que lutaram entre si no período posterior ao retorno de Perón à presidência do país. No entanto, sobre Fabris e Bustos, Verbitsky descreveu que:

41 YOFRE, Juan B. 1982: Los Documentos Secretos de La Guerra de Malvinas/Falklands y el Derrumbe del Proceso. Buenos Aires: Sudamericana, 2011. p. 73

42 YOFRE, Juan B. Fuimos Todos: Cronología de un fracaso 1976-1983. Buenos Aires: Sudamericana, 2007. p. 113.

Frenkel tenía a su vez un delegado personal ante la Comisión Organizadora del retorno, el director de ceremonial del municipio, Alberto De Morras, quien junto con el Secretario de Cultura Ricardo Fabriz y el Secretario General Horacio Bustos, facilitaron a Osinde el manejo de la infraestructura de comunicaciones y transporte de la Intendencia. Por eso el Centro de Información para Emergencias y Catástrofes, CIPEC, no coordinó el 20 de junio la tarea de las ambulancias municipales.<sup>43</sup>

As informações sobre a delegação argentina presente no Congresso da CAL de 1977, nos levaram a concluir que seus membros possuíam vínculos com a direita peronista, ou, pertenciam a agrupações e tendências do catolicismo conservador. Dos outros nomes que aparecem no documento e que não foram discutidos aqui, não foi possível encontrar referências seguras. Passaremos agora a apresentar algumas informações sobre as demais delegações. A seguir, apresenta-se dados relacionados aos membros da delegação mexicana que, ao lado da delegação argentina, podem ser considerados os países pioneiros na iniciativa de organizar e difundir a CAL.

No capítulo anterior, mencionamos o grupo dos "Tecos". Tratava-se de um grupo de ativistas anticomunistas que atuaram no panorama mexicano nos anos de 1930 e fundaram a Universidade Autônoma de Guadalajara (UAG). No Congresso da CAL de 1977, a delegação mexicana contou com muitos professores da UAG. Dentre eles, alguns nomes envolvidos com o conselho e administração editorial do periódico "Docencia", publicação da comunidade acadêmica da Universidade Autônoma de Guadalajara. São eles: Arturo Deustúa Ramirez (Administração Editorial), Hector Javier Salcedo S. (Conselho Assessor Editorial), Jorge Velasco (Conselho Assessor Editorial), Guillermo Hernandez (Conselho Assessor Editorial). Estes membros da delegação mexicana são (eram) todos docentes da UAG à época.

43 VERBITSKY, Horacio. Ezeiza. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1985. p. 30

Da delegação brasileira, participaram padres, empresários e um comissário de polícia, além do jurista brasileiro, ministro da Justiça da Ditadura civil-militar Alfredo Buzaid. Buzaid ficou sem ocupar cargo público entre 1975, quando deixou o Ministério da Justiça, e 1982, quando foi nomeado ao Superior Tribunal Federal (STF). Ao que tudo indica, Buzaid dedicou-se ao ativismo anticomunista da LAM e da CAL durante esse período. O pesquisador Rodolfo Costa Machado pesquisou o pensamento jurídico de Buzaid e mencionou os vínculos do jurista com Carlo Barbieri Filho. Em sua dissertação de mestrado em História, Machado descreveu o ativismo anticomunista brasileiro na LAM. Além de Buzaid, Rodolfo Costa Machado mencionou os seguintes ativistas da LAM no Brasil:

(...) Alfredo Buzaid, Dom Geraldo Proença Sigaud, Theobalde de Nigris, Antonio Carlos Pacheco e Silva e dona Eudóxia Ribeiro Dantas —, compuseram também a Diretoria Consultiva do “capítulo brasileiro” da WACL (World Anticomunista League) as seguintes *personae* históricas: o Almirante José Leite Soares Júnior; o empresário José Papa Junior — que garantira, nos albores da Oban (Operação Bandeirante), em nome da Federação do Comércio da plutocracia paulista, “sua solidariedade às Forças Armadas, ‘que se cobriram de glórias nas trincheiras e nos céus da Europa” —; o ruralista Sálvio de Almeida Prado, entre outros<sup>976</sup>; Theophilo de Azeredo Santos, presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) em 1970 e do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) de 1972 a 1973, e “presidente do Sindicatos dos Bancos, um provocador, que representava, no Rio, o braço empresarial da ditadura”-, e dentre outros mais, o articulador político anticomunista e conspirador de direita, jornalista Paulo Zingg.<sup>44</sup>

44 COSTA, Rodolfo. Alfredo Buzaid e a Contrarrevolução Burguesa: Crítica histórico-imanente da ideologia do direito, da política e do Estado de Justiça. 2015. 875 f. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. pp. 220-221.

O pesquisador ainda mencionou que Carlo Barbieri Filho tinha contato com Henrique Simonsen, que foi Ministro da Fazenda no final dos anos de 1970.

Por outro lado, Buzaid foi o organizador do primeiro relatório oficial da ditadura brasileira que procurou contestar as denúncias por violações aos Direitos Humanos praticadas pelo regime. O chamado "livro da verdade", organizado e revisado por Buzaid procurou contestar aquelas denúncias, apresentando um panorama de normalidade na situação dos Direitos Humanos no Brasil entre os anos de 1966 e 1974. Tratava-se de uma reação articulada pelos interesses dos militares em continuar e aprofundar a política de TDE experimentada no caso brasileiro desde os primeiros anos da ditadura.

Além de Buzaid, encontramos algumas referências ao padre Heládio Alvarez (Rodrigues), que possui seus dados biográficos na página da Diocese de Santos-SP. Segundo esses dados, padre Heládio Alvarez nasceu em 1929 viveu sua infância na Espanha durante a Guerra Civil Espanhola. Chegou a Brasil em 1936 e em 1954 foi ordenado sacerdote. Estudou filosofia e fez seu mestrado sobre Hegel, além de estudar psicologia médica em Buenos Aires. Entre 1956 e 1968 foi editor do Santos Jornal.

Como participante do Congresso de 1977, padre Heládio Alvarez tinha serviços prestados à Igreja e ao poder público. Além de padre ordenado, tinha formação em jornalismo e ocupou cargo de Diretor de Cultura na cidade de Cubatão, São Paulo, que é açambarcada pela diocese de Santos. Padre Heládio continua vivo, mas retirado do ofício de padre. Encontra-se na casa de repouso de padres na cidade de Santos.

Outro membro da Igreja católica que participou da delegação brasileira do Congresso de 1977 da CAL foi Monsenhor Jose Ayrton Guedes, que participou como Juiz Delegado no processo

de beatificação do padre Dom Vital de Oliveira ainda nos anos de 1940<sup>45</sup>. Monsenhor Guedes foi um padre de grande longevidade. A repercussão de sua morte em 2008<sup>46</sup> trouxe como destaque o fato dele ser o padre mais longo em exercício pela Igreja Católica.

Monsenhor Geraldo Crescenti, outro membro da delegação brasileira no Congresso de 1977, assim como o padre Heládio Alvarez, também pertenceu à arquidiocese de Santos, São Paulo. Antes de falecer em 2012, Monsenhor Geraldo Crescenti deu uma entrevista ao “jornal Vicentino” em 28/06/2006. Durante o Congresso de 1977, Monsenhor Geraldo Crescenti estava morando em Petrópolis, Rio de Janeiro. Ao ser perguntado sobre sua trajetória de 28 anos fora da arquidiocese de Santos, São Paulo, Monsenhor Geraldo Crescenti respondeu que entre 1976 e 1997 foi professor na Universidade Católica de Petrópolis quando foi ao Congresso da CAL.

Apesar da participação dos clérigos brasileiros, todos com algum vínculo com a arquidiocese de Santos, um dos membros da delegação brasileira de biografia diretamente ligada à repressão foi Joaquim Viera Ferreira.<sup>47</sup> Membro do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no Brasil, o “Joaquim Metralha”, “Mr. Victor” ou “Tiroteio” foi descrito na legenda de uma foto arquivada no CPDOC em que aparece com uma metralhadora em punho, ““Eis um dos agentes da espionagem americana no Brasil, Joaquim Miguel Vieira Ferreira, ou ‘Mr. Victor’, que também atende pelo vulgo de ‘Joaquim Metralha’ e ‘Tiroteio’ como a foto bem demonstra.”<sup>48</sup>

45 Sobre esta questão, C.f.: <http://www.domvitaldeoliveira.org/processo-de-beatificacao-e-canonizacao/>

46 Dentre outros, C. f.: <https://romasempre.wordpress.com/2008/11/20/falece-monsenhor-guedes/>, <https://romasempre.wordpress.com/2008/11/20/falece-monsenhor-guedes/>

47 Na lista do Congresso de 1977, seu nome figura como “Joaquim Vieira Ferreira”. No entanto, se trata de Joaquim Vieira Ferreira, destacado membro do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) do Brasil, e ficou conhecido como “Joaquim Metralha”, ou Mr. Victor, segundo informações do CPDOC. C.f.: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/JG/audiovisual/joaquim-miguel-vieira-ferreira>

48 CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/JG/audiovisual/joaquim-miguel-vieira-ferreira>. Acesso em: 25/11/2017.

FIGURA 7: Foto de Joaquim Vieira Ferreira anexa ao documento JG Tupi 1959.00.00/2, data 00.00.1959.



Fonte: Arquivo on-line do CPDOC/FGV, fundo João Goulart.  
Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/JG/audiovisual/joaquim-miguel-vieira-ferreira>, acesso em 25/11/17.

Joaquim Vieira Ferreira atuou como quadro anticomunista no Brasil desde os anos de 1950 até 1982 quando foi morto. Foi radicalmente contra Getúlio Vargas e João Goulart. Atuou na repressão na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Sua sagacidade e sevícia o rendeu a alcunha de “Tiroteio”. Alberto Santos, ex-militante da luta contra a ditadura brasileira, relatou que “Tiroteio” usava de métodos reconhecidamente terroristas para investigar seus alvos, sendo que o próprio Alberto Santos foi investigado por ele. Os serviços prestados por “Tiroteio” à repressão incluíam desde manipulação de correspondências, botins de investigação/invasão de propriedades de “subversivos”. Segundo Alberto Santos, “Tiroteio” foi um ativista histórico do anticomunismo brasileiro e seus serviços vão além do período relacionado ao Congresso de 1977 da CAL. Alberto Santos relatou que,

Foi dele a inspiração da falsificação da famosa Carta Brandi, em 1953, documento que seria utilizado por Carlos Lacerda procurando comprometer João Goulart com um suposto plano de “coordenação sindical entre o Brasil e a Argentina”, criação de “brigadas operárias de choque” e contrabando de material bélico pela fronteira de Uruguai. Esse rapaz, conhecido pelo pseudônimo de Victor, recebia Cr\$ 300.000,00 do serviço secreto norte-americano e, em 1958, falsificaria outros documentos, como um acordo do PTB com os comunistas e um memorial de militares, reclamando a renúncia de Kubitschek e Goulart, bem como a paralisação das obras de Brasília.<sup>49</sup>

Além de participar do CCC nos anos de 1960, “Tiroteio” também ajudou a fundar e organizar outras entidades congêneres. Dentre elas, Alberto dos Santos relatou as seguintes: “Pode-se atribuir a ele dezenas de assassinatos no antigo Estado do Rio de Janeiro, pois esse infeliz comandava a MAC, CIADC, CIABC, CBAI, braços armados do CCC.”<sup>50</sup> A História deste personagem da repressão paramilitar brasileira está entrelaçada com o formato adquirido pelas organizações anticomunistas financiadas por empresários e políticos brasileiros. O próprio CCC foi uma organização paramilitar. Enquanto tal, recebeu incentivo material, formação intelectual e financiamento de organizações que possuíam representações públicas e outras clandestinas, complementares aos trabalhos desenvolvidos publicamente. É nessa lógica, qual seja, a da complementação clandestina que se inseriram grupos paramilitares como o CCC.

Em importante trabalho de investigação realizado pela Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” do Estado de São Paulo, as cadeias de comando da repressão brasileira foram historicamente descritas e relacionadas aos organismos de produção de inteligência inaugurados a partir de 1927 com a criação do Conselho de Defesa

49 SANTOS, Alberto. Joaquim Metralha do CCC: Como morre um cagão. Disponível em: <http://vinholivrosehistoria.blogspot.com.br/2015/07/joaquim-metralha-do-ccc-como-morre-um.html>. Acesso em 21/11/2017.

50 Id. Ibid.

Nacional (CDN) que, mais tarde, no ano de 1934 se transformou no Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN), e já em 1937 transformou-se no Conselho de Segurança Nacional (CSN). Já em 1957 foi criado o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

Destas reestruturações e aprimoramentos repressivos e de competência investigativa, surgiram o Serviço Nacional de Informações (SNI), já em 1964, e órgãos congêneres em outras repartições do Estado brasileiro como o Centro de Informações do Exterior (CIEX) idealizado e criado clandestinamente no Itamaraty por Manoel Pio Correa. No entanto, para o surgimento do SNI, segundo apurou a Comissão “Rubens Paiva”, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPES), surgidos a partir da ação orgânica ao golpe de Estado (de 1964) ainda em 1962 foram decisivos. IPES e IBAD foram organizações com peso decisivo na formação e financiamento de diversos órgãos repressivos, inclusive clandestinos.

Organizações complementares públicas e/ou clandestinas, contando com o financiamento do núcleo tecnocrático, militar e empresarial do complexo IPES/IBAD, realizaram tarefas de perseguição, sequestro e prisão de diversos militantes que se opuseram à ditadura brasileira. O próprio CCC, do qual participou Joaquin Vieira Ferreira, o “Tiroeteiro”, foi financiado pelo complexo IPES/IBAD, que, segundo o relatório sobre as cadeias de comando e a formação da estrutura nacional da repressão confeccionado pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, receberam financiamento e repassaram financiamento aos organismos clandestinos e esquadrões da morte no Brasil da seguinte forma,

O IBAD supostamente era uma expressão da sociedade civil, composto de diversos grupos ligados àquelas senhoras católicas que organizaram a marcha que pediu o Golpe. (...) Os fundadores ostensivos foram Ivan Hasslocher; Gilbert Huber Jr; Glycon de Paiva e Paulo Ayres Filho. Foram financiadores:

a Embaixada dos Estados Unidos, a empresa Cruzeiro do Sul (que era do grupo Varig), o ICOMI, a multinacional de energia Light, a Refinaria União, a estatal Listas Telefônicas Brasileiras e o Banco Nacional (chefiado por Magalhães Pinto). O órgão se destacou como linha de atuação e financiamento de campanhas contra o Governo João Goulart, utilizando recursos de empresas americanas. Foram promovidas manifestações [as quais eles definiam] anticomunistas.

O IPES teve como fundadores ostensivos: Augusto Trajano de Azevedo Antunes (Grupo Caemi) e Antônio Gallotti (da multinacional Light). Mas quem, na realidade, estava por trás era o General Golbery do Couto e Silva, que assumiu a Presidência do IPES imediatamente após a sua fundação. [...] Os financiadores eram os mesmos do IBAD. Tinha como linha de atuação a produção de material contra o governo, manutenção do serviço secreto e treinamento de agentes do Movimento Anti-Comunista (MAC) e do Comando de Caça Comunistas (CCC) [organizações paramilitares que faziam o papel complementar dos agentes da polícia que perseguiam pessoas acusadas de subversivas].<sup>51</sup>

A estrutura altamente especializada e clandestina da repressão que possibilitou a atuação do CCC e de Joaquim Vieira Ferreira, foi denunciada ainda em 1972 por meio do Relatório da Tortura no Brasil confeccionado pela Anistia Internacional. A anistia internacional investigou os esquadrões da morte que atuaram na Operação Bandeirantes (OBAN) no Brasil. Apesar do trabalho minucioso e de denúncia dos esquadrões da morte que atuaram no Brasil, o Relatório não mencionou a atuação de Joaquim Vieira Ferreira no CCC. No entanto, sobre a atuação do CCC na OBAN, o Relatório da Anistia Internacional mencionou que: “A participação ativa dos membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) nas salas de tortura da OBAN ilustra a medida em que esta organização terrorista de direita se infiltrou nos serviços de segurança e grau de proteção que eles

51 SEIXAS, I. Apud: COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. Relatório - Tomo I - Parte I - Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política, 2013. p. 3

dão”.<sup>52</sup> (International Amnesty, 1972). A participação de “Tiroteio” no Congresso da CAL de 1977, portanto, ocorreu devido ao acúmulo de experiências e práticas adquiridas nos órgãos da repressão brasileira. “Tiroteio” morreu no ano de 1982, coincidentemente, mesmo ano em que Buzaid foi indicado e nomeado ao STF, provavelmente vítima de “queima de arquivo” pela ditadura brasileira.

A delegação chilena, por seu turno, foi composta por professores, militares, padres e comissários de polícia. Não se pode deixar de notar o prestígio que os aparelhos repressivos, e a fórmulas econômicas neoliberais adquiriram no contexto chileno desde que Augusto Pinochet e a camarilha militar. Talvez por isso uma das delegações mais prestigiadas do Congresso tenha sido a chilena. Como já mencionamos anteriormente, um dos homenageados e palestrante de abertura do Congresso foi o General Gustavo Leigh Guzman, comandante da Força Aérea chilena e membro da Junta Militar golpista do país.

Além da presença chilena de um membro da Junta Militar, a delegação contou com outros nomes importantes. Dentre eles, o professor e engenheiro mecânico Carlos Ceruti Gardeazabal da *Universidad Técnica Federico Santa María* (UTFSM), que ocupou o cargo de reitor da instituição entre os anos de 1958-1968. Nos anos de 1960, quando foi reitor, Ceruti escreveu alguns boletins sobre a educação. Dentre eles, destacamos os seguintes títulos: *Organización de las escuelas de la Universidad Técnica Federico Santa María; Formación Científica-Técnica y Promoción Social; La educación y la empresa privada*. A UTFSM é uma universidade privada chilena e Ceruti foi destituído do cargo de reitor em meio a manifestações estudantis no ano de 1968. Ceruti Gardeazabal foi

52 International Amnesty. Report on Allegations of Torture in Brazil Nottinhan, England: Russel Press, 1973. p. 47. No original: “The active participation of members of the Commands to Hunt Communists (CCC) in the torture rooms of the OBAN illustrates the extent to which this right-wing terrorist’s organization has infiltrated the security services and degree of protection which they give”.

um dos incentivadores do ensino técnico no país e, seus serviços prestados à instituição de ensino superior privada o transformou numa voz autorizada da crítica ao ensino sob bases humanistas em favor das carreiras técnicas.

O Coronel Julio Tapia Falk, outro membro da delegação chilena, foi indicado pelo Coronel Gustavo Leigh Guzman para participar do núcleo intelectual estratégico da junta militar que coordenou o processo pinochetista. Tapia Falk foi incorporado ao grupo intelectual do chamado *Comité Asesor de la Junta* (COAJ), criado em 1973. Gustavo Leigh possuía trânsito livre no grupo e contava com a confiança de uma das peças chaves da repressão chilena, o General Juan Manuel Contreras da Sepúlveda nomeado por Pinochet como o número 1 da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) que se transformou no principal órgão da repressão chilena.

Segundo Ascanio Cavallo<sup>53</sup>, o COAJ foi importante na correlação de forças entre as Forças Armadas chilenas para a composição da linha de atuação do pinochetismo. Por exemplo, desde a sua fundação, ainda em 1973, o COAJ tinha uma maioria de oficiais do exército, o que garantiu Pinochet como líder do processo conspiratório. Mas já em 1974, Gustavo Leigh propôs que outros nomes fossem incorporados ao grupo para garantir certo equilíbrio em torno do poder de decisão dos rumos econômicos e social da ditadura. Leigh interpôs propostas ao COAJ visando ampliar seu próprio grau de influência nos rumos do processo. Mas, segundo Cavallo, na prática Pinochet ignorou-o,

53 Cavallo historicizou a correlação de forças interna do processo pinochetista em alguns capítulos de seu livro "La Historia Oculta del Regimen Militar". Para o autor, Pinochet não estava convencido de que continuaria a frente do processo, e Gustavo Leigh tentou se transformar na opção que continuaria a ditadura, com características legais, caso Pinochet renunciasse. Por isso a importância adquirida pelo COAJ, proposto pelo próprio Gustavo Leigh para reformar a Constituição de 1926 ainda vigente à época. Ainda segundo Cavallo, o assessor informal de Leigh foi o jurista Jorge Ovalle. Cf.: CAVALLLO, Ascanio. La Historia Oculta del Régimen Militar. Santiago del Chile: Uqbar Editores, 2008.

En torno de Pinochet habían empezado a girar varios núcleos de distinto origen y funciones (...)

Por añadidura, el Comité Asesor de la junta (COAJ), formado a fines de 1973, estaba mayoritariamente integrado por oficiales de Ejército y su mayor afinidad con Pinochet era evidente. De hecho, el general Leigh había propuesto que se integraran al COAJ, en calidad de asesores, su hermano Hernán Leigh, Gustavo Alessandri y Gregorio Amunátegui.

Pinochet había aceptado la idea, pero no la concretaba.<sup>54</sup>

Como se sabe, Pinochet conduziu o Terrorismo de Estado no Chile de 1973 a 1990, e quando se retirou da presidência, tornou-se Senador vitalício para evitar processos criminais no país. Do trecho citado, no entanto, destacamos dois nomes da delegação chilena. Um deles era Hernán Leigh, militante histórico do Partido Radical chileno e irmão de Gustavo Leigh, e Gustavo Alessandri, militante histórico do partido chileno Renovación Nacional. Ambos com formação jurídica e trajetória política consolidada no contexto eleitoral chileno, e foram membros da delegação chilena no Congresso de 1977 da CAL.

O casal Silvia Pinto Torres e Daniel Galleguillos, ambos jornalistas, também compuseram a delegação chilena. Silvia foi “eleita” deputada no parlamento chileno para o mandato de 1973-77 pelo Partido Nacional (PN) e, portanto, quando participou do Congresso da CAL o fez na condição de parlamentar chilena. Além disso, durante o pinochetismo, Silvia foi a editora chefe do jornal La Nación que se transformou em Diário Oficial da República Chilena após intervenção da ditadura em 1973 e mudança de nome para La Patria a partir de 1975.

Silvia Pinto Torres também atuou na área educacional, como membro da “Comisiones de Integración Latinoamericana y Educación Pública”. Segundo Ascanio Cavallo, a educação foi um assunto central durante o pinochetismo. O autor menciona

54 Id. Ibid. p. 42.

que, no ano de 1978, auge do período de reformas neoliberais no Chile pinochetista, “La concentración de los ‘duros’ en el área de la educación permitió que el tema laboral, otra de sus preocupaciones, fuera congelado”.<sup>55</sup> Apesar da cisão entre “moderados” e “duros”<sup>56</sup> perpassar a obra de Cavallo e remeter ao tema do revisionismo histórico, analisado com rigor pela historiografia atual, seu trabalho é uma obra de consulta histórica com detalhes pertinentes ao contexto discutido.

Florencio Infante Diaz May, historiador e capelão das Forças Armadas chilena também integrou a delegação. Segundo o anuário de difusão histórica das Forças Armadas chilenas de 1986, Florencio Infante foi um escritor eloquente e prolixo. Dentre suas obras, figuram títulos como: “Prat el Héroe”; “Carmela Carvajal de Prat”; “Raices de la Historia de Chile”. Os textos do Capelão Florencio Infante circularam na coleção de autores do jornal *El Mercurio*, sendo que os artigos que compuseram a publicação sobre as “Raices de la Historia de Chile”

55 Id. Ibid. p. 311

56 É importante salientar a importância da obra do jornalista Élio Gaspari sobre a ditadura brasileira no que se refere a esse tipo de cisão entre “moderados” e “duros” e a responsabilização sobre o arcabouço terrorista e repressivo que cobriu o amplo espectro de atuação das ditaduras latino-americanas. Sobre a obra de Gaspari, o historiador Gilberto Calil avaliou que, “Na lógica argumentativa que supõe uma radical oposição entre os militares “moderados” e os “duros”, apenas os últimos são responsabilizados pela dinâmica repressiva. Isto explica a ênfase de Gaspari no Ato Institucional número 5, considerado como principal marco de ruptura - mais do que o próprio Golpe de 1964.” CALIL, G. O Revisionismo sobre a Ditadura Brasileira: a obra de Elio Gaspari. *Século XX. Revista catalana d’història*, 2014, p. 116. Essa análise é similar ao que propôs Cavallo, que localiza na criação do COAJ em 1973 um marco de ruptura e cisão entre linhas divergentes no interior das Forças Armadas chilenas, resultando em embate interno de correlação de forças entre duas linhas, qual seja, a dos “moderados” representados pelo General Gustavo Leigh, e os “duros” representados por Pinochet.

foram uma homenagem ao bicentenário do *terratiente* e general Bernardo O'higgins<sup>57</sup>, símbolo nacional da independência chilena.

A delegação uruguaia que participou do Congresso de 1977, foi igualmente expressiva. Estava entre as mais numerosas e foi composta por participantes com certa experiência histórica no ativismo anticomunista. Um dos integrantes da delegação, Fernando Bosch, foi militante do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR). Além disso, organizou e lutou lado a lado com outras organizações da direita, como *Frente Estudiantil de Acción Nacionalista* (FEDAN) e *La Escoba*, este último trata-se de uma publicação que se originou da cisão na FEDAN e constituiu *Movimiento Nacionalista Montonera*. Trata-se de agrupações da direita uruguaia que se organizaram durante os anos de 1950 e final da década de 1960. São agrupações, portanto,

57 Publicações de cunho nacionalista foram comuns durante o pinochetismo. Tanto os órgãos oficiais quanto os de imprensa publicaram muitos títulos que propunham a revisão do passado chileno sob a perspectiva do revisionismo nacionalista. Tratava-se de um dos pontos de atenção da "reconstrucción nacional", como Pinochet nomeou as reformas neoliberais em marcha no processo ditatorial chileno. No seu discurso de um ano após o Golpe de Estado contra a Unidade Popular, Pinochet proferiu as seguintes palavras, "Al cumplirse un año de la histórica derrota del marxismo en Chile, la Junta de Gobierno que presido se ha hecho el deber de informar a la opinión pública de los importantes logros alcanzados en esta etapa de reconstrucción nacional." PINOCHET, A. Un Año de Construcción. EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA GENERAL DE EJERCITO AUGUSTO PINOCHET UGARTE INFORMA AL PAIS. Santiago del Chile: Biblioteca Nacional del Congreso de Chile, 1974.

No ano de 1977, em discurso pronunciado no Congresso chileno, Pinochet abordou o tema da suposta campanha de difamação externa de seu governo promovida pelo comunismo e com adesão de alguns países do "mundo livre", "Dentro de una difícil situación internacional, provocada por la tenaz campaña en contra nuestra patria que el imperialismo soviético ha desatado desde el mismo 11 de septiembre de 1973, nuestro país ha logrado ir difundiendo gradualmente su verdad, 'y logrando que ella empiece a imponerse sobre una propaganda masiva que pretende destruirnos a nivel internacional. El Frente Externo presenta así importantes avances, los que no excluyen los escollos que aún enfrentamos. Con todo, el aislamiento total de Chile, meta del comunismo internacional, a la cual han contribuido, a veces, incomprensiblemente, sectores del mundo libre, ha fracasado hasta ahora en forma rotunda. Derrotar definitivamente esa agresión y continuar contribuyendo positivamente en el desarrollo de los diversos organismos de la comunidad internacional, es la tarea e a que hoy se encuentra empeñado el Gobierno, con el apoyo de toda la Nación." PINOCHET, A. Mensaje Presidencial. S.E. EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA GENERAL DE EJERCITO AUGUSTO PINOCHET UGARTE INFORMA AL PAIS. Santiago del Chile: Biblioteca Nacional del Congreso de Chile. 1977. p. 3

anteriores à ditadura de 1973. A historiadora Magdalena Broquetas realizou importante pesquisa nos arquivos dos periódicos desses movimentos, e detectou as seguintes publicações, como discutido por Luis Casal Beck, “Centinela” (1961), “El Federal” (1964), “Información” (1958), LOAS, periódico de la Liga Oriental Antisemita (1960), ODI, boletín de las organizaciones demócratas del interior (1962-1963), “Patria Libre” (1965-1966), “Prensa Libre” (“1957, 1961, 1963, 1964), revista “Antorcha” (1961), “Revolución Nacional” (1964). (BECK, 2014). Segundo Magdalena Broquetas,

El Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), como solía denominarse la agrupación liderada por Fernando Bosch, incluía entre sus dirigentes a ex miembros de FEDAN y mantenía estrechos vínculos con antiguos colaboradores de La Escoba. Ambos movimientos se definieron como nacionalistas y católicos, y coincidieron en su anticomunismo y en la visión decadentista de la política y la sociedad. Sin embargo mientras que Montonera exigió un Estado fuerte y repudió a los partidos políticos, el Movimiento Nacionalista Revolucionario defendió entre sus principios de acción la «unificación del Partido Nacional». Estos matices no fueron un obstáculo para que en mayo de 1965 ambas entidades se fusionaran en un nuevo movimiento «de línea política revolucionaria Cristiana, Nacional-sindicalista y antimarxista», denominado Cruzada Patriótica Revolucionaria (CPR) que adoptó como sede el mismo local del MNR, en 18 de Julio. Haciendo gala de un perfil generacional que ponderaba la juventud (nadie que superara los cuarenta y cinco años de edad podía ocupar cargos en el movimiento), la CPR, difundió su programa a través del periódico Patria Libre, en el que Bosch figuraba como director responsable. La alianza entre ambos movimientos resultó bastante fugaz, puesto que en setiembre de 1965 Mario Baccino declaró estar desligado de la actividad política, mientras que Fernando Bosch se mantuvo al frente del periódico El Federal.<sup>58</sup>

58 BROQUETAS, Magdalena. La Trama Autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958-1966). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014. p. 148.

Fernando Bosch foi peça chave na articulação de organizações anticomunistas no Uruguai que remetem aos anos 1960. As organizações historicamente constituídas como anticomunistas no Uruguai, renderam o prestígio necessário para transformá-lo em um dos delegados do país no Congresso. Segundo Broquetas, o surgimento destas organizações no contexto uruguaio esteve atrelado à crise econômica vivida no país a partir dos anos de 1950.<sup>59</sup> A maioria destas organizações e seus meios de divulgação surgiram como suporte à crítica, bem como sua difusão e organização de uma linha de atuação em meio àquele contexto.

Buenaventura Caviglia, outro delegado do Congresso pelo Uruguai, por exemplo, participou ainda no ano de 1958 de um manifesto que procurou reunir integrantes da Liga Oriental Anticomunista (LOA) numa organização denominada de “Movimiento Nacional para la Defensa de la Libertad” (MONDEL), que lançou um manifesto convocando os “democratas” uruguaios a se juntar na luta contra o comunismo. O manifesto da MONDEL veio a público no dia 1º de agosto daquele ano e definiu-se pela linha “anti-totalitária” que serviu para a aglutinação de ativistas contra o comunismo.

O psiquiatra Martin Gutierrez também fez parte da delegação uruguaia no Congresso de 1977. Gutierrez foi apoiador da política sistemática de Terrorismo de Estado implantado após o golpe de Estado de 1973 que instituiu a ditadura de Juan María Bordaberry, e atuou como médico psiquiatra na corporação militar. Gutierrez, inclusive, participou ativamente da propaganda anticomunista que antecedeu ao golpe de Estado de 1973 com a ajuda de outro integrante da delegação uruguaia no Congresso, Diego Ferreiro. O ex-presidente Julio Maria Sanguinetti, em livro intitulado “En la agonía de una democracia: proceso de la caída de las instituciones en el Uruguay

59 Id. Ibid. p. 79

El semanario Azul y Blanco, impreso en offset a todo color, destila todos los miércoles una cuota de combustible para mantener encendida la hoguera. Reniega de las instituciones democráticas, acusa de comunista a todo el que exprese alguna reserva sobre la conducción militar, hace la constante apología del falangismo y exhuma antecedentes históricos del militarismo uruguayo del siglo XIX (1875-1886), ofrecido como fuente de inspiración. El animador de la publicación es el Dr. Martín Gutiérrez, médico psiquiatra del Hospital Militar y el redactor responsable el Sr. Diego Ferreira, hijo de un clásico historiador de origen herrerista. Acción lo enfrenta duramente y, bajo el título de 'La taticera gorila', denuncia su incitación al golpe, su inequívoca filiación nazi-fascista y su permanente actitud de difamación para con los hombres públicos del país, especialmente los batllistas y los blancos wilsonistas.<sup>60</sup>

Além de psiquiatra, Gutierrez também desempenhou apoio ao golpe de 1973 como jornalista. No entanto, já durante a ditadura, foi como psiquiatra que Gutierrez foi reconhecido por atuar decisivamente em favor do TDE no Uruguai. Alguns testemunhos mencionam que Gutierrez, além de médico, atuou como investigador, e que os presos eram levados a ele para consultas que se pareciam com interrogatórios cuja finalidade era, sobretudo, adquirir informações para alimentar a inteligência uruguaia. Quando em 2009 sua clínica, cujo nome corresponde a "Clínica EEG Electrodiagnóstico Médico SRL" foi habilitada pelo Estado uruguaio para realizar estudos sociológicos e prestar serviços públicos de psiquiatria, Gutierrez foi acusado de tortura psicológica junto com o psicólogo Marcelino Dolcey Brito na prisão "Punta Rieles" nos anos de 1970, motivo pelo qual os movimentos em Defesa da Memória e Direitos Humanos mobilizaram um escracho a Brito e no caminho realizaram uma ação em frente à clínica de Gutierrez. Os denunciantes foram os membros do "Sindicato Médico del Interior" e a "Federación Médica del Interior".

60 SANGUINETTI, J. M. En La agonía de una democracia: proceso de la caída de las instituciones en el Uruguay (1963-1973). Montevideo: Taurus, 2008. pp. 304-305

Além disso, Gutierrez foi imputado na causa que investigou a participação da repressão uruguaia aos comunistas na chamada “Operación Morgan”.<sup>61</sup> Esta operação contou com a estruturação de uma rede de Centro Clandestinos de Detenções denominados de “infiernos”. Gutierrez atuou em alguns deles, sendo que testemunhas do período o reconheceram pela atuação no “infierno grande” também conhecida como “300 Carlos”.<sup>62</sup> Em 2017, o psiquiatra obteve o título de doutor em Filosofia e Letras pela Universidad de Navarra, Pamplona, Espanha, com uma tese defendida sob o título de “El Acceso a la Lucidez: La consciencia y el saco del tiempo” orientada pelo Professor Dr. José Ignacio Murillo.

Além dos delegados mencionados até aqui, é importante dizer que a abertura do Congresso contou com um pronunciamento de honra do histórico anticomunista chinês Ku Cheng-Kang. Sua eloquência ao referir-se ao trabalho anticomunista na América Latina foi especialmente elogiosa com relação às ditaduras. Em seu discurso Ku Cheng-Kang sinalizou que, “La CAL tiene la misión de impulsar la lucha conjunta de los pueblos en defensa de la libertad y seguridad,

61 Tratou-se de um dos maiores operativos da ditadura uruguaia que durou de 1975 a 1984 e dedicou-se a perseguição, prisão, tortura e morte de militantes do Partido Comunista Uruguaio e do Partido para Vitória Popular. Seu raio de ação se estendeu a Argentina com o objetivo de vigiar, capturar e/ou exterminar possíveis militantes da luta contra a ditadura. O site “LaRed21”, extraiu as seguintes informações do material de denúncia intitulado “INVESTIGACIÓN HISTÓRICA SOBRE LA DICTADURA Y EL TERRORISMO DE ESTADO EN EL URUGUAY (1973-1985)” organizado pela “UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA” (2008) sob a coordenação do Professor Álvaro Rico, e que contou com a participação de 18 pesquisadores, “Según el informe, “desde el punto de vista operativo, entre 1973 y 1975, el organismo de seguridad que más interviene en la represión al PC y la UJC fue la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII). A partir de fines de 1975, con la ofensiva represiva desatada en la llamada, por las propias FFAA, “Operación Morgan”, operó directamente la fuerza militar a través del Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCHOA), dependiente de la División de Ejército I, así como el Servicio de Información de Defensa (SID), dependiente de la Junta de Comandantes en Jefe (JCJ). Y, sobre todo hacia fines de los años 70, intervino también en la represión contra los comunistas el Cuerpo de Fusileros Navales (Fusna), dependiente del Comando General de la Armada”. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/261059-operacion-morgan-diez-anos-de-represion-contra-los-comunistas>. Acesso em: 21/01/2018.

62 Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2010/12/mala-praxis/>. Acesso em 21/01/2018.

y promover en la América Latina el desarrollo económico así como el establecimiento de un sistema de seguridad”.<sup>63</sup>

O representante sul-coreano, Song Hyo Soon, também foi um importante interlocutor dos planos da CAL e discursou na plenária de abertura do Congresso. Ao destacar os métodos de luta mais eficazes para a contenção do comunismo, Soon basicamente propôs criticar a ideia de convivência mútua entre por um lado os países alinhados ao bloco capitalista e por outro os países alinhados com o bloco socialista. Somente a violência é capaz de impor uma vitória definitiva sobre o comunismo, pois segundo Soon: “he venido hasta aqui para alertarles que las bárbaras acciones del comunismo pueden ser paradas, no por negociaciones pero sí, por la fuerza militar solamente. Este alerta deberá ser diseminada a todos los continentes del mundo antes de que sea demasiado tarde.”<sup>64</sup>

O representante do subcapítulo do norte da LAM, Roger Pearson (o mesmo que se envolveu em polêmica contra Suzana Labin), também insuflou os convidados do Congresso para cooperar na luta contra o comunismo. Tal qual os discursos anteriores, Pearson focou na política de “não convivência” e sinalizou para a violência como método de combate contra o comunismo, mas como ação de cooperação coordenada. Segundo Pearson, “(...) cuando decididamente destruíamos las pruebas de ensayo del experimento hechas pelos comunistas y sus cómplices, los obligamos a cambiar de política. Las lecciones son claras. Los pueblos libres deben cooperar y ayudarse mutuamente en la lucha contra el comunismo internacional y no deben alentarlo con la flaqueza y debilidad.”<sup>65</sup>

63 CAL. Discurso de Ku Cheng-Kang en la Apertura del 3º Congreso, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0960)

64 CAL. Discurso de Song Hyo Soon en la Apertura del 3º Congreso, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0965)

65 CAL. Discurso de Roger Pearson en la Apertura del 3º Congreso, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0970)

O tema da “não convivência” também foi pautado pelo discurso do deputado estadunidense Robert K. Dornan quando de seu discurso no dia 28 de março de 1977 em Assunção, Paraguai. Fidel Castro foi escolhido dentre outros exemplos abordados no seu discurso para transmitir uma mensagem de horror ao comunismo. Baseado em artigos de jornais como o “The New York Times” que chegou a ser citado mais de uma vez pelo congressista, Dornan avaliou que, “Cuando hablamos de Castro, nos acordamos de la amenaza del comunismo aquí mismo en nuestro propio hemisferio. Debemos recordar alarmados, que el comunismo soviético con su cabeza de playa en la estratégica isla de Cuba tiene como meta la total dominación y subyugar cruelmente a Latinoamérica”.<sup>66</sup>

O pronunciamento realizado pela Frente de Libertação Nacional de Angola (FLNA), ressaltou aspectos da luta anticomunista no contexto africano, e conectou com a necessidade de realizar ações violentas contra uma possível intervenção soviético-cubana no processo de libertação colonial. O discurso foi pronunciado em nome do movimento e destacou a necessidade de ação imediata frente ao expansionismo do comunismo na África. Evidenciou a ação cubana no Congo e Angola, assim como a atuação da URSS nos processos de libertação da Somália, Moçambique, Guiné Bissau, Etiópia, Tanzânia, dentre outros. Para o FLNA, a expulsão violenta dos comunistas era a única forma de conter o processo, sendo que a atitude de “não agressão” e, por consequência, de convivência constituiu a mola propulsora do expansionismo comunista na África.

Los países africanos moderados comienzan a tener conciencia de la gravedad de la situación; pero la dimisión de los Estado Unidos y la consecuente de los países europeos en el caso flagrante de Angola los coloca en débil posición. Tal es, por ejemplo, el caso de Zambia que, cercada por Angola al oeste,

66 CAL. Discurso de Robert K. Dornan en la Apertura del 3º Congreso, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0972).

Tanzania en noroeste, Mozambique en el leste, y por un Shaba (ex Katanga) ya invadido, no tiene si no una alternativa, o sea, acomodarse a la situación. “No queremos que los cubanos invadan nuestro territorio”, esa es la respuesta que un Jefe de Estado Africano dio cuando fue interrogado en privado sobre las razones por las cuales ha reconocido el MPLA comunista aunque dicho Jefe de Estado es manifiestamente contrario al expansionismo soviético. Esto nos revela la situación de pánico imperante.

También es a la pasividad occidental que se debe a la osadía soviética en su expansionismo, pues nadie puede exigir que las jóvenes naciones africanas sin recursos y sin estructuras adecuadas, pueden detener ese avance. Y la verdad es que no existe hoy en nuestro continente un país que no tenga un vecino comunista a partir del cual las infiltraciones subversivas de todo género no estén siendo preparadas o no pueden ser preparadas en cualquier ocasión contra su soberanía. Se impone por tanto, que el mundo libre se asocie al continente africano en la resistencia contra el comunismo expansionista soviético.<sup>67</sup>

De fato, os conflitos na África e o campo de disputas aberto pelos processos de libertação/descolonização atingiram níveis explosivos nos anos de 1970. Com relação ao conflito mencionado nesta referência ao pronunciamento do FLNA, é importante destacar as derrotas impostas tanto a ditadores anticomunistas quanto a movimentos anticomunistas no campo de batalhas. O autor Igor Castellano da Silva discutiu os efeitos dessa derrota em sua obra intitulada “Congo, a Guerra Mundial Africana: Conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz” da seguinte forma,

As guerras de Shaba I e Shaba II foram indicativas desta incapacidade militar. Trata-se de dois conflitos armados ocorridos em 1977 e 78, respectivamente e que tiveram como pano de fundo o atrito entre Zaire e Angola, mais especificamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em março

67 CAL. Discurso del Representante del FLNA en la Apertura del 3º Congreso, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0975-0976).

de 1975, 1.200 tropas regulares do Zaire haviam adentrado Angola para lutar ao lado da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) contra o movimento de Agostinho Neto. A revanche veio em março de 1977, com o apoio tácito de Angola à invasão do Zaire por milhares de katangueses à província de Katanga (agora Shaba). Os chamados *Tigres* do Frente Nacional de Libertação do Congo (FNLC) pegaram Mobutu desprevenido e despreparado. Entretanto, devido à grande importância da Shaba para a economia do Zaire e aos investimentos mundiais no país (o foco dos ataques, Kolwezi, era uma das cidades com maiores reservas de cobre do Zaire) uma intervenção coordenada pelo ocidente foi lançada. Aproximadamente 1.500 marroquinos com assessores belgas e franceses conseguiram expulsar os rebeldes já em abril.<sup>68</sup>

Levando-se em consideração o contexto africano, principalmente no que se refere às derrotas dos movimentos anticomunistas no campo de batalhas, a presença africana do FLNA foi um componente importante para a manutenção do estado de atenção permanente do anticomunismo latino-americano. O compartilhamento de experiências entre os movimentos durante a plenária da CAL em seu 3º Congresso de 1977, portanto, foi um local de ativação da militância anticomunista com propósitos de organização, sendo que a manutenção da cooperação foi pautada por anticomunistas em seus discursos e relatos de luta.

Por fim, não se poderia deixar de mencionar o convidado especial que compôs o Congresso pela Croácia, Sreco Felix Psenicnik. Apesar das escassas referências ao seu nome, foi possível apurar parte de sua vinculação com a CAL e com o movimento fascista USTASE (USTASHA), de origem croata, por meio de uma carta escrita pelo próprio Psenicnik que foi enviada ao paraguaio, presidente do Instituto de Bem-estar Rural, Juan Manuel Frutos, que também foi muito ativo na CAL e na LAM. Em 30 de novembro de 1977 em Caracas, Venezuela,

68 SILVA, Igor Castellano da. Congo, a Guerra Mundial Africana: Conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012. p. 109

Psenicnik enviou uma carta a Frutos com o objetivo de solicitar auxílio para a sua sogra, a Sra. Maria de Pavelic.

Muy Estimado Doctor:

Me permito dirigirme a Ud. qué con tanta amabilidad y comprensión me recibió en Asunción durante el III Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, para exponerle un problema familiar, humano, y no político, confiando en que Ud. podrá ayudarnos.

Mi suegra, viuda del desaparecido líder nacionalista croata y ex Jefe del Estado Independiente de Croacia Dr. Ante Pavelic, vive desde ya varios años con mis cuñados – sus hijos, en España.

En vista de la delicada situación política en aquel país y a su raíz de las presiones de la representación diplomática yugoslava recientemente instalada en Madrid, deberían todos, a mi juicio, cuanto antes dejar a España y radicarse en Venezuela, país del cual yo soy ciudadano.

Sin embargo mi suegra carece del pasaporte y con el Certificado de viaje, otorgado por las autoridades españolas no podrá obtener la vista de entrada en Venezuela.

(...) su largo y amargo exilio por causa nacionalista y anticomunista, donde con toda abnegación siguió en esta difícil camino a su ilustre esposo, creo que Ud., distinguido Doctor, quera interceder para que se le conceda al pasaporte de la República del Paraguay y pueda en tal forma, en esos sus últimos años de vida, desplazarse sin trabas y dificultades.<sup>69</sup>

O pedido de Psenicnik a Frutos revelou sua (de Psenicnik) ligação familiar com o USTASE. Além disso, o próprio teor do pedido sugere os laços estreitos que os Congressos da CAL proporcionavam aos seus participantes. Além disso, pode-se dizer que a CAL foi receptiva ao pedido de um militante fascista, apesar de não podermos confirmar se ele foi ou não atendido em suas expectativas. Mas, como

69 CAL. Carta de Sreco Felix Psenicnik a Juan Manuel Frutos, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR R00108 F0867).

se trata de correspondência interna da CAL, podemos afirmar que a organização funcionou como canal permanente de informações e troca de informações entre seus membros e simpatizantes.

Até aqui destacamos alguns personagens do Congresso de 1977 da CAL. No próximo subcapítulo, retomaremos algumas resoluções debatidas durante o Congresso para entender quais as expectativas e interesses se sobrepuseram e delinearão tentativas de empreender ações políticas destinadas a ocupação de espaços no Estado por meio da pressão orgânica. De certa forma, a abordagem biográfica/contextual de alguns participantes se fez necessária para que pudéssemos entender o possível raio de alcance da CAL durante a Operação Condor e, por consequência, na conjuntura de cada ditadura envolvida com a Operação, além de revelar o compartilhamento de linhas de atuação anticomunistas pautadas pelo imperativo de “não convivência” (com o bloco soviético e seus apoiadores). A seguir, analisamos os efeitos desta linha nas propostas dos Grupos de Trabalhos instalados durante o Congresso.

### 3.2.2 Resoluções apresentadas durante o Congresso da CAL de 1977

Antes de apresentarmos as deliberações por Comissões, resultado da reunião dos delegados do Congresso nos GTs, é necessário um esclarecimento. A carta correspondência recebida por Campos Alum em março de 1977, assinada pelo presidente do Congresso, o professor mexicano Rafael Rodriguez, discorreu sobre as principais indicações aos participantes do Congresso. Tratava-se de um guia de instruções direcionado aos membros das delegações do Congresso da CAL. O documento contém algumas correções manuscritas (provavelmente realizadas por Alum), o que nos indica seu caráter provisório. Destinava-se a estabelecer um regime de

participação no Congresso, pois era fundamentalmente um documento de circulação entre as delegações que por ventura se dispusessem a participar do Congresso.

O título deste documento de circulação interna é “Primer documento básico para delegados al tercer Congreso de la CAL” e já nas primeiras linhas indicou que, “Todos los miembros deberán participar en el Congreso como miembros del Pleno y deberán estar también adscritos a aquella Comisión más concorde con las actividades anticomunistas que realizan.”<sup>70</sup> Ou seja, já no ato de delimitação dos participantes, cada delegação deve encaminhar ao GT o delegado segundo aptidões e serviços já prestados ao anticomunismo.

Em seguida, outra indicação importante. Trata-se da delimitação das Comissões que fizeram parte do Congresso com o intuito de disciplinar a participação dos delegados em seus respectivos GTs, cada um contando com a especificidade das deliberações segundo os campos de atuação da CAL. Tratam-se de pontos de interesse da organização que, como vimos no capítulo anterior, foram herdados da estruturação do estatuto da LAM parcela significativa de seus temas e campos de interesse. Para este Congresso, foram delimitados os seguintes temas/campos de interesse,

Las Comisiones que habrán de integrarse en el III Congreso de la CAL son las siguientes: 1- Comisión de Organizaciones Cívicas Anticomunistas. 2 – Comisión Mixta de Ciencia, Arte, Universidades y Escuelas. 3- Comisión Mixta de Prensa, Radio, Televisión, Editoras de Libros y Propaganda Impresa. 4- Comisión de Lucha contra el Clero Comunista Subversivo. 5- Comisión Empresarial y de la Pequeña Propiedad Agrícola. 6- Comisión de Asuntos Sindicales (acréscimo manuscrito). 7. Comisión Plenaria. 8- Comisión de Presupuestos e Auditoria.<sup>71</sup>

70 CAL. Documento Prévio al 3º Congreso, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F0898)

71 Id. Ibid.

A metodologia de trabalho da CAL funcionava da seguinte forma: após a delimitação dos delegados, convidados a partir das entidades que formavam parte da CAL, era enviada uma avaliação prévia de assuntos relacionados a Comissão da qual fazia parte o delegado. Portanto, o Congresso era estritamente deliberativo, indicador da ação e sua consequente execução. O parágrafo seguinte do mesmo documento mencionou que,

La misión de cada una de estas Comisiones será la de estudiar las proposiciones concretas que hayan enviado quienes las integran y aquellas de quienes siendo Miembros de la CAL no hayan podido asistir al Congreso pero haya remitido sus ponencias, como lo ordenan los Estatutos, con la finalidad de concluir en resoluciones prácticas que resuelvan los problemas que plantean el comunismo y sus cómplices.<sup>72</sup>

A continuação, citaremos um trecho mais extenso do documento que delimita a metodologia, os temas e as intenções que se esperavam dos delegados, delegações, Comissões e demais participantes que se encaixassem nas modalidades e gêneros de convidados para o Congresso,

Podríamos señalar, por tanto, como temas para todos los delegados, aplicables a su respectiva Comisión, los siguientes:

1. Elaborar planes de acción para impedir que los Estados de la América Latina caigan en poder del comunismo, combatiendo al socialismo marxista en todos los órdenes y en todos los lugares hasta obtener su derrota final.
2. Elaborar planes de acción para ayudar a los Gobiernos y las organizaciones sinceramente anticomunistas en los esfuerzos que realicen para extirpar la subversión comunista en todos sus aspectos.
3. Elaborar planes de acción que conduzcan a la realización próxima de los fines de la CAL, que son los enunciados en el punto primero de la Carta de Principios.

72 Id. Ibid.

Esto significa, por ejemplo, que:

I. Los funcionarios universitarios y dirigentes estudiantiles que asistan al Congreso, y que formarán parte de la COMISIÓN CONTRA LA SUBVERSION EN UNIVERSIDADES Y ESCUELAS, pueden presentar proyectos de planes de acción para combatir y extirpar la subversión roja en esas Casas de Estudio.

II. Los periodistas que asistan al Congreso, así como quienes se dedican a la televisión y a la radio, y que formarán parte de la Comisión Mixta de Prensa, Radio y Televisión, podrán PRESENTAR PLANES DE ACCION RELATIVOS A LA FORMA DE CONTRARRESTAR EL EMPLEO DE ESTOS MEDIOS MASIVOS DE PUBLICIDAD, POR LOS COMUNISTAS COMPLICES, PARA:

A. desprestigiar mundialmente a los Gobiernos e Instituciones patriotas y anticomunistas, difundiendo toda clase de calumnias para echar contra ellos a todo el mundo, propiciando estrangularlos con un cerco internacional, político, económico y moral, que facilite su derrocamiento.

B. desprestigiar en su propio país, los Gobiernos o Instituciones, y así facilitar su caída y su sustitución por regímenes comunistas cómplices del comunismo.

C. engañar a los pueblos, ocultando los defectos y fracasos de los regímenes marxistas y la maldad del socialismo colectivista, haciendo aparecer a éste como el sistema que traerá a los pueblos su mejoramiento y su felicidad; con el fin de facilitar el triunfo de este sistema, que esclaviza a las naciones y las sume en la pobreza y en la miseria.

D. calumniar al régimen de libre empresa y propiedad privada y facilitar todos los fines perversos del comunismo, engañando a los pueblos mediante el uso masivo de la prensa, la televisión y la radio.

III. Los clérigos y los laicos tradicionalistas y anticomunistas, que asistan al Congreso, pueden presentar planes de acción, para combatir y vencer la acción subversiva del clero rojo, contra la Iglesia, contra los Gobiernos patriotas y anticomunistas, y contra las Instituciones del mundo libre.

IV. Los Editores de Libros, los expertos en propaganda impresa, y de otros medios de difusión y propaganda, pueden presentar planes de acción, para contrarrestar y vencer la propaganda mundial y local, que el comunismo y sus cómplices emplean en forma masiva, para hacer triunfar el marxismo totalitario y tiránico en todo el mundo.

V. En resumen, todos los asistentes al II Congreso de la CAL, pueden presentar planes de acción y proyectos de resolución, para combatir la acción del comunismo entre los obreros, los campesinos, la clase media, los intelectuales, artistas y técnicos, y todos los sectores sociales; pudiendo cada quien presentar dichos planes de acción, de acuerdo con su propia especialidad, en la correspondiente COMISION del Congreso que sea integrada por personas de dicha especialidad.<sup>73</sup>

Apesar do sistema de filiação ser um dos condicionantes para a recepção dos materiais de trabalho dos Congressos, resultados das avaliações realizadas na efetividade de cada Comissão, a delimitação da metodologia de participação nas deliberações procurou incentivar a participação de possíveis interessados que ainda não compusessem o quadro da CAL. O documento também indicou certa flexibilidade no trânsito de deliberações entre os delegados das Comissões. Ou seja, a esta altura, as possibilidades de intervenções no quadro das plenárias da CAL passaram a contar com mais flexibilidade, já que a organização se dispôs a abrigar deliberações e ideias de participantes observadores.

Levando-se em consideração que desde 1974 a CAL, com apoio da LAM, já almejava a constituição de uma agência de informações próprias, nesse documento apareceu uma indicação importante sobre essa matéria: “Como se ha repetido, las Comisiones deliberarán solamente sobre proposiciones de planes de acción, por lo que todos aquellos trabajos que se refieren a estudios doctrinarios o teorías en

73 Id. Ibid. (F0898-0899)

general pasarán a formar parte del centro documental de la CAL.”<sup>74</sup> Essa indicação reforça o caráter pragmático que se esperou do Congresso. Além disso, em alguns documentos deliberativos encontramos a indicação de um “centro documental”. Basicamente, os documentos que discutiremos a seguir levaram essa observação.

Doravante, passamos a analisar o resultado apresentado em plenária pelas Comissões. Na prática, as resoluções levadas a plenária foram assinadas pelos delegados do Congresso, e não houve indicação precisa sobre como a participação externa poderia interferir na sua construção. Ou seja, tratam-se de documentos que foram estudados e endossados apenas pelos delegados inscritos no Congresso e com notória participação em atividades anticomunistas. No entanto, tais documentos circularam pela correspondência das entidades chegando a ativistas que não participaram diretamente dos Congressos.

O índice do documento pulverizado entre as organizações e delegados da CAL, que receberam os resultados e resumos de debates das plenárias à posteriori, indica o resultado conciso das resoluções. Enumerados, cada um dos pontos foi dividido e definido sucintamente, para que facilitasse a leitura pelos delegados. São pontos abstraídos dos debates no GTs, resumidos em um índice que antecede a apresentação das Comissões em plenária e indicam o resultado do debate para detalhamento das ações.

O primeiro ponto apresentado é o índice de discursos e nomes de palestrantes que abriram o Congresso e já foram discutidos em nosso subcapítulo anterior. Já o segundo ponto, versa sobre as deliberações plenárias e gerais das Comissões. Seu primeiro subponto detalha 12 indicações para ação e indicação de leitura das elaborações reunidas nas Comissões. São estes 12 pontos que reproduzimos a seguir,

74 Id. Ibid. (F0900).

## Comisión Plenaria

1. Promoción de la enseñanza en las escuelas de la realidad actual sobre el muro de Berlín
2. Recomendación a los países de América Latina de limitar en lo posible sus operaciones comerciales con los Estado Unidos y los países comunistas
3. Declaración de ilegal, de la intervención de la URSS y de Cuba Comunista en la cuestión de Belice
4. Estudio de la situación creada por el Gobierno de James Carter y la elaboración de una estrategia, elevando a consideración de los Jefes de Estado de los países afectados una recomendación en dicho sentido
5. Envío de un mensaje de protesta al presidente James Carter por la política exterior estadounidense respecto a los países latinoamericanos anticomunistas
6. Apoyo a los Gobiernos de Argentina, Brasil, El Salvador, Guatemala, y Uruguay por su actitud respecto a la administración Carter
7. "Expresar que el respecto a los derechos humanos constituye la esencia misma de los pueblos y gobiernos de América Latina..."
8. Constante apoyo a los Gobiernos que mantienen una política nacionalista y anticomunista
9. Protesta contra el gobierno del Presidente Carter por intentar suprimir la dependencia de los pueblos y por sus ambiciones dictatoriales
10. Pronunciamiento por que la administración actual de los Estados Unidos se abstenga de utilizar el tema demagógico de los Derechos del Hombre
11. Denuncia contra la conducta equivocada del Presidente Carter

## 12. Pública denúncia sobre la manobra procomunista del Presidente Carter.<sup>75</sup>

Destas deliberações iniciais da plenária da CAL é possível observar (como “novidade”) pelo menos três eixos principais, delineadores dos trabalhos dirigidos pelas Comissões. Um deles claramente relacionado à questão das denúncias sobre os Direitos Humanos, levadas a cabo por meio de uma iniciativa dos movimentos de solidariedade internacional com as vítimas do Terrorismo de Estado nos seus respectivos países de exílio. Um segundo, contra a “política de convivência” relacionada com os países alinhados ao bloco socialista, tomando por base o ensino sobre a “realidade atual” do muro de Berlin, desembocando em uma ação anti-blocos econômicos com a exigência de renúncia de relações comerciais tanto com os EUA quanto com a URSS, sob o pretexto de que ambos pudessem sinalizar para uma política de convivência. E um terceiro que procurou influenciar (negativamente) a presidência de Carter nos EUA, por ser acusado de complacência com o avanço comunista. A seguir, transcrevemos os pontos apresentados em plenária pela Comissão de Entidade Cívica Anticomunistas:

### Comisión de Entidades Cívicas Anticomunistas

1. Sostenimiento, por parte de la CAL, del principio de independencia y soberanía de los estados latinoamericanos
2. Promoción en las escuelas, de la enseñanza acerca de la realidad actual sobre el Muro de Berlín
3. Organización, en todos los países latinoamericanos de una Movimiento del Nacionalismo humanista latinoamericano
4. Denuncia contra el gobierno de los EE.UU que carece de derecho y de autoridad para erigirse en juez de las naciones del mundo libre

75 CAL. Índice de las Resoluciones Plenarias al 3º Congreso, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0947)

5. Apoio a la lucha del pueblo croata en su lucha por la libertad
6. Creación de centro de rehabilitación para jóvenes drogadictos
7. Declaración como ilegal e injustificada, la intervención de la URSS en cuestión de Belice
8. Asistencia a familias del campo
9. Se declara prejudicial el restablecimiento de relaciones diplomáticas con Cuba
10. Instar a entidades de la CAL a obtener de sus Gobiernos medidas contra la pornografía y la prostitución
11. Pronunciamiento en el sentido de que la actual administración norteamericana se abstenga de utilizar el pretexto demagógico de los Derechos del Hombre
12. Incorporación de la mujer en la lucha anticomunista
13. Enérgica condena de la permanente y flagrante violación de los derechos humanos y los actos de genocidio perpetrados por el comunismo internacional y sus cómplices
14. Se declara agresor y enemigo de los pueblos al régimen marxista-leninista de Cuba.<sup>76</sup>

O conjunto de medidas propostas até aqui pela Comissão de Entidade civis Anticomunistas, em muito se assemelha com os traços gerais apresentados pela Comissão Plenária, o que sugere a confirmação da interferência entre os delegados de outras Comissões, confluindo na similaridade das propostas. A análise dos pontos enunciados sugere certa mistura entre questões de importância comprovada na defesa dos Direitos Humanos com outras da linha intransigente sobre a convivência com países do bloco socialista. Menciona, por exemplo, reprovação total a políticas de aproximação com Cuba e a URSS, condena a prostituição e a pornografia assim

76 Id. Ibid. (F0948).

como sugere a incorporação da mulher na luta anticomunista e sugere a criação de um centro para tratamento de adictos. Esses são recursos de insistência para o fortalecimento e ampliação de apoio à entidade.

Vejamos agora as decisões delineadas em plenária pela Comissão de Imprensa, Rádio e Televisão,

Comisión de Prensa, Radio y Televisión

1. Establecimiento de un sistema de comunicación con órganos de prensa afines a la ideología de la CAL
2. Apoyo publicitario a diarios latinoamericanos que asuman la línea de la Confederación
3. Petición al Presidente de Nicaragua, para que permita desde ese país un trabajo destinado a contrarrestar las emisiones radiales de Cuba comunista
4. Investigar a periodistas, locutores, escritores y comentaristas afectos al comunismo para desenmascararlos
5. Autorización a la CAL para que con la WACL funde una Agencia de Noticias con sede en América Latina
6. Establecimiento de una emisora de radio de alcance continental con asiento en uno de los países de la CAL
7. Ampliación de los campos de los medios masivos de comunicación para ayudar mejor la lucha anticomunista
8. Crear conciencia, por los medios de comunicación, respecto a lo necesario de la unidad latinoamericana en la defensa contra el comunismo.<sup>77</sup>

As deliberações sobre imprensa, rádio e televisão indicam que a CAL poderia servir para organizar grupos de investidores e direcioná-los com relação a divulgação de suas empresas em meios de comunicação confiáveis, segundo o delineamento ideológico da

77 Id. Ibid.

CAL. Além disso, a expectativa da organização, anunciada ainda em 1974, de estabelecer uma agência de informações e circulação de notícias próprias, ao que indicam os pontos 6 e 7, não foram possíveis até o Congresso de 1977. Carlo Barbieri Filho, por exemplo, ganhou concessão de rádio da ditadura brasileira, chegou a organizar, também, uma revista denominada de “Horizonte Asiático”, mas, ao que tudo indica, pelo menos até 1977, sem vinculações diretas com a CAL.

No entanto, podemos dizer que ao colocar no horizonte de expectativas da organização em pleno Congresso de 1977 as questões relacionadas à difusão de informações, mais uma vez a CAL procurou agir em torno da produção do consenso. A cooperação de informações sobre as atividades de informação destinadas ao público latino-americano mescladas com o interesse pelas atividades sindicais e de trabalhadores e com outras atividades tendo em vista o ramo da produção comercial, como veremos mais adiante, são indícios de que a CAL procurou ampliar suas atividades de produção de consenso em torno do projeto de sociedade anticomunista defendido pela organização.

Já no ponto 4, podemos ler o seguinte: “Investigar a periodistas, locutores, escritores y comentaristas afectos al comunismo para desenmascararlos”. Uma indicação para uma ação como essa, num contexto marcado por ditaduras de Segurança Nacional, com vigência da política de TDE, sabe-se a consequência que poderia ter. Portanto, vemos que a organização se coloca à disposição da repressão, produzindo investigações para direcionar esforços repressivos na perseguição de profissionais vinculados com meios de comunicação. Nesse mesmo sentido, a “Comissão de luta contra a infiltração Comunista nos meios Religiosos” sugeriu, “Denunciar publicamente la existencia de una política y una estrategia claramente definida y planificada de infiltración comunista dentro de la Iglesia y sus diversas organizaciones, como uno de los medios para la

captacion del poder”, e a “Comissão de assuntos Trabalhistas” avaliou que era necessário “Establecer un sistema de control, información e investigación sobre organizaciones sindicales”.<sup>78</sup> Nesse sentido, estes materiais poderiam ser usados nas duas pontas do processo de sustentação dos governos anticomunistas, qual sejam, tanto o da produção em torno do consenso a despeito da necessidade de sustentação desses governos com a difusão de notícias sobre o perigo do avanço do comunismo, quanto na produção de inteligência para contenção da organização do trabalhadores.

Sobre este último ponto citado, é importante saber que Antonio Campos Alum reuniu informações sobre a atividade sindical para alimentar o trabalho de inteligência da repressão paraguaia que foram usadas durante a construção de Itaipu. O uso dessa ação para controlar o sindicalismo persistiu até a abertura no Paraguai. Além disso, o extenso material arquivado no *Archivo del Terror* sobre a atividade *campesina*, também demonstra que a efetividade de ações sobre a vigilância dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaipu sempre preocupou a repressão paraguaia. A efetividade dessa vigilância é comprovada a partir das centenas de folhas produzidas como relatório sobre a situação da luta pela terra às margens do lago de Itaipu.

Mas o controle de informação e investigação para produção de inteligência foi palavra comum no léxico de ditaduras e ditadores latino-americanos influenciados e doutrinados pela DSN. As reivindicações das três últimas Comissões mencionadas no parágrafo anterior parecem redundantes em se tratando de um Congresso realizado em meio ao contexto das ditaduras. Mas ao avaliar os trabalhos da CAL, ao reafirmar esses preceitos, estamos diante de uma organização que procurou manter a luta de classes em níveis alarmantes. Nesse sentido, entende-se a redundância nas propostas em relação ao que

78 Id. Ibid.

já era realizado pelos aparatos de repressão das ditaduras. Da mesma forma, podemos entender as propostas citadas a seguir,

#### Comisión de Ciencia, Arte, Universidades y Escuelas

1. Creación de la Universidad Latinoamericana “Simón Bolívar”
2. Creación de un organismo regional que tendrá por funciones las de concentrar toda la información referida a la infiltración comunista en la educación, la ciencia y la tecnología.<sup>79</sup>

Com o acréscimo da indicação para a criação de um organismo para concentrar informações sobre a influência do comunismo nos meios indicados a partir do título da Comissão, mais uma vez se observa o reforço do que já era realizado pelas ditaduras. O próprio Campos Alum guardava livros marxistas apreendidos com militantes, como atestam os volumes arquivados no *Archivo del Terror*. Dessa forma, o que a organização propôs foi transferir parte do trabalho que já era realizado por repressores para a CAL. No entanto, mais uma vez o sentido da indicação revela a proposta de manutenção e ampliação dos trabalhos da CAL.

Uma trajetória peculiar foi projetada pela Comissão que reproduzimos a seguir,

#### Comisión de la Empresa y los Pequeños Propietarios

1. Creación de medios de información para las empresas
2. Que se considere la implementación adecuada para el fortalecimiento de organizaciones campesinas
3. Que se considere indispensable la aceleración de los programas de reforma agraria
4. Que se considere indispensable la afirmación de la soberanía nacional de los países latinoamericanos y contraposición a la ideología apátrida del marxismo

79 Id. Ibid.

5. Creación de una entidad financiera que ayude a las empresas de capital perteneciente a empresarios anticomunistas.<sup>80</sup>

Qual o sentido dessa atuação abrangendo possibilidades de ações tão amplas? Aqui a persistência da organização foi interligada com um projeto de sociedade (e produção de visão de mundo) tendendo à organização e fortalecimento da pequena burguesia e os proprietários rurais. O segundo ponto que versa sobre a necessidade de implementação e fortalecimento de organizações camponesas, ao que tudo indica, foi relacionado à atuação das sociedades rurais. Documentos sobre a LAM disponíveis para consulta no Arquivo Nacional de Brasília, mencionam a participação da organização em reuniões regionais das sociedades rurais do interior de São Paulo e do Estado de Goiás nos anos de 1980.

Ainda sobre considerações enumeradas como propostas pela Comissão de Empresas e Pequenos Proprietários podemos mencionar que além do empenho em formular propostas relativas aos temas em disputa na América Latina, como a questão agrária (e da reforma), por exemplo, que já eram pautadas por outras organizações de cunho técnico-profissional, como a CEPAL, ou então no limite estabelecer seus próprios meios de organização do campesinato latino-americano, ou ainda o debate sobre a soberania nacional, outros temas são estabelecidos como prioritários, mas nem todos estes temas eram “esquerdistas”. O que pode nos levar a hipótese de que a CAL procurou agir em torno do estabelecimento do consenso e do convencimento de frações de classe da pequena burguesia e da oligarquia pela adesão ao projeto anticomunista.

Até mesmo a proposta de estabelecer um banco (ou entidade financeira) especificamente direcionado a empresários anticomunistas é uma das ações que delimitaram o que os delegados da CAL,

80 Id. Ibid.

reunidos no Congresso de 1977, almejavam para a organização anticomunista. Em nenhum momento, até aqui, localizamos qualquer menção positiva ao Estado (*stricto senso*) ou algum indício de que as delegações deste Congresso, ou demais formas de reunião, avaliação e informação interna visse possibilidade de construir ou de fortalecer-lo, a não ser quando se tratou de reconhecer no Estado a força necessária para o combate ao comunismo.

Retomando as indicações debatidas nas Comissões, agora em caráter específico em que foram arquivadas pela CAL, encontra-se a seguinte avaliação da delegação argentina reunida em caráter de Comissão Plenária: “Que se recomiende a los países de América Latina através de sus gobiernos, así como a los países en vías de desarrollo, que limiten en cuanto les sea posible, sus operaciones comerciales con Estados Unidos y con los países comunistas que son centros de explotación”.<sup>81</sup> Assim como a delegação da Nicarágua (citada no subcapítulo anterior), os argentinos solicitaram pressionar os governos para que cortassem relações econômicas com os EUA em função do que consideravam a falaciosa política de Carter acerca dos Direitos Humanos que serviu para retirar a ajuda financeira ao país.

No entanto, ao avaliar o papel na economia mundial desempenhado pelos EUA e URSS, a proposta da Plenária argentina indicou o seguinte,

Que las naciones de América Latina y en general todas aquellas que luchan por su desarrollo, promuevan como compensación y para contrarrestar la acción de la mafia de los consorcios internacionales y la explotación de que son objeto de las finanzas de Estados Unidos como de la Unión Soviética, un comercio intenso con naciones de sólida economía,

81 CAL. Acuerdo Presentado por la Comisión Plenaria del 3º Congreso a Propuesta de la Delegación Argentina, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0980).

como França, Alemanha Federal, Japón, etcétera, tratando diretamente com los productores.<sup>82</sup>

A posição radical com relação à política econômica de blocos, já mencionada sobre o conceito de “Sinarquia Internacional” quando analisamos a composição da delegação argentina, toma outra direção para criticar, sobretudo, o papel (intervenção) do Estado na economia, contextualizado com alarde sob a perspectiva de defesa da soberania nacional. Ao propor a barganha direta com produtores de países fora da divisão bipolar do mundo (pelo menos da disputa entre os “dois imperialismos”), a delegação argentina pressupõe maior poder de barganha, sobretudo se as relações comerciais fossem tratadas diretamente com os produtores. No ponto seguinte da avaliação proposta como medida de ação pela Plenária argentina encontramos o seguinte,

Que América Latina, para contrarrestar la aberrante manobra del gendarme de los derechos humanos al servicio del comunismo internacional James Carter, busque alianzas económicas y políticas al margen de los consorcios internacionales que se manejan desde los Estado Unidos y al margen también del comunismo internacional con sede en Moscú, como única forma para lograr la defensa de los productos básicos, y para evitar mediante arreglos con otros países como Francia, por ejemplo..., caer en la dependencia de los soviéticos adquiriendo armamento y otras ayudas en otras fuentes ajenas a Rusia y Estados Unidos.<sup>83</sup>

Não se pode menosprezar a eloquência do discurso argentino já que a sua base material é historicamente comprovada, pois a questão armamentista apareceu novamente tomando espaço dentre as preocupações relacionadas à política de Direitos Humanos de Carter. Neste trecho vemos, novamente, a crítica ao domínio bipolar das políticas econômicas de blocos econômicos (basicamente o conceito

82 Id. Ibid.

83 Id. Ibid.

de Sinarquía Internacional), aqui justificada na autonomia para compra de armamentos direcionados à defesa (contra o comunismo). Mas vemos, também, a demonstração de um parceiro almejado, a França. O elemento da reprodução ampliada do capital relacionado à indústria bélica, aparece como pano de fundo de uma reivindicação e como base material de uma análise anticomunista alarmada com a política de Direitos Humanos do governo Carter.

Nada aqui está fora de lugar. O treinamento militar de oficiais argentinos por franceses foi fundamental para o sucesso do TDE naquele país. A própria presença francesa na Argentina no período de instalação do TDE como política de Estado foi efetiva. A jornalista Marie Monique Robin mencionou que, para iniciar uma entrevista com o general Reynaldo Benito Bignone, em 2003, usou como pretexto uma conversa com o coronel francês Roert Servet: “que dirigió la mision militar francesa de 15 de abril de 1974 al 2 de outubro de 1976” e, ainda,

Instalado en su oficina en el piso 12 de la sede del Ejercito en Buenos Aires, el ex oficial de la 5ª Sección de Argel estaba en primera fila para “estudiar” las fases sucesivas de la guerra sucia. Primero, las actuaciones de la Triple A con la complicidad de las Fuerzas Armadas; después el Operativo Independencia, que organizó especialmente su amigo Bignone en tanto jefe de la Dirección de Operaciones del Estado Mayor, y luego la dictadura a partir de marzo de 1976.<sup>84</sup>

A supervisão, o treinamento e a cooperação francesa não ocorreram só na Argentina. Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai também receberam direta ou indiretamente (ou seja, mediado pelo contato cooperativo) influência da Doutrina Francesa. Nesse contexto, o uso da França de exemplo contraposto ao dos EUA e URSS, um como “gendarme” dos Direitos Humanos e o outro como “comunista” cuja premissa de relação é a violência justificada pela sanha de seu

84 ROBIN, Op. Cit. p. 418.

expansionismo, promove uma “aura” de concorrência especificamente relacionada a cooperação, aquisição, uso de equipamentos bélicos, mas também uma adesão/“retorno” a métodos de cooperação de comprovada eficácia.

É importante lembrar que a política de Direitos Humanos de Carter não emplacou no contexto estadunidense porque foi alvo de severas críticas naquele contexto interno. Os seus antecessores, Ford e Nixon, usaram abundantemente de métodos de pressão historicamente exercidos pelos EUA no que se refere à política externa, e, por isso, não possuíam qualquer apreço pelo tema. Já Carter era Democrata, enquanto seus antecessores, Ford e Nixon, foram Republicanos. George Bush (o pai), outro Republicano, chefiou a CIA naqueles anos. Nixon e Ford foram pragmáticos e exerceram forte influência em Golpes de Estado, quarteladas e demais métodos de desestabilização na América Latina. Já Carter inaugurou um novo período de defesa dos Direitos Humanos. Portanto, levar em consideração a proposta delineada pela delegação argentina sob a perspectiva do retorno a “velhas práticas” de intervenção estadunidense, mas com novos elementos levados em consideração (como o elemento da “soberania nacional”), foi uma estratégia de pressão para que o pragmatismo anticomunista voltasse a cena da política externa estadunidense para a América Latina, pressionando Carter a assumir posturas radicais contra os Direitos Humanos, como fizeram Nixon e Ford, mas abrigando novas possibilidades reivindicadas pela delegação argentina sob certa “retórica” nacionalista, que pode ser interpretada como uma reivindicação pelo retorno dos empréstimos aos país, mas com certa “liberdade” para a sua aplicação.

A delegação mexicana seguiu o mesmo caminho, e, apesar de não detalhar outras dimensões da luta de classes em seu discurso, não deixou de inserir-se na defesa intransigente do pragmatismo anticomunista. E, nesse sentido, propuseram: “Apoyar resultante a

los gobiernos de Argentina, Brasil, El Salvador, Guatemala y Uruguay por su digna actitud frente a la administración del Presidente Carter en su lucha contra la subversión marxista”. Para a delegação mexicana era necessário: “Condenar la política de chantaje económico, político e ideológico practicado por el gobierno de James Carter hacia Latinoamérica y denunciar públicamente su política que beneficia la subversión en el continente”.<sup>85</sup>

A delegação boliviana, assim como as demais já citadas até aqui, também propôs “denunciar” a política de Direitos Humanos de Jimmy Carter como um facilitador para o avanço do comunismo. Entretanto, acrescentou que somente isso não era suficiente. Partiu da delegação boliviana a proposta para ampliação dos trabalhos realizados pela CAL que, na prática, segundo esta delegação, poderia se estender a termos mais precisos sobre uma possível cooperação entre os governos latino-americanos e pressioná-los para que a cooperação se efetivasse para além do que já existira até então. Nesse sentido, a delegação boliviana propôs: “Pedir a todos los gobiernos nacionalistas y democráticos de Latinoamérica que formen un solo bloque de naciones anticomunistas para defenderse en conjunto de esta nueva forma de agresión a su soberanía y a su independencia política”.<sup>86</sup>

A proposição da delegação boliviana indicou elevar a organização a um novo patamar. A justificativa foi atacar a política de Carter, demasiado conciliadora para os seus avaliadores anticomunistas. Mas ao capturar o momento de crítica, os bolivianos propuseram ir além da cooperação já existente, instituir um bloco anticomunista e radical, pragmático, já que constou em suas deliberações: “Alertar las Fuerzas Armadas norteamericanas sobre el grave peligro que significa para el mundo democrático y para el destino de los Estado

85 CAL. Acuerdo Presentado por la Comisión Plenaria a Propuesta de la Delegación Mexicana, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0984).

86 CAL. Acuerdo Presentado por la Comisión Plenaria a Propuesta de la Delegación Boliviana, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0990).

Unidos de Norteamérica el debilitamiento de la defensa de los países sudamericanos ante la permanente acechanza del comunismo.”<sup>87</sup>

Se levarmos em consideração o que foi analisado nos dois últimos tópicos, podemos perceber que a dinâmica de participação das delegações no Congresso, e até poderíamos dizer de participação e permanência na CAL, ocorreu de forma paralela mas não independente dos Estados de origem dessas delegações. Como já mencionamos anteriormente sobre a Operação Condor, a participação na CAL, ao que tudo indica, ocorreu sob a lógica de formação de um Estado multinacional e paralelo reunido sob a bandeira de não convivência e de difusão da ação violenta. A característica mais proeminente da organização forma reativa da LAM e da CAL foi retomada nas discussões plenárias do Congresso sobre a base de um discurso de não convivência com a URSS (baseado na análise da política de Direitos Humanos de Carter), fortalecimento do arsenal bélico para o combate anticomunista e ativação da organização e dos seus organizados para a produção em torno do consenso em torno das duas pautas anteriores.

### *3.2.3 Resoluções do Grupo de Trabalho sobre Partidos Políticos do 3º Congresso da CAL, 1977*

A ação anticomunista da LAM e da CAL foi permanente. Procurou cobrir o maior campo possível das atividades da vida social: sindicatos; meios de comunicações; agremiações empresariais (majoritariamente da pequena burguesia); eventos culturais e meio artístico; política externa; partidos políticos, dentre outros. Por meio destes parâmetros estabeleceram ações de vigilância consortes aos objetivos das entidades que a compunham, sendo que no contexto das ditaduras de Segurança Nacional, o apoio aos governos anticomunistas ocupou

87 Id. Ibid.

grande destaque. No entanto, é significativo a atenção aos partidos políticos, principalmente durante as ditaduras que proibiram e colocaram na “ilegalidade” as atividades dos partidos.

Assim sendo, qual seria (foi) o propósito desta ação para a qual houve tanto investimento? Qual o sentido de estruturar um Grupo de Trabalhos especialmente dedicado ao debate político partidário?

Alguns indícios de uma hipótese possível para as perguntas acima são indicados a partir dos registros encaminhados aos participantes daquele congresso. As considerações iniciais do relatório (síntese) dos trabalhos daquele GT indicaram que,

CONSIDERANDO: Que la CAL en los dos años y tres meses que tiene de existencia ha recibido del grupo mexicano, su creador, el sustento económico para su funcionamiento y que además dicho grupo elaboró las bases estatutarias de nuestra organización;

CONSIDERANDO: Que la carga económica recae desde la fundación de la CAL en el país fundador y que la mayoría de las acciones han sido llevadas a cabo brillantemente por dicho grupo, concentrándose en pocos el trabajo que debiera corresponder a muchos;<sup>88</sup>

O que se pode aferir é que a sobrevivência da entidade é sugerida como principal preocupação para a orientação dos trabalhos em torno das resoluções sobre partidos políticos. O financiamento da CAL foi problematizado, conclamando à participação de todos os membros para subsidiar o aporte financeiro necessário para garantir a continuação (sobrevivência) da entidade. Além disso, as finanças da entidade são importantes para a garantia das ações resolvidas em plenária, como podemos observar no trecho a seguir,

88 CAL. Resoluciones Aprobadas por la Comisión de Partidos Políticos em el 3° Congreso de la Confederación Anticomunista Latino-americana. Asunción: 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F0957)

CONSIDERANDO: Que la supervivencia de la CAL es fundamental para la defensa del mundo libre y que su lucha anticomunista ofrece respuestas positivas para el bienestar del ser humano y que su eficacia depende del financiamiento de los programas establecidos y de una contribución humana decidida.<sup>89</sup>

O binômio (financiamento + recursos humanos) que surge da avaliação acima, sugere-nos a preocupação com a continuidade da CAL. Mais uma vez o “mundo livre” é retomado como base ideológica para o sentido de existir da entidade. Nos parece importante mencionar que a propósito de existência do propalado “mundo livre” e da CAL (como sociedade civil), compõe-se de uma certa unidade na distinção que comanda a necessidade de existência de ambos, como se o “mundo livre” já existisse na construção dos valores humanos da CAL, sendo que a própria CAL é (fosse) o “mundo livre” em construção, mas num certo campo da arena política. No entanto, embora o “mundo livre” seja uma ideia a ser defendida, a CAL nos parece, pelo menos até aqui, uma entidade em construção no campo político, tendo em vistas a disputa por posições na sociedade civil, como podemos observar no trecho a seguir,

CONSIDERANDO: Que además del factor económico es de emergencia la búsqueda del control de los medios de comunicación colectiva y que nuevamente el distinguido grupo mexicano ha hecho un aporte específico para este propósito de 50.000,00 dlrs. como ejemplo para que todos sigan el mismo camino.<sup>90</sup>

Sendo assim, atrelar a “lucha anticomunista” ao “bien estar do ser humano” estabelece um sentido para a necessidade de continuar existindo a CAL, em termos de sua dialética relação de necessidade com o “mundo livre”. Esta pauta ideológica e dialética de existência da CAL teria como alvo o controle do conteúdo distribuído pela CAL

89 Id. Ibid.

90 Id. Ibid.

aos meios de comunicação. À sombra da repressão, a CAL já não se preocupou em alarmar a ação armada dos comunistas, pelo menos neste GT, pelo menos nos conteúdos de suas resoluções. Com isso, delimitou-se aqui nesse GT, o esforço de adequação anticomunista para a disputa política, se adaptando, também, às possibilidades que pudessem surgir na sucessão dos fatos históricos, já que as ditaduras de Segurança Nacional poderiam seguir o exemplo brasileiro e anunciar sua abertura (lenta e gradual, naquele caso), os meios de comunicações (investidos de uma lógica de funcionamento de partidos políticos) seriam os meios de difusão das pautas da entidade, bem como dos interesses de seus associados.

O tempo necessário para efetivar as ações estabelecidas pelo GT, portanto, também assinala a preocupação com o futuro da entidade. Na sequência das considerações acerca da razão de existir da entidade, observa-se o conjunto de medidas que se fazem necessárias para as ações planejadas. Os cargos de direção para o funcionamento do mecanismo financeiro de custeio da entidade são, mais uma vez, cobrados. Além disso, como se poderá observar a seguir, o próprio tempo de dedicação cobrado aos membros da entidade sugere o grau de profissionalismo almejado pelo GT, para que as soluções encaminhadas, cujo objetivo é continuar garantindo a existência da entidade, fossem concretizados no prazo de até três meses após o Congresso.

**RESULTANDO:** Que la Comisión Política ha aprobado diferentes mociones para implementar, agilizar y hacer verdaderamente efectiva la labor de la CAL, respetuosamente se proponen las siguientes mociones para su consideración por la Asamblea Plenaria de los miembros y participante de este Congreso con la recomendación de que sean aceptadas de inmediato:

**PRIMERA:** El próximo Congreso de la CAL deberá reunirse dentro de seis meses para establecer una comunicación y un control más efectivo de todas sus actividades.

SEGUNDA: Se establecen los cargos de Tesorero General con sede en el país donde el Secretario General considere más conveniente y los de un tesorero para cada país que dependerá del Tesorero General. La función de los tesoreros es la de trabajar exhaustivamente para obtener el financiamiento que requiere la CAL y responsabilizarse de la correcta aplicación de los fondos obtenidos de acuerdo con los propósitos aprobados.

TERCERA: Se establece el compromiso normal de los miembros de la CAL de aportar una contribución substancial de acuerdo con las relaciones y posibilidades de dichos miembros y dentro de su máximo esfuerzo.

CUARTA: Se establecerá de inmediato una secretaría encargada de promover medios de comunicación colectiva, con sede en el país donde el Secretario General juzgue más conveniente y que deberá iniciar operaciones dentro del término de tres meses con el elemento humano necesario y de acuerdo con el presupuesto aprobado. Esta secretaria colaborará con la secretaria General ofreciéndole sistemas de comunicación para las relaciones dentro de cada rama de la CAL, entre las ramas de la CAL entre sí y entre las ramas de la CAL y el mundo exterior.

QUINTA: También dentro de un término de tres meses se harán las designaciones de Sub-Secretarios Generales previstas en el Estatuto a fin de que se distribuyan con el Secretario General la carga de los muchos trabajos que deben realizarse en territorios geográficamente distantes.

SEXTA: Se reúnan, también dentro del término de tres meses, el Secretario General y el Tesorero que designe para establecer el presupuesto general y los ingresos provenientes de las diversas aportaciones de los miembros.<sup>91</sup>

Como se pode observar, três anos após sua fundação, a CAL continuava em construção. A maior parte do planejamento mencionado, não fora concretizado até 1977 durante seu 3º Congresso. Com algumas modificações significativas, é verdade, mas na avaliação de conjunto, com o indicativo de sua existência adequado a outras arenas

91 Id. Ibid. (F0957-0958)

de disputa, como a dos partidos políticos, por exemplo, algo inédito até este Congresso. No entanto, até aqui, os pontos mencionados acima são avaliações das ações desempenhadas até o ano de 1977. É um balanço necessário para o aporte que garantiria sua continuidade.

As indicações acima sobre a ocupação dos cargos internos sugere que até aquele momento (no 3º Congresso) a CAL não efetivara seu planejamento, por mais que o delineamento geral já tivesse sido planejado durante o 2º Congresso de 1974 no Rio de Janeiro. No entanto, é na apresentação das resoluções do Grupo de Trabalho sobre Partidos Políticos que algumas resoluções em torno de casos concretos são exaltados. Por mais que a indicação da arena política já fosse reivindicada, se transformando na novidade daquele Congresso, a pauta anticomunista não permitiu grandes inovações quanto aos métodos empregados.

As resoluções que citaremos a seguir foram assinadas pelos seguintes membros: Enrique Gómez, Jorge Gonzalez M. e Javier Araiza. Estes representantes se responsabilizaram por levar as proposições à Plenária. Tais resoluções, segundo o documento, foram amplamente discutidas pelos integrantes do GT, que não se restringiam aos representantes nomeados. As resoluções iniciais foram as seguintes,

Primera:

a) Debe hacerse un estudio minucioso de la lucha que salvó Chile del comunismo y de los esfuerzos que se hacen para la erradicación del marxismo en ese país a fin de que todos se sirvan de esa experiencia como enseñanza para resolver los problemas que plantea el comunismo en sus respectivos países y para enfrentar posibles crisis en caso de que el comunismo llegue a avanzar en cada uno de ellos.<sup>92</sup>

Mais uma vez, o caso chileno é usado como paradigma de experiência a ser seguida. A possibilidade de uma crise futura também

92 Id. Ibid. (F0959)

é mencionada. Assim, a CAL se preparou para novas investidas do comunismo, antecipando às ações de seus adversários. O marxismo é citado também, como referência de construção do inimigo a ser combatido, derrotado e aniquilado. O “inimigo interno” que caracterizou a adesão à DSN pelas ditaduras, é apropriado pela CAL. A intenção é projetar ações futuras, o que indica certa estabilidade da luta anticomunista daquele período. Apesar da luta de classes se manter em níveis alarmantes, no que se refere ao controle cesarista-policial dos Estados latino-americanos, essa associação civil não demonstrou qualquer preocupação, aproveitando o auge da repressão para preparar novas investidas. Isso lhe conferiu certa condição de planejamento para ações futuras, visando a continuidade da entidade. Na resolução “b”, observamos a seguinte avaliação:

b) Todos los miembros de la CAL trabajarán dentro de sus zonas de influencia para contrarrestar la campaña de calumnias que tiene desatada el comunismo internacional contra el Chile. Debe buscarse el mayor acceso posible a los medios de comunicación masiva para establecer la verdad y difundir particularmente los progresos que está alcanzando la Junta de Gobierno en la construcción de un nuevo Chile. La delegación chilena proporcionará sucesivamente todas las informaciones necesarias para esta campaña.<sup>93</sup>

A defesa da ditadura chilena é destacada pelo GT de partidos políticos. Contrapor a imagem negativa da Junta Militar comandada por Pinochet se transformou na proposição de ordem apresentada à Plenária. A contraposição seria (foi) realizada nos meios de comunicações, sendo que estes se transformaram no foco destas ações. São soluções partidárias encaminhadas por um GT sobre partidos políticos e que mencionou os meios de comunicações como foco de suas ações. Em alguma medida, é possível relacionar a elaboração de matérias pró-ditadura chilena confeccionada e distribuída pela CAL com uma ação partidária em prol da defesa

93 Id. Ibid.

daquele regime. Também é possível pensar na elaboração desta defesa partidária, entendendo aqui a atuação dos meios de comunicação como partidos políticos. Portanto, pauta e veículo da pauta estão, como podemos aferir, intimamente relacionados. Na continuidade, no ponto “c”, observamos as seguintes propostas:

c) La Cal resuelve que en vista del deterioro del sistema de seguridad americano se gestione ante las cancillerías amigas y aún a diversas declaraciones que establezcan que no se reconocerán en el futuro las soluciones de fuerza para los conflictos que puedan surgir entre los estados del continente. Todos los miembros de la CAL quedan obligados a procurar directamente o a través de sus relaciones obtención de las referidas declaraciones de las cancillerías.<sup>94</sup>

Desta resolução, pode-se aferir a mudança de estratégia da entidade, com foco na transformação das ações violentas para meios “não violentos”, ou o “não reconhecimento das soluções de força para conflitos”. Consortes com o “novo tempo” da luta que se delineava, para além da política do TDE (uma indicação para adesão ao *soft power*?), mas com a permanência do arcabouço ideológico da DSN, os membros da CAL se preparam para o combate político, diplomático e anticomunista. Ao analisar estas resoluções em comparação com as outras já mencionadas neste capítulo, evidencia-se que este GT se antecipou à novas tendências. Reside aí uma das estratégias de manutenção da entidade, qual seja, a adequação para a ação política, usando dos meios de comunicações para garantir a difusão da nova estratégia que transferiu as ações da entidade do campo do confronto direto para o do confronto indireto. Não se pode deixar de mencionar que, ao estabelecer esta estratégia, apesar da (ressaltada) defesa chilena, talvez ações de campanhas pró-governos anticomunistas pudessem servir para garantir a impunidade de ditadores e repressores, caso a “crise” pudesse se transformar na ordem do dia para os anticomunistas.

94 Id. Ibid. (F0957).

### 3.3 A Atuação da CAL na LAM: o fim do 3º Congresso da CAL e os estudos de Campos Alum nos circuitos de colaboração policial regional

Apesar das resoluções do GT sobre Partidos Políticos indicarem uma outra orientação para as ações da CAL no cenário latino-americano, o presidente de honra da LAM, o chinês Kung Cheng-Kang, não seguiu a mesma orientação. Em seu discurso proferido durante o Congresso, intitulado: “La lucha contra el comunismo en Latino-América y la Misión de la Confederación Anticomunista Latinoamericana”, durante a abertura do III Congresso da CAL, Kung Cheng-Kang insistiu nos pilares básicos da violência como método de combate ao comunismo. A representação da LAM no congresso da CAL, a partir das indicações de seu presidente de honra, advertiram a seguinte avaliação sobre a luta anticomunista,

La tercera conferencia de la Confederación Anticomunista Latinoamericana que se inaugura hoy aquí, simboliza algo transcendental, revela que los pueblos de la América Latina, frente la infiltración, subversión e intrigas comunistas, se han unido para poner en movimiento las fuerzas de la libertad y emprender una lucha por la propia supervivencia y por la supervivencia común.<sup>95</sup>

Kung Cheng-Kang foi um militar, secretário da indústria e representante da direita do Kuomitang. Em sua biografia, constam atribuições de secretaria do partido e formação superior na Alemanha e União Soviética. Após a Revolução, Cheng-Kang foi para Taiwan e juntou-se ao grupo de Kai-Shek, com quem ajudou a fundar a liga Anticomunista Asiática nos anos de 1950. No seu discurso, o tema da sobrevivência do anticomunismo, fundido com o “mundo livre”, baseado na defesa da “libertad” contra a “infiltração comunista”, segue,

95 SHENG-KANG, Ku. La Lucha Contra el Comunismo em Latinoamérica y la Misión de La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Asunción, 28 de marzo de 1977. p. 1

rigorosamente, os contornos da DSN, no combate ao “inimigo interno”. O catastrofismo que caracterizou o discurso de Cheng-Kang, insuflou o uso da força como questão de sobrevivência. Assim, nenhuma chance de coexistência é negociável, pois as estratégias do inimigo buscam confundir e subverter valores absolutos da “liberdade”. O comunismo é antidemocrático, experiência autoritária de combate à “liberdade” e contrário ao “bem comum”, segundo esta avaliação.

Apesar da insistência da CAL em observar as adequações a um novo cenário, a LAM, representada por Cheng-Kang, não permitiria, ao que tudo indica, experimentos que não estivessem de acordo com o uso da violência como metodologia de combate. Na avaliação de Cheng-Kang, o maoísmo era o inimigo a ser combatido, pois seu itinerário de tomada de poder, seguia o caminho dos países em desenvolvimento para outros desenvolvidos. Outra face da Guerra Fria se revela nesta avaliação, pois, segundo Cheng-Kang, “Latinoamérica, Asia y África son los grandes campos de los países en vías de desarrollo y constituyen también los objetivos principales de la expansión comunista.”<sup>96</sup>

Assim como os oradores chilenos do Congresso, a experiência de combate no contexto chinês é ressaltada, para que se estabeleça mediação entre os combates vindouros e os que já se realizaram com algum grau de experimento,

Vengo de China, país que ha sufrido en carne propia las atrocidades del comunismo; vengo del Asia, continente que ha sido víctima de invasiones rojas. Al asistir hoy a esta conferencia de la Confederación Anticomunista Latinoamericana y comprobar la gran solidaridad que existe entre los pueblos de la América Latina oponerse firmemente al comunismo, me siento muy reconfortado. ¡La tragedia de los pueblos asiáticos no debe repetirse en otras zonas de Latinoamérica! ¡No debe permitirse que la libertad y la seguridad de la América Latina sean amenazadas nuevamente por la expansión comunista! Ante

96 Id. Ibid. p. 1-2.

todo, mis sentimientos de rendida admiración hacia vosotros que estáis dirigiendo gallardamente la lucha para salvaguardar la libertad y seguridad de este continente.<sup>97</sup>

Como se pode aferir, os Congressos anticomunistas da CAL foram, sobretudo, espaços de trocas de experiências. Ao oferecer formas de avaliação do combate anticomunista nos mais diversos contextos, estes anticomunistas procuravam expressar sua própria visão de mundo. Construíram uma visão de mundo perpassada pelo catastrofismo que demarcou o avanço do inimigo (comunista), e recheado de teorias de segurança continental que, entre outras coisas, não permitiria a coexistência pacífica. Em alguma medida, a hegemonia militar (estadunidense), no contexto social latino-americano, é reconhecida nas palavras de Sheng-Kang, para quem, “No [se] debe permitir que la libertad y la seguridad de la América Latina sean amenazadas nuevamente”, e que descreve, mesmo que com pouco destaque, a repercussão da política de TDE e de aniquilação do inimigo, transformando toda a sociedade latino-americana em um enorme campo de repressão.

Outro dado importante é a forma de cooperação almejada. Se levamos em consideração as experiências asiática e africana de repressão às oposições, é possível estabelecer alguns aspectos históricos sobre o uso da violência e o militarismo para o combate. Já mencionamos o caso da Indochina, bem como a luta de libertação nacional argelina. Ambas formas de repressão, preparadas pelos militares franceses, e, em seguida, pelos estadunidenses, no caso indochinês. A derrota francesa em ambos os casos, foram avaliadas no manual de contra insurgência do General Trinquier. Neste manual, é possível perceber a preocupação extremada daquele repressor com as novas formas de luta contra o comunismo que se sucederam àquelas experiências,

97 SHENG-KANG, Ku. Op., p. 2

Nuestro defecto consiste en que persistimos en estudiar un tipo de guerra que no existe ya y según el cual, posiblemente, jamás volveremos a pelear, mientras ponemos muy poca atención a las razones que motivaron nuestra derrota de Indochina y en la que vamos experimentar en Argelia. Y la pérdida de Indochina o Argelia debe ser para Francia tan importante como pudiera ser la pérdida de una provincia metropolitana.<sup>98</sup>

A primeira edição deste manual, em língua espanhola, ocorreu no ano de 1977 (mesmo ano do III Congresso), editada pela “Rio Platense”, de Buenos Aires, Argentina. A segunda edição veio a público no ano de 1981, editada por “Ediciones Cuatro Espadas”, exatamente um ano depois do IV Congresso da CAL, ocorrido na cidade Buenos Aires, sede da editora. A convergência entre a proposta de combate da CAL e a ideia de combate de Trinquier, pode ser observada no trecho a seguir, que versa sobre as eleições em Argel,

Francia es acusada de celebrar elecciones demasiado rígidas en Argelia. Y, en cambio, se hace creer que las organizadas por el Frente de Liberación Nacional de Argelia (FLN) son puras en todos los sentidos. Al mismo tiempo, se hace ver que los electores son, en cierta forma, presionados por el gobierno francés. Esto, al menos, es lo que una parte de nuestra prensa trata de decir a sus lectores. Sin embargo, no es así. Además, es bien sabido que no se necesitan las simpatías de la mayoría de un Pueblo para gobernarlo bien. Basta que se realice una buena administración para que se alcance la meta pretendida.<sup>99</sup>

Roger Trinquier indica, diante das novas formas de investidas dos grupos libertadores, que é necessário abandonar velhas estratégias de guerra. Apesar do desprezo pelo apoio da maioria (receio em torno da radicalização da democracia), o que representa para este militar (político) o desprezo por qualquer possibilidade de efetivação do poder popular, a fórmula de combate, e, conseqüentemente, de

98 TRINQUIER, Roger. La Guerra Moderna. Buenos Aires: Ediciones Cuatro Espadas. 2ª Edição, 1981. p. 19

99 Id. Ibid.

colaboração (repressiva), serve de linha de ação para “uma boa administração”. Combater, aniquilar e propagandear a derrota do inimigo (interno) é tão importante quanto, e até mesmo complementar, às estratégias de consenso e, como podemos observar no trecho citado acima, os dois mecanismos são ingredientes da estratégia planejada e de gestão da violência.

Segundo Trinquier, a batalha tradicionalmente experimentada durante a Segunda Guerra Mundial, com distinções muito claras entre opositores (exércitos rivais), não contemplará (contemplou) os combates posteriores. Esta indicação, reforça a importância de outras formas de guerra, que, por necessidade de adaptação à “guerra moderna”, possam servir para controlar (por vias não tradicionais) o “inimigo”. O reforço de outros campos de combate, decorre da necessidade imediata de vencer (progressivamente) o inimigo, que poderá se articular em outros espaços. No trecho a seguir, o apoio aos governos simpáticos à estratégia de dominação já consolidada, é analisada por Trinquier,

La guerra de hoy es el choque de una serie de sistemas – político, económico, psicológico y militar - que tiende a derrocar el gobierno existente en un país para sustituirlo por otro. Para alcanzar esta meta, el agresor explota hasta el límite la tensión interna del país en su parte ideológica, social, religiosa, económica, etc. En otras palabras, usa cualquier conflicto que pueda tener profunda influencia en la población que va a ser conquistada. Hay todavía más; en vista de la actual situación de las naciones, cualquier punto débil que presente un país por muy apartado o falto de poder que sea, siempre es traído por estos grupos a un plan de actualidad, a fin de convertirlo en parte de un conflicto mundial. Y así, impulsado por estos elementos, un asunto de origen secundario, apenas sin importancia, puede transformarse en una cosa grande una vez que generaliza.<sup>100</sup>

100 Id. Ibid. p. 22

Como se pode ver, a estratégia de combate total misturou ações que visaram influenciar todos os campos da vida social e transformá-los, para se dizer o mínimo, em/com assuntos de vigilância. Pode-se aferir, portanto, que, nesta avaliação, Trinquier não identifica a estratégia opositora entre os assuntos originalmente nacionais. Assim, o efeito imediato é a desnacionalização das oposições, consideradas como portadoras de influências estrangeiras. Já no fim deste trecho, podemos perceber o traço abrangente das ações que os anticomunistas usaram em combate. Qualquer assunto (de grande e de pequena política) eram considerados potencialmente perigosos.

Desencadear a desestabilização irradiada, sugere o uso da violência para resolução do(s) conflito(s). Segundo Trinquier, toda ação, por menor que possa parecer, poderá devastar o equilíbrio (relativo) mundial, sendo que daí decorre a necessidade de um mecanismo violento de resolução dos conflitos em favor da estabilidade nacional. As ligações do nacional com o internacional e os conflitos (reais ou imaginados) que surgem daí, sugerem uma ação cooperativa e conectada de intervenção como mecanismo garantidor do cesarismo militar-policial.

Pode-se detectar algumas similaridades entre a exposição do presidente da LAM, Ku Sheng-Kang, e o general francês Roger Trinquier. Se trata de uma simbiose, estratégia de sobrevivência que ocorre entre dois posicionamentos distintos que ocupam o mesmo ambiente e compartilham de algumas estratégias para a sobrevivência de um organismo com intenções similares. O anticomunismo os une como traço estratégico. O complexo LAM/CAL como constituidor de um aparelho para a propagação do cesarismo militar-policial, e de promoção do terrorismo ampliado, é mais um espaço de unidade dos anticomunistas, além de (e conectado) com o campo de batalhas. Um complexo de trincheiras, casamatas do anticomunismo (capitalista).

Algumas evidências que constam nas correspondências da CAL, como um manual de luta guerrilheira para estudos e formulações de estratégias contra as guerrilhas, corroboram o uso dos Congressos para troca de experiências militares e policiais. Um destes documentos, analisado aqui como fonte histórica, intitulou-se “Pensamiento y Principios de la Tactica Guerrillera”.

A informação inicial do documento sugere que o acesso ao mesmo foi oportunizado da seguinte forma, “Este artículo que recoge las últimas experiencias de la guerra de liberación que libra el Hermano Pueblo de Vietnam nos ha llegado a través del Agregado Militar de este país, coronel Le Tchuc Lich<sup>101</sup>.” Supostamente, trata-se de um artigo de revista, já que, na continuidade da redação, o documento mencionou que: “La Dirección de la revista aprovecha esta oportunidad para agradecer esta valiosa cooperación que contribuye a elevar los conocimientos de nuestros oficiales en las cuestiones referentes a la guerra de guerrilla.”<sup>102</sup>

O estudo do “inimigo” era uma das formas complementares da estratégia de combate entre os participantes das entidades reunidas pelo anticomunismo. Tratava-se de uma estratégia complementar aos interesses nutridos por aqueles participantes, com o intuito de atuar em operações psicológicas, de cooperação com governos marcadamente anticomunistas. Este estudo poderia ser usado para a formulação de campanhas publicitárias e de propaganda dos regimes anticomunistas. Também serviriam como base ideológica para ações de denúncias frente ao (suposto) avanço comunista. Além disso, é possível pensar que os integrantes destes estudos poderiam participar (e efetivamente participaram) de ações concretas da repressão, ou até mesmo se transformariam em censores daqueles regimes.

101 Le Tchuc Lich significa, literalmente, “O Calendário” em língua vietnamita. CAL. Documento: Pensamiento y Principios de la Tactica Guerrillera. S./D. p. 1

102 Id. Ibid.

Contudo, algumas indicações desta metodologia de trabalho podem corroborar um sentido mais amplo do que, aparentemente, possa representar uma estratégia de conhecimento imediato do “inimigo”. Essas ações, inseridas em contextos de transformação do combate, como sugerido anteriormente pelo GT de partidos políticos da CAL, na afirmação de Ku Sheng-Kang e presente nas sugestões de Trinquier, ainda que com algumas variações entre estas matizes do anticomunismo, concebem uma possível transformação, via cooperação, dos aparatos policiais de vigilância e repressão.

Constam no *Archivo del Horror*, alguns documentos que explicitam o esforço formativo encampado pela repressão latino-americana, mais precisamente com a oferta de bolsas de formação, financiadas pelos militares argentinos e chilenos aos policiais paraguaios. A compilação de documentos realizada pelos autores Alfredo Boccia Paz, Miguel Lòpez, Antonio Pecci e Gloria Gimenez Guanes demonstra, a partir de alguns documentos encontrados no *Archivo*, essa iniciativa por parte dos aparatos repressivos mencionados. Segundo os autores, consta nestes documentos que em 1977 “(...) a partir de esa época se hicieron muy frecuentes las becas y los ofrecimientos de cooperación entre las fuerzas repressivas de la región.”<sup>103</sup> Em 7 de abril de 1977, um ofício expedido pelo Diretor de Investigações da DINA, endereçado ao embaixador do Chile no Paraguai, mencionou que,

Santiago, 07 de abril de 1977

DE: DIRECTOR DE INVESTIGACIONES DE CHILE EN PARAGUAY  
GENERAL DE EJERCITO (R) DON JULIO POLLONI

1. INVESTIGACIONES DE CHILE, consciente de la importancia de la función policial y deseando estrechar lazos de amistad entre las Policías Civiles de América, ha resuelto conceder dos becas en la Escuelas de Investigaciones, con el fin de formar

103 PAZ, A. B.; LÓPEZ, M. H.; PECCI; GUANES, G. G. En los Sotanos de los Generales: Los documentos ocultos del Operativo Condor. Asunción: Servilibro, 2014. p. 137

funcionarios policiales de ese país que deseen abrazar esta noble y sacrificada carrera.

2. El curso tendrá duración de dos años de estudios completos y uno de práctica, en los diferentes Departamentos y brigadas de la Institución.

3. Tanto el curso, como vestuario, alimentación, alojamiento y útiles de escritorios son gratuitos, para el becado o para la Policía Civil de ese país. (...)

Saludo muy atentamente a US, ERNESTO BAEZA MICHELSEN, General de División, Director de Investigaciones de Chile.<sup>104</sup>

Os autores ainda citam outros dois documentos, um do SIDE argentino convidando os policiais paraguaios para um curso, direcionado à Inteligência paraguaia, que foi realizado na Argentina em 1979,

PRESIDENCIA DE LA NACION ARGENTINA

SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL ESTADO

Buenos Aires, 18 de septiembre de 1979

AL SEÑOR JEFE DEL II DEPARTAMENTO DEL ESTADO MAYOR GENERAL

General de Brigada D BENITO GUANES SERRANO

PARAGUAY

ESTIMADO GENERAL:

Tengo el agrado de dirigirme a Ud. afín de hacerle llegar una invitación para que tres miembros de su servicio (En el grado de Coronel Teniente Coronel y/o funcionarios civiles de alto nivel) efectúen un curso superior de Inteligencia, que sería impartido por esta Secretaria de Inteligencia de Estado en BUENOS AIRES desde el 01 a 30 de noviembre de 1979.

104 Id. Ibid. p. 137-138

Este curso compreenderá los siguientes temas:

- Inteligencia y Contrainteligencia
- Subversión y Terrorismo
- Medios de comunicación social (...)

Con referencia a los gastos de alojamiento, comida, transporte local y seguridad serán por cuenta de esta Secretaria (...).<sup>105</sup>

Os autores indicam que essa solicitação foi respondida e, ao que tudo indica, os policiais paraguaios participaram deste curso. Por fim, mais um trecho de documento afere as conexões formativas de policiais com a seguinte indicação por parte da polícia paraguaia já no ano de 1980:

(..) una beca para el CURSO SUPERIOR DE INTELIGENCIA que será impartido por la Secretaria de Inteligencia de Estado en la Ciudad de Buenos Aires (República Argentina) del 3 al 21 de noviembre del corriente año.

El Oficial designado, que deberá ser de alto grado, deberá presentarse al II Departamento del Estado Mayor General, a fin de recibir instrucciones (...).<sup>106</sup>

Esses documentos demonstram o esforço de cooperação entre as polícias, principalmente para treinar quadros da repressão. As transformações nos órgãos repressivos policiais seguiram as indicações gerais a respeito da necessidade de adaptação ao novo contexto de combate. De certa forma, estas transformações das polícias são evidenciadas, também, no esforço de adaptação das entidades anticomunistas que participaram do Congresso da CAL de 1977. Ou seja, as transformações que se processavam nas polícias, também eram as transformações no contexto das sociedades, e, por

<sup>105</sup> Id. Ibid. p. 138

<sup>106</sup> Id. Ibid. p. 139

consequência, nas entidades de representação de determinados setores dessas sociedades.

Pode-se colocar em perspectiva histórica a diferença entre esta estratégia de adaptação da doutrina de combate com a indicação, já presente nos manuais militares que relacionaram preceitos de desenvolvimento e segurança, sendo que este último foi identificado com o papel político e de grupo social dos militares. O ditador Humberto de Alencar Castelo Branco, já advertia, muito antes dos anos de 1980, que a necessidade de adaptação das tropas militares regulares ao novo contexto de combate deveria conjugar fatores de segurança e desenvolvimento. Para Castelo Branco, a força do inimigo residia justamente na sua versatilidade e capacidade de operar dentro das fronteiras nacionais, não se limitando, portanto, a uma ameaça externa. Desta forma, segundo o ditador, a relação histórica entre segurança e desenvolvimento significou que:

A revolução industrial tornou a guerra muito mais técnica, o que acentuou a importância do desenvolvimento econômico como elemento de segurança. Esta passou a ser uma decorrência da capacidade de mobilização industrial e logística de apoio. E essa técnica atingiu seu apogeu na idade nuclear.

Paradoxalmente, entretanto, condições especiais criadas pelo “equilíbrio do terror” da era atômica, a que referia CHURCHILL possibilitaram por dois motivos uma divergência temporária entre grau de desenvolvimento e potencial bélico.

Primeiramente porque, tornando-se quase impossível uma confrontação nuclear direta, os antagonismos entre as grandes potências se canalizaram para as guerras periféricas, do tipo “guerra de libertação nacional” ou “guerra revolucionária”, de qualquer maneira, de guerra localizada.

Estas se baseiam menos na mobilização econômica do que no enrijecimento ideológico da população; reduzem o esforço logístico pela infiltração parasitária na própria comunidade.<sup>107</sup>

107 CASTELO BRANCO, H. A. Desenvolvimento em Segurança. S/D. S/L. p. 8-9

O ditador Castelo Branco, citou uma segunda vertente de desestabilização de governos e países – estabilidade política, econômica e de segurança são conectadas para evitar o florescimento do comunismo. Nessa segunda vertente, é preponderante o acesso às armas nucleares, como no caso da crise dos mísseis de 1962. Mas como a citação acima afere, é a primeira vertente, que usa de métodos “insurgentes”, que preocupa este representante e adepto da DSN. Castelo Branco exemplifica esta tática a partir da experiência vivida por estadunidenses e franceses no Vietnã. Por isso, relaciona-se aos dois interlocutores anteriores, Trinquier e Ku Sheng-Kang.

O segundo método de desestabilização é avaliado a partir da lógica geopolítica do conflito bipolar inerente à competição da Guerra Fria. Para Castelo Branco, trata-se de uma opção mais remota, mas que poderia ser usada pelo comunismo. Nela o uso do arsenal nuclear, não direto, mas emprestado de países tecnologicamente estabelecidos para países menores, é central. O caso da crise dos mísseis de 1962 é o paradigma de transformação do combate convencional para a “resposta flexível”, cuja estratégia é o uso do território aliado (ligado ao campo comunista) para “aterrorizar” e aniquilar territórios inimigos. Segundo Castelo Branco:

O segundo desses paradoxos encontrou ilustração dramática na instalação abortada de mísseis nucleares em Cuba, em 1962. Num tipo de guerra convencional, Cuba não apresentaria um problema de segurança para países maiores e mais industrializados como México, Brasil ou mesmo Venezuela. Se, entretanto, lograsse instalar mísseis soviéticos em seu território, teria fundamentalmente alterado o balanço de poder na América Latina, pois poderia hipoteticamente aniquilar de surpresa o poderio industrial de vários de seus países.<sup>108</sup>

Nesse caso, o estágio de desenvolvimento tecnológico dos países ameaçados não encontra paralelo no país ameaçador. Pelo

108 Id, Ibid. p. 9

contrário, a supremacia técnica pode ser abalada por meio do ataque surpresa que só é possível devido às conexões e uso do território por comunistas. A estratégica aliança entre Cuba e URSS aparece como elemento de desequilíbrio, pautado no uso das armas nucleares como fator de cesarismo militar.

Ku Sheng-Kang, liderança da LAM no Congresso de 1977 da CAL, também reconheceu este fator de desestabilização como uma das variantes possíveis para o desequilíbrio surpresa, planejado por comunistas para desestabilizar países capitalistas. Em sua avaliação, Sheng-Kang mencionou que,

Si por desgracia la América Latina fuera invadida por las fuerzas comunistas, no solo facilitaría un atajo a los comunistas para atacar la America del Norte sino que permitiría que los rojos dispongan de una excelente base para lanzar por el flanco um ataque al continente africano. La Rusia Sovietica instaló em Cuba hace algunos años bases para el lanzamiento de proyectiles, lo que prueba que los soviéticos pretendían utilizar la América Latina como base avanzada para atacar la América del Norte. Al incitar a los cubanos a invadir Angola y Zaire, los rusos han demostrado que abrigan el propósito de esclavizar a los pueblos latino-americanos a fin de que les sirvan de instrumentos para agredir a los países libres.

Al caer em manos del comunismo, Cuba se ha convertido en una cuña peligrosa que facilita la expansión roja em América Latina. Los hechos indican que la plaga roja que amenaza actualmente Latinoamérica tiene su origen em Cuba. La situación estratégica mundial sufrirá un cambio radical si se extendieran los tentáculos comunistas por la América Latina. De ahí la tremenda importancia que tiene para el mundo libre la defensa de la libertad y seguridad de Latinoamérica.<sup>109</sup>

De igual forma, a caracterização do “inimigo” na “guerra moderna”, abordada por Trinquier, avaliou que,

109 CHENG-KANG, Ku. Op. Cit. p. 2-3

En la guerra moderna el enemigo no es tan fácil de identificar. No hay frontera física que separe los dos campos. La línea que marca la diferencia entre el amigo y el enemigo puede encontrarse muchas veces en el corazón de la nación, en la misma ciudad donde reside, en el mismo círculo de amigos donde uno se mueve, quizás dentro de su propia familia. Es más bien descubierta si queremos determinar pronto quiénes son en realidad nuestros adversarios y a quienes tenemos que derrotar.<sup>110</sup>

A complementariedade entre as propostas de gerir e combater com violência as investidas do “inimigo” (comunista, nacionalista-libertador, progressista, dentre outros), exemplifica as conexões possíveis e efetivas que o anticomunismo possuiu. Ao finalizar os trabalhos de 3º Congresso da CAL, novos encaminhamentos foram traçados, sempre mantendo o anticomunismo intransigente como premissa. Alguns aspectos mencionados até aqui, foram levados em consideração para a continuidade das ações da CAL na LAM. Estes princípios já foram enunciados no documento que demarcou a disposição das entidades de continuar a luta final contra o comunismo em futuras ações. Nesse sentido, constam as seguintes passagens na declaração final do 3º Congresso da CAL,

Solamente ejerciendo acciones militares y psicopolíticas inteligentes y audaces, se podrá evitar la reiteración de desgracias como la del noble Pueblo cubano, con miles de nacionalistas y anticomunistas presos por su sola condiciones de tales. Es deber de todos contribuir a la causa de su libertad, siguiendo en dicho aspecto los heroicos ejemplos que han dado al mundo entero los gobiernos y Fuerzas Armadas de Chile, Nicaragua, Guatemala, El Salvador, Brasil, Uruguay, Argentina y Paraguay, y comprometidos en una tarea sin pausas ni desmayos en la lucha anticomunista.

En el campo de la educación siguiendo normas éticas esenciales a la condición de persona que reviste el Hombre, el III Congreso General, llama la atención a todos los capítulos en el mismo

110 TRINQUIER, Op. Cit. p. 41

representado, sobre la imperiosa necesidad de decir “los cantos de sirena” de los organismos internacionales UNESCO, OEA, etc., dominados por comunistas y tecnócratas, y perfeccionar sus sistemas de educación, estructurándose sobre la base de un retorno a las fuentes que constituyen la esencia misma de nuestra civilización Greco-Romana-Cristiana, que conduzca al educando al perfecto conocimiento de la realidad y le den la capacidad de rechazar todos los utopismos.

Tratando, como se trata, de la conquista de las mentes no es posible olvidar la situación de la Iglesia, Católica, Apostólica y Romana, a cuyo credo se afilia la gran mayoría de los nacionales latino-americanos. Si bien es cierto que hay clérigos que el comunismo ha logrado convertir en eficaces instrumentos de difusión del comunismo internacional, ello no hubiera sido posible si no hubiera sido previamente ablandados en su doctrina y su fe sobrenatural, - por veinte siglos escudo contra el error- por la heterodoxia neomodernista-progresista, que deja a los espíritus prontos para los manípulos ideológicos de la psicopolítica marxicomunista. Estos clérigos, que renuncian a los deberes que los impone su sagrado ministerio para convertirse en cómplices conscientes e instrumentos de criminalidad, han dejado de tener cualquier autoridad como pastores de almas; verdaderos apóstatas immanentes, sólo pueden ser considerados como lobos voraces al servicio del comunismo.

Es consenso unánime del III Congreso General frente a todos los agudos problemas que plantean las maquinaciones de los enemigos que tienen su sede tanto en Washington como en Moscú -y sus multiplex satélites; la imperiosa necesidad de mantener la unidad y la paz entre las naciones hispano americanas, sin que ello signifique olvidar el viejo aforismo romano: “SI VIS PACEM PAICI BELLUM”. Si quieres la paz prepara la guerra. <sup>111</sup>

As avaliações acima são enunciadas no documento final do 3º Congresso da CAL. A entidade só viria a se reunir dois anos depois,

111 CAL. Declaración final del 3º Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R0094 F0095).

em setembro de 1980 na cidade de Buenos Aires, Argentina.<sup>112</sup> Mesmo assim, as reuniões periódicas para debater a participação da CAL na LAM foram convocadas. Seus objetivos eram desenhar um conjunto de pontos a serem considerados nesta participação, materializadas no documento que registrou uma dessas reuniões ocorrida entre outubro e novembro de 1979, igualmente sediada na cidade de Assunção, Paraguai. Nele, encontram-se alguns princípios que deveriam coordenar os esforços de participação da CAL na LAM. A estratégia (a ser combatida) do comunismo, foi descrita em três pontos básicos, dentre os quais constam: “Coexistência pacífica”; “Desenvolvimento do campo da Paz”; “Consolidação e crescimento do bloco socialista”.

Em termos econômicos, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, abriu-se um novo ciclo da corrida Armamentista nos EUA. Segundo Perry Anderson, em termos de política externa estadunidense, esse novo ciclo de acumulação se caracterizou pela entrada do país no cenário neoliberal, com peculiaridades de implantação de um “keynesianismo militar disfarçado”. Esta estratégia de conjugar retirada de investimentos nas áreas de Segurança Social, e transferi-los para o campo da Segurança Militar, distinguiu a experiência neoliberal estadunidense da europeia. Segundo Anderson:

Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida

112 Sobre o Congresso de 1980, bem como outros temas relacionados a CAL e sua conexão na Argentina, a pesquisadora e professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) realizou importante trabalho investigativo. Cf.: ROSTICA, Julieta. La Confederación Anticomunista Latinoamericana: Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). Desafíos, Bogotá (Colombia), (30-1): 309-347, semestre I de 2018.

armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo da balança de pagamentos que resultou de tal política.<sup>113</sup>

Com a abertura de novas intervenções do Complexo Militar Industrial, já enunciados, segundo Anderson, em 1978 quando “(...) a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental”<sup>114</sup>, abriu-se um novo ciclo da contrarrevolução. Outro elemento nunca abandonado pelo projeto neoliberal foi mencionado por Anderson da seguinte forma: “O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra.”<sup>115</sup>

Algumas premissas que caracterizaram as soluções neoliberais ao contexto de crise do capital no final dos anos de 1970, residem nas investidas do CMI. A abertura para ações anticomunistas, alinhadas com os objetivos de recuperação do circuito de reprodução ampliado do capital, repercutiu na CAL que delimitou os seguintes termos de participação na LAM, já em 1979:

4. La Seguridad Nacional y el Desarrollo económico-social, fundamentales ambos para la vida de las Naciones que componen el cono Sur de nuestro continente, exigen, frente a esta estrategia eminentemente agresiva, permanente y eficientemente implementada por el Comunismo Internacional, la

113 ANDERSON, Perry. Op. Cit. , p. 9-23. p. 10

114 Id. Ibid. p. 11

115 Id. Ibid.

urgente integración de nuestros esfuerzos para el fortalecimiento y defensa de la Región.

5. Este fortalecimiento Regional, no podrá lograrse sino mediante la cooperación, complementación, coordinación y conducción planificada de nuestras acciones de todo orden en los diversos campos que conforman el poder Nacional.

6. Frente a las debilidades, falencias, vacilaciones y retrocesos en la definición y conducción política de los países que supuestamente lideran el Mundo Libre y ante la carencia evidente de una estrategia coherente que pueda enfrentar con posibilidades de éxito la abierta agresión del Imperialismo Comunista, es fundamental, para la supervivencia de nuestros respectivos pueblos, la creación de un organismo dinámico que coordine nuestros trabajos y posibilite, mediante una información oportuna, fluida y completa, el desarrollo de operaciones planificadas, a ser ejecutadas por las nucleaciones que lo integran o llegaren a integrarlo, tendentes a coadyuvar a la preservación y fortalecimiento de la libertad, la Independencia y Soberanía de nuestros Pueblos.

7. Ante la Guerra Psicopolítica, basada en la Propaganda, científicamente montada, con un arsenal de modernos y poderosos medios, que busca ganar las mentes, especialmente de la Juventud, y debilitar para eventualmente anular la moral de la población, es perentorio trabajar diariamente, minuto a minuto, en el fortalecimiento de los valores espirituales y Morales que identifican y conforman al Ser Nacional.<sup>116</sup>

Mais adiante, o mesmo documento mencionou que:

(...) el objetivo fundamental de esta reunión, es el de crear un Centro de trabajo, que brinde servicios de información, documentación, planeamiento y apoyo a los fines y objetivos establecidos por las entidades-miembros del mismo. La hora exige acción permanente y constructiva. No se puede vencer a un enemigo, definido perfectamente em sus objetivos, estrategia

116 CAL. Memorándum: Puntos a ser considerados en la Reunión de Organizaciones del Cono Sur, 1978. (ARCHIVO DEL TERROR, R0186 F1128-1131).

y tácticas, con meros enunciados retóricos o con Declaraciones y Resoluciones que no se llevan a la práctica.

10 – Necesitamos de la ayuda, cooperación e integración de las entidades y organizaciones que en nuestros países se distinguen por su clara definición ideológica, por su combatividad y por la capacidad de influir positivamente y en todos los órdenes en las decisiones gubernamentales. Estas son las Entidades que deben militar activamente en el Organismo a ser creado.

11 – La coordinación de actividades, es fundamental para el logro de nuestros objetivos y la consecución de nuestros fines. La división del trabajo, por áreas específicas y definidas, constituye condición indispensable para el éxitos de sus funciones.<sup>117</sup>

Ao planejar maior coordenação de ações, bem como ampliar a estrutura das entidades coevas, CAL e LAM esclareceram, definitivamente, a adesão de ambas às doutrinas de guerra (psicológica e efetiva) presentes no pensamento militarista historicamente formulado por generais e quadros do ativismo anticomunista. No entanto, esta ampliação concomitante à ação deveria ser coordenada e planejada. O pragmatismo e o tom extremado das sugestões para a ação das entidades e seus sócios, como podemos aferir nas citações anteriores, conjugaram os preceitos da segurança em desenvolvimento, como sugerido pelo ditador Castelo Branco em seus escritos sobre a questão. Da mesma forma, a adaptação à guerra moderna, sugerida por Trinquier, também aparece bem desenvolvida na avaliação das ações acima que demarcaram o desfecho dos anos de 1970 para ambas as entidades.

No ano de 1979, durante dois cursos oferecidos pela Central de Inteligência Argentina (SIDE), ambos sediados em Buenos Aires, Argentina, a participação paraguaia na rede coordenada de treinamento

117 Id. Ibid. p. 3-4

repressivo<sup>118</sup>, sugere a aplicação dos mesmos preceitos desenvolvidos na CAL e na LAM, já nos treinamentos policiais. A participação dos policiais paraguaios pode ser aferida pelas anotações de Campos Alum (quadro da CAL/LAM e da repressão paraguaia) que estão arquivados nos *Archivo del Terror*. Tais anotações confirmam que esta conexão foi realizada por meio do Estado argentino e imediatamente aderida pelo Estado paraguaio que aceitou enviar seus representantes para o referido curso. Os seus responsáveis foram os organismos policiais, mas a iniciativa sugere uma coordenação internacional mais abrangente como já vimos sugerida nas reuniões e motivos de existir das entidades anticomunistas pesquisadas até aqui.

118 Pelas datas indicadas nestes manuscritos, bem como a partir da indicação de PAZ, A. B.; LÓPEZ, M. H.; PECCI; GUANES, G. Op. Cit. p 138. É possível afirmar que se tratam de anotações realizadas por Campos Alum durante o treinamento oferecido pela inteligência argentina aos policiais paraguaios no mês de novembro de 1979. Naquele mesmo ano, ocorreu o XII Congresso da LAM em Assunção, Paraguai.

FIGURA 8: Reprodução de material de estudo manuscrito de Antonio Campos Alum confeccionado durante um curso sobre inteligência oferecido pelo SIDE argentino, (07/11/1979).

00108F 0905  
MARX

HEGEL  
Filósofo del S. XIX  
Idealista  
Método dialéctico (tomado de Hegel)  
(espacio y tiempo)  
Método de los que pasan bien de producción - los proletarios  
los que pasan mal de producción - los que pasan mal de la lucha de clases - son los que  
sin clases.  
La historia está en un constante devenir  
dialéctico.

clase media  
sindicato contemporáneo  
sociedades atomizadas.

Día miércoles 07-11-1979.

Materia: 1. Inteligencia Estratégica -  
11. Estrategia de la Subversión - Estrategia de los puntos débiles

Subs. Des. Vías de la Subversión: Penetración por el río de la Plata

2) El Cambio -  
Conf. Tricontinental de los Habana (Cuba) -  
O.L.A.S. - (ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE SOLIDARIDAD)

LINEAMIENTOS BÁSICOS DE LA GUERRILLA

- 1 - Aniquilar al enemigo (F.F.A.A. y Seg.)
- 2 - Adoptar estrategia global
- 3 - Crear un Ejército Revolucionario
- 4 - Desarrollar ofensiva estratégica
- 5 - Evitar cerco estratégico
- 6 - Desarrollar la lucha en fases.

Fase 1ª - PLANEAMIENTO Y PREPARACIÓN

1. Planeamiento (Estratégico y Táctico)
  - Necesidad de Ego Inicial
  - Desarrollo Lucha Ideológica
2. PREPARACIÓN

O documento manuscrito redigido por Campos Alum menciona que o curso intitulado "Análisis Ideológico" foi proferido pela Professora argentina Rosa Julia Bellizzi, da Fundação UADE, sediada na cidade de Buenos Aires. Alguns dados pesquisados a partir do currículo da professora mencionam que ela foi premiada pela "World Future Society", pelo estudo intitulado "Poder, Política

y Comunicación en el Futuro”. Apesar de sua atuação na área de comunicação social, a professora ensinou tópicos de ciências sociais aos cursistas. Atualmente, Rosa Bellizzi é consultora de comunicações para empresas.

As similaridades entre as anotações de Campos Alum, reproduzidas anteriormente (e a seguir), e o manual de guerrilha intitulado “Pensamiento y Principios de la Tactica Guerrillera”, que circulou nas correspondências da CAL, são inúmeras. Além disso, como veremos adiante, esse documento se aproxima das exposições sobre a Operação Condor nos documentos mencionados no início do capítulo. Também não se pode deixar de mencionar a ocorrência de vários termos que se aproximam do conteúdo anticomunista descritos nos documentos da CAL/LAM.

Esta indicação sugere o grau de estudo e análise do “inimigo”. A metodologia de estudo indica, também, a ação intelectual em termos de organização das estratégias de combate. A mescla entre produção de inteligência e senso prático, esteve presente nos seminários produzidos durante as reuniões anticomunistas oportunizadas pela CAL e LAM. As principais ideias difundidas nestes cursos de inteligência também apareceram materializadas nos documentos da CAL e da LAM. Isso sugere que as entidades foram influenciadas pelas transformações ocorridas nos aparelhos de repressão.

O trecho a seguir do referido (suposto?) manual da guerrilha, delimita a tática de apoio aos países oprimidos que não possuem materiais tecnologicamente equiparados aos países opressores. Assim, o fator determinante para a vitória da guerrilha, é a dedicação individual diluída em meio ao contexto coletivo de combate, visando, sobretudo, ampliar o espaço de combate aos países tecnologicamente avançados,

Partiendo de este criterio, la táctica de guerrillas no sólo se produce en los países técnica y científicamente atrasados, sino también en los adelantados. Claro está, que las condiciones que imperan en los países atrasados la concepción de la táctica de guerrillas tendiendo a estimular el factor moral, la facultad creativa, el dinamismo del hombre, permitiéndole convertir la madera, el machete, la piedra, el martillo, etc., en eficaces armas de combate. Pero tanto la ciencia y la técnica de un país han alcanzado un alto nivel creando así una base para llevar a cabo una guerra regular y moderna, en tales condiciones la táctica de guerrillas tiene más amplias posibilidades y medios para desgastar y aniquilar al enemigo de manera más eficaz. La táctica de guerrillas se puede hacer uso tanto de las armas más rudimentales, agrupando las fuerzas lo mismo en pequeños grupos como en grandes unidades para vencer al enemigo. Por lo tanto, el desarrollo de la ciencia y la técnica en general así como las características de una guerra moderna no pueden detener o eliminar la vitalidad y el poder de la táctica de guerrillas. Sólo una guerra que cuente con el amplio apoyo de las masas y su amplia participación, puede impedir la fuerza y efectividad de la táctica guerrillera.<sup>119</sup>

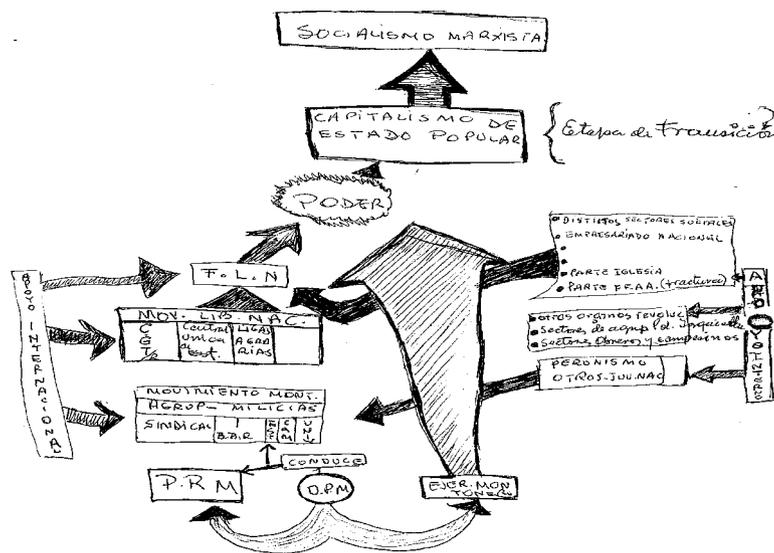
Muitas analogias podem ser construídas a partir das referências ao combate encontradas neste manual. A avaliação da importância tecnológica, as divisões entre países desenvolvidos, avançados e subdesenvolvidos e/ou atrasados, não só nos escritos de Campos Alum, mas também com as três outras fontes já apresentadas. A peculiaridade presente nos manuscritos de Alum, reside na orientação prática. Replicamos a seguir outra parte dos manuscritos em que se pode observar um organograma da tomada e exercício do poder pelo “inimigo”:

119 CAL. Documento: Pensamiento y Principios de la Tactica Guerrillera. S/D. (ARCHIVO DEL TERROR R00108 F0208).

FIGURA 9: Organograma da tomada de poder pelos comunistas.  
Manuscrito de Antonio Campos Alum confeccionado durante treinamento  
de inteligência oferecido pela SIDE argentina, (07/11/1979).

ESTRATEGIA PREVISTA PARA LA TOMA  
Y EJERCICIO DEL PODER

00108F 0907



As anotações se referem a um estudo diacrônico sobre o tema da tomada de poder. A instrução de combate, apesar de corroborar o anticomunismo como premissa, se direciona ao que foi identificado como capitalismo de Estado popular, que aparece como um “programa” de transição ao socialismo. O elemento popular chama a atenção, pois também aparece no manual de guerrilha estudado como fonte do pensamento do “inimigo”. No manual, encontra-se a seguinte referência:

Debido a su organización, su armamiento, y a su carácter popular, las fuerzas de guerrillas siempre pueden estar presentes en cualquier lugar y en cualquier momento. La dirección táctica debe movilizar a todo el pueblo, con las milicias y las guerrillas como núcleo, para atacar al enemigo en todas las formas: desgastar constantemente su moral, sus equipos, su potencial humano, valiéndose de todos los medios a su alcance y aprovechando y sumando los pequeños logros para alcanzar grandes resultados; esta es la forma más corriente de la guerra de guerrilla. Por otra parte, es muy necesario cambiar la correlación de fuerzas de manera que nos podemos fortalecer cada vez más mientras debilitamos al enemigo. Para lograr esto tenemos que tratar por todos los medios de crear las condiciones y aprovechar todas las oportunidades ventajosas para aniquilar al enemigo, desarrollándonos y fortaleciéndonos constantemente. Si el enemigo es numeroso tratamos de aniquilar una parte de él. Si por el contrario es débil, concentramos nuestras fuerzas para aniquilarlo totalmente, si no tenemos condiciones para aniquilarlo, entonces hay que desgastarlo. Por eso, la táctica de guerrilla no está limitada por el mayor o menor número del enemigo, sea cual fuere el efectivo la guerrilla puede atacarlo.<sup>120</sup>

Como esta avaliação estava focada na alusão ao combate militar, o elemento popular representa o apoio decisivo que delimita aspirações que ultrapassam o combate. A disputa pela comoção popular foi um ingrediente imediato importante. As estratégias para ganhar este apoio, segundo o manual, extrapolavam (e muito) o objetivo do combate armado. Daqui se pode abstrair que a complexidade da luta guerrilheira, principalmente no que se refere à conquista do apoio popular, pode ser entendida como um projeto de poder que não se restringiu à luta militar.

Por isso, se levamos em consideração a exposição dos motivos para a conquista do apoio popular, descrita acima, e a avaliação presente no organograma da “tomada e exercício de poder” do repressor Campos Alum, infere-se que a luta armada foi a base de um projeto de Estado,

120 CAL. Documento: Pensamiento y Principios de la Tactica Guerrillera. Op. Cit. (F0209).

tanto por parte das guerrilhas, quanto pelo lado da repressão policial que agiu como se fosse seu antípoda. Além disso, o antisemitismo e a questão das conexões internacionais são destacados em outra parte dos manuscritos, justamente onde encontramos a referência ao nome da Professora Julia Bellizzi, como responsável pelos aspectos organizativos do estudo. O trecho a seguir, chama-nos a atenção para teorias conspiratórias, tais como o “protocolo dos sábios de Sião”, suposto projeto internacional que objetivou a centralização do poder econômico nas mãos dos judeus, e que foi amplamente utilizado para justificar o genocídio judeu pelos nazistas durante o holocausto:

FIGURA 10: Manuscritos de estudos sobre “Comunicação social e Terrorismo” do repressor paraguaio Antonio Campos Alum, confeccionados durante curso de inteligência ofertado pela SIDE argentina, (12/11/1979).

Lunes 12-11-1979. 00103F 0915

Alfredo  
Jua. Rafael Alonso

Mat. Comunicación Social y Terrorismo.

El factor psico-social se inscribe en el proceso subversivo a través de los medios de comunicación social

Factor Psico-social se a su vez en:  
Ciencias Políticas - Antropología - Psicología Social - Psicosociología  
Psiquiatría -  
Medios de Comunicación Social  
Cine - Televisión - Radio - Revistas -

Docu LOS PROTOCOLOS DEL SIÓN

Comunicación Social del Marxismo:

MENSAJE - (so q' el mensaje que se debe emitir - Emisor - Receptor - Acción)  
SITUACION - (so q' el contexto económico)  
PERSONALIDAD - (so q' el carácter del ambiente social donde actúa)  
GRUPO - (nócleos sociales)

Materia: ANALISIS IDEOLOGÍA.

Rosa Julia Bellizzi  
Teoría de la alienación: (Marx)  
alienación = separación

política - económica - religiosa - filosófica - educativa.

En la sociedad industrial la alienación consiste en que el poder político y el p. económico coinciden. Toda norma es una forma de alienación. El que emite la norma es la autoridad. Luego la Autoridad debe ser destruida.

Nesta avaliação, o apoio popular se conquista com a repercussão das ações armadas, e a totalidade das relações sociais são enunciadas nos manuscritos para justificar certa infiltração comunista em praticamente todos os âmbitos da existência humana. Essa repercussão é acionada a partir dos meios de comunicação, e possuem um certo papel educativo. Por isso a LAM e a CAL também promoveram, sistematicamente, o estudo das estratégias de difusão de notícias nos meios de comunicação. Na “teoria” conspiratória que se pode observar nos manuscritos reproduzidos até aqui, o tema da alienação é considerado como fator central na relação entre os meios de comunicação e o marxismo. O contorcionismo deste repressor, ao reproduzir manuscritos produzidos durante estudos sobre o tema, reduz a teoria da alienação de Marx a uma estratégia de tomada de poder, como se fosse possível esperar que o materialismo histórico-dialético fosse promotor da alienação, e não uma teoria de rompimento radical com a alienação capitalista.

Nesse caso, a análise não se aprofunda nos aspectos materiais da teoria da alienação, mas sim numa concepção ideológica, sem vínculos com a luta de classes, como um projeto de “manipulação” das massas. Um reducionismo baseado em premissas vagas sobre a importância da consciência popular para o apoio da luta armada. Além disso, no topo do manuscrito há outra referência importante. Trata-se da menção a Rafael Alfredo Alonso, que retomaremos em seguida.

Em outro trecho do manual da guerrilha já mencionado (como base de estudos) sobre a tática guerrilheira, a questão do apoio popular é mencionada da seguinte forma:

Por su carácter popular, la táctica de guerrillas se ve influir la situación política de las masas.

Por muy ingenioso y brillante que sea un plan de combate, si no en el apoyo y coordinación de las masas, no puede llegar a su término con éxito. Sin la participación de las masas

las formas de combate de las guerrillas no pueden llegar a desarrollarse y ser eficaces.<sup>121</sup>

Abordada de forma direta, a questão do apoio popular certamente foi uma das estratégias que mais preocupou os estudos de realidade social oportunizados a partir dos debates teóricos e aulas sobre questões filosóficas e ideológicas durante os congressos da CAL e da LAM. E também apareceu como flanco de preocupação e estudos nos manuscritos. Ela se insere na perspectiva já mencionada de aprofundar o conhecimento a respeito do “inimigo”, pois esta sempre foi a estratégia definida para a ação anticomunista. Com isso, é possível afirmar a partir da análise do material que fez parte da correspondência da CAL que ambas as entidades foram defensivas e que só encontraram realmente sua razão de existir em função da construção do seu (suposto) inimigo.

Apesar de sua pouca profundidade, tanto na abordagem do manual quanto nas percepções manuscritas de Campos Alum, não se pode dizer que se tratou de um aspecto/preocupação secundário(a) das próprias ditaduras de Segurança Nacional. Nesse sentido, tanto os Congressos, quanto os cursos de inteligência, visando a troca de experiências entre apoiadores de governos anticomunistas e ditaduras de Segurança Nacional, cumpriram importante tarefa organizativa e intelectual, além de funcionarem como centros irradiadores de uma ação que só adquire sentido no campo da contraposição. Uma forma de planejamento contrarrevolucionário baseado nas premissas da promoção da violência como forma específica de manutenção do capitalismo.

Em outros dois trechos dos manuscritos que reproduzimos a seguir, constam as seguintes referências:

121 CAL. Documento: Pensamiento y Principios de la Tactica Guerrillera. Op. Cit. (F0210).

FIGURAS 11-12: Manuscritos de estudos sobre "Comunicação social e Terrorismo" e "Comunicação Social" do repressor paraguaio Antonio Campos Alum, confeccionados durante um curso sobre inteligência ofertado pela SIDE argentina, (12/11/1979 e 13/11/1979).

- 0010SF 0916
- 4) Al. Economía eg.  
(Teoría de la Plus-valía)  
Si trabajo en una empresa hay una dif. entre el valor de uso y el valor  
de cambio de mi trabajo.  
(Trabajo  $\leftarrow$  valor de uso -  
valor de cambio)  
→ eliminación de la Provisión de la Plus-valía
- 3) Alienación Religiosa:  
(La religión ha contribuido a la opresión. luego es de  
ser eliminada: "la religión es el opio de los pueblos")  
→ Eliminación de "Dios"
- 4) Alienación Educativa =

AFRO COMUNISMO  
El Afrocomunismo <sup>es la adaptación del Eurocomunismo y</sup> corresponde a la tesis del internacionalismo proletario, adaptado a las diferentes cond. geo. políticas:

- En África la praxis comunista:  
reconoce varios factores favorables:
- bondades heredadas raciales.
  - paradas herencia del colonialismo.
  - Independencia reciente de muchos pueblos africanos.
  - Inestabilidad política
  - Falta de estructura económica auto suficiente
  - Antagonismo étnico (hasta ahora insoluble)
  - Falta de una política adecuada <sup>para África</sup> de <sup>los</sup> potencias occidentales (E.U., Gran Bretaña y Francia)
  - Factores adversos al AFROcomunismo -
  - la existencia del ISAM - (Sudán, Chad, Nigeria, Malí)

00108F 0917

Alta Volta, etc.)

- Formación occidental de estrato culto de países que fueron colonias -
- Consideración por parte del marxismo del continente africano como un todo - Características multifacéticas de las diversas culturas africanas - (han sido tratadas de manera uniforme por el comunismo)
- Presencia del Cristianismo (mayoritario en: Uganda, Kenia - Guinea Ecuatorial -) Alto porcentaje en el Sudeste - Angola - Mozambique - Camerun - Costa de Marfil etc.)  
(Categorías religiosas (islámico, cristiano etc. deben ser revalorados)
- Positiva Influencia del poderío de Sudafrica que ejerce sobre sus vecinos.

### Diesman

- Sociedad Tradicional =
- " de los dirigidos desde dentro =
- " " dirigidos desde afuera =
- " de los hombres autónomos =

Martes - 13 - 11 - 1979 =

Materia: COMUNICACION SOCIAL -  
Prof: Rafael Alfredo Alonso -

Es una disciplina político - técnica sin vínculo administrativo para que no lo estorbe y funciona al más alto nivel: El jefe Supremo del Estado. -

Publicidad = Promoción económica -  
Propaganda = propagación de ideas. El componente  
de los individuos

Medios de Comunicación Social. También se denomina comunicación de masas, pero este término no es aconsejable. Medios son el vínculo con la población. Son los brazos ejecutores de la acción de gobierno a los gobernantes

Os aspectos teóricos do marxismo são cotejados nas passagens do manuscrito reproduzidas acima, o que denota o esforço intenso em conhecer o inimigo para descredibilizá-lo no campo teórico. A mais valia, por exemplo, um dos conceitos centrais desenvolvidos por Marx, foi estudado pelos repressores, o que pode sugerir preocupação com o meio sindical, mas também com o meio estudantil relacionado aos estudos acadêmicos da obra de Marx. Ao fim da referência a este conceito, podemos observar a preocupação com a “eliminación de la propiedad privada”, baluarte final de rompimento com as diversas formas de alienação que são citadas na sequência do documento. Com isso, fica claro que o projeto da repressão, amplamente estudado em meio aos Congressos da CAL e da LAM é regressivo, principalmente no que se refere aos possíveis avanços das pautas de esquerda nos meios econômico e social. Fecha-se o raciocínio com a menção à alienação educativa, como se sugerisse a reprodução da ideologia capitalista e de suas contradições a partir da difusão dos estudos sobre Marx, e não como demanda efetiva da história e por consequência da própria luta de classes.

É possível aprofundar a análise do trecho inicial do manuscrito reproduzido acima, ainda na parte em que o repressor anotou algumas divagações sobre o papel da “alienação” nos diversos campos da sociedade continuando as reflexões que já analisamos anteriormente. A ênfase no caráter ideológico do estudo (bricolagem) é central. Os campos da realidade social, tais como: economia, religião e educação são mencionados e desdobrados. A preocupação com a profundidade da teoria marxista é deixada de lado para resumir-se no “ateísmo”, com uma referência a “eliminación de Dios”. Conjugando questões de economia, política e religião foi uma estratégia do anticomunismo da LAM e da CAL e, ao que tudo indica, compuseram matéria de preocupação dos cursos de inteligência. Diante disso, é possível afirmar que tais cursos se assemelharam ao conteúdo doutrinário já apresentado nos Congressos das entidades. Sendo assim, ao

mencionar a seguinte passagem atribuída a Marx: “la religión es el ópio del pueblo”, retornamos ao conteúdo repetido nas doutrinas de guerra proliferadas pela América Latina nos de 1950-1960-1970, e também nos documentos da CAL que foram confeccionados no final dos anos de 1970, sempre com o objetivo de alarmar ao máximo a ação do inimigo. Este último entendido como destruidor das bases que fundamentam as sociedades ocidentais, vistas pelas entidades anticomunistas e, em consonância com as bases ideológicas que guiaram os cursos da repressão, como o principal ideal do “mundo livre” a ser defendido.

Como já foi discutido anteriormente, padres e pastores eram frequentadores dos Congressos e até mesmo o reverendo Moon<sup>122</sup> foi um de seus articuladores mundiais, com certo protagonismo, também na América Latina. Também integravam suas fileiras advogados, economistas e professores universitários. Sem dúvida, a amplitude dos disparates das entidades em seus GTs, deriva dessa composição heterogênea. Tratavam-se de temas abordados, também, nos cursos de inteligência.

Além desses aspectos ideológicos já mencionados, outro flanco de preocupação já enunciado no 3º Congresso da CAL de 1977, retomado no 12º Congresso da LAM de 1979, e citado no curso de inteligência foi (o combate) à ampliação do comunismo. A questão africana foi retomada a partir da menção ao “Afrocomunismo”, uma das frentes de ampliação do comunismo já discutidos no 3º Congresso da CAL que contou com representantes do anticomunismo angolano.

122 O Reverendo Moon foi um dos principais articuladores da LAM. No entanto, encontramos poucas referências a ele nos documentos da CAL e da LAM, e todas foram citadas até aqui. Outros materiais encontrados não são suficientemente fidedignos para compor uma análise mais profunda de sua trajetória nas entidades.

O estudo insistentemente superficial quando se refere ao teor ideológico e sua potencialidade de destruição demonstra bem o grau de preparo dos quadros envolvidos com este treinamento. Assim, a fusão entre premissas da DSN e da contrainsurgência são constituidoras de uma simbiose alarmista sobre a reprodução do comunismo, como antípoda da reprodução ampliada do capital. Levadas às últimas consequências, o raio de ampliação do comunismo só poderia ser contido com o cesarismo (policia) que aparece nos documentos manuscritos sendo preparado a partir da formação ideológica anticomunista e da práxis policia. Este cesarismo só pode ser entendido sob as bases da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, o estudo e, por consequência, o alarmismo das ações do inimigo buscam garantir preparação intelectual aos agentes da repressão. Em vários momentos, o processo de formação (intelectual) dos repressores se sobrepõe com exagero às reais capacidades de intervenção na realidade que pudessem adquirir, afinal, a preparação ideológica aqui em tela tinha por princípio a detecção (do) e ação contra o inimigo.

Inúmeros pontos de atrito com o marxismo são mencionados nos tópicos anotados por Campos Alum, mas a preocupação com a “formación occidental de estratos cultos dos países que fueran colonias” incidiu sobre a adaptação do anticomunismo ao novo contexto da luta, a partir do estabelecimento do perigo presente no processo de formação de seu antípoda. A alusão à democracia e sua difusão entre aquelas sociedades, e até mesmo uma estratégia de direção por parte do marxismo, estudado aqui nos manuscritos sob a imposição do combate violento, incapaz de considerar o contexto “multicultural” daquelas sociedades, é feita por meio das indicações que se pode aferir nos manuscritos. Como se trata de uma avaliação anticomunista, o marxismo não poderia deixar de ser avaliado como homogeneizador e totalitário, uma espécie de antípoda do “mundo livre”.

O nível de instrução (doutrinação) anticomunista que se debateu durante os congressos da CAL e da LAM, e que reaparecem nos manuscritos de Campos Alum nos estudos de inteligência, contou com alguns especialistas argentinos. Já citamos a participação da Professora de Comunicação Social, Rosa Julia Bellizzi. No entanto, entre os manuscritos de Campos Alum, encontra-se, também, o nome do Professor Rafael Alfredo Alonso<sup>123</sup>. As informações pessoais sobre este palestrante descrevem-no como um especialista da área de propaganda e marketing.

Numa de suas últimas atividades públicas, Rafael Alfredo Alonso ocupou a vice-presidência do “Organismo Regulador del Sistema Nacional de Aeroportos (ORSNA)”, na Argentina, sendo nomeado para o cargo em 2010. Motivo pelo qual manteve num blog seus dados biográficos, contestando as informações de seu currículo divulgado na página da ORSNA.

Entre os dados autobiográficos encontrados sobre Alonso consta sua participação na formulação do slogan “Los argentinos son derechos y humanos”. O slogan compôs a campanha publicitária da ditadura argentina, no ano de 1978, quando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos, visitou o país. À época, as *Madres de Plaza de Mayo* iniciaram uma organização social de reivindicação pela Memória, Verdade e Justiça sobre a desapareição de seus filhos, em plena copa do mundo de 1978, disputada na Argentina. Além das campanhas publicitárias pró-ditadura, o próprio mundial de futebol, vencido pela seleção argentina, teve como objetivo a criação de uma comoção nacional pró-ditadura.

123 Algumas informações mencionadas aqui estão disponíveis no Blog pessoal de Rafael Alfredo Alonso. Chama a atenção o título do blog, “Mi Verdadero CV”. Disponível em: <http://rafaelalfredoalonso.blogspot.com/>. Acesso em: 08/09/2018.

Rafael Alonso, teria participado, também, da campanha publicitária que deu a versão oficial sobre a Guerra das Malvinas, quando atuou na Secretaria de Informação Pública. Segundo Alonso,

Yo estaba en la Secretaria de Información Pública (SIP), donde llegué por mi suegro, el coronel Novelo, que era director de contrainteligencia de la SIDE y compañero de promoción de Videla. Mi función era desinformar a los medios sobre el verdadero rumbo de la guerra. Era director de información.

(...) e a mí se me ocurrió la frase "los argentinos somos derechos y humanos".

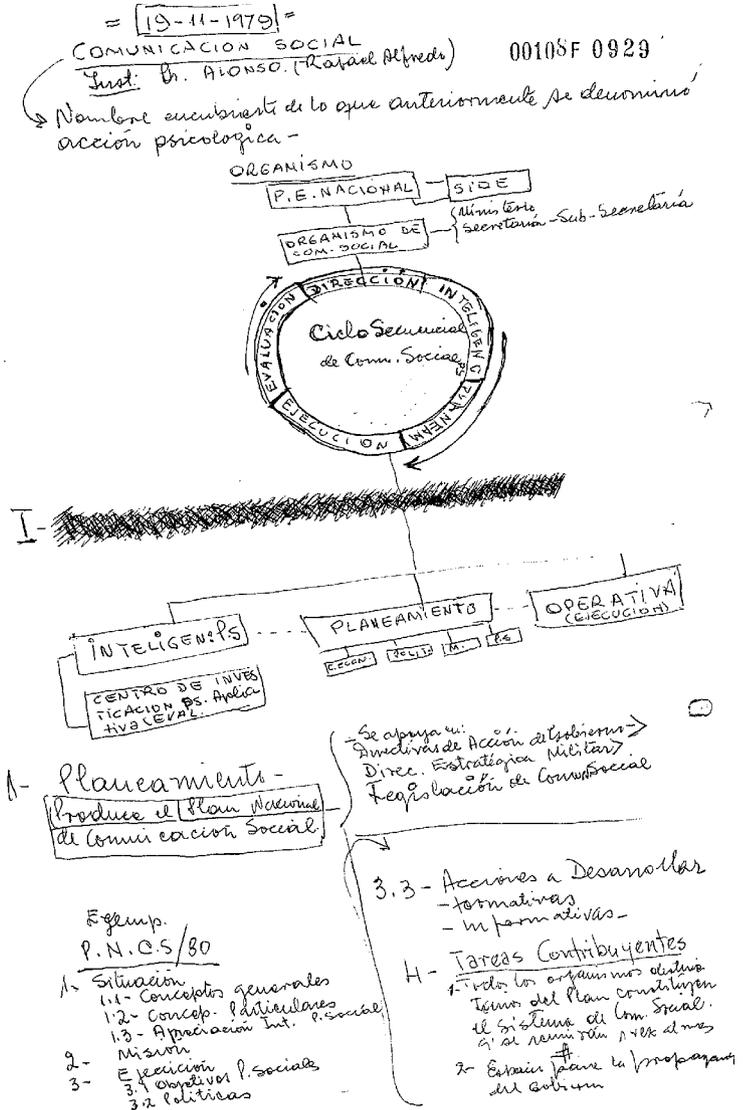
(...) también comencé a realizar una campaña de desprestigio al entonces presidente Jimmy Carter, y hacia publicar en algunos medios, cositas como que era un manicero devenido en presidente, inepto y obtuso, no sé si me creían, pero yo facturaba. También viaje como loco por Europa (...). Lo mío era la contracampaña. Te podrás imaginar que mi relación con la junta era muy, muy cercana.<sup>124</sup>

Portanto, a atuação de Alonso como instrutor de publicidade em cursos de inteligência foi possibilitada pelo apoio que prestou à ditadura de TDE na Argentina. A própria preocupação dos membros da LAM com a publicidade esteve de acordo com os objetivos de apoiar governos anticomunistas, assim como o fizera Alonso.

Além de estudos sobre o uso da propaganda, Campus Alum também produziu anotações sobre o comportamento humano e sociologia. Em outro trecho dos manuscritos, já na retomada dos estudos acerca da comunicação social, em um tópico especificamente direcionado à guerrilha, observamos às seguintes anotações:

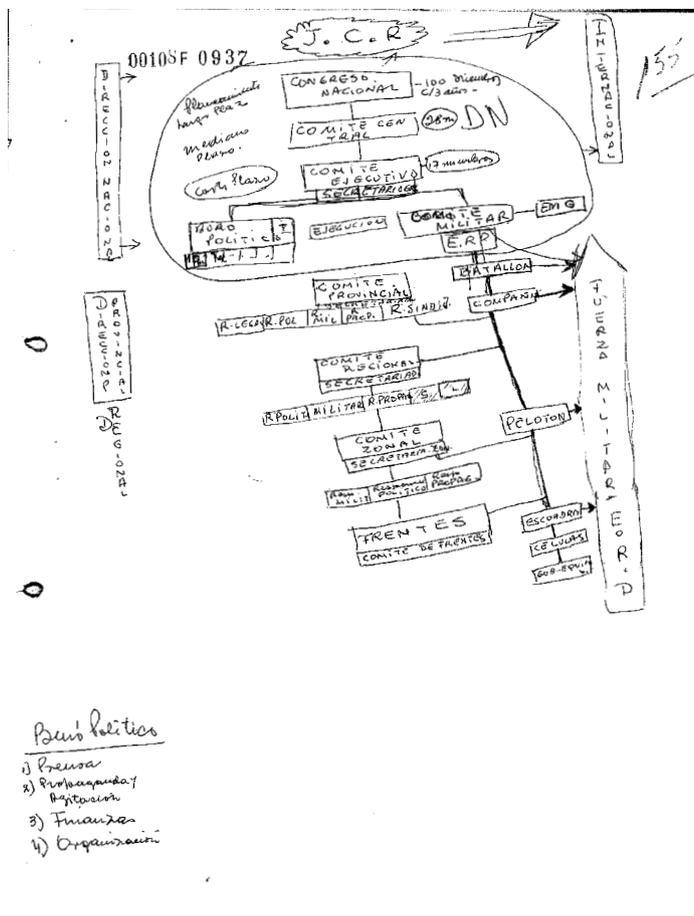
124 Id. Ibid.

FIGURA 13: Manuscritos de estudos sobre "Comunicação social e Terrorismo" e "Comunicação Social" do repressor paraguaio Antonio Campos Alum, confeccionados durante um curso sobre inteligência ofertado pela SIDE argentina, (19/11/1979).



Outro trecho das anotações sugere a conexão das guerrilhas na Junta Coordenadora Revolucionaria (JCR), principal pretexto justificador para a estruturação da Operação Condor. A reprodução a seguir, praticamente repete o organograma que já reproduzimos no início do capítulo onde consta a referência à JCR:

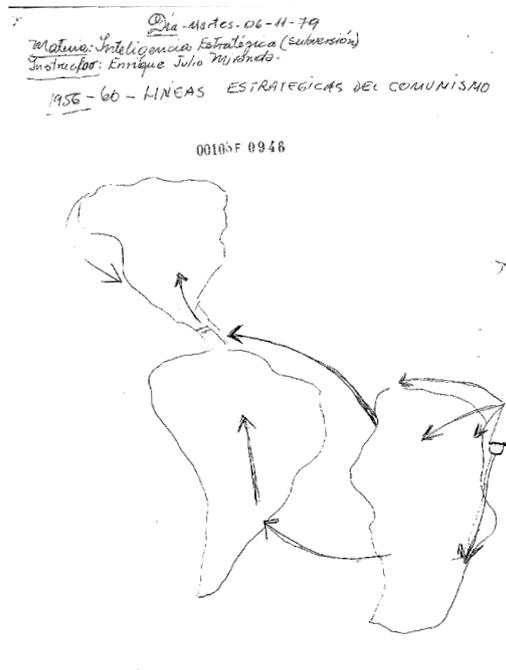
FIGURA 14: Manuscritos de estudos sobre “Comunicação social e Terrorismo” e “Comunicação Social” do repressor paraguaio Antonio Campos Alum, confeccionados durante um curso sobre inteligência ofertado pela SIDE argentina, (20/11/1979)





A mescla de temas anticomunistas, realidade social, comunicação social e propaganda e publicidade não foi trabalhada de forma linear. O próprio tema da inteligência foi abordado no início do curso e só foi retomado no final. Como veremos na reprodução a seguir, a questão da ampliação do comunismo foi elaborada tendo por base um desenho de mapa que envolveu os continentes asiático, europeu, africano e americano. Nesse sentido, a conexão internacional promovida pelo comunismo, como sugere o desenho a seguir, deveria ser estudada e combatida com contra-conexões internacionais, obedecendo as rotas que compunham o que foi chamado de “linhas estratégicas do comunismo”, como podemos observar:

**FIGURA 16: Manuscritos de estudos sobre “Inteligência estratégica e subversão” do repressor paraguaio Antonio Campos Alum, confeccionados durante um curso sobre inteligência ofertado pela SIDE argentina, (06/11/1979).**



Como se pode aferir, para estes cursistas, a conexão da URSS perpassaria a África, entraria na América pelo sul, passando pela América Central e Caribe, até atingir seu último objetivo, a América do Norte. Desta forma, a justificativa para as conexões repressivas extracontinentais seriam meras respostas ao movimento do “inimigo”. A bagagem de conhecimento, mesclada com alarmismo e ativismo anticomunista, atuou de forma a justificar o novo contexto da corrida armamentista que fechou os anos de 1970 com um alerta máximo partindo da repressão. Pela indicação da fonte, o ponto nevrálgico das articulações armamentistas que pudessem sustentar a posição do Ocidente diante do quadro de competição com o Oriente eram os EUA. Nesse sentido, a defesa hemisférica baseada na DSN, tendo por base contenção do avanço do comunismo sob a lógica de ação da repressão, incidindo sobre o “inimigo interno”, transformou a América Latina, a África e a Europa em trincheiras avançadas de defesa da posição capitalista no contexto da corrida armamentista que fechou ao anos de 1970 tendo como principal e última trincheira a ser defendida os EUA.

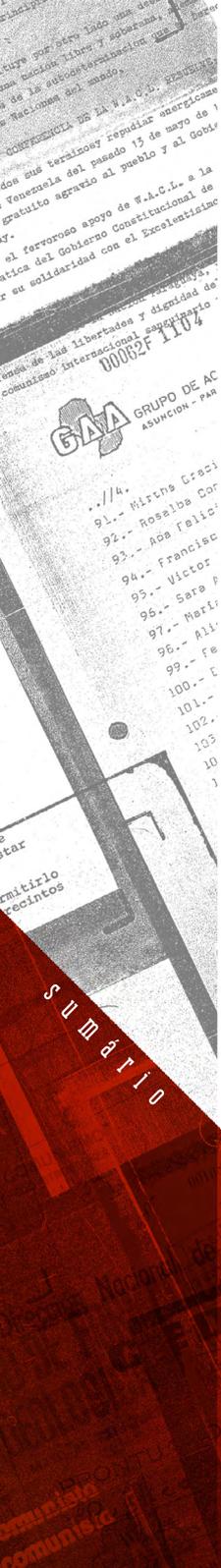
Nesse sentido, a metáfora da guerra como promotora da política adquiriu contornos definitivos para estes repressores. Ao estabelecer formas deterministas de controle da realidade relegados aos inimigos, foi no estabelecimento do ideal de defesa hemisférica que se revelou o principal interesse em alarmar o avanço do comunismo no período de ascensão do que Perry Anderson denominou de “novo Keynesianismo Militar disfarçado”.<sup>125</sup> A este movimento correspondeu o fortalecimento do anticomunismo como principal característica da ideologia neoliberal que se tornaria hegemônica anos mais tarde.

Nesse sentido, toda a preparação ideológica visando a prática repressiva demonstrou que as transformações ocorridas nas diversas polícias são as transformações que ocorreram nas sociedades.

125 ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Op. Cit. p. 12.

A promoção e irradiação de uma cultura do medo, como discutido por Enrique Padrós, foi minuciosamente preparada por meio de congressos anticomunistas e estudos teóricos e práticos realizados por repressores que frequentaram os diversos cursos de formação da inteligência latino-americana.

Ao praticar a repressão baseada nos preceitos de luta contra o “inimigo interno”, alarmada nas tentativas de definição e estudo da estratégia deste inimigo, como atestam os diversos manuscritos em consonância com a elaboração técnica e militar já presente tanto nos manuais da repressão, bem como nos discursos e reuniões de anticomunistas, a criminalização e perseguição das oposições foi praticada sem tréguas. Nesse sentido, a luta de classes foi alarmada com brados de violência jamais abandonados pelos defensores da posição capitalista. O traço estrutural desta ação foi a defesa do anticomunismo intransigente. Ao inimigo nenhuma forma de convivência foi proposta. Pelo contrário, toda proposta de convivência foi rechaçada, combatida e alarmada como campo de avanço do comunismo.



## CONCLUSÃO

Após 46 anos de sua fundação, a CAL continua a protagonizar um dos episódios de cooperação anticomunista sub-regional mais intrigante e desconhecido de nossa história. Após 54 anos da onda de Golpes militares que se abateu sobre a América Latina (apoiados pelos setores dominantes destas sociedades), tendo como percussor o Brasil e sua contrarrevolução cesarista de 1964, os circuitos de colaboração com golpes e ditaduras dos anos de 1960-1970 e 1980 continuam, em parte, desconhecidos.

A história da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) demonstrou um novo capítulo das conexões anticomunistas alinhadas aos preceitos irradiados pela Doutrina de Segurança Nacional em meio às ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado. A dedicação ativista e intelectual de quadros anticomunistas civis e da repressão que participaram, tanto da CAL quanto da Liga Anticomunista Mundial (LAM), foi um dos principais ingredientes de seu sucesso. O êxito de atuação da CAL e da LAM residiu, sobretudo, na sua predisposição para a ação e intolerância contra qualquer forma de convivência com o bloco soviético. Neste sentido, sua existência, em meio ao contexto da Guerra Fria, foi garantida pela aproximação de ambas as entidades com os órgãos de repressão. Desta forma, a CAL pôde assumir uma identidade anticomunista radical que rechaçou qualquer forma de consenso em torno da aliança entre capital e trabalho que colocasse em risco a hegemonia do primeiro em detrimento da autonomia do segundo.

As conexões anticomunistas construídas e estruturadas pela CAL sob apoio da LAM representaram o ápice de um projeto contrarrevolucionário que encontrou nas Américas sob intervenção

militar um terreno propício para o apoio a governos anticomunistas extremados. As ações planejadas e até mesmo postas em prática em alguns casos, demonstraram o nível de organização e o apreço pelos valores antidemocráticos e fascizantes que foram reverberados pela CAL em seus Congressos. A manutenção da luta de classes em níveis alarmantes foi uma dentre as principais ações engendradas por estas entidades, com forte promoção da violência como única relação social para a manutenção dos valores capitalistas.

A atuação da CAL entre os anos de 1972 e 1979 intensificou a atividade e o ativismo anticomunista subcontinental visando, sobretudo, gerar confusão entre os setores de organização dos trabalhadores, haja vista sua intensa preocupação em forjar formas de vigilância e combate ao comunismo e, por consequência, a toda e qualquer forma de organização autônoma dos trabalhadores. Ao elaborar propostas de colaboração e planejar ações complementares com a repressão, a CAL ofereceu espaços para trocas de experiências intolerantes com o comunismo. A participação de setores dominantes visando a construção de estratégias de manutenção da dominação e garantias de funcionamento do circuito ampliado do capital insuflou a violência como política de não convivência com pautas populares e/ou direcionadas à aquisição de autonomia por parte dos setores dominados.

A pesquisa que apresentamos possuiu como pressuposto trazer à tona formas de cooperação repressivas e anticomunistas que até então não foram suficientemente investigadas. Ao concluir este trabalho, esperamos ter cumprido esta tarefa. Afinal, a partir da transnacionalização da Liga Anticomunista Mundial (LAM) para a América Latina, saindo de seu centro difusor localizado na Ásia, passando pela Europa e Estados Unidos e, finalmente, se estabelecendo e se ampliando na América Latina através da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL), observamos o salto qualitativo dado pela

contrarrevolução no subcontinente em meio às ditaduras de Segurança Nacional, visando suprimir as formas de organização que pudessem representar a hegemonia dos interesses do mundo do trabalho.

Com o estabelecimento do subcapítulo subcontinental da LAM na América Latina, novas formas de cooperação foram planejadas e engendradas pela CAL, dando novo fôlego e reforçando a convicção de subalternidade e recalitrância entre os setores da burguesia subalterna, dependente e associada, haja vista sua aparição em países com níveis catastróficos detectados na luta de classes nos anos de 1970, tais como México e Argentina, e mais tarde, Brasil e Paraguai. As soluções de violência e intolerância relacionadas ao combate do inimigo comunista, demonstraram a faceta cruel e terrorista organizada em entidades que atuaram para oferecer espaços de trocas de experiências entre anticomunistas que se propusessem a combater e alarmar o comunismo e seu avanço de tal forma que qualquer possibilidade de convivência fosse criminalizada e tratada como assunto de confronto direto e aberto.

Os mecanismos próprios de filiação de ambas as entidades demonstraram que a capacidade de articulação e cooperação almejados para as ações anticomunistas requereu uma fidelidade canina, tanto às pautas da entidade como aos preceitos anticomunistas de defesa do capitalismo difundidos pela CAL e pela LAM tendo por base um projeto de extração de mais valia que não permitiria a consideração de grandes concessões aos trabalhadores. Disso derivou sua postura intransigente e cesarista no que se refere à resolução dos conflitos gerados pelo capitalismo em sua relação com o mundo do trabalho, o que gerou mobilização em clima de manutenção de insegurança e desconfiança ao menor sinal de discordância com as entidades (mesmo que essas discordâncias não existissem).

A revisão bibliográfica e a incorporação de novas fontes bibliográficas ao percurso da análise, nos ofereceu mais do que uma base de análise crítica ao que já se conhecia a respeito da atuação de ambas as entidades. Além de possibilitar uma base crítica ao cotejamento das fontes, foi possível detectar equívocos registrados na bibliografia com relação a cronologia das ações engendradas pelas entidades, bem como avançar sobre aspectos fundamentais no que tange à preparação das ações da CAL.

O estabelecimento dos 21 pontos relacionados à constituição de uma Agência de Comunicação Internacional (ACI) demonstrou a disposição para a construção de formas de cooperação anticomunista, tendo como foco a estruturação de mecanismos especificamente policiais e empresariais de coleta e difusão de informações sob pretexto de contrapor-se à manipulação comunista dos meios de comunicações. Ao justificar tal ação visando o apoio aos governos anticomunistas, bem como separar e tratar informações que revelassem qualquer correção de rumos na política do contexto subcontinental, a CAL se apresentou como entidade dotada de um projeto de disputa de hegemonia em favor do anticomunismo radical para garantir a manutenção da dominação capitalista. Nesse sentido, ao alarmar e vigiar o avanço do comunismo, a CAL militarizou-se e propôs o cesarismo militar-policial como solução definitiva para tais conflitos.

Mesmo sem concretizar o projeto da ACI tal qual fora estipulado nos 21 pontos de seu planejamento, a CAL continuou denunciando e alarmando a necessidade de intervir no processo de produção e difusão de informações nos meios de comunicação para gerar entre os representantes de seus subcapítulos o consenso em torno da necessidade de investir recursos financeiros na luta contra o comunismo. O exemplo mexicano foi repetido em várias oportunidades como ideal de participação na luta, já que o aporte de US\$50.000,00 supostamente investido pela FEMACO na CAL foi repetido em várias ocasiões como

um exemplo a ser seguido. Ademais, ao planejar a ACI a CAL elevou o ativismo anticomunista a novos patamares de cooperação, tendo em vista a intervenção na luta de classes.

Partindo desta experiência, a CAL produziu avaliações da realidade consortes aos desígnios das transformações econômicas pelas quais passaram os países vigiados por esta entidade. Além disso, a confiança e promoção da solução militarista foi usada como principal trunfo definitivo sobre o comunismo. A própria caracterização do campo político usando de jargões policiaiscos e belicosos para produzir avaliações, caracterizou as propostas de intervenção na arena política planejadas pela CAL. Ao encerrar o 2º Congresso da entidade em 1974 e encaminhar a preparação do 3º Congresso em 1977, a CAL aderiu completamente ao campo militar como única possibilidade de derrotar definitivamente o comunismo.

O dado contextual mais relevante sobre essa questão foi o processo de implantação da ditadura chilena. Os membros da delegação chilena, inclusive, foram amplamente prestigiados na abertura, desenvolvimento e conclusão do 3º Congresso ocorrido em 1977. O discurso do General Leigh Guzmán foi reverberado por praticamente todos os participantes daquele Congresso, revelando a adesão ao contexto neoliberal representado por aquela experiência de acordo com o que Perry Anderson denominou de “Keynesianismo militar” como a faceta mais clara de implantação do neoliberalismo na América Latina. Essa seria a faceta da atualização das formas de exploração representada pela reestruturação neoliberal cujo laboratório foi o Chile Friedman-pinochetista.

A reestruturação neoliberal foi ampla. Nesse sentido, a CAL foi um objeto de pesquisa privilegiado para que pudéssemos acompanhar tais transformações a partir do que elas representaram em termos do treinamento de inteligência para policiais latino-americanos, tendo

por base a atuação do repressor Antonio Campus Alum nos circuitos de treinamento técnico das polícias e também na própria CAL. Os documentos da CAL arquivados entre os materiais dispostos no *Archivo del Terror*, nos permitiram perscrutar tais transformações a partir do olhar vigilante das ações de inteligência policial. Antonio Campus Alum foi um exímio representante da transformação no perfil tecnocrático-intelectual dos produtores de inteligência policial. Os manuscritos redigidos por este repressor do já extinto órgão do Departamento Técnico da Polícia Paraguaia, também conhecida como *La técnica*, assim o comprovam.

Foi na atuação de repressores como Campus Alum que se estabeleceu o *enlace* entre o complexo LAM/CAL com a repressão. Martín Almada já havia mencionado tais laços orgânicos em seu depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados brasileira em 2016 durante um seminário sobre a Operação Condor. Naquela ocasião, o Professor e ativista pela abertura dos arquivos das ditaduras e defensor dos Direitos Humanos mencionou a vinculação entre Campos Alum e o banqueiro brasileiro Carlo Barbieri Filho.

Para Almada, a LAM financiou a Operação Condor. No entanto, não foi possível encontrar vinculações diretas entre os dois complexos anticomunistas e a Operação, pelo menos durante a análise da documentação à qual tivemos acesso. Mesmo assim, isso não significa que não houvessem algumas provas desta vinculação, mesmo que não se possa encontrar documentos que se referiam ao suporte material supostamente engendrado pela LAM/CAL à Operação Condor, esta cooperação ocorreu por meio dos quadros da CAL e da LAM que atuaram tanto nos aparatos de repressão quanto nos circuitos do capital financeiro. Neste quadro de possibilidades é possível compreender e até racionalizar a possibilidade de que ambas as entidades possam ter oferecido aporte financeiro não só a Operação Condor, mas também a

outras iniciativas que pudessem ser compreendidas como pautas de interesse da luta anticomunista.

A partir da análise de ambas as documentações, tanto do complexo LAM/CAL quanto de parte da documentação da Operação Condor, foi possível rastrear a participação do principal representante das entidades anticomunistas, o policial e advogado Antonio Campus Alum, em treinamentos de inteligência que mesclaram materiais informativos próximos aos que analisamos na documentação do complexo LAM/CAL. Além dele, outros repressores que se vincularam a esquadrões de extermínio das oposições, como João Vieira Correa, o João da Metralhadora, quadro do Comando de Caça aos Comunistas do Brasil (CCC), endossam o estreitamento de laços entre a CAL e as operações de repressão especialmente preparadas pelas polícias e demais órgãos militares sob ditaduras.

A ampla atuação da CAL não se restringiu ao estreitamento de laços com a repressão, muito embora este seja um dos seus dados mais significativos. A participação dos intelectuais orgânicos, principalmente preocupados com os rumos da educação, também foi um dado significativo das ações preparadas pela CAL. Professores e técnicos da educação que se articularam na CAL já traziam consigo uma postura privatista e empreendedora da educação, como demonstrou a participação de delegados do Chile no 3º Congresso da Cal de 1977. Estes setores trouxeram um cabedal importante para a CAL, além de ser um dos meios para justificar o lema de defesa ao “mundo livre” tantas vezes repetidos pela CAL em seus documentos.

Esta concepção especialmente aplicada à educação, possuiu caráter amplo no que se referiu à vigilância dos movimentos estudantis e das atividades de intelectuais progressistas situados no campo da esquerda. Por isso, as repetidas avaliações das atividades universitárias sob denúncia do grau de influência “marxista-

comunista” procuraram aniquilar formas de resistências ao avanço do capitalismo. A educação foi uma das principais áreas de interesse de atuação dos clérigos que se apresentaram aos Congressos da entidade. Sendo assim, a vigilância do contexto educacional se estendeu às atividades religiosas de Padres progressistas que pudessem ser enquadrados como adeptos dos delineamentos do Concílio Vaticano 2º. Portanto, ao alarmar as atividades de padres progressistas como uma das portas de entradas do comunismo, a CAL procurou afirmar-se como uma entidade capaz de organizar a recalitrância dos setores conservadores da Igreja Católica.

Ainda no que se refere ao campo religioso é possível concluir que as seitas religiosas que fizeram parte da CAL conviveram harmonicamente com os setores conservadores da Igreja católica, salvo o conflito entre TFP e a Liga Juvenil Anticomunista mencionado no capítulo 2. O que os uniu foi o anticomunismo extremado e intransigente. A tarefa messiânica que se atribuiu à CAL no campo da reunião e organização dos anticomunistas, ofereceu-lhes um ponto de convergência de interesses capaz de delimitar pautas comuns de manutenção da hegemonia conservadora entre os setores religiosos. Pautas que formaram um quadro complementar à manutenção dos ideais de exploração capitalista dos trabalhadores.

As transformações que foram introduzidas nos órgãos policiais foram acompanhadas (e até mesmo pensadas e preparadas) pela CAL. De certa forma, esta entidade se antecipou a certas formas de cooperação que se materializaram nas cooperações policiais-militares após 1975 com a formalização da Operação Condor. Nesse sentido, a CAL foi um laboratório de cooperação marcadamente anticomunista que mais tarde seria concretizado na Operação Condor. No entanto, a CAL manteve-se como reserva cesarista-policia que manteve quadros da repressão, empresários, religiosos, professores e até mesmo lideranças populares anticomunistas em

permanente atividade. O 3º Congresso da CAL em 1977, reordenou o papel da organização em meio às transformações que se anunciaram nos diversos contextos ditatoriais. A partir de então, a refutação da política de defesa dos Direitos Humanos de Carter nos Estado Unidos e a abertura da entidade para participação de anticomunistas de todo o mundo foi a anúnciação dos novos tempos de luta. Nesse sentido, a CAL foi um aparelho de hegemonia cesarista-policial que funcionou como reserva moral do anticomunismo revelando-se, também, um partido no sentido gramsciano.

Atualmente, o anticomunismo demonstrou novamente seu poder ao eleger um militar para a presidência do Brasil. Toda a sua campanha eleitoral investiu pesado na criminalização do ativismo e ameaças à oposição com forte conotação religiosa. Acusações aos partidos políticos progressistas, criminalização dos movimentos sociais sob a alegação de “terrorismo”, cerceamento da liberdade de cátedra e mobilização nas universidades públicas, dentre outras ações já discutidas aqui nesse livro, foram usadas. O apoio declarado de grandes empresários sob forte indícios de terem colaborado para a constituição de estruturas clandestinas de fabricação de notícias falsas sobre a oposição, permitiu o avanço da extrema-direita no poder. Trata-se de mais um pesado capítulo do anticomunismo mundial que ainda está em vigência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Martin. *Depoimento*. In: Comissão de Direitos Humanos e Minorias: Seminário Internacional "Operação Condor", 2012.

ANDERSON, Scott; ANDERSON, Jon Lee. *Inside the League. The shocking exposé of how terrorists, Nazis and Latin American death squadshave infiltrated the World Anti-Communist League*. Nova York: Dodd, Mead & Company, 1986.

ASSIS, D. *Propaganda e cinema: a serviço do golpe, 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2001.

ASSMANN, H. *A trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BALVÉ, C. Beba & BALVÉ, Beatriz S. *El '69; huelga política de masas. Rozaríazo- Cordobazo- Rozaríazo*. Buenos Aires: Ediciones ryr – CICSO. 2005.

BELLANTT, R. *Old Nazis, the New Right, and the Republican Party: Domestic fascist networks and their effect on U.S. cold war politics*. Boston, MA : South End Press, 1991,

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; VERBITSKY, Horacio. *Cuentas Pendientes: Los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores S.A, 2013.

BOSCH, J. *El Pentagonismo*. I. ed. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1968.

BROQUETAS, Magdalena. *La Trama Autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958-1966)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALIL, G. *O Revisionismo sobre a Ditadura Brasileira: a obra de Elio Gaspari*. Segle XX. Revista catalana d'història, 2014.

CALLONI, S. *Opreación Condor: Pacto criminal*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papyrus, 2007.

CAVALLO, Ascanio. *La Historia Oculta del Régimen Militar*. Santiago del Chile: Uqbar Editores, 2008.

CEZAR JUNIOR, Gervasio. *Revista Visão: Construção, Organização e Difusão do Projeto Neoliberal no Brasil na Década de 1970*. 211 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon 2011.

CHOMSKY, Noam. *O Que o Tio Sam Realmente Quer*. 2ª ed. Brasília: UnB, 1994.

COGGIOLA, O. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

COMBLIN, J. *A Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1980.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO "RUBENS PAIVA". Relatório - Tomo I - Parte I - Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política, 2013.

DIAS, E. F. *Gramsci em Turim: a concepção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, Edmundo. *Hegemonia: Racionalidade que se faz história*. In: O Outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.

DUARTE-PLON, Leneide. *A Tortura como Arma de Guerra: Da Argélia ao Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DUHALDE, D. L. *El Estado Terrorista Argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

\_\_\_\_\_. *1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, F. *O Papel da Violência na História*. Lisboa - Moscovo, Editorial "Avante!" - Edições Progresso 1982.

FERNANDES, F. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo, Hucitec, 1979.

FERNANDES, Ananda; PADRÓS, Enrique; LOPEZ, Vanessa; BARBOSA, Vânia. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. Volume III. Porto Alegre: Corag, 2010.

FILHO, J. R. M. *Rebelião Estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

FONTES, V. *O Brasil e o Capital-Imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FORSINI, Fabio. *Ideologia em Marx e em Gramsci*. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 559-582, jul./dez. 2014.

GALLO, Carlos Artur e RUBERT, Sylvania. *Entre a Memória e o Esquecimento: Estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GIL, A. *Bolívia: duas Revoluções Nacionalistas?* Perspectivas, São Paulo, v. 33, p. 157-189, jan./jun. 2008.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1. Introdução ao Estudo da Filosofia de Benedetto Croce. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere - Volume 2. Os Intelectuais. O Princípio Educativo*. Jornalismo. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere - volume 3. Maquiavel - Notas Sobre o Estado e a Política*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere. Volume 4. 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere. Volume 5.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GREEN, J. N. *Apesar de Vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estado Unidos (1964-1985)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1870: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, O. *Capitalismo, Violência e Terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INTERNATIONAL AMNESTY. *Report on Allegations of Torture in Brazil Nottinhan*. England: Russel Press, 1973.

JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2015.

LENIN, V. *Imperialismo: Fase superior ao capitalismo*. Lisboa-Moscovo, Editorial Avante! - Edições Progresso, 1984.

LIGUORI, G., VOZA, P. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOPES, F. *The Feathers of Condor, Transnational State Terrorism, Exiles and Civilian Anticommunism in South America*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2016.

LÓPEZ, Damián. *La guerra cristera (México, 1926-1929). Una aproximación historiográfica*. Historiografías, 1 (primavera, 2011).

LOSURDO, D. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora UNESP, 2004.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. *Acumulação do Capital: Contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACEDONIO, M. N. *Historia de una Colaboración Anticomunista Transnacional: Los Tecos de la Universidad Autónoma de Guadalajara y el gobierno de Chiang Kai-Shek a principios de los años setenta*. In: *Historia y problemas del siglo XX*, Volumen 1, Año 1, 2010.

MACSHERRY, P. *Predatory States, Operation Condor and Covert War in Latin America*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005.

MACHADO, Rodolfo Costa. *Alfredo Buzaid e a Contrarrevolução Burguesa de 1964: Crítica histórico-imanente da ideologia do direito, da política e do Estado de Justiça*. Dissertação (Mestrado em História). 2015. 875 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PC-SP), São Paulo, 2015.

MARIUCCI, E. *Rosa Luxemburgo: capitalismo, reprodução ampliada e violência*. Instituto de Economia da Unicamp, 2014.

MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013

MENDÉZ, Jose Luiz. *Bajo las Asas del Condor*. Habana: Editorial Capitán San Luis, 2010.

MOLAS, R. R. *Historia de la Tortura y el Orden Represivo en la Argentina*. Buenos Aires: EUDEBA, 1985.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *A Desordem Mundial*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)* 2º Ed.– Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. *Fórmula para o Caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, R. P. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo No Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado. São Paulo - SP, São Paulo, 2000.

PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. 2005. 2 v. 875 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, E. S.; RIBEIRO, M. V. *Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado*. Revista Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 2012.

PADRÓS, E. S. *Cone Sul em Tempos de Ditadura: Reflexões e debates sobre a história recente*. Porto Alegre: EVANGRAF-UFRGS, 2013.

PARENTI, Michael. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PASCUAL, A. L. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976-1983*. Brasília: Editora UNB, 2004

PAZ, A. B.; LÓPEZ, M. H.; PECCI; GUANES, G. G. *En los Sotanos de los Generales: Los documentos ocultos del Operativo Condor*. Asunción: Servilibro, 2014.

PAZ, A. B.; GONZÁLEZ, M.; PALAU, R. *Es mi Informe.- Los archivos secretos de la Policía de Stroessner*. 5ª. ed. Asunción: Servilibro, 2006.

PERÓN, Juan Domingo. *La Hora de los Pueblos*. Madrid: Editorial Norte, 1968.

PONGE, Robert. 1968, *Dos Movimentos Sociais à Cultura*. In: Organon, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, 2009,

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007.

\_\_\_\_\_. *Fascismo e ditadura*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

SILVA, C; CALIL G; BOTH, M. *Ditaduras e Democracias: Estudos sobre Poder, Hegemonia e Regimes Políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre/Marechal Cândido Rondon: FCM, 2014.

RAMOS, Alexandre Arienti. *O Projeto De Incentivo Da Indústria Bélica Brasileira (2003-2013)*. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder. Institutos y acción política en Brasil y Argentina. IPÉS, FIEL y Fundación Mediterránea*. Buenos Aires: Lenguaje Claro Editora, 2007.

REATO, C. *Disposición Final: La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012

REIS FILHO, Daniel Arão. *O Século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROBIN, M. M. *Escuadrones de la muerte, la escuela francesa – 1ª Ed – Campana, Argentina, 2014*. e DUARTE-PLON, Leneide. *A Tortura como Arma de Guerra – Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ROSTICA, J. (2018). *La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980)*. Desafíos, 30(1), 309-347.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANGUINETTI, J. M. *En La agonía de una democracia: proceso de la caída de las instituciones en el Uruguay*

SILVA, C; CALIL G; BOTH, M. *Estado e Poder: Ditadura e Democracia*. Cascavel: Edunioeste, 2011.

SILVA, C. L.; CALIL, G.; BOTH, M. *Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

SILVA, Igor Castellano da. *Congo, a Guerra Mundial Africana: Conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista a Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)*. 2008. 241f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS.

SOLARES, Jorge. *Jacobo Árbenz: "soldado del pueblo", "coronel de la primavera"*. Guatemala : Universidad de San Carlos de Guatemala, Dirección General de Investigación, Unidad de Publicaciones y Divulgación, Dirección General de Extensión Universitaria, TV USAC, 2015.

TAPIA VALDÉS, J. A. *El Terrorismo de Estado: La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cone Sur*. Ciudad de Mexico: Editorial Nueva Imagen S.A., 1980.

TRINQUIER, Roger. *La Guerra Moderna*. Buenos Aires: Ediciones Cuatro Espadas. 2ª Edición, 1981.

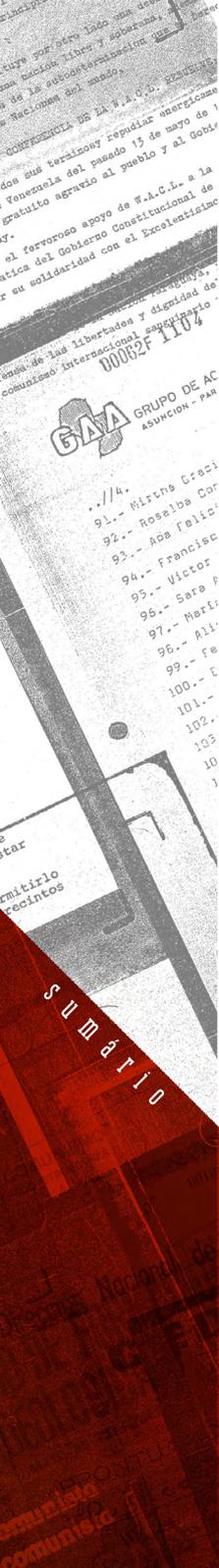
VERBITSKY, Horacio. *Historia Política de la Iglesia Católica: La Mano Izquierda de Dios*. Tomo IV. La Última Dictadura (176-1983). Buenos Aires: Sudamericana, 2013

\_\_\_\_\_. *Ezeiza*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1985.

WEBER, Regina; SCHMIDT, Benito Bisso. *Dossiê Etnicidade*. Anos 90. Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.13-42, jan./dez. 2005.

YOFRE, Juan B. 1982: *Los Documentos Secretos de La Guerra de Malvinas/ Falklands y el Derrumbe del Proceso*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

\_\_\_\_\_. *Fuimos Todos: Cronología de un fracaso 1976-1983*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.



## SITES PESQUISADOS

AGENCIA INFORMATIVA “CIRIACO CUITIÑO”. *De la Agrupación Patriótica AURORA*. Nelson Castro, pro aborto y ¿mason?. Argentina, 2018. Site disponível em <http://ciriaco-cuitinio-vuelve.blogspot.com.br/> acesso 10/10/2018.

ALONSO, Rafael Alfredo. *Mi Verdadero Cv*, Me Nombre La Presidenta Cristina Fernández De Kirchner II. Argentina, 2011. Disponível no site: <http://rafaelalfredodalonso.blogspot.com/Acesso> em 22/09/2018.

ALLEN, J. S. *O Plano Marshall. Marxists*. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/02/plano.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/02/plano.htm)>. Acesso em: 22/05/2017.

ADALBE, Sara. *Recuerdos de la Muerte*. Entrevista. Disponível em: <https://exactas.uba.ar/noticias/recuerdos-de-la-muerte/>. Acesso em: 17/10/18.

AGRUPACIÓN PATRIÓTICA AURORA. Carlos a. *Disandro y una conferencia de 1971 sobre la sinarquía*. Argentina, 2009. Artigo disponível no site: <<http://aurora-arg.blogspot.com.br/2009/06/carlos-disandro-y-una-conferencia-de.html>>. Acesso em 13/02/2017.

BOUNEAU, Denis. *Sasakawa, a Respected War Criminal*. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article30028.html>. Acesso em: 27/10/2018.

BUAP. Disponível no site <http://www.revistareplica.com/index.php>. Acesso em 02/10/2018.

CHOMSKY, N. *Por que a Segurança Nacional dos EUA nada tem a ver com Segurança*. In: Carta Maior: Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Por-que-a-seguranca-nacional-dos-EUA-nada-tem-a-ver-com-seguranca/6/31585>>. Acesso em 03/12/ 2016.

CPDOC. C.f.: Joaquim Miguel Vieira Ferreira. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/JG/audiovisual/joaquim-miguel-vieira-ferreira>

\_\_\_\_\_. *Joaquim Miguel Vieira Ferreira*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/JG/audiovisual/joaquim-miguel-vieira-ferreira>>. Acesso em: 25/11/2017.

CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-7/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional> Acesso em: 02/10/2018.

ENGELS, Friederich. *Anti-Dhuring*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>> . Acesso 15/03/2017

GAMA, Junia. *Ditadura forneceu armas para repressão no Chile*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ditadura-forneceu-armas-para-repressao-no-chile-5361897>. Acesso em: 30/12/2016.

GAUDICHAUD, F. *De Santiago a Caracas, o golpismo de Washington*. Disponível: <http://diplomatie.org.br/de-santiago-a-caracas-o-golpismo-de-washington/>, Acesso em 01/07/2017.

ITAIPIU BINACIONAL. A história da Itaipu. Disponível no site: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/positionpapers/itaipu-o-tratado-que-uniu-vizinhos-e-e-exemplo-para-o-mundo>. Acesso 16/04/2017.

LA RED 21. *Operación Morgan: diez años de represión contra los comunistas*. Argentina, 2007. Disponível no site: <<http://www.lr21.com.uy/politica/261059-operacion-morgan-diez-anos-de-represion-contra-los-comunistas>> . Acesso em 05/06/2018.

LA DIARIA. *Ayer se realizó un "escrache" a dos acusados de aplicar técnicas psicológicas contra presos de la dictadura en el Penal de Libertad*. Montevideu, 2010. Disponível no site: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2010/12/mala-praxis/> acesso em 18/06/2018.

MIRAS, Eugenia. *La Guerra de los cristeros, la terrible masacre civil y la deshonrada participación norteamericana*. In: ABC.es. Disponível em: [https://www.abc.es/historia/abci-guerra-cristeros-terrible-masacre-civil-y-deshonrada-participacion-norteamericana-201804171815\\_noticia.html](https://www.abc.es/historia/abci-guerra-cristeros-terrible-masacre-civil-y-deshonrada-participacion-norteamericana-201804171815_noticia.html) acesso em 02/04/2017.

MEYSSAN, Thierry. *La Liga Anticomunista Mundial, Internacional del Crimen*. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article123397.html>. Acesso em: 02/10/2010.

NASSIF, Luis. *Exclusivo: as denúncias do diplomata Jobim, morto pela ditadura militar*. 22/09/2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/exclusivo-as-denuncias-do-diplomata-jobim-morto-pela-ditadura-militar-0>. Acesso em: 03/11/2018.

NOTICIA: *Falece Monsenhor Guedes. 80 anos de serviço à Igreja. Brasil*, 2008. Disponível em: <https://romasempre.wordpress.com/2008/11/20/falece-monsenhor-guedes/> acesso em 19/05/2018.

OLIVEIRA, Dom Vital. *Itinerário do Processo de Beatificação e Canonização*. Disponível no site: <<http://www.domvitaldeoliveira.org/processo-de-beatificacao-e-canonizacao/>>. Acesso em 12/09/2018.

PALMAR, A. *Corrupção na Construção da Usina de Itaipu pode ter Motivado a Morte do Embaixador José Jobim*. In: Site Documentos Revelados. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/geral/corruptcao-na-construcao-da-usina-de-itaipu-pode-ter-motivado-a-morte-do-embaixador-jose-jobim/>>. Acesso em: 11/10/2018.

ROSENBERG, Paul H. *Seven Decades of Nazi Collaboration: America's Dirty Little Ukraine Secret*. Disponível em: <https://fpif.org/seven-decades-nazi-collaboration-americas-dirty-little-ukraine-secret/>.

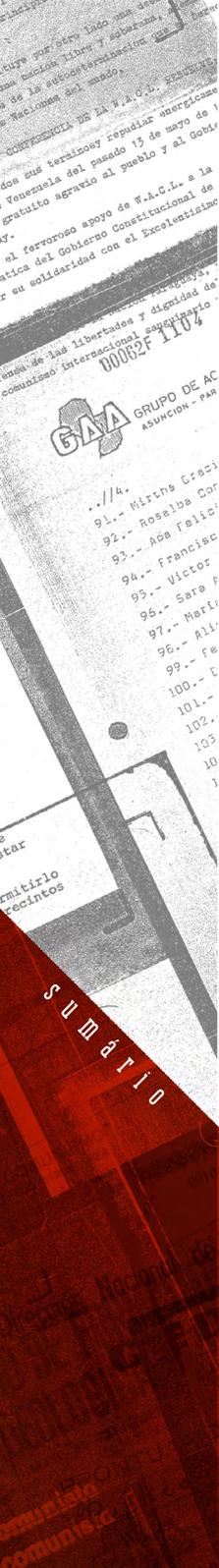
SANTOS, Alberto. *Joaquim Metralha do CCC: Como morre um cão*. Disponível em: <http://vinholivrosehistoria.blogspot.com.br/2015/07/joaquim-metralha-do-ccc-como-morre-um.html>.

UAG. *Nuestra Breve Historia*. Disponível em: <http://www.uag.mx/Universidad/Historia> Acesso em: 02/10/2018.

VALENTE, Rubens. *Célula anticomunista atuou no Brasil durante a ditadura*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1511200911.htm>. Acesso em: 04/10/2018.

<<https://oglobo.globo.com/mundo/sombra-da-ditadura-sobre-novo-chanceler-paraguaio-9592421#ixzz4nZtSaZ5sStest>>, Acesso em 22/07/2017.

VIAU, Suzana. *Con la Mano en a Caja*. Disponível em: <[https://www.pagina12.com.ar/especiales/20anivzersario/con\\_la\\_mano\\_en\\_la\\_caja.html](https://www.pagina12.com.ar/especiales/20anivzersario/con_la_mano_en_la_caja.html)>. Acesso em: 17/10/2018.



## FONTES/DOCUMENTOS

BOLETIN NOTICIOSO DIARIO: *Servicio de Informaciones de los Estado Unidos de América*. Washington, 14 de julio de 1961. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2354).

CAL. *Manuscritos do repressor paraguaio Antonio Campus Alum durante o 2º Congresso da CAL no Rio de Janeiro, 1974*. (ARCHIVO DEL TERROR, R0237 F0748).

\_\_\_\_\_. *Resolución Aprobada por la Comisión de Asociaciones Cívicas en el II Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana. Presentada por la Federación Mexicana Anticomunista FEMACO*. Rio de Janeiro, 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R00094 F1102)

\_\_\_\_\_. *Estatuto: Disposiciones relativas a los miembros, 1972*. (ARCHIVO DEL TERROR R00108 F1554)

\_\_\_\_\_. *Manuscritos redigidos por Antonio Campus Alum durante o 2º Congresso da CAL no Rio de Janeiro, 1974*. (ARCHIVO DEL TERROR, R237 F0748).

\_\_\_\_\_. *Discurso del Licenciado Rafael Guerrero Rodríguez, Secretario General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana Durante la Cerimonia de Apertura del 3º Congreso*. 1977. (R0145 F0953).

\_\_\_\_\_. *Discurso del General Gustavo Leigh Guzmán, Comandante de la fuerza Aérea y Miembro de la Junta de Gobierno de Chile, en la Apertura del 3º Congreso de la CAL, 1977*. (ARCHIVO DEL TERROR, R00094 F0021).

\_\_\_\_\_. *Acuerdo Presentado por la Comisión de Entidades Cívicas Anticomunistas: Propuesta de la Delegación de Nicaragua, 1977*. (ARCHIVO DEL TERROR, R00094, F0024).

\_\_\_\_\_. *Discurso de Ku Cheng-Kang en la Apertura del 3º Congreso, 1977*. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0960)

\_\_\_\_\_. *Discurso de Song Hyo Soon en la Apertura del 3º Congreso, 1977*. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0965)

\_\_\_\_\_. *Discurso de Roger Pearson en la Apertura del 3º Congreso, 1977*. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0970)

\_\_\_\_\_. *Discurso de Robert K. Dornan en la Apertura del 3º Congreso, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0972).

\_\_\_\_\_. *Discurso del Representante del FLNA en la Apertura del 3º Congreso, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0975-0976).

\_\_\_\_\_. *Carta de Sreco Felix Psenicnik a Juan Manuel Frutos, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR R00108 F0867).

\_\_\_\_\_. *Índice de las Resoluciones Plenarias al 3º Congreso, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0947)

\_\_\_\_\_. *Acuerdo Presentado por la Comisión Plenaria del 3º Congreso a Propuesta de la Delegación Argentina, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0980).

\_\_\_\_\_. *Acuerdo Presentado por la Comisión Plenaria a Propuesta de la Delegación Mexicana, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0984).

\_\_\_\_\_. *Acuerdo Presentado por la Comisión Plenaria a Propuesta de la Delegación Boliviana, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0990).

\_\_\_\_\_. *Resoluciones Aprobadas por la Comisión de Partidos Políticos em el 3º Congreso de la Confederación Anticomunista Latino-americana.* Asunción: 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F0957)

\_\_\_\_\_. *Documento: Pensamiento y Principios de la Táctica Guerrillera.* S./D.

\_\_\_\_\_. *Declaración final del 3º Congreso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR, R0094 F0095).

\_\_\_\_\_. *Memorándum: Puntos a ser considerados en la Reunión de Organizaciones del Cono Sur, 1978.* (ARCHIVO DEL TERROR, R0186 F1128-1131).

\_\_\_\_\_. *Documento: Pensamiento y Principios de la Táctica Guerrillera.* S/D. (ARCHIVO DEL TERROR R00108 F0208).

\_\_\_\_\_. *Proyecto para Fundar una "Agencia de Comunicación Internacional" (ACI), Aprobado por el 2º Congreso de la CAL, y que fue presentado por la FEMACO, 1972.* (ARCHIVO DEL TERROR, R108, F1720).

\_\_\_\_\_. *Acuerdo Presentado por la Comisión Plenaria a Propuesta de la Delegación Argentina, 1977.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00094 F0028).

\_\_\_\_\_. *El desarrollo de la WACL y de la APACL, 1972.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F1841)

\_\_\_\_\_. *El desarrollo de la WACL y de la APACL, 1972.* (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F1843)

CASTELO BRANCO, H. A. *Desenvolvimento em Segurança.* S/D. S/L.

CIA. Report, 1975. CIA-RDP79T00865A002300240001, 1975.

CONDOR. *Primera Reunión Nacional de Inteligencia.* Santiago del Chile, octubre de 1975. (ARCHIVO DEL TERROR, R00143 F0014).

JUNTA DE PUBLICACIONES DEL EJÉRCITO. *Instrucción de Lucha Contra Elementos Subversivos.* Buenos Aires: 1976.

JORNAL HOJE, Cascavel-PR. *O Paraguai Protege a Asesinos Buscados por Interpol.* p.23. ARCHIVO DEL TERROR, R00099 F0152.

LAM. *Estatuto,* 1972. (R00108 F1954)

\_\_\_\_\_. Documento: *Carta de princípio da Liga Anticomunista Mundial,* Cidade do México:1972. (R00108 F1952)

\_\_\_\_\_. *Informes: Reunión de Jovenes Anticomunistas,* 1975. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F2574-2575.)

\_\_\_\_\_. *Declaración de Suzane Labin Acerca de Um Incorreto Ataque Proveniente del Dr. Pearson.* In: Correspondencias. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F0997).

\_\_\_\_\_. *Circular nº 4,* 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R198, F2579).

\_\_\_\_\_. *Circular nº 6,* 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R198, F2583).

\_\_\_\_\_. *Circular nº 7,* 1972. (ARCHIVO DEL TERROR, R198, F2584).

\_\_\_\_\_. *Circular nº 8,* 1973. (ARCHIVO DEL TERROR, R198, F2587).

\_\_\_\_\_. *Comisión de Asuntos Políticos,* 1979. (ARCHIVO DEL TERROR, R108, F1586).

\_\_\_\_\_. *Reporte sobre América Latina Pronunciado por el Profesor Rafael Rodrigues, Secretario General de la Confederación Anticomunista Latinoamericana ante el 12º Congreso de la liga Mundial Anticomunista,* 1979. (ARCHIVO DEL TERROR, R108 F1094).

POLICIA DE LA CAPITAL. *Nómina de Detenidos: Caso Ejército Revolucionario del Pueblo.* 1978. (ARCHIVO DEL TERROR, R00011 F1526)

PINOCHET, A. *Un Año de Construcción*. EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA GENERAL DE EJERCITO AUGUSTO PINOCHET UGARTE INFORMA AL PAÍS. Santiago del Chile: Biblioteca Nacional del Congreso de Chile, 1974.

PINOCHET, A. *Mensaje Presidencial*. S.E. EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA GENERAL DE EJERCITO AUGUSTO PINOCHET UGARTE INFORMA AL PAIS. Santiago del Chile: Biblioteca Nacional del Congreso de Chile. 1977.

SEI: *Sociedade de Estudos Interamericanos*. "Reunión Secreta de los Partidos Comunistas de Europa." Confidencial – Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Roma, 01/60. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2333)

\_\_\_\_\_. "Injerencia Soviética en el PC Mejicano." Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Méjico, 01/60. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2335);

\_\_\_\_\_. "*Nueva Agencia de Noticias Soviética para América Latina*." Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Montevideu, 05/60. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2336);

\_\_\_\_\_. "*Conferencia Internacional sobre la Guerra Psicológica*." Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Paris, 05/61. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2333);

\_\_\_\_\_. "*El Movimiento Revolucionario Agrario en América Latina*." Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Santiago del Chile, 05/61. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2341);

\_\_\_\_\_. "*Viajeros Latino-Americanos en la China Comunista*." Exclusivo para Autoridades do Brasil e dos Países Latino-Americanos. SEI, Hong Kong, 08/61. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2345).

SHENG-KANG, Ku. *La Lucha Contra el Comunismo em Latinoamérica y la Misión de La Confederación Anticomunista Latinoamericana*. Asunción, 28 de marzo de 1977.

CIEX. *Informe sobre Atividades na Fronteira*, 1975. (ARCHIVO DEL TERROR, R00143 F0319).

SOCIEDADE DE ESTUDOS INTERAMERICANOS (SEI). BOLETIN nº1 de 1960. *Reunión secreta de los partidos comunistas de Europa*. Documento. (ARCHIVO DEL TERROR, R00186 F2333.)

## SOBRE O AUTOR



Foto: Flávia Rodrigues da Silva

### Marcos Vinicius Ribeiro

Graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Pesquisador de temas do marxismo com ênfase na obra e conceitos de Antônio Gramsci. Pesquisador das ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado no Conesul Latino-americano. Autor de inúmeros artigos relacionados a história das ditaduras na América Latina. Organizador da coletânea “Tempos Conservadores: Estudos críticos sobre as direitas” pela editora Gárgula.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

ABN 22, 171, 176  
acervo 18, 24, 346, 347, 449  
ações 14, 15, 17, 18, 21, 23, 26, 40, 55,  
68, 72, 86, 106, 108, 109, 111, 134, 139,  
152, 155, 156, 160, 171, 173, 175, 184,  
191, 197, 198, 201, 204, 208, 213, 214,  
216, 223, 235, 246, 250, 259, 286, 295,  
298, 302, 309, 314, 322, 326, 361, 365,  
370, 376, 378, 384, 385, 387, 389, 390,  
391, 392, 397, 398, 399, 405, 408, 410,  
418, 424, 434, 435, 436, 438, 439, 441  
acumulação 22, 26, 34, 40, 41, 42, 43, 44,  
45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56,  
58, 59, 72, 79, 80, 83, 84, 108, 144, 146,  
156, 159, 162, 231, 297, 298, 407  
agência 20, 274, 275, 283, 289, 290, 291,  
314, 369, 375  
ALPHA 66 23  
América Latina 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21,  
22, 26, 27, 29, 40, 55, 76, 94, 101, 108,  
109, 112, 113, 114, 116, 119, 121, 122,  
123, 126, 128, 129, 133, 134, 135, 139,  
142, 144, 148, 149, 150, 156, 163, 165,  
166, 167, 170, 174, 182, 185, 194, 206,  
210, 211, 218, 221, 222, 223, 230, 231,  
233, 235, 236, 243, 244, 254, 261, 264,  
267, 270, 273, 295, 298, 299, 300, 301,  
303, 314, 316, 317, 327, 328, 329, 334,  
338, 339, 359, 360, 367, 371, 374, 378,  
379, 380, 382, 392, 393, 394, 403, 404,  
423, 431, 433, 434, 435, 437, 443, 454,  
455  
Americanismo 69, 78, 79, 80, 83, 98  
análise 21, 22, 24, 25, 26, 27, 37, 39, 49,  
50, 51, 53, 58, 59, 62, 63, 64, 70, 75, 78,  
80, 91, 94, 100, 101, 104, 106, 130, 149,

166, 168, 201, 224, 230, 231, 238, 249,  
265, 280, 283, 354, 373, 381, 384, 413,  
418, 419, 422, 423, 436, 438, 439  
aniquilação 26, 54, 394  
anotações 21, 22, 24, 317, 411, 413, 415,  
426, 428  
antagonista 67, 68, 104, 246  
Anticomunismo 26, 133, 154, 183, 446  
associados 17, 74, 114, 127, 131, 204,  
233, 246, 249, 253, 254, 261, 265, 267,  
275, 303, 387  
ativistas 21, 29, 170, 171, 176, 195, 214,  
233, 292, 297, 343, 344, 357, 370

### B

bélica 27, 33, 55, 94, 95, 108, 114, 115,  
122, 123, 125, 126, 155, 156, 158, 196,  
325, 326, 328, 381  
boletins 19, 20, 216, 217, 218, 219, 220,  
351

### C

CAL 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21,  
22, 23, 24, 25, 26, 27, 41, 59, 68, 74, 77,  
80, 84, 87, 105, 153, 179, 180, 184, 185,  
189, 192, 196, 206, 207, 210, 212, 213,  
214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 223,  
224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233,  
234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242,  
243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250,  
251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258,  
259, 260, 261, 262, 264, 265, 266, 268,  
272, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280,  
281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288,  
289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 297,  
298, 299, 302, 305, 311, 316, 317, 318,  
319, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327,

328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 338,  
339, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348,  
351, 353, 359, 360, 361, 362, 363, 364,  
365, 366, 367, 369, 370, 372, 373, 374,  
375, 376, 377, 378, 379, 383, 384, 385,  
386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393,  
394, 395, 397, 398, 399, 401, 404, 405,  
406, 407, 408, 409, 410, 411, 413, 414,  
416, 418, 419, 422, 423, 424, 425, 433,  
434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441,  
452, 453  
Campus 17, 21, 22, 23, 24, 221, 255, 318,  
319, 426, 438, 439, 452  
capital 22, 26, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 42,  
43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54,  
55, 56, 57, 58, 79, 114, 122, 126, 127,  
128, 130, 150, 151, 158, 160, 161, 163,  
167, 168, 175, 177, 187, 192, 207, 223,  
227, 278, 283, 284, 285, 297, 333, 378,  
381, 408, 424, 433, 434, 438  
capitalista 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36,  
37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,  
48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 62,  
64, 68, 72, 73, 77, 79, 80, 83, 85, 87, 97,  
98, 99, 102, 106, 107, 108, 113, 115, 123,  
124, 125, 126, 143, 144, 148, 150, 159,  
160, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169,  
171, 176, 177, 188, 193, 197, 229, 242,  
253, 259, 260, 277, 278, 279, 297, 298,  
302, 337, 360, 397, 418, 422, 431, 432,  
436, 440  
catalogação 25  
clandestinas 22, 140, 175, 324, 348, 349,  
441  
classes 13, 22, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 39,  
40, 43, 44, 45, 49, 50, 61, 62, 63, 64, 65,  
66, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82,  
83, 85, 86, 87, 88, 90, 95, 97, 100, 101,  
103, 104, 106, 121, 124, 129, 130, 136,  
141, 142, 143, 144, 145, 147, 150, 151,  
152, 153, 161, 169, 176, 177, 184, 186,

188, 189, 197, 199, 201, 213, 229, 235,  
297, 302, 376, 382, 390, 418, 422, 432,  
434, 435, 437  
Comunismo 206, 227, 270, 392, 408, 455  
Condor 12, 13, 15, 18, 19, 23, 24, 25, 27,  
41, 105, 134, 135, 136, 155, 194, 223,  
225, 262, 281, 295, 296, 297, 298, 300,  
302, 303, 304, 306, 309, 310, 311, 313,  
316, 318, 319, 365, 384, 399, 413, 428,  
429, 438, 439, 440, 442, 445, 446  
Conesul 21, 26, 27, 30, 55, 107, 108, 123,  
124, 133, 167, 175, 305, 313, 317, 323,  
324  
Conexões 26  
Confederação 12, 16, 27, 41, 135, 152,  
185, 189, 206, 207, 210, 216, 229, 235,  
237, 240, 241, 282, 287, 296, 302, 433,  
434  
Congresso 14, 16, 17, 18, 24, 26, 27, 84,  
117, 158, 179, 192, 196, 203, 212, 214,  
216, 229, 234, 238, 249, 250, 255, 260,  
272, 274, 279, 280, 281, 282, 283, 298,  
302, 316, 317, 318, 319, 321, 322, 323,  
324, 325, 326, 328, 329, 330, 331, 333,  
338, 340, 341, 343, 345, 346, 347, 351,  
353, 355, 357, 359, 360, 363, 365, 366,  
367, 370, 375, 376, 379, 384, 387, 388,  
389, 392, 393, 395, 401, 404, 405, 406,  
407, 411, 423, 437, 439, 441, 452  
conhecimento 21, 96, 399, 419, 431  
constituição 26, 155, 160, 163, 178, 189,  
212, 213, 219, 250, 260, 279, 294, 299,  
329, 340, 369, 436, 441  
contrarrevolucionária 17, 30, 97, 104, 109,  
144, 151, 158, 253  
cooperação 13, 16, 17, 18, 21, 23, 26, 27,  
41, 153, 164, 165, 172, 190, 192, 193,  
194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205,  
206, 210, 212, 215, 220, 223, 224, 228,  
235, 236, 237, 238, 240, 241, 243, 245,  
246, 249, 250, 253, 259, 260, 261, 266,

271, 272, 278, 279, 281, 283, 285, 289,  
293, 295, 297, 298, 299, 300, 302, 303,  
304, 305, 306, 311, 312, 324, 325, 329,  
360, 363, 375, 381, 382, 383, 394, 398,  
399, 401, 433, 434, 435, 436, 437, 438,  
440

## D

dados 24, 123, 125, 157, 159, 161, 309,  
311, 343, 345, 412, 425, 439  
depoentes 19  
difusão 14, 19, 20, 21, 27, 30, 41, 67, 68,  
74, 83, 93, 95, 97, 98, 105, 111, 112, 148,  
160, 184, 187, 193, 218, 242, 248, 250,  
257, 261, 268, 278, 279, 280, 283, 286,  
288, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 302,  
303, 354, 357, 375, 376, 384, 387, 391,  
418, 422, 424, 436  
Ditaduras 12, 23, 29, 55, 68, 73, 106, 107,  
109, 118, 127, 133, 134, 141, 162, 175,  
300, 446, 447  
ditatorial 17, 55, 355  
divisões 20, 118, 190, 414  
documentos 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24,  
25, 26, 155, 170, 179, 187, 201, 212, 214,  
216, 222, 224, 225, 229, 243, 248, 253,  
260, 261, 305, 306, 311, 321, 329, 330,  
338, 348, 370, 398, 399, 400, 401, 413,  
423, 424, 438, 439, 446  
dossiês 21, 287, 306

## E

Econômicos 22, 221  
empresariais 22, 144, 155, 168, 333, 334,  
384, 436  
entidades 18, 20, 21, 22, 23, 24, 153, 160,  
162, 183, 184, 185, 189, 195, 200, 205,  
212, 213, 214, 220, 229, 233, 235, 237,  
238, 243, 247, 258, 259, 261, 262, 263,  
266, 268, 269, 270, 295, 302, 311, 348,  
356, 367, 370, 373, 384, 398, 401, 402,

405, 409, 410, 411, 413, 419, 422, 423,  
433, 434, 435, 436, 438, 439  
Estado 12, 13, 14, 16, 21, 23, 25, 26, 28,  
29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40,  
41, 42, 45, 47, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59,  
61, 63, 64, 67, 70, 71, 72, 73, 79, 81, 82,  
84, 86, 88, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100,  
101, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111,  
112, 113, 116, 117, 119, 122, 124, 125,  
126, 127, 128, 130, 131, 133, 135, 136,  
137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146,  
148, 149, 150, 151, 152, 155, 158, 162,  
163, 164, 165, 166, 167, 173, 175, 177,  
180, 188, 193, 194, 207, 210, 211, 212,  
216, 217, 222, 223, 243, 244, 246, 247,  
253, 256, 271, 272, 274, 276, 277, 278,  
279, 281, 295, 297, 298, 300, 303, 304,  
311, 315, 317, 319, 322, 324, 325, 326,  
328, 335, 339, 340, 341, 344, 348, 349,  
353, 355, 356, 357, 358, 361, 362, 364,  
365, 371, 372, 378, 379, 380, 381, 382,  
384, 400, 401, 407, 411, 415, 417, 433,  
441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448,  
452  
EUROWACL 23  
Exército 18, 110, 207, 301, 313, 320

## F

FEDA 22  
FEMACO 23, 207, 208, 210, 211, 212, 213,  
214, 226, 238, 262, 263, 266, 273, 274,  
281, 282, 436, 452, 453  
financeiros 24, 179, 281, 303, 304, 337,  
436  
fonte 21, 82, 118, 121, 201, 235, 276, 320,  
321, 398, 415, 431  
fordismo 79, 83  
fundação 16, 19, 27, 88, 93, 169, 170, 174,  
177, 179, 180, 209, 214, 215, 221, 231,  
283, 295, 350, 352, 388, 433

## G

GAA 22

golpes 26, 76, 94, 101, 113, 149, 162,  
165, 166, 167, 231, 276, 433

governos 15, 16, 22, 23, 27, 96, 100, 101,  
138, 141, 149, 150, 152, 153, 182, 195,  
224, 231, 251, 261, 266, 267, 272, 283,  
299, 302, 314, 315, 317, 376, 379, 383,  
384, 391, 396, 398, 403, 419, 426, 434,  
436

Grupos 25, 326, 365

## H

hegemonia 26, 31, 32, 35, 36, 38, 39, 40,  
41, 42, 53, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69,  
70, 71, 72, 73, 74, 76, 80, 81, 83, 84, 86,  
87, 88, 89, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103,  
104, 105, 106, 112, 125, 127, 130, 143,  
144, 153, 155, 156, 159, 160, 162, 165,  
166, 167, 168, 169, 171, 176, 178, 186,  
193, 198, 212, 214, 229, 240, 244, 248,  
251, 252, 253, 260, 298, 302, 394, 433,  
435, 436, 440, 441, 443

hipótese 21, 22, 27, 36, 46, 47, 102, 113,  
115, 175, 176, 189, 198, 205, 225, 242,  
243, 265, 271, 286, 298, 320, 378, 385

## I

indústria 27, 55, 83, 85, 108, 114, 115,  
122, 123, 125, 126, 130, 155, 156, 158,  
299, 326, 328, 333, 381, 392

informações 14, 20, 132, 152, 153, 177,  
179, 192, 198, 199, 215, 218, 219, 221,  
222, 223, 224, 267, 273, 274, 275, 278,  
279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 288,  
289, 291, 307, 309, 313, 314, 333, 341,  
343, 346, 358, 359, 365, 369, 375, 376,  
377, 425, 436

inimigo 13, 22, 23, 26, 40, 41, 76, 77, 109,  
112, 113, 116, 132, 133, 134, 135, 139,  
140, 141, 146, 149, 150, 152, 153, 167,

184, 189, 190, 191, 196, 242, 244, 247,  
254, 264, 265, 278, 279, 297, 298, 324,  
325, 390, 393, 394, 396, 398, 399, 402,  
404, 405, 413, 414, 415, 419, 422, 423,  
424, 431, 432, 435

inteligência 21, 22, 25, 27, 106, 134, 151,  
171, 172, 173, 192, 218, 303, 304, 309,  
313, 314, 341, 348, 358, 376, 411, 412,  
413, 415, 417, 419, 420, 422, 423, 425,  
426, 427, 428, 429, 430, 432, 437, 438,  
439

interrogatório 24, 320

investigações 19, 87, 89, 375

## L

LAM 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24,  
25, 26, 27, 41, 59, 68, 74, 77, 80, 87, 105,  
153, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176,  
177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184,  
185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192,  
193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202,  
207, 211, 214, 215, 216, 221, 222, 223,  
226, 229, 235, 238, 239, 240, 241, 245,  
256, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265,  
266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274,  
275, 278, 281, 290, 292, 295, 297, 299,  
302, 305, 311, 316, 319, 322, 328, 329,  
335, 338, 344, 360, 363, 366, 369, 378,  
384, 392, 393, 397, 404, 405, 407, 408,  
410, 411, 413, 418, 419, 422, 423, 425,  
426, 433, 434, 435, 438, 439, 454

LAYA 23

Liga 12, 16, 19, 22, 23, 41, 152, 168, 169,  
171, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 180,  
181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189,  
191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199,  
200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 221,  
223, 227, 238, 239, 240, 241, 245, 257,  
261, 263, 265, 266, 269, 302, 320, 356,  
357, 433, 434, 440, 450, 454

Luta 206, 207, 316

GRUPO DE AC  
ASUNCIÓN - PAR

91.- Mirna Grassi  
92.- Rosalbe Cor  
93.- Ana Felici  
94.- Francisc  
95.- Victor  
96.- Sara F  
97.- Natli  
98.- All  
99.- Fe  
100.- E  
101.-  
102.-  
103  
10  
1

S U M Á R I O

Asuntos

DOG

## M

manuscritos 21, 24, 25, 255, 411, 414, 417, 418, 419, 424, 425, 426, 429, 432, 438  
marxista 26, 29, 32, 45, 51, 59, 88, 105, 194, 241, 242, 246, 263, 269, 270, 323, 339, 367, 373, 383, 422, 439  
militar 27, 30, 33, 53, 96, 104, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 128, 129, 130, 131, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 161, 162, 165, 169, 171, 184, 204, 216, 232, 245, 268, 270, 274, 275, 276, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 323, 324, 326, 328, 329, 336, 342, 344, 349, 351, 352, 357, 358, 359, 360, 362, 381, 392, 394, 395, 396, 397, 404, 407, 408, 410, 416, 432, 434, 436, 437, 441, 443, 450  
morte 15, 24, 30, 171, 177, 206, 207, 210, 223, 232, 234, 275, 319, 320, 340, 346, 349, 350, 359, 447, 451  
multinacionais 21, 27, 130, 144, 153, 169, 209, 212

## N

nazistas 22, 170, 171, 175, 417  
nomeadas 25, 326  
nomear 25, 196  
notícias 14, 20, 21, 248, 268, 279, 280, 287, 289, 291, 314, 375, 376, 418, 441

## O

ODESSA 22  
Operação 12, 13, 15, 18, 19, 23, 24, 25, 27, 41, 105, 134, 135, 155, 194, 222, 225, 281, 295, 296, 297, 298, 300, 303, 304, 306, 309, 310, 311, 313, 316, 318, 319, 344, 350, 365, 384, 413, 428, 429, 438, 439, 440, 442  
organização 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 27, 35, 47, 52, 59, 61, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 79, 83, 84, 87, 88,

89, 92, 99, 102, 104, 117, 125, 126, 142, 151, 152, 157, 158, 162, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 225, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 242, 243, 246, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 281, 284, 287, 288, 294, 295, 305, 311, 314, 315, 316, 321, 330, 338, 348, 350, 357, 363, 365, 366, 369, 375, 376, 377, 378, 379, 383, 384, 413, 425, 434, 435, 440, 441  
órgão 19, 97, 290, 291, 350, 352, 438

## P

pagamentos 24, 129, 408  
paradigma 25, 77, 389, 403  
parâmetros 20, 118, 133, 384  
perseguição 18, 69, 106, 119, 120, 139, 219, 335, 349, 359, 375, 432  
Políticos 22, 118, 221, 247, 274, 384, 385, 389, 392, 447, 453, 454  
prática 16, 17, 23, 36, 39, 67, 73, 74, 76, 79, 89, 94, 96, 107, 114, 129, 135, 136, 146, 175, 189, 191, 197, 206, 238, 245, 246, 255, 256, 271, 272, 279, 294, 295, 321, 322, 328, 352, 370, 383, 414, 431, 434  
problematização 25, 27, 30, 31, 35, 166, 228, 243, 298  
profissionalismo 21, 387  
protagonistas 252, 316  
punição 19, 256, 258

## Q

quadros 17, 18, 21, 22, 30, 73, 75, 112, 113, 149, 176, 197, 198, 202, 219, 235, 240, 248, 250, 251, 256, 276, 287, 299, 317, 401, 410, 424, 433, 438, 440

## R

repressão 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22,  
24, 25, 26, 27, 29, 30, 40, 56, 63, 72, 94,  
102, 104, 106, 108, 109, 110, 121, 126,  
132, 139, 140, 151, 152, 176, 191, 194,  
195, 206, 207, 222, 223, 231, 232, 234,  
287, 295, 298, 303, 304, 305, 306, 309,  
311, 317, 318, 319, 321, 325, 335, 346,  
347, 348, 349, 350, 351, 352, 359, 375,  
376, 377, 387, 390, 394, 398, 399, 401,  
411, 413, 417, 422, 423, 424, 429, 431,  
432, 433, 434, 438, 439, 440, 450  
ruína 20

## S

SEI 19, 20, 22, 179, 216, 217, 218, 219,  
220, 221, 455  
seita 19, 174, 239, 240, 319  
SEPES 22, 221, 283  
setores 19, 22, 73, 80, 81, 86, 109, 114,  
116, 117, 118, 119, 120, 121, 126, 127,  
131, 135, 136, 148, 149, 150, 209, 212,  
232, 236, 324, 336, 338, 402, 433, 434,  
435, 439, 440  
Sociais 22, 218, 221, 231, 446  
socialismo 20, 32, 40, 53, 116, 130, 163,  
166, 197, 209, 234, 241, 242, 270, 323,  
367, 368, 415, 446  
Sujeitos 316  
sustentação 16, 22, 27, 72, 122, 123, 138,  
143, 158, 242, 271, 376

## T

temas 25, 41, 59, 220, 262, 263, 288, 290,  
293, 328, 329, 366, 367, 378, 401, 407,  
423, 430

Terrorismo 12, 14, 16, 23, 26, 29, 35, 41,  
58, 73, 94, 96, 101, 106, 107, 108, 109,  
112, 133, 137, 141, 151, 175, 194, 207,  
272, 281, 295, 297, 300, 317, 322, 324,  
326, 335, 339, 340, 353, 357, 372, 401,  
417, 420, 427, 428, 433, 444, 446, 448  
Trabalhos 25, 365, 385  
transformações 27, 71, 79, 85, 94, 99, 106,  
108, 109, 119, 121, 126, 150, 152, 401,  
413, 431, 437, 438, 440, 441  
treinamentos 25, 30, 107, 111, 147, 185,  
207, 411, 439

## V

vigilância 19, 20, 106, 116, 121, 132, 133,  
155, 165, 171, 217, 219, 220, 223, 248,  
250, 255, 256, 271, 280, 281, 283, 286,  
376, 384, 397, 399, 434, 439, 440  
violência 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23, 26,  
28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39,  
40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 52, 53, 54,  
55, 56, 58, 59, 67, 68, 72, 73, 74, 86, 87,  
90, 91, 92, 94, 98, 99, 103, 104, 105, 106,  
107, 109, 113, 114, 115, 125, 126, 130,  
132, 140, 150, 152, 153, 158, 160, 161,  
169, 177, 183, 185, 189, 190, 191, 192,  
195, 212, 213, 214, 228, 229, 241, 242,  
247, 258, 259, 260, 267, 271, 297, 322,  
324, 326, 340, 360, 381, 392, 393, 394,  
396, 397, 405, 419, 432, 434, 435, 445

## W

WACL 22, 23, 170, 178, 179, 182, 184,  
185, 186, 238, 239, 257, 261, 265, 269,  
270, 344, 374, 453, 454  
WYACL 23, 239, 269

GRUPO DE AC  
ASUNCIÓN - PAR

- 91.- Mirna Grassi
- 92.- Rosalbe Cor
- 93.- Ada Felici
- 94.- Francisc
- 95.- Victor
- 96.- Sara F
- 97.- Natli
- 98.- All
- 99.- Fe
- 100.- E
- 101.-
- 102.-
- 103.-
- 104.-
- 105.-
- 106.-
- 107.-
- 108.-
- 109.-
- 110.-

SUMÁRIO

Asuntos  
DOG

[www.pimentacultural.com](http://www.pimentacultural.com)

# A HISTÓRIA DA CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINO-AMERICANA DURANTE AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL (1972-1979)